PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE RONDÔNIA
DIÁRIO DA JUSTIÇA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANO XLI | NÚMERO 005 | PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 09 DE JANEIRO DE | 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2022/2023

PRESIDENTE
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior

CORREGEDOR-GERAL
Desembargador José Antonio Robles

CONSELHO DA MAGISTRATURA E DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia (Presidente)
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior (Vice-Presidente)
Desembargador José Antonio Robles (Corregedor-Geral)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos

TRIBUNAL PLENO
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargador Raduan Miguel Filho
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador Hiram Souza Marques
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Desembargador José Antonio Robles
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior
Desembargador José Torres Ferreira
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal
Desembargador Glodner Luiz Pauletto
Desembargador Francisco Borges Ferreira Neto

1ª CÂMARA CÍVEL
Desembargador Raduan Miguel Filho (Presidente)
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha

2ª CÂMARA CÍVEL
Desembargador Isaias Fonseca Moraes (Presidente)
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador José Torres Ferreira

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS
Desembargador Raduan Miguel Filho (Presidente)
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador José Torres Ferreira

1ª CÂMARA CRIMINAL
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior (Presidente)
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal

2ª CÂMARA CRIMINAL
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz (Presidente)
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Francisco Borges Ferreira Neto

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz (Presidente)
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal
Desembargador Francisco Borges Ferreira Neto

1ª CÂMARA ESPECIAL
Desembargador Glodner Luiz Pauletto (Presidente)
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos

2ª CÂMARA ESPECIAL
Desembargador Hiram Souza Marques (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Miguel Monico Neto

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
Desembargador Hiram Souza Marques (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Glodner Luiz Pauletto

SECRETARIA GERAL
Juiz de Direito Rinaldo Forti da Silva
Secretário-Geral

COORDENADOR DO NUGRAF
Administrador Enildo Lamarão Gil

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CORREGEDORIA-GERAL

ATO DO CORREGEDOR

Portaria n. 04/2023-CGJ

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 35, § 2º, e art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

CONSIDERANDO o §3° do art. 3° da Resolução n. 011/1998-PR;

I - DESIGNAR o magistrado LEONARDO MEIRA COUTO, Juiz de 3ª entrância na Comarca de Porto Velho, para dirimir os conflitos fundiários no período de 09 a 22/01/2023.

II - O acesso aos sistemas da unidade judiciária serão solicitados pela Divisão de Controle Disciplinar e Movimentação de Magistrados (DCMAG).

Publique-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ ANTONIO ROBLES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 03/01/2023, às 11:48 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108516e o código CRC 4940002F.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

COORDENADORIA DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRONICOS DO 2º GRAU

1ª CÂMARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COORDENADORIA CÍVEL DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DO 2º GRAU
AUTOS N. 0010921-12.2012.8.22.0001 - RECURSO ESPECIAL (PJE)
ORIGEM: 0010921-12.2012.8.22.0001 - PORTO VELHO / 5ª VARA CÍVEL
RECORRENTE : EUCLEONICE BEZERRA DE AZEVEDO
ADVOGADO(A): AMADEU GUILHERME LOPES MACHADO - OAB RO1225
ADVOGADO(A): MOACYR RODRIGUES PONTES NETTO - OAB RO4149
ADVOGADO(A): VALDECIR DA SILVA MACIEL – RO390
ADVOGADO(A): PAULO ROBERTO DA SILVA MACIEL – RO4132
ADVOGADO(A): CYANIRA DE FÁTIMA SOUSA OLIVEIRA MACIEL – RO5449
ADVOGADO(A): PAULO FERNANDO LÉRIAS – RO3747
RECORRIDOS : ESPÓLIO DE FREDERICO SIMON CAMELO E OUTROS

ADVOGADO(A): SÉRGIO AUGUSTO FREDERICO – SP80246
ADVOGADO(A): GUILHERME AUGUSTO CAMELO – GO35507
RELATOR: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
INTERPOSTO EM 26/10/2022
ABERTURA DE VISTA
Nos termos dos artigos 203, §4º, c/c 1.030, do CPC, fica a parte recorrida intimada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso especial, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, 05 de janeiro de 2023.
Edinélia de J. Dias Costa Simões
Assistente Judiciário CCcível CPE2G

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
AUTOS N. 7000910-78.2021.8.22.0002 – INCIDENTE DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM APELAÇÃO (PJE)
APELANTES: DEBORA RIBEIRO PEREIRA GUADAGNIN E OUTROS
ADVOGADO(A): DENILSON SIGOLI JUNIOR – RO6633
APELADOS : VERGOLINO VON MIILLER NETO E OUTRO
ADVOGADO(A): CÉSAR EDUARDO MANDUCA PACIOS – RO520
ADVOGADO(A): VLADIMIR ARAUJO DE MESQUITA – RO10560
RELATOR : DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 23/09/2022
DESPACHO
Vistos.
Recebido no plantão.
Trata-se de pedido incidental de antecipação de tutela proposto por Débora Ribeiro Pereira Guadagnin e outros, requerendo medida liminar de interdito proibitório para a área denominada “Sítio Boa Esperança” localizado à BR-421, Linha C-65, ao argumento de que a área indicada está sofrendo com ameaça de invasão pelos posseiros, consoante fotografias tiradas por vizinhos do local, apontando para a presença de veículos, inclusive tratores ao redor da propriedade.
Alegam os recorrentes que, a sentença que revogou a liminar de reintegração de posse, outrora deferida, foi anulada conforme acórdão de id. 18236386, pendendo de trânsito em julgado.
Diante dessas argumentações, pugnam pelo deferimento de antecipação de tutela para que seja impedida a ação de invasores no imóvel apontado, até o término da ação em curso.
É o relatório.
A antecipação de tutela recursal poderá ser concedida quando demonstrados os requisitos da tutela de urgência, consubstanciada em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, além de não implicar em perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão (art. 300 c/c o art. 1.019, I, do NCPC).
O interdito proibitório pretendido destina-se à proteção preventiva da posse de imóvel que está sob ameaça de ser molestado.
Ocorre que, para caracterização da ameaça devem ser delimitadas as circunstâncias e formas em que estão ocorrendo, bem como, quem é o responsável pelos possíveis atos de espoliação, o que não se vê da peça incidental.
A apresentação de fotos e relatos dos vizinhos da localidade é, ao meu juízo, por si só insuficiente, ao menos por ora, para a caracterização dos atos preparatórios de esbulho ou turbação.
Dessa forma, intimem-se os autores para emendarem o pedido, no prazo de 05 (cinco) dias, indicando de forma mais detalhada, fatos e fundamentos fáticos que sustentam o receio de admoestação da posse dos autores. .
Intimem-se.
Porto Velho, data da assinatura digital.
Raduan Miguel Filho
Desembargador Plantonista

2ª CÂMARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PROCESSO: 0811480-84.2022.8.22.0000 - AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
ORIGEM: 0000885-29.2013.8.22.0015 - Guajará-Mirim / 2ª Vara Cível
AGRAVANTE: FRANCISCO ELDER MARINHO ARAUJO
ADVOGADA: INGRID BRITO FREIRE - RO10363
ADVOGADO: TIAGO JOSE ROTUNO VIEIRA - RO9787
ADVOGADO: JOSE RUI MARINHO ARAUJO - RO6334
ADVOGADO: AURISON DA SILVA FLORENTINO - RO308
AGRAVADO: BB.LEASING S.A.ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - MG107878
ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
INTERPOSTO EM 04/01/2023

ABERTURA DE VISTA
Nos termos do art. 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil, fica(m) o(s) agravante(s) intimado(s) para recolher o dobro o valor das custas do Agravo Interno, no prazo de 05 dias, sob pena de deserção.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Processo: 7041569-98.2022.8.22.0001 - AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL (198)
Origem: 7041569-98.2022.8.22.0001 / Porto Velho - 2ª Vara de Família
Agravante: A. O. A da S.
Advogada: TAINA LEAO FERNANDES MELO - RO11523
Advogado: HAROLDO LOPES LACERDA - RO962
Advogado: HUGO ANDRE RIOS LACERDA - RO5717
Agravado: M. do C. de O.
Advogado: DOUGLAS RICARDO ARANHA DA SILVA - OAB RO1779
Advogado: NAZARENO BERNARDO DA SILVA - OAB RO8429
Relator: ISAIAS FONSECA MORAES
Interposto em 04/10/2022

DECISÃO
Vistos
A. O. A. D. S. opõe agravo interno em face da decisão que negou provimento ao recurso de apelação por si interposto.
O agravante apresentou petição (fl. 78 – 17987475) requerendo a desistência dos recursos.
É o relatório.
Examinados, decido.
Depreende-se dos autos que o agravante formulou pedido de desistência do recurso, restando evidenciada a perda do interesse recursal.
Pois bem. Considerando o teor do art. 998, do Código de Processo Civil, que prescreve que “O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.”, acolho o pleito de desistência formulado pelo agravante.
À luz do exposto, homologo o pedido de desistência e declaro a perda do objeto do recurso, o qual resta prejudicado, nos termos do art. 932, III, c/c art. 998, caput, ambos do CPC e art. 123, V do RITJ/RO.
Comunique-se o juízo da causa, servindo esta decisão como ofício.
Oportunamente, arquive-se.
P. I. C.
Porto Velho, 4 de janeiro de 2023
Desembargador(a) ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PROCESSO: 0800022-36.2023.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
ORIGEM: 7085664-19.2022.8.22.0001 - Porto Velho / 3ª Vara de Família
AGRAVANTE: B. B. S.
ADVOGADO: GUILHERME TOURINHO GAIOTTO - RO6183
AGRAVADOS: B. B. Z. E OUTRA
ADVOGADA: MORGHANNA THALITA SANTOS AMARAL FERREIRA - OAB RO6850
RELATOR: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
DISTRIBUÍDO EM 03/01/2023

DECISÃO
Vistos,
B. B. S. interpõe agravo de instrumento em face da decisão prolatada pelo juízo da 3ª Vara de Família da comarca de Porto Velho, nos autos em que litiga com R. DA S. Z.
Alega que a fixação dos alimentos provisórios, como se observa, o juízo se baseou os seus fundamentos para fixar o percentual de 20% (vinte por cento) somente nos documentos colacionados pela apelada, contracheques dos dois empregadores, sem que tivesse tido a oportunidade de manifestar-se sobre os seus rendimentos e respectivos gastos ordinários consigo e para com a sua família - pai, mãe e irmã – que são de fato seus dependentes financeiros.
Pretende a minoração do quantum fixado, eis que 20% de seus salários (R$17.093,00), o que representa R$3.418,60 (três mil, quatrocentos e dezoito reais e sessenta centavos), extrapola a razoabilidade, a necessidade do alimentado e sua possibilidade.
Diz que tem que cuidar de seus pais, que são idosos e não recebem aposentadoria, além de ajudar sua irmã no valor de R$150,00 (cento e cinquenta reais).
Assevera que sua renda é insuficiente para honrar seus compromissos, ficando com saldo negativo.
Esclarece que as fotos colacionadas nos autos são de 2018 e 2019, não correspondendo a sua realidade.
Requer a minoração para o percentual de 10% (dez por cento) de sua renda.
Questiona os horários de visitas fixados na decisão provisória. Diz que tem costume de permanecer por 4 (quatro) horas com seu filho de segunda a sexta, o que foi reduzido para 2 (duas) horas.
Busca, ainda, a ampliação do horário dos fins de semana, para que apanhe a criança as 9h e não as 10h, devolvendo as 18h e não as 17h.
Vindica a concessão do efeito suspensivo.
Relatado. Decido.
Na dicção expressa do art. 1.019, inc. I, do Código de Processo Civil, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.

A concessão de efeito suspensivo ou deferimento de tutela em agravo de instrumento somente é cabível quando afigurados, in limine, a presença da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, consoante disposto no art. 300, caput, do Código de Processo Civil.
No caso dos autos, ausente o periculum in mora, visto que, o processo está em seu início e verifico que o agravante tem condições de arcar com o encargo fixado a título de alimentos provisórios, pois comprometerá apenas 20% (vinte por cento) de sua renda líquida.
Quanto ao horário de visitação, de igual forma, neste momento processual não vislumbro a necessidade da ampliação vindicada, até porque se mostra mínima, salvo quanto a possibilidade de o filho permanecer de segunda a sexta pelo período de 4h (quatro horas), o que se mostra razoável, até mesmo para maior conforto para a criança.
Assim, concedo parcialmente o efeito suspensivo ativo, apenas para admitir a permanência da criança com o agravante de segunda a sexta das 14h às 18h.
No mais, mantenho por ora a decisão.
Comunique-se ao juiz da causa, servindo a presente como ofício.
Intime-se a parte contrária para responder ao recurso interposto, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento, no prazo legal (art. 219 c/c art. 1.019, inc. II, ambos do CPC).
Após, ouça-se a Procuradoria-Geral de Justiça.
C.
Porto Velho, 4 de janeiro de 2023
Desembargador(a) ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PROCESSO: 7000246-74.2022.8.22.0014 - APELAÇÃO CÍVEL (198)
ORIGEM: 7000246-74.2022.8.22.0014 - Vilhena / 2ª Vara Cível
APELANTE: ROSANI TEREZINHA PIRES DA COSTA DONADON E OUTRO
ADVOGADO: MICHELE ASSUMPCAO BARROSO - RO5913
APELADO: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
ADVOGADA: HELLENE RODRIGUES SUFEN - SP294240
RELATOR: DES. KIYOCHI MORI
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 18/11/2022

DESPACHO Vistos.
Retire-se de pauta.
Trata-se de recurso de apelação interposto por Rosani Terezinha Pires da Costa Donadon e Melkisedek Donadon contra decisão do juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho que homologou a desistência da ação ajuizada por Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A.
Os recorrentes pedem a gratuidade da justiça, uma vez que o recurso cinge-se à verba de sucumbência e a patrona não tem condições de arcar com o valor do preparo.
Ocorre que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que mesmo interposto recurso pela parte que seja beneficiária de gratuidade judiciária, mas que se limite a discutir os honorários de advogado, o preparo deverá ser realizado acaso o advogado também não seja beneficiário da gratuidade. A propósito:
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. DISCUSSÃO EXCLUSIVA SOBRE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. GRATUIDADE DE JUSTIÇA CONCEDIDA AO LITIGANTE. NÃO EXTENSÃO AO ADVOGADO DA PARTE CONTEMPLADA. DIREITO PESSOAL. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. 1. “A jurisprudência desta Corte é no sentido de que, se o recurso versar exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência ou contratuais fixados em favor de advogado, cuja parte é beneficiária da justiça gratuita, será devido o pagamento das custas e das despesas processuais, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade” (AgInt no AREsp 1742437/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2021, DJe 01/07/2021). 2. “Não há confundir esse requisito de admissibilidade com aquele relativo à legitimidade recursal concorrente da parte e do próprio titular da verba de discutir os honorários de advogado” (REsp 1776425/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/06/2021, DJe 11/06/2021). 3. Recurso especial não provido.
(STJ - AgInt no REsp: 1959529 SP 2021/0290578-1, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 22/11/2021, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/11/2021)
Considerando que não foram apresentados documentos para demonstrar o preenchimento dos requisitos para a concessão da gratuidade à patrona, intime-se para, no prazo de 5 (cinco) dias, cumprir o disposto no art. 99, §2º do CPC, sob pena de indeferimento do pedido.
Publique-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2023.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PROCESSO: 7002101-18.2022.8.22.0005 - APELAÇÃO CÍVEL
ORIGEM: 7002101-18.2022.8.22.0005 - Ji-Paraná / 2ª Vara Cível
APELANTE: FRIGORIFICO RIO MACHADO INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES SA
ADVOGADO: ARLINDO FRARE NETO - RO3811
ADVOGADO: RAFAEL SILVA COIMBRA - RO5311
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS DA SILVA SIQUEIRA - RO5497
APELADO: JAEDENY GOMES SIMAO SOUZA

ADVOGADO: MATHEUS ARAUJO MAGALHAES - RO10377
ADVOGADO: ROGERIO DOS SANTOS OLIVEIRA - RO10103
RELATOR: DES. KIYOCHI MORI
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 03/11/2022

_____

DECISÃO Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto por Frigorifico Rio Machado Industria e Comercio de Carnes SA nos autos da ação de indenização por danos morais ajuizada por Jaedeny Gomes Simao Souza.
Considerando que não foram apresentados documentos para demonstrar o preenchimento dos requisitos para a concessão da gratuidade, determinou-se a intimação do apelante para, no prazo de 5 (cinco) dias, cumprir o disposto no art. 99, §2º do CPC, o qual transcorreu in albis, razão pela qual indefiro o pedido de gratuidade judiciária.
Intime-se para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o recolhimento do preparo recursal, sob pena de deserção, nos termos do artigo 99, §7º, do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023
PAULO KIYOCHI MORI
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PROCESSO: 0016555-86.2012.8.22.0001 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL
ORIGEM: 0016555-86.2012.8.22.0001 - 5ª VARA CÍVEL / PORTO VELHO
EMBARGANTES: RENATO DOS SANTOS SILVA E OUTROS
ADVOGADA: ANDRESA BATISTA SANTOS - SP306579
ADVOGADO: GUSTAVO LAURO KORTE JUNIOR - SP14983
ADVOGADO: JORGE FELYPE COSTA DE AGUIAR DOS SANTOS - RO2844
ADVOGADO: CLODOALDO LUIS RODRIGUES - RO2720
EMBARGADO: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A
ADVOGADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
ADVOGADA: LIGIA FAVERO GOMES E SILVA - SP235033
ADVOGADO: ANTONIO CELSO FONSECA PUGLIESE - SP155105
EMBARGADA: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A.,
ADVOGADO: MARCELO LESSA PEREIRA - RO1501
ADVOGADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
ADVOGADO: GIUSEPPE GIAMUNDO NETO - SP234412
ADVOGADO: EDGARD HERMELINO LEITE JUNIOR - SP92114
EMBAGADO: CONSORCIO CONSTRUTOR SANTO ANTONIO - CCSA
ADVOGADO: GUSTAVO COSTA MACEDO - BA67315
ADVOGADO: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796
ADVOGADO: RICARDO GONCALVES MOREIRA - SP215212-S
ADVOGADO: JAYME BROWN DA MAIA PITHON - BA8406
RELATOR: DES. KIYOCHI MORI
OPOSTOS EM 01/11/2022

_____

DECISÃO Vistos.
Trata-se de embargos de declaração opostos por Renato dos Santos Silva e outros contra decisão de id 17692270 que concedeu a gratuidade para o ato, consignando que a concessão do benefício opera efeitos ex tunc, razão pela qual foi determinado o recolhimentos das custas iniciais diferidas em dobro, sob pena de deserção, a teor do disposto no art. 1.007, §4º, do Código de Ritos.
Afirmam que sua condição de hipossuficiência é nítida, requerendo a reconsideração da decisão, sob pena de impedir seu acesso à justiça.
Examinados, decido.
Os embargos de declaração são o meio processual cabível para sanar vícios de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, in verbis:
Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º .
Observa-se que a parte não suscita a ocorrência de quaisquer das hipóteses supracitadas, de modo que as razões do recurso não se amoldam à finalidade dos aclaratórios.
Logo, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe.
À luz do exposto, não conheço dos presentes embargos.
Publique-se. Intime-se.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023
PAULO KIYOCHI MORI
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PROCESSO: 7029174-11.2021.8.22.0001 - APELAÇÃO CÍVEL (198)
ORIGEM: 7029174-11.2021.8.22.0001 - Porto Velho / 8ª Vara Cível
APELANTE: CINESIO CAMPOS DA SILVA
ADVOGADO: ELVIS DIAS PINTO - RO3447
APELADO: CLAUDIO JESIEL DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO: JOSE MARIA DE SOUZA RODRIGUES - RO1909
RELATOR: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
DATA DA REDISTRIBUIÇÃO: 22/12/2022

_____

DESPACHO
Vistos,
CINÉSIO CAMPOS DA SILVA apela da sentença prolatada pelo juízo da 8ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, nos autos da ação em que litiga com CLÁUDIO JESIEL DE OLIVEIRA SILVA
O apelante requer a concessão dos benefícios da AJG, porém, deixou de comprovar fazer jus ao benefício.
Assim, na forma do art. 99, §2º do CPC, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para que comprove fazer jus ao benefício ou, se preferir, recolha o preparo recursal na forma simples.
Após, volte-me conclusos.
C.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PROCESSO: 7004474-22.2022.8.22.0005 - APELAÇÃO CÍVEL (198)
ORIGEM: 7004474-22.2022.8.22.0005 - Ji-Paraná / 2ª Vara Cível
APELANTE: O. C. D. B. S/A
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS DA SILVA SIQUEIRA - RO5497
APELADO: A. M. M. D. A.
ADVOGADO: MATHEUS ARAUJO MAGALHAES - RO10377
ADVOGADO: ROGERIO DOS SANTOS OLIVEIRA - RO10103
RELATOR: DES. KIYOCHI MORI
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 18/08/2022

_____

DECISÃO Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto por Frigorífico Rio Machado Indústria e Comércio de Carnes e CIA contra decisão do juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Ji-Paraná que julgou parcialmente procedente o pedido inicial da ação de indenização por danos morais ajuizada por A. M. M. D. A.
Consta dos autos que a parte autora propôs ação aduzindo que é morador de imóvel localizado no bairro Jardim Capelasso e que vem sofrendo com mau cheiro decorrente do descarte a céu aberto de dejetos de animais abatidos nas instalações da empresa requerida, bem como com a exposição ao risco de contaminação das represas da região.
Diante de tal contexto, requereu com base no art. 5º, V, da Constituição Federal e artigos 186 e 927 do Código Civil a condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 6.000,00.
A sentença obteve a seguinte parte dispositiva:
III – DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido indenizatório formulado por A. M. M. D. A. em face de FRIGORIFICO RIO MACHADO INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA, condenando a requerida ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos monetariamente a partir desta decisão e acrescido de juros a partir da citação.
A empresa apela requerendo, primeiramente, a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça.
No mérito, sustenta não haver nos autos prova de que é a causadora do suposto mau cheiro, havendo outras possíveis causas para o dano.
Defende que o incômodo causado em toda a área urbana de Ji-Paraná ao final de 2020 ocorreu em decorrência de problemas na empresa Sebo Ji-Paraná Indústria e Comércio de Produtos Animais, a qual sofreu um incêndio criminoso que danificou todo o sistema aerocondensador.
Afirma que a autora pode ter sido acometida por um breve desconforto que não chegou ao extremo de ofender a sua saúde ou integridade física além de um incômodo momentâneo, o que frisa ter sido provocado por empresa diversa, sendo injustificável, portanto, o alegado abalo moral.
Ressalta a regularidade da apelante de forma a possuir todas as autorizações, alvarás e licenças ambientais exigidas pela lei.
Requer que seja julgado improcedente o pedido de reparação por danos morais.
Contrarrazões de id.16995083.
O Ministério Público opinou pelo não provimento do recurso de apelação (id 17177312).
É o relatório.
Examinados, decido.
Defiro a gratuidade para o ato.
A recorrente alega, em síntese, que não há odores que possam prejudicar a população que lá reside e se existirem, estes não são suficientes para gerar indenização por danos morais. Outrossim, tenta imputar às outras empresas o mau cheiro.
Ocorre que o relatório da Sedam (id 16995057) foi claro ao afirmar a manutenção do odor e de aves no local em decorrência de atos da recorrente. Vejamos trecho do relatório:

Esta área da chácara tem-se a notícia que é utilizada para este fim desde o 1998 quando foi instalada a planta frigorífica. Após mudanças de proprietários, e principalmente neste último ano, pode-se observar que houve mudança na disposição dos resíduos no local, assim como a disposição de um único tipo de resíduos, o rumem. Contudo, o odor ainda é presente no local.
[...]
No dia da vistoria foram presenciados muitas aves se alimentando do material em decomposição, como urubus, garças branca e gavião. (foto 3)
[...]
Ao percorrer na propriedade foi localizada uma área de depósito de resíduos compostáveis aparentemente abandonada, com presença de aves, mas sem informação por parte dos funcionários quanto ao uso desta área a jusante das células. Foto 6
[...]
Desde 2019 a empresa vem tratando de projeto de compostagem junto a Sedam, contudo o mesmo ainda não fora aprovado, segundo o acompanhamento das notificações. A última Notificação (nº 4093/2020 de 06/11/2020) teve sua resposta protocolada em 23/11/2020, sendo que no item 07, que se refere ao projeto de compostagem, o responsável técnico informa que o estudo está em andamento, e será apresentado tão logo seja finalizado.
A prova colhida, portanto, não deixa dúvida que a presença do frigorífico na região causa poluição ambiental e cheiro forte, o que, por certo, ultrapassa qualquer limite de mero aborrecimento.
A situação narrada gera desconforto, risco e incômodos para quem reside no local, o que caracteriza dano moral suficiente para ensejar a condenação da apelante, pois evidente o nexo de causalidade com a conduta deste.
Esta câmara já reconheceu a existência de dano moral passível de reparação em caso semelhante, como se vê:
Apelação cível. Recurso adesivo. Cerceamento de defesa. Afastamento. Descarte de resíduo de frigorífico. Odor. Perturbação ao sossego da vizinhança. Dano moral. Configuração. Valor. Manutenção. Recursos não providos. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento, conforme art. 370 do CPC. Inexiste cerceamento de defesa em decorrência do indeferimento da produção de prova pericial quando a situação dos autos foi comprovada por vistoria realizada em processo conexo, mediante a utilização da prova emprestada, expressamente prevista no art. 372 do CPC. Configura dano moral indenizável aquele que sofre com os odores exalados do descarte de resíduos provenientes da atividade de produção do frigorífico. Para a fixação da indenização por danos morais, o juiz deve levar em consideração a extensão dos danos, orientando-se pelos critérios sugeridos na doutrina e na jurisprudência e com razoabilidade, valer-se de sua experiência e do bom senso, operando-se sua majoração apenas quando o valor se revelar irrisório ou minoração quando exorbitantes, o que não é o caso dos autos.
(TJ-RO - AC: 70019352020218220005 RO 7001935-20.2021.822.0005, Data de Julgamento: 03/12/2021, Rel. Des. Alexandre Miguel)
Apelação cível. Recurso adesivo. Cerceamento de defesa. Não ocorrência. Descarte de resíduo. Odor. Perturbação ao sossego. Dano moral. Configuração. Valor. Manutenção. Recursos desprovidos. O julgamento antecipado da lide não configura cerceamento de defesa se a prova dos autos for suficiente para solução da controvérsia. Configura dano moral indenizável os odores exalados do descarte de resíduos provenientes da atividade de produção do frigorífico.
(TJ-RO - AC: 70073719120208220005 RO 7007371-91.2020.822.0005, Data de Julgamento: 18/11/2021, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes)
Apelação cível e recurso adesivo. Preliminar de cerceamento de defesa. Não ocorrência. Descarte de resíduo. Odor. Perturbação ao sossego. Dano moral configurado. Valor. Mantido. Recursos desprovidos. O julgamento antecipado da lide não configura cerceamento de defesa, quando a prova dos autos for suficiente para solução da controvérsia. Configura dano moral indenizável aquele que sofre com os odores exalados do descarte de resíduos provenientes da atividade de produção do frigorífico.
(TJ-RO - AC: 70056691320208220005 RO 7005669-13.2020.822.0005, Data de Julgamento: 15/10/2021, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes)
Verificando-se, assim, a existência do dano moral e do nexo de causalidade entre este e a conduta culposa da ré, a ensejar o dever indenizatório, nos termos dos art. 186 e 927 do Código Civil, a manutenção da sentença é medida que se impõe.
Ante ao exposto, nego provimento ao recurso de apelação e, deixo de majorar os honorários sucumbenciais porque fixados no percentual máximo.
Publique-se.
Porto Velho, 05 de janeiro de 2023.
DESEMBARGADOR KIYOCHI MORI
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PROCESSO: 7060536-94.2022.8.22.0001 - APELAÇÃO CÍVEL (198)
ORIGEM: 7060536-94.2022.8.22.0001 - Porto Velho / 2ª Vara de Família
APELANTE: F. A. D. S.
ADVOGADO: FERNANDO ARAUJO DA SILVA - RO11575
ADVOGADO: CASSIO OJOPI BONILHA - RO7107
APELADO: E. A. F. E OUTROS
RELATOR: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 23/11/2022

_____

DECISÃO
Vistos,
FRANCISCO ÂNGELO DA SILVA apela da sentença prolatada pelo juízo da 2ª Vara de Família da comarca de Porto Velho, nos autos da ação em que litiga com EVERTON ALVES FERREIRA, ANDERSON ALVES e DJEANE ALVES
O apelante propôs a ação de reconhecimento de união estável post mortem visando o reconhecimento de união estável, mantida por mais de vinte anos com Eliane Alves Pereira.
Deixou de indicar a qualificação e endereços da parte adversa, apenas apresentou os nomes dos supostos herdeiros da falecida.
Determinada a emenda, informou desconhecer as qualificações e endereços, Id. 18065393.
A sentença (fls. 31/32) indeferiu a inicial, merecendo a seguinte parte dispositiva:

Ante o exposto, nos termos do artigo 330, IV c/c o artigo 485, I do CPC, indefiro a inicial e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito.
Custas na forma da lei, pelo autor.
Arquive-se.
P. I. C.
No apelo (fls. 33/36) diz que o magistrado não examinou o pedido de gratuidade formulado, apenas extinguiu o feito determinando o pagamento das custas na forma da lei.
Diz não ter condições de arcar com o pagamento das custas sem prejuízo de seu sustento.
Requer o provimento do recurso para que lhe sejam concedidos os benefícios da AJG.
Sem contrarrazões.
Relatado. Decido.
A questão dos autos versa sobre a irresignação do apelante em relação à decisão do juízo que o condenou ao pagamento das custas na forma da lei.
Diz ter requerido a concessão dos benefícios da AJG o que não foi apreciado pelo juízo.
Pois bem.
Analisando os presentes autos, verifico que o apelante não apresentou ao juízo elementos para que este deliberasse sobre o pedido. Entretanto, em seu apelo, apresentou documento de fl. 46, que aponta ser este beneficiário dos programas sociais do Governo Federal.
No meu sentir, entendo que os documentos carreados aos autos, são suficientes para comprovar a impossibilidade do apelante de arcar com o pagamento das custas e despesas processuais.
Ademais, certo é que, o cenário econômico atual mostra-se deveras difícil dado o encarecer das coisas, de modo que, o importe das custas processuais, acarretará prejuízo ao apelante.
Com base nessas considerações, sem destacar o acerto da decisão apelada, ante a ausência de prova quando da propositura da ação, entendo por bem deferir o pedido.
Esclareço que os benefícios da AJG não isenta a parte do pagamento das custas e despesas processuais, apenas suspende a exigibilidade.
Ante ao exposto, dou provimento ao apelo e concedo ao apelante os benefícios da AJG, e suspendo a exigibilidade do pagamento das custas na forma do art. 98, §3º do CPC.
Após a estabilidade desta decisão, à origem.
P. I. C.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023
Desembargador(a) ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

1ª CÂMARA ESPECIAL

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos
Processo: 0810220-69.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: Des. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Data distribuição: 19/10/2022 07:14:43
Polo Ativo: C. DE SOUZA NOBREGA & CIA LTDA - EPP e outros
Advogado do(a) AGRAVANTE: EDILSON STUTZ - RO309-A
Polo Passivo: ESTADO DE RONDONIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de recurso de agravo de instrumento (doc. e-17669984) interposto pela empresa C. DE SOUZA NOBREGA & CIA LTDA - EPP em face de decisão (doc. e-82047705 - autos originários) exarada pelo Juízo da 1ª vara cível da comarca de Ji-Paraná nos autos da ação de execução fiscal n. 7006808-29.2022.8.22.0005 movida pelo ESTADO DE RONDÔNIA, em que foi rejeitada sua exceção de pré-executividade.
A ação originária (doc. e-78086274 - autos originários) busca o recebimento do valor aproximado de R$1.855.000,00, conforme descritos nas CDAs n. 20200200429001, 20200200469245, 20200200469250, 20220200019002, 20220200019003 e 20220200025576.
Após proferido despacho inicial (doc. e-78262252 - autos originários), foi apresentada exceção de pré-executividade pela Executada (doc. e-79477824 - autos originários), tendo argumentado que:
- as CDAs são nulas, haja vista a ausência de apresentação do processo administrativo tributário que as originaram;
- foi aplicada a taxa SELIC para atualização da dívida, que já engloba a correção monetária, o que impossibilita a utilização de ambas concomitantemente.
Oportunizada a impugnação pelo ESTADO, foi exarada a decisão que negou a referida exceção de pré-executividade, nos seguintes termos (doc. e-82047705 - autos originários):
[...] Trata-se de medida protetiva em favor de LEONARDO SANTOS A executada apresentou exceção de pré-executividade alegando nulidade de CDA em razão da ausência de processo administrativo e aplicação de tese relativa à taxa SELIC.
O exequente foi intimado e se manifestou no sentido do não cabimento da exceção de pré-executividade na hipótese. Desnecessidade de anexação de processo administrativo quando o fato gerador decorre de auto-lançamento. Impossibilidade de discussão, em sede de exceção, de tese jurídica.
DECIDO.
A chamada exceção de pré-executividade, em que pese amplamente admitida pela jurisprudência e doutrina, somente pode ser utilizada quando as alegações envolvam matária de ordem pública, que podem ser conhecidas de ofício pelo juiz e dispensem dilação probatória.
Não é o caso vertente.
Inadmssível a utilização do instrumento processual não regulamentado para discussão de teses jurídicas ou acadêmicas, nem tampouco é possível dar-se decisão fundada em jurisprudência não vinculante, máxime quando as decisões, respeitada a autoridade do órgão que as deu, foram precedidas de ampla cognição.

Evidente que eventual reconhecimento da tese defendida pela executada deve ser precedida de amplo debate e contraditório, possível apenas em sede de embargos à execução.
Em relação à ausência de processo administrativo, fato ensejador de suposta nulidade das CDA's, consta que o fato gerador decorreu de declaração da própria executada, modalidade de lançamento que dispensa, por razões óbvias, processo administrativo, salvo recusa do fisco em homologar.
Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.
Também não se exige a notificação do contribuinte na falta de pagamento quando o crédito decorre de declaração ou denúncia do próprio contribuinte.
Ante o exposto, rejeito a exceção de pré-executividade.
Intimem-se, devendo o exequente dar andamento, requerendo o que for de interesse. [...] (grifo original)
Em suas razões (doc. e-17669984), a empresa afirma que foi aplicada a taxa SELIC para atualização da dívida, que já engloba a correção monetária, o que impossibilita a utilização de ambas concomitantemente, inclusive tratando-se de matéria de ordem pública que pode ser arguida em sede de exceção de pré-executividade, haja vista não demandar dilação probatória.
Ao fim, requer a concessão de efeito suspensivo, e no mérito o provimento do recurso, para afastar a cumulação de índices na correção do débito.
É o relatório. Decido.
A controvérsia recursal se dá a respeito da decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade em ação de execução fiscal.
Pois bem. Cumpre analisar neste momento, a existência ou não dos pressupostos autorizadores do efeito suspensivo, a fim de compor ou não a viabilidade de sua concessão, nos termos do art. 1.019, I c/c art. 995, ambos do CPC 2015, quais sejam, se da imediata produção dos efeitos da decisão recorrida houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
No caso em tela, demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista a existência de precedentes nesta Corte:
[...] Apelação. Direito tributário. ICMS. Auto de infração. CDA. Nulidade. Vícios formais. Não configurados. Índice aplicável. Taxa SELIC. Possibilidade. Recurso parcialmente provido.
1. O auto de infração é válido se atende à legislação pertinente ao caso, ante a ausência de recolhimento o ICMS devido nos termos da lei pelo contribuinte. De igual modo a CDA correspondente, se o contribuinte não adimpliu o pagamento ou não interpôs recurso no prazo legal.
2. Conforme decidido no recurso repetitivo Resp. 1.492.221, observada a regra isonômica e havendo previsão na legislação da entidade tributante, é legítima a utilização da taxa Selic, sendo vedada sua cumulação com quaisquer outros índices, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso.
3. Recurso parcialmente provido. (TJRO, Apelação n. 7052258-12.2019.822.0001, minha relatoria, 1ª Câmara Especial, julgado em 25/8/2022)
Apelação. Tributário. ICMS. Diferencial de alíquota tributária - DIFAL. Construção civil. Legislação e jurisprudência. Outras atividades. Demonstração da utilização da mercadoria. Inocorrência. Incidência do tributo. Correção monetária e juros. Tema repetitivo. Princípio isonômico. Utilização dos mesmos índices. Taxa Selic. Possibilidade. Recurso parcialmente provido.
As empresas de construção civil, quando no exercício da atividade de prestação de serviços, não estão sujeitas ao pagamento do diferencial de alíquota do ICMS, cujo emprego comprovadamente seja realizado em obras contratadas em seu âmbito territorial. Caso contrário, não havendo esta comprovação e constando nos autos provas de que o consórcio de sociedade desenvolve outras atividades, é devida a cobrança do ICMS.
Conforme decidido em recurso repetitivo, observada a regra isonômica e havendo previsão na legislação da entidade tributante, é legítima a utilização da taxa Selic, sendo vedada sua cumulação com quaisquer outros índices, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso. (TJRO, Apelação n. 7022222-84.2019.822.0001, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, 2ª Câmara Especial, julgado em 21/7/2020) [...] (grifamos)
Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, a continuidade do processo executivo com os atos expropriatórios pode levar à exigibilidade excessiva de valores do patrimônio do devedor.
Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o deferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores.
Diante do exposto, defiro o efeito suspensivo ao presente agravo até o julgamento do seu mérito, podendo a decisão ser revista em virtude de alteração no quadro fático.
Intimem-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que respondam no prazo legal, podendo juntar documentos.
Notifique-se o juízo a quo da decisão.
Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado.
Porto Velho/RO, 4 de janeiro de 2023.
DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS
Relator

Processo: 7000387-03.2016.8.22.0015 - APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)
Relator: Des. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Data distribuição: 12/08/2019 09:23:58
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA
Polo Passivo: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARA-MIRIM
TERCEIRO INTERESSADO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DE RONDONIA
ADVOGADO: CASSIO ESTEVES JAQUES VIDAL - OAB RO5649-A
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto pelo ESTADO DE RONDÔNIA em face da sentença proferida pelo juízo da 2ª vara cível da comarca de Guajará-Mirim na ação ordinária n. 7000387-03.2016.8.22.0015, movida pelo MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, em que foram julgados parcialmente procedentes os pedidos da inicial para determinar ao ESTADO DE RONDÔNIA a assunção integral da gestão do Hospital Regional Perpétuo Socorro, nos termos da Portaria n. 150/GAB/CIB/RO/2011.

Considerando-se a informação do NUPEMEC/ CGJ quanto à audiência de mediação previamente designada para 7/12/2022 (doc. e-18286976), determino a certificação da sua realização e a juntada da respectiva ata ou arquivo multimídia.
Após, remetam-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação.
Porto Velho/RO, 3 de janeiro de 2023.
Desembargador DANIEL RIBEIRO LAGOS
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos
Processo: 0800037-05.2023.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS
Data distribuição: 05/01/2023 09:03:44
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA e outros
Polo Passivo: V. B. D. S. e outros
DECISÃO
Vistos.
Trata-se recurso de agravo de instrumento (doc. e-18358822) interposto pelo ESTADO DE RONDÔNIA em face de decisão (doc. e-85345647 - autos originários) exarada pelo Juízo da vara única da comarca de Presidente Médici na ação ordinária n. 7002185-16.2022.8.22.0006 movida pelo menor impúbere V. B. D. S. representado por sua genitora R. B. G. e assistidos pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, em que foi deferido pedido de tutela de urgência.
A ação originária (doc. e-84310101 - autos originários) busca a determinação para tratamento médico, baseado no método ABA, com acompanhamento em fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional, além de, em sala de aula, ser acompanhado por auxiliar de desenvolvimento infantil, a ser fornecido pelo SUS ou rede privada, custeado pelo Estado (lato sensu), conforme extraído do relatório da decisão ora recorrida (doc. e-85345647 - autos originários):
[...] 1. Recebo a inicial e concedo os benesses da Justiça Gratuita com fulcro no art. 98 do Código de Processo Civil e Lei nº 1.060/50 por neste momento entender que o Requerente não possui condições de arcar com as custas processuais. Contudo, esclareço que havendo mudança em sua condição financeira durante o decurso do processo, a gratuidade judiciária poderá ser revogada.
2. Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido liminar em que Vinicius Buriola dos Santos, menor impúbere, neste ato representado por seu representante legal, demanda em face do Estado de Rondônia e o Município de Presidente Médici/RO.
Esclarece a Requerente que o infante este com apenas 12 anos de idade e que foi diagnosticado com transtorno do espectro autista, CID: 11 / 6A02.1, com quadro que caracteriza déficits persistentes na comunicação social e da interação social em múltiplos contextos e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, com distúrbio de desenvolvimento intelectual e com leve ou sem comprometimento de linguagem funcional, no qual necessita de tratamento médico baseado no método ABA, com acompanhamento fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional, além de, em que sala de aula, ser acompanhado por auxiliar de desenvolvimento infantil.
Conforme informado no laudo, o caso demanda urgência, sob risco de grave comprometimento do bem estar (item 14 / 15 dos quesitos médicos juntados na inicial).
Argumenta que já tentou solucionar a questão de modo administrativo, sem sucesso e que esperar assegurar seu tratamento pelo método ABA.
Ao final, requereu que lhe seja concedido liminar determinando a imediata cobertura integral do tratamento médico, no método ABA, com acompanhamento de especialistas de fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional, além de, em sala de aula, ser acompanhado por auxiliar de desenvolvimento infantil. E no mérito pugna pela condenação dos Requeridos. Juntou documentos.
É o relatório. Decido.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme disposto no art. 300 do Código de Processo Civil.
Segundo as lições de Humberto Theododoro Júnior (Curso de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Direito Processual Civil, 57.ed., Rio de Janeiro: Forense, 2016), existem basicamente dois requisitos para alcançar uma providência de urgência de natureza cautelar ou satisfatória. São eles: ''a) Um dano potencial, que se configura no risco do processo não ser útil ao interesse demonstrado pela parte, em razão do periculum in mora.; b) A probabilidade do direito substancial invocado, ou seja, o fumus boni iuris.''
A tutela de urgência exige demonstração de probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Estes pressupostos, todavia, devem ser evidenciados conjuntamente, pelo que, em via oblíqua, tornar-se-á defesa a concessão da antecipação de tutela.
O transtorno do espectro autista (TEA) refere-se a uma série de condições caracterizadas por desafios com habilidade sociais, comportamentos repetitivos, fala e comunicação não verbal, bem como por força e diferenças únicas.
De acordo com a classificação estatística internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a saúde – CID: 10, fazem parte dos transtornos do espectro autista os seguintes diagnósticos: a) F84.0 Autismo infantil.; b) F84.1 Autismo atípico.; c) F84.3 Outro transtorno desintegrativo da infância.; d) F84.5 Síndrome de asperger.; e) F84.8 Outros transtornos invasivos do desenvolvimento.
A lei nº 12.764/2012, que institui a Politica Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução, define TEA da seguinte maneira:
''Art. 1º, §1º. Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:
I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e das interações sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.''
A saúde é direito fundamental de segunda geração constitucionalmente tutelado. É direito de todos, caracterizado pela acesso universal independentemente de qualquer tipo de pagamento ou contribuição (art. 6º e 196 da Constituição Federal).
Igualmente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15) prevê que as operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes (art. 20) e são vedadas as discriminações, inclusive a cobrança de valores diferenciados pelos planos de saúde (art. 23).
Especificamente sobre o direito à saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, a Lei nº 12.764/2012 prevê o direito ao diagnóstico precoce e à obrigatoriedade do fornecimento de atendimento multiprofissional ao paciente diagnosticado com autismo, custeados pelo respectivo plano de saúde.
Desta forma, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional formulado pelos Requerentes, para o fim de DETERMINAR que o Estado de Rondônia providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, tratamento médico, baseado no método ABA, com acompanhamento em fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional, além de, em sala de aula, ser acompanhado por auxiliar de desenvolvimento infantil, a ser fornecido pelo SUS ou rede privada.
DETERMINO que o Município de Presidente Médici/RO conceda passagens de ida e volta a este e ao seu acompanhante ao local de realização do procedimento, bem como o fornecimento da ajuda de custo, para realização do tratamento, enquanto for necessário, caso o Requerente necessite realizar o tratamento fora de seu domicilio em outro município.
Excepcionalmente, deixo de designar audiência, citem-se os Requerido via Oficial de Justiça (art. 247, III, combinado com o art. 249 ambos do Código de Processo Civil), perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial, como determina o art. 242, §3º do Código de Processo Civil, contando-se o prazo para resposta no forma do art. 231, II do Código de Processo Civil. [...] (grifamos)
Em suas razões (doc. e-18358822), o ESTADO DE RONDÔNIA afirma que:
- o SUS não disponibiliza o tratamento psicológico pelo método ABA;
- não há nos autos laudo médico comprovando a necessidade do referido tratamento, conforme determinado no Tema 106 do STJ, quanto a procedimentos não previstos no SUS;
- o tratamento de pessoas com deficiência é de competência exclusiva do MUNICÍPIO;
- deve ser fixado prazo razoável de pelo menos 60 (sessenta) dias para cumprimento da obrigação.
Ao fim, requer a concessão de tutela de urgência para que se atribua efeito suspensivo à decisão originária, e que no mérito seja provido o recurso para revogar a decisão agravada ou ainda para concessão do prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento.
É o relatório. Decido.
A controvérsia recursal se dá a respeito da decisão que determinou a realização de tratamento médico no prazo de 5 (cinco) dias.
Pois bem. Cumpre analisar neste momento, a existência ou não dos pressupostos autorizadores do efeito suspensivo, a fim de compor ou não a viabilidade de sua concessão, nos termos do art. 1.019, I c/c art. 995, ambos do CPC 2015, quais sejam, se da imediata produção dos efeitos da decisão recorrida houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
No caso em tela, demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista a necessidade de contratação e/ ou designação de profissionais relativos à equipe multidisciplinar.
Também se verifica de pronto quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, haja vista que a fixação de prazo exíguo pode levar ao prematuro sequestro de valores, caso o próprio ESTADO DE RONDÔNIA disponha de profissionais, insumos e infraestrutura para realização do tratamento a um custo menor.
Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o deferimento do efeito suspensivo requerido, ainda que parcialmente, considerando que restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores.
Diante do exposto, defiro parcialmente o efeito suspensivo ao presente agravo, tão somente para dilatar o prazo de cumprimento da decisão para 60 (sessenta) dias, até o julgamento do mérito recursal.
Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos.
Considerando-se a parte se tratar de criança, intime-se a Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, caso entenda necessário, na forma do art. 178, I c/c art. 1.019, III, ambos do CPC 2015.
Notifique-se o Juízo a quo da decisão.
Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de carta/ ofício/ mandado.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2022.
DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS
Relator

2ª CÂMARA ESPECIAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz
Processo: 0800011-07.2023.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Data distribuição: 03/01/2023 14:34:06
Polo Ativo: ESTADO DE RONDÔNIA - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO e outros
Polo Passivo: MARCOS JOANDSON DE JESUS
Decisão
Decisão MONOCRÁTICA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Estado de Rondônia contra decisão proferida pela Vara única da Comarca de São Francisco do Guaporé, que nos autos de ação e obrigação de fazer determinou que o Município e o Estado providenciassem o necessário para realizar procedimento cirúrgico de correção de espondilolistese e atrodese lombar, no prazo de vinte dias, sob pena de sequestro.

Em suas razões de agravo, em resumo, argumentou e reclamou: i) prazo razoável para cumprimento da liminar, sugerindo o prazo de quarenta e cinco dias úteis para atendimento; e ii) ausência de requisitos para a concessão de tutela antecipada.
Pugnou pela suspensão de efeitos da decisão agravada e, no mérito, pelo provimento do agravo (ID 18356009/PJe).
É o relatório.
Decido.
O agravo de instrumento é a via recursal adequada para impugnação de decisões interlocutórias que versarem sobre as hipóteses previstas no art. 1.015 do CPC.
Nelson Nery Junior, em Comentários ao Código de Processo Civil, esclarece o seguinte:
No CPC/1973, bastava que a decisão se encaixasse na definição de interlocutória para que dela fosse cabível o recurso de agravo, fosse por instrumento, fosse retido nos autos – sendo este último a regra do sistema. O atual CPC agora pretende manter a regra do agravo retido sob outra roupagem, a da preliminar de apelação. Porém a regra não mais se pauta pelo caráter de urgência e de prejuízo que o não julgamento da interlocutória possa ter, como ocorria no CPC/1973, mas sim por uma seleção de onze situações que parecem ser, ao legislador, as únicas nas quais se pode ter prejuízo ao devido andamento do processo caso apreciadas de imediato em segundo grau de jurisdição.
(Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery. Comentários ao Código de Processo Civil, ed. Revista dos Tribunais, 2015, p. 2.079).
O dispositivo legal supracitado, em seu inciso I prevê que "Caberá agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre tutelas provisórias".
Nessa senda, o recurso adequado, que visa à possibilidade de uma célere reavaliação do caso pelo órgão superior, garantindo o duplo grau de jurisdição acerca de matéria prevista expressamente no dispositivo citado, é o agravo de instrumento.
É sabido que para a concessão de tutela provisória de urgência a decisão precária deve se justificar pela presença de dois requisitos, quais sejam, (i) elementos que evidenciem a probabilidade do direito e (ii) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (artigos 294 e 300, ambos do CPC).
Por se tratar de requisitos essenciais, devem ser cumulativos e concomitantes, traduzindo-se a falta de um deles na impossibilidade da concessão da medida antecipatória.
Pois bem.
No caso em tela, em análise perfunctória, o pleito suspensivo merece guarida.
Em análise concreta e em consulta aos autos de origem, embora até pareça presente o requisito da fumaça do bom direito (fumus bonis iuris), não vislumbro o perigo da demora (periculum in mora), uma vez que os documentos jungidos não apontam a urgência reclamada, mas somente a necessidade da realização do procedimento para o fim de propiciar melhor qualidade de vida possível para o paciente.
O Agravado é pessoa jovem, nascido em 21/3/1992, havendo anotação de que a cirurgia seria eletiva, já havendo pedido prévio via SISREG.
Os documentos médicos não indicam risco de morte ou mesmo risco de deterioração rápida da saúde na espera pelo provimento judicial final.
Nesse entender, não há comprovação da urgência a recomendar a pronta realização de procedimento médico, sob pena de violação ao princípio da isonomia diante da presumida existência de outros pacientes nessa mesma situação.
É entendimento majoritário desta Corte de que a inobservância da "fila do SUS" somente se justifica em caso de risco de morte, não evidenciado na hipótese retratada, ao menos até o momento. Vejamos:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. REALIZAÇÃO DE CIRURGIA. PROCEDIMENTO ELETIVO. INCLUSÃO NA FILA. AUSÊNCIA DE URGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE AVANÇO NA FILA. RECURSO PROVIDO.
Consoante entendimento dos tribunais superiores, em caso de cirurgia eletiva, na qual o cidadão é incluído em fila cronológica para realização do procedimento, apenas eventual risco de morte é capaz de configurar urgência para avanço na fila.
Não havendo tal risco, deve o cidadão aguardar a ordem cronológica para realização do procedimento.
Recurso a que se dá provimento.
(2ª Câmara Especial. AI 0803454-10.2016.822.0000, Rel. Des. Walter Waltenberg Silva Junior, j. em 23/2/2017); e
MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO À SAÚDE. CIRURGIA ELETIVA. URGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. FILA DE ESPERA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.
Não demonstrada a urgência de procedimento cirúrgico a legitimar a inobservância de lista de espera segundo os protocolos usuais do SUS, a denegação do Mandamus é medida que se impõe.
O direito à saúde não pode ser realizado à margem do princípio da isonomia, sob pena de causar injusto privilégio, ocorrendo prejuízo de outros pacientes que permanecem em fila de espera para cirurgia eletiva.
(Câmaras Especiais Reunidas. MS 0800113-10.2015.822.0000, Rel. Des. Eurico Montenegro, j. em 13/1/2016).
Nesse sentido o Enunciado n.º 51 da II Jornada de Direito da Saúde, in verbis: "Nos processos judiciais, a caracterização da urgência/emergência requer relatório médico circunstanciado, com expressa menção do quadro clínico de risco imediato".
Não se está a dizer, contudo, que o entendimento acima leve, necessariamente, ao julgamento de improcedência do pedido inicial, mas tão somente que, não havendo o risco imediato, deve-se aguardar o provimento final.
Por todo o contexto apresentado, neste momento pórtico da ação, de cognição preliminar e sumária, não estão presentes os requisitos para a tutela provisória.
EM FACE DO EXPOSTO, em cognição sumária, presentes os requisitos necessários à concessão de efeito suspensivo ao recurso (artigos 294, 300 e 1.019, I, todos do CPC) e atentando-se para os documentos apresentados no feito e que indicam a necessidade da medida pugnada, defiro-a para o fim de suspender os efeitos da decisão agravada.
Intime-se a parte Agravada para, querendo, contraminutar (art. 1.019, II, do CPC).
Dispensada a manifestação ministerial, considerando a ausência de hipótese legal de sua intervenção.
Desnecessárias informações do Juízo de Primeiro Grau, somente devendo ocorrer sua comunicação.
Finalmente, tornem os autos conclusos.
Intimem-se. Cumpra-se. Diligências legais.
SERVE ESTA DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 04 de janeiro de 2023.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Plantão Judiciário do Recesso Forense/ 2º Grau

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Hiram Souza Marques
Processo: 0812618-86.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: HIRAM SOUZA MARQUES
Data distribuição: 26/12/2022 13:21:17
Polo Ativo: CONDESA NORTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e outros
Advogado do(a) AGRAVANTE: FABIO AUGUSTO CHILO - SP221616-A
Polo Passivo: ESTADO DE RONDONIA
Decisão
Vistos.
Condesa Norte Indústria e Comércio Ltda agrava da decisão que indeferiu o pedido liminar em Mandado de Segurança impetrado em desfavor do Diretor da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia.
A decisão recorrida (id 18346039) indeferiu o pedido de suspensão da exigibilidade do crédito tributário indicando violação à Súmula n. 112 do STJ, que determina o depósito integral em dinheiro para concessão do pedido de sobrestamento. Indicou, ainda, ser necessária a prestação de informações da parte contrária.
Aduz o recorrente, em suma, a necessidade de reforma da decisão, considerando que seu pleito de suspensão teve por fundamento o art. 151, II do CTN, enquanto que o depósito integral da quantia possui previsão no art. 151, IV do CTN, tratando-se de fundamento diverso do pleiteado.
Argumenta que a probabilidade do direito está demonstrada diante da prescrição da verba, uma vez que o débito encontra-se pendente há mais de dez anos da data do ajuizamento da ação executiva, e ainda, que está demonstrado o perigo de dano irreparável diante da impossibilidade de expedição da certidão negativa de débitos estaduais.
Pretende a concessão de liminar para determinar a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários objeto das certidões de dívida ativa n. 20080200005297 (vinculada à CDA nº 20080309900598) e nº 20110200013134, até o final julgamento do agravo de instrumento.
É o relatório. Decido.
De início, verifico o cabimento do agravo, porquanto a decisão versa sobre decisão proferida em cumprimento de sentença, conforme prevê o artigo 1.015, parágrafo único do CPC/2015.
Como sabido, a concessão de efeito suspensivo em agravo de instrumento somente é cabível quando verificados, in limine, a presença da probabilidade do provimento do recurso e risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, consoante disposto nos arts. 995 e 1.019, I, ambos do Código de Processo Civil.
De início, assinalo que a ação mandamental merece a realização de emenda, considerando que por ocasião do julgamento do Mandado de Segurança n. 0801724-27.2017.8.22.0000 pelo Tribunal Pleno, que tratava da incidência do ICMS sobre TUSD e TUST, entendeu-se que, nos moldes do disposto no art. 60 da Lei Complementar Estadual n. 688/96, a fiscalização e cobrança do tributo é de competência da Coordenadoria da Receita Estadual.
Nesse mesmo sentido, já se assinalou que "o Secretário de Estado de Finanças é parte passiva ilegítima para figurar em mandado de segurança que busca discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL), na medida em que essa autoridade não tem a atribuição de lançar e de exigir, de forma individualizada, o recolhimento do tributo." (MS, processo nº 0808473-55.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Gilberto Barbosa, Data de julgamento: 21/05/2021).
Dessa forma, tal providência deverá ser observada na origem, para correção do pólo passivo da ação mandamental.
A questão não prejudica, porém, a análise do pleito liminar, que como vislumbro, é fundada na prescrição das certidões de dívida ativa n. 20080200005297 (vinculada à CDA n. 20080309900598) e n. 20110200013134, objeto de cobrança administrativa.
Como se vê, a CDA n. 20080200005297 teria sido objeto de inscrição em 07/07/2008 (id 85411399 - Pág. 2), referente a débitos vencidos em 2008, enquanto que a CDA n. 20110200013134 foi inscrita em 12/08/2011, ambos relativos à rescisão de parcelamento, relacionando-se a débitos vencidos desde 2006, que embora não tenham sido objeto de ação executiva fiscal, impediriam, conforme relato do impetrante, a expedição de certidão negativa de tributos estaduais.
Com efeito, conforme jurisprudência pacífica, é desnecessário o depósito integral do montante para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário fundada no art. 151, IV do CTN, considerando, ainda, a orientação sumulada na Súmula Vinculante n. 28, ora vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANULATÓRIA DO CRÉDITO FISCAL. CONDICIONAMENTO AO DEPÓSITO PRÉVIO DO MONTANTE INTEGRAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. 1. A propositura de ação anulatória de débito fiscal não está condicionada à realização do depósito prévio previsto no art. 38 da Lei de Execuções Fiscais, posto não ter sido o referido dispositivo legal recepcionado pela Constituição Federal de 1988, em virtude de incompatibilidade material com o art. 5º, inciso XXXV, verbis: "a lei não excluirá da apreciação do PODER JUDICIÁRIO lesão ou ameaça a direito". 2. "Ação anulatória de débito fiscal. art. 38 da lei 6.830/80. Razoável a interpretação do aresto recorrido no sentido de que não constitui requisito para a propositura da ação anulatória de débito fiscal o depósito previsto no referido artigo. Tal obrigatoriedade ocorre se o sujeito passivo pretender inibir a Fazenda Pública de propor a execução fiscal. Recurso extraordinário não conhecido." (RE 105552, Relator Min. DJACI FALCÃO, Segunda Turma, DJ 30-08-1985) 3. Deveras, o depósito prévio previsto no art. 38, da LEF, não constitui condição de procedibilidade da ação anulatória, mas mera faculdade do autor, para o efeito de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151 do CTN, inibindo, dessa forma, o ajuizamento da ação executiva fiscal, consoante a jurisprudência pacífica do E. STJ. (Precedentes do STJ: AgRg nos EDcl no Ag 1107172/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 11/09/2009; REsp 183.969/SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2000, DJ 22/05/2000; REsp 60.064/SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/04/1995, DJ 15/05/1995; REsp 2.772/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/1995, DJ 24/04/1995) (...) (REsp 962.838/BA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009)
EMENTA TRIBUTÁRIO – RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ANULATÓRIA - – PRELIMINAR – NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE – REJEIÇÃO – MÉRITO - AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANULATÓRIA DO CRÉDITO FISCAL - CONDICIONAMENTO AO DEPÓSITO PRÉVIO DO MONTANTE INTEGRAL – IMPOSSIBILIDADE - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE – POSSIBILIDADE – PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA LIMINAR – ARTIGO 151, INCISO V,

DO CTN – RECURSO DESPROVIDO. Não há que se falar em ofensa ao princípio da dialeticidade, tendo em vista que as razões recursais não estão dissociadas da decisão recorrida que determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do artigo 151, V, do CTN, posto que, no entender do Agravante a ação anulatória não poderia ser ajuizada sem o depósito do valor do débito e a liminar não poderia ser deferida sem a garantia do juízo. O STF editou a Súmula Vinculante 28, no sentido de que é inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário. É pacífica na doutrina e na jurisprudência a possibilidade da suspensão da exigibilidade do crédito tributário pela demonstração, somente, dos requisitos para concessão da tutela de urgência (artigo 300 do CPC), sem a necessidade de qualquer depósito ou caução do valor do débito, conforme preconiza o art. 151, inciso V, do CTN. (TJ-MT 10147443920198110000 MT, Relator: HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, Data de Julgamento: 05/10/2020, Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 23/10/2020)
Ademais, nota-se que pela data da inscrição em dívida ativa tributária, houve o decurso do prazo de cinco anos para a propositura da ação executiva fiscal, sendo inviável, inclusive, a cobrança administrativa da dívida prescrita, demonstrada ao id 85413402 - Pág. 2.
É certo, ainda, que a impossibilidade da expedição da certidão negativa ocasiona dano à empresa executada, pois impede a realização de diversas atividades comerciais e a demonstração de sua regularidade fiscal.
Dessa forma, sem prejuízo da reanálise após as informações a serem prestadas pela autoridade coatora, por ora entendo demonstrados os requisitos necessários à concessão do efeito suspensivo, motivo pelo qual o defiro, até ulterior deliberação.
Comunique-se o Juízo a quo os termos da presente decisão, servindo a presente como ofício.
Intime-se o agravado a oferecer contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.
Vista dos autos à Procuradoria de Justiça para manifestação.
Intimem-se as partes da presente decisão.
Cumpra-se.
Porto Velho, 4 de janeiro de 2023
DANIEL RIBEIRO LAGOS
Relator em substituição regimental

COORDENADORIA CRIMINAL

SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO CRIMINAL
2ª CÂMARA CRIMINAL / Gabinete Des. Jorge Leal
ACÓRDÃO DATA DE JULGAMENTO: 16/12/2022
0803135-32.2022.8.22.0000 Agravo Interno em Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem: 0809477-93.2021.8.22.0000 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia)
Agravante: Rafael Messias Santos
Advogada: Fátima Nagila de Almeida Machado (OAB/RO 3891)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Interposto em 01/09/2022
DECISÃO: "AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
EMENTA: AGRAVO INTERNO. EMBARGOS INFRINGENTES EM AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. NÃO CABIMENTO. PREVISÃO LEGAL. AUSÊNCIA .
Segundo o art. 376 do RITJ/RO não cabe a oposição de embargos infringentes de decisão proferida em sede de agravo em execução

SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO CRIMINAL
2ª CÂMARA CRIMINAL / Gabinete Des. Jorge Leal
ACÓRDÃO DATA DE JULGAMENTO: 18/11/2022
0806490-84.2021.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem: 0004311-83.2016.8.22.0002 Ariquemes/3ª Vara Criminal
Revisionando: Moisés Luiz Orso
Advogado: Marcos Antônio de Oliveira (OAB/RO 10.196)
Advogada: Luísa Paula Nogueira Ribeiro Melo (OAB/RO 1.575)
Advogado: Gustavo Henrique Machado Mendes (OAB/RO 4.636)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Francisco Borges Ferreira Neto
Distribuído por sorteio em 12/07/2021
Redistribuído por sorteio em 29/06/2022
Pedido de vista formulado na sessão de julgamento de 16/09/2022.
O advogado Gustavo Henrique Machado Mendes realizou sustentação oral, por meio de videoconferência, nos termos do art. 937, § 4º do CPC, em favor do Revisionando.
Processo incluído na pauta do dia 21/10/2022, em consonância ao §1º do Art. 131 do RI/TJRO.
Adiado da sessão de julgamento realizada em 21/10/2022.
DECISÃO: QUESTÃO DE ORDEM LEVANTADA PELO DESEMBARGADOR VALDECI CASTELLAR CITON, PELO NÃO CONHECIMENTO DA REVISÃO, QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR OSNY CLARO DE OLIVEIRA E O DESEMBARGADOR FRANCISCO BORGES FERREIRA NETO E VOTARAM PELO CONHECIMENTO O RELATOR, O DESEMBARGADOR JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ E O DESEMBARGADOR ÁLVARO KALIX FERRO; HAVENDO EMPATE, DEPOIS DE UTILIZADA A TÉCNICA DA PARTE FINAL DO §1º,

DO ART. 615, DO CPP, FOI CONHECIDO O RECURSO. NO MÉRITO, REVISÃO CRIMINAL JULGADA IMPROCEDENTE POR MAIORIA, VENCIDOS OS DESEMBARGADORES FRANCISCO BORGES FERREIRA NETO E JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ.".
EMENTA: Revisão Criminal. Artigo 621, inciso I, do CPP. Reconhecimento de Continuidade Delitiva. Não configurado. Atos Praticados de forma reiterada.
É admissível, em sede revisional, o reexame da prova voltado a aferir se a sentença condenatória é contrária ou não à evidência dos autos. Não há que se falar em continuidade delitiva naquelas hipóteses em que os crimes praticados pelo revisionando demonstram apenas a característica de habitualidade, ou seja, distante dos requisitos estabelecidos pelo artigo 71 do Código Penal.

SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO CRIMINAL
1ª CÂMARA CRIMINAL
Processo n.: 7000995-88.2022.8.22.0015 - APELAÇÃO CRIMINAL (417) APELANTE: RAUL RAMALLO AYALA
Advogado do(a) APELANTE: NARA CAMILO DOS SANTOS BOTELHO - RO7118-A
APELADO: MPRO (MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA)
Relator: Desembargador OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
INTIMAÇÃO
Nos termos do Art. 600, §4º do CPP, fica(m) o(s) Patrono(s) do(a) apelante RAUL RAMALLO AYALA, INTIMADO(S) a apresentar(em) as razões recursais, no prazo legal.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
HERNANE CARDOSO DA SILVA JUNIOR
CCRIM/CPE2G

SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO CRIMINAL
1ª CÂMARA CRIMINAL
Processo n.: 1009095-10.2017.8.22.0501 - APELAÇÃO CRIMINAL (417) APELANTE: C. O. A.
Advogados do(a) APELANTE: JUSCELINO MORAES DO AMARAL - RO4405-A, JORGE AVELINO LIMA DO AMARAL - RO10555-A, RYAN MARQUES DE OLIVEIRA MEDEIROS - RO9711-A, JACIRA SILVINO - RO830-A, KELVE MENDONCA LIMA - RO9609-A, SUELI CRISTINA FRANCO DOS SANTOS - AC4696-A
APELADO: MPRO (MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA)
Relator: Desembargador JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
INTIMAÇÃO
Nos termos do Art. 600, §4º do CPP, fica(m) o(s) Patrono(s) do(a) apelante Em segredo de justiça, INTIMADO(S) a apresentar(em) as razões recursais, no prazo legal.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
HERNANE CARDOSO DA SILVA JUNIOR
CCRIM/CPE2G

SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO CRIMINAL
1ª CÂMARA CRIMINAL
Processo n.: 7001514-97.2021.8.22.0015 - APELAÇÃO CRIMINAL (417) APELANTE: M. C. C. B.
Advogados do(a) APELANTE: SUSANA CURY EL CHEBIB FILHA - RO521-A-S, FRANCIS HENCY OLIVEIRA ALMEIDA DE LUCENA - RO11026-A
APELADO: MPRO (MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA)
Relator: Desembargador VALDECI CASTELLAR CITON
INTIMAÇÃO
Nos termos do Art. 600, §4º do CPP, fica(m) o(s) Patrono(s) do(a) apelante Em segredo de justiça, INTIMADO(S) a apresentar(em) as razões recursais, no prazo legal.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
HERNANE CARDOSO DA SILVA JUNIOR
CCRIM/CPE2G

SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO CRIMINAL
2ª CÂMARA CRIMINAL / Gabinete Des. José Jorge Ribeiro da Luz
Processo n.: 0800010-22.2023.8.22.0000 - HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) PACIENTE: T. G. F. DA S.
DEFENSOR: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DO 2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
Relator: Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ

DECISÃO
Vistos.
Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de T. G. F. da S. em que aponta como autoridade coatora o Juízo de Direito DO 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Porto Velho/RO, que homologou a prisão em flagrante do paciente e converteu em preventiva.
Diz a impetrante que o paciente foi preso em flagrante no dia 01.01.2023 pela suposta prática dos delitos tipificados no artigo 129, §13 e art. 140, caput, ambos do Código Penal e com consequência na Lei 11.340/06.
Assevera que os argumentos utilizados pelo juízo para decretar a prisão preventiva não devem prosperar, pois os fatos aduzidos pela vítima que deram ensejo ao decreto de prisão preventiva sequer foram comprovados, e em nenhum momento ultrapassaram o campo da conjectura, não sendo, portanto, razão idônea para justificar a segregação.
Afirma que a decisão sequer mencionou ou mesmo fundamentou em quaisquer dos requisitos do art. 312 do CPP.
Alega que não estão presentes os requisitos para a manutenção da prisão preventiva, bem como que a prisão cautelar é desproporcional.
Por fim, requer a revogação da prisão preventiva, com a expedição, in limine, de alvará de soltura. Subsidiariamente, pugnou pela fixação de medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pede a concessão da ordem, com a confirmação da medida liminar.
Examinados. Decido.
Diz a impetrante que o paciente teve a prisão preventiva decretada em razão da suposta prática dos crimes tipificados nos artigos 129, §13 e art. 140, caput, ambos do Código Penal e com consequência na Lei 11.340/06. Nem mesmo o suposto fato criminoso foi suficientemente narrado.
Como se sabe, a correta instrução do Habeas Corpus é ônus que compete à parte, haja vista ser remédio constitucional que depende de prova pré-constituída. Isso porque, o rito do habeas corpus pressupõe a constituição do conjunto probatório acerca do direito alegado, devendo o impetrante demonstrar de maneira inequívoca, por meio de documentos suficientes, as evidências da pretensão aduzida.
No caso em questão, a petição inicial não oferece elementos mínimos e fundamentação jurídica a possibilitar o seu regular prosseguimento, pois não consta nos autos qualquer documento a demonstrar o constrangimento ilegal alegado pela impetrante.
Desse modo, não há se falar em constrangimento ilegal quando não se faz evidente a ponto de se tornar possível a análise da aventada ilegalidade suportada.
Portanto, verifico deficiente a instrução, estando o writ desacompanhado de quaisquer elementos aptos a tornar viável o exame da suposta ilegalidade. Assim, inviável a análise do pleito.
Neste sentido é a manifestação do STJ:
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS
CORPUS. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NECESSIDADE. PEDIDO DE
RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL E NÃO PROVIDO.
1. Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípuo afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória. É cogente ao impetrante, pois, apresentar elementos documentais suficientes para se permitir a aferição da alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.
[...]
(PET no HC 584.863/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 09/06/2020, DJe 17/06/2020) (Destaquei)
De igual modo é a jurisprudência deste Tribunal:
Habeas corpus. Instrução deficiente. Impugnação de fundamentos de decisão cuja cópia não se juntou
aos autos. Ausência dos requisitos da prisão preventiva. Impossibilidade de aferição. Writ não conhecido.
1. A deficiência de instrução do habeas corpus inviabiliza a análise da sua fundamentação, e, consequentemente, a possibilidade de concessão da ordem, presumindo-se válidos os fundamentos a quo. 2. Writ não conhecido.
(Habeas Corpus, Processo nº 0003999-79.2017.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno, Data de julgamento: 20/09/2017.) (Destaquei)
Assim sendo, considerando que a petição inicial não está acompanhada de elementos mínimos capazes de demonstrar a caracterização do constrangimento ilegal, deixo de conhecer da ordem impetrada.
Intime-se.
Publique-se.
Após, arquive-se.
Porto Velho, 4 de janeiro de 2023
Gabinete Des. José Jorge Ribeiro da Luz / Desembargador(a) JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ
Relator

Processo: 0010617-84.2020.8.22.0501 - APELAÇÃO CRIMINAL (417)
Relator: Des. JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 10/11/2022 10:32:54
Polo Ativo: Daniele Cristina Nunes da Conceição e outros
Advogado do(a) APELANTE: DIOGO SPRICIGO DA SILVA - RO3916-A
Advogado do(a) APELANTE: MARCOS ROGERIO DE CARVALHO - RO4102-A
Polo Passivo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA

Despacho
Vistos, etc.
Compulsando os autos observo que a defesa da ré Daniele Cristina Nunes da Conceição, em petição acostada ao id. n. 17918383 - Pág. 1, manifestou o desejo de recorrer da sentença. Entretanto, embora devidamente intimada, não apresentou as razões recursais (certidão constante do id.n. 18330674 - Pág. 1).
Assim sendo, intime-se a acusada Daniele Cristina Nunes da Conceição para constituir novo defensor, no prazo de 10 dias. Não o fazendo, remetam-se os autos à Defensoria Pública para que apresente as razões recursais.
Após, determino a remessa dos autos ao Ministério Público, para elaboração das contrarrazões e, em ato seguido, à Procuradoria de Justiça para emissão de Parecer.
Cumpridas as exigências supra ordenadas, voltem-me os autos conclusos.
Porto Velho, 20 de dezembro de 2022
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Em substituição regimental

1ª Câmara Criminal / Gabinete Des. Osny Claro de Oliveira
Processo: 0800003-30.2023.8.22.0000 - HABEAS CORPUS CRIMINAL (307)
Relator: Des. OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Data distribuição: 02/01/2023 18:22:32
Polo Ativo: Em segredo de justiça e outros
Advogado do(a) IMPETRANTE: GLAUCIANO PORTES DAS MERCES - RO11564-A
Polo Passivo: Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes e outros
Decisão
Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo i. advogado Glauciano Portes das Mercês (OAB/RO nº 11.564) em favor de W. A. R, por ter supostamente cometido o crime de ameaça e violência doméstica, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes/RO.
Inicialmente alega o impetrante que o ato da autoridade Coatora, verifica-se que não contém fundamentação válida. Neste sentido, aponta-se que a autoridade coatora se valeu de termos genéricos e hipotéticos, que não justificam a medida excepcional imposta ao paciente.
Alega ainda, não estarem presentes os requisitos do art. 312, pois não se mostra necessária a prisão para o fim de assegurar a ordem pública, a ordem econômica, a instrução penal e a aplicação da lei penal, apenas com base em suposições.
Aduz que o paciente possui condições pessoais favoráveis para responder ao processo em liberdade, pois o paciente é pessoa humilde, trabalhador, trabalha como operador de maquinas de forma verbal.
Por fim, requer sejam aplicadas as medidas cautelares diversas da prisão do art. 319 do CPP.
Nesses termos, requer suspender os efeitos da decisão que decretou a prisão preventiva nos autos de ação penal nº 7015272-51.2022.8.22.0002, que tramita perante a 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes/RO e determinar a soltura do paciente. Subsidiariamente, requer seja revogada a prisão preventiva, aplicando-se uma das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal. No mérito, a concessão da ordem em definitivo.
É o relatório.
DECIDO.
O indeferimento, in limine, do presente habeas corpus é imperativo, por não ser possível a apreciação da pretensão defensiva, uma vez que impetrado sem a documentação atestando os fatos narrados.
Neste writ, a defesa requer suspender os efeitos da decisão que decretou a prisão preventiva nos autos de ação penal nº 7015272-51.2022.8.22.0002, que tramita perante a 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes/RO e determinar a soltura do paciente.
No entanto, a exordial não veio instruída com os documentos necessários para análise de eventual ilegalidade da prisão do paciente, principalmente o auto de prisão, o decreto preventivo, inquérito policial e demais documentos, providência que lhe incumbia, vez que se trata de ônus do impetrante.
Veja-se que, não há como aferir, portanto, a ocorrência do aventado constrangimento ilegal, uma vez que deixou de produzir as provas necessárias para embasar seu pedido.
Nesse aspecto, bom é registrar salutares e antigas decisões do STJ que consagraram que o habeas corpus, como writ constitucional que é, exige, para seu conhecimento, prova pré-constituída do fundamento da impetração (STJ - 6ª T. - HC 7.277- rel. Fernando Gonçalves- j. 21.05.98- DJU 08.06.98, p. 180). O fato deve projetar-se isento de dúvida (STJ-RHC 45.829-3- rel. Vicente Cernicchiaro- DJU 23.10.95, p. 35.716).
Desse modo, não conheço do habeas corpus, motivo pelo qual indefiro a impetração, nos termos do art. 123, IV do RI/TJRO.
P.R.I.
Porto Velho, 4 de janeiro de 2023
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Relator em Substituição Regimental

PUBLICAÇÃO DE ATAS

ATA Nº 01/2022-SJ2G

ATA DA PRIMEIRA INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELA SECRETARIA JUDICIÁRIA DO SEGUNDO GRAU - SJ2G DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, NA COORDENADORIA DO TRIBUNAL PLENO DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DO SEGUNDO GRAU - CPLENO/CPE2G - ANO 2022.

Aos 3 (três) dias do mês de outubro de 2022, a partir das 8 horas, na sala n. 303, do 3º andar do Edifício Sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, presentes o Secretário Judiciário do Segundo Grau Jucélio Scheffmacher de Souza, o Coordenador do Núcleo de Análise de Dados - NUCAD/SJ2G Alan Campos Prestes, o Coordenador do Núcleo de Apoio ao Usuário - NUCAP/SJ2G Heverton Mendes Barbosa, o Coordenador do Núcleo de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC/PRES Sandro César de Oliveira e a Assistente Jurídica da SJ2G - Sayury da Costa Tourinho, Secretária designada para os trabalhos, iniciaram-se os procedimentos da 1ª Inspeção Ordinária determinada pela Portaria n. 16/2022 (publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJe n. 181, de 28/09/2022) – SEI n. 0013580-04.2022.8.22.8000.

I - CONDIÇÕES GERAIS: Os trabalhos ocorreram sem nenhum incidente ou interrupção das atividades rotineiras normais da Coordenadoria e os servidores da unidade responderam aos formulários que lhes foram entregues ao início das atividades, nos quais apresentaram as informações gerais pertinentes aos cargos/funções ocupados, às atividades desempenhadas frequentemente, aos principais problemas que impactam ou dificultam as suas rotinas de trabalho e sugestões de mudanças/alterações para a melhoria e a racionalização da realização dos trabalhos.

II - FORÇA DE TRABALHO: Integram o pessoal da unidade os seguintes servidores/colaboradores:
1 - Cilene Rocha Meira Morheb (Coordenadora)
2 - Denise Pereira Rodrigues (Assistente Judiciária)
3 - Valdir de Andrade Souza Junior (Gestor de Equipe)
4 - Maria Socorro Furtado Marques (Assistente de Sessão)
5 - Samara dos Santos Cortes Ribeiro (Técnica Judiciária - Serviço Especial I)
6 - Vanaldo José Gomes Romano (Técnico Judiciário - Serviço Especial II)
7 - Késia Gonçalves Gorayeb (Técnica Judiciária)
8 - Jurancélia Silva de Carvalho (Técnica Judiciária - Chefe de Seção II)
Observações:
II.1 A servidora/colaboradora Késia Gonçalves Gorayeb tomou posse como Técnica Judiciária e foi disponibilizada para laborar na unidade a partir de 1º/09/2022. Até essa data, atuava na coordenadoria na condição de estagiária;
II.2 Em virtude da observação anterior, a coordenadoria se encontra atualmente sem a colaboração de estagiário(a), o que já foi demandado;
II.3 A servidora/colaboradora Jurancélia Silva de Carvalho retornou ao trabalho em 03/10/2022, após permanecer afastada por aproximadamente 60 (sessenta) dias, em gozo de licença médica, desde o último dia 28/07/2022;
II.4 Laboram também no mesmo ambiente/espaço físico da coordenadoria as seguintes servidoras/colaboradoras, lotadas na Vice-Presidência:
1 - Natasha Guimarães Cavallari (Assessora Especial II - Vice-Presidência)
2 - Thamielina Nakashima (Assessora Especial II - Vice-Presidência)

III - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: Os servidores trabalham todos presencialmente e cumprem jornada de trabalho das 7 às 14 horas.

IV - CONDIÇÕES GERAIS: A unidade está localizada no 3º andar do edifício sede e os servidores dispõem de ambiente de trabalho apropriado com acomodações, mobiliário, ferramentas tecnológicas e todos os demais meios necessários para o exercício e o desempenho regular das suas funções.

V - CONTROLE DE FREQUÊNCIA: é realizado pela unidade e a análise do seu arquivo revelou a regularidade do procedimento - Sei n. 0001616-14.2022.8.22.8000 para servidores(as) e Sei n. 0001614-44.2022.8.22.8000 para estagiário(a).

VI - CONTROLE DA PRODUTIVIDADE DO(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA: A cotação das produtividades dos oficiais de justiça que atendem ao 2° grau, na unidade, é feita com regularidade mensal (SEI n. 0001611-89.2022.8.22.8000) e a sua análise não apontou qualquer impropriedade no procedimento. Quanto aos valores e demais lançamentos das cotações, estes são conferidos após as suas confecções e, somente após, é que são assinados pela Coordenadora.

VII - ROTINA DE TRABALHO: A tramitação atual dos processos judiciais e administrativos (ativos) na unidade é realizada exclusivamente por meio eletrônico, no sistema de Processo Judicial Eletrônico do Segundo Grau - PJe2G, desde a conclusão dos trabalhos de migração do 2º grau, no último mês de junho/2022, dos processos físicos (do Sistema de Acompanhamento Processual - SAPSG) e dos processos eletrônicos (do Sistema Digital do Segundo Grau - SDSG);
Não obstante a competência genérica do órgão julgador colegiado (Tribunal Pleno), constatou-se que a grande maioria dos processos em trâmite na unidade se encontram no fluxo SG (cível) do PJe2G, muito embora o fluxo CRIM (criminal) também esteja disponibilizado e seja utilizado pela unidade;
Os processos administrativos do Tribunal Pleno Administrativo, a partir do 2º semestre deste ano passaram igualmente a utilizar o sistema PJe2G, com o fluxo SG. Ressalta-se, que o processamento de tais feitos ocorre integralmente dentro da coordenadoria, desde a distribuição e inserção de documentos, passando pela elaboração/revisão dos acórdãos, até a baixa definitiva dos autos;

As pautas e atas das sessões de julgamento são elaboradas manualmente e encaminhadas ao Núcleo de Serviços Gráficos - NUGRAF, para publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJe, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

VIII - PROCESSOS FÍSICOS INATIVOS: Não foram encontradas caixas de arquivo-morto pendentes de encaminhamento à Seção de Gestão Documental - Segedoc/Nusea/DSI/SA e dentre os processos físicos localizados e que se encontravam inativos na unidade, constatou-se as seguintes situações:

VIII.1 - 10 (dez) processos aguardando julgamento dos tribunais superiores, consignados na planilha a seguir:

Processo	volume(s)
Mandado de Segurança n.0003108-63.2014.8.22.0000	2
Mandado de Segurança n.0004532-43.2014.8.22.0000	2
Mandado de Segurança n. 0006562-56.2011.8.22.0000	2
Mandado de Segurança n. 0013277-12.2014.8.22.0000	3
Mandado de Segurança n. 0007266-64.2014.8.22.0000	3
Diretade Inconstitucionalidade n. 0009718-18.2012.8.22.0000	4
Mandado de Segurança n. 0010207-84.2014.8.22.0000	3
Mandado de Segurança n. 0002835-21.2013.8.22.0000	3
Mandado de Segurança n. 2007714-52.2004.8.22.0000	11 (8 volumes e 3 anexos)
Embargos Infringentes n. 2100280-54.2003.8.22.0000	5 (4 volumes e 1 anexo)
Total Geral	38 volumes

RECOMENDAÇÃO 1: Considerando o quantitativo de 38 volumes no total, que seja procedida paulatinamente, tão logo possível, pela própria unidade e com o apoio da equipe do NUCAP/SJ2G, a digitalização dos feitos, ainda que estejam eles atualmente inativos, e posteriormente, realizada a migração para o sistema PJe2G para nele se aguardar o julgamento pelas instâncias superiores, utilizando-se para tanto (migração), do sistema digitalizador desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, e posteriormente, efetuar a baixa dos autos físicos, com o respectivo arquivamento.

VIII.2 - 7 (sete) processos já migrados para o PJe2G, onde se encontram tramitando regularmente, consignados na planilha a seguir:

Processo	volume(s)
Mandado de Segurança n.0007801-27.2013.8.22.0000	5
Mandado de Segurança n.0003884-05.2010.8.22.000	7
Mandado de Segurança n. 0004647-98.2013.8.22.0000	2
Mandado de Segurança n. 0001548-86.2014.8.22.0000	2
Mandado de Segurança n.0801123-89.2015.8.22.0000	1
Direta de Inconstitucionalidade n. 0004625-40.2013.8.22.0000	4
Direta de Inconstitucionalidade n. 0009179-81.2014.8.22.0000	1
Total Geral	22

RECOMENDAÇÃO 2: Que seja providenciado o imediato encaminhamento dos feitos ao arquivo-geral, tal qual ocorreu com os demais processos migrados para o PJe2G ao tempo das suas respectivas migrações;

VIII. - autos do Pedido de Providências n. 201.000.2005.004190-8 (1 volume), da Representação/Busca e Apreensão n. 200.000.2005.005776-6 (1 volume), da Quebra de Sigilo Bancário e Fiscal n. 200.000.2005.005824-0 (1 volume), da Representação/Busca e Apreensão n. 200.000.2005.003236-4 (3 volumes), do Pedido de Providências n. 202.000.2005.003236-4 (1 volume) e da Representação n. 200.000.2005.005826-6 (6 volumes e 25 anexos) todos anexos da Ação Penal n. 0000364-37.2010.8.22.0000, que foi devidamente migrada para o PJe e se encontra suspensa aguardando julgamento do HC 523.275/RO-STJ;
RECOMENDAÇÃO 3: Considerando a situação processual e o quantitativo de 38 volumes no total, que seja procedida de imediato, pela própria unidade e com o apoio da equipe do NUCAP/SJ2G, a digitalização dos feitos e a inclusão deles no PJe, como anexos da Ação Penal n. 0000364-37.2010.8.22.0000, e posteriormente efetuar a baixa dos autos físicos, com os respectivos arquivamentos.

VIII.4 - Representação n. 0008396-70.2006.8.22.0000 (cópia integral dos autos), com 6 volumes, que permaneceram na unidade em cumprimento ao r. despacho do e. relator (enquanto o feito tramitou no 2º grau), seus apensos e anexos, dentre os quais 1 (um) notebook apreendido quando da operação policial originária; Contudo, observou-se que posteriormente houve o declínio da competência para o 1º grau, onde o feito principal teve o trâmite regular e aguarda atualmente o cumprimento de mandado de prisão expedido em desfavor de um dos réus.
RECOMENDAÇÃO 4: Que sejam adotadas as tratativas e comunicações pertinentes junto ao e. relator do processo (enquanto este tramitou no 2º grau) e com o juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital, onde o feito principal (Ação Penal) passou a tramitar posteriormente no 1º grau, sob o n. 0011459-40.2015.8.22.0501, para fins de proceder os encaminhamentos e a baixa definitiva do procedimento/material nesta instância.

IX - PROCESSOS FÍSICOS SIGILOSOS (INATIVOS): Foram localizados 6 (seis) processos judiciais (Medidas Cautelares) e 2 (dois) processos administrativos sigilosos, com o total de 13 (treze) volumes, que já tiveram esgotados os seus objetos e já cumpriram as suas finalidades, os quais após efetuados os registros e lançamentos pertinentes, permanecem arquivados na própria unidade, acondicionados em caixas de "arquivo morto" mantidas em armário trancado com chaves, com acesso restrito à Senhora Coordenadora e sua substituta imediata; em virtude dos teores sensíveis das peças processuais contidas nos autos, justificado é o procedimento e as cautelas adotadas.

X - SESSÕES DE JULGAMENTO: As Sessões de julgamento dos órgãos colegiados afetos à coordenadoria estão sendo realizadas, ordinariamente, na primeira e na terceira segunda-feira do mês como órgão judicante e, na segunda e na quarta segunda-feira, como órgão administrativo superior e ocorrendo com normalidade, de forma híbrida, com alguns desembargadores comparecendo presencialmente em plenário e outros participando de forma remota, de seus gabinetes e/ou de fora do edifício-sede do TJRO, sendo todas transmitidas em tempo real pela plataforma digital do Youtube.

XI - PAUTAS, ATAS E ÁUDIOS DAS SESSÕES:
As pautas e atas são publicadas regularmente no DJe e, juntamente com os áudios das sessões são posteriormente disponibilizados, no campo próprio e em ordem crescente de antiguidade no sítio eletrônico do TJRO, nos termos do que estabelece o artigo 22, da Resolução nº 215/2015-CNJ. Verificado o campo específico no site do Tribunal de Justiça, foi constatado que as disponibilizações dos colegiados do Tribunal Pleno (Judiciário e Administrativo) encontram-se todas regulares.

XII – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS EM 2022: Constatou-se que no presente exercício, até o final do mês de setembro, foram distribuídos 143 (cento e quarenta e três) casos novos e julgados 191 (cento e noventa e um) processos do acervo dos órgãos julgadores, o que constitui aumento no volume de julgamento de 7,30% em relação ao mesmo período do ano anterior.

XIII – PROCESSOS ATIVOS: Em 04/10/2022, foi extraído relatório de processos ativos que tramitam pela unidade, no qual constaram ao todo, considerando os feitos judiciais e administrativos, 268 (duzentos e sessenta e oito) processos em tramitação, sendo 199 (cento e noventa e nove) pendentes de julgamento pelos e. desembargadores e outros 69 (setenta e nove) já julgados, porém ainda tramitando pela coordenadoria, aguardando decurso de prazo e/ou em processamento de recursos para os tribunais superiores. Verificados os feitos por amostragem, constatou-se a regularidade dos seus processamentos.

XIV – PROCESSOS PARALISADOS NA COORDENADORIA - Não foram encontrados processos pendentes de julgamento, paralisados há mais de 30 (trinta) dias na unidade; acima de 15 (quinze) dias constatou-se a existência de apenas 4 (quatro) processos, sendo 1 (um) Mandado de Segurança e 3 (três) Diretas de Inconstitucionalidade - o mais antigo deles há 23 (vinte e três dias) - e, verificados os feitos, não foi encontrada qualquer impropriedade uma vez que todos eles aguardavam o decurso regular de prazo.

XV – PROCESSOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA DEFENSORIA PÚBLICA E COM ADVOGADOS - Foram localizados somente 2 (dois) processos com prazo superior há 15 (quinze) dias, no Ministério Público, sendo um Procedimento de Investigação Criminal e uma Direta de Inconstitucionalidade, estando o mais antigo deles com 19 (dezenove) dias naquele órgão ministerial. Portanto, dentro dos parâmetros de normalidade.

XVI - PROCESSOS SIGILOSOS: A análise do relatório respectivo apontou que constavam tramitando na data verificada 5 (cinco) processos sigilosos, sendo 4 (quatro) judiciais e 1 (um) administrativo; foi verificado que o controle de sigilo é efetivamente realizado pelo relator, que libera o(s) acesso(s) ao inteiro teor dos autos, nos casos de nível 5 (sigilo absoluto) para quem entender conveniente (assessor e/ou coordenadora) em seus respectivos CPFs e, nos casos de segredo de justiça, nível 1, os acessos para as pessoas com o perfil adequado e necessário para trabalhar nos autos, já se encontram disponibilizados de forma automática no sistema. Nos processos identificados em tal condição não foi detectada nenhuma impropriedade quer seja nos respectivos processamentos, quer seja nos acessos.

XVII - PROCESSOS SOBRESTADOS POR SITUAÇÕES DE RECURSOS REPETITIVOS E/OU DE CASOS DE REPERCUSSÃO GERAL: Até o último dia de inspeção na unidade (06/10/2022) constavam sobrestados apenas 3 (três) processos aguardando julgamento de temas pelo colendo Superior Tribunal de Justiça e/ou pelo excelso Supremo Tribunal Federal, a saber:
XVII.1 - Mandado de Segurança n. 0800862-27.2015.8.22.0000, aguardando julgamento do Tema 986/STJ;
XVII.2 - Mandado de Segurança n. 0801123-89.2015.8.22.0000, aguardando julgamento do Tema 542/STF;
XVII.3 - Direta de Inconstitucionalidade n. 0009179-81.2014.8.22.0000, aguardando julgamento do Tema 1051/STF.

XVIII - PROCESSOS SUSPENSOS POR DECISÃO JUDICIAL: No dia da análise constavam sobrestados 3 (três) processos suspensos, por motivos diversos, sendo eles:
XVIII.1 - Ação Penal n. 0000364-37.2010.8.22.0000 - suspenso sine die aguardando julgamento do HC 523.275/RO-STJ;
XVIII.2 - Cumprimento de Sentença n. 0808553-82.2021.8.22.0000 - suspenso pelo prazo de 90 (noventa) dias a pedido do exequente;
XVIII.3 - Direta de Inconstitucionalidade n. 0800194-12.2022.8.22.0000 - suspenso sine die aguardando julgamento da ADI nº 7203-STF.
Foi informado que são realizadas consultas frequentes para análise dos feitos que terão reflexo no andamento dos processos que estão nessa condição.
RECOMENDAÇÃO 5: Diligenciar a unidade, quinzenalmente, para aferir e constatar se houve alteração na situação do(s) processo(s) respectivo(s) nos tribunais superiores.

XIX – ANÁLISE DOS PROCESSOS NAS TAREFAS DO PJe2G: Realizada a verificação, por amostragem, de 3 (três) processos por tarefa, dos feitos nas tarefas Aguardando MP, Análise da Secretaria - SG, Aguardando Decurso de Prazo da Parte, Aguardando Decurso de Trânsito em Julgado, Aguardando PGE, Aguardando PGM, Aguardando Julgamento de Instância Superior, Análise da Secretaria - CRIM, Processos Suspensos, Preparar Citação e(ou) Intimação via sistema e Agrupadores, não foi encontrada nenhuma irregularidade insanável e/ou que tenha ensejado efetivo prejuízo processual ou às partes. Contudo, foram constatadas as ocorrências das seguintes inconsistências:

Processo	Inconsistência
Direta de Inconstitucionalidade n. 0800863-65.2022.822.0000	Movimento de julgamento de Pedido não Conhecido e a ação foi julgada Improcedente
Direta de Inconstitucionalidade n. 0810930-26.2021.8.22.0000	Movimento de julgamento lançado Procedente e ação julgada Parcialmente Procedente
Carta Precatória Criminal n. 0808798-59.2022.8.22.0000	Carta de Ordem expedida sem prazo para cumprimento
Mandado de Segurança n. 0802187-32.2018.8.22.0000	Processo com remessa (pelo STJ) ao STF e devolução deste para aquele, sem retorno formalizado a este Tribunal pela via regular, apesar de já transitado em julgado.

RECOMENDAÇÃO 6 - Observar o lançamento do julgamento de acordo com a Tabela Processual Unificada - TPU;
RECOMENDAÇÃO 7 - Observar as normas processuais na expedição de Carta de Ordem;
RECOMENDAÇÃO 8 - Utilizar a ferramenta de etiqueta disponibilizada no PJe2G, a fim de facilitar o controle de prazo;
RECOMENDAÇÃO 9 - Juntar as peças processuais disponibilizadas nos sites do STJ e do STF referente ao Processo 0802187-32.2018.8.22.0000 e certificar nos autos para viabilizar a sua tramitação e posterior baixa definitiva.

XX - PRAZO PARA CUMPRIMENTO DOS DESPACHOS (URGENTES E NÃO URGENTES): A análise dos relatórios e dos processos (por amostragem) confirmou a informação obtida na unidade quanto à regularidade no cumprimento dos prazos legais e processuais, para assegurar efetividade às r. decisões e despachos proferidos pelos e. relatores. Após recebidos na coordenadoria, os despachos/decisões urgentes são cumpridos no mesmo dia ou no dia imediato subsequente e, os não urgentes, no prazo legal/processual correspondente.

XXI - PROCESSOS COM RECURSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR, JÁ ADMITIDOS, PARA ENCAMINHAR/INSERIR NO SISTEMA (iSTJ) E AS BAIXAS DELES: A análise dos processos em tais situações nos sistemas PJe2G e iSTJ revelou que as capas dos processos no sistema do STJ são produzidas na própria coordenadoria e ato seguinte, os feitos são enviados para o NUCAP/SJ2G para posterior remessa à corte superior. Não foram constatadas pendências significativas quer na produção das capas, quer no processamento das baixas de processos julgados.

XXII - PLANTÃO JUDICIAL: No horário compreendido entre as 14 horas e 7 horas do dia subsequente e, nos dias em que não há expediente forense, o atendimento às hipóteses elencadas na Resolução n. 71/2009- CNJ.
Foi confirmada a regularidade e a publicidade dos atos respectivos (mensais), sendo que o do mês de outubro é o Ato n. 1.228/2022, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico - DJe n. 182, de 29/09/2022;
O número do telefone móvel destinado ao Plantão Judicial da unidade n. (69) 98444-5009, também encontra-se disponibilizado no sítio eletrônico do TJRO, no campo específico;
Por fim, foi atestado o regular funcionamento do plantão e não consta registro de atendimento a qualquer caso efetivo no decorrer do ano de 2.022, até o presente momento.

XXIII - TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA DO ÓRGÃO JULGADOR COLEGIADO VINCULADO À COORDENADORIA: Não foi constatada no âmbito da unidade nenhuma pendência de baixa de processo judicial, que requeresse alguma providência de arquivamento, remessa à origem, remessa à instância superior ou a outro órgão com baixa; verificado o grau de cumprimento da Meta-5/CNJ, isoladamente pelo órgão julgador da unidade, constatou-se que a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) já se encontra atualmente em 52,46% para 2022 e, portanto, abaixo dos 56% considerados pelo CNJ para cumprimento da meta e dos 54,24% obtidos pelo mesmo colegiado ao final do exercício anterior (2021).

XXIV - ATENDIMENTO AO BALCÃO VIRTUAL E AOS TELEFONES: Os testes realizados em horários aleatórios, durante a inspeção e no decorrer do expediente regular do Tribunal, no link do balcão virtual da unidade (https://meet.google.com/phc-xrqq-xus) e dos telefones (3309-6132 e 3309-6133) disponibilizados no sítio eletrônico do TJRO apontaram o atendimento regular em ambos os canais, situação esta que foi também constatada recentemente pela assessoria da Secretaria-Geral/Presidência, no processo SEI n. 0013794-92.2022.8.22.8000.

XXV - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI): A análise da tramitação dos feitos na unidade, no reportado sistema, apontou o montante total de 280 (duzentos e oitenta) feitos abertos, sendo 48 (quarenta e oito) gerados na unidade e 232 (duzentos e trinta e dois) recebidos de outras unidades, não sendo constatada nenhuma pendência de recebimento e/ou de enfrentamento.

XXVI - E-MAIL INSTITUCIONAL e MALOTE DIGITAL: Foi constatada no decorrer dos trabalhos da inspeção que tanto o e-mail institucional da unidade quanto o malote digital, são diariamente verificados pela equipe da coordenadoria e não foi identificada nenhuma pendência quanto ao enfrentamento dos objetos neles constantes.

XXVII - LANÇAMENTO DE AVISOS NO ÁTRIO DO EDIFÍCIO SEDE E NO SITE DO TJRO (E RETIRADA DELES APÓS O ATINGIMENTO DAS SUAS FINALIDADES): Não foi constatada nenhuma pendência ou impropriedade de procedimento nas respectivas situações, no âmbito da coordenadoria.

XXVIII - PROCEDIMENTOS DO NUGEPNAC: Não obstante o reduzido número de processos consignados no item VII, suspensos ou sobrestados na unidade em decorrência de apenas 3 (três) temas nas cortes superiores, o Senhor Coordenador do NUGEPNAC observou, quanto às atribuições que lhe atingem, a conformidade dos trabalhos desenvolvidos pela unidade com os procedimentos estabelecidos na Resolução CNJ nº 235/2016 (alterada pela Resolução CNJ nº 444/2022) e Resolução nº 207/2022-TJRO; dentre os integrantes da Coordenadoria, foram designados os servidores Denise Pereira Rodrigues (Assistente Judiciária) e Valdir de Souza Andrade (Gestor de Equipe) para doravante tratarem dos assuntos relacionados aos precedentes obrigatórios e às demais atividades inerentes;
Contudo, em face das novas exigências implementadas pelo CNJ constatou-se a necessidade de realizar alguns ajustes nos procedimentos então adotados e, visando aprimorar os trabalhos desempenhados pela Coordenadoria no tocante ao envio de informações acerca dos andamentos dos incidentes (IRDR's e IAC's) e dos processos sobrestados pela sistemática dos precedentes qualificados, o NUGEPNAC apresenta orientações gerais à Coordenadoria, consubstanciadas na Recomendação única a seguir:
RECOMENDAÇÃO 10 - Cumprimento doravante pela unidade, dos itens descritos para as fases dos incidentes e para os processos que se adequam às hipóteses tratadas pelo NUGEPNAC e que constituem o objeto dos controles necessários, a saber:

a - Procedimento para informar as fases dos incidentes (IRDR's e IAC's):
1) Que as informações enviadas ao Núcleo sejam prestadas com celeridade e de forma válida, conforme os códigos e complementos da TPU indicados, a fim de manter o Banco Nacional de Precedentes (BNP) atualizado e fidedigno;
2) Observar, atentamente, a forma de envio das informações ao Núcleo, utilizando o SEI específico disponibilizado anualmente para comunicar os andamentos dos IRDRs/IACs, nas seguintes fases: a) distribuição do incidente, após sua instauração; b) inclusão em pauta para análise da admissibilidade e do mérito do incidente, bem como dos recursos eventualmente interpostos; c) resultado do julgamento de admissibilidade e de mérito do incidente, bem como dos recursos eventualmente interpostos; d) as publicações dos acórdãos de admissibilidade e de mérito, bem como dos recursos eventualmente interpostos; e) trânsito em julgado do incidente e f) baixa/arquivamento;

b - Procedimento para informar os processos sobrestados em razão dos precedentes em geral (recurso extraordinário com repercussão geral, recurso especial repetitivo, IRDR e IAC):
1) Deve ser alimentada a planilha Excel compartilhada com a Coordenadoria, através do Google Drive, conforme a ocorrência das seguintes movimentações: a) data da distribuição (DataDS) ou redistribuição, caso haja alteração da competência; b) data do sobrestamento (DataS), utilizando como parâmetro a data de publicação da decisão, e não a de disponibilização no DJe; c) data do julgamento (DataJS), utilizando como parâmetro a data da decisão monocrática ou colegiada que aplica ou não a tese firmada no precedente; d) data do trânsito em julgado (DataTJP) e e) data da baixa/arquivamento (DataBaixS);
2) No cumprimento do item anterior, deve-se procurar manter a planilha sempre atualizada, inserindo as informações solicitadas de acordo com as colunas, exceto as colunas L e M (aplicação da tese e julgamento de mérito), que serão preenchidas pelo NUGEPNAC;
3) Nas colunas preenchidas com datas, deve-se observar atentamente o que cada item da coluna pede, por exemplo, a coluna data do julgamento deve ser preenchida com a data da decisão que aplica ou não a tese firmada no precedente, já na coluna da data do sobrestamento, é inserida a data da efetiva publicação da decisão, e não a de disponibilização no DJe;
4) Devem ser informados ao Núcleo apenas e tão somente os processos sobrestados em razão dos precedentes qualificados, cujos principais são recurso extraordinário com repercussão geral, recurso especial repetitivo, IRDR e IAC, conforme previsto no art. 927 do CPC e art. 2º, inciso I, da Res. CNJ nº 444/2022. O incidente de arguição de inconstitucionalidade não é precedente, tampouco qualificado, dispensando qualquer informação ao NUGEPNAC;

XXIX - OBSERVAÇÕES FINAIS: Foi observado no decorrer dos trabalhos da inspeção que apesar do número relativamente pequeno de componentes (8 no total), que por vezes se apresenta ainda menor em virtude dos afastamentos por motivos diversos, a equipe da coordenadoria é unida, comprometida e coesa, fator este que restou evidenciado no decorrer da inspeção e que, inegavelmente, reflete nos trabalhos desenvolvidos na unidade, que no geral, decorrem com a fluidez e a qualidade necessárias;
Considerando o volume de informações e de sugestões contidos nos formulários disponibilizados pelos colaboradores da unidade (consignados no item I) e a necessidade de analisá-los mais detalhadamente e em conjunto com os das demais coordenadorias, após a disponibilização das atas da inspeção das 4 (quatro) coordenadorias da CPE2G, será lançado relatório geral e detalhado no SEI respectivo com o resultado da análise das funções exercidas e as rotinas de trabalho executadas por cada coordenadoria e por seus colaboradores, conforme os cargos e funções exercidos, de acordo com as particularidades da matéria de cada uma delas, bem como com as sugestões e encaminhamentos de propostas de mudanças de procedimentos, de eventuais alterações estruturais e/ou físicas na CPE2G, nos fluxos e sistema processuais e das rotinas estabelecidas juntos aos gabinetes dos e. desembargadores.

XXX - ENCERRAMENTO: Durante os trabalhos da inspeção, não houve o comparecimento de membros da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia, da Procuradoria de Justiça do Estado de Rondônia, da Defensoria Pública do Estado de Rondônia e dos gabinetes dos e. Desembargadores deste Tribunal para o acompanhamento das atividades; Não foram recebidas reclamações ou sugestões de advogados ou usuários internos ou externos do TJRO; Foi determinada a publicação desta Ata da 1ª Inspeção Ordinária no Diário da Justiça Eletrônico - DJe e a expedição de ofícios, encaminhando-a aos Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia, ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, ao Procurador-Geral do Estado de Rondônia, ao Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia, à Corregedora-Geral do Conselho Nacional de Justiça e aos

e. Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Foi determinado à senhora secretária dos trabalhos da inspeção o registro no processo SEI n. 0013580-04.2022.8.22.8000 com relação ao cumprimento das 10 (dez) recomendações proferidas, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação das suas conclusões. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata que, após lida, foi assinada pelo titular da Secretaria Judiciária do Segundo Grau e pelos demais colaboradores designados para a Inspeção na Portaria n. 16/2022 (publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJe n. 181, de 28/09/2022).

DATA DE ENCERRAMENTO: 05 de outubro de 2022, às 14h.

(a) Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário do Segundo Grau

(a) Alan Campos Prestes
Coordenador do Núcleo de Análise de Dados - NUCAD/SJ2G

(a) Heverton Mendes Barbosa
Coordenador do Núcleo de Apoio ao Usuário - NUCAP/SJ2G

(a) Sandro César de Oliveira
Coordenador do Núcleo de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC/PRES

(a) Sayury da Costa Tourinho
Assistente Jurídica da SJ2G (Secretaria da Inspeção)

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por SAYURY DA COSTA TOURINHO, Técnico(a) Judiciário(a), em 03/11/2022, às 10:30 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por HEVERTON MENDES BARBOSA, Técnico(a) Judiciário(a), em 03/11/2022, às 10:32 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por SANDRO CÉSAR DE OLIVEIRA, Coordenador(a) do NUGEPNAC, em 03/11/2022, às 10:39 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALAN CAMPOS PRESTES, Técnico(a) Judiciário(a), em 03/11/2022, às 10:51 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por JUCÉLIO SCHEFFMACHER DE SOUZA, Secretário (a) Judiciário (a), em 03/11/2022, às 11:52 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3015273e o código CRC 0E0E9D2C.

ATA Nº 02/2022-SJ2G

ATA DA PRIMEIRA INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELO SECRETÁRIO JUDICIÁRIO DO SEGUNDO GRAU DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA NA COORDENADORIA ESPECIAL DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DO SEGUNDO GRAU - CESP/CPE2G - ANO 2022.

Aos 6 (seis) dias do mês de outubro de 2022, a partir das 8 horas, nas salas nº 301/302, do 3º andar do Edifício Sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, presentes o Secretário Judiciário do Segundo Grau Jucélio Scheffmacher de Souza, o Coordenador do Núcleo de Análise de Dados - NUCAD/SJ2G Alan Campos Prestes, o Coordenador do Núcleo de Apoio ao Usuário - NUCAP/SJ2G Heverton Mendes Barbosa, o Coordenador do Núcleo de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC/PRES Sandro César de Oliveira e a Assistente Jurídica da SJ2G - Sayury da Costa Tourinho, Secretária designada para os trabalhos, iniciaram-se os procedimentos da 1ª Inspeção Ordinária determinada pela Portaria n. 16/2022 (publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 181, de 28/09/2022) – SEI nº 0013580-04.2022.8.22.8000.

I - CONDIÇÕES GERAIS: os trabalhos ocorreram sem nenhum incidente ou interrupção das atividades rotineiras normais da Coordenadoria e os servidores da unidade responderam aos formulários que lhes foram entregues ao início das atividades, nos quais apresentaram as informações gerais pertinentes aos cargos/funções ocupados, às atividades desempenhadas frequentemente, aos

principais problemas que impactam ou dificultam as suas rotinas de trabalho e sugestões de mudanças/alterações para a melhoria e a racionalização da realização dos trabalhos.

II - FORÇA DE TRABALHO: integram o pessoal da unidade os seguintes servidores/colaboradores:
1 - Valeska Pricyla Barbosa de Sousa (Coordenadora);
2 - Joana Darc Nascimento Lima (Assistente Judiciária);
3 - Bruna Alves Santos (Gestora de Equipe);
4 - Karen Carvalho Teixeira (Assistente de Sessão);
5 - Aureo Maegaki Ono (Técnico Judiciário - Serviço Especial I);
6 - Fernando Pasqualini de Assis (Técnico Judiciário - Serviço Especial I);
7 - Cleomar Ramos Barreto (Técnico Judiciário - Serviço Especial II);
8 - Elder Miyache (Técnico Judiciário - Serviço Especial II);
9 - Ítalo Ricardo Veiga Cidin (Gestor de Equipe);
10 - Marília Midori Yoshida de Almeida (Técnica Judiciária);
11 - Luiz Eduardo Araújo S. de Souza (Técnico Judiciário);
12 - Beatriz Monteiro dos Santos (Técnica Judiciária);
13 - David Victor Ribeiro Pontes Simioni (Estagiário); e
14 - Lucas Santos da Silva (Estagiário).

Observações:
II.1 Os servidores Luiz Eduardo Araújo S. de Souza e Beatriz Monteiro dos Santos tomaram posse como Técnico(a) Judiciário(a) em 1º/09/2022. Até essa data, a unidade contava com somente 10 (dez) servidores na constituição da sua Força Total de Trabalho;
II.2 A servidora/colaboradora Marília Midori Yoshida de Almeida (Técnica Judiciária), que se encontra em processo de readaptação funcional na unidade, retornou ao trabalho em 23/09/2022, após permanecer afastada por aproximadamente 90 (noventa) dias, em gozo de licença médica, desde o último dia 1º/07/2022. Contudo, o registro de frequência da unidade aponta que o afastamento total da servidora, pelo mesmo motivo, no ano de 2022, foi de aproximados 180 (cento e oitenta dias);
II.3 Laboram também no mesmo ambiente/espaço físico da coordenadoria os(as) seguintes servidore(a)s/colaboradore(a)s, lotado(a)s no Grupo de Apoio ao Segundo Grau - GASG/GABPRE:
1 - Alethia Ornelas (Assistente de Desembargador II);
2 - Magda Chaul Barbosa Aidar Pereira (Assistente de Desembargador II);
3 - Andrea Bacinello Ramalho Galvão (Assistente de Desembargador II);
4 - Edcarlos da Silva Rodrigues (Assistente de Desembargador II);
5 - Gisele Machado Gazola (Assistente de Desembargador II);
6 - Gizele Meirelles do Nascimento Almeida (Assistente de Desembargador II);
7 - Luciane Buzaglo Cordovil Betti (Assistente de Desembargador II);
8 - Mirleni de Oliveira Mariano (Assistente de Desembargador II);
9 - Vagner Araújo Lima (Técnico Judiciário).

III - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: os servidores trabalham todos presencialmente e cumprem jornada de trabalho das 7 às 14 horas.

IV - CONDIÇÕES GERAIS: a unidade está localizada no 3º andar do edifício sede e os servidores dispõem de ambiente de trabalho apropriado com acomodações, mobiliário, ferramentas tecnológicas e todos os demais meios necessários para o exercício e o desempenho regular das suas funções.

V - CONTROLE DE FREQUÊNCIA: é realizado pela unidade contemplando servidores e estagiários em processos mensais (SEI individual para cada mês), sendo o último deles fechado, referente ao mês de setembro de 2022, o de nº 0013922-15.2022.8.22.8000 e a análise do seu teor não apontou qualquer impropriedade.

VI - CONTROLE DA PRODUTIVIDADE DO(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA: a cotação das produtividades dos oficiais de justiça que atendem ao 2° grau, na unidade é feita com regularidade em processos mensais (SEI's individuais para cada câmara isolada), sendo os últimos, referente ao mês de setembro, os de nº 0013942-06.2022.8.22.8000 (da 1ª Câmara Especial) e 0013940-36.2022.8.22.8000 (da 2ª Câmara Especial) e as suas análises não apontaram qualquer impropriedade no procedimento. Quanto aos valores e demais lançamentos das cotações, estes são conferidos após as suas confecções e, somente então, é que são assinados pela Coordenadora e pelo e. Desembargador Presidente do colegiado respectivo.

VII - ROTINA DE TRABALHO: a tramitação atual dos processos judiciais (ativos) na unidade é realizada exclusivamente por meio eletrônico, no sistema de Processo Judicial Eletrônico do Segundo Grau - PJe2G, desde a conclusão dos trabalhos de migração do 2º grau, no último mês de junho/2022, dos processos físicos (do Sistema de Acompanhamento Processual - SAPSG) e dos processos eletrônicos (do Sistema Digital do Segundo Grau - SDSG); a grande maioria dos processos em trâmite na unidade se encontram no fluxo SG (cível) do PJe2G, muito embora o fluxo CRIM (criminal) também esteja disponibilizado e seja utilizado pela unidade; As pautas e atas das sessões de julgamento são elaboradas manualmente e encaminhadas ao Núcleo de Serviços Gráficos - NUGRAF, para publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJe, por e-mail institucional.

VIII - PROCESSOS FÍSICOS INATIVOS: não foram encontradas caixas de arquivo-morto pendentes de encaminhamento à Seção de Gestão Documental - Segedoc/Nusea/DSI/SA (unidade doravante aqui citada como "Arquivo-Geral") e dentre os processos físicos localizados e que se encontravam inativos na unidade, constatou-se as seguintes situações:
VIII.1 - 10 (dez) processos aguardando julgamento dos tribunais superiores, consignados na planilha a seguir:

Processo	volume(s)
Revisão Criminal nº0004596-48.2017.8.22.0000	2
Queixa-Crime (Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação) nº 0006606-65.2017.8.22.0000	2
Procedimento Investigatório do MP nº 0008176-57.2015.8.22.0000	4
Mandado de Segurança nº 0008038-27.2014.8.22.0000	2
Habeas Corpus nº 0002089-46.2019.8.22.0000	2
Habeas Corpus nº 0000639-34.2020.8.22.0000	4
Apelação Criminal nº 0000797-89.2016.8.22.0013	2
Ação Rescisória nº 0002041-68.2011.8.22.0000	3
Mandado de Segurança nº. 2013962-92.2008.8.22.0000	1
Mandado de Segurança nº 0007029-93.2015.8.22.0000	2
Total Geral	24 volumes

RECOMENDAÇÃO 1: considerando o quantitativo de 24 (vinte e quatro) volumes no total, que seja procedida paulatinamente, tão logo possível, pela própria unidade e com o apoio da equipe do NUCAP/SJ2G, a digitalização dos feitos, ainda que estejam eles atualmente inativos, e posteriormente, realizada a migração para o sistema PJe2G para nele se aguardar o julgamento pelas instâncias superiores, utilizando-se para tanto (migração), do sistema digitalizador desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, e posteriormente, efetuar a baixa dos autos físicos, com o respectivo arquivamento.

VIII.2 - Agravo em Recurso Extraordinário nº 0014124-53.2010.8.22.0000 (10 volumes): os autos foram recebidos como Recurso Extraordinário pelo Ministro Joaquim Barbosa, consoante movimentos 21 e 25 do SAPSG e tramitam atualmente no STF (RE) sob o nº 640452, com relatoria do e. Ministro Roberto Barroso; constatou-se que foi admitida a repercussão geral (Tema nº487/STF), que ainda pende de julgamento definitivo; os autos principais (Apelação nº 1125295-63.2008.8.22.0001/SAPSG) foram encaminhados à origem (2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho) e lá o feito originário que possui outro número (Mandado de Segurança nº 0252957-27.2008.8.22.0001/SAP1G) foi arquivado para aguardar o resultado do julgamento do recurso. Nem a apelação (no 2º grau) e nem o Mandado de Segurança (no 1º grau) foram migrados para o PJe.
RECOMENDAÇÃO 2: considerando o quantitativo de 10 (dez) volumes no total e que a apelação possui número diverso do feito originário, a coordenadoria deverá proceder, de imediato, com o apoio da equipe do NUCAP/SJ2G, a digitalização do feito e a migração desta para o PJe, utilizando-se para tanto (migração), do sistema digitalizador desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, e posteriormente, efetuar a baixa dos autos físicos (Agravo em Recurso Extraordinário nº 0014124-53.2010.8.22.0000), com o respectivo arquivamento (remessa ao Arquivo-Geral).

VIII.3 - Agravo em Recurso Extraordinário nº 2104208-71.2007.8.22.0000 (11 volumes) e Agravo em Recurso Extraordinário nº 2404208-71.2007.8.22.0000 (12 volumes): Constatou-se que ambos os feitos foram julgados pelas cortes superiores e que as r. decisões respectivas, efetivamente transitaram em julgado, constando inclusive em seus andamentos processuais no SAPSG, movimentos de remessa ao arquivo-geral (Caixa 127/2014); constatou-se também, que a Ação Penal originária foi migrada para o PJe2G, onde se encontra tramitando.
RECOMENDAÇÃO 3: sejam procedidas, de imediato, as baixas dos 2 (dois) processos com a remessa/devolução dos autos ao arquivo-geral.

VIII.4 - Agravo em Recurso Extraordinário nº 0011134-89.2010.8.22.0000 (6 volumes): o agravo em referência teve origem na Apelação nº 1002570-07.2006.8.22.0013 que foi migrada e tramita atualmente no PJe2G; consta no NUGEPNAC o registro do sobrestamento do ARE pelo Tema nº 309/STF, até o julgamento definitivo do Recurso Extraordinário nº 656558 (Relator Ministro Dias Toffoli).
RECOMENDAÇÃO 4: seja certificado na apelação (que tramita no PJe2G) e tomadas as providências pertinentes junto ao NUGEPNAC, para a correta associação do sobrestamento referente ao tema - ao processo principal (Apelação) - e, em seguida, promover a baixa definitiva dos autos físicos do agravo com a remessa ao arquivo-geral.

VIII.5 - Mandado de Segurança nº 0012955-31.2010.8.22.0000 (1 volume): o processo encontra-se inativo no TJRO (e por tal motivo não foi migrado para o PJe), em virtude da remessa de Recurso Ordinário para o Superior Tribunal de Justiça onde tramitou sob o nº RMS 36952/RO; entretanto, a pesquisa junto à corte superior apontou que o julgamento do recurso já ocorreu, com a homologação do pedido de desistência recursal e a baixa definitiva dos autos ao nosso Tribunal também já foi efetuada.
RECOMENDAÇÃO 5: proceder, de imediato, a digitalização e a migração dos autos para o PJe2G, juntando-se em seguida, as peças processuais disponibilizadas no site do STJ (referente ao RMS 36952/RO), certificando nos autos, para viabilizar a sua tramitação posterior de forma eletrônica e, em seguida, promover a baixa definitiva dos autos físicos, com a remessa ao arquivo-geral.

VIII.6 - Inquérito Policial nº 0003098-24.2022.8.22.0000 (28 volumes): nos termos do r. despacho contido na fl. 2.836 (mov. 565 do SAPSG), o reportado apuratório teve origem na denominada “Operação Termópilas” dando ensejo à tramitação de outras ações penais diversas e, ao final, o e. relator, atendendo ao pleito da Procuradoria-Geral de Justiça, determinou o arquivamento dos autos em maio de 2022, constando inclusive, no mov. 572 do SAPSG o registro de que no último mês de junho, os autos foram arquivados na CAIXA nº 15/2022.
RECOMENDAÇÃO 6: considerando tratar-se de feito que, enquanto ativo tramitou “em sigilo”, em virtude de conter documentos de teor sensível, os autos deverão permanecer arquivados na própria unidade, acondicionados em caixas de “arquivo morto” mantidas em armário trancado com chaves, com acesso restrito à Senhora Coordenadora e seu/sua substituto(a) imediato(a).

VIII.7 - Apelação nº 1011989-21.2005.8.22.0001 (5 volumes): os autos foram baixados indevidamente no SAPSG (mov.165), uma vez que pende de julgamento o Recurso Extraordinário; consta no NUGEPNAC o registro do sobrestamento do feito pelo Tema nº 309/STF, até o julgamento definitivo do Recurso Extraordinário nº 656558 - Relator Ministro Dias Toffoli (Leading Case).
RECOMENDAÇÃO 7: considerando o quantitativo de 5 (cinco) volumes no total e que a apelação possui número diverso do feito originário,

a coordenadoria deverá reativá-la e proceder, de imediato, com o apoio da equipe do NUCAP/SJ2G, a digitalização do feito e a migração desta para o PJe, para que nele se aguarde o julgamento definitivo do recurso, utilizando-se para tanto (migração), do sistema digitalizador desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, e posteriormente, efetuar a baixa definitiva dos autos físicos com o respectivo arquivamento, no arquivo-geral.

VIII.8 - Apelação nº 0000305-44.2013.8.22.0000 (6 volumes): o Processo tramitou no 2º grau, com o mesmo número, pelo sistema SDSG e foi posteriormente migrado para o sistema PJe2G, onde se encontra suspenso, aguardando o julgamento do Recurso Extraordinário nº 684612 (Tema nº 698/STF) Representativo da controvérsia; consta no NUGEPNAC o registro do sobrestamento do feito pelo Tema 698/STF; no 1º grau, os autos tramitaram com o nº 0000015-65.2010.8.22.0701 e também foram migrados PJe1G.
RECOMENDAÇÃO 8: proceder a baixa definitiva dos autos físicos, com a remessa do feito ao Arquivo-Geral.

VIII.9 - Apelação nº 0005032-66.2011.8.22.0501 (85 volumes): os autos foram migrados para o sistema PJe1G e deste remetidos para o PJe2G, onde tramitam regularmente no 2º grau; após o movimento de migração no SAPSG, nele foram lançados, de forma indevida, os movimentos 44 e 45 (de inclusão em pauta).
RECOMENDAÇÃO 9: proceder a exclusão dos movimentos 44 e 45 do SAPSG e proceder a baixa definitiva dos autos físicos, com o arquivamento do feito (remessa ao arquivo-Geral).

VIII.10 - Ação Rescisória nº 0007089-37.2013.8.22.0000 (1 volume): os autos tramitaram regularmente pelo SAPSG e o v. acórdão proferido efetivamente transitou em julgado em 07.2018 (mov. 139); com o objetivo de promover a execução do julgado, o Estado de Rondônia ingressou no PJe2G com os autos nº 0802258-34.2018.8.22.0000 que ainda tramitam e aguardam a liquidação do Precatório expedido.
RECOMENDAÇÃO 10: proceder a baixa definitiva do feito, com a remessa dos autos ao arquivo-Geral.

VIII.11 - Agravo em Recurso Extraordinário nº 2113106-70.2007.8.22.0001 (1 volume): os autos foram baixados indevidamente no SAPSG (mov. 99) uma vez que há despacho de sobrestamento (mov. 89) por repercussão geral reconhecida pelo STF; Consta no NUGEPNAC o registro do sobrestamento do feito pelo Tema nº 635/STF, até o julgamento definitivo do Agravo em Recurso Extraordinário nº 721001 - Relator Ministro Gilmar Mendes (Leading Case), o que ainda não ocorreu; os autos do feito principal (Apelação nº 1013106-79.2007.8.22.0001) que tramitaram no sistema SAPSG foram devolvidos à origem (1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho) para lá aguardarem o trânsito em julgado (que ainda não ocorreu efetivamente) e lá migrados para o PJe1G no ano de 2018, sendo alterada a classe processual para "Cumprimento de Sentença" que prosseguiu tramitando e obteve a satisfação de seu objeto, com o pagamento sendo efetuado por meio de RPV e obtido decisão de extinção do feito, que ao momento da inspeção, aguardava o trânsito em julgado para a baixa definitiva.
RECOMENDAÇÃO 11: certificar a situação processual nos autos e submeter à apreciação do e. Desembargador-Presidente do TJRO para deliberação.

VIII.12 - Mandado de Segurança nº 2013584-10.2006.8.22.0000 (2 volumes) e Execução contra a Fazenda Pública nº 0003693-86.2012.8.22.0000 (3 volumes):
constatou-se que o mandamus foi julgado e que a r. decisão respectiva, efetivamente transitou em julgado, constando inclusive em seu andamento processual no SAPSG (mov. 222) que estaria "arquivado definitivamente", com indicação de local físico "remetido ao arquivo-geral", muito embora esteja efetivamente na unidade, apenso aos autos da Execução contra a Fazenda, que tramitou no SAPSG e posteriormente foi migrada para o PJe2G onde se encontra em fase final de tramitação aguardando pagamento via Precatório.
RECOMENDAÇÃO 12: sejam procedidas, de imediato, as baixas dos 2 (dois) processos com a remessa/devolução dos autos ao arquivo-geral.

VIII.13 - Apelação nº 1017810-77.2013.8.22.0001 (9 volumes): os autos foram migrados do sistema SAPSG para o sistema PJe2G, onde atualmente tramitam e se encontram na tarefa "processos suspensos"; A suspensão ocorreu associada ao Tema nº 264/STF, por possível identidade de objeto com o do Recurso Extraordinário nº 626307; despacho proferido em 22.02.2021, às fls.1869/1870 (SAPSG) ratificou a permanência do sobrestamento até o pronunciamento final pela Corte Suprema; Petição juntada em 17/08/2022 (PJe2G) informou o julgamento do Recurso Extraordinário nº 1177868/RO (do processo) e o trânsito em julgado da r. decisão e, ao final, consignou: "(...) Assim, não existe mais a necessidade de que fique sobrestado aguardando julgamento de tema no STF pelo prazo de 24 meses neste Tribunal. Pelo exposto, requer que seja devolvido o processo em tela para a vara de origem para seu regular prosseguimento em virtude do trânsito em julgado da decisão(...)".
RECOMENDAÇÃO 13: seja providenciada a imediata conclusão do processo eletrônico (PJe2G) à Presidência do TJRO, para a deliberação necessária acerca da Petição ainda não enfrentada e procedida a baixa dos autos físicos com a remessa do feito ao arquivo-Geral.

VIII.14 - 28 (vinte e oito) processos migrados para o PJe2G, cuja orientação ao tempo da migração foi de que permanecessem na unidade até o posterior julgamento do feito, para então serem arquivados definitivamente, que já tiveram os julgamentos realizados no sistema eletrônico PJe2G, já tendo alguns deles, inclusive, sido baixados em definitivo no sistema PJe2G, com a baixa para as origens e/ou com o arquivamento, consignados na planilha a seguir:

Processo	volume(s)
Dissídio Coletivo nº0002407-05.2014.8.22.0000	3
Apelação Criminal nº 0002339-65.2018.8.22.0501	8
Ação Rescisória nº 0013246-89.2014.8.22.0000	3
Apelação Criminal nº 0042622-82-2008.8.22.0501 (e 4 vol. anexos)	17
Apelação Criminal nº 0001299-83.2020.8.22.0014	1
Apelação Criminal nº 0000269-69.2018.8.22.0018	2
Apelação Criminal nº 0000286-89.2019.8.22.0012	1
Mandado de Segurança nº0005919-98.2011.8.22.0000	3
Apelação Criminal nº 0001478-24.2018.8.22.0002	3

Embargos Infringentes nº 0001190-82.2018.8.22.0000	4
Reexame Necessário nº 1002117-48.2006.8.22.0001	2
Apelação Criminal nº 0002061-68.2016.8.22.0005 (e 2 vol. anexos)	5
Execução Contra a Fazenda Pública nº 0011390-90.2014.8.22.0000	5
Embargos à Execução nº 0000359-39.2015.8.22.0000	4
Habeas Corpus nº 0004568-12.2019.8.22.0000	3
Apelação Cível nº 1112243-63.2005.8.22.0014	2
Apelação Criminal nº0008164-92.2015.8.22.0501	9
Apelação Criminal nº 0001457-23.2015.8.22.0012	4
Apelação Criminal nº 0004149-51.2013.8.22.0501	4
Ação Rescisória nº 0007443-96.2012.8.22.0000	4
Apelação Criminal nº 0004778-59.2012.8.22.0501 (e 7 anexos)	12
Apelação Criminal nº 0007243-70.2014.8.22.0501 (e 2 anexos)	7
Apelação Criminal nº 0011191-20.2014.8.22.0501 (e 3 anexos)	7
Apelação Criminal nº 1002684-90.2017.8.22.0002	3
Apelação Criminal nº 0000041-42.2018.8.22.0003 (e 4 anexos)	9
Mandado de Segurança º 0010964-83.2011.8.22.0000	3
Apelação Criminal nº 0017443-39.2014.8.22.0501	2
Apelação Criminal nº 1000215-20.2017.8.22.0019	4
Total Geral	134

RECOMENDAÇÃO 14: que seja providenciado o imediato encaminhamento dos feitos consignados na planilha ao arquivo-Geral;
RECOMENDAÇÃO 15: considerando que ao tempo da inspeção havia nos armários, em torno de 1.000 (um mil) volumes de processos físicos (todos migrados para o PJe2G) separados por relatores, das 2 (duas) Câmaras Especiais e, que deste acervo total, somente foram analisados o acervo individual atribuído ao e. Desembargador Roosevelt Queiroz Costa e, 5 (cinco) processos, por amostragem, de cada um dos outros 5 (cinco) relatores, onde foram identificados os feitos da planilha, que seja levantada a situação dos demais processos físicos (que tiveram os julgamentos concluídos no PJe2G) e identificados os processos, providenciar igualmente os seus arquivamentos, como consignado na recomendação anterior.

IX - PROCESSOS FÍSICOS SIGILOSOS (INATIVOS): foram localizados 6 (seis) processos judiciais sigilosos (Medidas Cautelares), com o total de 15 (quinze) volumes, que já tiveram esgotados os seus objetos e já cumpriram as suas finalidades, os quais após efetuados os registros e lançamentos pertinentes, permanecem arquivados na própria unidade, acondicionados em caixas de “arquivo morto” mantidas em armário trancado com chaves, com acesso restrito à Senhora Coordenadora e seu/sua substituto(a) imediato(a); em virtude dos teores sensíveis das peças processuais contidas nos autos, justificado é o procedimento e as cautelas adotadas.

X - SESSÕES DE JULGAMENTO: as sessões de julgamento dos órgãos colegiados afetos à coordenadoria estão sendo realizadas, ordinariamente, todas as terças-feiras (2ª Câmara Especial), quintas-feiras (1ª Câmara Especial) e todas as segundas sextas-feiras de cada mês (Câmaras Especiais Reunidas) e ocorrendo com normalidade, de forma híbrida, com alguns desembargadores comparecendo presencialmente em plenário e outros participando de forma remota, de seus gabinetes e/ou de fora do edifício-sede do TJRO, sendo todas transmitidas em tempo real pela plataforma digital do Youtube.

XI - PAUTAS, ATAS E ÁUDIOS DAS SESSÕES: as pautas e atas são publicadas regularmente no DJe e, juntamente com os áudios das sessões são posteriormente disponibilizados, no campo próprio e em ordem crescente de antiguidade no sítio eletrônico do TJRO, nos termos do que estabelece o artigo 22, da Resolução nº 215/2015-CNJ. Verificado o campo específico no site do Tribunal de Justiça foi constatado que as disponibilizações dos colegiados respectivos encontram-se todas regulares.
XII – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS EM 2022: constatou-se que no presente exercício, até o final do mês de setembro, foram distribuídos nos órgãos julgadores que a unidade atende (1ª e 2ª Câmaras Especiais e Câmaras Especiais Reunidas) o montante de 4.847 (quatro mil e oitocentos e quarenta e sete) casos novos, o que corresponde a um aumento de 62,59% no volume de distribuição e, julgados 4.609 (quatro mil e seiscentos e nove) processos do acervo existente, com redução no volume de julgamento de 12,03%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

XIII – PROCESSOS ATIVOS: em 07/10/2022, foi extraído relatório de processos ativos que tramitam pela unidade, no qual constaram ao todo 6.669 (seis mil, seiscentos e sessenta e nove) processos em tramitação, sendo 3.033 (três mil e trinta e três) pendentes de julgamento pelos e. desembargadores (excluídos os 543 sobrestados) e outros 3.093 (três mil e noventa e três) já julgados, porém ainda não baixados definitivamente e, portanto, tramitando pela coordenadoria, aguardando decurso de prazo e/ou em processamento de incidentes e de recursos para os tribunais superiores. Verificados os feitos por amostragem, constatou-se a regularidade dos seus processamentos.

XIV - PROCESSOS SIGILOSOS: a análise do relatório respectivo apontou que constavam tramitando na data verificada 161 (cento e sessenta e um) processos sigilosos; foi verificado que o controle de sigilo é efetivamente realizado pelo relator, que libera o(s) acesso(s) ao inteiro teor dos autos, nos casos de nível 5 (sigilo absoluto) para quem entender conveniente (assessor e/ou coordenadora) em seus respectivos CPF’s e, nos casos de segredo de justiça, nível 1, os acessos para as pessoas com o perfil adequado e necessário para trabalhar nos autos, já se encontram disponibilizados de forma automática no sistema. Nos processos identificados em tal condição não foi detectada nenhuma impropriedade quer seja nos respectivos processamentos, quer seja nos acessos.

XV - PROCESSOS SOBRESTADOS POR SITUAÇÕES DE RECURSOS REPETITIVOS E/OU DE CASOS DE REPERCUSSÃO GERAL, DE IAC’s e DE IRDR’s: até o último dia de inspeção na unidade (11/10/2022) constavam sobrestados o montante total de 543 (quinhentos e quarenta e três) processos, sendo 425 (quatrocentos e vinte e cinco) processos aguardando julgamento de temas pelo colendo Superior

Tribunal de Justiça (STJ) e/ou pelo excelso Supremo Tribunal Federal (STF), e 118 (cento e dezoito) processos aguardando julgamento de Incidentes de Assunção de Competência - IAC's e de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR's, pelo próprio TJRO, consignados nas planilhas a seguir:

Casos de Repercussão Geral e de Recursos Repetitivos

Tema	Tipo	Tribunal	Nº de processos sobrestados
6	RG	STF	15
19, 22, 284, 285, 345, 377, 386, 475, 487, 500, 519, 561, 627, 635, 779, 793, 835, 885, 958, 1019, 1033 e 1093**	RG	STF	22
106	RR	STJ	10
247	RG	STF	2
264	RG	STF	4
265	RG	STF	3
309	RG	STF	5
444	RR	STJ	3
624	RG	STF	2
692, 905, 1009, 1050***	RR	STJ	4
698	RG	STF	5
745	RG	STF	2
862	RR	STJ	2
863	RG	STF	2
899	RG	STF	4
986	RR	STJ	221
987	RR	STJ	2
1002	RG	STF	42
1042	RR	STJ	3
1046	RR	STJ	3
1075	RR	STJ	4
1076	RR	STJ	3
1096	RR	STJ	2
1199	RG	STF	60
TOTAL			425
Dados atualizados de acordo com as informações enviadas pela Coordenadoria Especial.			
* Nos temas de repercussão geral nº 19, 22, 284, 285, 345, 377, 386, 475, 487, 500, 519, 561, 627, 635, 779, 793, 835, 885, 958, 1019, 1033 e 1093 consta 1 processo por tema, totalizando 22 processos.			
*** Nos temas repetitivos nº 692, 905, 1009 e 1050 consta 1 processo por tema, totalizando 4 processos.			

Casos de Incidentes no próprio Tribunal de Justiça

Tema	Tipo	Tribunal	Nº deprocessos sobrestados
1	IRDR	TJRO	92
0807503-55.2020.8.22.0000*	IAC	TJRO	3
2	IAC	TJRO	4
4	IRDR	TJRO	10
5	IRDR	TJRO	9
TOTAL			118
Dados atualizados de acordo com as informações enviadas pela Coordenadoria Especial.			
* IAC instaurado em sessão, distribuído sob o nº 0810139-23.2022.8.22.0000, aguardando julgamento de admissão.			

XVI - PROCESSO SUSPENSO POR DECISÃO JUDICIAL: a análise efetuada no decorrer da inspeção, para a hipótese aventada, identificou a suspensão, pelos controles da unidade, do seguinte processo:

XVI.1 - Apelação Criminal n. 0008896-79.2015.8.22.0014 - suspenso sine die aguardando julgamento do HC nº 166373/PR-STF (está inserido em pauta para julgamento na sessão do próximo dia 17/11/2022); os autos foram migrados para o sistema PJe2G, inicialmente com a classe Inquérito Policial e, na sequência, esta foi alterada para Apelação Criminal; o processamento no PJe2G prosseguiu e em 20/07/2022 recebeu a seguinte decisão: "(...) O presente feito é idêntico aos autos da apelação de nº 0000667-91.2019.8.22.0014, que contém a mesma denúncia, dos mesmos fatos criminais e mesmas partes, sendo certo que tal equívoco se deu por migração do antigo sistema para o atual com dupla digitalização e consequentemente, geração de dois processos com números distintos.
Ante o exposto, nos termos do art. 932, do CPC, julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito ante a ocorrência da litispendência. Após o trânsito em julgado, arquive-se.(...)"; atualmente, tramitam em processamento do Agravo Interno interposto pelo MPRO; os autos físicos se encontram no armário da unidade;

RECOMENDAÇÃO 16: considerando a peculiaridade da forma da migração ocorrida (diretamente no 2º grau), a unidade deverá aguardar o julgamento definitivo do feito no PJe, para só então, após definir-se a melhor forma de procedimento em relação ao PJe1G, proceder baixa definitiva dos autos físicos (com o arquivamento ou não no 2º grau).

XVII – ANÁLISE DOS PROCESSOS NAS TAREFAS DO PJe2G: realizada a verificação, por amostragem, de 3 (três) processos por situação, dos feitos nas tarefas Aguardando MP - CRIM, Aguardando Advogado - CRIM, Aguardando Defensoria Pública - CRIM, Aguardando Decurso de Prazo da Parte - CRIM, Encaminhar para a Instância Superior - CRIM, Aguardando Decurso de Trânsito em Julgado - SG, Aguardando MP - SG, Aguardando PGE - SG, Aguardando PGM - SG, Aguardando Julgamento de Instância Superior - SG, não foi encontrada nenhuma irregularidade insanável e/ou grave, que tenha ensejado efetivo prejuízo processual ou às partes. Contudo, foram constatadas as ocorrências das seguintes inconsistências:

Processo	Inconsistência
Apelação Criminal nº 7001481-38.2020.8.22.0017	Prazo de intimação diferente do prazo processual para o qual a parte foi intimada
Agravo de Instrumento nº 0802537-78.2020.8.22.0000	Processo paralisado há mais de 30 dias/ aguarda certificação e intimação do MPRO
Agravo de Instrumento nº 0805423-50.2022.8.22.0000	Processo paralisado há mais de 30 dias/ aguarda certificação e conclusão
Apelação Cível nº 0037015-61.2007.8.22.0004	Processo paralisado há mais de 30 dias/ aguarda certificação e baixa para a origem
Agravo de Instrumento nº 0806021-04.2022.8.22.0000	Processo paralisado há mais de 30 dias/ aguarda certificação e intimação do MPRO

RECOMENDAÇÃO 17 - observar o prazo processual no momento de preparar a intimação da parte;

RECOMENDAÇÃO 18 - controlar os processos paralisados há mais de 15 dias, utilizando-se de painéis já existentes na ferramenta Qlik Sense e movimentar efetivamente os processos;

RECOMENDAÇÃO 19 - utilizar a ferramenta “etiquetas”, disponibilizada no PJe2G a fim de facilitar o controle de prazo para as partes se manifestarem;

RECOMENDAÇÃO 20 - promover a verificação das petições da tarefa Analisar petição; ato contínuo, certificar e tramitar os autos, conforme a situação;

XVIII – PROCESSOS PARALISADOS NA COORDENADORIA E EM DILIGÊNCIAS: não foram encontrados processos pendentes de julgamento, paralisados efetivamente há mais de 60 (sessenta) dias na unidade; acima deste prazo constatou-se a existência de apenas 4 (quatro) processos, sendo 1 (um) Mandado de Segurança, 2 (duas) Apelações Cíveis e 1 (um) Agravo de Instrumento - o mais antigo deles há 161 (cento e sessenta dias) - e, verificados todos os feitos, não foi encontrada qualquer impropriedade uma vez que já estão julgados e/ou aguardando cumprimento de cartas de ordem. Com relação aos processos em diligências na origem foram constatados apenas 2 (dois) processos com prazo superior há 45 (quarenta e cinco) dias e, verificados os andamentos processuais no 1º grau, constatou-se a regularidade de ambas as tramitações.

RECOMENDAÇÃO 21: apesar das situações encontradas afigurarem-se regulares, sugere-se à unidade que efetue o controle dos processos paralisados há mais de 15 dias, em cada uma das situações, utilizando-se de painéis já existentes na ferramenta Qlik Sense e interagir com as unidades do 1º grau, se necessário, para evitar paralisações processuais além do prazo devido.

XIX – PROCESSOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO: foram localizados 3 (três) processos com prazo superior há 30 (trinta) dias, no Ministério Público, todos da classe Agravo de Instrumento, estando o mais antigo deles (no dia da verificação) com 37 (trinta e sete) dias naquele órgão ministerial e com prazo de interesse recursal findando no 2º dia da inspeção.

RECOMENDAÇÃO 22: não obstante o cenário encontrado, sugere-se à unidade que utilize a ferramenta “etiquetas”, disponibilizada no PJe2G, a fim de facilitar o controle dos processos e que os prazos para manifestação sejam verificados de

XX – PROCESSOS NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA: foram localizados 5 (cinco) processos com prazo superior há 30 (trinta) dias, na Defensoria Pública, estando 3 (três) deles dentro do prazo de interesse recursal, 1 (um) com prazo recursal decorrido há 30 (trinta dias) - Agravo de Instrumento nº 0809922-14.2021.8.22.0000 - e 1 (um) com Petição já apresentada, aguardando certificação e remessa ao MPRO para emissão de parecer - Agravo de Instrumento nº 0806322-48.2022.8.22.0000.

RECOMENDAÇÃO 23: após as juntadas das petições nos autos, analisá-las e se for o caso, promover o imediato lançamento do movimento processual respectivo para assegurar a regularidade do andamento do feito sem paralisações indevidas.

XXI - PRAZO PARA CUMPRIMENTO DOS DESPACHOS (URGENTES E NÃO URGENTES): a análise dos relatórios e dos processos (por amostragem) confirmou a informação obtida na unidade quanto à regularidade no cumprimento dos prazos para assegurar efetividade às r. decisões e despachos proferidos pelos e. relatores. Após recebidos na coordenadoria, os despachos/decisões urgentes são cumpridos no mesmo dia ou no dia imediato subsequente e, os não urgentes, no prazo legal/processual correspondente.

XXII - PROCESSOS COM RECURSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR, JÁ ADMITIDOS, PARA ENCAMINHAR/INSERIR NO SISTEMA (iSTJ) E AS BAIXAS DELES: a análise dos processos em tais situações nos sistemas PJe2G e iSTJ, por amostragem, revelou que as capas dos processos no sistema do STJ, atualmente, não estão sendo produzidas na coordenadoria; os feitos são enviados diretamente para o

NUCAP/SJ2G para posterior remessa à corte superior. Não foram constatadas pendências no processamento das baixas de processos julgados.

RECOMENDAÇÃO 24: considerando que o volume de processos/recursos para serem enviados aos Tribunais superiores voltou ao fluxo normal, a unidade deverá voltar também a produzir as capas no iSTJ antes de enviá-lo ao NUCAP/SJ2G.

XXIII - PROCESSOS COM RECURSOS ENVIADOS AO STJ E BAIXADOS IMEDIATAMENTE À ORIGEM, SEM AGUARDAR O JULGAMENTO E O TRÂNSITO EM JULGADO NA CORTE SUPERIOR: o procedimento foi constatado nos seguintes autos:

XXIII.1 Apelação Criminal nº 0002061-68.2016.8.22.0005 - o movimento de "remetidos os autos (em grau de recurso) para o STJ" foi lançado em 03/10/2022 e, no dia 06/10/2022 foi lançado o movimento de "remetidos os autos (por julgamento definitivo do recurso) para origem", precedida de certidão nos seguintes termos: "(...)

Certifico, ainda que, em cumprimento ao disposto no art. 1º da Resolução nº 15/2006 - PR, publicada no DJE nº 183, de 29/6/2006, procedemos,nesta data, à remessa dos presentes autos ao juízo de origem, onde aguardarão o trânsito em julgado ou execução provisória."

XXIII.2 Apelação Criminal nº 1000823-33.2017.8.22.0014 - o movimento de "remetidos os autos (em grau de recurso) para o STJ" foi lançado em 27/06/2022 e, no dia 07/07/2022 foi lançado o movimento de "remetidos os autos (por julgamento definitivo do recurso) para origem", precedida de certidão nos seguintes termos: "(...) Faço remessa destes autos à origem para eventual execução."

* Considerando que a Resolução nº 15/2006 - PR, publicada no DJe nº 183, de 29/06/2006, utilizada como embasamento na certidão do 1º feito (do item XXII.1) não tem aplicabilidade para os feitos da classe apelação; que ambos os feitos foram remetidos à origem com baixa; que tais hipóteses (que comportam execução na origem enquanto pendente julgamento de recurso em corte superior) constituem raras exceções à regra; que o procedimento utilizado prejudica os controles estatísticos recursais e os necessários andamentos processuais após a baixa da r. decisão proferida na(s) corte(s) superior(es), no 2º grau; que podem ensejar a possibilidade de ocorrência de tumulto processual com petições e andamentos indevidos, em virtude de reabrir a tramitação do processo originário (no 1º grau).

RECOMENDAÇÃO 25: a Coordenadoria deverá certificar a situação processual específica e encaminhar os autos "em diligência" à origem, para que lá seja efetuado/cumprido o ato processual necessário/específico (execução provisória ou definitiva, se for o caso) e, consignar que posteriormente, após o cumprimento da diligência, os autos deverão ser devolvidos ao 2º grau, para aqui aguardar o retorno do recurso da instância superior e efetuar os lançamentos processuais correlatos.
Tal procedimento, possibilitará o monitoramento e o controle dos feitos em tais situações, o que deverá efetivamente ser realizado pela coordenadoria, utilizando-se para tanto de painel já disponibilizado na ferramenta Qlik Sense.

XXIV - PLANTÃO JUDICIAL: no horário compreendido entre as 14 horas e 7 horas do dia subsequente e, nos dias em que não há expediente forense, o atendimento às hipóteses elencadas na Resolução nº 71/2009-CNJ, de 31/03/2009.
Foi confirmada a regularidade e a publicidade dos atos respectivos (mensais), sendo que o do mês de outubro é o Ato nº 1.228/2022, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico - DJe nº 182, de 29/09/2022;
O número do telefone móvel destinado ao Plantão Judicial da unidade nº (69) 98444-5008, também encontra-se disponibilizado no sítio eletrônico do TJRO, no campo específico;
Por fim, foi atestado o regular funcionamento do plantão pela unidade e o atendimento pelo magistrado plantonista designado; há registro de casos atendidos no decorrer do ano de 2022.

XXV - TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA DO ÓRGÃO JULGADOR COLEGIADO VINCULADO À COORDENADORIA: verificado o grau de cumprimento da Meta-5/CNJ, isoladamente pelos órgãos julgadores vinculados à unidade, constatou-se que a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) se encontrava ao final do mês de setembro/2022 em 58,05% e, portanto, bem próximo dos 56% considerados pelo CNJ para cumprimento da meta e dos 50,25% obtidos pelos mesmos colegiados, ao final do exercício anterior (2021).
Contudo, foram constatadas algumas pendências de baixas de processos judiciais, em especial de arquivamento.

RECOMENDAÇÃO 26: proceder imediatamente os lançamentos das movimentações de baixa que se encontram pendentes, no aguardo de tais providências.

XXVI - ATENDIMENTO AO BALCÃO VIRTUAL E AOS TELEFONES: os testes realizados em horários aleatórios, durante a inspeção e no decorrer do expediente regular do Tribunal, no link do balcão virtual da unidade (https://meet.google.com/igi-ejjy-exc) e dos telefones (3309-6129 e 3309-6130) disponibilizados no sítio eletrônico do TJRO apontaram o atendimento regular em ambos os canais, situação esta que foi também constatada recentemente pela assessoria da Secretaria-Geral/Presidência, no processo SEI nº 0013794-92.2022.8.22.8000.

XXVII - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI): a análise da tramitação dos feitos na unidade, no reportado sistema, apontou o montante total de 309 (trezentos e nove) feitos abertos, sendo 96 (noventa e seis) gerados na unidade e 213 (duzentos e treze) recebidos de outras unidades, não sendo constatada nenhuma pendência de recebimento e/ou de enfrentamento.

XXVIII - E-MAIL INSTITUCIONAL e MALOTE DIGITAL: Foi constatada no decorrer dos trabalhos da inspeção que tanto o e-mail institucional da unidade quanto o malote digital, são diariamente verificados pela equipe da coordenadoria e não foi identificada nenhuma pendência quanto ao enfrentamento dos objetos neles constantes.

XXIX - LANÇAMENTO DE AVISOS NO ÁTRIO DO EDIFÍCIO SEDE E NO SITE DO TJRO (E RETIRADA DELES APÓS O ATINGIMENTO DAS SUAS FINALIDADES): Não foi constatada nenhuma pendência ou impropriedade de procedimento nas respectivas situações, no âmbito da coordenadoria.

XXX - PROCEDIMENTOS DO NUGEPNAC: não obstante o significativo número de processos consignados no item XV, suspensos ou sobrestados na unidade em decorrência de temas nas cortes superiores, o Senhor Coordenador do NUGEPNAC constatou, quanto às atribuições que lhe estão afetas, a conformidade dos trabalhos desenvolvidos pela unidade com os procedimentos estabelecidos na Resolução CNJ nº 235/2016 (alterada pela Resolução CNJ nº 444/2022) e Resolução nº 207/2022-TJRO; dentre os integrantes da Coordenadoria, foram designados os servidores Cleomar Ramos Barreto (Técnico Judiciário), Elder Miyache (Técnico Judiciário) e Joana Darc Nascimento Lima (Assistente Judiciária), para doravante tratarem dos assuntos relacionados aos precedentes obrigatórios e às demais atividades inerentes; contudo, em face das novas exigências implementadas pelo CNJ constatou-se a necessidade de realizar alguns ajustes nos procedimentos então adotados e, visando aprimorar os trabalhos desempenhados pela Coordenadoria no tocante ao envio de informações acerca dos andamentos dos incidentes (IRDR's e IAC's) e dos processos sobrestados pela sistemática dos precedentes qualificados, o NUGEPNAC apresenta orientações gerais à Coordenadoria, consubstanciadas na Recomendação única a seguir:

RECOMENDAÇÃO 27: cumprimento doravante pela unidade, dos itens descritos para as fases dos incidentes e para os processos que se adequam às hipóteses tratadas pelo NUGEPNAC e que constituem o objeto dos controles necessários, a saber:

a - Procedimento para informar as fases dos incidentes (IRDR's e IAC's):
1) Que as informações enviadas ao Núcleo sejam prestadas com celeridade e de forma válida, conforme os códigos e complementos da TPU indicados, a fim de manter o Banco Nacional de Precedentes (BNP) atualizado e fidedigno;
2) Observar, atentamente, a forma de envio das informações ao Núcleo, utilizando o SEI específico disponibilizado anualmente para comunicar os andamentos dos IRDRs/IACs, nas seguintes fases: a) distribuição do incidente, após sua instauração; b) inclusão em pauta para análise da admissibilidade e do mérito do incidente, bem como dos recursos eventualmente interpostos; c) resultado do julgamento de admissibilidade e de mérito do incidente, bem como dos recursos eventualmente interpostos; d) as publicações dos acórdãos de admissibilidade e de mérito, bem como dos recursos eventualmente interpostos; e) trânsito em julgado do incidente e f) baixa/arquivamento;

b - Procedimento para informar os processos sobrestados em razão dos precedentes em geral (recurso extraordinário com repercussão geral, recurso especial repetitivo, IRDR e IAC):
1) Deve ser alimentada a planilha Excel compartilhada com a Coordenadoria, através do Google Drive, conforme a ocorrência das seguintes movimentações: a) data da distribuição (DataDS) ou redistribuição, caso haja alteração da competência; b) data do sobrestamento (DataS), utilizando como parâmetro a data de publicação
da decisão, e não a de disponibilização no DJe; c) data do julgamento (DataJS), utilizando como parâmetro a data da decisão monocrática ou colegiada que aplica ou não a tese firmada no precedente; d) data do trânsito em julgado (DataTJP) e e) data da baixa/arquivamento (DataBaixS);
2) No cumprimento do item anterior, deve-se procurar manter a planilha sempre atualizada, inserindo as informações solicitadas de acordo com as colunas, exceto as colunas L e M (aplicação da tese e julgamento de mérito), que serão preenchidas pelo NUGEPNAC;
3) Nas colunas preenchidas com datas, deve-se observar atentamente o que cada item da coluna pede, por exemplo, a coluna data do julgamento deve ser preenchida com a data da decisão que aplica ou não a tese firmada no precedente, já na coluna da data do sobrestamento, é inserida a data da efetiva publicação da decisão, e não a de disponibilização no DJe;
4) Devem ser informados ao Núcleo apenas e tão somente os processos sobrestados em razão dos precedentes qualificados, cujos principais são recurso extraordinário com repercussão geral, recurso especial repetitivo, IRDR e IAC, conforme previsto no art. 927 do CPC e art. 2º, inciso I, da Res. CNJ nº 444/2022. O incidente de arguição de inconstitucionalidade não é precedente, tampouco qualificado, dispensando qualquer informação ao NUGEPNAC;

XXXI - OBSERVAÇÕES FINAIS: foi observado no decorrer dos trabalhos da inspeção que apesar do número relativamente reduzido de componentes = 12 no total = (número este equivalente ao de um único departamento judiciário que antecedeu à atual estrutura da coordenadoria e que atendia a uma só câmara) e às vezes se apresenta ainda menor em virtude dos afastamentos por motivos diversos, a equipe da coordenadoria é unida, comprometida e coesa, fator este que restou evidenciado no decorrer da inspeção e, inegavelmente, reflete nos trabalhos desenvolvidos na unidade que, no geral, fluem de forma satisfatória; mesmo levando em consideração as matérias julgadas, os entes públicos envolvidos (que demandam prazos processuais maiores) e as investigações criminais de complexidade elevada (e na maioria das vezes sigilosas), o cenário encontrado na inspeção aponta a necessidade da promoção de alguns ajustes e mudanças nas rotinas empregadas pela equipe, para melhorar a fluidez das atividades e dos andamentos processuais no âmbito da coordenadoria, o que já foi iniciado, tão logo concluiu-se a inspeção.
Considerando o volume de informações e de sugestões contidos nos formulários disponibilizados pelos colaboradores da unidade (consignados no item I) e a necessidade de analisá-los mais detalhadamente e em conjunto com os das demais coordenadorias, após a disponibilização das atas da inspeção das 4 (quatro) coordenadorias da CPE2G, será lançado relatório geral e detalhado no SEI respectivo com o resultado da análise das funções exercidas e as rotinas de trabalho executadas por cada coordenadoria e por seus colaboradores, conforme os cargos e funções exercidos, de acordo com as particularidades da matéria de cada uma delas, bem como com as sugestões e encaminhamentos de propostas de mudanças de procedimentos, de eventuais alterações estruturais e/ou físicas na CPE2G, nos fluxos e sistema processuais e das rotinas estabelecidas juntos aos gabinetes dos e. desembargadores.

XXXII - ENCERRAMENTO: Durante os trabalhos da inspeção, não houve o comparecimento de membros da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia, da Procuradoria de Justiça do Estado de Rondônia, da Defensoria Pública do Estado de Rondônia e dos gabinetes dos e. Desembargadores deste Tribunal para o acompanhamento das atividades; Não foram recebidas reclamações ou sugestões de advogados ou usuários internos ou externos do TJRO; foi determinada a publicação desta Ata da 1ª Inspeção Ordinária no Diário da Justiça Eletrônico - DJe e a expedição de Ofícios, encaminhando-a aos Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia, ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, ao Procurador-Geral do Estado de Rondônia, ao Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia, à Corregedora-Geral do Conselho Nacional de Justiça e aos e.

Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Foi determinado à senhora secretária dos trabalhos da inspeção o registro no processo SEI nº 0013580-04.2022.8.22.8000, com relação ao cumprimento das 27 (vinte e sete) recomendações proferidas, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação das suas conclusões. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata que, após lida, foi assinada pelo titular da Secretaria Judiciária do Segundo Grau e pelos demais colaboradores designados para a Inspeção na Portaria nº 16/2022 (publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJe n. 181, de 28/09/2022).

DATA DE ENCERRAMENTO: 11 de outubro de 2022, às 14 horas.

(a) Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário do Segundo Grau

(a) Alan Campos Prestes
Coordenador do Núcleo de Análise de Dados - NUCAD/SJ2G

(a) Heverton Mendes Barbosa
Coordenador do Núcleo de Apoio ao Usuário - NUCAP/SJ2G

(a) Sandro César de Oliveira
Coordenador do Núcleo de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC/PRES

(a) Sayury da Costa Tourinho
Assistente Jurídica da SJ2G (Secretaria da Inspeção)

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por SAYURY DA COSTA TOURINHO, Técnico(a) Judiciário(a), em 18/11/2022, às 13:54 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALAN CAMPOS PRESTES, Técnico(a) Judiciário(a), em 18/11/2022, às 13:54 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por SANDRO CÉSAR DE OLIVEIRA, Coordenador(a) do NUGEPNAC, em 18/11/2022, às 13:56 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por HEVERTON MENDES BARBOSA, Técnico(a) Judiciário(a), em 18/11/2022, às 14:57 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por JUCÉLIO SCHEFFMACHER DE SOUZA, Secretário (a) Judiciário (a), em 18/11/2022, às 15:17 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3044933e o código CRC D41A6B90.

ATA Nº 03/2022-SJ2G
ATA DA PRIMEIRA INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELO SECRETÁRIO JUDICIÁRIO DO SEGUNDO GRAU DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA NAS UNIDADES DA COORDENADORIA DE PROCESSO ELETRÔNICO - CPE2G - ANO 2022.

COORDENADORIA CÍVEL - CCÍVEL/CPE2G

Aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022, a partir das 8 horas, nas salas ns. 310/311, do 3º andar do Edifício Sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, presentes o Secretário Judiciário do Segundo Grau Jucélio Scheffmacher de Souza, o Coordenador do Núcleo de Análise de Dados - NUCAD/SJ2G Alan Campos Prestes, o Coordenador do Núcleo de Apoio ao Usuário - NUCAP/SJ2G Heverton Mendes Barbosa, o Coordenador do Núcleo de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC/PRES Sandro César de Oliveira e a Assistente Jurídica da SJ2G - Sayury da Costa Tourinho, Secretária designada para os trabalhos, iniciaram-se os procedimentos da 1ª Inspeção Ordinária determinada pela Portaria nº 16/2022 (publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 181, de 28/09/2022) – SEI nº 0013580-04.2022.8.22.8000.

I - CONDIÇÕES GERAIS: Os trabalhos ocorreram sem nenhum incidente ou interrupção das atividades normais da Coordenadoria.

II - FORÇA DE TRABALHO: Integram o pessoal da unidade os seguintes servidores/colaboradores:
1 - Heleno de Carvalho (Coordenador);
2 - Edinélia de Jesus Dias Costa Simões (Assistente Judiciária);

3 - Lucélia Diniz Bezerra (Assistente Judiciária);
4 - Cristiane Sales Machado (Assistente de Sessão);
5 - Tânia Mara Ruiz Gondim (Gestor de Equipe);
6 - Greyce Avello Corrêa (Gestor de Equipe);
7 - Ândrea Maia Ribeiro (Gestor de Equipe);
8 - Hellen Christian Vera (Técnica Judiciária - Serviço Especial I);
9 - Flávio Oliveira Brito (Técnico Judiciário - Serviço Especial I);
10 - Lucas Oliveira Rodrigues (Técnico Judiciário - Serviço Especial I);
11 - Rília Kimiko Natori (Técnica Judiciária - Serviço Especial II);
12 - Viviane Garcia dos Santos (Técnica Judiciária - Serviço Especial II);
13 - Monica Cota Vieira (Técnica Judiciária - Serviço Especial II);
14 - Keite Crisostomo Bezerra (Técnica Judiciária - Serviço Especial II);
15 - Rogéria Ricci (Técnica Judiciária);
16 - Anselmo Charles Meytre - (Técnico Judiciário);
17 - Bárbara Carolina Costa Fantini (Técnico Judiciário);
18 - Wilmo Andrey Soares Mendonça (Analista Judiciário);
19 - Galdiana dos Santos Silva (Oficial de Justiça em processo de readaptação funcional);
20 - Antônio Ricardo Carneiro Andrade (Técnico Judiciário);
21 - Júlio Cezar Campos Oliveira Stauffer de Andrade (Técnico Judiciário);
22 - Vitória Teixeira Vieira (Estagiária);
23 - Emilly Cordeiro da Silva (Estagiária);

Observação: os servidores Antônio Ricardo Carneiro Andrade e Júlio Cezar Campos Oliveira Stauffer de Andrade tomaram posse como Técnico Judiciário em 1º/09/2022. Até essa data, a unidade contava com 19 (dezenove) servidores na constituição da sua força total de trabalho.

III - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: os servidores da unidade trabalham presencialmente, à exceção das servidoras Keite Crisostomo Bezerra (em home office por força da r. decisão proferida no SEI nº 0008649-89.2021.8.22.8000) e Galdiana dos Santos Silva (em home office por indicação médica) e cumprem jornada de trabalho das 7 às 14 horas.
IV - CONDIÇÕES GERAIS: a unidade está localizada no 3º andar do edifício sede e os servidores dispõem de ambiente de trabalho apropriado com acomodações, mobiliário, ferramentas tecnológicas e todos os demais meios necessários para o exercício e o desempenho regular das suas funções.

V - CONTROLE DE FREQUÊNCIA: é realizado pela unidade contemplando servidores e estagiários em boletins mensais (somente um SEI para os boletins de frequência do ano de 2022), que se encontram no SEI de nº 0002306-43.2022.8.22.8000 e a análise do seu teor não apontou qualquer impropriedade.

VI - CONTROLE DA PRODUTIVIDADE DO(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA: a cotação das produtividades dos oficiais de justiça que atendem ao 2° grau, na unidade, é feita com regularidade em planilhas mensais (somente um SEI para as produtividades do ano de 2022), que se encontram no SEI de nº 0001898-52.2022.8.22.8000 e as suas análises não apontaram qualquer impropriedade no procedimento. Quanto aos valores e demais lançamentos das cotações, estes são conferidos após as suas confecções e, somente, então, é que são assinados pelo Coordenador (e/ou por sua substituta) e pelo e. Desembargador Presidente do colegiado respectivo.

VII - ROTINA DE TRABALHO: a tramitação atual dos processos judiciais (ativos) na unidade é realizada exclusivamente por meio eletrônico, no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe2G, exclusivamente pelo fluxo SG (Cível), desde a conclusão dos trabalhos de migração do 2º grau, no último mês de junho/2022, dos processos físicos (do Sistema de Acompanhamento Processual - SAPSG) e dos processos eletrônicos (do Sistema Digital do Segundo Grau - SDSG); as pautas e atas das sessões de julgamento são elaboradas manualmente e encaminhadas ao Núcleo de Serviços Gráficos - NUGRAF, para publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJe, pelo sistema SEI.
VIII - PROCESSOS FÍSICOS INATIVOS: foram encontradas na coordenadoria 6 (seis) caixas de arquivo-morto pendentes de encaminhamento à Seção de Gestão Documental - Segedoc/Nusea/DSI/SA (unidade doravante aqui citada como “Arquivo-Geral”) contendo, ao todo, 11 (onze) processos e 42 (quarenta e dois) volumes.
RECOMENDAÇÃO 1: Que seja providenciado o imediato encaminhamento das caixas ao arquivo-geral.
Dentre os demais processos físicos localizados e que se encontram inativos na unidade, constatou-se as seguintes situações:

VIII.1 - 4 (quatro) processos aguardando julgamento dos tribunais superiores, consignados na planilha a seguir:

Processo	Volume(s)
Agravo de Instrumento nº 0006181-43.2014.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0012039-89.2013.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0000730-37.2014.8.22.0000	6
Ação Rescisória nº 0011093-83.2014.8.22.0000	8
Total Geral	25

RECOMENDAÇÃO 2: considerando o quantitativo de 25 (vinte e cinco) volumes no total, que seja procedida paulatinamente, tão logo possível, pela própria unidade e com o apoio da equipe do NUCAP/SJ2G, a digitalização dos feitos, ainda que estejam eles atualmente inativos, e posteriormente, realizada a migração para o sistema PJe2G para nele aguardar o julgamento pelas instâncias superiores, utilizando-se para tanto (migração), do sistema digitalizador desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, e posteriormente, efetuar a baixa dos autos físicos, com o respectivo arquivamento (e remessa ao Arquivo-Geral) .
VIII.2 - Agravo de Instrumento nº 0001274-59.2013.8.22.0000 (25 volumes): Verificada a movimentação processual, foi constatada a realização da baixa do feito, com o arquivamento dos autos, sem que tenha sido lançada a certificação do trânsito em julgado da r. decisão.

RECOMENDAÇÃO 3: providenciar, de imediato e com o apoio da equipe do NUCAP/SJ2G, o desarquivamento (reativação) do processo no sistema SAPSG, lançar o trânsito em julgado da r. decisão proferida e promover o arquivamento definitivo do feito no sistema (tudo na mesma data) e, após, proceder a remessa dos autos ao Arquivo-Geral.

VIII.3 - 84 (oitenta e quatro) processos migrados para o PJe2G, cuja orientação ao tempo da migração foi de que permanecessem na unidade até o posterior julgamento do feito, para então serem arquivados definitivamente, os quais atualmente, se encontram suspensos/sobrestados ou já tiveram os julgamentos realizados no sistema eletrônico PJe2G, já tendo alguns deles, inclusive, sido baixados em definitivo no sistema PJe2G, com a baixa para as origens e/ou com os arquivamentos já efetuados, consignados na planilha a seguir:

Processo	Volume(s)
Agravo de Instrumento nº 0009550-79.2013.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0011058-26.2014.8.22.0000	7
Agravo de Instrumento nº 0005006-77.2015.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0004188-28.2015.8.22.0000	1
Agravo de Instrumento nº 0010294-40.2014.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0005675-67.2014.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0004852-93.2014.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0001669-80.2015.8.22.0000	4
Apelação Cível nº 0048753-66.2009.8.22.0007	2
Apelação Cível nº 0026139-83.2008.8.22.0013	3
Apelação Cível nº 0000114-17.2009.8.22.0007	3
Apelação Cível nº 0115270-87.2008.8.22.0007	2
Apelação Cível nº 0143082-25.2008.8.22.0001	10
Agravo de Instrumento nº 0000086-94.2014.8.22.0000	7
Agravo de Instrumento nº 0009552-49.2013.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0010694-54.2014.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0012992-19.2014.8.22.0000	2
Agravo de Instrumento nº 0010109-02.2014.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0003651-32.2015.8.22.0000	7
Agravo de Instrumento nº 0006299-19.2014.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0006366-81.2014.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0005008-47.2015.8.22.0000	7
Agravo de Instrumento nº 0004650-82.2015.8.22.0000	7
Agravo de Instrumento nº 0005990-95.2014.8.22.0000	7
Apelação Cível nº 1103187-07.2008.8.22.0012	3
Agravo de Instrumento nº 0004800-63.2015.8.22.0000	6
Apelação Cível nº 0000905-61.2010.8.22.0003	2
Apelação Cível nº 0009393-33.2009.8.22.0005	3
Apelação Cível nº 1001038-17.2009.8.22.0005	3
Apelação Cível nº 0000411-60.2010.8.22.0016	2
Apelação Cível nº 0111495-64.2008.8.22.0007	3
Apelação Cível nº 0002289-53.2010.8.22.0005	2
Apelação Cível nº 0079170-48.2008.8.22.0003	2
Apelação Cível nº 0026147-60.2008.8.22.0013	2
Apelação Cível nº 0026120-77.2008.8.22.0013	2
Apelação Cível nº 0123127-42.2007.8.22.0001	2
Apelação Cível nº 0000041-45.2009.8.22.0007	2
Apelação Cível nº 0000660-50.2010.8.22.0003	3
Agravo de Instrumento nº 0003973-52.2015.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0001146-05.2014.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0003564-13.2014.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0001615-51.2014.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0002271-08.2014.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0002172-04.2015.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0004196-05.2015.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0009832-83.2014.8.22.0000	7
Agravo de Instrumento nº 0002127-97.2015.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0004909-77.2015.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0002646-09.2014.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0002647-91.2014.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0006303-56.2014.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0002877-02.2015.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0010460-09.2013.8.22.0000	4

Agravo de Instrumento nº 0004136-32.2015.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0002030-97.2015.8.22.0000	8
Agravo de Instrumento nº 0003976-07.2015.8.22.0000	7
Agravo de Instrumento nº 0010267-91.2013.8.22.0000	3
Agravo de Instrumento nº 0010457-54.2013.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0001518-51.2014.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0005170-42.2015.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0001882-86.2015.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0012288-06.2014.8.22.0000	1
Agravo de Instrumento nº 0001614-66.2014.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0004082-66.2015.8.22.0000	2
Agravo de Instrumento nº 0009779-39.2013.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0001731-57.2014.8.22.0000	3
Agravo de Instrumento nº 0004242-91.2015.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0001400-41.2015.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0004908-92.2015.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0002643-54.2014.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0006294-60.2015.8.22.0000	2
Agravo de Instrumento nº 0001738-49.2014.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0007011-43.2013.8.22.0000	3
Agravo de Instrumento nº 0001467-06.2015.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0000084-27.2014.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0002728-06.2015.8.22.0000	3
Agravo de Instrumento nº 0003261-62.2015.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0003789-96.2015.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0000749-09.2015.8.22.0000	5
Agravo de Instrumento nº 0001511-25.2015.8.22.0000	6
Agravo de Instrumento nº 0010306-54.2014.8.22.0000	3
Agravo de Instrumento nº 0002791-31.2015.8.22.0000	4
Agravo de Instrumento nº 0005334-75.2013.8.22.0000	3
Agravo de Instrumento nº 0003124-80.2015.8.22.0000	5
Total Geral	371

RECOMENDAÇÃO 4: considerando o tempo decorrido após a migração, que seja providenciado o imediato encaminhamento dos feitos consignados na planilha ao Arquivo-Geral;

VIII.4 - Apelação Cível nº 0021741-59.2008.8.22.0013 e Agravo em Recurso Extraordinário nº 0014691-84.2010.8.22.0000: os autos estão apensados entre si; a apelação foi migrada para o PJe e encontra-se suspensa aguardando julgamento dos Temas 265 e 285 pelo e. STF; o ARE contém decisão de sobrestamento; contudo, este perdeu o seu objeto, uma vez que posteriormente o RE foi admitido.
RECOMENDAÇÃO 5: proceder o desapensamento dos autos e, com o apoio da equipe do NUCAP/SJ2G, a reativação do ARE no sistema SAPSG, certificar os andamentos respectivos (para fins de registro) e promover o arquivamento definitivo do processo no sistema (tudo na mesma data) e, após, efetuados todos os lançamentos, proceder a remessa dos dois feitos ao Arquivo-Geral.

IX - SESSÕES DE JULGAMENTO: as sessões de julgamento dos órgãos colegiados afetos à coordenadoria estão sendo realizadas todas as terças-feiras do mês (1ª Câmara Cível) e todas as quartas-feiras do mês (2ª Câmara Cível), das seguintes formas:
1ª Câmara Cível - As sessões ordinárias são realizadas por videoconferência; e, extraordinariamente, são realizadas sessões virtuais com duração de 1 (uma) semana, tendo início todas as quartas-feiras.
2ª Câmara Cível - A 1ª sessão ordinária do mês é realizada por videoconferência e, as demais, de forma virtual, com duração de 1 (uma) semana.
Nas sessões por videoconferência os desembargadores participam de forma remota, de seus gabinetes e/ou de fora do edifício-sede do TJRO, sendo todas transmitidas em tempo real pela plataforma digital do Youtube.

X - PAUTAS, ATAS E ÁUDIOS DAS SESSÕES: as pautas e atas são publicadas regularmente no DJe e, juntamente com os áudios das sessões são posteriormente disponibilizados, no campo próprio e em ordem crescente de antiguidade no sítio eletrônico do TJRO, nos termos do que estabelece o artigo 22, da Resolução nº 215/2015-CNJ. Verificado o campo específico no site do Tribunal de Justiça, foi constatado que as disponibilizações dos três colegiados (1ª e 2ª Câmaras Cíveis e Câmaras Cíveis Reunidas) encontram-se todas regulares.
XI – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS EM 2022: constatou-se que no presente exercício, até o final do mês de setembro, foram distribuídos nos órgãos julgadores que a unidade atende (1ª e 2ª Câmaras Cíveis e Câmaras Cíveis Reunidas) o montante de 9.927 (nove mil e novecentos e vinte e sete) casos novos, o que corresponde a um aumento de 31,94% no volume de distribuição e, julgados 9.298 (nove mil e duzentos e noventa e oito) processos do acervo existente, com redução no volume de julgamento de 25,98%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

XII - PROCESSOS ATIVOS: em 17/10/2022, foi extraído relatório de processos ativos que tramitam pela unidade, no qual constaram ao todo 8.179 (oito mil, cento e setenta e nove) processos em tramitação, sendo 4.934 (quatro mil, novecentos e trinta e quatro) pendentes de julgamento pelos e. desembargadores (excluídos os 968 sobrestados) e outros 2.277 (dois mil, duzentos e setenta e sete) já julgados, porém

ainda não baixados definitivamente e, portanto, tramitando pela coordenadoria, aguardando decurso de prazo e/ou em processamento de incidentes e de recursos para os tribunais superiores. Verificados os feitos por amostragem, constatou-se a regularidade dos seus processamentos.

XIII – PROCESSO(S) PARALISADO(S) NA COORDENADORIA: Analisados os andamentos processuais dos feitos paralisados na unidade há mais de 30 (trinta) dias, pendentes ou não de julgamento, não foi constatada qualquer impropriedade ou inconsistência, uma vez que todos aguardavam o decurso regular de prazo (em dobro) para a Defensoria Pública Estadual.

XIV – PROCESSOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO: foram localizados somente 3 (três) processos com prazo superior há 15 (quinze) dias, no Ministério Público, estando o mais antigo deles (Apelação Cível nº 7005704-70.2020.8.22.0005) com 29 (vinte e nove) dias naquele órgão ministerial. Portanto, dentro dos parâmetros de normalidade. Contudo, o procedimento de controle utilizado pela unidade comporta maior efetividade, se efetuado de forma diversa.

RECOMENDAÇÃO 6: apesar da informação de que os processos pendentes de manifestação do Ministério Público são verificados a cada 3 dias (conforme informação prestada pelo coordenador), a fim de evitar a perda do controle de prazo para manifestação, que os processos na tarefa mencionada sejam etiquetados, conforme procedimento adotado nas demais tarefas.

XV - PROCESSOS SIGILOSOS: a análise do relatório respectivo apontou que constavam tramitando na data verificada 645 (seiscentos e quarenta e cinco) processos sigilosos; foi verificado que o controle de sigilo é efetivamente realizado pelo relator, que libera o(s) acesso(s) ao inteiro teor dos autos, nos casos de nível 5 (sigilo absoluto) para quem entender conveniente (assessor e/ou coordenador) em seus respectivos CPF's e, nos casos de segredo de justiça, nível 1, os acessos para as pessoas com o perfil adequado e necessário para trabalhar nos autos, já se encontram disponibilizados de forma automática no sistema. Nos processos identificados em tal condição não foi detectada nenhuma impropriedade quer seja nos respectivos processamentos, quer seja nos acessos.

XVI - PROCESSOS SOBRESTADOS POR SITUAÇÕES DE RECURSOS REPETITIVOS E/OU DE CASOS DE REPERCUSSÃO GERAL, DE IAC's e DE IRDR's: até o último dia de inspeção na unidade (18/10/2022) constavam sobrestados o montante total de 968 (novecentos e sessenta e oito) processos, sendo 967 (novecentos e sessenta e sete) aguardando julgamento de temas pelo colendo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e/ou pelo excelso Supremo Tribunal Federal (STF) e 1 (um) aguardando julgamento de IRDR no próprio TJRO, consignados nas planilhas a seguir:
Casos de Repercussão Geral e de Recursos Repetitivos

Tema	Tipo	Tribunal	Nº de processos sobrestados
9	SIRDR	STJ	149
126	RR	STJ	5
184	RR	STJ	4
264	RG	STF	117
265	RG	STF	120
280, 281, 282, 283 e 954*	RR	STJ	15
284	RG	STF	113
285	RG	STF	206
381, 828, 837**	RG	STF	3
929	RR	STJ	29
948	RR	STJ	55
970	RR	STJ	1
971	RR	STJ	1
1011	RG	STF	2
1015	RR	STJ	69
1019	RR	STJ	1
1033, 1076, 1137 e 1150***	RR	STJ	8
1039	RR	STJ	4
1046	RR	STJ	4
1069	RR	STJ	1
1075	RG	STF	24
1095	RR	STJ	16
1101	RR	STJ	12
1132	RR	STJ	8
TOTAL			967
Dados atualizados de acordo com as informações enviadas pela Coordenadoria Cível.			
* Nos temas repetitivos nº 280, 281, 282, 283 e 954 constam 3 processos por tema, totalizando 15 processos.			
** Nos temas de repercussão geral nº 381, 828 e 837 consta 1 processo por tema, totalizando 3 processos.			
*** Nos temas repetitivos nº 1033, 1076, 1137 e 1150 constam 2 processos por tema, totalizando 8 processos.			

Casos de Incidentes em tramitação no próprio Tribunal de Justiça

Tema/Processo	Tipo	Tribunal	Nº de processos Sobrestados
0806867-21.2022.8.22.0000*	IRDR	TJRO	0
0809003-88.2022.8.22.0000**	IRDR	TJRO	1
TOTAL			1
Dados atualizados de acordo com as informações enviadas pela Coordenadoria Cível.			
*IRDR não admitido e aguarda a publicação do acórdão.			
**IRDR admitido e aguarda a publicação do acórdão.			

XVII - PROCESSOS SUSPENSOS POR DECISÃO JUDICIAL: no dia da análise (18/10) foram identificados como sobrestados outros 2 (dois) processos, suspensos por motivos diversos, quais sejam:

Processo suspenso	Aguarda julgamento do processo
Apelação Cível nº 7002438-90.2021.8.22.0021	Incidente de suspeição nº 0803881-94.2022.8.22.0000
Apelação Cível nº 0003238-76.2012.8.22.0015	Ação Anulatória de Negócio Jurídico nº 7001053-67.2017.8.22.0015

Consultados todos os feitos, verificou-se a regularidade dos andamentos processuais respectivos e dos acompanhamentos pela unidade, dos feitos que se aguardam os julgamentos.

XVIII – ANÁLISE DOS PROCESSOS NAS TAREFAS DO PJe2G: realizada a verificação, por amostragem, de 3 (três) processos por tarefa, dos feitos nas tarefas Aguardando Decurso de Prazo, Aguardando Trânsito em Julgado, Aguardando Defensoria Pública, Aguardando MP, Aguardando PGE, Aguardando PGM, Aguardando Julgamento de Instância Superior e Encaminhar para a Instância Superior não foi encontrada nenhuma irregularidade insanável e/ou que tenha ensejado efetivo prejuízo processual ou às partes. Contudo, foi constatada a ocorrência da mesma impropriedade, nos seguintes processos:

Processo	Impropriedade
Apelação Cível nº 7054759-36.2019.8.22.0001	Processo com lançamento de trânsito em julgado, remetido à origem “em diligências”, em 03/03/2022.
Apelação Cível nº 7013632-50.2021.8.22.0001	Processo com lançamento de trânsito em julgado, remetido à origem “em diligências”, em 14/032022

RECOMENDAÇÃO 7: abrir chamado à STIC para retificar o tipo de remessa, para “remessa à origem com baixa”, nos 2 (dois) feitos, e monitorar por meio do Qlik Sense (painel já existente) os feitos que eventualmente se encontrem com a mesma situação processual para evitar que novos casos permaneçam ativos indevidamente por prazo superior a 30 (trinta) dias.

XIX - PROCESSOS EM DILIGÊNCIAS: analisados os processos pendentes de julgamento, em diligência, por mais de 60 (sessenta) dias, constatou-se a existência dos seguintes processos:

Processo	Diligência
Apelação Cível nº 7002559-68.2018.8.22.0007	Remetidos os autos para análise dos Embargos de Declaração no juízo de origem, cujo julgamento implicou na perda do objeto da apelação
Apelação Cível nº 7055186-36.2016.8.22.0001	Remetidos os autos para juízo de retratação (no 1º grau), cuja realização implicou na perda do objeto da apelação
Apelação Cível nº 7001802-61.2020.8.22.0021	Aguardando julgamento de Embargos de Declaração no juízo de origem
Apelação Cível nº 7001504-35.2021.8.22.0021	Aguardando julgamento de Embargos de Declaração no juízo de origem
Apelação Cível nº 7006486-43.2021.8.22.0005	Aguardando julgamento de Embargos de Declaração no juízo de origem

RECOMENDAÇÃO 8: acompanhar pelo relatório do Qlik Sense os processos remetidos em diligências, monitorando o andamento do feito no 1º grau e adotar as providências necessárias para fins de baixa do processo no 2º grau, quando for o caso e/ou evitar que permaneçam paralisados por prazo superior ao devido.

XX - PRAZO PARA CUMPRIMENTO DOS DESPACHOS (URGENTES E NÃO URGENTES): a análise dos relatórios e dos processos (por amostragem) confirmou a informação obtida na unidade quanto à regularidade no cumprimento dos prazos para assegurar efetividade às r. decisões e despachos proferidos pelos e. relatores. Após recebidos na coordenadoria, os despachos/decisões urgentes são cumpridos no mesmo dia ou no dia imediato subsequente e, os não urgentes, no prazo legal/processual correspondente.

XXI - PROCESSOS COM RECURSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR, JÁ ADMITIDOS, PARA ENCAMINHAR/INSERIR NO SISTEMA (iSTJ) E AS BAIXAS DELES: a análise dos processos em tais situações nos sistemas PJe2G e iSTJ, por amostragem, revelou que as capas dos processos no sistema do STJ, atualmente, não estão sendo produzidas na coordenadoria; os feitos são enviados diretamente para o NUCAP/SJ2G para posterior remessa à corte superior. Não foram constatadas pendências no processamento das baixas de processos julgados.
RECOMENDAÇÃO 9: considerando que o volume de processos/recursos para serem enviados aos Tribunais superiores voltou ao fluxo normal, a unidade deverá voltar também a produzir as capas no iSTJ antes de enviá-lo ao NUCAP/SJ2G.

XXII - PLANTÃO JUDICIAL: no horário compreendido entre as 14 horas e 7 horas do dia subsequente e, nos dias em que não há expediente forense, o atendimento às hipóteses elencadas na Resolução nº 71/2009-CNJ, de 31/03/2009.
Foi confirmada a regularidade e a publicidade dos atos respectivos (mensais), sendo que o do mês de outubro é o Ato nº 1.228/2022, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico - DJe nº 182, de 29/09/2022;
O número do telefone móvel destinado ao Plantão Judicial da unidade nº (69) 98444-5006, também encontra-se disponibilizado no sítio eletrônico do TJRO, no campo específico;
Por fim, foi atestado o regular funcionamento do plantão pela unidade e o atendimento pelo magistrado plantonista designado; há registro de casos atendidos no decorrer do ano de 2022.

XXIII - TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA DO ÓRGÃO JULGADOR COLEGIADO VINCULADO À COORDENADORIA: verificado o grau de cumprimento da Meta-5/CNJ, isoladamente pelos órgãos julgadores vinculados à unidade, constatou-se que a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) se encontrava ao final do mês de setembro/2022 em 58,05% e, portanto, bem próximo dos 56% considerados pelo CNJ para cumprimento da meta e dos 50,25% obtidos pelos mesmos colegiados, ao final do exercício anterior (2021).

XXIV - ATENDIMENTO AO BALCÃO VIRTUAL E AOS TELEFONES: os testes realizados em horários aleatórios, durante a inspeção e no decorrer do expediente regular do Tribunal, no link do balcão virtual da unidade (https://meet.google.com/gmo-autz-hox) e dos telefones (3309-6124 e 3309-6125) disponibilizados no sítio eletrônico do TJRO apontaram o atendimento regular em ambos os canais, situação esta que foi também constatada recentemente pela assessoria da Secretaria-Geral/Presidência, no processo SEI nº 0013794-92.2022.8.22.8000.

XXV - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI): a análise da tramitação dos feitos na unidade, no reportado sistema, apontou o montante total de 27 (vinte e sete) feitos abertos, sendo 11 (onze) gerados na unidade e 16 (dezesseis) recebidos de outras unidades, não sendo constatada nenhuma pendência de recebimento e/ou de enfrentamento.
XXVI - E-MAIL INSTITUCIONAL e MALOTE DIGITAL: foi constatada no decorrer dos trabalhos da inspeção que tanto o e-mail institucional da unidade quanto o malote digital, são diariamente verificados pela equipe da coordenadoria e não foi identificada nenhuma pendência quanto ao enfrentamento dos objetos neles constantes.

XXVII- LANÇAMENTO DE AVISOS NO ÁTRIO DO EDIFÍCIO SEDE E NO SITE DO TJRO (E RETIRADA DELES APÓS O ATINGIMENTO DAS SUAS FINALIDADES): Não foi constatada nenhuma pendência ou impropriedade de procedimento nas respectivas situações, no âmbito da coordenadoria.

XXVIII - PROCEDIMENTOS DO NUGEPNAC: não obstante o significativo número de processos consignados no item XV, suspensos ou sobrestados na unidade em decorrência de temas nas cortes superiores, o Senhor Coordenador do NUGEPNAC constatou, quanto às atribuições que lhe estão afetas, a conformidade dos trabalhos desenvolvidos pela unidade com os procedimentos estabelecidos na Resolução CNJ nº 235/2016 (alterada pela Resolução CNJ nº 444/2022) e Resolução nº 207/2022-TJRO; dentre os integrantes da Coordenadoria, foram designados os servidores Greyce Avello Corrêa (Gestora de Equipe) e Lucas Oliveira Rodrigues (Técnico Judiciário - Serviço Especial I), para doravante tratarem dos assuntos relacionados aos precedentes obrigatórios e às demais atividades inerentes; contudo, em face das novas exigências implementadas pelo CNJ constatou-se a necessidade de realizar alguns ajustes nos procedimentos então adotados e, visando aprimorar os trabalhos desempenhados pela Coordenadoria no tocante ao envio de informações acerca dos andamentos dos incidentes (IRDR's e IAC's) e dos processos sobrestados pela sistemática dos precedentes qualificados, o NUGEPNAC apresenta orientações gerais à Coordenadoria, consubstanciadas na Recomendação única a seguir:
RECOMENDAÇÃO 10: cumprimento doravante pela unidade, dos itens descritos para as fases dos incidentes e para os processos que se adequam às hipóteses tratadas pelo NUGEPNAC e que constituem o objeto dos controles necessários, a saber:
a - Procedimento para informar as fases dos incidentes (IRDR's e IAC's):
1) Que as informações enviadas ao Núcleo sejam prestadas com celeridade e de forma válida, conforme os códigos e complementos da TPU indicados, a fim de manter o Banco Nacional de Precedentes (BNP) atualizado e fidedigno;
2) Observar, atentamente, a forma de envio das informações ao Núcleo, utilizando o SEI específico disponibilizado anualmente para comunicar os andamentos dos IRDRs/IACs, nas seguintes fases: a) distribuição do incidente, após sua instauração; b) inclusão em pauta para análise da admissibilidade e do mérito do incidente, bem como dos recursos eventualmente interpostos; c) resultado do julgamento de admissibilidade e de mérito do incidente, bem como dos recursos eventualmente interpostos; d) as publicações dos acórdãos de admissibilidade e de mérito, bem como dos recursos eventualmente interpostos; e) trânsito em julgado do incidente e f) baixa/arquivamento;
b - Procedimento para informar os processos sobrestados em razão dos precedentes em geral (recurso extraordinário com repercussão geral, recurso especial repetitivo, IRDR e IAC):
1) Deve ser alimentada a planilha Excel compartilhada com a Coordenadoria, através do Google Drive, conforme a ocorrência das seguintes movimentações: a) data da distribuição (DataDS) ou redistribuição, caso haja alteração da competência; b) data do sobrestamento (DataS), utilizando como parâmetro a data de publicação da decisão, e não a de disponibilização no DJe; c) data do julgamento (DataJS), utilizando como parâmetro a data da decisão monocrática ou colegiada que aplica ou não a tese firmada no precedente; d) data do trânsito em julgado (DataTJP) e e) data da baixa/arquivamento (DataBaixS);
2) No cumprimento do item anterior, deve-se procurar manter a planilha sempre atualizada, inserindo as informações solicitadas de acordo com as colunas, exceto as colunas L e M (aplicação da tese e julgamento de mérito), que serão preenchidas pelo NUGEPNAC;
3) Nas colunas preenchidas com datas, deve-se observar atentamente o que cada item da coluna pede, por exemplo, a coluna data do julgamento deve ser preenchida com a data da decisão que aplica ou não a tese firmada no precedente, já na coluna da data do sobrestamento, é inserida a data da efetiva publicação da decisão, e não a de disponibilização no DJe;
4) Devem ser informados ao Núcleo apenas e tão somente os processos sobrestados em razão dos precedentes qualificados, cujos principais são recurso extraordinário com repercussão geral, recurso especial repetitivo, IRDR e IAC, conforme previsto no art. 927 do CPC e art. 2º, inciso I, da Res. CNJ nº 444/2022. O incidente de arguição de inconstitucionalidade não é precedente, tampouco qualificado, dispensando qualquer informação ao NUGEPNAC;

XXIX - OBSERVAÇÕES FINAIS: foi observado no decorrer dos trabalhos da inspeção que apesar do número relativamente reduzido de componentes = atualmente 21 no total e com perspectivas de 2 novas baixas = (eram 28 nos 2 departamentos judiciários quando da implantação da CPE2G) e às vezes se apresenta ainda menor em virtude dos afastamentos por motivos diversos, a equipe da coordenadoria é unida, comprometida e coesa, fator este que restou evidenciado no decorrer da inspeção e, inegavelmente, reflete nos trabalhos desenvolvidos na unidade que, no geral, fluem de forma satisfatória;
Considerando o volume de informações e de sugestões contidos nos formulários disponibilizados pelos colaboradores da unidade (consignados no item I) e a necessidade de analisá-los mais detalhadamente e em conjunto com os das demais coordenadorias, após a disponibilização das atas da inspeção das 4 (quatro) coordenadorias da CPE2G, será lançado relatório geral e detalhado no SEI respectivo com o resultado da análise das funções exercidas e as rotinas de trabalho executadas por cada coordenadoria e por seus colaboradores, conforme os cargos e funções exercidos, de acordo com as particularidades da matéria de cada uma delas, bem como com as sugestões e

encaminhamentos de propostas de mudanças de procedimentos, de eventuais alterações estruturais e/ou físicas na CPE2G, nos fluxos e sistema processuais e das rotinas estabelecidas juntos aos gabinetes dos e. desembargadores.
XXX - ENCERRAMENTO: Durante os trabalhos da inspeção, não houve o comparecimento de membros da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia, da Procuradoria de Justiça do Estado de Rondônia, da Defensoria Pública do Estado de Rondônia e dos gabinetes dos e. Desembargadores deste Tribunal para o acompanhamento das atividades; Não foram recebidas reclamações ou sugestões de advogados ou usuários internos ou externos do TJRO; foi determinada a publicação desta Ata da 1ª Inspeção Ordinária no Diário da Justiça Eletrônico - DJe e a expedição de Ofícios, encaminhando-a aos Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia, ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, ao Procurador-Geral do Estado de Rondônia, ao Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia, à Corregedora-Geral do Conselho Nacional de Justiça e aos e. Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Foi determinado à senhora secretária dos trabalhos da inspeção o registro no processo SEI nº 0013580-04.2022.8.22.8000, com relação ao cumprimento das 10 (dez) recomendações proferidas, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação das suas conclusões. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata que, após lida, foi assinada pelo titular da Secretaria Judiciária do Segundo Grau e pelos demais colaboradores designados para a Inspeção na Portaria nº 16/2022 (publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJe n. 181, de 28/09/2022).
DATA DE ENCERRAMENTO: 18 de outubro de 2022, às 14 horas.
(a) Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário do Segundo Grau

(a) Alan Campos Prestes
Coordenador do Núcleo de Análise de Dados - NUCAD/SJ2G

(a) Heverton Mendes Barbosa
Coordenador do Núcleo de Apoio ao Usuário - NUCAP/SJ2G

(a) Sandro César de Oliveira
Coordenador do Núcleo de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC/PRES

(a) Sayury da Costa Tourinho
Assistente Jurídica da SJ2G (Secretaria da Inspeção)

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por SAYURY DA COSTA TOURINHO, Técnico(a) Judiciário(a), em 29/11/2022, às 11:54 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALAN CAMPOS PRESTES, Técnico(a) Judiciário(a), em 29/11/2022, às 12:24 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por SANDRO CÉSAR DE OLIVEIRA, Coordenador(a) do NUGEPNAC, em 29/11/2022, às 12:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por HEVERTON MENDES BARBOSA, Técnico(a) Judiciário(a), em 29/11/2022, às 13:32 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por JUCÉLIO SCHEFFMACHER DE SOUZA, Coordenador (a) em Substituição, em 30/11/2022, às 08:25 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3061420e o código CRC DD6D9DEB.

ATA Nº 04/2022-SJ2G
ATA DA PRIMEIRA INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELO SECRETÁRIO JUDICIÁRIO DO SEGUNDO GRAU DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA NAS UNIDADES DA COORDENADORIA DE PROCESSO ELETRÔNICO - CPE2G - ANO 2022.

COORDENADORIA CRIMINAL - CCRIM/CPE2G

Aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de 2022, a partir das 8 horas, na sala nº 307, do 3º andar do Edifício Sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, presentes o Secretário Judiciário do Segundo Grau Jucélio Scheffmacher de Souza, o Coordenador do Núcleo de Análise de Dados - NUCAD/SJ2G Alan Campos Prestes, o Coordenador do Núcleo de Apoio ao Usuário - NUCAP/SJ2G Heverton Mendes Barbosa, o Coordenador do Núcleo de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC/PRES Sandro César de Oliveira e a Assistente Jurídica da SJ2G - Sayury da Costa Tourinho, Secretária designada para os trabalhos, iniciaram-se os procedimentos da 1ª Inspeção Ordinária determinada pela Portaria nº 16/2022 (publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 181, de 28/09/2022) – SEI nº 0013580-04.2022.8.22.8000.

I - CONDIÇÕES GERAIS: os trabalhos ocorreram sem nenhum incidente ou interrupção das atividades normais da Coordenadoria.

II - FORÇA DE TRABALHO: integram o pessoal da unidade os seguintes servidores/colaboradores:
1 - Maria da Graça Couto Muniz (Coordenadora);
2 - Diego Portela Veras (Assistente Judiciário);
3 - Samuel Eduardo da Silva (Assistente de Sessão);
4 - Hernane Cardoso da Silva Júnior (Gestor de Equipe);
5 - Gean Carlos Arruda Lemos (Gestor de Equipe);
6 - Carlos Henrique Borges (Técnico Judiciário - Serviço Especial I);
7 - Antônio Ribeiro de Carvalho (Técnico Judiciário - Serviço Especial I);
8 - Cristian Eunides Mar (Técnico Judiciário - Serviço Especial II);
9 - Juliellen Pastorello Flores (Técnica Judiciária - Serviço Especial II);
10 - Selma Gomes de Oliveira Castoldi (Técnica Judiciária);
11 - Célia Paes de Farias (Técnica Judiciária);
12 - Solange Aciole da Silva (Técnica Judiciária);
13 - Larissa Louise Vieira dos Santos (Técnica Judiciária);
14 - Leticia Áquila Souza Fernandes de Oliveira Moura (Técnica Judiciária);
15 - Francisco Assis de Oliveira Neto (Estagiário);
16 - Luis Guilherme de Oliveira Braga (Estagiário);

Observação: II.1 As servidoras Larissa Louise Vieira dos Santos e Leticia Áquila Souza Fernandes de Oliveira Moura tomaram posse como Técnicas Judiciárias em 1º/09/2022. Até essa data, a unidade contava com 12 (doze) servidores na constituição da sua força total de trabalho;

III - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: os servidores trabalham todos presencialmente e cumprem jornada de trabalho das 7 às 14 horas.

IV - CONDIÇÕES GERAIS: a unidade está localizada no 3º andar do edifício sede e os servidores dispõem de ambiente de trabalho apropriado com acomodações, mobiliário, ferramentas tecnológicas e todos os demais meios necessários para o exercício e o desempenho regular das suas funções.

V - CONTROLE DE FREQUÊNCIA: é realizado pela unidade contemplando servidores e estagiários em processos mensais (SEI individual para cada mês), sendo o último deles fechado, referente ao mês de setembro de 2022, o de nº 0013943-88.2022.8.22.8000 e a análise do seu teor não apontou qualquer impropriedade.

VI - CONTROLE DA PRODUTIVIDADE DO(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA: a cotação das produtividades dos oficiais de justiça que atendem ao 2° grau, na unidade é feita com regularidade em processos mensais (SEI's individuais para cada câmara isolada), sendo os últimos, referente ao mês de setembro, os de nº 0013936-96.2022.8.22.8000 (da 1ª Câmara Criminal) e 0013938-66.2022.8.22.8000 (da 2ª Câmara Criminal) e as suas análises não apontaram qualquer impropriedade no procedimento. Quanto aos valores e demais lançamentos das cotações, estes são conferidos após as suas confecções e, somente então, é que são assinados pela Coordenadora e pelo e. Desembargador Presidente do colegiado respectivo.

VII - ROTINA DE TRABALHO: a tramitação atual dos processos judiciais (ativos) na unidade é realizada exclusivamente por meio eletrônico, no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe2G, desde a conclusão dos trabalhos de migração do 2º grau, no último mês de junho/2022, dos processos físicos (do Sistema de Acompanhamento Processual - SAPSG); a grande maioria dos processos atualmente se encontram no fluxo CRIM (criminal) do PJe2G, muito embora o fluxo SG (cível) também seja ainda utilizado pela unidade, uma vez que inicialmente os processos criminais utilizaram o fluxo SG para as suas tramitações; as pautas e atas das sessões de julgamento são elaboradas manualmente e encaminhadas ao Núcleo de Serviços Gráficos - NUGRAF, para publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJe, pelo sistema SAPSG.
RECOMENDAÇÃO 1: Considerando que o sistema SAPSG não está mais em produção e não dispõe de manutenção pelas equipes da STIC recomenda-se que, doravante, as pautas e atas das sessões de julgamento dos órgãos julgadores atendidos pela unidade sejam encaminhadas para publicação, pelo sistema SEI.

VIII - PROCESSOS FÍSICOS INATIVOS: não foram encontradas caixas de arquivo-morto pendentes de encaminhamento à Seção de Gestão Documental - Segedoc/Nusea/DSI/SA (unidade doravante aqui citada como "Arquivo-Geral") e dentre os processos físicos localizados e que se encontravam inativos na unidade, constatou-se as seguintes situações:

VIII.1 - 9 (nove) processos aguardando julgamento dos tribunais superiores, consignados na planilha a seguir:

Ordem	Processo	Volume(s)
1	Mandado de Segurança nº 0002821-61.2018.8.22.0000	3
2	Mandado de Segurança nº 0000830-16.2019.8.22.0000	3
3	Mandado de Segurança nº 0004410-25.2017.8.22.0000	2
4	Mandado de Segurança nº 0006041-04.2017.8.22.0000	3
5	Mandado de Segurança nº 0003821-96.2018.8.22.0000	2
6	Mandado de Segurança nº 0002922-98.2018.8.22.0000	3
7	Habeas Corpus nº 0005663-77.2019.8.22.0000	7
8	Mandado de Segurança nº 0007397-97.2018.8.22.0000	3
9	Mandado de Segurança nº 0007392-75.2018.8.22.0000	2
Total		28

RECOMENDAÇÃO 2: considerando o quantitativo de 28 (vinte e oito) volumes no total, que seja procedida paulatinamente, tão logo possível, pela própria unidade e com o apoio da equipe do NUCAP/SJ2G, a digitalização dos feitos, ainda que estejam eles atualmente inativos, e posteriormente, realizada a migração para o sistema PJe2G para nele se aguardar o julgamento pelas instâncias superiores, utilizando-se para tanto (migração), do sistema digitalizador desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, e posteriormente, efetuar a baixa dos autos físicos, com o respectivo arquivamento.

VIII.2 - 38 (trinta e oito) processos migrados para o PJe2G, cuja orientação ao tempo da migração foi de que permanecessem na unidade até o posterior julgamento do feito, para então serem arquivados definitivamente, os quais atualmente, se encontram tramitando regularmente, suspensos/sobrestados ou já tiveram os julgamentos realizados no sistema eletrônico PJe2G, consignados na planilha a seguir:

Ordem	Processo	Volume(s)
1	Apelação nº 0003499-42.2019.8.22.0000	96
2	Apelação nº 0001707-45.2013.8.22.0006	2
3	Apelação nº 0010739-44.2013.8.22.0501	2
4	Apelação nº 0002825-30.2020.8.22.0000	6
5	Apelação nº 0000345-34.2020.8.22.0015	6
6	Recurso em Sentido Estrito nº 0015713-51.2018.8.22.0501	7
7	Apelação nº 0004606-15.2015.8.22.0501	33
8	Apelação nº 0003310-30.2020.8.220000	3
9	Apelação nº 1014227-48.2017.8.22.0501	12
10	Apelação nº 000288-44.2019.8.22.0017	4
11	Apelação nº 0003710-05.2015.8.22.0005	2
12	Apelação nº 0003679-77.2018.8.22.0005	2
13	Apelação nº 0002468-97.2018.8.22.0007	1
14	Apelação nº 1004425-68.2017.8.22.0002	2
15	Apelação nº 0009705-24.2019.8.22.0501	2
16	Apelação nº 0000285-74.2019.8.22.0701	1
17	Apelação nº 0006707-67.2015.8.22.0002	6
18	Apelação nº 0000500-73.2020.8.22.0003	1
19	Apelação nº 0002466-32.2020.8.22.0501	1
20	Apelação nº 0005690-12.2019.8.22.0501	1
21	Apelação nº 1013987-59.2017.8.22.0501	2
22	Apelação nº 1009830-43.2017.8.22.0501	2
23	Apelação nº 0016368-23.20188.22.0501	1
24	Apelação nº 0002527-65.2016.8.22.0004	1
25	Apelação nº 0001246-08.2015.8.22.0005	7
26	Apelação nº 0000560-32.2019.8.22.0601	1
27	Apelação nº 0005695-68.2018.8.22.0501	2
28	Apelação nº 0001813-78.2020.8.22.0000	4
29	Apelação nº 1015134-23.2017.8.22.0501	1
30	Apelação nº 0000051-19.2019.8.22.0014	1
31	Apelação nº 0001130-52.2018.8.22.0019	3
32	Apelação nº 0017871-79.2018.8.22.0501	1
33	Apelação nº 0002105-17.2012.8.22.0009	7
34	Apelação nº 0003769-52.2018.8.22.0501	1
35	Apelação nº 0008187-33.2018.8.22.0501	4
36	Apelação nº 0001766-07.2020.8.22.0000	6
37	Apelação nº 0013856-38.2016.8.22.0501	26
38	Apelação nº 0000030-88.2020.8.22.0020	3
Total		263

RECOMENDAÇÃO 3 - proceder a baixa definitiva dos autos com a remessa dos feitos consignados na planilha ao Arquivo-Geral.
VIII.3 - Apelação nº 0010780-79.2011.8.22.0501 (12 volumes) - Recurso Especial pendente de juízo de admissibilidade no momento da migração dos autos físicos. Foi constatado que o processo do PJe foi remetido concluso ao relator do feito.

RECOMENDAÇÃO 4 - Solicitar a devolução dos autos (do PJe) ao relator e fazer conclusão ao Presidente da Corte, para análise do juízo de admissibilidade do Recurso Especial e promover a baixa definitiva dos autos físicos com a remessa ao Arquivo-Geral.
VIII.4 - Embargos Infringentes e de Nulidade nº 0003180-40.2020.8.22.0020 (2 volumes) e nº 0000026-43.2022.8.22.0000 (2 volumes) - autos migrados para o PJe2G, com julgamento de mérito.

RECOMENDAÇÃO 5 - trasladar cópias das decisões dos Embargos Infringentes e de Nulidade, para as respectivas apelações e promover a baixa definitiva dos autos físicos, com a remessa ao Arquivo-Geral.

VIII.5 - Apelação nº 0017285-42.2048.8.22.0501 (3 volumes) e Apelação nº 0014615-41.2012.8.22.0501 (3 volumes) - autos migrados para o PJe que, no momento das migrações, aguardavam o julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº 0811052-93.2021.8.22.0000 e nº 0811064-53.2021.8.22.0000, os quais posteriormente foram julgados.

RECOMENDAÇÃO 6 - trasladar cópia dos acórdãos proferidos nos Embargos Infringentes e de Nulidade, para suas respectivas apelações e promover a baixa definitiva dos autos físicos, com a remessa ao Arquivo-Geral.

IX - PROCESSOS FÍSICOS SIGILOSOS (INATIVOS): foi informada a presença de 10 (dez) processos judiciais sigilosos, com o total de 16 (dezesseis) volumes, que já tiveram esgotados os seus objetos e já cumpriram as suas finalidades, os quais após efetuados os registros e lançamentos pertinentes, permanecem arquivados na própria unidade, mantidos em armário trancado com chaves, com acesso restrito à Senhora Coordenadora e seu/sua substituto(a) imediato(a); em virtude dos teores sensíveis das peças processuais contidas nos autos, justificado é o procedimento e as cautelas adotadas.

X - SESSÕES DE JULGAMENTO: as Sessões de julgamento dos órgãos colegiados afetos à coordenadoria estão sendo realizadas, ordinariamente, todas as quartas-feiras e quintas-feiras do mês como órgão judicante, ocorrendo com normalidade, de forma híbrida, com alguns desembargadores comparecendo presencialmente em plenário e outros participando de forma remota, de seus gabinetes e/ou de fora do edifício-sede do TJRO, sendo todas transmitidas em tempo real pela plataforma digital do Youtube.

XI - PAUTAS, ATAS E ÁUDIOS DAS SESSÕES: as pautas e atas são publicadas regularmente no DJe e, juntamente com os áudios das sessões são posteriormente disponibilizados, no campo próprio e em ordem crescente de antiguidade no sítio eletrônico do TJRO, nos termos do que estabelece o artigo 22, da Resolução nº 215/2015-CNJ. Verificado o campo específico no site do Tribunal de Justiça, foi constatado que as disponibilizações dos colegiados da 1ª e 2ª Câmaras Criminais e das Câmaras Criminais Reunidas encontram-se todas regulares.

XII – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS EM 2022: constatou-se que no presente exercício, até o final do mês de setembro, foram distribuídos nos órgãos julgadores que a unidade atende (1ª e 2ª Câmaras Criminais e Câmaras Criminais Reunidas) o montante de 5.761 (cinco mil e setecentos e sessenta e um) casos novos, o que corresponde a um aumento de 35,62% no volume de distribuição e, julgados 4.410 (quatro mil e quatrocentos e dez) processos do acervo existente, com aumento no volume de julgamento de 7,20%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

XIII – PROCESSOS ATIVOS: em 24/10/2022, foi extraído relatório de processos ativos que tramitam pela unidade, no qual constatou-se ao todo 4.842 (quatro mil, oitocentos e quarenta e dois) processos em tramitação, sendo 3.600 (três mil e seiscentos) pendentes de julgamento pelos e. desembargadores (excluídos os 17 sobrestados) e outros 1.225 (mil duzentos e vinte e cinco) já julgados, porém ainda não baixados definitivamente e, portanto, tramitando pela coordenadoria, aguardando decurso de prazo e/ou em processamento de incidentes e de recursos para os tribunais superiores. Verificados os feitos por amostragem, constatou-se a regularidade dos seus processamentos.

XIV – PROCESSOS PARALISADOS NA COORDENADORIA: não foram encontrados processos pendentes de julgamento, paralisados há mais de 30 (trinta) dias na unidade; acima deste prazo constatou-se a existência de apenas 2 (dois) processos, julgados e no aguardo do processamento de outros feitos, quais sejam:

Processo	Motivo da Paralisação
Apelação nº 0001017-57.2020.8.22.0010	Aguardando julgamento de Embargos Infringentes nº 0800009-71.2022.8.22.0000
Apelação nº 0000285-74.2019.8.22.0701	Aguardando julgamento de Embargos Infringentes nº 0807394-07.2021.8.22.0000

RECOMENDAÇÃO 7 - considerando o julgamento, juntar cópia do acórdão proferido nos Embargos Infringentes nº 0800009-71.2022.8.22.0000 nos autos da Apelação nº 0001017-57.2020.8.22.0010 e, nos termos do que restou definido em reunião realizada na assessoria da Presidência, com a presença do Excelentíssimo. Juiz responsável pela análise da admissibilidade recursal, providenciar, neste caso (e nos demais em similar situação), a migração do Recurso Especial interposto nos autos dos Embargos Infringentes para os autos principais e a baixa definitiva dos embargos, com o respectivo arquivamento, na forma ajustada na reunião.

XV – PROCESSOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA DEFENSORIA PÚBLICA E COM ADVOGADOS - foram localizados somente 2 (dois) processos com prazo superior há 30 (trinta) dias, na Defensoria Pública, a saber:

Processo	Tarefa no PJe
Apelação nº 7014398-03.2021.8.22.0001	aguardando contrarrazões
Apelação nº 0807655-35.2022.8.22.0000	aguardando contrarrazões

RECOMENDAÇÃO 8 - foi observado que o prazo do expediente lançado - 15 (quinze) dias - não é o prazo legal para manifestação da DPE nas hipóteses - 30 (trinta) dias - razão pela qual, recomenda-se observar os prazos de intimação, para cada parte a ser intimada e, doravante, utilizar a ferramenta de “etiquetas” do sistema PJe para melhor controle dos prazos processuais.

XVI - PROCESSO(S) EM DILIGÊNCIA(S) - analisados os processos pendentes de julgamento, em diligências, por mais de 30 (trinta) dias, constatou-se a existência dos seguintes processos:

Processo	Diligência
Recurso em sentido estrito nº 7029425-92.2022.8.22.0001	Intimar parte para apresentar contrarrazões
Apelação nº 7003899-97.2021.8.22.0021 *	Intimar parte para apresentar contrarrazões
Apelação nº 0003008-50.2020.8.22.0501	Intimar parte para apresentar contrarrazões

* Constatou-se que na Apelação nº 7003899-97.2021.8.22.0021 foi exercido o juízo de retratação no 1º grau e, em consequência, ocorreu a perda do objeto da apelação.

RECOMENDAÇÃO 9 - abrir chamado à STIC, solicitando a reabertura dos autos da Apelação nº 7003899-97.2021.8.22.0021 no PJe2G, juntar cópia da decisão do juízo de retratação, certificar o ocorrido nos autos e submeter o feito ao e. relator.

RECOMENDAÇÃO 10 - acompanhar pelo relatório do Qlik Sense os processos remetidos em diligências, monitorando o andamento do feito no 1º grau e adotar as providências necessárias para fins de baixa do processo no 2º grau, quando for o caso.

XVII - PROCESSOS SIGILOSOS: a análise do relatório respectivo apontou que constavam tramitando na data verificada 1.412 (um mil e quatrocentos e doze) processos sigilosos; foi verificado que o controle de sigilo é efetivamente realizado pelo relator, que libera o(s) acesso(s) ao inteiro teor dos autos, nos casos de nível 5 (sigilo absoluto) para quem entender conveniente (assessor e/ou coordenadora) em seus respectivos CPF's e, nos casos de segredo de justiça, nível 1, os acessos para as pessoas com o perfil adequado e necessário para trabalhar nos autos, já se encontram disponibilizados de forma automática no sistema. Nos processos identificados em tal condição não foi detectada nenhuma impropriedade quer seja nos respectivos processamentos, quer seja nos acessos.

XVIII - PROCESSOS SOBRESTADOS POR SITUAÇÕES DE RECURSOS REPETITIVOS E/OU DE CASOS DE REPERCUSSÃO GERAL, DE IAC's e DE IRDR's: até o último dia de inspeção na unidade (24/10/2022) constavam sobrestados o montante total de 17 (dezessete) processos, estando 16 (dezesseis) deles aguardando julgamento de temas pelo colendo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e/ou pelo excelso Supremo Tribunal Federal (STF) e 1 (um) processo, referente ao tema 661, já foi julgado e aguarda a baixa; nenhum processo se encontra suspenso aguardando julgamento de Incidentes de Assunção de Competência - IAC's ou de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR's, pelo próprio TJRO (apesar de existirem 3 feitos aguardando julgamento de admissibilidade), consignados nas planilhas a seguir:

Casos de Repercussão Geral e de Recursos Repetitivos

Tema/Processo	Tipo	Tribunal	Nº de processos sobrestados
661 *	RG	STF	1
1087	RG	STF	1
1138	RR	STJ	1
1152	RR	STJ	13
1155	RR	STJ	1
TOTAL			17
* O Tema 661 já foi julgado pelo e. STF e o trânsito em julgado da r. decisão proferida ocorreu em agosto/2022. No entanto, o processo afetado no TJRO ainda não teve a baixa lançada no sistema NUGEP, em virtude de aguardar providência do e relator do processo. Dados atualizados de acordo com as informações enviadas pela Coordenadoria Criminal - CCRIM/CPE2G.			

Relação de processos afetados

Classe	Nº do Processo	Tema	Tipo	Órgão Colegiado
Apelação Criminal	0082306-14.2008.8.22.0501 (*)	661	RG	1ª CÂMARA CRIMINAL
Apelação Criminal	0001766-07.2020.8.22.0000	1087	RG	2ª CÂMARA CRIMINAL
Apelação Criminal	0020418-89.2009.8.22.0022	1138	RR	1ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0812114-17.2021.8.22.0000	1152	RR	2ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0803016-71.2022.8.22.0000	1152	RR	2ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0811827-54.2021.8.22.0000	1152	RR	1ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0800350-97.2022.8.22.0000	1152	RR	1ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0810157-78.2021.8.22.0000	1152	RR	2ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0810739-78.2021.8.22.0000	1152	RR	2ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0812067-43.2021.8.22.0000	1152	RR	2ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0810806-43.2021.8.22.0000	1152	RR	2ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0812134-08.2021.8.22.0000	1152	RR	1ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0812122-91.2021.8.22.0000	1152	RR	1ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0812136-75.2021.8.22.0000	1152	RR	1ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0800508-55.2022.8.22.0000	1152	RR	2ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Execução Penal	0810818-57.2021.8.22.0000	1152	RR	2ª CÂMARA CRIMINAL
Agravo de Penal	0809571-41.2021.8.22.0000	1155	RR	2ª CÂMARA CRIMINAL

(*) Os autos encontram-se conclusos ao e. relator para análise da aplicação da tese do referido tema.

Casos de Incidentes no próprio Tribunal de Justiça

Tema/Processo	Tipo	Tribunal	Nº de processos sobrestados
0808124-81.2022.8.22.0000	IRDR	TJRO	0
0808127-36.2022.8.22.0000	IRDR	TJRO	0
0808128-21.2022.8.22.0000	IRDR	TJRO	0
TOTAL			0
Dados atualizados de acordo com as informações enviadas pela Coordenadoria Criminal - CCRIM/CPE2G.			
Todos os IRDR's aguardam o julgamento de admissibilidade.			

XIX – ANÁLISE DOS PROCESSOS NAS TAREFAS DO PJe2G: realizada a verificação, por amostragem, de 3 (três) processos por tarefa, dos feitos nas tarefas Aguardando Advogado, Aguardando Defensoria, Aguardando MP, Análise da Secretaria, Encaminhar para Instância Superior, Aguardando Julgamento STJ, não foi encontrada nenhuma irregularidade insanável e/ou que tenha ensejado efetivo prejuízo processual ou às partes. Contudo, foram constatadas as ocorrências das seguintes inconsistências:

Processos(s)	Situação Encontrada
Agravo de Execução Penal nº 0805094-38.2022.8.22.0000	Prazo vencido para manifestação
Agravo de Execução Penal nº 0804575-63.2022.8.22.0000	Prazo vencido para manifestação
Apelação nº 0000062-07.2021.8.22.0005	Processo paralisado

RECOMENDAÇÃO 11: promover a movimentação processual dos 3 (três) feitos consignados na planilha acima e utilizar, doravante, a ferramenta de "etiquetas" para melhor controle dos prazos processuais e evitar paralisações indevidas dos feitos (parte final da Recomendação 8).

XX - PRAZO PARA CUMPRIMENTO DOS DESPACHOS (URGENTES E NÃO URGENTES): a análise dos relatórios e dos processos (por amostragem) confirmou a informação obtida na unidade quanto à regularidade no cumprimento dos prazos para assegurar efetividade às r. decisões e despachos proferidos pelos e. relatores. Após recebidos na coordenadoria, os despachos/decisões urgentes são cumpridos.

XXI - PROCESSOS COM RECURSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR, JÁ ADMITIDOS, PARA ENCAMINHAR/INSERIR NO SISTEMA (iSTJ) E AS BAIXAS DELES: a análise dos processos em tais situações nos sistemas PJe2G e iSTJ, revelou que as capas dos processos no sistema do STJ, atualmente, não estão sendo produzidas na coordenadoria; os feitos são enviados diretamente para o NUCAP/SJ2G, para posterior remessa à corte superior. Não foram constatadas pendências no processamento das baixas de processos julgados.

RECOMENDAÇÃO 12: considerando que o volume de processos/recursos para serem enviados aos Tribunais superiores voltou ao fluxo normal, a unidade deverá voltar também a produzir as capas no iSTJ antes de enviá-lo ao NUCAP/SJ2G.

XXII - PROCESSOS COM RECURSOS ENVIADOS AO STJ E QUE REQUEREM PROVIDÊNCIA IMEDIATA, NA ORIGEM (PARA FINS DE EXECUÇÃO PENAL), SEM AGUARDAR O JULGAMENTO E O TRÂNSITO EM JULGADO NA CORTE SUPERIOR: considerando os questionamentos efetuados por unidades do 1º grau em relação ao procedimento então adotado pela coordenadoria para o processamento de tais hipóteses, o assunto foi também abordado na reunião mencionada na Recomendação nº 7 (Item XIV) e constitui o objeto do processo SEI nº 0015195-29.2022.8.22.8000, criado por sugestão do juiz auxiliar da Presidência e que, por não possuir ainda encaminhamento de solução definitiva (até o momento da conclusão deste expediente), enseja a recomendação adiante, para adoção pela CCRIM/CPE2G, até que a deliberação ocorra e/ou que advenha normatização em sentido diverso:

RECOMENDAÇÃO 13: efetuar a coordenadoria nos casos tais, o seguinte procedimento:
1. Retirar o(s) processo(s) da "tarefa" aguardando julgamento da instância superior;
2. Certificar a situação processual própria/específica;
3. Remeter os autos "em diligências" à vara de origem para a adoção das providências pertinentes com vistas à execução penal em relação ao(s) réu(s) para o(s) qual(is) se operou o trânsito em julgado, o que possibilitará a tramitação do feito no 1º grau e posteriormente ser ele devolvido ao 2º grau, para a continuidade do regular processamento;
4. Após, promover o acompanhamento processual (pelo relatório já existente do Qlik Sense), dos processos que se encontrarem nessa condição processual específica e, se necessário for, interagir com a unidade do 1º grau para ajustar eventual movimentação do(s) feito(s).

XIII - PLANTÃO JUDICIAL: no horário compreendido entre as 14 horas e 7 horas do dia subsequente e, nos dias em que não há expediente forense, o atendimento às hipóteses elencadas na Resolução nº 71/2009-CNJ, de 31/03/2009, ocorre na forma de Plantão Judicial; foi confirmada a regularidade e a publicidade dos atos respectivos (mensais), sendo que o do mês de outubro é o Ato nº 1.228/2022, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico - DJe nº 182, de 29/09/2022;
O número do telefone móvel destinado ao Plantão Judicial da unidade nº (69) 98444-5007, também encontra-se disponibilizado no sítio eletrônico do TJRO, no campo específico;
Por fim, foi atestado o regular funcionamento do plantão pela unidade e o atendimento pelo magistrado plantonista designado; há registro de casos atendidos no decorrer do ano de 2022.

XXIV - TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA DOS ÓRGÃOS JULGADORES COLEGIADOS VINCULADOS À COORDENADORIA: verificado o grau de cumprimento da Meta-5/CNJ, isoladamente pelos órgãos julgadores vinculados à unidade, constatou-se que a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) se encontrava ao final do mês de setembro/2022 em 51,45% e, portanto, abaixo dos 56% considerados pelo CNJ para cumprimento da meta.
XXV - ATENDIMENTO AO BALCÃO VIRTUAL E AOS TELEFONES: os testes realizados em horários aleatórios, durante a inspeção e no decorrer do expediente regular do Tribunal, no link do balcão virtual da unidade (https://meet.google.com/sct-wpso-xuy) e dos telefones (3309-6120 e 3309-6128) disponibilizados no sítio eletrônico do TJRO apontaram o atendimento regular em ambos os canais, situação esta que foi também constatada recentemente pela assessoria da Secretaria-Geral/Presidência, no processo SEI nº 0013794-92.2022.8.22.8000.

XXVI - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI): a análise da tramitação dos feitos na unidade, no reportado sistema, apontou o montante total de 35 (trinta e cinco) feitos abertos, sendo 16 (dezesseis) gerados na unidade e 19 (dezenove) recebidos de outras unidades, não sendo constatada nenhuma pendência de recebimento e/ou de enfrentamento.

XXVII - E-MAIL INSTITUCIONAL e MALOTE DIGITAL: foi constatada no decorrer dos trabalhos da inspeção que tanto o e-mail institucional da unidade quanto o malote digital, são diariamente verificados pela equipe da coordenadoria e não foi identificada nenhuma pendência quanto ao enfrentamento dos objetos neles constantes.

XXVIII - LANÇAMENTO DE AVISOS NO ÁTRIO DO EDIFÍCIO SEDE E NO SITE DO TJRO (E RETIRADA DELES APÓS O ATINGIMENTO DAS SUAS FINALIDADES): não foi constatada nenhuma pendência ou impropriedade de procedimento nas respectivas situações, no âmbito da coordenadoria.

XXIX - PROCEDIMENTOS DO NUGEPNAC: não obstante o número de processos consignados no item XVIII, suspensos ou sobrestados na unidade em decorrência de temas nas cortes superiores, o Senhor Coordenador do NUGEPNAC constatou, quanto às atribuições que lhe estão afetas, a conformidade dos trabalhos desenvolvidos pela unidade com os procedimentos estabelecidos na Resolução CNJ nº 235/2016 (alterada pela Resolução CNJ nº 444/2022) e Resolução nº 207/2022-TJRO; dentre os integrantes da Coordenadoria, foram designados os servidores Hernane Cardoso da Silva Júnior e Gean Carlos Arruda Lemos (Gestores de Equipe), para doravante tratarem dos assuntos relacionados aos precedentes obrigatórios e às demais atividades inerentes; contudo, em face das novas exigências implementadas pelo CNJ constatou-se a necessidade de realizar alguns ajustes nos procedimentos então adotados e, visando aprimorar os trabalhos desempenhados pela Coordenadoria no tocante ao envio de informações acerca dos andamentos dos incidentes (IRDR's e IAC's) e dos processos sobrestados pela sistemática dos precedentes qualificados, o NUGEPNAC apresenta orientações gerais à Coordenadoria, consubstanciadas na Recomendação única a seguir:
RECOMENDAÇÃO 14: cumprimento doravante pela unidade, dos itens descritos para as fases dos incidentes e para os processos que se adequam às hipóteses tratadas pelo NUGEPNAC e que constituem o objeto dos controles necessários, a saber:
a - Procedimento para informar as fases dos incidentes (IRDR's e IAC's):
1) Que as informações enviadas ao Núcleo sejam prestadas com celeridade e de forma válida, conforme os códigos e complementos da TPU indicados, a fim de manter o Banco Nacional de Precedentes (BNP) atualizado e fidedigno;
2) Observar, atentamente, a forma de envio das informações ao Núcleo, utilizando o SEI específico disponibilizado anualmente para comunicar os andamentos dos IRDRs/IACs, nas seguintes fases: a) distribuição do incidente, após sua instauração; b) inclusão em pauta para análise da admissibilidade e do mérito do incidente, bem como dos recursos eventualmente interpostos; c) resultado do julgamento de admissibilidade e de mérito do incidente, bem como dos recursos eventualmente interpostos; d) as publicações dos acórdãos de admissibilidade e de mérito, bem como dos recursos eventualmente interpostos; e) trânsito em julgado do incidente e f) baixa/arquivamento;
b - Procedimento para informar os processos sobrestados em razão dos precedentes em geral (recurso extraordinário com repercussão geral, recurso especial repetitivo, IRDR e IAC):
1) Deve ser alimentada a planilha Excel compartilhada com a Coordenadoria, através do Google Drive, conforme a ocorrência das seguintes movimentações: a) data da distribuição (DataDS) ou redistribuição, caso haja alteração da competência; b) data do sobrestamento (DataS), utilizando como parâmetro a data de publicação da decisão, e não a de disponibilização no DJe; c) data do julgamento (DataJS), utilizando como parâmetro a data da decisão monocrática ou colegiada que aplica ou não a tese firmada no precedente; d) data do trânsito em julgado (DataTJP) e e) data da baixa/arquivamento (DataBaixS);
2) No cumprimento do item anterior, deve-se procurar manter a planilha sempre atualizada, inserindo as informações solicitadas de acordo com as colunas, exceto as colunas L e M (aplicação da tese e julgamento de mérito), que serão preenchidas pelo NUGEPNAC;
3) Nas colunas preenchidas com datas, deve-se observar atentamente o que cada item da coluna pede, por exemplo, a coluna data do julgamento deve ser preenchida com a data da decisão que aplica ou não a tese firmada no precedente, já na coluna da data do sobrestamento, é inserida a data da efetiva publicação da decisão, e não a de disponibilização no DJe;
4) Devem ser informados ao Núcleo apenas e tão somente os processos sobrestados em razão dos precedentes qualificados, cujos principais são recurso extraordinário com repercussão geral, recurso especial repetitivo, IRDR e IAC, conforme previsto no art. 927 do CPC e art. 2º, inciso I, da Res. CNJ nº 444/2022. O incidente de arguição de inconstitucionalidade não é precedente, tampouco qualificado, dispensando qualquer informação ao NUGEPNAC;

XXX - OBSERVAÇÕES FINAIS: foi observado no decorrer dos trabalhos da inspeção que apesar do número relativamente reduzido de componentes = 14 no total = (eram 21 nos 2 Departamentos Judiciários Criminais que antecederam à atual estrutura da coordenadoria, para atendimento dos mesmos colegiados) e às vezes se apresenta ainda menor em virtude dos afastamentos por motivos diversos, a equipe

da coordenadoria é unida, comprometida e coesa, fator este que restou evidenciado no decorrer da inspeção e, inegavelmente, reflete nos trabalhos desenvolvidos na unidade que, no geral, fluem de forma bastante satisfatória.
Considerando o volume de informações e de sugestões contidos nos formulários disponibilizados pelos colaboradores da unidade (consignados no item I) e a necessidade de analisá-los mais detalhadamente e em conjunto com os das demais coordenadorias, após a disponibilização das atas da inspeção das 4 (quatro) coordenadorias da CPE2G, será lançado relatório geral e detalhado no SEI respectivo com o resultado da análise das funções exercidas e as rotinas de trabalho executadas por cada coordenadoria e por seus colaboradores, conforme os cargos e funções exercidos, de acordo com as particularidades da matéria de cada uma delas, bem como com as sugestões e encaminhamentos de propostas de mudanças de procedimentos, de eventuais alterações estruturais e/ou físicas na CPE2G, nos fluxos e sistema processuais e das rotinas estabelecidas juntos aos gabinetes dos e. desembargadores.

XXXI - ENCERRAMENTO: durante os trabalhos da inspeção, não houve o comparecimento de membros da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia, da Procuradoria de Justiça do Estado de Rondônia, da Defensoria Pública do Estado de Rondônia e dos gabinetes dos e. Desembargadores deste Tribunal para o acompanhamento das atividades; não foram recebidas reclamações ou sugestões de advogados ou usuários internos ou externos do TJRO; foi determinada a publicação desta Ata da 1ª Inspeção Ordinária no Diário da Justiça Eletrônico - DJe e a expedição de Ofícios, encaminhando-a aos Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia, ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, ao Procurador-Geral do Estado de Rondônia, ao Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia, à Corregedora-Geral do Conselho Nacional de Justiça e aos e. Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Foi determinado à senhora secretária dos trabalhos da inspeção o registro no processo SEI nº 0013580-04.2022.8.22.8000, com relação ao cumprimento das 14 (quatorze) recomendações proferidas, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação das suas conclusões. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata que, após lida, foi assinada pelo titular da Secretaria Judiciária do Segundo Grau e pelos demais colaboradores designados para a Inspeção na Portaria nº 16/2022 (publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJe n. 181, de 28/09/2022).
DATA DE ENCERRAMENTO: 24 de outubro de 2022, às 14 horas.

(a) Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário do Segundo Grau

(a) Alan Campos Prestes
Coordenador do Núcleo de Análise de Dados - NUCAD/SJ2G

(a) Heverton Mendes Barbosa
Coordenador do Núcleo de Apoio ao Usuário - NUCAP/SJ2G

(a) Sandro César de Oliveira
Coordenador do Núcleo de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC/PRES

(a) Sayury da Costa Tourinho
Assistente Jurídica da SJ2G (Secretaria da Inspeção)

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por SAYURY DA COSTA TOURINHO, Técnico(a) Judiciário(a), em 05/12/2022, às 10:23 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALAN CAMPOS PRESTES, Técnico(a) Judiciário(a), em 05/12/2022, às 10:44 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por SANDRO CÉSAR DE OLIVEIRA, Coordenador(a) do NUGEPNAC, em 05/12/2022, às 10:56 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por HEVERTON MENDES BARBOSA, Técnico(a) Judiciário(a), em 05/12/2022, às 11:32 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por JUCÉLIO SCHEFFMACHER DE SOUZA, Secretário (a) Judiciário (a), em 05/12/2022, às 11:46 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3073027e o código CRC A1F7AEF2.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Extrato de Registro de Preços - CPL/PRESI/TJRO

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia torna público, o Extrato da Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico n. 108/2022, Processo Administrativo n. 0004119-08.2022.8.22.8000, para futura aquisição dos seguintes serviços:

Classificação		Razão Social			CNPJ
1ª Classificada		W. LUCENA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA			04.474.803/0001-39
Grupo	Item	Descrição	Quant./Un.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
-	1	Elaboração de Projetos de As Built de Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Porto Velho/RO.	52.163 m²	2,00	104.326,00
	2	Elaboração de Projetos de As Built de Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Guajará Mirim/RO.	1.858 m²	2,00	3.716,00
Valor total do Grupo 1: R$ 108.042,00 (cento e oito mil e quarenta e dois reais).					

Classificação		Razão Social			CNPJ
1ª Classificada		JAK - OBRAS CIVIS LTDA			26.777.703/001-14
Grupo	Item	Descrição	Quant./ Un.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	3	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Jaru/ RO.	4.691 m²	3,44	16.137,42
	4	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO.	4.804 m²	3,48	16.717,92
	5	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Alvorada do Oeste/RO.	1.067 m²	3,48	3.713,16
	6	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Presidente Médici/RO.	1.190 m²	3,00	3.570,00
	7	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Ji-Paraná/RO.	5.553 m²	3,00	16.659,00
Valor total do Grupo 2: R$ 56.797,12 (cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e sete reais e doze centavos).					
3	8	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Nova Brasilândia do Oeste/RO.	1.199 m²	3,98	4.772,02
	9	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO.	1.191 m²	3,98	4.740,18
	10	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de São Francisco do Guaporé/RO.	1.421 m²	3,98	5.655,58
	11	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Costa Marques/RO.	925 m²	3,98	3.768,04
	12	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Alta Floresta do Oeste/RO.	1.198 m²	3,98	4.768,04
	13	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Santa Luzia do Oeste/RO.	892 m²	3,98	3.550,16
	14	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Rolim de Moura/RO.	1.401 m²	3,98	5.575,98

Valor total do Grupo 3: R$ 32.743,46 (trinta e dois mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos).					
4	15	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Colorado do Oeste/RO.	975 m²	3,94	3.841,50
	16	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Cerejeiras/RO.	990 m²	4,00	3.960,00
	17	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Pimenta Bueno/RO.	3.601 m²	3,90	14.043,90
	18	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Cacoal/RO.	6.442 m²	3,84	24.737,28
	19	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Vilhena/RO.	1.421 m²	3,90	5.541,90
	20	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Espigão do Oeste/RO.	1.199 m²	3,90	4.676,10
Valor total do Grupo 4: R$ 56.800,68 (cinquenta e seis mil e oitocentos reais e sessenta e oito centavos).					
5	21	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Ariquemes/RO.	6.378 m²	3,98	25.384,44
	22	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Machadinho do Oeste/RO.	793 m²	3,90	3.092,70
	23	Elaboração de Projetos de As Builtde Arquitetura, Acessibilidade, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, para as edificações da Comarca de Buritis/RO.	1.100 m²	4,00	4.400,00
Valor total do Grupo 5: R$ 32.877,14 (trinta e dois mil, oitocentos e setenta e sete reais e quatorze centavos).					

Será de 12 (doze) meses o prazo de validade da(s) Ata(s) de Registro de Preços, contados da data de sua publicação. A(s) Ata(s) de Registro de Preços estará(ão) disponível(is) na íntegra no site www.tjro.jus.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio – DEAGESP/TJRO, pelo e-mail: licitacoes@tjro.jus.br, fones: (69) 3309-6652, ou na rua José Camacho, n. 585, sala 205, 2º andar, bairro Olaria, nesta Capital, no horário local das 7h às 14h.

ASSINAM: Juiz Rinaldo Forti da Silva - Secretário Geral; Elaine Piacentini Bettanin - Secretária Administrativa; Wagner Xavier Lucena - Representante legal da empresa W. LUCENA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA; e Jacyra Harue Inay Kikuchi - Representante legal da empresa JAK - OBRAS CIVIS LTDA.

Documento assinado eletronicamente por FÁBIO ARAN GOMES DE CASTRO, Pregoeiro (a), em 05/01/2023, às 09:58 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108626e o código CRC D0AD16C4.

TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE PORTO VELHO

ESCALA DE PLANTÃO

Escala de Plantão Nº 1 / 2023 - PVHADM/PVHDF/CMPVH

O Juiz Diretor em Exercício do Fórum Desembargador César Montenegro, da Comarca da Capital, Dr. EDENIR SEBASTIÃO ALBUQUERQUE DA ROSA, no uso de suas atribuições legais, torna pública a ESCALA SEMANAL DO PLANTÃO FORENSE, a qual compreenderá o período de 9 a 16 de janeiro de 2023, realizado em dias e horários em que não houver expediente forense:

ÁREA A (Cível; Fazenda Pública e 1º Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal)
6ª VARA CÍVEL
Juíza: MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES MASIOLI
Secretária de Gabinete: ROSEMARI NAZARÉ DA SILVA PAZ
Fone: 98444-8882
Oficial de Justiça: GUSTAVO LUIZ
Fone: 98407-3226

ÁREA B (Família; Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública; Execuções Fiscais; Cível, Administrativa e Correicional da Infância e Juventude e 2º Núcleo de Justiça 4.0 - Energia).
JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Juiz: ROBERTO GIL DE OLIVEIRA
Assessor de Juiz: RAFAEL DE OLIVEIRA RITA
Fone: 98407-3146
Oficial de Justiça: GUSTAVO LUIZ
Fone: 98407-3226

ÁREA C (Criminal; Juizado Especial Criminal; Criminal e Infracional da Infância e Juventude)
1ª VARA DE DELITOS DE TÓXICOS
Juíza: KERLEY REGINA FERREIRA DE ARRUDA ALCÂNTARA
Diretor de Cartório: DANILO ARAGÃO DA SILVA
Assessor de Juiz: MARÇAL AMORA COUCEIRO
Fone: 98444-8880
Oficial de Justiça: ANANDA XIMENES
Fone: 98454-0432

OFICIAL DE JUSTIÇA PLANTÃO RURAL
Plantão rural 1 – BR 364, sentido Cuiabá (MT)
Oficial de Justiça: MARCO ANTÔNIO GUILHEN MÁZARO- Fone: (69)98483-0826
Plantão rural 2 – BR 364, sentido Rio Branco (AC)
Oficial de Justiça: PÉRICLES JOSÉ QUEIROZ - Fone: (69)99202-9797
Plantão rural 3 – Baixo Madeira, BR 319 e Assentamento Joana D'arc
Oficial de Justiça: ARTHUR LUIZ SARAIVA - Fone: (69)99941-8179

Porto Velho, 4 de janeiro de 2023

EDENIR SEBASTIÃO ALBUQUERQUE DA ROSA
Diretor do Fórum em Exercício

Documento assinado eletronicamente por EDENIR SEBASTIÃO ALBUQUERQUE DA ROSA, Juiz (a) de Direito, em 05/01/2023, às 08:37 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108032e o código CRC EFC93CE0.

NÚCLEO DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Processo n. 7089714-88.2022.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: RUBERLANDIA DE SOUZA ALBUQUERQUE
ADVOGADOS DO AUTOR: BRENDA MORAES SANTOS, OAB nº RO8933, LARISSA SILVA PONTE, OAB nº RO8929
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 12.338,25
Data da distribuição: 04/01/2023
DESPACHO
Cadastre-se o Juízo 100% Digital.
Trata-se de ação declaratória cumulada com reparação de danos em que a parte autora pretende ver declarada a inexistência de débito e a condenação da requerida a indenizar por ofensa moral. Afirmou ser titular da UC 20/72109-2. Alegou ter sido notificada pela requerida por suposta irregularidade no medidor de energia elétrica do seu imóvel, através do Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), que gerou fatura no valor de R$ 2.338,25 referente a recuperação de consumo. Sustentou que a cobrança é abusiva por ser estabelecida de forma unilateral. Asseverou que a conduta da requerida lhe causará prejuízos, inclusive moral. Postulou a antecipação dos efeitos da tutela de urgência para que a requerida se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, bem como de incluir o seu nome no cadastro de inadimplentes. Pleiteou, ao final, a procedência dos pedidos. Apresentou documentos.
É a síntese necessária.
Passo à análise do pedido de tutela de urgência.
A tutela de urgência encontra fundamento no art. 300 do CPC e para sua concessão faz-se mister a observância dos pressupostos estabelecidos em tal dispositivo, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
No caso em tela, a plausibilidade do direito sobre o qual se fundamenta o pedido de urgência decorre da inexistência de débito sustentada pela parte autora, que alega sofrerá danos caso a energia elétrica da sua unidade consumidora seja interrompida, bem como o seu nome seja inscrito nos órgãos de proteção ao crédito.
O perigo de dano pode ser evidenciado pela possibilidade de desdobramentos negativos com a falta de energia na unidade consumidora, assim como àquele que possui o nome constando no rol de inadimplentes, ainda mais quando há dúvidas acerca da certeza da legitimidade do débito.
Além disso, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que atende aos requisitos disciplinados pela Legislação Processual (§3º do art. 300 do CPC).
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência antecipada formulado e DETERMINO à parte requerida promova o restabelecimento do fornecimento de energia da UC 20/72109-2 (localizada na Rua Sapoti, 1302, Bairro Cohab) no prazo de 4 (quatro) horas, bem como se abstenha de fazer cobranças decorrente da fatura no valor de R$ 2.338,25 (dois mil trezentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos) advinda do Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI) n. 84284253, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez reais).
Ressalto que as obrigações de fazer e não fazer deferidas por meio desta tutela de urgência restringe-se tão somente à fatura objeto da lide indicada nesta decisão.
Cite-se a parte requerida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
Apresentada contestação, intime-se a parte autora para apresentar réplica em 15 (quinze) dias.
Após, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma pormenorizada e justificada, em 10 (dez) dias, sob pena de julgamento conforme o estado do processo.
Atentem as partes que, se não for justificada a necessidade de produção da prova especificada, o processo será julgado no estado em que se encontra, indeferindo-se a prova eventualmente indicada.
Obs. 1: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Processo n. 7000001-71.2023.8.22.0000
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: FRANCISCA DAS CHAGAS SILVA NOBERTO
ADVOGADO DO AUTOR: GENIVAL DE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO9595
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 35.048,30
Data da distribuição: 02/01/2023
DESPACHO
Trata-se de ação declaratória cumulada com reparação de danos em que a parte autora pretende ver declarada a inexistência de débito e a condenação da requerida a indenizar por ofensa moral. Afirmou ser titular da UC 20/66586-9. Alegou ter sido notificada pela requerida

por suposta irregularidade no medidor de energia elétrica do seu imóvel, através do Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), que gerou faturas nos valores de R$ 1.354,12 e R$ 1.418,14, referente a recuperação de consumo, sendo que a primeira foi objeto de confissão e parcelamento. Sustentou que a cobrança é abusiva por ser estabelecida de forma unilateral. Asseverou que a conduta da requerida lhe causará prejuízos, inclusive moral. Postulou a antecipação dos efeitos da tutela de urgência para que a requerida se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, de cobrar as faturas, bem como que exclua o seu nome no cadastro de inadimplentes. Pleiteou, ao final, a procedência dos pedidos. Apresentou documentos.
É a síntese necessária.
Passo à análise do pedido de tutela de urgência.
A tutela de urgência encontra fundamento no art. 300 do CPC e para sua concessão faz-se mister a observância dos pressupostos estabelecidos em tal dispositivo, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
No caso em tela, a plausibilidade do direito sobre o qual se fundamenta o pedido de urgência decorre da inexistência de débito sustentada pela parte autora, que alega sofrerá danos caso a energia elétrica da sua unidade consumidora seja interrompida, bem como o seu nome seja inscrito nos órgãos de proteção ao crédito.
O perigo de dano pode ser evidenciado pela possibilidade de desdobramentos negativos com a falta de energia na unidade consumidora, assim como àquele que possui o nome constando no rol de inadimplentes, ainda mais quando há dúvidas acerca da certeza da legitimidade do débito.
Além disso, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que atende aos requisitos disciplinados pela Legislação Processual (§3º do art. 300 do CPC).
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência antecipada formulado e DETERMINO à parte requerida promova a exclusão do nome da parte autora no cadastro de inadimplentes no prazo de 5 (cinco) dias, assim como se abstenha de interromper o fornecimento de energia da UC 20/66586-9 (localizada na Rua Magnolia, 3794) e, ainda, de promover cobranças das faturas e de eventuais parcelamentos, todos decorrentes das faturas nos valores de R$ 1.354,12 (mil trezentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos) e R$ 1.418,14 (mil quatrocentos e dezoito reais e quatorze centavos) advindas dos Termos de Ocorrência e Inspeção (TOI) n. 030039 e 92333105, respectivamente, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Ressalto que as obrigações de fazer e não fazer deferidas por meio desta tutela de urgência restringe-se tão somente à fatura objeto da lide indicada nesta decisão.
Cite-se a parte requerida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
Apresentada contestação, intime-se a parte autora para apresentar réplica em 15 (quinze) dias.
Após, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma pormenorizada e justificada, em 10 (dez) dias, sob pena de julgamento conforme o estado do processo.
Atentem as partes que, se não for justificada a necessidade de produção da prova especificada, o processo será julgado no estado em que se encontra, indeferindo-se a prova eventualmente indicada.
Obs. 1: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Processo n. 7018946-37.2022.8.22.0002
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ROGERIO GONCALVES
ADVOGADOS DO AUTOR: LIDIA ALVES DE CAMPOS, OAB nº RO1202E, LEDAIANA SANA DE FREITAS, OAB nº RO10368
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 16.861,55
Data da distribuição: 09/12/2022
DESPACHO
Trata-se de ação declaratória cumulada com reparação de danos em que a parte autora pretende ver declarada a inexistência de débito e a condenação da requerida a indenizar por ofensa moral. Afirmou ser titular da UC 20/565135/1. Alegou ter sido notificada pela requerida por suposta irregularidade no medidor de energia elétrica do seu imóvel, através do Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), que gerou fatura no valor de R$ 8.861,55 referente a recuperação de consumo. Sustentou que a cobrança é abusiva por ser estabelecida de forma unilateral. Asseverou que a conduta da requerida lhe causará prejuízos, inclusive moral. Postulou a antecipação dos efeitos da tutela de urgência para que a requerida se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, bem como de incluir o seu nome no cadastro de inadimplentes. Pleiteou, ao final, a procedência dos pedidos. Apresentou documentos.
É a síntese necessária.
Passo à análise do pedido de tutela de urgência.
A tutela de urgência encontra fundamento no art. 300 do CPC e para sua concessão faz-se mister a observância dos pressupostos estabelecidos em tal dispositivo, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
No caso em tela, a plausibilidade do direito sobre o qual se fundamenta o pedido de urgência decorre da inexistência de débito sustentada pela parte autora, que alega sofrerá danos caso a energia elétrica da sua unidade consumidora seja interrompida, bem como o seu nome seja inscrito nos órgãos de proteção ao crédito.
O perigo de dano pode ser evidenciado pela possibilidade de desdobramentos negativos com a falta de energia na unidade consumidora, assim como àquele que possui o nome constando no rol de inadimplentes, ainda mais quando há dúvidas acerca da certeza da legitimidade do débito.

Além disso, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que atende aos requisitos disciplinados pela Legislação Processual (§3º do art. 300 do CPC).
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência antecipada formulado e DETERMINO à parte requerida se abstenha de interromper fornecimento de energia da UC 20/18729-4 (localizada na Rua Estrela do Oriente, 4908, Rota do Sol) ou, caso já tenha o feito, promova o restabelecimento no prazo de 4 (quatro) horas, decorrente da fatura no valor de R$ 8.861,55 (oito mil, oitocentos e sessenta e um reais, cinquenta e cinco centavos) advinda do Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI) n. 99655118, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Ressalto que as obrigações de fazer e não fazer deferidas por meio desta tutela de urgência restringe-se tão somente à fatura objeto da lide indicada nesta decisão.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Processo nº : 7057341-38.2021.8.22.0001
Requerente: EVANILSON PINHEIRO DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: LIDUINA MENDES VIEIRA - RO0004298A, RAIMUNDO FACANHA FERREIRA - RO1806
Requerido(a): ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
, nº , Bairro , CEP ,
Número do processo: 7000135-95.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: LUIZ CARLOS ALBANO DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE MORAES SOBREIRA, OAB nº RO12247
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
I - Recebo a inicial neste 1º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do
PODER JUDICIÁRIO de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
II - Defiro o processamento do feito pelo “Juízo 100% Digital”.
Deve a CPE retificar a distribuição da ação para fazer constar os dados apresentados pela parte autora no ID 83262766 , de modo que todas as intimações/notificações das partes possam se dar por meio do sistema / DJ.
Deve ainda cadastrar junto ao sistema os dados da Energisa, conforme segue:
protocolojudicial@energisa.com.br com cópia para luizfelipe.lins@energisa.com.br
III - Fica a parte autora intimada a, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento, trazer provas para confirmar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de demonstrativo de rendimentos e extratos bancários de despesas mensais ordinárias relativos ao mínimo de trinta dias (art. 99, §2º do CPC).
5 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
, nº , Bairro , CEP , Processo nº: 7000060-59.2023.8.22.0000
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Fornecimento de Energia Elétrica, Práticas Abusivas, Liminar
Requerente/Exequente: MARIA DOS SANTOS DE ARAUJO RODRIGUES, RUA EÇA DE QUEIROZ 9819, - DE 9420/9421 A 9879/9880 MARIANA - 76813-504 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerente: LAERCIO BATISTA DE LIMA, OAB nº RO843
Requerido/Executado: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de ação de consignação em pagamento c/c revisional de fatura, pedido de danos morais e antecipação de tutela. Alega a autora que sempre realizou seus pagamentos regularmente, no entanto a fatura de novembro/22, com vencimento em 08/12/2022, trouxe rubricas referentes a juros de mora e atualizações não reconhecidas pela parte autora, de modo que propôs a presente ação para consignar

em juízo o valor que entende devido, pleiteando ainda indenização por danos morais, bem como requerendo em sede de liminar a abstenção da Requerida do corte do fornecimento de energia elétrica.
Pois bem.
Ocorre que, apesar de propor ação de consignação em pagamento, não se verifica nos autos o depósito do valor em juízo, condição necessária para a propositura da presente ação. Assim, deve a parte emendar a inicial, no prazo de 15 dias, adequando-a as pretensões que deseja.
Há ainda pedido de justiça de justiça gratuita na petição inicial, todavia, o simples pedido de gratuidade é insuficiente para o seu deferimento. A parte autora não trouxe aos autos elementos que evidenciem a presença dos pressupostos legais que autorizam a concessão da gratuidade.
Assim, atento ao disposto no art. 99, §2º do CPC, intime-se a parte autora para, no prazo de15 (quinze) dias, trazer provas para confirmar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de demonstrativo de rendimentos e extratos bancários de despesas mensais ordinárias relativos ao mínimo de trinta dias e quaisquer outros documentos que demonstrem a sua hipossuficiência, bem como a cópia da carteira de trabalho eletrônica (art. 99, §2º do CPC).
Decorrido o prazo supra mencionado, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem os autos conclusos para decisão.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
7088362-95.2022.8.22.0001
AUTOR: MAISA DA CRUZ SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE WASCHECK DE FARIA, OAB nº RO924A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
DECISÃO
Recebo a inicial neste 3º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do
PODER JUDICIÁRIO de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
Esclareço às partes que este feito está tramitará por este Núcleo ressalvando a manifestação das partes, pois se alguma das partes recusar expressamente a opção pela tramitação neste Núcleo o feito será remetido ao juízo competente, nos termos do art. 2º, da Resolução 214/2021, alterada pela Resolução 246/2022.
“Art. 1º Ficam criados 4 (quatro) Núcleos de Justiça 4.0 no âmbito do
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 1º Cada Núcleo de Justiça será especializado em razão de uma mesma matéria. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 2º A Corregedoria definirá a matéria de cada Núcleo de Justiça 4.0 mediante estudos que assegurem o cumprimento da estratégia do TJRO. (Nova Redação Resolução n. 246/2022) § 3º O Núcleo, para todos os efeitos, constitui-se unidade autônoma, inclusive no sistema processual eletrônico.
Art. 2º A escolha do Núcleo de Justiça 4.0 pela parte autora é facultativa, de caráter irretratável, e deverá ser exercida no momento da distribuição da ação. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 1º Havendo oposição da parte ré, desde que expressa na primeira oportunidade de manifestação, o processo será redistribuído para o juízo competente.
§ 2º Ressalvada a incompetência do Núcleo, não havendo oposição do(a) demandado(a) na forma dos parágrafo anterior, o negócio jurídico processual se aperfeiçoará, nos termos do artigo 190 do Código de Processo Civil.
§ 3º A distribuição dos processos de competência do Núcleo de Justiça 4.0, entre os(as) juízes(as) que o integram, far-se-á automaticamente pelo sistema processual, de forma equânime e aleatória.
§ 4° Os processos em trâmite nas unidades judiciárias serão remetidos para o Núcleo de Justiça 4.0 se todas as partes manifestarem interesse. (Incluído pela Resolução n. 246/2022).”
Defiro a gratuidade judiciária.
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE LIMINAR proposta por MAISA DA CRUZ SILVA em face de ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Narra a parte autora, em síntese, que é usuária do fornecimento de energia elétrica, consoante UC 20/1365068-4.
Afirmou que, técnicos da requerida efetuaram inspeção em seu medidor de energia elétrica, ao argumento de existência de recuperação de consumo no valor de R$5.030,64 (cinco mil e trinta reais e sessenta e quatro centavos) .
Discorreu que a cobrança dos valores é exorbitante, porquanto não existem irregularidades.
Ademais, afirmou que a realização de inspeção ocorreu sem contraditório e ampla defesa.
Ao final, pretende a parte autora, em sede de antecipação dos efeitos da tutela, que seja determinada que a requerida reestabeleça a energia elétrica e que a ré retire o nome da parte autora junto aos órgãos de proteção ao crédito.
E, no mérito, pugna pela declaração da ilegalidade da multa aplicada e condenação em danos morais no importe de R$5.000,00.
Com a inicial, vieram procuração e documentos.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Como sabido, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Deve haver prova inequívoca dos fatos relatados pela parte autora, o convencimento do juiz acerca da verossimilhança das alegações e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, caracterização do abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 300, § 3º, CPC).

Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida (art. 300, § 3º, CPC).
Entendo, in casu, que a probabilidade do direito se evidencia pelo questionamento em relação à legalidade da cobrança, uma vez que o consumo se mostra diverso em relação aos anteriores. Ademais, restou demonstrada a configuração de relação jurídica entre as partes e ainda a comprovação de que fora realizada inspeção do medidor de energia elétrica, que por sua vez, sabe-se corresponder a ato unilateral da ré.
Por sua vez, o perigo de dano se evidencia na inscrição do nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito e ainda o prejuízo pela suspensão do fornecimento de energia elétrica.
Com relação ao §3º do art. 300 do CPC, a pretensão é reversível, sendo plenamente possível o retorno ao status quo antes, visto que se houver eventual improcedência da demanda, a requerida poderá retomar a cobrança em face da autora, não evidenciando nenhum prejuízo.
Assim, considerando a natureza do bem de consumo fornecido, em face de sua essencialidade, da qual não pode prescindir o cidadão, entendo por bem a manutenção do fornecimento de energia, enquanto o débito encontrar-se em discussão.
Assim, com fundamento no artigo 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, e via de consequência DETERMINO que a CERON/ENERGISA:
a) RELIGUE O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DA UC n. 20/1365068-4, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da sua intimação;
b) RETIRE o nome da autora junto aos órgãos de proteção de crédito referente à recuperação de consumo discutida nestes autos, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 5 (cinco) mil reais, salvo se houver outros débitos de consumo regular vencidos e já notificados;
Desde já, esclareço que o serviço deve ser mantido em pleno funcionamento até ulterior julgamento do litígio, com fulcro nas faturas discutidas nos autos.
Considerando que a ENERGISA/CERON é uma das maiores litigadas deste Juizado Especial Cível, e, considerando que as demandas que envolvem o fornecimento de energia elétrica quase sempre envolvem causas urgentes, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Cite-se e intime-se a ENERGISA S/A/CERON para que apresente defesa.
Caso a ENERGISA S/A/CERON tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Apresentada a contestação e não havendo interesse na produção de provas, faça-se conclusão dos autos para sentença.
Caso exista pedido de DANO MORAL no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em Cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo Sistema PJE, retirando-a da pauta.
Cumpra-se servindo-se a presente como Comunicação/Carta de Citação/Carta de Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória.
quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO A SER CUMPRIDA POR OFICIAL PLANTONISTA
NOME: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (qualificação completa na inicial)
ENDEREÇO: no processo
OBSERVAÇÃO: Em razão na nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), não serão divulgados dados pessoais e/ou sensíveis, tais como: qualificação e endereço das partes. Todos os endereços apresentados nos autos deverão ser diligenciados.
FINALIDADE: Citar a parte requerida para responder a ação no prazo de 15 dias a partir da juntada do comprovante de citação nos autos.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Autos nº 7002442-21.2020.8.22.0003
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo Crimes contra a Flora
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, , RUA JAMARY 1555 - 76801-917 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: ALBERTO GONCALVES DA COSTA, AC JARU 1617, , BAIRRO SETOR 07 CENTRO - 76890-970 - JARU - RONDÔNIA -
ADVOGADO DO REU: SILVIO MACHADO, OAB nº RO3355, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos, etc.
Diante da devolução dos autos pela Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas - VEPEMA, uma vez que o acusado reside em outro município do Estado, expeça-se carta precatória à comarca de Jaru/RO, com a finalidade de acompanhar/fiscalizar o cumprimento da pena imputada ao réu Alberto Gonçalves da Costa, em sentença condenatória prolatada nos autos.
Cumpra-se. SERVINDO ESTE DE OFÍCIO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Porto Velho quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Autos n. 7069777-92.2022.8.22.0001
Termo Circunstanciado Destruição ou Degradação por Incêndio ou Perigo de Incêndio
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
AUTOR DO FATO: JOSE ROBERTO FRANCHETTO
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos, etc.
Acolho manifestação ministerial de ID nº 84913848. Diante da constatação de que o local onde se deu o desmatamento, informado por meio de coordenadas geográficas, quais sejam: : S 8°35’58,63” W 63º15’41,072” , estão inseridas no polígono da Floresta Nacional Jacundá – FLONA, Unidade de Conservação Federal, o que determina a atração da competência pela Justiça Federal.
Assim, declino da competência a uma das Varas da Justiça Federal da Seção Judiciária de Rondônia, para regular processamento do feito, devendo a Central de Processos Eletrônicos - CPE1G providenciar as baixas e anotações pertinentes.
Cumpra-se.
Porto Velho quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Autos n. 7017921-89.2022.8.22.0001
Termo Circunstanciado Poluição
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
AUTOR DO FATO: JOSE SALES MOTA JUNIOR
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos, etc.
Com razão o membro do Parquet em manifestação de ID 84915201. A extração ilegal de minério (brita) em floresta, implica no cometimento do crime previsto no art. 55, da Lei 9605/98, ou seja, “executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida”.
O art. 109, inciso IV, da CF determina que compete à Justiça Federal processar e julgar as infrações penais praticadas em detrimento de interesse da União.
Assim, declino da competência e determino a remessa ao distribuidor da Justiça Federal, devendo a CPE1G proceder as baixas e anotações pertinentes.
Ciência ao Ministério Público.
Porto Velho quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

Autos n. 0003997-81.2019.8.22.0601
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Crimes contra a Flora
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
CONDENADOS: JONATAS DA FONSECA VIANA - ME, GILBERTO PAULINO DE OLIVEIRA, JONATAS DA FONSECA VIANA
ADVOGADO DOS CONDENADOS: SILVIO MACHADO, OAB nº RO3355
Vistos, etc.
Vieram aos autos informações do Ministério Público de ID nº 84660910, de que encaminhou a certidão de pena de multa não quitada à Promotoria de Justiça com atribuição na Curadoria das Execuções Penais para as providências cabíveis.
Informou ainda, que a obrigatoriedade de propositura de ação judicial de execução, no prazo de 90 (noventa) dias, é apenas para multas com valor superior a cinco salários mínimos, o que não é o caso destes autos, assim, a referida certidão está sob análise para que seja encaminhada ao cartório para protesto, sendo esta a forma de cobrança.
Nota-se que, ao que parece, não haverá ajuizamento de ação de execução pelo Ministério Público, a cobrança será via Cartório de Protesto.

Não obstante, este processo só poderá ser arquivado se houver o ajuizamento da cobrança de multa no juízo da execução, o pagamento ou a prescrição, nos termos do art. 269-A, § 6º, das Diretrizes Gerais Judiciais de 2019.
Posto isso, suspendo o processo pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
Após o prazo, abra-se nova vista ao Ministério Público para que informe a este juízo se houve o protesto ou se o pagamento foi realizado.
quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Autos n. 7079929-05.2022.8.22.0001
Calúnia, Difamação
Notificação para Explicações
NOTIFICANTE: JOSE GONCALVES DA SILVA JUNIOR
NOTIFICADO: SIMONE MORAIS BRUINSMA
NOTIFICADO SEM ADVOGADO(S)
ADVOGADO DO NOTIFICANTE: BRUNO VALVERDE CHAHAIRA, OAB nº PR52860
Vistos, etc.
Em que pese manifestação de ID 84905467 e documentos anexados, verifica-se que não houve a correta emenda à inicial, uma vez que o interpelante não cumpriu integralmente o despacho de ID 84159923.
Intime-se o interpelante, por meio de seu advogado constituído, para informar nos autos a data em qual tomou conhecimento dos fatos e a suposta autoria, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Cumpra-se.
Porto Velho quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Autos n. 7066804-67.2022.8.22.0001
Termo Circunstanciado Comércio ou Posse Proveniente de Extração Ilegal de Madeira
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
AUTORES DOS FATOS: FRANCISCO ROMILDO PEREIRA MARTINS, ANTONIO LUIZ BIAVATTI
ADVOGADOS DOS AUTORES DOS FATOS: RODRIGO LUCIANO ALVES NESTOR, OAB nº RO1644, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos, etc.
Acolho a manifestação ministerial de ID nº 84913893, pelos seus próprios fundamentos e, nos termos do art. 395, III, do Código de Processo Penal, JULGO EXTINTO O FEITO, devendo-se proceder as baixas e anotações necessárias.
Em relação aos bens apreendidos nestes autos (ID 81510554), restitua-se de forma definitiva à Antônio Luiz Biavatti, desobrigando-o do encargo de fiel depositário.
Serve esta de mandado.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se.
Porto Velho quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

2ª VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7000328-13.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: M. P. D. E. D. R., C. D. P. D. -. D. D. F.
ADVOGADOS DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, POLÍCIA CIVIL - PORTO VELHO - CENTRAL DE POLÍCIA DIFLAG - DIVISÃO DE FLAGRANTES
Polo Passivo: F. L. T.
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante de FELIPE LIMA TAVARES, pela prática, em tese, do crime capitulado no ART. 24-A DA LEI N° 11.340/06

Assim, designo audiência de custódia, a ser realizada por videoconferência, no dia 05/01/2023, às 10h15min, por meio do link: http://meet.google.com/wss-ngte-qyi
Adote-se as providências para realização do ato.
Ciência ao Ministério Público e a Defesa.
5 de janeiro de 2023
Franklin Vieira dos Santos

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7000326-43.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, C. D. P. D. -. D. D. F.
ADVOGADOS DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, POLÍCIA CIVIL - PORTO VELHO - CENTRAL DE POLÍCIA DIFLAG - DIVISÃO DE FLAGRANTES
Polo Passivo: CRISTOPH BARZOTTO MOURA DA SILVA
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante de CRISTOPH BARZOTTO MOURA DA SILVA, pela prática, em tese, do crime capitulado no Art. 157, § 1°, do CPB.
Assim, designo audiência de custódia, a ser realizada por videoconferência, no dia 05/01/2023, às 10h00, por meio do link: meet.google.com/wss-ngte-qyi
Adote-se as providências para realização do ato.
Ciência ao Ministério Público e a Defesa.
5 de janeiro de 2023
Franklin Vieira dos Santos

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7000334-20.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, C. D. P. D. -. D. D. F.
ADVOGADOS DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, POLÍCIA CIVIL - PORTO VELHO - CENTRAL DE POLÍCIA DIFLAG - DIVISÃO DE FLAGRANTES
Polo Passivo: PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS SOUZA, ELBER MARISCAL DA COSTA, THAYNAN DONAVAN FARIAS ARRUDA
ADVOGADOS DOS FLAGRANTEADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante de THAYNAN DONAVAN FARIAS ARRUDA, ELBER MARISCAL DA COSTA e PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS SOUZA, pela prática, em tese, do crime capitulado nos Art. 180, Caput, do CP; Art. 14, Caput, da Lei 10.826/03 e Art. 33, Caput, da Lei 11.343/06.
Assim, designo audiência de custódia, a ser realizada por videoconferência, no dia 06/01/2023, às 10h30min, por meio do link: meet.google.com/ind-dpoa-cwv
Adote-se as providências para realização do ato.
Ciência ao Ministério Público e a Defesa.
5 de janeiro de 2023
Franklin Vieira dos Santos

1ª VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
1° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo : 7000070-03.2023.8.22.0001
Classe : LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA (305)
AUTOR: JOEL MARQUES TRINDADE, Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO ADRIANO DE OLIVEIRA SILVA - RO9700
MPRO
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Rondônia,
Finalidade: INTIMAR as partes e advogados supracitadas da decisão de ID. 85578222.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2023.
CARLOS EMILIO SILVA FERREIRA
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente)

2ª VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
2° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Processo : 7000247-64.2023.8.22.0001
Classe : LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA (305)
REQUERENTE: ALEXANDRO EUFLAZINO DE ALMEIDA, Advogado do(a) REQUERENTE: RUBENS OLIVEIRA DA SILVA - RO11648
MPRO
REQUERIDO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA,
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supracitadas da decisão, id. 85578202.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
2° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Processo : 7000162-78.2023.8.22.0001
Classe : LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA (305)
REQUERENTE: NEOZIR TRISTAO OLIANI, Advogado do(a) REQUERENTE: SILVIO MACHADO - RO3355
MPRO
REQUERIDO: MINISTERIO PUBLICO,
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supracitadas da Decisão id. 85588681.

1ª VARA CRIMINAL

1ª Vara Criminal - Porto Velho
Fórum Geral Desembargador César Montenegro | Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho - RO| Central de Atendimento Criminal (69) 3309-7001 | Central de Atendimento ao Advogado: (69) 3309-7004 | E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br
Processo: 7089556-33.2022.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Assunto: Roubo Majorado, Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente
AUTORIDADES: Ministério Público do Estado de Rondônia, C. D. P. D. -. D. D. F.
Investigado(a/s): ELIMAR ALVES DAMASCENO, GABRIEL LOURAN AGUSTINHA DE OLIVEIRA, IALESON SILVA DO NASCIMENTO
Advogado(a/s): PAULO FRANCISCO DE MORAES MOTA OAB/RO 4902
RÉU PRESO
Vistos.
O auto de prisão em flagrante já foi homologado pelo Juiz de Garantias por ocasião da Audiência de Custódia.
A necessidade da manutenção da prisão cautelar foi examinada, ocasião em que o magistrado converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva.
À CPE: Certifique-se, nos autos, o cumprimento da ordem judicial de encaminhar cópias do APF, ata e mídia digital à 25ª promotoria através do e-mail curadoriadasegurancapublica@mpro.mp.br e à Corregedoria da Polícia Militar para fins de apuração, tendo em vista a alegação de maus tratos.
Cientifique-se o Ministério Público.
Após, os autos deverão ser encaminhados à pasta própria (“Aguardando Manifestação-MP”).
Porto Velho - RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023.
Áureo Virgílio Queiroz
Juiz de Direito

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO: 7000089-09.2023.8.22.0001
REQUERENTE: CLEIDER DIAS PIRES JUNIOR, CPF nº 00197482210, RUA MONET 135, APARTAMENTO 306 PEDRINHAS - 76801-442 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: STELA POLTRONIERI GUERRA, OAB nº RO11019
REQUERIDO: Oi Móvel S.A, - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: Procuradoria da OI S/A
DECISÃO
Trata-se ação declaratória de inexistência cumulada com indenização por danos morais e pedido de tutela de urgência para retificar o valor da cobrança da fatura de telefonia e internet em que a parte autora entende ser abusiva/ilegal, uma vez que alega exceder o débito devido. A parte autora apresentou as faturas anteriores que comprovam o valor anteriormente cobrado.

Com fulcro no art. 300 do CPC, presentes os pressupostos estabelecidos pelo referido dispositivo, em fase de cognição sumária vislumbra-se a probabilidade do direito e o valor excessivo pode causar prejuízos e constrangimentos à parte autora (perigo de dano).
A medida não trará danos irreparáveis à requerida, não havendo que se falar em irreversibilidade da medida imposta que ora se defere, de maneira que atende aos requisitos estabelecidos pela legislação processual (art. 300, §3°, CPC).
Assim, com fundamento no artigo 300 do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA e determino à requerida que, no prazo de 5 dias contados da intimação, suspenda a cobrança do valor remanescente do contrato apresentado nestes autos, retornando a cobrança no valor de R$ 229,65, sob pena de multa diária de R$ 500,00 até o limite de R$ 5.000,00, sem prejuízo de revisão do valor e outras medidas que assegurem o resultado prático equivalente.
Cumpra-se, Cite(m)-se e intime(m)-se desta decisão e da audiência designada, conforme dados abaixo:
Audiência: Conciliação - Data: 27/03/2023 - Hora: 13h30, a ser realizada por videoconferência, em atendimento ao Ato Normativo n. 018/2020.
Advertências:
I – os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
IX – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
X – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XI – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XII – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI – nos processos que não sejam da competência dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas requeridas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado;
XVII – nos processos que não sejam da competência dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu na audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência realizada;
XVIII – Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XIX – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XX – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
Serve a presente decisão como comunicação/carta/mandado.

3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7000295-23.2023.8.22.0001
AUTOR: BENEDITO LOPES DA SILVA, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 7755, - DE 7459 AO FIM - LADO ÍMPAR ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: HELEN CRISTINE DO NASCIMENTO FERREIRA, OAB nº RO5751A
REQUERIDO: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de pedido de tutela de urgência que visa a manutenção do plano de saúde contratado, uma vez que a requerida teria mandado mensagem informando o fim do contrato, mesmo com todas as mensalidades liquidadas dentro do vencimento.
Pelos documentos juntados, percebe-se que a requerente está necessitando do plano de saúde e o cancelamento repentino causaria grandes prejuízos para si. A manutenção do plano de saúde contratado é medida cabível até que se tenha o contraditório e a solução da lide. Isso demonstra a probabilidade do direito vindicado.
Além disso, o cancelamento do plano de saúde poderá trazer dano de incerta reparação a requerente, que ficará sem cobertura médica em rede privada.
Por outro lado, caso ao final seja improcedente a pretensão do requerente, a medida será perfeitamente reversível, e os valores das mensalidades do período coberto por força judicial cobrado normalmente.
Isso posto, defiro o pedido de tutela antecipada para o fim de determinar que a requerida mantenha o plano de saúde da requerida, nos moldes da contratação inicial, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Cite-se/intimem-se as partes, consignando-se as advertências e recomendações de praxe (artigos 20 e 51, I, ambos da LF 9.099/95).
A ausência da parte autora em audiência implicará em extinção do feito e a da parte ré importará em revelia e presunção dos fatos alegados na petição inicial. As partes deverão comunicar a alteração de seus endereços (residencial, e-mail e telefone), entendendo-se como válida a intimação enviada para o endereço constante do feito, bem como já informar dados como e-mail e telefone caso necessidade da audiência ser realizada por videoconferência devido as prevenções adotadas de distanciamento social pela pandemia (COVID-19).
Serve cópia desta decisão como mandado/ofício/intimação.
Porto Velho, 05 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7000317-81.2023.8.22.0001
AUTOR: UANDERSON CANDIDO LUCAS DOS REIS, CPF nº 01113288299, RUA ALTEMAR DUTRA 3244, - ATÉ 3311/3312 JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-432 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ALICE SIRLEI MINOSSO, OAB nº RO1719A, DANIELI CRISTINE MARZAROTTO, OAB nº RO8178
REU: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO), , - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
DECISÃO Trata-se de tutela de urgência para compelir a parte requerida a não realizar a inscrição de seu nome em órgãos de proteção ao crédito, devido a dívidas em aberto de contrato não reconhecidos pela parte requerente.
Com fulcro no art. 300 do CPC, eis que presentes os pressupostos estabelecidos pelo referido dispositivo. Há probabilidade do direito, uma vez que, o autor demonstrou com documentos que buscou a requerida para resolução extrajudicial. A negativação poderá causar prejuízos e constrangimentos à parte autora (perigo de dano).
A medida não trará danos irreparáveis à requerida, não havendo que se falar em irreversibilidade da medida imposta que ora se defere, de maneira que atende aos requisitos estabelecidos pela legislação processual (art. 300, §3°, CPC). Ante o exposto, presente a verossimilhança das alegações, com fulcro no art. 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência (antecipada) reclamada pela parte demandante, e DETERMINO QUE A PARTE REQUERIDA ABSTENHA-SE DE INCLUIR O NOME DA PARTE AUTORA NOS ORGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, em relação as dívidas com o contrato de telefonia móvel indicados na inicial, sob pena de multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) em caso de inscrição posterior ao recebimento da intimação. Cite-se/intimem-se as partes, consignando-se as advertências e recomendações de praxe (artigos 20 e 51, I, ambos da LF 9.099/95).
A ausência da parte autora em audiência implicará em extinção do feito e a da parte ré importará em revelia e presunção dos fatos alegados na petição inicial. As partes deverão comunicar a alteração de seus endereços (residencial, e-mail e telefone), entendendo-se como válida a intimação enviada para o endereço constante do feito, bem como já informar dados como e-mail e telefone caso necessidade da audiência ser realizada por videoconferência devido as prevenções adotadas de distanciamento social pela pandemia (COVID-19).
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Serve a presente como comunicação/carta/mandado/ofício/carta precatória. Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7000272-77.2023.8.22.0001
REQUERENTE: NADSON DE ANDRADE MENDONCA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: STEFFANO GUSTAVO DE CARVALHO RODRIGUES, OAB nº RO12734, ANDREA AGUIAR DE LIMA, OAB nº RO7098, DIOGO MORAIS DA SILVA, OAB nº RO3830A, ANDERSON MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº RO4183A
REQUERIDO: HUGHES TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA.REQUERIDO: HUGHES TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05206385000404, ALAMEDA ARAGUAIA 2104, CJ 31, ANDAR 3 ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06455-000 - BARUERI - SÃO PAULO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de pedido liminar que visa compelir a parte requerida a realizar a retirada de inscrição restritiva junto a órgãos de proteção ao crédito, pois teria sido realizada de forma ilegal, nos termos da petição inicial. O autor junta aos autos consultas de balcão dos órgãos de proteção ao crédito.

Com fulcro no art. 300 do CPC, presentes os pressupostos estabelecidos pelo referido dispositivo, em fase de cognição sumária vislumbra-se a probabilidade do direito e a negativação poderá causar prejuízos e constrangimentos à parte autora (perigo de dano).
Havendo impugnação do débito, deve a restrição de crédito ser "baixada" até final julgamento da demanda, já que os cadastros informadores do crédito são de acesso público e facilitado, ofendendo a honorabilidade da pessoa (física ou jurídica).
A medida não trará danos irreparáveis à requerida, não havendo que se falar em irreversibilidade da medida imposta que ora se defere, de maneira que atende aos requisitos estabelecidos pela legislação processual (art. 300, §3°, CPC).
Ante o exposto, presente a verossimilhança das alegações, com fulcro no art. 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência reclamada pela parte demandante, para fins de DETERMINAR que A CPE OFICIE AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITOS para que RETIRE AS RESTRIÇÕES descritas na inicial (no valor de R$469,19, perante o SCPC e SERASA).
Cite-se/intimem-se as partes, consignando-se as advertências e recomendações de praxe (artigos 20 e 51, I, ambos da LF 9.099/95).
A ausência da parte autora em audiência implicará em extinção do feito e a da parte ré importará em revelia e presunção dos fatos alegados na petição inicial. As partes deverão comunicar a alteração de seus endereços (residencial, e-mail e telefone), entendendo-se como válida a intimação enviada para o endereço constante do feito, bem como já informar dados como e-mail e telefone caso necessidade da audiência ser realizada por videoconferência devido as prevenções adotadas de distanciamento social pela pandemia (COVID-19).
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO: 7000287-46.2023.8.22.0001
AUTOR: EUNICE EDITE DA CONCEICAO, LINHA C 35 KM 05, MONTE NEGRO/RO ZONA RURAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE MORAES SOBREIRA, OAB nº RO12247
REU: Banco Bradesco S.A, VILA YARA,, NÃO CONSTA CIDADE DE DEUS - 06093-008 - OSASCO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: BRADESCO
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38, da Lei 9099/95.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega ter sido surpreendida por inscrição junto a órgãos de proteção ao crédito sem que tenha recebido nenhuma notificação de empresas arquivistas, bem como inexiste qualquer relação jurídica com a parte requerida.
No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, em regra, a competência territorial é fixada pelo domicílio da parte requerida, com foro prevalente, ou pelo domicílio do autor ou do local do ato ou fato nas ações de reparação civil por danos, nos termos do artigo 4º, da Lei 9.099/95. Outrossim, tem-se que ação oriunda de relação de consumo pode ser proposta no domicílio do autor/consumidor, nos termos do art. 101, I, do CDC.
É cediço, no entanto, que as normas de ordem pública previstas no CDC têm por finalidade facilitar a defesa do consumidor, o que não significa que lhe é outorgada a possibilidade de escolha aleatória do foro de propositura da ação com o fito de furtar-se ao juízo estabelecido na lei processual, prejudicar a defesa do réu ou auferir vantagem com jurisprudência favorável de determinado Tribunal estadual.
Assim, dentre as possibilidades previstas em lei, deve o consumidor optar por aquela que lhe seja mais favorável, respeitando as regras legais de distribuição de competência e o princípio do juiz natural.
No contexto, impende destacar que no sistema dos Juizados Especiais a incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício, consoante o Enunciado 89 do FONAJE.
Inclusive, de acordo com o entendimento do STJ, em se tratando de relação de consumo, a regra de competência territorial é absoluta, podendo ser conhecida até mesmo de ofício. Veja-se:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - RELAÇÃO DE CONSUMO - RECONHECIMENTO DE INCOMPETÊNCIA EX OFFICIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DO CONSUMIDOR. 1. A competência territorial, em se tratando de relação consumerista, é absoluta. Se a autoria do feito pertence ao consumidor, cabe a ele ajuizar a demanda no local em que melhor possa deduzir sua defesa, escolhendo entre seu foro de domicílio, no de domicílio do réu, no do local de cumprimento da obrigação, ou no foro de eleição contratual, caso exista. Inadmissível, todavia, a escolha aleatória de foro sem justificativa plausível e pormenorizadamente demonstrada. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 391.555/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 20/04/2015)
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA CONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO CONSUMO - REEXAME DE PROVAS - SÚMULA 7/STJ - AÇÃO PROPOSTA PELO CONSUMIDOR NO FORO ONDE O RÉU POSSUI FILIAL - POSSIBILIDADE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DO BANCO. 1. Assentando a Corte a quo que o contrato entre as partes envolve relação de consumo, a revisão do julgado demandaria o revolvimento de matéria fática e a interpretação de cláusulas contratuais providência que encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 deste Tribunal Superior (AgRg no AREsp 476551/RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 02/04/2014). 2. Quando o consumidor figurar no polo passivo da demanda, esta Corte Superior adota o caráter absoluto à competência territorial, permitindo a declinação de ofício da competência, afastando o disposto no enunciado da Súmula 33/STJ. Mas quando integrar o polo ativo da demanda, faculta-se a ele a escolha do foro diverso de seu domicílio, tendo em vista que a norma protetiva prevista no CDC, estabelecida em seu benefício, não o obriga, sendo vedada a declinação de competência, de ofício, salvo quando não obedecer qualquer regra processual, prejudicando a defesa do réu ou obtendo vantagem com a jurisprudência favorável de determinado Tribunal estadual. Tribunal de origem que adotou entendimento em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a aplicação da Súmula 83/STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ. AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 589.832 - RS (2014/0249687-0). Rel.: Min. Marco Buzzi. Julgado em 19/05/2015)
No caso em apreço, a parte requerente, em sua qualificação, indica endereço de outra Comarca, bem como o endereço da requerida igualmente fora de Porto Velho. Desta forma, compulsados os autos, inexiste regra capaz de determinar a competência do juízo de Porto

Velho, devendo ser reconhecida a incompetência do foro escolhido pelo autor, posto que não foi comprovado o domicílio da parte nesta Comarca, que também não figura como o local do dano.
DISPOSITIVO
Assim, reconheço a incompetência territorial deste juízo, JULGANDO EXTINTO o feito, sem análise do mérito, nos termos do art. 51, III da Lei n. 9.099/95.
Sem custas e sem honorários advocatícios nos termos da Lei n. 9.099/95.
Caso a parte pretenda recorrer sob o benefício da justiça gratuita deverá apresentar provas documentais de sua hipossuficiência no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferimento da gratuidade da justiça.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação/intimação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível Processo n. 7000275-32.2023.8.22.0001
AUTOR: ADEMIR ALVES DE ASSIS, RUA BENEDITO INOCÊNCIO 8659, - DE 8542/8543 A 8924/8925 SOCIALISTA - 76829-274 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VALDISMAR MARIM AMANCIO, OAB nº RO5866A
REQUERIDO: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS, RUA CUAÇÁ 2560, SALA B COHAB - 76808-074 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de tutela de urgência, nos termos do art. 300 e seguintes do CPC, em que a parte requerente deseja que a parte requerida seja compelida a pagar os débitos em aberto de seu veículo, bem como efetuar a transferência conforme contrato de prestação de serviço de despachante firmado entre as partes.
Contudo, analisados os argumentos fáticos do pedido, verifico que não há nenhum perigo de dano irreparável ou de difícil reparação caso se aguarde o provimento final.
Não há nos autos qualquer comprovação documental da contratação dos serviços, sendo apenas alegações trazidas na inicial.
Por conseguinte, a melhor instrução da causa e a oitiva das partes, para fins de conciliação (objetivo primordial dos Juizados Especiais), são medidas que se impõem, devendo o feito prosseguir em sua regular marcha.
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
Cite-se e intimem-se as partes da presente decisão, bem como da audiência de conciliação já designada nos autos, a ser realizada por videoconferência, em atendimento ao Ato Normativo n. 018/2020.
INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS: I – os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos; III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação; IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência; VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir; VIII – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil); IX – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; X – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; XI – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; XII – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada; XVI – Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). XVII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; XVIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (pro-

curações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7000289-16.2023.8.22.0001
AUTOR: ALINEIA SANTANA SANTOS, RUA IBOTIRAMA 2958, - DE 2506/2507 AO FIM ULYSSES GUIMARÃES - 76813-870 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE MORAES SOBREIRA, OAB nº RO12247
REU: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO, RUA IGUATEMI 151, 19 ANDAR ITAIM BIBI - 01451-011 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO Trata-se de pedido de tutela de urgência que visa a retirada da inscrição restritiva junto a órgãos de proteção ao crédito que entende ser abusiva/ilegal.
Sabe-se da existência de diversos órgãos de proteção ao crédito, sendo que nem todos comunicam entre si os seus bancos de dados.
Assim, faz-se necessária a juntada das certidões de inscrição emitidas pelos principais órgãos, de forma a aferir a existência do perigo de dano, bem como do efetivo abalo ilegítimo do crédito ou da incidência da Súmula n. 385 do STJ, sendo esta providência cabível à parte autora.
Ressalte-se que este juízo adotou o entendimento de que a comprovação da negativação deve ser feita por documento oficial emitido diretamente pelo órgão de proteção ao crédito (consultas de balcão), conforme Enuciado 29 FOJUR, a qual transcrevo abaixo:
Enunciado 29 “Para análise do dano por negativação indevida é necessária a juntada de pesquisa realizada diretamente junto ao órgão de proteção ao crédito (SPC, SERASA, SCPC etc.).”
No caso dos autos, não houve a juntada de nenhuma das certidões de balcão exigidas. As certidões emitidas pela Internet não prestam para a comprovação exigida. Nos termos do Enunciado 29 do FOJUR há que ser emitidas as certidões de balcão.
Diante do não preenchimento do acima mencionado, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, ante a ausência dos pressupostos básicos para a apreciação do pedido, devendo ser discutido no mérito da causa o assunto aqui tratado.
Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 24 horas, junte comprovação de residência em nome próprio, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Aguarde-se audiência de conciliação já agendada nos autos.
Providencie o cartório o necessário para intimação/citação das partes.
Cite-se/intimem-se as partes, consignando-se as advertências e recomendações de praxe (artigos 20 e 51, I, ambos da LF 9.099/95). A ausência da parte autora em audiência implicará em extinção do feito e a da parte ré importará em revelia e presunção dos fatos alegados na petição inicial. As partes deverão comunicar a alteração de seus endereços (residencial, e-mail e telefone), entendendo-se como válida a intimação enviada para o endereço constante do feito, bem como já informar dados como e-mail e telefone caso necessidade da audiência ser realizada por videoconferência devido as prevenções adotadas de distanciamento social pela pandemia (COVID-19).
Serve cópia desta decisão como mandado/ofício/intimação. Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7000273-62.2023.8.22.0001
REQUERENTE: NIDOUGLAS MORAES DA SILVA, CPF nº 83752536268, RUA RAIMUNDO CANTUÁRIA 2833, - DE 2643/2644 A 2919/2920 ROQUE - 76804-434 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: BRUNA CELI LIMA PONTES, OAB nº RO6904A, ELIEL SOEIRO SOARES, OAB nº RO8442
REQUERIDO: CLARO S.A, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA CLARO S.A.
DECISÃO Trata-se de pedido liminar para compelir a parte requerida a não realizar a negativação nos órgãos de proteção ao crédito devido a dívidas da linha telefônica (69-99224-7333), ao argumento de que a linha telefônica foi habilitada indevidamente em endereço que desconhece o autor.
Pede ainda que seja reabilitado a linha telefônica do requerente de n. 69 9.9275-8458, que encontra-se, atualmente cortada por débitos do número 69 99224-7333.
Com fulcro no art. 300 do CPC, eis que presentes os pressupostos estabelecidos pelo referido dispositivo. Há probabilidade do direito, uma vez que, o autor demonstrou com documentos que comprovam o pagamento do contrato em relação a linha telefônica (69 9.9275-8458) , bem como as cobranças indevidas da linha 69 99224-7333, habilitada em endereço diverso do declarado pelo requerente.
A negativação poderá causar prejuízos e constrangimentos à parte autora (perigo de dano).
A medida não trará danos irreparáveis à requerida, não havendo que se falar em irreversibilidade da medida imposta que ora se defere, de maneira que atende aos requisitos estabelecidos pela legislação processual (art. 300, §3°, CPC). Ante o exposto, presente a verossimilhança das alegações, com fulcro no art. 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela provisória urgente satisfativa (antecipada) reclamada pela parte demandante, e DETERMINO QUE A PARTE REQUERIDA ABSTENHA-SE DE INCLUIR O NOME DA AUTORA NOS ORGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, em relação a débitos da linha telefônica de n. 69-99224-7333 e reabilite a linha telefônica de n. 69 9.9275-8458, objeto dos autos, sob pena de multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais). Cite-se/intimem-se as partes, consignando-se as advertências e recomendações de praxe (artigos 20 e 51, I, ambos da LF 9.099/95).

A ausência da parte autora em audiência implicará em extinção do feito e a da parte ré importará em revelia e presunção dos fatos alegados na petição inicial. As partes deverão comunicar a alteração de seus endereços (residencial, e-mail e telefone), entendendo-se como válida a intimação enviada para o endereço constante do feito, bem como já informar dados como e-mail e telefone caso necessidade da audiência ser realizada por videoconferência devido as prevenções adotadas de distanciamento social pela pandemia (COVID-19).
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Serve a presente como comunicação/carta/mandado/ofício/carta precatória. Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7017950-42.2022.8.22.0001
AUTORES: DEMIR PORTELA LIMA, SHEILA PEREIRA DE SOUSA
ADVOGADO DOS AUTORES: GABRIEL MARTINS MONTEIRO, OAB nº RO9839
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM, OAB nº RO2609, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Analisando os autos, percebe-se que não foi anexado comprovante de endereço em nome dos requerentes, não preenchendo o disposto no art. 319, I do CPC. O documento de endereço é essencial para se aferir a competência territorial deste juízo.
Assim, concedo prazo de 5 dias para juntada dos referidos comprovantes, sob pena de indeferimento da inicial nos moldes do art. 330, IV do CPC.
Serve cópia deste despacho como mandado/ofício/intimação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº.: 7072757-12.2022.8.22.0001
AUTOR: SERGIO MARCELO DE LIMA BARBATO
ADVOGADO DO AUTOR: ALCIR ALVES, OAB nº RO1630A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Nos termos da Lei Federal nº 14.129, de 29/03/2021 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14129.htm), que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e outras providências, o Conselho Nacional de Justiça, fazendo cumprir tais princípios editou a Resolução CNJ nº 385/2021 (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3843), que dispõe sobre a criação dos Núcleos de Justiça 4.0 e dá outras providências e autorizou os tribunais a instituir tais núcleos especializados em razão de uma mesma matéria e com competência sobre toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do tribunal.
O PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia sempre na vanguarda das inovações e atento ao volume de demandas repetitivas especialmente nos juizados especiais, por meio da Resolução nº 214/2021-TJRO (https://www.tjro.jus.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._214-2021-TJRO-_Cria%C3%A7%C3%A3o), criou quatro núcleos de justiça 4.0, especializado em razão de uma mesma matéria.
Dois núcleos já foram instalados e estão em funcionamento. Um dos núcleos destina-se à matéria exclusiva de demandas de concessionária de serviço público de energia elétrica, que no âmbito de Rondônia é a ENERGISA ou outra empresa concessionária de energia elétrica.
Obviamente que um núcleo especializado por matéria tende a resolver os conflitos com maior eficiência e celeridade. Outro benefício direto é que, ao retirar, especificamente, dos juizados especiais cíveis da capital, as demandas envolvendo a concessionária de energia elétrica, os demais processos tramitarão com maior fluidez, dado grande volume de feitos que aportam todos os dias nos juizados cíveis da capital.
Assim, a razão de existir do núcleo, caracterizada pela especialização, sem dúvida contribui para o melhor desempenho e impulso dos processos como um todo.
O Núcleo da concessionária de energia elétrica, como os demais núcleos, conta com três juízes designados mediante escolha decorrente de inscrição voluntária. Cada um dos juízes recebe processos mediante distribuição por sorteio, de forma equânime e aleatória.
Sem perder de vista o juízo natural, a Resolução do Tribunal de Justiça facultou às partes a opção pelo Núcleo 4.0, o que se dará no momento da distribuição.
No entanto, ao meu sentir, ainda falta maior divulgação da existência do referido núcleo perante os jurisdicionados.
A opção pelo núcleo mostra-se visível no momento da distribuição do processo, mas parece que o jurisdicionado ainda não compreendeu as vantagens de ter um juízo exclusivo para a matéria.
Além disso, a própria Norma prevê, como disposição transitória, que as unidades judiciárias onde já tramitam processo da concessionária de energia elétrica concitarão às partes a se manifestarem em cada processo no sentido da opção pelo núcleo.
Daí que, sem embargo do retorno do processo ao estado anterior e manutenção dos já em curso neste juizado, faculto às partes se manifestarem, no prazo sucessivo de 3 dias, iniciando-se pela parte autora, se têm interesse na redistribuição do processo para o Núcleo de Justiça 4.0, nos termos do art.2º, §4º, da Resolução nº 214/2021-TJRO.
Havendo aceitação por ambas as partes, redistribua-se logo em seguida o processo para o 2ª Núcleo de Justiça 4.0.
Caso haja oposição de uma ou ambas as partes, ou no silêncio delas, retorne o feito concluso.
Intimem-se pelo DJe.
Serve o presente despacho como intimação no DJE/carta/mandado.
Cumpra-se.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7058856-74.2022.8.22.0001
AUTOR: CRISTIANE PEREIRA DOS SANTOS, RUA VIRGENS 11799 ULYSSES GUIMARÃES - 76813-856 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CAMILA MARIANA FERNANDES DO VALLE TONIAL, OAB nº RO11771, WILSON VEDANA JUNIOR, OAB nº RO6665
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, 945 - 76812-100 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o medidor de energia elétrica de onde reside foi vistoriado por técnicos da requerida, no qual encontram supostas irregularidades, sendo posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Afirma que teve que no dia 22/12/2021 a Requerida efetuou o corte de energia da Requerente e quando questionada nada resolveu, se limitando apenas a dizer que se tratava de uma recuperação de consumo, recuperação sobre dívida esta que a requerente desconhece.
A requerente não concorda com o valor da fatura, e reclama do procedimento adotado pela requerida, ao passo que esta assegura o cumprimento de todos os procedimentos legais para a recuperação de consumo, e defende o valor apurado.
Analisando a referida resolução, percebo que o procedimento utilizado pela requerida não foi correto.
O art. 129 da Resolução 414/2010 da ANEEL diz que havendo indício de irregularidade no medidor de energia, a distribuidora deve adotar um procedimento administrativo específico.
Quando da realização da vistoria, que independe de notificação prévia, deve ser elaborado o Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), em formulário próprio, elaborado de acordo com o Anexo V da própria Resolução (art. 129, §1º, I). Este documento deve ser assinado pelo consumidor, ou pela pessoa que acompanhar a vistoria (art. 129, §2º). Em caso de negativa do consumidor em assinar o TOI, cópia deste deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento (art. 129, §3º).
A pedido do consumidor, ou pelo critério da concessionária, o medidor pode ser submetido à perícia técnica (art. 129, §1º, II).
O art. 130, e incisos, regulamentam os critérios legais que podem ser utilizados pela concessionária de energia elétrica para elaborar os cálculos da recuperação de consumo.
A ANEEL tem competência legal para regulamentar a matéria, cabendo ao Judiciário, nos casos em que não houver outra disposição legal superior que contrarie a resolução, exercer o controle de legalidade e obediência a esta norma, sob pena de não ser mantida a segurança jurídica nos negócios.
Não cabe ao Judiciário, ignorando o procedimento legal pertinente, dizer qual critério é melhor, ressalvado os casos em que não há regulamentação válida, oriunda quer do Poder Legislativo ordinário quer do Executivo por meio de agências reguladoras.
No caso dos autos, o procedimento acima mencionado não foi seguido fielmente, não cumprindo o determinado na Resolução 414/2010 da ANEEL.
Embora tenha sido encontrada irregularidades no medidor, o ato fiscalizatório da requerida está manchado por vícios que anulam todo o procedimento. A Resolução 414/2010 da ANEEL existe para estabelecer regras claras que visam a higidez e transparência do procedimento de recuperação de receita. A inobservância do regramento ocasiona a nulidade de todo o procedimento.
O procedimento fiscalizatório é devido e regulado pela Resolução 414/2010 da ANEEL, e neste caso não foram seguidas todas as etapas reguladas naquele ato administrativo regulatório. Assim, a fatura de recuperação de consumo deve ser declarada inexigível.
O dano moral, no caso, está ínsito na própria ofensa. Decorre da gravidade da conduta que deu causa a suspensão no fornecimento de energia elétrica na residência da parte requerente.
Se a ofensa é de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa. Deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum.
Na mensuração do quantum indenizatório, observo ao critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na valoração da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente.
Essa é a decisão que mais se ajusta ao conjunto probatório carreado nos autos.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, firme nas discussões acima, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para fins de:
DECLARAR INEXIGÍVEL a fatura de recuperação de consumo no valor de R$ 897,42 (oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos), devendo a requerida promover a baixa em seus sistemas no prazo de 10 dias, sob pena de aplicação de multa a ser arbitrada em caso de descumprimento.
CONDENAR a requerida a pagar à parte requerida a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente (tabela oficial do TJRO), e com juros legais (1% a.m), a partir da publicação desta sentença.
Torno definitivos os efeitos da tutela de urgência concedida inicialmente.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte requerida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.

Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7071847-82.2022.8.22.0001
AUTOR: SANDRO LUCIO FREITAS DA SILVA, RUA CLARA NUNES 6416, - ATÉ 99997/99998 PLANALTO - 76825-504 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCOS MAURICIO NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO10230, MARIANA IARA SILVA, OAB nº RO10241
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AV. 7 DE SETEMBRO 234 CENTRO - 76801-235 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o fornecimento de energia elétrica de sua residência foi suspenso em razão de supostos débitos em aberto.
Afirma que solicitou a troca da titularidade da unidade consumidora e ligação do fornecimento de energia no mês de maio de 2022, onde foi instalado um novo medidor , todavia, na data de 28/09/2022, o Autor teve o fornecimento de energia suspenso sob os argumentos que teriam faturas em aberto dos meses de maio/ 2022 - R$ 16.712,92 ; agosto/2020 - R$ 109,70; abril/2019 - R$ 530,40 e dezembro/2018 - R$ 2.853,19, todos os débitos do antigo inquilino.
A requerida, em contestação, sustentou a legalidade no corte e disse que já havia realizado o aviso de corte em razão dos débitos, bem como o contrato juntado nos autos tem como vigência de setembro de 2022 a setembro de 2023, apresentado na solicitação da transferência de titularidade após a suspensão. Em suma, pediu pela improcedência da ação.
Sobre o corte, não se verifica abusividade da requerida, tendo em vista que haviam contas em aberto, bem como o contrato juntado pelo autor e a solicitação de transferência de titularidade da unidade consumidora foi em 28/09/2022, conforme protocolo juntado pelo próprio autor no id 82428574.
O pagamento foi feito após o vencimento das faturas em questão. Após a data constante no aviso de corte, o consumidor está em risco de sofrer a suspensão do serviço de forma devida.
Sobre a notificação em fatura, compartilho interessante julgado:
RESPONSABILIDADE CIVIL. CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INADIMPLÊNCIA PELA CONSUMIDORA. COMUNICAÇÃO DE SUSPENSÃO DO SERVIÇO EM FATURA MENSAL DE CONSUMO. LEGALIDADE. A concessionária poderá suspender o fornecimento, após prévia comunicação formal ao consumidor, quando demonstrado o inadimplemento do pagamento das faturas. Para a notificação de suspensão do fornecimento à unidade consumidora basta que conste aviso em fatura mensal de consumo prévio ao ato realizado. (TJ-RS - AC: 70046516985 RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Data de Julgamento: 05/03/2012, Décima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 19/03/2012)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORNECIMENTO DE ÁGUA INTERRUPÇÃO POR FALTA DE PAGAMENTO LEGALIDADE AÇÕES CAUTELAR E DE INDENIZAÇÃO IMPROCEDÊNCIA - SENTENÇA MANTIDA. Lícita a suspensão do fornecimento, seja de água, seja de energia elétrica, quando, após aviso prévio, o usuário permanecer inadimplente com as respectivas faturas de cobrança. (TJ-SP - APL: 9240963402005826 SP 9240963-40.2005.8.26.0000, Relator: Mendes Gomes, Data de Julgamento: 08/08/2011, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2011).
Analisando detidamente os autos, verifica-se que o pedido inicial é confuso e não apresenta com clareza em relação a data da solicitação da troca da titularidade.
O pagamento da dívida foi realizado após vencimento das fatura. Sabe-se ao solicitar a transferência de titularidade da UC, o autor estava ciente dos débitos. Assim, a requerida agiu dentro do exercício regular de seu direito como credora.
Essa é a decisão, frente ao conjunto probatório produzido, que mais justa se revela para o caso tutelado.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte DECLARO EXTINTO O PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Sem custas e honorários na forma da Lei 9.099/95.
Intimem-se as partes desta sentença. Com o trânsito em julgado deverá o cartório providenciar o regular arquivamento dos autos.
Publicado e registrado eletronicamente.
Serve como mandado/intimação/comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7052260-74.2022.8.22.0001
REQUERENTE: LUZIA MENDES
ADVOGADO DO REQUERENTE: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO, OAB nº PE42379, LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM, OAB nº RO2609, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Analisando os autos, percebe-se que não foi anexado comprovante de endereço em nome da parte requerente, não preenchendo o disposto no art. 319, I do CPC. O documento de endereço é essencial para se aferir a competência territorial deste juízo.
Assim, concedo prazo de 5 dias para juntada do referido comprovante em nome da parte requerente, sob pena de indeferimento da inicial nos moldes do art. 330, IV do CPC.
Serve cópia deste despacho como mandado/ofício/intimação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7071916-17.2022.8.22.0001
REQUERENTE: CRICIA MARINA DIAS DO PRADO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CLEBER DOS SANTOS, OAB nº RO3210, SILVIO RODRIGUES BATISTA, OAB nº RO5028A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o fornecimento de energia elétrica de sua residência foi suspenso em razão de supostos débitos em aberto, o qual desconhece.
A empresa requerida não refutou tal alegação em sua contestação e nem apresentou fatura em aberto.
O processo pode ser perfeitamente resolvido com a análise do ônus da prova, nos termos do art. 373 do CPC.
A parte requerente demonstrou histórico de pagamento de fatura (id 82444849), antes da vinda dos técnicos da requerida.
A empresa requerida não refutou, nem mesmo em linhas gerais, quanto mais comprovadamente, as alegações da requerente, vale dizer a requerida não demonstrou que quando do corte a residência estava vazia, sem moradores que pudessem avisar aos técnicos acerca do pagamento.
Com relação ao dano moral entendo que reside basicamente nos transtornos sofrido pela requerente em ter o serviço de fornecimento de energia elétrica suspenso injustamente.
A hipótese é de “danum in re ipsa”, presumindo-se comprovados os danos morais com a simples comprovação dos fatos que emergem ofensivos por si só.
O dano moral, no caso, está ínsito na própria ofensa. Decorre da gravidade da conduta que deu causa à suspensão indevida no fornecimento de energia elétrica à parte requerente. Se a ofensa é de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa. Deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum.
Na mensuração do quantum indenizatório, observo ao critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na valoração da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente.
Essa é a decisão, frente ao conjunto probatório produzido, que mais justa se revela para o caso tutelado.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para CONDENAR a empresa requerida a pagar à parte requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), à título dos reconhecidos danos morais causados à requerente, acrescido de correção monetária (tabela oficial do TJRO) e juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir do registro desta condenação no sistema PJe.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte requerida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.

Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7018470-02.2022.8.22.0001
AUTOR: ANTONIO COSME DE SOUSA MAGALHAES, RUA ALECRIM 5564 COHAB - 76807-534 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA ORISLENE MOTA DE SOUSA, OAB nº RO3292
REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM, OAB nº RO2609, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes de conduta negligente da requerida em não prestar serviço de transporte aéreo adequado, eficaz e pontual como contrato e prometido. Alegou a parte requerente que seu voo sofreu alteração em uma das escalas do retorno de Fortaleza/CE, cuja previsão inicial era de escala de 2 horas, permanecendo por 16 horas, chegando ao seu destino final somente após 14 horas do inicialmente contratado.
A requerida, em contestação, alegou que o atraso se deu por readequação da malha aérea, mas que comunicou a alteração com a antecedência necessária, obedecendo ao que preceitua a Resolução 400/2016 da ANAC. Pugnou, em suma, pela improcedência da ação.
Em que pese a informação constante em contestação, tenho que o passageiro só descobriu o cancelamento já na sua conexão, não obedecendo o que diz o art. 12 da Resolução 400/2016 da ANAC, uma vez que deveria ter sido comunicado a alteração com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência.
Ademais, em que pese a reacomodação e a prestação de assistência material, o novo itinerário fora prejudicial ao passageiro, sendo aceito por falta de opção de outros voos junto a companhia requerida. Destarte que o voo inicial chegaria no mesmo dia do embarque, porém com o novo voo, o requerente pernoitou na conexão, chegando somente 14 horas após o contratado.
Ultimada a instrução processual, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
Analisando todo o conjunto probatório encartado nos autos, verifico que realmente a parte requerente adquiriu passagem aérea da empresa demandada no trecho informado na inicial, ocorrendo o atraso. Poderia a parte requerida ter realocado a parte requerente em voo de empresa terceira, porém não o fez.
A empresa aérea, a julgar pela prova colhida e a exemplo do que ocorrera em outras tantas demandas ofertadas e julgadas, fora negligente, deixando de cumprir com o compromisso assumido de prestar serviço da forma regular, satisfatória e pontual, pelo que deve sucumbir, não tendo diligenciado na prova de causa impeditiva ou extintiva do direito alegado e comprovado pela parte requerente (art. 373, II, NCPC).
Conta a demandada com o risco operacional e administrativo, devendo melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações.
Razão assiste a parte demandante, não havendo qualquer possibilidade de isenção de responsabilidade, pois adquiriu, agendou e confirmou a reserva de passagem aérea, não sendo cumprido o contratado por culpa exclusiva da contratada, sendo condenável e indenizável referida conduta, só sabendo a exata proporção e desequilíbrio emocional e psicológico provocado quem sofre e vive o episódio.
A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia aprazado, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.
Frise-se que, a transportadora demandada é fornecedora de produtos e prestadora de serviços, de modo que conta com o risco operacional e administrativo.
O abalo moral, como visto, é incontroverso e a fixação já levará em consideração a quebra contratual (atraso do voo) e os reflexos causados no íntimo psíquico da requerente.
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
Considerando todo o noticiado nos autos, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), como forma de disciplinar a requerida e dar satisfação pecuniária a parte requerente, já levando em consideração a atenuante de que foi prestado suporte ao passageiro.
Aplica-se ao caso concreto os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, nunca sendo demais frisar que a fixação da indenização é tarefa árdua, uma vez que, a um só tempo, enfrentamos duas grandezas absolutamente distintas: uma imaterial (dor e constrangimento sofridos) e outra material (o dinheiro).
Compatibilizar a dor sofrida com a compensação financeira reclamada que, de alguma forma, represente não um pagamento, mas sim um lenitivo, é muito difícil. Já em relação ao desvio produtivo, não restou comprovado documentalmente qualquer prejuízo tido pela parte requerente.
Dispositivo
Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para fins de CONDENAR a ré no pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), à título dos reconhecidos danos morais causados a requerente, acrescido de correção monetária e juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça).

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte requerida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7051831-10.2022.8.22.0001
AUTOR: ALEXANDRO DE SOUSA FERREIRA, RUA ORÓS 11215 MARCOS FREIRE - 76814-044 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIEGO UMBELINO DOS SANTOS, OAB nº RO10238
REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO, OAB nº PE42379, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM, OAB nº RO2609, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes de conduta negligente da requerida em não prestar serviço de transporte aéreo adequado, eficaz e pontual como contrato e prometido. Alegou a parte requerente que seu voo de ida fora cancelado, chegando em seu destino depois de 13 (treze) horas do inicialmente contratado.
A requerida, em contestação, alegou que o atraso se deu por readequação da malha aérea, mas que comunicou com a antecedência necessária e que disponibilizou toda assistência material, obedecendo ao que preceitua a Resolução 400/2016 da ANAC. Pugnou, em suma, pela improcedência da ação.
Em que pese ter ocorrido uma alteração no voo da parte requerente, verifico que a requerida cumpriu o que preceitua o art. 12 da Resolução 400/2016 da ANAC, já que comunicou a parte requerente com mais de 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data do embarque.
Destarte que a comunicação se deu com mais de 05 (cinco) meses de antecedência, havendo tempo suficiente para reprogramação de sua viagem ou o pedido de reembolso.
A parte requerente não demonstrou o fato constitutivo de seu direito, ou seja, o ato ilícito em que funda a sua pretensão de indenização, não havendo que se falar em culpa ou dever de indenizar.
Os três requisitos configuradores da responsabilidade (ato ilícito, dano e nexo de causalidade), devem coexistir para autorizar a indenização por abalo moral.
Não basta alegar um dano (sequer provado) sem que preexista uma conduta ilícita e o nexo de causalidade.
E como é cediço, a demonstração do fato básico para o acolhimento da pretensão é ônus da autora, segundo o entendimento do art. 373, I, do CPC, partindo daí a análise dos pressupostos da ocorrência dos danos morais, recaindo sobre o réu o ônus da prova negativa do fato, à inteligência do inciso II do indigitado artigo.
Portanto, no que tange ao pedido de indenização por danos morais, totalmente improcedentes, posto que a parte requerente não comprova que a requerida agiu ilicitamente, bem como não há prova de qualquer abalo à sua honra objetiva/subjetiva.
Dispositivo
Diante do exposto, julgo, por sentença com resolução do mérito, IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, com fundamento no art. 487, I, do NCPC, declaro extinto o processo com a resolução do mérito.
Sem custas e sem honorários por se trata de decisão em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Publicado e registrado eletronicamente.
Cumpra-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7049286-64.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: PAULO HENRIQUE DE SOUZA CARVALHO MENDES
ADVOGADO DO AUTOR: IRINALDO PENA FERREIRA, OAB nº RO9065
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Alega que a cobrança no valor de R$ 451,51 (quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos), decorrente de procedimento de recuperação de consumo de energia elétrica, fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais.
A requerida apresentou contestação, informando que foi constatada irregularidade na UC de titularidade do autor, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Informa que foi assegurado o exercício do contraditório e ampla defesa. Afirma, ademais, que os procedimentos obedeceram às regras da Resolução da ANEEL. Pretende a improcedência da demanda e a procedência do pedido contraposto.
PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.
Resta incontroversa a relação jurídica entre as partes, de modo que o ponto controvertido reside na legitimidade da recuperação de consumo no valor de R$451,51 (quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos), referente a recuperação de consumo do período de 04/2022 a 04/2022.
Com efeito, a concessionária emitiu o Termo de Ocorrência de Irregularidade em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).Em casos tais, o TJRO, em entendimento seguido pela Turma Recursal, definiu que nos casos de recuperação de consumo a concessionária deve apurar o débito considerando a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, “pois revela o consumo médio e efetivo de energia elétrica da unidade no padrão do novo medidor instalado” (AC n. 0010645-44.2013.8.22.0001 e RI n. 7000259-25.2016.8.22.0001).
Desta feita, tem-se que é ônus da concessionária comprovar a existência de irregularidade na medição que justifique a recuperação do consumo pretérito.
No entanto, verifica-se que diferença de faturamento foi calculada com base na média dos 3 (três) maiores faturamentos dos 12 (doze) meses anteriores ao início da irregularidade (documento de id. 79155163).
Assim, entendo que não há embasamento legal para a cobrança, tal como lançada pela ré, de forma que reconheço sua insubsistência.
Portanto, é procedente o pedido de declaração de inexistência/inexigibilidade do débito de R$ 451,51 (quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos), referente a recuperação de consumo do período de 04/2022 a 04/2022.
Fica ressalvada, no entanto, a possibilidade de nova recuperação e cobrança, se atendidos os parâmetros acima mencionados e os termos da Resolução 1000/2021 da ANEEL, que deverá ser apurado através de processo administrativo.
Quanto aos danos morais, a simples cobrança indevida de valores, por si só, não gera danos morais, cabendo ao autor demonstrar a ocorrência efetivamente, as repercussões e danos que entende, o que não ocorreu no caso, de modo que o pedido de indenização por danos morais merece a improcedência.
Por fim, em relação ao pedido contraposto, verifico que a requerida é sociedade anônima, cujo capital social demonstra ser empresa de grande porte e não pequena empresa ou microempresa, daí porque carece de legitimidade para deduzir pedido perante os juizados.
Dessa forma, o pedido contraposto não merece ser sequer conhecido diante da ilegitimidade passiva ad causam para a ré formular pedido contraposto, até porque a requerida não se encontra dentre as exceções legais para ingressar com ação judicial nos juizados.
Esta é a decisão mais justa e equânime aplicável ao caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
Ante o exposto, confirmo a tutela concedida nos autos e JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado pela autora em desfavor da requerida para DECLARAR a inexigibilidade do débito apontado na inicial, no valor de R$ 451,51 (quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos), referente a recuperação de consumo do período de 04/2022 a 04/2022.
Dessa forma, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o pálio da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de indeferimento da gratuidade.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº.: 7029226-70.2022.8.22.0001
REQUERENTE: WANDER BATISTA BONFIM SEGUNDO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VALENTINA DA SILVA MIRANDA, OAB nº RO9119, CARINA SILVA CAMPOS RIBEIRO, OAB nº RO7356
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Nos termos da Lei Federal nº 14.129, de 29/03/2021 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14129.htm), que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e outras providências, o Conselho Nacional de Justiça, fazendo cumprir tais princípios editou a Resolução CNJ nº 385/2021 (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3843), que dispõe sobre a criação dos Núcleos de Justiça 4.0 e dá outras providências e autorizou os tribunais a instituir tais núcleos especializados em razão de uma mesma matéria e com competência sobre toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do tribunal.
O PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia sempre na vanguarda das inovações e atento ao volume de demandas repetitivas especialmente nos juizados especiais, por meio da Resolução nº 214/2021-TJRO (https://www.tjro.jus.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._214-2021-TJRO-_Cria%C3%A7%C3%A3o), criou quatro núcleos de justiça 4.0, especializado em razão de uma mesma matéria.
Dois núcleos já foram instalados e estão em funcionamento. Um dos núcleos destina-se à matéria exclusiva de demandas de concessionária de serviço público de energia elétrica, que no âmbito de Rondônia é a ENERGISA ou outra empresa concessionária de energia elétrica.
Obviamente que um núcleo especializado por matéria tende a resolver os conflitos com maior eficiência e celeridade. Outro benefício direto é que, ao retirar, especificamente, dos juizados especiais cíveis da capital, as demandas envolvendo a concessionária de energia elétrica, os demais processos tramitarão com maior fluidez, dado grande volume de feitos que aportam todos os dias nos juizados cíveis da capital.
Assim, a razão de existir do núcleo, caracterizada pela especialização, sem dúvida contribui para o melhor desempenho e impulso dos processos como um todo.
O Núcleo da concessionária de energia elétrica, como os demais núcleos, conta com três juízes designados mediante escolha decorrente de inscrição voluntária. Cada um dos juízes recebe processos mediante distribuição por sorteio, de forma equânime e aleatória.
Sem perder de vista o juízo natural, a Resolução do Tribunal de Justiça facultou às partes a opção pelo Núcleo 4.0, o que se dará no momento da distribuição.
No entanto, ao meu sentir, ainda falta maior divulgação da existência do referido núcleo perante os jurisdicionados.
A opção pelo núcleo mostra-se visível no momento da distribuição do processo, mas parece que o jurisdicionado ainda não compreendeu as vantagens de ter um juízo exclusivo para a matéria.
Além disso, a própria Norma prevê, como disposição transitória, que as unidades judiciárias onde já tramitam processo da concessionária de energia elétrica concitarão às partes a se manifestarem em cada processo no sentido da opção pelo núcleo.
Daí que, sem embargo do retorno do processo ao estado anterior e manutenção dos já em curso neste juizado, faculto às partes se manifestarem, no prazo sucessivo de 3 dias, iniciando-se pela parte autora, se têm interesse na redistribuição do processo para o Núcleo de Justiça 4.0, nos termos do art.2º, §4º, da Resolução nº 214/2021-TJRO.
Havendo aceitação por ambas as partes, redistribua-se logo em seguida o processo para o 2ª Núcleo de Justiça 4.0.
Caso haja oposição de uma ou ambas as partes, ou no silêncio delas, retorne o feito concluso.
Intimem-se pelo DJe.
Serve o presente despacho como intimação no DJE/carta/mandado.
Cumpra-se.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7027187-03.2022.8.22.0001
AUTOR: GILBERTO ANTONIO ANDRETTA VIGIATO, RUA DOUTOR AGENOR DE CARVALHO 1745, - DE 1180 A 1756 - LADO PAR AGENOR DE CARVALHO - 76820-320 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LIDUINA MENDES VIEIRA, OAB nº RO4298A, RAIMUNDO FACANHA FERREIRA, OAB nº RO1806
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o medidor de energia elétrica de onde reside foi vistoriado por técnicos da requerida, no qual encontram supostas irregularidades, sendo posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A requerente não concorda com o valor da fatura, e reclama do procedimento adotado pela requerida, ao passo que esta assegura o cumprimento de todos os procedimentos legais para a recuperação de consumo, e defende o valor apurado.
Analisando a referida resolução, percebo que o procedimento utilizado pela requerida não foi correto.
O art. 129 da Resolução 414/2010 da ANEEL diz que havendo indício de irregularidade no medidor de energia, a distribuidora deve adotar um procedimento administrativo específico.
Quando da realização da vistoria, que independe de notificação prévia, deve ser elaborado o Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), em formulário próprio, elaborado de acordo com o Anexo V da própria Resolução (art. 129, §1º, I). Este documento deve ser assinado pelo consumidor, ou pela pessoa que acompanhar a vistoria (art. 129, §2º). Em caso de negativa do consumidor em assinar o TOI, cópia deste deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento (art. 129, §3º).
A pedido do consumidor, ou pelo critério da concessionária, o medidor pode ser submetido à perícia técnica (art. 129, §1º, II).
O art. 130, e incisos, regulamentam os critérios legais que podem ser utilizados pela concessionária de energia elétrica para elaborar os cálculos da recuperação de consumo.
A ANEEL tem competência legal para regulamentar a matéria, cabendo ao Judiciário, nos casos em que não houver outra disposição legal superior que contrarie a resolução, exercer o controle de legalidade e obediência a esta norma, sob pena de não ser mantida a segurança jurídica nos negócios.
Não cabe ao Judiciário, ignorando o procedimento legal pertinente, dizer qual critério é melhor, ressalvado os casos em que não há regulamentação válida, oriunda quer do Poder Legislativo ordinário quer do Executivo por meio de agências reguladoras.
No caso dos autos, o procedimento acima mencionado não foi seguido fielmente, não cumprindo o determinado na Resolução 414/2010 da ANEEL.
Embora tenha sido encontrada irregularidades no medidor, o ato fiscalizatório da requerida está manchado por vícios que anulam todo o procedimento. A Resolução 414/2010 da ANEEL existe para estabelecer regras claras que visam a higidez e transparência do procedimento de recuperação de receita. A inobservância do regramento ocasiona a nulidade de todo o procedimento.
O procedimento fiscalizatório é devido e regulado pela Resolução 414/2010 da ANEEL, e neste caso não foram seguidas todas as etapas reguladas naquele ato administrativo regulatório. Assim, a fatura de recuperação de consumo deve ser declarada inexigível.
O dano moral, no caso, está ínsito na própria ofensa. Decorre da gravidade da conduta que deu causa a suspensão no fornecimento de energia elétrica na residência da parte requerente.
Se a ofensa é de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa. Deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum.
Na mensuração do quantum indenizatório, observo ao critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na valoração da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente.
Essa é a decisão que mais se ajusta ao conjunto probatório carreado nos autos.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, firme nas discussões acima, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para fins de:
DECLARAR INEXIGÍVEL a fatura de recuperação de consumo no valor de R$ 4.355,46, com vencimento original em 24/02/2022, devendo a requerida promover a baixa em seus sistemas no prazo de 10 dias, sob pena de aplicação de multa a ser arbitrada em caso de descumprimento.
CONDENAR a requerida a pagar à parte requerida a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente (tabela oficial do TJRO), e com juros legais (1% a.m), a partir da publicação desta sentença.
Torno definitivos os efeitos da tutela de urgência concedida inicialmente.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte requerida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7071256-23.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Polo Ativo: RAIANE ROCHA DE MORAIS
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO PAULO SILVINO AGUIAR, OAB nº SP336486
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Alega que a cobrança no valor de R$ 347,05, decorrente de procedimento de recuperação de consumo de energia elétrica, fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais.
A requerida apresentou contestação, informando que foi constatada irregularidade na UC de titularidade do autor, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Informa que foi assegurado o exercício do contraditório e ampla defesa. Afirma, ademais, que os procedimentos obedeceram às regras da Resolução da ANEEL. Pretende a improcedência da demanda e a procedência do pedido contraposto.
PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.
Resta incontroversa a relação jurídica entre as partes, de modo que o ponto controvertido reside na legitimidade da recuperação de consumo no valor de R$ 347,05, referente a recuperação de consumo do período de 10/2021 a 11/2021.
Com efeito, a concessionária emitiu o Termo de Ocorrência de Irregularidade em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).
Em casos tais, o TJRO, em entendimento seguido pela Turma Recursal, definiu que nos casos de recuperação de consumo a concessionária deve apurar o débito considerando a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, “pois revela o consumo médio e efetivo de energia elétrica da unidade no padrão do novo medidor instalado” (AC n. 0010645-44.2013.8.22.0001 e RI n. 7000259-25.2016.8.22.0001).
Desta feita, tem-se que é ônus da concessionária comprovar a existência de irregularidade na medição que justifique a recuperação do consumo pretérito.
No entanto, verifica-se que diferença de faturamento foi calculada com base na média dos 3 (três) maiores faturamentos dos 12 (doze) meses anteriores ao início da irregularidade (documento de id. 84502454).
Assim, entendo que não há embasamento legal para a cobrança, tal como lançada pela ré, de forma que reconheço sua insubsistência.
Portanto, é procedente o pedido de declaração de inexistência/inexigibilidade do débito de R$ 347,05, referente a recuperação de consumo do período de 10/2021 a 11/2021.
Fica ressalvada, no entanto, a possibilidade de nova recuperação e cobrança, se atendidos os parâmetros acima mencionados e os termos da Resolução 1000/2021 da ANEEL, que deverá ser apurado através de processo administrativo.
Quanto aos danos morais, a simples cobrança indevida de valores, por si só, não gera danos morais, cabendo ao autor demonstrar a ocorrência efetivamente, as repercussões e danos que entende, o que não ocorreu no caso, de modo que o pedido de indenização por danos morais merece a improcedência.
Por fim, em relação ao pedido contraposto, verifico que a requerida é sociedade anônima, cujo capital social demonstra ser empresa de grande porte e não pequena empresa ou microempresa, daí porque carece de legitimidade para deduzir pedido perante os juizados.
Dessa forma, o pedido contraposto não merece ser sequer conhecido diante da ilegitimidade passiva ad causam para a ré formular pedido contraposto, até porque a requerida não se encontra dentre as exceções legais para ingressar com ação judicial nos juizados.
Esta é a decisão mais justa e equânime aplicável ao caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
Ante o exposto, confirmo a tutela concedida nos autos e JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado pela autora em desfavor da requerida para DECLARAR a inexigibilidade do débito apontado na inicial, no valor de R$ 347,05, referente a recuperação de consumo do período de 10/2021 a 11/2021.
Dessa forma, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o pálio da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de indeferimento da gratuidade.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7066697-23.2022.8.22.0001
AUTOR: ELIANE MAATOS RIBEIRO, RUA CARLOS REIS 9447, - DE 9396/9397 A 9747/9748 MARIANA - 76813-526 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROBERES CORREA GUIMARAES, OAB nº RO8639

REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, 945 - 76812-100 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
FATOS RELEVANTES: A parte autora objetiva a declaração de inexigibilidade de débitos e danos morais pela inscrição indevida, no cadastro de inadimplentes promovida pela empresa ré.
Na contestação, a requerida afirma que a legalidade da negativação em razão de que a autora era titular da UC 20/196955, mediante pedido de ligação nova, realizado em 16/04/2021.
ELEMENTOS DE CONVICÇÃO: O caso em apreço é mais um dentre tantos outros que aportam no
PODER JUDICIÁRIO rondoniense diariamente.
Em que pese a alegação de legalidade da cobrança, a empresa ré não trouxe aos autos provas do alegado.
Pelo princípio da boa-fé objetiva, tem a requerida o dever de informar ao consumidor, de forma transparente, como chegou ao pedido de ligação de UC, sem comprovação de qualquer documento, com a observância do contraditório, na forma preconizada tanto pelo Código de Defesa do Consumidor, como pela Resolução 414/2010 da ANEEL.
Importante mencionar que pelas regras do ônus da prova no direito consumeirista, cabe à requerida a produção das provas que indiquem a lisura no procedimento.
As faturas questionadas, portanto, devem ser consideradas inexigíveis pelo fato da requerida ter violado o dever de boa-fé objetiva ao não ser transparente no momento de elaboração de quanto cobrar ao consumidor.
A parte autora provou a restrição por meio de extrato juntado no Id 81493920.
A requerida, por sua vez, deixou de demonstrar a realização do contrato, trazendo aos autos as gravações telefônicas que o comprovam. Essa prova está ao alcance da requerida e poderia facilmente contrapor a pretensão autoral.
Com relação ao danos morais entendo que reside basicamente nos transtornos sofrido pela requerente em ter sido negativada pela dívida que não contraiu.
Cumpre registrar que a responsabilidade da requerida é objetiva, conforme artigo 14 do CDC. Assim, prescindível a demonstração de culpa, é suficiente apenas a existência de nexo de causalidade entre ato do autor e a violação ao direito da requerida cristalinos no caso em tela.
A hipótese é de danum in re ipsa, presumindo-se comprovados os danos morais com a simples comprovação dos fatos que emergem ofensivos por si só.
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
Desta forma, patente a existência de danos morais indenizáveis. No caso dos autos, a requerente teve seu nome negativado junto aos órgãos de proteção ao crédito também protestado.
Quanto à fixação do quantum indenizatório, resta consolidado, tanto na doutrina, como na jurisprudência pátria o entendimento de que a fixação do valor da indenização por dano moral deve ser feita com razoabilidade, levando-se em conta determinados critérios, como a situação econômica do autor, o porte econômico da ré, o grau de culpa, visando sempre à atenuação da ofensa, a atribuição do efeito sancionatório e a estimulação de maior zelo na condução das relações.
A quantificação do valor do dano moral, matéria que aliada à ocorrência de inúmeros julgados, não afasta a dificuldade para que se possa liquidar de forma satisfatória, porém já é consagrado o entendimento de que o valor dos danos morais não pode ser tão alto ao ponto de acarretar um requerido, e nem tampouco pode ser o valor da indenização tão ínfimo que não repare o prejuízo sofrido.
Sendo assim, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), de molde a disciplinar a requerida e dar satisfação pecuniária à requerente. Esta é a decisão que mais justa se revela para o caso concreto, nos termos do art. 6º da LF 9099/95.
Deixo de determinar a transferência de titularidade da unidade consumidora, já que o contrato de locação apresentado findou em 02.12.2016 (ID 43163863), além de não existir provas de que tenha solicitado o ato na empresa requerida.
DISPOSITIVO
Posto isso, firme nas ponderações acima, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para:
a) Declarar inexistente o débito apontado na inicial e negativado junto aos órgãos de proteção ao crédito;
b) CONDENAR a requerida a pagar à requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente e com juros legais desde a data de disponibilização dessa sentença no Pje.
Por conseguinte, declaro EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.
Intime-se as partes da sentença.
Com o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar, independente de nova intimação, o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 523 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE, e art. 52, III, da Lei nº 9.099/95.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Decorrido o prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme determina o art. 525 do CPC.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD) e se deseja ver protestado o devedor, quando não forem localizados bens (SERASAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.

Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Publicado e registrado eletronicamente.
Cumpra-se.
Serve como mandado/intimação/comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho,5 de janeiro de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº.: 7072277-34.2022.8.22.0001
REQUERENTE: EDICARLOS DA SILVA SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALESSANDRO XAVIER BONFIM, OAB nº MT29949O
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Nos termos da Lei Federal nº 14.129, de 29/03/2021 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14129.htm), que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e outras providências, o Conselho Nacional de Justiça, fazendo cumprir tais princípios editou a Resolução CNJ nº 385/2021 (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3843), que dispõe sobre a criação dos Núcleos de Justiça 4.0 e dá outras providências e autorizou os tribunais a instituir tais núcleos especializados em razão de uma mesma matéria e com competência sobre toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do tribunal.
O PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia sempre na vanguarda das inovações e atento ao volume de demandas repetitivas especialmente nos juizados especiais, por meio da Resolução nº 214/2021-TJRO (https://www.tjro.jus.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._214-2021-TJRO-_Cria%C3%A7%C3%A3o), criou quatro núcleos de justiça 4.0, especializado em razão de uma mesma matéria.
Dois núcleos já foram instalados e estão em funcionamento. Um dos núcleos destina-se à matéria exclusiva de demandas de concessionária de serviço público de energia elétrica, que no âmbito de Rondônia é a ENERGISA ou outra empresa concessionária de energia elétrica.
Obviamente que um núcleo especializado por matéria tende a resolver os conflitos com maior eficiência e celeridade. Outro benefício direto é que, ao retirar, especificamente, dos juizados especiais cíveis da capital, as demandas envolvendo a concessionária de energia elétrica, os demais processos tramitarão com maior fluidez, dado grande volume de feitos que aportam todos os dias nos juizados cíveis da capital.
Assim, a razão de existir do núcleo, caracterizada pela especialização, sem dúvida contribui para o melhor desempenho e impulso dos processos como um todo.
O Núcleo da concessionária de energia elétrica, como os demais núcleos, conta com três juízes designados mediante escolha decorrente de inscrição voluntária. Cada um dos juízes recebe processos mediante distribuição por sorteio, de forma equânime e aleatória.
Sem perder de vista o juízo natural, a Resolução do Tribunal de Justiça facultou às partes a opção pelo Núcleo 4.0, o que se dará no momento da distribuição.
No entanto, ao meu sentir, ainda falta maior divulgação da existência do referido núcleo perante os jurisdicionados.
A opção pelo núcleo mostra-se visível no momento da distribuição do processo, mas parece que o jurisdicionado ainda não compreendeu as vantagens de ter um juízo exclusivo para a matéria.
Além disso, a própria Norma prevê, como disposição transitória, que as unidades judiciárias onde já tramitam processo da concessionária de energia elétrica concitarão às partes a se manifestarem em cada processo no sentido da opção pelo núcleo.
Daí que, sem embargo do retorno do processo ao estado anterior e manutenção dos já em curso neste juizado, faculto às partes se manifestarem, no prazo sucessivo de 3 dias, iniciando-se pela parte autora, se têm interesse na redistribuição do processo para o Núcleo de Justiça 4.0, nos termos do art.2º, §4º, da Resolução nº 214/2021-TJRO.
Havendo aceitação por ambas as partes, redistribua-se logo em seguida o processo para o 2ª Núcleo de Justiça 4.0.
Caso haja oposição de uma ou ambas as partes, ou no silêncio delas, retorne o feito concluso.
Intimem-se pelo DJe.
Serve o presente despacho como intimação no DJE/carta/mandado.
Cumpra-se.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7008407-15.2022.8.22.0001
REQUERENTE: ANA CAROLINA CONTARATO SOARES, RUA BRASÍLIA 1750, - DE 1485/1486 A 1759/1760 SANTA BÁRBARA - 76804-206 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: TIAGO JOSE ROTUNO VIEIRA, OAB nº RO9787
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o fornecimento de energia elétrica de sua residência foi suspenso indevidamente, causando prejuízo e constrangimentos.
A empresa requerida alegou preliminar de falta de interesse de agir por inadequação da via eleita. No mérito, alega que há débitos em aberto na unidade consumidora e que havia fatura vencida e inadimplida, o que ocasionou a suspensão dos serviços de energia elétrica,

não havendo falha por parte desta concessionária. A fatura paga pela parte autora em 09/02/2022, trazidas aos autos refere -se a leitura realizada no mês de 12/2021, portanto ao consumo do mês de 12/2021.Narra que agiu dentro da legalidade, não havendo o que se falar em indenização por dano moral.

Sobre o corte, não se verifica abusividade da requerida. O consumidor teria recebido reaviso de corte em fatura entregue em janeiro de 2022, com alerta de que o fornecimento de energia elétrica poderia ser suspenso a partir de 27/01/2022, conforme id 80106503.

Sobre a notificação em fatura, compartilho interessante julgado:

RESPONSABILIDADE CIVIL. CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INADIMPLÊNCIA PELA CONSUMIDORA. COMUNICAÇÃO DE SUSPENSÃO DO SERVIÇO EM FATURA MENSAL DE CONSUMO. LEGALIDADE. A concessionária poderá suspender o fornecimento, após prévia comunicação formal ao consumidor, quando demonstrado o inadimplemento do pagamento das faturas. Para a notificação de suspensão do fornecimento à unidade consumidora basta que conste aviso em fatura mensal de consumo prévio ao ato realizado. (TJ-RS - AC: 70046516985 RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Data de Julgamento: 05/03/2012, Décima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 19/03/2012)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORNECIMENTO DE ÁGUA INTERRUPÇÃO POR FALTA DE PAGAMENTO LEGALIDADE AÇÕES CAUTELAR E DE INDENIZAÇÃO IMPROCEDÊNCIA - SENTENÇA MANTIDA. Lícita a suspensão do fornecimento, seja de água, seja de energia elétrica, quando, após aviso prévio, o usuário permanecer inadimplente com as respectivas faturas de cobrança. (TJ-SP - APL: 9240963402005826 SP 9240963-40.2005.8.26.0000, Relator: Mendes Gomes, Data de Julgamento: 08/08/2011, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2011)

O pagamento da dívida não foi realizado, com referência ao mês 12/2021, no valor de R$ 267,26 (duzentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos), culminando no corte devido na unidade consumidora 20/36327, em nome da autora. A requerida agiu dentro do exercício regular de seu direito como credora.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte DECLARO EXTINTO O PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Sem custas e honorários na forma da Lei 9.099/95.

Intimem-se as partes desta sentença. Com o trânsito em julgado deverá o cartório providenciar o regular arquivamento dos autos.

Publicado e registrado eletronicamente.

Serve como mandado/intimação/comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.

Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº.: 7032077-82.2022.8.22.0001
REQUERENTE: ANDERSON ABIDAO DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SERGIO DOS SANTOS NUNES, OAB nº RO9809
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO

Nos termos da Lei Federal nº 14.129, de 29/03/2021 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14129.htm), que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e outras providências, o Conselho Nacional de Justiça, fazendo cumprir tais princípios editou a Resolução CNJ nº 385/2021 (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3843), que dispõe sobre a criação dos Núcleos de Justiça 4.0 e dá outras providências e autorizou os tribunais a instituir tais núcleos especializados em razão de uma mesma matéria e com competência sobre toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do tribunal.

O PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia sempre na vanguarda das inovações e atento ao volume de demandas repetitivas especialmente nos juizados especiais, por meio da Resolução nº 214/2021-TJRO (https://www.tjro.jus.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._214-2021-TJRO-_Cria%C3%A7%C3%A3o), criou quatro núcleos de justiça 4.0, especializado em razão de uma mesma matéria.

Dois núcleos já foram instalados e estão em funcionamento. Um dos núcleos destina-se à matéria exclusiva de demandas de concessionária de serviço público de energia elétrica, que no âmbito de Rondônia é a ENERGISA ou outra empresa concessionária de energia elétrica.

Obviamente que um núcleo especializado por matéria tende a resolver os conflitos com maior eficiência e celeridade. Outro benefício direto é que, ao retirar, especificamente, dos juizados especiais cíveis da capital, as demandas envolvendo a concessionária de energia elétrica, os demais processos tramitarão com maior fluidez, dado grande volume de feitos que aportam todos os dias nos juizados cíveis da capital.

Assim, a razão de existir do núcleo, caracterizada pela especialização, sem dúvida contribui para o melhor desempenho e impulso dos processos como um todo.

O Núcleo da concessionária de energia elétrica, como os demais núcleos, conta com três juízes designados mediante escolha decorrente de inscrição voluntária. Cada um dos juízes recebe processos mediante distribuição por sorteio, de forma equânime e aleatória.

Sem perder de vista o juízo natural, a Resolução do Tribunal de Justiça facultou às partes a opção pelo Núcleo 4.0, o que se dará no momento da distribuição.

No entanto, ao meu sentir, ainda falta maior divulgação da existência do referido núcleo perante os jurisdicionados.

A opção pelo núcleo mostra-se visível no momento da distribuição do processo, mas parece que o jurisdicionado ainda não compreendeu as vantagens de ter um juízo exclusivo para a matéria.

Além disso, a própria Norma prevê, como disposição transitória, que as unidades judiciárias onde já tramitam processo da concessionária de energia elétrica concitarão às partes a se manifestarem em cada processo no sentido da opção pelo núcleo.

Daí que, sem embargo do retorno do processo ao estado anterior e manutenção dos já em curso neste juizado, faculto às partes se manifestarem, no prazo sucessivo de 3 dias, iniciando-se pela parte autora, se têm interesse na redistribuição do processo para o Núcleo de Justiça 4.0, nos termos do art.2º, §4º, da Resolução nº 214/2021-TJRO.

Havendo aceitação por ambas as partes, redistribua-se logo em seguida o processo para o 2ª Núcleo de Justiça 4.0.
Caso haja oposição de uma ou ambas as partes, ou no silêncio delas, retorne o feito concluso.
Intimem-se pelo DJe.
Serve o presente despacho como intimação no DJE/carta/mandado.
Cumpra-se.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7068476-13.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: JESUS FOGASSA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada, conforme cobrança no valor de R$ 962,75. Afirma que o valor fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito.
A requerida apresentou contestação, informando que verificou-se que na data de 20/07/2022, houve erro na informação da leitura de instalação do medidor D5074415788, conforme ordem de serviço Nº 89441048. Pretende a improcedência da demanda.
PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.
Resta incontroversa a relação jurídica entre as partes, de modo que o ponto controvertido reside na legitimidade da cobrança no valor de R$ 962,75, com vencimento 26/08/2022.
Com efeito, a concessionária emitiu o Termo de Ocorrência de Irregularidade em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).
Em casos tais, o TJRO, em entendimento seguido pela Turma Recursal, definiu que nos casos de recuperação de consumo a concessionária deve apurar o débito considerando a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, “pois revela o consumo médio e efetivo de energia elétrica da unidade no padrão do novo medidor instalado” (AC n. 0010645-44.2013.8.22.0001 e RI n. 7000259-25.2016.8.22.0001).
Desta feita, tem-se que é ônus da concessionária comprovar a existência de irregularidade na medição que justifique a cobrança.
No entanto, verifica-se que diferença de faturamento foi calculada com base na média dos 3 (três) maiores faturamentos dos 12 (doze) meses anteriores ao início da irregularidade.
Assim, entendo que não há embasamento legal para a cobrança, tal como lançada pela ré, de forma que reconheço sua insubsistência.
Portanto, é procedente o pedido de declaração de inexistência/inexigibilidade do débito de R$ 962,75 com vencimento em 26/08/2022.
Ante o exposto, confirmo a tutela concedida nos autos e JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado pela autora em desfavor da requerida para DECLARAR a inexigibilidade do débito apontado na inicial, no valor de R$ 962,75 com vencimento em 26/08/2022.
Dessa forma, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o pálio da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de indeferimento da gratuidade.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº.: 7072547-58.2022.8.22.0001
REQUERENTE: SANDRA HELENA SILVA ABEN ATHAR
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO PAULO SILVINO AGUIAR, OAB nº SP336486
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Nos termos da Lei Federal nº 14.129, de 29/03/2021 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14129.htm), que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e outras providências, o Conselho Nacional de Justiça, fazendo cumprir tais princípios editou a Resolução CNJ nº 385/2021 (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3843), que dispõe sobre a criação dos Núcleos de Justiça 4.0 e dá outras providências e autorizou os tribunais a instituir tais núcleos especializados em razão de uma mesma matéria e com competência sobre toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do tribunal.
O PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia sempre na vanguarda das inovações e atento ao volume de demandas repetitivas especialmente nos juizados especiais, por meio da Resolução nº 214/2021-TJRO (https://www.tjro.jus.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._214-2021-TJRO-_Cria%C3%A7%C3%A3o), criou quatro núcleos de justiça 4.0, especializado em razão de uma mesma matéria.
Dois núcleos já foram instalados e estão em funcionamento. Um dos núcleos destina-se à matéria exclusiva de demandas de concessionária de serviço público de energia elétrica, que no âmbito de Rondônia é a ENERGISA ou outra empresa concessionária de energia elétrica.
Obviamente que um núcleo especializado por matéria tende a resolver os conflitos com maior eficiência e celeridade. Outro benefício direto é que, ao retirar, especificamente, dos juizados especiais cíveis da capital, as demandas envolvendo a concessionária de energia elétrica, os demais processos tramitarão com maior fluidez, dado grande volume de feitos que aportam todos os dias nos juizados cíveis da capital.
Assim, a razão de existir do núcleo, caracterizada pela especialização, sem dúvida contribui para o melhor desempenho e impulso dos processos como um todo.
O Núcleo da concessionária de energia elétrica, como os demais núcleos, conta com três juízes designados mediante escolha decorrente de inscrição voluntária. Cada um dos juízes recebe processos mediante distribuição por sorteio, de forma equânime e aleatória.
Sem perder de vista o juízo natural, a Resolução do Tribunal de Justiça facultou às partes a opção pelo Núcleo 4.0, o que se dará no momento da distribuição.
No entanto, ao meu sentir, ainda falta maior divulgação da existência do referido núcleo perante os jurisdicionados.
A opção pelo núcleo mostra-se visível no momento da distribuição do processo, mas parece que o jurisdicionado ainda não compreendeu as vantagens de ter um juízo exclusivo para a matéria.
Além disso, a própria Norma prevê, como disposição transitória, que as unidades judiciárias onde já tramitam processo da concessionária de energia elétrica concitarão às partes a se manifestarem em cada processo no sentido da opção pelo núcleo.
Daí que, sem embargo do retorno do processo ao estado anterior e manutenção dos já em curso neste juizado, faculto às partes se manifestarem, no prazo sucessivo de 3 dias, iniciando-se pela parte autora, se têm interesse na redistribuição do processo para o Núcleo de Justiça 4.0, nos termos do art.2º, §4º, da Resolução nº 214/2021-TJRO.
Havendo aceitação por ambas as partes, redistribua-se logo em seguida o processo para o 2ª Núcleo de Justiça 4.0.
Caso haja oposição de uma ou ambas as partes, ou no silêncio delas, retorne o feito concluso.
Intimem-se pelo DJe.
Serve o presente despacho como intimação no DJE/carta/mandado.
Cumpra-se.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7000356-78.2023.8.22.0001
AUTOR: DOUGLAS RODRIGUES DE SOUZA, AVENIDA JATUARANA 4818, SALA 207 COHAB - 76808-086 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO BATISTA DE ANDRADE JUNIOR, OAB nº RO9654
REQUERIDO: BANCO SAFRA S A, AVENIDA PAULISTA 2100, - DE 2134 AO FIM - LADO PAR BELA VISTA - 01310-300 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO Trata-se de pedido de tutela de urgência que visa a retirada da inscrição restritiva junto a órgãos de proteção ao crédito que entende ser abusiva/ilegal.
Sabe-se da existência de diversos órgãos de proteção ao crédito, sendo que nem todos comunicam entre si os seus bancos de dados.
Assim, faz-se necessária a juntada das certidões de inscrição emitidas pelos principais órgãos, de forma a aferir a existência do perigo de dano, bem como do efetivo abalo ilegítimo do crédito ou da incidência da Súmula n. 385 do STJ, sendo esta providência cabível à parte autora.
Ressalte-se que este juízo adotou o entendimento de que a comprovação da negativação deve ser feita por documento oficial emitido diretamente pelo órgão de proteção ao crédito (consultas de balcão), conforme Enuciado 29 FOJUR, a qual transcrevo abaixo:
Enunciado 29 “Para análise do dano por negativação indevida é necessária a juntada de pesquisa realizada diretamente junto ao órgão de proteção ao crédito (SPC, SERASA, SCPC etc.).”
No caso dos autos, não houve a juntada de nenhuma certidão de balcão. As certidões emitidas pela Internet/aplicativos não prestam para a comprovação exigida. Nos termos do Enunciado 29 do FOJUR há que ser emitidas as certidões de balcão.
Diante do não preenchimento do acima mencionado, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, ante a ausência dos pressupostos básicos para a apreciação do pedido, devendo ser discutido no mérito da causa o assunto aqui tratado.
Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 24 horas, junte comprovante de residência em nome próprio, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Aguarde-se audiência de conciliação já agendada nos autos.
Providencie o cartório o necessário para intimação/citação das partes.
Cite-se/intimem-se as partes, consignando-se as advertências e recomendações de praxe (artigos 20 e 51, I, ambos da LF 9.099/95). A ausência da parte autora em audiência implicará em extinção do feito e a da parte ré importará em revelia e presunção dos fatos alegados na petição inicial. As partes deverão comunicar a alteração de seus endereços (residencial, e-mail e telefone), entendendo-se como

válida a intimação enviada para o endereço constante do feito, bem como já informar dados como e-mail e telefone caso necessidade da audiência ser realizada por videoconferência devido as prevenções adotadas de distanciamento social pela pandemia (COVID-19).
Serve cópia desta decisão como mandado/ofício/intimação. Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7026446-60.2022.8.22.0001
AUTOR: JABERSON DE MELO SOUZA, RUA CASTANHA 4705, AVENIDA DOS IMIGRANTES 2137 FLORESTA - 76801-972 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIEGO UMBELINO DOS SANTOS, OAB nº RO10238
REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA S/N, - DE 6320/6321 AO FIM AEROPORTO - 76803-250 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM, OAB nº RO2609, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da lei (Lei n. 9.099/1995, artigo 38).
Considerando a existência de 03 (três) passageiros na mesma reserva (KMVLTH) e considerando que houve a propositura de 06 (seis) ações distintas (uma para ida outra para volta), estando concluso para julgamento 03 (três) neste gabinete, declaro conexa as ações 7026446-60.2022.8.22.0001, 7026447-45.2022.8.22.0001 e 7026730-68.2022.8.22.0001, devendo o julgamento ser conjunto, vez que as alegações são idênticas.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve a alteração do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra dos requerentes, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
Alegam que compraram as passagens aéreas de ida e volta de Porto Velho/RO para Fortaleza/CE, com embarque de ida originalmente programado para o dia 11/03/2022, às 05h30, previsão de chegada às 02h40 do dia 12/03/2022, com retorno previsto para 26/03/2022, embarque às 17h35, e chegada em Porto Velho/RO às 01h05, do dia 27/03/2022.
Ocorre que a empresa alterou os voos de ida e da volta, sendo que o embarque da ida ocorreu às 14h05, do dia 11/03/2022 e a volta alterou o embarque para às 20h10 do mesmo dia 26/03/2022, que chegou em Porto Velho/RO às 01h20 do dia 27/03/2022.
Na contestação, a requerida pugnou pela improcedência do pedido inicial. Disse que a alteração fora comunicada com antecedência e que ocorreu por alteração da malha aérea, cumprindo o que determina a Resolução 400/2016 da ANAC. Pediu, em suma, pela improcedência da ação.
Primeiramente, há de se esclarecer que houve a comprovação da comunicação prévia dos requerentes com a antecedência de 22 (vinte e dois) dias antes do embarque, obedecendo o previsto no art. 12 da Resolução 400/2016 da ANAC.
Outrossim, tenho que a alteração realizada pela requerida foi benéfica aos requerentes, uma vez que diminuiu a duração dos voos e a alteração do horário da chegada fora insignificante, senão vejamos: A duração do voo de ida original tinha a previsão de 21 (vinte e uma) horas e 10 (dez) minutos e a chegada seria as 2h40. Com o novo voo a duração da ida ficou em um pouco mais de 08 (oito) horas de duração e a chegada se deu 45 minutos antes do contratado.
Já no retorno, o tempo de voo era de 07 (sete) horas e 30 (trinta) minutos, chegando ao destino 1h05 e com a alteração, seu voo teve duração de 05 (cinco) horas e 10 (dez) minutos, chegando no destino15 minutos após o inicialmente contratado.
Dito isso, não se vislumbra qualquer defeito na prestação dos serviços, pois além de beneficiar os requerentes, a empresa aérea cumpriu todo o regramento imposto na Resolução 400/2016 da ANAC, não havendo qualquer conduta lesiva aos passageiros.
Em hipótese remota, caso fosse reconhecido o descumprimento das regras, ainda assim o simples descumprimento contratual não seria o bastante para a procedência do pedido de indenização dos requerentes, sem que acompanhado de um fato gerador de dano, o que não é o caso dos autos.
Os requerentes não demonstraram o fato constitutivo de seu direito, ou seja, o ato ilícito em que funda a sua pretensão de indenização, não havendo que se falar em culpa ou dever de indenizar.
Os três requisitos configuradores da responsabilidade (ato ilícito, dano e nexo de causalidade), devem coexistir para autorizar a indenização por abalo moral.
Não basta alegar um dano (sequer provado) sem que preexista uma conduta ilícita e o nexo de causalidade.
E como é cediço, a demonstração do fato básico para o acolhimento da pretensão é ônus dos requerentes, segundo o entendimento do art. 373, I, do CPC, partindo daí a análise dos pressupostos da ocorrência dos danos morais, recaindo sobre o réu o ônus da prova negativa do fato, à inteligência do inciso II do indigitado artigo.
Portanto, no que tange ao pedido de indenização por danos morais, totalmente improcedentes, posto que os requerentes não comprovam que a requerida agiu ilicitamente, bem como não há prova de qualquer abalo à sua honra objetiva/subjetiva.
Dispositivo
Diante do exposto, julgo, por sentença com resolução do mérito, IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, com fundamento no art. 487, I, do NCPC, declaro extinto o processo com a resolução do mérito.
Encaminhe-se ao Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia - CIJERO, para acompanhamento e providências.
Sem custas e sem honorários por se trata de decisão em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Publicado e registrado eletronicamente.
Cumpra-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7026730-68.2022.8.22.0001
AUTOR: JOSE RIBAMAR DA SILVA, RUA PADRE ÂNGELO CERRI 2365, - DE 1700/1701 A 2010/2011 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-732 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: DIEGO UMBELINO DOS SANTOS, OAB nº RO10238
REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA S/N, - DE 6320/6321 AO FIM AEROPORTO - 76803-250 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM, OAB nº RO2609, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da lei (Lei n. 9.099/1995, artigo 38).
Considerando a existência de 03 (três) passageiros na mesma reserva (KMVLTH) e considerando que houve a propositura de 06 (seis) ações distintas (uma para ida outra para volta), estando concluso para julgamento 03 (três) neste gabinete, declaro conexa as ações 7026446-60.2022.8.22.0001, 7026447-45.2022.8.22.0001 e 7026730-68.2022.8.22.0001, devendo o julgamento ser conjunto, vez que as alegações são idênticas.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve a alteração do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra dos requerentes, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
Alegam que compraram as passagens aéreas de ida e volta de Porto Velho/RO para Fortaleza/CE, com embarque de ida originalmente programado para o dia 11/03/2022, às 05h30, previsão de chegada às 02h40 do dia 12/03/2022, com retorno previsto para 26/03/2022, embarque às 17h35, e chegada em Porto Velho/RO às 01h05, do dia 27/03/2022.
Ocorre que a empresa alterou os voos de ida e da volta, sendo que o embarque da ida ocorreu às 14h05, do dia 11/03/2022 e a volta alterou o embarque para às 20h10 do mesmo dia 26/03/2022, que chegou em Porto Velho/RO às 01h20 do dia 27/03/2022.
Na contestação, a requerida pugnou pela improcedência do pedido inicial. Disse que a alteração fora comunicada com antecedência e que ocorreu por alteração da malha aérea, cumprindo o que determina a Resolução 400/2016 da ANAC. Pediu, em suma, pela improcedência da ação.
Primeiramente, há de se esclarecer que houve a comprovação da comunicação prévia dos requerentes com a antecedência de 22 (vinte e dois) dias antes do embarque, obedecendo o previsto no art. 12 da Resolução 400/2016 da ANAC.
Outrossim, tenho que a alteração realizada pela requerida foi benéfica aos requerentes, uma vez que diminuiu a duração dos voos e a alteração do horário da chegada fora insignificante, senão vejamos: A duração do voo de ida original tinha a previsão de 21 (vinte e uma) horas e 10 (dez) minutos e a chegada seria as 2h40. Com o novo voo a duração da ida ficou em um pouco mais de 08 (oito) horas de duração e a chegada se deu 45 minutos antes do contratado.
Já no retorno, o tempo de voo era de 07 (sete) horas e 30 (trinta) minutos, chegando ao destino 1h05 e com a alteração, seu voo teve duração de 05 (cinco) horas e 10 (dez) minutos, chegando no destino15 minutos após o inicialmente contratado.
Dito isso, não se vislumbra qualquer defeito na prestação dos serviços, pois além de beneficiar os requerentes, a empresa aérea cumpriu todo o regramento imposto na Resolução 400/2016 da ANAC, não havendo qualquer conduta lesiva aos passageiros.
Em hipótese remota, caso fosse reconhecido o descumprimento das regras, ainda assim o simples descumprimento contratual não seria o bastante para a procedência do pedido de indenização dos requerentes, sem que acompanhado de um fato gerador de dano, o que não é o caso dos autos.
Os requerentes não demonstraram o fato constitutivo de seu direito, ou seja, o ato ilícito em que funda a sua pretensão de indenização, não havendo que se falar em culpa ou dever de indenizar.
Os três requisitos configuradores da responsabilidade (ato ilícito, dano e nexo de causalidade), devem coexistir para autorizar a indenização por abalo moral.
Não basta alegar um dano (sequer provado) sem que preexista uma conduta ilícita e o nexo de causalidade.
E como é cediço, a demonstração do fato básico para o acolhimento da pretensão é ônus dos requerentes, segundo o entendimento do art. 373, I, do CPC, partindo daí a análise dos pressupostos da ocorrência dos danos morais, recaindo sobre o réu o ônus da prova negativa do fato, à inteligência do inciso II do indigitado artigo.
Portanto, no que tange ao pedido de indenização por danos morais, totalmente improcedentes, posto que os requerentes não comprovam que a requerida agiu ilicitamente, bem como não há prova de qualquer abalo à sua honra objetiva/subjetiva.
Dispositivo
Diante do exposto, julgo, por sentença com resolução do mérito, IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, com fundamento no art. 487, I, do NCPC, declaro extinto o processo com a resolução do mérito.
Encaminhe-se ao Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia - CIJERO, para acompanhamento e providências.
Sem custas e sem honorários por se trata de decisão em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Publicado e registrado eletronicamente.
Cumpra-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7026447-45.2022.8.22.0001

AUTOR: JOSE RIBAMAR DA SILVA, RUA PADRE ÂNGELO CERRI 2365, - DE 1700/1701 A 2010/2011 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-732 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: DIEGO UMBELINO DOS SANTOS, OAB nº RO10238

REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA S/N, - DE 6320/6321 AO FIM AEROPORTO - 76803-250 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da lei (Lei n. 9.099/1995, artigo 38).
Considerando a existência de 03 (três) passageiros na mesma reserva (KMVLTH) e considerando que houve a propositura de 06 (seis) ações distintas (uma para ida outra para volta), estando concluso para julgamento 03 (três) neste gabinete, declaro conexa as ações 7026446-60.2022.8.22.0001, 7026447-45.2022.8.22.0001 e 7026730-68.2022.8.22.0001, devendo o julgamento ser conjunto, vez que as alegações são idênticas.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve a alteração do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra dos requerentes, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
Alegam que compraram as passagens aéreas de ida e volta de Porto Velho/RO para Fortaleza/CE, com embarque de ida originalmente programado para o dia 11/03/2022, às 05h30, previsão de chegada às 02h40 do dia 12/03/2022, com retorno previsto para 26/03/2022, embarque às 17h35, e chegada em Porto Velho/RO às 01h05, do dia 27/03/2022.
Ocorre que a empresa alterou os voos de ida e da volta, sendo que o embarque da ida ocorreu às 14h05, do dia 11/03/2022 e a volta alterou o embarque para às 20h10 do mesmo dia 26/03/2022, que chegou em Porto Velho/RO às 01h20 do dia 27/03/2022.
Na contestação, a requerida pugnou pela improcedência do pedido inicial. Disse que a alteração fora comunicada com antecedência e que ocorreu por alteração da malha aérea, cumprindo o que determina a Resolução 400/2016 da ANAC. Pediu, em suma, pela improcedência da ação.
Primeiramente, há de se esclarecer que houve a comprovação da comunicação prévia dos requerentes com a antecedência de 22 (vinte e dois) dias antes do embarque, obedecendo o previsto no art. 12 da Resolução 400/2016 da ANAC.
Outrossim, tenho que a alteração realizada pela requerida foi benéfica aos requerentes, uma vez que diminuiu a duração dos voos e a alteração do horário da chegada fora insignificante, senão vejamos: A duração do voo de ida original tinha a previsão de 21 (vinte e uma) horas e 10 (dez) minutos e a chegada seria as 2h40. Com o novo voo a duração da ida ficou em um pouco mais de 08 (oito) horas de duração e a chegada se deu 45 minutos antes do contratado.
Já no retorno, o tempo de voo era de 07 (sete) horas e 30 (trinta) minutos, chegando ao destino 1h05 e com a alteração, seu voo teve duração de 05 (cinco) horas e 10 (dez) minutos, chegando no destino15 minutos após o inicialmente contratado.
Dito isso, não se vislumbra qualquer defeito na prestação dos serviços, pois além de beneficiar os requerentes, a empresa aérea cumpriu todo o regramento imposto na Resolução 400/2016 da ANAC, não havendo qualquer conduta lesiva aos passageiros.
Em hipótese remota, caso fosse reconhecido o descumprimento das regras, ainda assim o simples descumprimento contratual não seria o bastante para a procedência do pedido de indenização dos requerentes, sem que acompanhado de um fato gerador de dano, o que não é o caso dos autos.
Os requerentes não demonstraram o fato constitutivo de seu direito, ou seja, o ato ilícito em que funda a sua pretensão de indenização, não havendo que se falar em culpa ou dever de indenizar.
Os três requisitos configuradores da responsabilidade (ato ilícito, dano e nexo de causalidade), devem coexistir para autorizar a indenização por abalo moral.
Não basta alegar um dano (sequer provado) sem que preexista uma conduta ilícita e o nexo de causalidade.
E como é cediço, a demonstração do fato básico para o acolhimento da pretensão é ônus dos requerentes, segundo o entendimento do art. 373, I, do CPC, partindo daí a análise dos pressupostos da ocorrência dos danos morais, recaindo sobre o réu o ônus da prova negativa do fato, à inteligência do inciso II do indigitado artigo.
Portanto, no que tange ao pedido de indenização por danos morais, totalmente improcedentes, posto que os requerentes não comprovam que a requerida agiu ilicitamente, bem como não há prova de qualquer abalo à sua honra objetiva/subjetiva.
Dispositivo
Diante do exposto, julgo, por sentença com resolução do mérito, IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, com fundamento no art. 487, I, do NCPC, declaro extinto o processo com a resolução do mérito.
Encaminhe-se ao Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia - CIJERO, para acompanhamento e providências.
Sem custas e sem honorários por se trata de decisão em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Publicado e registrado eletronicamente.
Cumpra-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7037762-07.2021.8.22.0001
REQUERENTE: JAKELLINE VITORIA RODRIGUES PINTO
Advogados do(a) REQUERENTE: ANDREIA COSTA AFONSO PIMENTEL - RO0004927A, MARCIO SILVA DOS SANTOS - RO838
REQUERIDO: NU PAGAMENTOS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU - SP117417
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 5 de janeiro de 2023.

4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível Processo n. 7000290-98.2023.8.22.0001
AUTOR: ALINEIA SANTANA SANTOS, RUA IBOTIRAMA 2958, - DE 2506/2507 AO FIM ULYSSES GUIMARÃES - 76813-870 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE MORAES SOBREIRA, OAB nº RO12247
REU: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, RUA DO LAVRADIO 71, 2 ANDAR CENTRO - 20230-070 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO REU: Procuradoria da OI S/A
Decisão/Tutela Antecipada
Trata-se de pedido de tutela de urgência que visa a retirada da inscrição restritiva junto a órgãos de proteção ao crédito que a autora entende ser abusiva/ilegal.
Entretanto, da análise dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a autora juntou tão somente uma certidão, porém existem diversos órgãos de proteção ao crédito, sendo que nem todos comunicam entre si os seus bancos de dados.
À vista disso, faz-se necessária a juntada das certidões de inscrição emitidas pelos principais órgãos, de forma a aferir a existência do perigo de dano, bem como do efetivo abalo ilegítimo do crédito ou da incidência da Súmula n. 385 do STJ, sendo esta providência cabível à parte autora.
Ressalte-se que este juízo adotou o entendimento de que a comprovação da negativação deve ser feita por documento oficial emitido diretamente pelo órgão de proteção ao crédito (consultas de balcão), conforme Enunciado 29 FOJUR, a qual transcrevo abaixo:
Enunciado 29 “Para análise do dano por negativação indevida é necessária a juntada de pesquisa realizada diretamente junto ao órgão de proteção ao crédito (SPC, SERASA, SCPC etc.).”
Assim, não obstante os argumentos apresentados pela parte autora em sua peça vestibular, ao menos em um juízo de cognição sumária, não verifico a presença dos requisitos constantes do artigo 300 do CPC, em especial o perigo de dano, uma vez que a parte autora não comprovou a inexistência de outras restrições que obstem o crédito.
Desse modo, o regular trâmite da ação é medida que se impõe, facultando-se à parte autora a apresentação dos referidos documentos (certidões de balcão do SERASA/SCPC emitida pela Associação Comercial de Rondônia) para eventual reanálise do pedido até a data da audiência de conciliação.
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
Cite-se e intimem-se as partes da presente decisão, bem como da audiência de conciliação designada, a ser realizada por videoconferência, em atendimento ao Ato Normativo n. 018/2020.
INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS: I – os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos; III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação; IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência; VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir; VIII – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil); IX – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; X – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; XI – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; XII – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada; XVI – Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). XVII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; XVIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023
Silvana Maria de Freitas

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível Processo n. 7000288-31.2023.8.22.0001
AUTOR: EUNICE EDITE DA CONCEICAO, LINHA C 35 KM 05, MONTE NEGRO/RO ZONA RURAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE MORAES SOBREIRA, OAB nº RO12247
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR - ENERGISA, INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Considerando a implantação e criação dos Núcleos de Justiça 4.0 no âmbito do
PODER JUDICIÁRIO de Rondônia (Resolução n° 214/2021-TJRO), nos termos da Resolução 385/2020, do CNJ, com competência para processar e julgar causas específicas que envolvam a ENERGISA, com objetivo de dar mais celeridade na tramitação dos processos, possibilitando maior eficiência e celeridade à prestação jurisdicional, ampliando o acesso à Justiça, deve o feito ser destinado a referido Núcleo.
Posto isso, considerando que o referido feito ainda fora distribuído a este juízo, determino que se redistribua ao Núcleo 4.0 - Energisa, observadas as diligências, registros e movimentações que se fizerem necessárias.
CUMPRA-SE, independentemente de intimação da parte ou publicação do ato, posto que o feito não está sendo extinto, mas sim, remetido para 2° Núcleo de Justiça 4.0, que promoverá os atos processuais e de publicidade regularmente.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023 .
Silvana Maria de Freitas
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000303-97.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS COSTA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de consulta em fisioterapia, exames de densitometria, espirometria, tomografia computadorizada de crânio e ressonância magnética de coluna cervical.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.

4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000258-93.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: LUCIA DE OLIVEIRA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: E. R.
Advogado do Requerido/Executado: REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de cirurgia bariátrica.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.

Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000304-82.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MARIA SEBASTIANA RODRIGUES DE MOURA DE MORAES
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento dos exames de TC DO TÓRAX ADULTO S/ CONTRASTE S/ SEDAÇÃO e TC DE SEIOS DA FACE ADULTO C/ CONTRASTE S/ SEDAÇÃO.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000311-74.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: VALDEVINO DA SILVA MOREIRA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento do exame de ressonância nuclear magnética do coração.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000256-26.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: CLEUZENITA SATIL DA SILVA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: E. R.
Advogado do Requerido/Executado: REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento do exame de eletroneuromiograma (ENMG) – membros superiores.
É o necessário.

Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000296-08.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: FATIMA APARECIDA XAVIER
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento do exame de eletroneuromiograma (ENMG) de membros superiores e inferiores.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:

1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000298-75.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: FRANCISCA PAULINO DA SILVA COSTA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de consulta em ortopedia - coluna.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).

Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000301-30.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MARCOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de tutela de urgência para o fornecimento do exame de TC DOS RINS E VIAS URINÁRIAS S/ CONTRASTE E S/ SEDAÇÃO.
DECIDO.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Da análise dos documentos acostados aos autos, é possível observar que o autor já aguardou anteriormente na fila para o atendimento, mas ao ser chamado em 02/06/2022 foi informado que o pedido estaria errado e que no sistema deveria constar “tc das vias urinárias”, mas que não tinha tal especificação, logo, o autor foi reinserido na fila (ID 85581649 – pág. 9).
Ora, a fila para o atendimento no SUS é a regra e o autor a cumpriu, mas por evidente falha do serviço público, não pôde ser atendido por questões unicamente burocráticas e que fogem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
O encaminhamento acostado aos autos (ID 85581649) comprova que o autor possui a hipótese diagnóstica (hd) de estenose uretral (exame físico estenose JUP D) e que aguarda há mais de sete meses o exame.
A estenose de JUP é potencialmente grave, já que pode levar à perda da função renal se não diagnosticada e tradada.
O risco de dano ou ao resultado útil do processo também está presente, vez que a demora no atendimento pode causar a risco a saúde da parte requerente. Ademais o direito a saúde deve prevalecer sobre obstáculos burocráticos, conforme se infere do seguinte julgado:
APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – PRELIMINAR – CERCEAMENTO DE DEFESA – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – AFASTADA – MÉRITO – FORNECIMENTO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO – OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS – DIREITO À VIDA CONSTITUCIONALMENTE GARANTIDO – OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO GARANTIR O ACESSO DO CIDADÃO À SAÚDE – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – INCIDÊNICA DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 – RECURSO DO MUNICÍPIO IMPROVIDO – REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO DO ESTADO PARCIALMENTE PROVIDO. Se as provas produzidas nos autos são suficientes para comprovar os fatos relevantes à solução do conflito, deve o magistrado julgar o mérito de forma antecipada, ex vi do art. 330, inciso I, da lei adjetiva. Tanto o Estado como o Município e a União têm a incumbência de prover solidariamente os meios necessários à manutenção da saúde dos cidadãos, podendo esses figurar em conjunto ou isoladamente no processo. A garantia constitucional do direito à vida assegura o acesso do cidadão às políticas públicas de saúde, devendo o Estado (em sentido lato) garantir o fornecimento de procedimento cirúrgico necessário ao tratamento de saúde e cura das mazelas da população, sem impor qualquer empecilho de ordem burocrática. ‘Nem o Estado nem o Judiciário têm as credenciais necessárias para determinar qual tratamento é o adequado para o caso concreto, razão pela qual à receita médica trazida aos autos pelo jurisdicionado deve ser dada toda credibilidade e ser acatada’.(TJMS, Ap. Civel 2009.007546-8 – Rel. Des. Dorival Renato Pavan, 4ª Turma Cível).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. CIRURGIA DE URGÊNCIA. GARANTIA CONSTITUCIONAL À SAÚDE. Quando necessária à preservação do mínimo existencial do cidadão e comprovada a urgência e o perigo de dano, deve o Poder Público realizar a internação e intervenção cirúrgica de que necessita o paciente. Recurso conhecido mas não provido. (TJ-MG - AI: 10707120285358001 MG , Relator: Albergaria Costa, Data de Julgamento: 27/06/2013, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 05/07/2013).
Restando comprovada a necessidade do atendimento médico e sua urgência o Estado deverá arcar com as despesas de TFD ou fornecer o tratamento em rede pública ou particular local.
Posto isto, presentes os requisitos exigidos pelo artigo 300, CPC c/c art. 3º da Lei 12.153/2009, DEFIRO a antecipação de tutela formulada pela parte requerente e DETERMINO que o ESTADO DE RONDÔNIA, no prazo de até 30 (trinta) dias, forneça o exame de TC DOS RINS E VIAS URINÁRIAS S/ CONTRASTE E S/ SEDAÇÃO, seja pela rede pública própria, rede privada conveniada local ou via TDF, sob pena de sequestro em contas públicas para garantir o exame necessário.

INTIME-SE pessoalmente o Senhor Secretário Estadual de Saúde para cumprimento da Decisão de Antecipação de tutela, no prazo especificado, sob pena de incorrer no crime de desobediência, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
SESAU: Rua Pio XII, 2986 - Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Machado - Porto Velho, RO - CEP 76801470
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000302-15.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MARGARIDA MARTA DA ROCHA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de consulta em cirurgia vascular – varizes.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.

4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Obrigação de Fazer / Não Fazer
7000307-37.2023.8.22.0001
REQUERENTE: RITA MARIA DA CONCEICAO SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
mil e duzentos e doze reais
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela de urgência ajuizada pela parte requerente em face do Estado de Rondônia, em que se postula medicamento incluído nas políticas públicas de saúde, todavia, para uso OFF LABEL, ou seja, sem autorização da ANVISA para o tratamento da enfermidade que se pretende tratar.
Narra a parte requerente que é portador(a) de DOR CRÔNICA e que necessita do medicamento TOPIRAMATO 25mg.
O medicamento está incluído nas políticas públicas dos SUS (RENAME), mas não para o tratamento da doença que acomete a requerente, e o fármaco não possui autorização para o uso pretendido pela autora na ANVISA.
Recentemente, a matéria debatida no presente feito foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento RE 855.178, leading case do tema 793.
Neste sentido, ficou assentado que as ações em que se pleiteiam medicamentos padronizados deverão ser obrigatoriamente ajuizadas em face do ente responsável pelo seu financiamento, em conformidade com as atribuições pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite e que, havendo medicamentos não padronizados, deve constar a União Federal no polo passivo.
Assim, transcrevo parte da decisão constante do voto:
“Se a pretensão veicular pedido de tratamento, procedimento, material ou medicamento não incluído nas políticas públicas (em todas as suas hipóteses), a União necessariamente comporá o polo passivo, considerando que o Ministério da Saúde detém competência para a incorporação, exclusão ou alteração de novos medicamentos, produtos, procedimentos, bem como constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica (art. 19-Q, da lei 8.080/90), de modo que recai sobre ela o dever de indicar o motivo da não padronização e eventualmente iniciar o procedimento de análise de inclusão, nos termos da fundamentação”. (destaquei).
Aliás, no voto do Ministro Edson Fachin, redator do Acórdão do RE 588.178-SE, há a fixação de premissas, esclarecimentos do alcance da decisão do Supremo em diversos aspectos, inclusive quanto às responsabilidades, atribuições e a composição do polo passivo. Vejamos:
“(…)
Quinta: Partindo do exame das espécies de tutela examinadas na STA 175, é possível estabelecer condicionantes para a admissão das respectivas ações. Quando a pretensão veicular pedido de entrega de medicamento padronizada, a competência estatal é regulada por lei, devendo figurar no polo passivo a pessoa política com competência administrativa para o fornecimento do medicamento, tratamento ou material. Quando o medicamento não for padronizado, a União deve compor o polo passivo da lide. Além disso, a dispensa judicial de medicamentos, materiais, procedimentos e tratamentos pressupõe ausência ou ineficácia da prestação administrativa e a comprovada necessidade, observando, para tanto, os parâmetros definidos no artigo 28 do Decreto Federal n. 7.580/11.
(…) (destaquei)

Adiante, faz menção à conclusão do voto:
1.5. Conclusão do voto: Conheço dos embargos opostos pela União para o seguinte fim dúplice: a) atribuir ao conhecimento do recurso, sem repercussão no juízo de mérito da pretensão recursal, efeito de desenvolvimento do tema da solidariedade e de detalhamento do sentido e do alcance de precedentes, especialmente quanto aos termos enunciados na STA n. 175; b) desprover, no mérito, o recurso examinado. Em decorrência do conhecimento dos embargos sem acolhimento do mérito, a título de detalhamento, esta Corte reconhece que a tese da responsabilidade solidária como reconhecida na STA 175 se mantém hígida e que é inerente à natureza do Supremo Tribunal Federal, na condição de Corte de Vértice do sistema constitucional, dispor de instrumentos aptos a efetivar seu "poder-dever" de aprimoramento ou desenvolvimento do direito constitucional, por meio de seus precedentes, para fim de esclarecimento, sem efeito modificativo. Quanto ao desenvolvimento da tese da solidariedade enuncia-se o seguinte: i) A obrigação a que se relaciona a reconhecida responsabilidade solidária é a decorrente da competência material comum prevista no artigo 23, II, CF, de prestar saúde, em sentido lato, ou seja: de promover, em seu âmbito de atuação, as ações sanitárias que lhe forem destinadas, por meio de critérios de hierarquização e descentralização (arts. 196 e ss. CF); ii) Afirmar que "o polo passivo pode ser composto por qualquer um deles (entes), isoladamente ou conjuntamente" significa que o usuário, nos termos da Constituição (arts. 196 e ss.) e da legislação pertinente (sobretudo a lei orgânica do SUS n. 8.080/90) tem direito a uma prestação solidária, nada obstante cada ente tenha o dever de responder por prestações específicas, que devem ser observadas em suas consequências de composição de polo passivo e eventual competência pelo Judiciário; iii) Ainda que as normas de regência (Lei 8.080/90 e alterações, Decreto 7.508/11, e as pactuações realizadas na Comissão Intergestores Tripartite) imputem expressamente a determinado ente a responsabilidade principal (de financiar a aquisição) pela prestação pleiteada, é lícito à parte incluir outro ente no polo passivo, como responsável pela obrigação, para ampliar sua garantia, como decorrência da adoção da tese da solidariedade pelo dever geral de prestar saúde; iv) Se o ente legalmente responsável pelo financiamento da obrigação principal não compuser o polo passivo da relação jurídicoprocessual, sua inclusão deverá ser levada a efeito pelo órgão julgador, ainda que isso signifique deslocamento de competência; v) Se a pretensão veicular pedido de tratamento, procedimento, material ou medicamento não incluído nas políticas públicas (em todas as suas hipóteses), a União necessariamente comporá o polo passivo, considerando que o Ministério da Saúde detém competência para a incorporação, exclusão ou alteração de novos medicamentos, produtos, procedimentos, bem como constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica (art. 19-Q, Lei 8.080/90), de modo que recai sobre ela o dever de indicar o motivo da não padronização e eventualmente iniciar o procedimento de análise de inclusão, nos termos da fundamentação; vi) A dispensa judicial de medicamentos, materiais, procedimentos e tratamentos pressupõe ausência ou ineficácia da prestação administrativa e a comprovada necessidade, observando, para tanto, os parâmetros definidos no artigo 28 do Decreto federal n. 7.508/11. (destaques originais).
Ainda, o Supremo Tribunal Federal, na Reclamação nº 49.918 - MS, ao Decidir o recurso de Embargos de Declaração no Agravo Regimental, assentou que é necessária a inclusão da União para o fornecimento de medicamentos ou tratamentos não padronizados:
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E TRATAMENTO MÉDICO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 855.178-RG/SE (TEMA 793). EQUÍVOCO NA APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL NA ORIGEM. MEDICAMENTOS OU TRATAMENTOS NÃO PADRONIZADOS E INCLUÍDOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS. NECESSIDADE DE A UNIÃO COMPOR O POLO PASSIVO DA AÇÃO OBRIGACIONAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. (destaquei).
O Acórdão restou assim estabelecido:
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão da Primeira Turma, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, com efeitos infringentes, e julgar procedente a reclamação para cassar a decisão reclamada e determinar outra seja proferida como de direito, em observância ao decidido por este Supremo Tribunal no julgamento do Recurso Extraordinário n. 855.178-RG (Tema 793 da repercussão geral), incluindo-se a União no polo passivo da ação originária e declinando-se a competência para a Justiça Federal, mantido o fornecimento do medicamento determinado pelo juízo estadual até o exame da autoridade judiciária competente, nos termos do voto da Relatora. Sessão Virtual de 15.4.2022 a 26.4.2022.
Brasília, 26 de abril de 2022.
Ministra CÁRMEN LÚCIA
Relatora
Portanto, é indispensável a inclusão da União Federal no polo passivo da presente demanda e, nos termos do artigo 109 da Constituição Federal, compete à Justiça Federal o conhecimento e o processamento do presente feito.
Inexistindo possibilidade, em função de funcionalidades do PJE de ser declinada a competência deste juízo para a Justiça Federal, com a remessa dos autos, deverá ser a presente ação ser ajuizada diretamente no órgão competente, cabendo ao patrono/requerente adotar as providências para tanto, com a distribuição da demanda perante o juízo competente.
Dispositivo.
Desta forma, com a inclusão da União Federal no polo passivo da presente demanda, reconhece-se a incompetência absoluta deste juízo para julgamento da causa, razão pela qual extingue-se o feito sem julgamento de mérito, na forma do artigo 485, inciso IV do CPC.
Intimem-se.
Sem custas e honorários.
Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000310-89.2023.8.22.0001

Requerente/Exequente: REQUERENTE: DIEGO DE ALMEIDA SALAZAR
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de tratamento cirúrgico para luxação / fratura-luxação escápulo-umeral aguda.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000309-07.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: SANDRA REGINA GOMES DO CARMO
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de consulta em cirurgia plástica.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.

No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
==========
Processo nº: 7035494-43.2022.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: EVANILSON PINHEIRO DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: MAIARA MADER MENEZES AMAZONAS - RO8337, FRANCISCO DE FREITAS NUNES OLIVEIRA - RO3913
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Diante do trânsito em julgado da r. Sentença, promovo a intimação da parte autora para, em 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2023.
FRANCIANE MUNIZ MAGALHAES
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000305-67.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MARTA MARIA SANTOS DE SOUZA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA

Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de consulta em psiquiatria - retorno e consulta em cirurgia geral.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do Processo: 7000306-52.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MICILENE FRANCO COSTA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de consulta em oftalmologia - retina geral, ressonância magnética do joelho esquerdo e ultrassonografia doppler de carótidas e vertebrais.

É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde o requerente caso não haja o imediato fornecimento do(s) atendimento(s).
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Obrigação de Fazer / Não Fazer
Processo 7082831-28.2022.8.22.0001
REQUERENTE: NELSON DOMINGOS DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Indefiro o pedido de dilação de prazo formulado pela SESAU, uma vez que a hipótese diagnóstica tratada nos autos é grave e não deve aguardar para além do prazo fixado por Lei.
Logo, intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito, em 5 dias.
Intimem-se.
Porto Velho, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7000282-24.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Abuso de Poder
AUTOR: ALEF ALMEIDA CARDOSO
ADVOGADO DO AUTOR: RENAN PEREIRA FREITAS, OAB nº DF68151
REU: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS - CEBRASPE, POLICIA MILITAR DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão
Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Alef Almeida Cardoso em face do Presidente da Comissão de Concurso Público da Polícia Militar do Estado de Rondônia e do Presidente do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE, na qual pretende, liminarmente, seja determinado o acréscimo de 7 pontos ou no mínimo em 6 pontos em sua avaliação, lhe assegurando a reinclusão na lista de aprovados, possibilitando a participação nas demais etapas do certame, especialmente a do Teste de Aptidão Física, participação no curso de formação de Oficial Combatente da Polícia Militar do Estado de Rondônia e nomeação e posse, para este ou próximo curso de formação em igualdade de condições com os demais candidatos.
Narra em sua exordial que participou de certame para provimento no cargo de Oficial Policial Militar do Estado de Rondônia, sendo desclassificado do certame por não ter atingido 60 pontos em sua avaliação dissertativa.
Afirma que houve erro de correção em sua prova que justifica a interferência do PODER JUDICIÁRIO eis que o candidato respondeu em conformidade com o padrão de respostas divulgado pela Banca.
Defende que o padrão de resposta deve refletir com precisão os conceitos consolidados das disciplinas avaliadas, e não cabe a Banca Examinadora determinar o que é certo ou errado, mudando a realidade das coisas. O espelho de correção ou padrão de respostas de uma prova discursiva permitem que o candidato entenda o que foi considerado na questão, como sua questão foi corrigida e qual a pontuação atribuída para cada item considerado.
Aduz que teria formulado sua resposta exatamente como exigido pela banca, mas não foi aprovada para a próxima fase, exatamente porque os examinadores não consideraram, primeiramente o que mencionou em sua prova discursiva, e posteriormente, em seu recurso.
Relata que o examinador não concedeu a pontuação ao candidato por ele ter deixado de examinar de “modo aprofundado” os elementos integradores do crime, como exigido na questão, sendo que teria respondido a indagação, mas não da forma aporfundada como exigiu a banca, o que possibilitaria a concessão de pelo menos 7 pontos, já que a questão valia 9 pontos.
Afirma que outros candidatos pontuaram na avaliação, mesmo não tendo aprofundado o tema, o que demonstraria a nã aplicação da isonomia no certame.
Assim, afirma que foi prejudicado, em razão da suposta ilegalidade, justificando a sua pretensão liminar.
Com a inicial vieram as documentações.
É o necessário. Passa-se a decisão.
I – Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela
O deferimento de liminar em mandado de segurança pressupõe o preenchimento dos requisitos previstos no art. 7º, III da Lei 12.016/2009, quais sejam, o fundamento relevante, bem como que do ato impugnado possa resultar ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida.
A suposta ilegalidade cometida, conforme narrativa do impetrante, é o equívoco da correção de sua prova dissertativa, visto que entende ter respondido a questão conforme constou do espelho de resposta apresentado pela Instituição Organizadora do Certame.
No universo dos concursos públicos, os exames assumem importância central no processo de seleção de candidatos e representam, em última análise, o limiar que separa a pessoa do acesso ao cargo público. Sejam escritas, orais ou práticas, as provas buscam não apenas aferir o conhecimento individual, mas também permitir que a administração selecione aqueles que se mostrarem mais qualificados para assumir determinada função pública.
Exatamente por seu grau de relevância – e em respeito ao princípio da isonomia –, a prova não pode ser realizada de forma livre e indiscriminada pela banca examinadora, devendo seguir, em especial, as regras e o conteúdo previstos no edital do concurso.
Ainda assim, muitos candidatos se sentem prejudicados pelos critérios de elaboração ou correção das questões.
Quando o recurso administrativo para a banca não resolve, o caso, frequentemente, vai parar no Judiciário, cuja atuação é balizada pela impossibilidade de substituir a administração pública na avaliação de respostas ou na atribuição de pontos.
No RMS 28.204, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ reafirmou a jurisprudência no sentido de que os atos administrativos da comissão examinadora do concurso público só podem ser revistos pelo Judiciário em situações excepcionais, para a garantia de sua legalidade – o que inclui, segundo o colegiado, a verificação da fidelidade das questões ao edital.
“É possível a anulação judicial de questão objetiva de concurso público, em caráter excepcional, quando o vício que a macula se manifesta de forma evidente e insofismável, ou seja, quando se apresente primo ictu oculi”
O PODER JUDICIÁRIO não pode atuar em substituição à banca examinadora, apreciando critérios de formulação das questões, reexaminando a correção de provas ou reavaliando notas atribuídas aos candidatos.
Ainda, o Supremo Tribunal Federal - STF, em recurso extraordinário com repercussão geral (RE 632.853), firmou a tese de que não compete ao Judiciário substituir a banca examinadora para avaliar as respostas dadas pelos candidatos e as notas atribuídas a elas.
As informações constantes dos espelhos de provas subjetivas se referem, nada mais nada menos, à motivação do ato administrativo, consistente na atribuição de nota ao candidato.
A banca não apenas disponibilizou a nota global do candidato quanto à questão, como também divulgou os critérios adotados para fins de avaliação, o padrão de respostas e a nota atribuída a cada um desses itens, tendo publicado o respectivo espelho ainda antes da abertura do prazo para recurso.
Como dito, o PODER JUDICIÁRIO não pode substituir a banca examinadora do certame e tampouco se imiscuir nos critérios de atribuição de notas e de correção de provas, visto que sua atuação se restringe ao controle jurisdicional da legalidade do concurso público e da observância do princípio da vinculação ao edital.

Sobre o tema, podemos citar os seguintes julgados, in verbis:
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL - ANULAÇÃO DE QUESTÕES DE PROVA OBJETIVA - IMPOSSIBILIDADE - LIMINAR INDEFERIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO - COMPETÊNCIA DA BANCA EXAMINADORA - IMPOSSIBILIDADE DE INGERÊNCIA DO
PODER JUDICIÁRIO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. 1- Conforme entendimento do Colendo Supremo Tribunal Federal, é admissível o controle jurisdicional em concurso público quando não se cuida de aferir da correção dos critérios da banca examinadora, na formulação das questões ou na avaliação das respostas, mas apenas de verificar que as questões formuladas não se continham no programa do certame (Recurso Extraordinário nº 632.853/RG - Tema 485). 2- O
PODER JUDICIÁRIO deve limitar-se a verificar a legalidade dos atos praticados pela banca examinadora do certame, não podendo substituí-la no que tange ao conteúdo programático, bem como na formulação de questões. 3- Se restou demonstrado que o conteúdo cobrado nas questões da prova objetiva do concurso público consta do respectivo edital, não se admite a anulação delas pelo
PODER JUDICIÁRIO por ausência de previsão. 4- Decisão mantida. 5- Recurso provido. (TJ-MG - AI: 10000220287585001 MG, Relator: Sandra Fonseca, Data de Julgamento: 26/07/2022, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/08/2022)
MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. . ANULAÇÃO DE QUESTÃO.
PODER JUDICIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. 1. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal fixado em repercussão geral (tema 485), "não compete ao
PODER JUDICIÁRIO substituir a banca examinadora para reexaminar o conteúdo das questões e os critérios de correção utilizados, salvo ocorrência de ilegalidade ou de inconstitucionalidade". 2.Não havendo violação manifesta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e sendo demonstrada a razoabilidade na abordagem esperada pela banca examinadora para a resposta da questão, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO imiscuir-se na correção da prova. É admissível, por outro lado, a anulação das questões quando houver ilegalidade ou inconstitucionalidade, como por exemplo, cobrança de temas não incluídos no edital. 3. Tratando-se de pretensão em que se busca que o PODER JUDICIÁRIO altere o entendimento da banca examinadora, na linha do decidido pelo STF no tema 485, não pode ser concedida a segurança. (TRF-4 - MS: 50090094820204040000 5009009-48.2020.4.04.0000, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 25/11/2021, CORTE ESPECIAL)
Assim, não identifico elementos da probabilidade do direito autoral, na medida em que pretende correção de sua questão dissertativa se utilizando do Judiciário, o que não se mostra adequado, conforme acima apresentado.
Ante o exposto, indefere-se o pedido liminar.
II – Do Benefício da Justiça Gratuita
Em que pese solicitação do benefício da gratuidade da justiça, a Lei n. 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.
Com efeito, o Juízo ao analisar o pedido de gratuidade judiciária, leva em consideração a declaração afirmada pela parte interessada desde que não conflite com as demais informações relacionadas nos autos.
Vislumbra-se que nos autos, sequer existir declaração de hipossuficiência, sendo que o impetrante se qualifica como policial militar, com remuneração líquida de R$ 3.455,14 (id. 85581083), juntando apenas uma conta de consórcio de veículo no valor de R$ 362,55, que não demonstra a suposta condições de hipossuficiência.
Vale salientar que o referido benefício não é um instituto posto a disposição das partes com o fim de esquivar-se do cumprimento de suas obrigações, mas sim, visa possibilitar aquele que não tem condições de arcar com as despesas do processo de vir a Juízo.
O Superior Tribunal de justiça tem entendido que:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. DEVEDOR QUE PRESTOU GARANTIA A EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PEDIDO DE DIFERIMENTO DE CUSTAS PREVISTO EM LEI ESTADUAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. VISTA À PARTE PARA COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE. POSSIBILIDADE. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, devem ser afastadas as alegadas ofensas ao artigo 1022 do Código de Processo Civil de 2015. 2. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado indeferir o pedido de assistência se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1349477/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 07/06/2019) (grifo nosso)
Expõe também o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
Agravo interno em agravo de instrumento. Assistência judiciária. Hipossuficiência. Comprovação. A concessão da assistência judiciária se dá mediante a prova de hipossuficiência da parte interessada. Recurso provido. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0802731-20.2018.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Oudivanil de Marins, Data de julgamento: 09/07/2019)
A presunção de verdade face a sua hipossuficiência, nos termos do §3º, do art. 99, do CPC, como aponta a parte, não é "iuris et de iuris", mas "iuris tantum", possibilitando ao Juízo analisar as demais provas para concluir pela procedência ou não do direito ao benefício da justiça gratuita.
Assim, indefere-se a justiça gratuita.
III – Da Custas Processuais
Em que pese ao pagamento das custas processuais, cumpre mencionar que a mesma é regulamentada no Estado de Rondônia pelo Regimento de Custas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Lei nº 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Comporta assentar que é certo que as causas afetas a este juízo são de interesse da Administração Pública e, em tese, consolidam direitos patrimoniais indisponíveis, não havendo lei que autorize a transação ou conciliação sobre tais interesses. Nestes termos, dispensa-se o ato de encaminhamento dos autos para a realização de audiência de conciliação, o que justifica o recolhimento das custas com base na totalidade de 2%, ou mínimo de R$ 100,00 e máximo de R$ 50.000,00, quando da distribuição da ação.
Assim, deverá a parte requerente realizar o recolhimento das custas processuais nos termos acima indicado.
Ante o exposto, intime-se a parte impetrante para que no prazo de até 15 (quinze) dias comprove o recolhimento das custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial nos termos do art. 321, parágrafo único c/c art. 485, I, ambos do CPC.
Sem comprovação do recolhimento das custas, venham conclusos para extinção.
Com o recolhimento das custas, notifiquem-se as autoridades coatoras para, no prazo de 10 dias, prestarem informações.

Dê-se ciência a Procuradoria do Estado de Rondônia, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Após, dê-se vista ao Parquet, para parecer.
Notifique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2023 .
Audarzean Santana da Silva
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7089763-32.2022.8.22.0001
Classe: Mandado de Segurança Cível
Assunto: Competência Tributária, Exclusão - ICMS
IMPETRANTE: SYSTECH SISTEMAS E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.
ADVOGADO DO IMPETRANTE: FERNANDO AUGUSTO NEVES FARIA, OAB nº DF45989
IMPETRADO: C. G. D. R. E. D. S. D. E. D. F. D. R.
IMPETRADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
O Impetrante tem como pedido em sua inicial, dentre outros, o que se segue:
“Ao final, requer que seja concedida a segurança em favor da Impetrante, para declarar a inexigibilidade dos créditos tributários de Diferencial de alíquota de ICMS – DIFAL, referentes às operações interestaduais envolvendo mercadoria destinada a consumidor final não contribuinte situado no Estado, no período compreendido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, declarando o direito a restituição dos valores porventura indevidamente recolhidos, devidamente atualizados;”
Ocorre que a impetrante deu a causa o valor de R$ 10.000,00, sendo que pretende ver restituído os valores recolhidos a título de DIFAL no ano de 2022, sem qualquer comprovação de que tais valores são realmente os que teria sido recolhido a tal título de forma irregular.
O valor da causa deverá corresponder ao do ato impugnado, quando for suscetível de quantificação, do proveito econômico em razão do reconhecimento de seu direito e, nos demais casos, será dado por estimativa do Impetrante.
Assim, necessário que o autor apresente prova dos valores recolhidos do período que pretende ver restituído, visando adequar o valor da causa corretamente ou emende a inicial para adequar sua pretensão.
Após, deverá apresentar comprovação do recolhimento das custas processuais, tendo em vista que realizou a interposição da ação sem o fazer.
Em que pese ao pagamento das custas processuais, cumpre mencionar que a mesma é regulamentada no Estado de Rondônia pelo Regimento de Custas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Lei nº 3.896, de 24 de agosto de 2016, mais especificamente seu art. 12.
Comporta assentar que é certo que as causas afetas a este juízo são de interesse da Administração Pública e, em tese, consolidam direitos patrimoniais indisponíveis, não havendo lei que autorize a transação ou conciliação sobre tais interesses, ainda mais em se tratando de Mandado de Segurança. Nestes termos, dispensa-se o ato de encaminhamento dos autos para a realização de audiência de conciliação, o que justifica o recolhimento das custas com base na totalidade de 2%, ou mínimo de R$ 100,00 e máximo de R$ 50.000,00, quando da distribuição da ação.
Assim, deverá a parte requerente realizar o recolhimento das custas processuais nos termos acima indicado.
Ante o exposto, intime-se o impetrante para que no prazo de até 15 (quinze) dias realize a adequação do valor dado a causa, trazendo planilha dos valores que pretende ver restituído, e comprove o recolhimento das custas processuais, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do art. 321, parágrafo único c/c art. 485, I, ambos do CPC.
Sem comprovação da emenda e recolhimento das custas, venham conclusos para extinção.
Com o recolhimento, venham conclusos para análise do pedido liminar.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2023 .
Audarzean Santana da Silva
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara de Fazenda Pública Av. Pinheiro Machado, n. 777, bairro Olaria, Porto Velho/RO. FONE: 69-3309-7059; E-MAIL: pvh1fazgab@tjro.jus.br 7000278-84.2023.8.22.0001 - Procedimento Comum Cível
POLO ATIVO
AUTOR: RONALDO COSTA OLIVEIRA, RUA TRIZIDELA, - DE 6800/6801 AO FIM TEIXEIRÃO - 76825-316 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SILENE SILVA NORBERTO, OAB nº RO11472
POLO PASSIVO
REU: I., AV 16 DE JUNHO COM RUA NOROESTE SN CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
O Juízo competente para julgar demandas em do INSS relacionados a acidente do trabalho é da Justiça Comum Estadual, nos termos da Súmula 501 do STF, assim como vem se manifestando a jurisprudência dominante, inclusive do e. TJRO, senão vejamos, in verbis:
Apelação. Auxílio-Acidente. INSS. Concessão do Benefício Acidentário. Possibilidade. Benefício Devido a Partir do dia seguinte à concessão do Auxílio-Doença. Incapacidade Parcial e Permanente. Recurso provido e sentença modificada em reexame necessário. 1. O termo inicial da concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente é o dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença. 2. A competência para julgamento de ações previdenciárias por acidente de trabalho é da Justiça Ordinária Estadual, em ambas as instâncias, ainda que autarquia federal integre a relação processual. Inteligência das Súmulas 501 do STF e 15 do STJ. (Apelação, Processo nº 0004555-31.2015.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Renato Martins Mimessi, Data de julgamento: 21/06/2017)
Ocorre que nos termos do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia (COJE), a competência da Vara da Fazenda Pública se restringe às causas de interesse da Fazenda estadual e Municipal de Porto Velho, assim como de suas autarquias, empresas públicas e autoridades vinculadas aquelas, senão vejamos, in verbis:
Art. 97. Compete aos juízes das Varas da Fazenda Pública,processar e julgar:
I - as causas de interesse da Fazenda Pública do Estado, do Município de Porto Velho, entidades autárquicas, empresas públicas, estaduais e dos municípios da Comarca de Porto Velho;
II - os mandados de segurança contra atos de autoridades estaduais e municipais da Comarca de Porto Velho.
Desta forma, não há possibilidade de que a presente lide tramite perante esta Vara Especializada, pois incompetente para julga-la, devendo a demanda prosseguir perante uma das Varas Cíveis desta Comarca.
Ante o exposto, reconheço da incompetência deste Juízo para julgar o feito, devendo os autos ser redistribuídos POR SORTEIO para uma das Varas Cíveis desta Comarca.
Registre-se, data vênia, que não sendo acolhida a competência, o juízo declinado, nos termos do parágrafo único do art. 66 do CPC, deverá suscitar o conflito, salvo se atribuir a outro juízo.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho , 5 de janeiro de 2023 .
Audarzean Santana da Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7000312-59.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer, Eletiva
AUTOR: WANILDA DE ARAUJO ANDRADE
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão
Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer movida por Wanilda de Araújo Andrade em face do Estado de Rondônia, na qual, pretende, liminarmente, que seja determinado a realização de cirurgia de artroplastia total de joelho – reconstrução, com o fornecimento de todos os insumos necessários, no prazo de até 05 (cinco) dias em regime de urgência.
Noticia que, atualmente com 49 anos, foi diagnosticada com artrose grave, sofrendo com dores intensas no joelho e impossibilidade de realizar suas atividades habituais, tendo sido encaminhada para realização de cirurgia de artroplastia total de joelho, em regime de urgência.
Afirma que o Sistema Único de Saúde se recusou em fornecer o procedimento cirúrgico, sendo que não tem condições de arcar com os altos custos do tratamento, motivo pelo qual ingressou com essa ação pleiteando o fornecimento pelo Sistema Único de Saúde.
Com a inicial vieram as documentações.
É o necessário. Passa-se a decisão.
Nos termos do art. 300 do CPC, a tutela de urgência deverá ser concedida quando presentes elementos de evidenciam o direito do interessado (fumus boni iuris), assim quando a demora do provimento jurisdicional poder resultar em dano irreparável ou de difícil reparação para parte (periculum in mora).
O direito a saúde, corolário da dignidade da pessoa humana, encontra-se agasalhado no art. 196 da Carta da República, daí por que o pedido inicial comporta acolhimento, porquanto a assistência integral à saúde, em se tratando de pessoa que não detém recursos financeiros suficientes, é medida que se impõe.
Como é cediço, a prestação de assistência à saúde, imposta pela Constituição Federal, é uma obrigação do Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação (AgRg no RE 259.508-0-RS, 2ª Turma, STF, RT 788/194). Assim, tanto cabe ao Estado como ao Município ou à União, indistintamente, providenciar o medicamento pleiteado.
Nesse sentido, é o precedente do STF:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO EM 29.8.2017. FORNECIMENTO DE ALIMENTO ESPECIAL A CRIANÇA PORTADORA DE ALERGIA ALIMENTAR. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. RE 855.178-RG. NECESSIDADE DE FORNECIMENTO DO ALIMENTO PLEITEADO. INEXISTÊNCIA NA LISTA DO SUS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 279 DO STF. 1. É firme o entendimento deste Tribunal de que o
PODER JUDICIÁRIO pode, sem que fique configurada violação ao princípio da separação dos Poderes, determinar a implementação de políticas públicas nas questões relativas ao direito constitucional à saúde. 2. O acórdão recorrido está alinhado à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento do RE 855.178-RG, Rel. Min. Luiz Fux, no sentido de que constitui obrigação solidária dos

entes federativos o dever de fornecimento gratuito de tratamentos e de medicamentos necessários à saúde de pessoas hipossuficientes. 3. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou a Turma Recursal de origem, quanto à necessidade de fornecimento do alimento especial pleiteado, seria necessário o reexame de fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC. Inaplicável o disposto no art. 85, § 11, CPC, porquanto não houve fixação de verba honorária nas instâncias de origem. (ARE 1049831 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 27/10/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-253 DIVULG 07-11-2017 PUBLIC 08-11-2017) (negritamos)
Para deferimento de aquisição de medicamentos, exames e cirurgia a ser custeado pelo sistema SUS, necessário se faz que a indicação do médico da rede pública de saúde demonstre e descreva a urgência para realização do procedimento, pois apenas assim poderia ser colocada em início da fila para realização do procedimento cirúrgico.
Apelação. Direito à saúde. Cerceamento de defesa. Inexistência. Cirurgia bariátrica. Realização de cirurgia eletiva. Urgência não demonstrada. Fila de espera. 1. Inexiste cerceamento de defesa quando a parte intimada a produzir provas se mantém inerte deixando precluir o prazo oferecido para tanto. 2. Não se comprovando urgência para a realização de procedimento cirúrgico, para que não ocorra afronta à isonomia, se faz indispensável aguardar a ordem cronológica de atendimento do SUS. 3. Apelo não provido. (TJ-RO - AC: 70027918620188220005 RO 7002791-86.2018.822.0005, Data de Julgamento: 20/05/2019) (negritamos)
O laudo médico acostado em id. 85583419, assim como a sua ficha de cadastro ara atendimento junto ao Sistema Único de Saúde (id. 85583419), apontam a necessidade de realização de tratamento cirúrgico ELETIVO.
Ou seja, em nenhum momento ficou demonstrado a urgência na realização do procedimento cirúrgico pretendido pela autora.
Os documentos médicos juntados garantem a necessidade de realização de cirurgia, mas não justifica a preterição do autor face aos demais pacientes na realização do procedimento, o que geraria lesão ao princípio da isonomia.
Não se está dizendo que o paciente não tem direito ao procedimento pretendido, mas que o mesmo deverá ser fornecido pelo SUS observando a ordem cronológica dos pacientes que também necessitam de tal procedimento.
Assim, em uma análise sumária, não se identifica elementos da probabilidade do direito a justificar que o juízo determine a cirurgia imediata, pois assim se estaria preterindo o procedimento pretendido em face dos demais pacientes que também aguardam o tratamento.
Ante o exposto, CONCEDO liminar em parte, apenas para determinar ao Estado que até o início de fevereiro apresente a data estimada para cirurgia eletiva da parte autora, indicando a fila das cirurgias eletivas agendadas e o lugar que a parte autora ocupa.
Caso haja mudança da condição de saúde da parte autora, com mudança da urgência, a parte autora poderá peticionar, requerendo nova decisão para avaliar se é caso de liminar para obrigar a cirurgia imediatamente.
Defere-se o benefício da justiça gratuita.
Cite o demandado para que apresente resposta no prazo legal.
Apresentada a contestação, manifeste-se o Autor, prazo de 15 (quinze) dias.
Tendo em vista que o pedido de produção de provas das partes deve ocorrerem com a inicial (art. 319, VI, CPC), em contestação (art. 336, CPC) ou em réplica (arts. 350 e 351, do CPC), após réplica venham conclusos para análise da necessidade de novas provas requeridas ou julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, do CPC.
Cite-se. Intime-se. Expeça-se o necessário.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2023 .
Audarzean Santana da Silva
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

VARA DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E JUVENTUDE

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 5 DIAS
Processo n. 7073485-53.2022.8.22.0001
RÉU: Nome: RODRIGO FRANCO MATIAS PEREIRA, sem qualificação nos autos, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimar o réu acima qualificado, da decisão abaixo transcrita.
SENTENÇA:"[...] O Artigo 2º da Lei n. 14.344/2022, define violência doméstica e familiar contra criança e adolescente nos seguintes termos:
"Artigo 2º Configura violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial:
I - no âmbito do domicílio ou da residência da criança e do adolescente, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que compõem a família natural, ampliada ou substituta, por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
III - em qualquer relação doméstica e familiar na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação".
De acordo com as informações prestadas à autoridade policial, a infante teria sido supostamente abusada na casa da avó onde morava, pelo sobrinho de seus avós.
Diante disse, tenho como configurada a violência da qual dispõe o inciso II e III, do art. 2º da referida lei.
É cediço que, conforme consagrado nas leis que integram o microssistema de proteção, em crimes de violência familiar a palavra da vítima deve ser considerada como de maior peso diante do modo e do meio em que se desenvolvem os fatos, em regra, distante de testemunhas.
O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/90), em seu art. 5º preceitua que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais."

No mesmo sentido, o caput do art. 3º do ECA estabelece que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e desenvolvimento, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.
Concomitantemente, o art. 3º da lei 14.344/2022 dispõe que "a violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente constitui uma das formas de violação dos direitos humanos."
Já o art. 20 do mesmo diploma legal estabelece que:
Art. 20. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente nos termos desta Lei, o juiz poderá determinar ao agressor, de imediato, em conjunto ou separadamente, a aplicação das seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:
I - a suspensão da posse ou a restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
II - o afastamento do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima;
III - a proibição de aproximação da vítima, de seus familiares, das testemunhas e de noticiantes ou denunciantes, com a fixação do limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
IV - a vedação de contato com a vítima, com seus familiares, com testemunhas e com noticiantes ou denunciantes, por qualquer meio de comunicação;
V - a proibição de frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da criança ou do adolescente, respeitadas as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
VI - a restrição ou a suspensão de visitas à criança ou ao adolescente;
VII - a prestação de alimentos provisionais ou provisórios;
VIII - o comparecimento a programas de recuperação e reeducação;
IX - o acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.
§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da vítima ou as circunstâncias o exigirem, e todas as medidas devem ser comunicadas ao Ministério Público.
§ 2º Na hipótese de aplicação da medida prevista no inciso I do caput deste artigo, encontrando-se o agressor nas condições referidas no art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, e o superior imediato do agressor ficará responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.
§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.
Dessa forma, resta cristalino que tanto o ECA quanto a Lei 14.344/2022 permitem que se valha de Lei ou outro meio que permita ações no sentido de resguardar o melhor interesse da criança e/ou adolescente.
Em outras palavras, entende-se que se trata de caso que permite o deferimento de medidas protetivas de urgência em favor da vítima, tendo em vista a gravidade dos fatos narrados, bem como em face da necessidade de salvaguardar a dignidade moral e física da criança de uma situação de risco em potencial.
Demais disso, o perigo na demora é notório posto que o risco da vítima é atual e iminente. A proibição de aproximação se demonstra plausível e, mais que isso, apresenta-se como medida mais adequada ao caso, vez que os elementos constantes dos autos indicam que o réu, supostamente, pretende fazer algum mal injusto e grave contra o infante.
Diante ao exposto, nos termos do art. 14, I; arts. 15, 16 e art. 20, II, III e IV, todos da Lei n. 14.344/2022, evidenciada, em Juízo de cognição sumária, a prática de violência familiar contra indícios de materialidade e autoria e, para salvaguardar a integridade física do ofendido, fixo medidas protetivas, PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, nos seguintes termos:
1- a proibição do requerido RODRIGO FRANCO MATIAS PEREIRA de se aproximar da vítima N. E. N. P, de seus familiares, das testemunhas e de noticiantes ou denunciantes, a menos de 100 (cem) metros de distância, pelo prazo supra, prorrogável mediante solicitação fundamentada e específica da representante da vítima, ou ainda manter contato com a mesma por qualquer meio de comunicação;
2 - Não poderá o requerido frequentar lugares que a menor tenha que necessariamente frequentar, tais como: escola e outros, a fim de que a integridade física e psicológica da mesma seja preservada.
Intime-se o infrator, cientificando-o de que o descumprimento das medidas protetivas de urgência ensejará o cometimento de crime disciplinado no artigo 25, da Lei 14.344/2022, sem prejuízo de outras sanções cabíveis ao caso, inclusive ser preso, para garantir a integridade física e moral da vítima e seus familiares. [...]"
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (Seg a sex - 07h-14h), Fone: 69 3309-7001, E-mail: cpe1gvpij@tjro.jus.br, 5 de janeiro de 2023.

2ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3217-1246 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7000268-40.2023.8.22.0001
Classe: Divórcio Consensual
INTERESSADO: C. V. D. B.
ADVOGADOS DO INTERESSADO: NAZARENO BERNARDO DA SILVA, OAB nº RO8429, DOUGLAS RICARDO ARANHA DA SILVA, OAB nº RO1779
INTERESSADO: D. R. D. M.
INTERESSADO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, CPC), devendo a parte autora recolher as custas ou fundamentar o pedido de gratuidade judiciária, juntando comprovante de seus rendimentos ou comprovando, por outro meio, a insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios.
Tanto o STJ quanto o CNJ, pela voz do seu Conselheiro Rui Stoco, tem proclamado que os magistrados devem analisar "com rigor os pedidos de gratuidade nas ações na Justiça", fundamentados na afirmação de que "não é justo que o espaço da Justiça Gratuita seja ocupado pelos que não necessitam" (texto disponível no: http:\\www.conjur.com.br/2009-mar-27/juiz-analisar-rigor-pedidos-gratuidade--rui-stoco).
Registre-se que, nos termos do disposto no § 1º do artigo 12 do Regimento de Custas do TJRO (Lei 3.896/2016), o valor mínimo de custas processuais é de R$ 127,38 (cento e vinte e sete reais e trinta e oito centavos) - Provimento Corregedoria Nº 026/2021.
Int. C.
Porto Velho-RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3217-1246 - Email: cpefamilia@tjro.jus.br7000185-24.2023.8.22.0001
Divórcio Consensual
REQUERENTES: M. A. A. P., J. L. B. F.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ORLANDO LEAL FREIRE, OAB nº RO5117, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE, OAB nº RO3010
SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de ação dissolução de união estável c.c. guarda, regulamentação e convivência e alimentos à menor G.A.B. (10 anos).
Ocorre que, em consulta ao PJe, verifiquei que tramitou no juízo da 4ª Vara de Família e Sucessões desta Comarca a ação nº 0000373-42.2014.8.22.0102, em que foram fixados os alimentos à menor, de modo que aquele juízo é o competente para processar o presente feito, ante a prevenção.
Assim, deixo de receber a inicial, para declinar da competência deste juízo em favor do juízo da 4ª Vara de Família e Sucessões de Porto Velho.
Promova a CPE a redistribuição.
C.
Porto Velho-RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3309-7000 / 3309-7170 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7000167-03.2023.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Requerente: SHEILA REGINA DA COSTA, RUA PARQUE 2881 CASCALHEIRA - 76813-086 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ANTHONY DOUGLAS COSTA DE SOUZA, RUA PARQUE 2881 CASCALHEIRA - 76813-086 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO, OAB nº RO816
Requerido: DOUGLAS OLIVEIRA DE SOUZA, RUA IVAN CURI 98, - DE 3658/3659 AO FIM JARDIM SANTANA - 76828-520 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, CPC), devendo a autora esclarecer a necessidade de propositura da presente demanda, haja vista a possibilidade de tal requerimento ser formulado nos autos originários (7040309-83.2022.8.22.0001). Inclusive, há de se ressaltar que, naqueles autos, o órgão empregador do requerido informou que os descontos foram devidamente implementados.
Int. C.
Porto Velho-RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3309-7000 / 3309-7170 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7036934-74.2022.8.22.0001
Classe: Inventário
Requerente: JANAINA SILVA LIANDRO BARBOZA
EVANDRO LIANDRO BARBOZA
CRISTIANE BARBOSA MENDES

IEDA SILVA BARBOSA
Advogado: ZILIO CEZAR POLITANO, OAB nº RO489
Requerido: EVALDO LIANDRO BARBOZA
Advogado: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de inventário dos bens deixado por EVALDO LIANDRO BARBOZA.
Indefiro o pedido de tutela de evidência colacionado sob o id 85562649.
Cediço que o inventário segue fases, que devem ser observadas por todos os envolvidos. Não há que se falar em expedição de alvará neste momento, mormente pelo fato de que o presente inventário está em fase de apuração do acervo patrimonial deixado pelo de cujus. Quando da fase de pagamento das dívidas do espólio, o requerimento poderá ser novamente apreciado.
Imperioso ressaltar que, sequer foi dado cumprimento às determinações contida nos itens 4.2. e 5 do despacho de id 82979935.
Se assim, em prosseguimento, cumpra a inventariante as determinações supramencionadas e, somente após, tornem conclusos para deliberação. Prazo: 15 (quinze) dias.
Int. C.
Porto Velho-RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

4ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7044336-12.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTES: L. C. F. M. E. R., F. F. R. B. R.
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: BRUNA CARNEIRO VASCONCELOS, OAB nº RO11443
EXECUTADO: A. E. R.
ADVOGADO DO EXECUTADO: TANANY ARALY BARBETO, OAB nº RO5582
Vistos,
Intime-se a parte exequente para se manifestar sobre a justificativa e os documentos apresentados pelo executado no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2023.
Silvana Maria de Freitas
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1ª Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7000195-68.2023.8.22.0001
Assunto: Pagamento em Consignação, Abatimento proporcional do preço , Dever de Informação
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: FRANCISCA NUNES DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: VINICIUS BATISTI STRINGHI, OAB nº RO10203
REU: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A, ITAU UNIBANCO S.A.
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
Valor: R$ 14.000,00
DECISÃO
Defiro a justiça gratuita, a parte autora se encaixa nos padrões de hipossuficiente.
Trata-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO com pedido de consignação em pagamento c/c danos morais e tutela de urgência, ajuizada por AUTOR: FRANCISCA NUNES DA SILVA em face de REU: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A, ITAU UNIBANCO S.A. .
Em síntese, relata que dirigiu-se a 1ª requerida e solicitou a antecipação do pagamento da fatura do Cartão de crédito PASSAÍ ITAU-CARD INTENATIONAL – no valor de R$ 7.666,77 (sete mil e seiscentos e sessenta reais e setenta e sete centavos) que venceria no dia 19/11/2022. Na oportunidade foi gerado um boleto, tendo efetuado o pagamento de apenas 4.000,00 (quatro mil reais e zero centavos), em virtude do cartão poupança (método utilizado para pagar a fatura) possuir limite para este tipo de transação. Discorre que informou a atendente da 1ª requerida que realizaria o pagamento do saldo remanescente no dia seguinte (18/11/2022), e que esta informou que tal procedimento não seria possível, e que o valor já pago (R$4.000,00) seria cancelado e estornado para a autora.
Afirma que no dia 18/11/22 verificou no extrato de sua conta que o valor não tinha sido estornado e que nesse mesmo dia retornou na 1ª requerida e pagou o saldo remanescente no importe de R$ 3.666,77 (três mil e seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e sete

centavos). Esclarece que no dia 08.12.22 os valores foram estornados para sua conta, e que verificou pelo aplicativo da 1ª requerida que o valor remanescente da fatura havia sido parcelado automaticamente pela 2ª requerida em m 12x de R$ 751,79 (setecentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos) totalizando R$ 9.021,48 (nove mil e vinte e um reais e quarenta e oito centavos). Aduz que tentou resolver de forma administrativa tal situação com a 1ª requerida, que informou que a fatura seria cancelada e que o banco iria gerar uma com os valores corretos no prazo de 24 horas, sendo enviada por e-mail, gerando o número de protocolo de nº 20223469635880000, contudo até a presente data não teve acesso ao boleto. Por isso requer a consignação do valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) faltante à época do vencimento da fatura de novembro de 2022, uma vez que o erro foi da 1ª requerida, evitando o parcelamento automático e Tutela de urgência para que as requeridas se abstenha de inscrever seu nome nos cadastros de inadimplentes e que a 2ª requerida cancele o parcelamento automático realizado do débito mencionado nos autos.

É o que há de relevante. Decido.

O CPC estabelece que:

Art. 300 - A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

Extrai-se do dispositivo supratranscrito que, para a concessão da tutela de urgência, faz-se mister a presença dos seguintes requisitos: elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional, especialmente a verossimilhança da alegação, estão presentes nos autos, tendo em vista que a autora juntou nos autos extrato da fatura do cartão (ID 85570844) que consta o total da fatura anterior (7.666,77), o pagamento efetuado (3.666,77) e o saldo financiado (R$ 4.000,00). Além do mais, a parte autora juntou documentos que comprovam a tentativa de pagar o valor de R$ 4000,00 (quatro mil reais), que foi estornado posteriormente em sua conta.

Também restou demonstrado que não obstante as diversas tentativas, o autor não logrou êxito em resolver o problema diretamente com a requerida, o que deve ser presumido como verdadeiro ante o principio da boa-fé que rege o processo civil.

O receio de dano irreparável ou de difícil reparação também se encontra presente em razão da requerida está sofrendo descontos mensais do parcelamento automático do débito.

No mais, o deferimento da antecipação da tutela não importará prejuízos à parte requerida, que poderá retomar os descontos caso não seja reconhecido o direito da parte autora

DEFIRO a consignação judicial e, em consequência, autorizo a parte autora a depositar os valores de R$ 4000,00 (quatro mil reais) no processo, por meio de guias de depósito específicas emitidas no site do TJ/RO. No prazo de 05 dias. Devendo ser juntado nos autos o comprovante, nos termos do art. 542, I, do CPC/15.

Assim, atento aos ditames do CPC, aos princípios da dignidade da pessoa humana e da defesa do consumidor em juízo, vislumbrando presentes os pressupostos legais, DEFIRO tutela de urgência, condicionado ao depósito judicial do valor discutido nos autos, para que que as Requeridas se abstenham de inscrever a requerente em qualquer serviço de proteção ao crédito; e que A segunda requerida, Itaú Unibanco, cancele o parcelamento automático realizado no cartão de crédito, PASSAÍ ITAUCARD INTENATIONAL, da requerente do valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) em discussão nos presentes autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Intime-se com urgência os requeridos.

Considerando o Ato Conjunto nº 009/2020 - PR-CGJ, que institui o protocolo de ação e as medidas a serem adotadas na prevenção ao contágio pelo coronavírus (Covid-19) no âmbito do

PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, diante da Classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, e com previsão de prorrogação do período de afastamento social, sobretudo com determinação de realização das audiências por videoconferência mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC) do TJRO, e o Provimento da Corregedoria nº 18/2020, publicado no DJe de 25/05/2020, as audiências da unidade jurisdicional, serão realizadas por videoconferência.

Esclareço que a audiência será realizada através do aplicativo whatsapp ou Hangouts Meet. Para tanto, os advogados, defensores públicos e promotores de justiça deverão informar no processo, em até 05 dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone para possibilitar a entrada na sala da audiência da videoconferência na data e horário preestabelecido. Seguindo os demais termos do Provimento da Corregedoria nº 18/2020.

Art. 2° Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual.

§ 1° As partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual.

§ 2° Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência.

§ 3° Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.

§ 4° Qualquer fato que tenha como consequência a impossibilidade de intimação daqueles que obrigatoriamente devem ser comunicados para participar da audiência por videoconferência implicará em movimentação do processo para deliberação do juiz natural.

Havendo acordo, este deve ser reduzido a termo pela conciliadora e assinado eletronicamente pelos advogados.

Cite-se a parte requerida conforme despacho inicial, destacando que o prazo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, iniciando a contagem a partir do dia seguinte da audiência de conciliação, conforme art. 303, §1º, inciso, III, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:

Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:

I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;

II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;

III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.
Caso as partes não queiram a realização da audiência preliminar por videoconferência deverão comprovar a situação de excepcionalidade devidamente justificada, caso o pedido seja da parte requerida o prazo para oferecimento da contestação será da data do protocolo de pedido de cancelamento.
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Encaminhem-se os autos a CEJUSC para providências.
Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Após, havendo contestação, intime-se o autor para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
Porto Velho - RO, 5 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO:
Intimação de:
REU: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A, ITAU UNIBANCO S.A.
AUTOR: FRANCISCA NUNES DA SILVA
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1a Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo:7048070-68.2022.8.22.0001
Classe:Procedimento Comum Cível
Assunto: Locação de Móvel, Cláusulas Abusivas
AUTOR: IALA MENDONCA COSTA
ADVOGADOS DO AUTOR: IRYS RINA DOS SANTOS MOLINARI, OAB nº RO12227, MARCUS VINICIUS SANTOS ROCHA, OAB nº RO7583, JESSICA VILAS BOAS DE PAULA, OAB nº RO7373, ANA CAROLINA SANTOS ROCHA, OAB nº RO10692
REU: I-VALUE TECNOLOGIA S.A., ZOGHBI NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 9.210,01
DECISÃO
Recebo a ação para processamento.
No caso, é de rigor que haja a concessão da tutela provisória de urgência, pois evidente a probabilidade do direito, o perigo de dano e o risco ao resultado útil do processo, conforme prevê o art. 300, caput da Lei 13.105/2015 – CPC.
Um dos documentos apresentados pela parte requerente demonstra que a requerida incluiu seu nome em cadastro de inadimplentes, decorrente de uma dívida ora contestada.
Compulsando os autos, entendo presentes os requisitos que autorizam a concessão da tutela de urgência (artigo 300 do CPC), uma vez que as informações e documentos anexados à inicial indicam que há verossimilhança nas alegações da autora, sobretudo, presume-se a boa-fé da parte requerente, mormente diante da tentativa de administrativamente solucionar a questão.
Todavia, considerando que a própria autora entende ser devido multa por descumprimento contratual, questionando-se somente eventual arbitrariedade ou cobrança em excesso, entendo que para a obtenção da tutela, por ser também a autora devedora, se revela prudente que a autora deposite judicialmente a quantia estipulada em contrato, a título de rescisão contratual.
Comprovado o depósito pela parte autora em Juízo, a medida de rigor deve ser pela concessão da tutela pleiteada, isso porque a permanência da parte autora nessa situação, a princípio injusta, mostra-se muito mais prejudicial que eventual reforma ou cassação da tutela de urgência, pois os danos decorrentes de uma restrição cadastral, mostram muito mais perniciosos e acachapantes, ensejando que se dê guarida à tutela pleiteada.
Assim também o é em razão da demora normal da marcha processual o que acarretará danos maiores do que aqueles já suportados pelo requerente, motivo pelo qual somente a concessão da tutela provisória de urgência poderá amenizar os efeitos futuros até o provimento final.
Ante o exposto, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA e, via de consequência: 1) determino que a parte autora, no prazo de 5 dias úteis, deposite a quantia de R$ 3.575,00 (três mil, quinhentos e setenta e cinco reais) em conta judicial vinculada ao presente feito; 2) com a juntada do comprovante, determino seja a requerida intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, suspender as cobranças do débito discutido nos autos e promover a retirada do nome da parte autora do cadastro de inadimplentes.
Oficie-se os Órgãos de Proteção ao Crédito, para que no prazo de 48h (quarenta e oito horas), façam a retirada do nome do (a) AUTOR: IALA MENDONCA COSTA, dos apontamentos de inadimplência referente a este processo, sob pena de desobediência.
Considerando a natureza da causa, determino que a CPE designe audiência de tentativa de conciliação junto ao CEJUSC-CÍVEL.
Considerando o Ato Conjunto nº 009/2020 - PR-CGJ, que institui o protocolo de ação e as medidas a serem adotadas na prevenção ao contágio pelo coronavírus (Covid-19) no âmbito do
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, diante da Classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, e com previsão de prorrogação do período de afastamento social, sobretudo com determinação de realização das audiências por videoconferência

mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC) do TJRO, e o Provimento da Corregedoria nº 18/2020, publicado no DJe de 25/05/2020, as audiências da unidade jurisdicional, serão realizadas por videoconferência. Esclareço que a audiência será realizada através do aplicativo whatsapp ou Hangouts Meet. Para tanto, os advogados, defensores públicos e promotores de justiça deverão informar no processo, em até 05 dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone para possibilitar a entrada na sala da audiência da videoconferência na data e horário preestabelecido. Seguindo os demais termos do Provimento da Corregedoria nº 18/2020.

Art. 2° Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual.

§ 1° As partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual.

§ 2° Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência.

§ 3° Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.

§ 4° Qualquer fato que tenha como consequência a impossibilidade de intimação daqueles que obrigatoriamente devem ser comunicados para participar da audiência por videoconferência implicará em movimentação do processo para deliberação do juiz natural.

Havendo acordo, este deve ser reduzido a termo pela conciliadora e assinado eletronicamente pelos advogados.

Cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, destacando que o termo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, iniciando a contagem a partir da data de audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:

Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:

I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;

II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;

III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.

Caso as partes não queiram a realização da audiência preliminar por videoconferência deverão comprovar a situação de excepcionalidade devidamente justificada, caso o pedido seja da parte requerida o prazo para oferecimento da contestação será da data do protocolo de pedido de cancelamento.

Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC), via DJe.

Encaminhem-se os autos ao CEJUSC para providências.

As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do CPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do CPC).

Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

Após, havendo contestação, intime-se a parte autora para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.

CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.

Porto Velho - RO, 5 de janeiro de 2023

Edenir Sebastião A. da Rosa

Juiz de Direito

Citação de:

NOME: REU: I-VALUE TECNOLOGIA S.A., JOSE DE SOUZA CAMPOS 1549, ANDAR 11 CAMBUI - 13025-320 - CAMPINAS - SÃO PAULO, ZOGHBI NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA, BENEDITO INOCECIO 4546, - DE 5882 A 6364 - LADO PAR LAGOINHA - 76812-590 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

A DECISÃO SERVE COMO OFÍCIO PARA:

SERASA: Av Carlos Gomes, 1223 - And-2 s-302 s-304, Centro, Porto Velho/RO- CEP: 76801-909

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito : Av. Carlos Gomes, nº 1490, Centro, Porto Velho/RO, CEP 76.801-109

SCPC - Serviço Central de Proteção ao Crédito: Encaminhar via e-mai: scpc@boavistaservicos.com.br

ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.

OBSERVAÇÃO: O prazo para responder a ação será de 15 (quinze) dias úteis, contados da audiência de conciliação ou de mediação; ou, no caso de desinteresse na realização de audiência de conciliação (art. 334, § 5º), deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição. Nos demais casos, o prazo iniciará a partir da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo (Art. 335, I, II, III, CPC). Caso não tenha condições de constituir advogado, deverá procurar o Defensor Público da Comarca, junto a Defensoria Pública do Estado, localizada à rua Padre Chiquinho 913, Pedrinhas, Porto Velho/RO. Por fim, o processo acima mencionado poderá ser consultado via endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

2ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Processo nº 7000292-68.2023.8.22.0001
Tutela Antecipada Antecedente
REQUERENTE: DIONES CLAUDINEI CAVALI, CPF nº 78352738291, AVENIDA ALPHAVILLE lote 132 AEROCLUBE - 76816-421 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCIANA FONSECA AZEVEDO, OAB nº RO5726
REU: SUL AMERICA SERVICOS DE SAUDE S/A, CNPJ nº 02866602000151, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2030, - DE 1964 A 2360 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos,
Tutela de urgência analisada em plantão.
Trata-se de pedido de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, nos termos do art. 303 e seguintes do CPC, movida por REQUERENTE: DIONES CLAUDINEI CAVALI em face de REU: SUL AMERICA SERVICOS DE SAUDE S/A alegando, em síntese, que é portador de Púrpura Trombocitopênicaidiopática e, em função da gravidade da doença, pela médica responsável pelo tratamento na cidade de Porto Velho, houve encaminhamento do requerente para São Paulo em busca de recursos médicos mais adequados à gravidade do seu quadro de saúde, onde acabou sendo internado em unidade de tratamento intensivo do Hospital São Luiz Morumbi - Rede Dor, com a prescrição da médica que acompanha o paciente na UTI da medicação Imunoglobina Humana, em caráter de urgência, diante da gravidade do seu estado de saúde, com contagem de plaquetas em 8 mil; menciona que, inobstante a prescrição médica, o relatório afirmando a necessidade da medicação com máxima urgência, a requerido solicitou o prazo de 48 horas para análise da dispensação da medicação. Informa que, quando ainda em Porto Velho, já houve dispensação da medicação Imunoglobina Humana pelo próprio requerido, nas datas de 25/11/2022 e 28/12/2022, sendo certo que, neste momento, diante de um quadro de saúde ainda mais grave, com a existência da medicação na unidade hospitalar, o prazo solicitado pelo plano de saúde acaba por colocar em risco a própria vida do paciente.
Esclarece que o requerente atualmente apresenta sangramento, com taxa de plaquetas extremamente baixa (8 mil), quando o valor mínimo de referência é 150 mil.
Nestes termos, requer, assim, que seja concedido o pedido de tutela de urgência para que a requerida promova a imediata autorização para imediata administração de Imunoglobina Humana, na dose de 1g/1kg/dia durante 3 dias para o aumento de plaquetometria do paciente, que encontra-se atualmente internado em vaga de UTI do Hospital São Luiz Morumbi (Rede Dor), conforme prescrição médica.
DECIDO.
Considerando a verossimilhança da afirmação de que a parte autora necessita do tratamento com a medicação Imunoglobina Humana, através do relatório médico apresentado (id n. 85583057) , ressalta-se o receio de dano de difícil reparação pelo risco gerado à saúde da requerente caso o respectivo procedimento não seja deferido, uma vez que a doença pela qual o autor foi acometido é de natureza grave, e a demora no atendimento da análise do pedido e dispensação da medicação deste tratamento pode agravar seu quadro de saúde de forma permanente.
Nesse sentido também o entendimento jurisprudencial:
Agravo de Instrumento. Ação de obrigação de fazer. Plano de saúde. Negativa de cobertura. Fornecimento de medicamento. Neoplasia. Mieloma múltiplo. Cobertura devida. Recurso desprovido. O plano de saúde não pode se recusar a custear medicamento prescrito pelo médico, ao argumento de que ele não consta do rol dos regulamentos da ANS, pois cabe ao médico definir qual é o melhor tratamento para o segurado, ainda que existam medicamentos similares para o mesmo fim. Precedentes do STJ. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800749-34.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 24/07/2019)
Ressalva-se e destaca-se o entendimento deste magistrado sobre a importância de ser observado o equilíbrio econômico financeiro dos contratos como imprescindível a manutenção dos serviços para todo o universo de usuários do plano, pois, em realidade, é esse universo que provê a subsistência financeira, razão pela qual não é possível considerar restrições relacionadas aos modelos ou tipos diversos de planos como intoleráveis ou ilegítimas por premissa.
De outro giro, em situações de emergências e gravidade e na indicação de maior abrangência do tipo ou modelo do plano de saúde as restrições de atendimento são situações de maior controvérsia.
Na situação critica do paciente com risco efetivamente grave configurado pela internação em UTI e tratando-se de controvérsia fixada sob o viés de extensão contratual e financeira e não em controvérsia sobre técnica abordagem médica alternativa, impõe considerar a prevalência do potencial de irreversibilidade da situação do paciente.
A discussão de extensão contratual nessa condição em que o segurado do plano de saúde que em situação crítica de risco à vida necessita de procedimento ou tratamento firmado como imperativo a sua sobrevivência configura situação jurídica que torna preponderante a medida de atendimento reclamada pelo paciente.
Registra-se que os beneficiários de tutela antecipada respondem objetivamente por eventuais danos e/ou prejuízos suportados pela parte Requerida como efeito do cumprimento da medida caso improcedente o pedido e revogada a tutela, com liquidação nos próprios autos, conforme previsão do art. 302, incisos e parágrafo único.
Presentes os requisitos exigidos pelo art. 303 do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de tutela antecipada requerida em caráter antecedente (art. 303 do CPC) formulada pela parte autora em face do réu REU: SUL AMERICA SERVICOS DE SAUDE S/A., no prazo de 8 (oito) horas, DETERMINO que a requerida autorize e/ou custeie o fornecimento do medicamento prescrito pelo médico nos IDs n. 85583057, ou seja, medicamento denominado IMUNOGLOBINA HUMANA, sob pena de multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia até o limite de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), podendo ser majorado em caso de descumprimento.
DEFIRO também o pedido formulado para que seja dada PRIORIDADE À TRAMITAÇÃO DESTE FEITO, uma vez que a autora é portadora de doença grave, com fulcro no artigo 1.048, inc., do NCPC.
Expeça-se o necessário para a intimação da parte demandada para o cumprimento da liminar deferida.

Ao requerido:
Fica desde já ADVERTIDO do constante no art. 304 do CPC, ou seja, caso não haja interposição do recurso respectivo, a decisão tornar-se-á estável em seus exatos termos, sendo o processo extinto, conforme determina o § 1º do art. 304 do CPC.
À requerente:
Considerando o procedimento escolhido, nos termos do inciso I do § 1º do artigo 303 do CPC, fica a parte autora intimada a, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o aditamento da petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final.
Fica desde já ressalvado que, nos termos do § 2º do mesmo dispositivo legal, caso não seja feito o aditamento, o feito será extinto sem resolução do mérito, com consequente revogação da tutela deferida.
Com o aditamento, tornem os autos conclusos para análise da petição, posterior determinação de citação da parte demandada para a apresentação de contestação, com a determinação de designação de audiência de conciliação e demais providências pertinentes ao rito.
SERVE COMO CARTA/MANDADO e outros expedientes necessários para o cumprimento da decisão, pelo Oficial de Justiça plantonista.
No mais, considerando a gravidade do caso, faculto ao patrono apresentar cópia da presente à Gerência Médica/Diretoria do Hospital em que o paciente encontra-se internado para que promova todas as diligências necessárias, ainda que durante o período da madrugada, para adoção de providências efetivas, objetivando o fornecimento do medicamento ao paciente.
Endereço para o cumprimento: REU: SUL AMERICA SERVICOS DE SAUDE S/A, CNPJ nº 02866602000151, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2030, - DE 1964 A 2360 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho , 4 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

6ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7035612-19.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: JBS S/A
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ARANY MARIA SCARPELLINI PRIOLLI L APICCIRELLA, OAB nº GO48554
EXECUTADO: DIBOI COMERCIO DE CARNES EIRELI - EPP
DECISÃO
1. Ao exequente para se manifestar sobre as informações fornecidas pelos sistemas SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD, requerendo o que de direito em 05 dias, sob pena de extinção/ arquivamento.
2. Caso requeira diligência no novo endereço, deverá comprovar o depósito das custas devidas da diligência negativa ou a taxa de expedição do AR.
3. Comprovado, expeça-se o necessário, inclusive carta precatória, desentranhe-se o mandado, observando o novo endereço indicado.
4. Decorrido o prazo sem manifestação ou sem comprovação do pagamento devido (item 2), voltem conclusos para extinção.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Audarzean Santana da Silva
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7079326-29.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento Provisório de Sentença
EXEQUENTE: PORTOSOFT
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PAULO BARROSO SERPA, OAB nº RO4923
EXECUTADO: MM SECURITIZADORA DE CREDITOS E RECEBIVEIS S.A.
SENTENÇA
Trata-se de ação de Cumprimento Provisório de Sentença proposta por EXEQUENTE: PORTOSOFT em face de EXECUTADO: MM SECURITIZADORA DE CREDITOS E RECEBIVEIS S.A..
Compulsando os autos verifico que, antes da citação/intimação, a parte autora pugnou pela desistência do feito (ID 85253313). Assim, tratando-se de direito disponível, não há óbice à desistência pretendida, razão pela qual, nos termos do parágrafo único, do art. 200, do CPC, homologo o pedido.
Isso posto, nos termos do art. 316 c.c. art. 485, VIII, ambos do CPC, julgo extinto o feito sem resolução do mérito.

Desnecessária a intimação da parte requerida desta sentença.
Sem custas finais.
Ante a preclusão lógica, a presente decisão transita em julgado nesta data.
P.R.I.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Audarzean Santana da Silva
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 0011857-08.2010.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: VANETE LUCAS LIMA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVANA FELIX DA SILVA, OAB nº RO4169
REQUERIDO: WISLEY DA SILVA MONTEIRO
DECISÃO
Em que pese o notificação/ofício de ID 84768159, verifica-se que o presente feito encontra-se extinto pela desistência, conforme sentença de ID 84766937, pág. 78, razão pela qual nesta data foi procedida a baixa no sistema RENAJUD, conforme comprovantes em anexo.
Desta forma, oficie-se ao DETRAN/RO em resposta ao ofício supramencionado, informando que este juízo não possui interesse no veículo listado, servindo a presente com ofício.
Por fim, remeta-se junto a presente resposta de ofício cópia das restrições baixadas e cópia da sentença de extinção, devendo ainda ser remetido via email, os quais estão indicado na parte final do ofício supra.
Após, arquive-se com as baixas devidas.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Audarzean Santana da Silva
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br 0295494-38.2008.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTES: COCAPASA - CONSTRUCOES, PAVIMENTACOES E SANEAMENTO LTDA - ME, ASSIS GURGACZ
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: JOSE CRISTIANO PINHEIRO, OAB nº RO1529, GILBERTO PISELO DO NASCIMENTO, OAB nº Não informado no PJE, ANDRE LUIZ DELGADO, OAB nº RO1825, EDUARDO RODRIGO COLOMBO, OAB nº PR42782, VILMA ELISA MATOS NASCIMENTO, OAB nº MT15719
REQUERIDO: CONSTRUTORA SAB LTDA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RAFAELA ARIANE ZENI DAUEK, OAB nº RO4583, FABRICIO GRISI MEDICI JURADO, OAB nº RO1751A, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO, OAB nº RO303, ERICA CAROLINE FERREIRA VAIRICH, OAB nº RO3893, KALIANA ANISSA PRADO NERY, OAB nº RO5654A, LEANDRO MARTINS PARREIRA, OAB nº MG86037, BARBARA QUEIROZ BORGES TESTA, OAB nº MG83492A
DECISÃO
1. SISBAJUD foram localizados valores ínfimos, os quais fora liberados pelo juízo, conforme comprovante em anexo.
2. INFOJUD negativo, conforme comprovante em anexo.
3. Em consulta ao sistema RENAJUD, foram localizados bens em nome do executado, no entanto, todos já possuem restrições, razão pela qual não foi realizada nenhuma restrição pelo Juízo, conforme demonstrativo em anexo.
4. Fica intimado o exequente, na pessoa de seus patrono, para querendo manifestar-se, em 5 dias, sob pena de suspensão.
5. Quedando a parte silente, desde já, suspendo o processo por 1 ano, período em que ficará suspenso o decurso do prazo prescricional.
6. Fica a exequente desde já intimada de que decorrido o prazo da suspensão, caso se mantenha inerte, terá início o decurso do prazo da prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, do CPC/2015).
7. Não há óbice para que o feito, a partir da suspensão, seja arquivado, pois prejuízo algum trará à parte exequente, que a qualquer momento poderá requerer o desarquivamento e prosseguimento da execução à vista de localização de bens penhoráveis em nome da parte executada (art. 921, §3º, CPC/2015).
Porto Velho, 28 de abril de 2021.
{orgao_julgador.magistrado}
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7041328-61.2021.8.22.0001
Classe: Monitória
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
ADVOGADOS DO AUTOR: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO, OAB nº RO3249, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA

REU: NATANAEL BENTO
DECISÃO
1. Ao autor para se manifestar sobre as informações fornecidas pelos sistemas SISBAJUD e INFOJUD, requerendo o que de direito em 05 dias, sob pena de extinção/ arquivamento.
2. Caso requeira diligência no novo endereço, deverá comprovar o depósito das custas devidas da diligência negativa ou a taxa de expedição do AR.
3. Comprovado, expeça-se o necessário, inclusive carta precatória, desentranhe-se o mandado, observando o novo endereço indicado.
4. Decorrido o prazo sem manifestação ou sem comprovação do pagamento devido (item 2), voltem conclusos para extinção.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Audarzean Santana da Silva
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7067955-68.2022.8.22.0001
Classe: Monitória
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
ADVOGADOS DO AUTOR: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO, OAB nº RO3249, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
REU: AFS DE OLIVEIRA COMERCIO
DECISÃO
1. Ao autor para se manifestar sobre as informações fornecidas pelos sistemas SISBAJUD e INFOJUD, requerendo o que de direito em 05 dias, sob pena de extinção/ arquivamento.
2. Caso requeira diligência no novo endereço, deverá comprovar o depósito das custas devidas da diligência negativa ou a taxa de expedição do AR.
3. Comprovado, expeça-se o necessário, inclusive carta precatória, desentranhe-se o mandado, observando o novo endereço indicado.
4. Decorrido o prazo sem manifestação ou sem comprovação do pagamento devido (item 2), voltem conclusos para extinção.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Audarzean Santana da Silva
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7033299-90.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: HENRIQUE NERY BORGES
ADVOGADO DO AUTOR: RAPHAEL TAVARES COUTINHO, OAB nº RO9566
REU: ERMEVAL DE LIMA MORENO, MARIA AUXILIADORA DE SOUZA MORENO
DECISÃO
1. Ao autor para se manifestar sobre as informações fornecidas pelos sistemas SISBAJUD, SIEL, RENAJUD e INFOJUD, requerendo o que de direito em 05 dias, sob pena de extinção/ arquivamento.
2. Caso requeira diligência no novo endereço, deverá comprovar o depósito das custas devidas da diligência negativa ou a taxa de expedição do AR.
3. Comprovado, expeça-se o necessário, inclusive carta precatória, desentranhe-se o mandado, observando o novo endereço indicado.
4. Decorrido o prazo sem manifestação ou sem comprovação do pagamento devido (item 2), voltem conclusos para extinção.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Audarzean Santana da Silva
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7055386-69.2021.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
EXECUTADOS: CLAUDEMIR SILVERIO, MARIA JOSE DE MORAES, MARIA JOSE DE MORAES 68996195120
DECISÃO
Indefiro o pedido de busca de valores via SISBAJUD, tendo em vista que ainda não formou-se a triangularização processual, pois a executada Maria tanto a pessoa física e a jurídica não foram citada da presente ação.

Desta forma, cite-se as executadas Maria, no endereço indicado ao ID 84047821, via Oficial de Justiça, da presente ação com as formalidades legais.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Audarzean Santana da Silva
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7066264-19.2022.8.22.0001
Classe: Monitória
AUTOR: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO AUTOR: SERVIO TULIO DE BARCELOS, OAB nº RO6673A, BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB nº AC4270, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: NELIDA DOS SANTOS ROCA EIRELI
DECISÃO
1. Ao autor para se manifestar sobre as informações fornecidas pelos sistemas SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD, requerendo o que de direito em 05 dias, sob pena de extinção/ arquivamento.
2. Caso requeira diligência no novo endereço, deverá comprovar o depósito das custas devidas da diligência negativa ou a taxa de expedição do AR.
3. Comprovado, expeça-se o necessário, inclusive carta precatória, desentranhe-se o mandado, observando o novo endereço indicado.
4. Decorrido o prazo sem manifestação ou sem comprovação do pagamento devido (item 2), voltem conclusos para extinção.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Audarzean Santana da Silva
Juíza de Direito

7ª VARA CÍVEL

Processo n. 7001558-61.2021.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: FLAVIO BRUNO AMANCIO VALE FONTENELE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FLAVIO BRUNO AMANCIO VALE FONTENELE, OAB nº RO2584
EXECUTADO: JOAO BORGES NETO
ADVOGADO DO EXECUTADO: SARAH MILHOMEM FERNANDES, OAB nº GO21243
Valor da Causa: R$ 3.178,01
Data da distribuição: 15/01/2021
DECISÃO
Considerando que houve erro nas transferências eletrônicas dos alvará anteriores (extratos em anexo), expeço-os novamente as transferência dos valores para as contas informadas no ID n. 85345370 e 85569145 .
Nessa oportunidade expeço ordem de transferência bancária dos valores constantes na conta judicial n. 2848/040/1803361-5, da seguinte forma:
a) o valor de R$ 869,70 (oitocentos e sessenta e nove reais e setenta centavos) em favor do executado JOÃO BORGES NETO a ser debitado na conta bancária de sua advogada (Banco Nubank – Ag. 0001 – Conta corrente n. 80450031-5 – ID n. 85345370), com a ressalva de que deverá permanecer saldo em conta.
b) o valor de R$ 1.178,80 (mil cento e setenta e setenta e oito e oitenta) em favor do exequente FLÁVIO BRUNO AMANCIO VALE FONTENELE a ser debitado na conta bancária da sociedade de advogado da qual faz parte (Banco Sicoob – Ag. 3315 – Conta corrente n. 14876-8 – titular: Vale Sociedade Individual de Advocacia – CNPJ n. 04.865.646/0001-92).
Custas finais pela parte executada.
Intime-se a parte executada para, em 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. O boleto para pagamento das custas pode ser acessado por meio do link http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/controleCustas.jsf;jsessionid=dccoQd1AaWrwh9NanNJexU9rqyeiA0evkxvPueuJ.wildfly01:custas1.1
Recolhido o valor, arquive-se.
Não havendo recolhimento, cumpra-se o disposto no art. 35 e seguintes da Lei n. 3.896/2016 e art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG. Após, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7003927-28.2021.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: FLAVIO BRUNO AMANCIO VALE FONTENELE

ADVOGADO DO EXEQUENTE: FLAVIO BRUNO AMANCIO VALE FONTENELE, OAB nº RO2584
EXECUTADO: JAQUELINE MACEDO DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO: REMOLO BARBOSA RODRIGUES, OAB nº RO10344
Valor da Causa: R$ 3.178,01
Data da distribuição: 30/01/2021
DECISÃO
Considerando que houve erro na emissão eletrônica do alvará anterior (extratos em anexo), expeço-os novamente a transferência dos valores para a conta informada no ID n. 85569147.
Expeço ordem de transferência bancária em favor da parte exequente FLÁVIO BRUNO AMANCIO VALE FONTENELE (VALE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA), para levantamento do valor constante na conta judicial n. 2848/040/1785182-9.
Após arquive-se.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7038044-50.2018.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: BRUNO DE SOUZA FREIRE
ADVOGADO DO REQUERENTE: GENIVAL FERNANDES DE LIMA, OAB nº RO2366
REQUERIDO: BRENDA CAINE FARIAS DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERIDO: JOAO PAULO REZENDE VIANA, OAB nº RO10506
Valor da causa: R$ 13.067,30
DESPACHO
DEFIRO o bloqueio de valores. Segue em anexo o comprovante de realização de diligência eletrônica pelo sistema SISBAJUD.
Manifeste-se o exequente, em 15 (quinze) dias, quanto a impugnação apresentada pelo executado (ID n. 85559121)
Decorrido o prazo da parte exequente para se manifestar, venha o processo concluso para decisão.
Intime-se.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

8ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia -
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 8ª Vara Cível Processo nº: 7011993-02.2018.8.22.0001 Classe: Cumprimento de sentença Assunto: Contratos Bancários EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, FABRICIO DOS REIS BRANDAO, OAB nº AP11471, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A EXECUTADOS: TATIANE DE SANTANA LIMA, LIVRARIA E PAPELARIA DUQUE LTDA - ME ADVOGADO DOS EXECUTADOS: VANESSA RODRIGUES ALVES MOITA, OAB nº RO5120A
S E N T E N Ç A
1) Trata-se de fase de cumprimento de sentença em que houve acordo recém homologado, com abatimento de mais 90% da dívida. O credor em último petição indica que já houve o pagamento do acordo, assim reconhece-se extinto o processo pelo previsto no art. 924, II, do CPC/2015.
2) A devedora informa que seu nome está inscrito em protesto por custas judiciais e pede sua baixa em razão das previsões do acordo.
Pois bem, no formulário de acordo em si consta:
15. Quando a presente proposta envolver operação de crédito em cobrança judicial (...) o acordo importará em: (V) assunção, pelo devedor, do pagamento das custas finais e honorários advocatícios de seu patrono e do advogado do credor. Da interpretação literal, o que se tem é que as custas seriam responsabilidade da devedora, como naturalmente seriam sem que houvesse essa estipulação no acordo.
Na manifestação de precedeu ao acordo, sendo assinada por ambas as partes e podendo ser considerada também parte integrante do acordo consta:
o executado restituirá ao Banco o valor das despesas processuais no valor de 2.660,20. Este ponto se refere a despesas que o banco já teve com o processo e a devedora ressarciu-lhe. Não houve especificação sobre quais despesas se referem mas folheando os autos conclui tratar-se das custas iniciais (ID 17248919) com atualização ou das custas iniciais com as custas das diligências para tentar constringir bens e direitos da devedora:
Menciona-se que houve também despesa de honorários periciais em R$ 2.774,00 (ID 30105713) custeado pelo credor. A perícia não aconteceu, e por impasse processual esse valor ao invés de ser devolvido ao banco credor, foi levantado por advogado da devedora (ID 41260282). O banco credor não exigiu seu ressarcimento quanto a este ponto.
Na sentença que encerrou a fase de conhecimento do processo, a devedora ficou responsáveis pelas custas processuais integrais do processo até aquele momento (ID 37784571), vale dizer, as custas iniciais pagas pelo credor deveria ressarcí-lo, assim como eventuais outras custas como de diligências para a citação, e ficava responsável por pagar ao Judiciário, as custas finais da fase de conhecimento (1%) e a segunda parcela das custas iniciais que não havia sido paga pelo credor (1%).

O protesto reclamado, do qual se pede baixa, se refere às custas finais da fase de conhecimento, das quais a devedora foi intimada a seu pagamento em 14/07/2020, ID 42559928, sendo encaminhada ao protesto conforme certidão de ID 46469696, juntamente com a segunda parcela das custas iniciais.
Assim, indefere-se o pedido de baixa do protesto, vez que, as custas protestadas ainda não foram pagas, e no acordo apresentado, não se encontra a transferência de responsabilidade deste tributo para o banco credor, assim estando correto do devedor apontado no protesto.
Já houve a inscrição em dívida ativa, ID 53517482.
Sem custas finais da fase de cumprimento de sentença, ante o acordo realizada e a previsão de isenção no Regimento de Custas.
Informa-se que no estado atual das dívida tributária de custas processuais, o meio para seu pagamento e baixa tanto na inscrição em dívida ativa e protestos dela derivados é a através da SEFIN - Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia (https://www.sefin.ro.gov.br/ e https://dare.sefin.ro.gov.br/adm). O comprovante de pagamento deve ser juntado neste processo judicial com pedido de baixa tanto da dívida ativa quanto do protesto. Com relação à dívida ativa a baixa é feita on line pela própria CPE - Central de Processos Eletrônicos. Já quanto ao protesto, é emitido pela CPE, neste processo, uma carta de anuência para ser levada pelo interessado ao respectivo cartório de notas para a baixa do protesto.
2) A médica requerida sofreu constrições parciais de valores em duas de suas fontes de remuneração. Com o acordo homologado judicialmente, já foi providenciada a informação a uma dessas fontes, Superintendência de Gestão de Pessoas do Estado de Rondônia - SEGEP, todavia, quanto à outra fonte pagadora, UNIMED, não foi adotada a mesma providência.
Proceda a CPE com ofício à Unimed para que cesse os descontos parciais na remuneração da médica requerida, determinadas pelo ofício de ID 80674321, posto que a dívida deste processo já foi quitada.
3) Resta pendente de entrega ao banco credor, um dos depósitos feitos pelas fontes de remuneração da devedora:
Unimed ID 80674321
Considerando os dados bancários já indicados anteriormente no ID 61126596
foi expedido neste ato, alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos.
Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico, como o beneficiário, a conta destino e os valores:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 658,08 LIVRARIA E PAPELARIA DUQUE LTDA - ME 10472623000110 1706546 - 7 Sim Banco do Brasil S.A. (001) Ag.: 4935 C.: 29033322-9 R$ 0,07 LIVRARIA E PAPELARIA DUQUE LTDA - ME 10472623000110 1784394 - 0 Sim Banco do Brasil S.A. (001) Ag.: 4935 C.: 29033322-9 TOTAL
R$ 658,15O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na sua conta bancária por cerca de 3 dias, e então confirmar sua chegada. Caso os valores não apareçam, deverá informar tal fato neste processo. indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Caso ocorra algum impasse na entrega dos valores, desde já, fica a CPE autorizada a proceder com sua entrega mediante a expedição de alvará tradicional ou ofício à Caixa.
Zerada a conta judicial, estará o processo apto ao arquivamento quanto a este ponto.
4) Aguardem-se 30 dias, para eventual pedido de baixa de protesto e dívida ativa munido com comprovante de pagamento da custas protestadas. Menciona-se que isso pode ser feito, mesmo depois de o processo arquivado, bastando simples peticionamento, já que tratam-se de autos virtuais.
Também aguarde-se tal prazo, para o caso de que alguma das fontes remuneradoras da médica requerida façam algum novo depósito, antes de receberam a comunicação de que devem cessar a penhora parcial de remuneração. Caso isso ocorra, com o surgimento de novo depósito judicial, proceda sua entrega ao banco credor.
P. R. I.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2023 .
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br Processo nº: 7016470-68.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Inadimplemento
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROZINEI TEIXEIRA LOPES, OAB nº RO5195A
EXECUTADO: A D GRACILIANO BRAGA - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: SAMIA SILVA DE CARVALHO, OAB nº RO10972 SENTENÇA
1) Trata-se de fase de cumprimento de sentença, houve a terceira apresentação de acordo para homologação, o qual encontra-se assinado e não apresenta vícios ou abusividades aparentes.
Posto isso, homologo por sentença o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas, formando-se um título executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 523 do CPC/2015, em caso de descumprimento.
Note-se que a dívida originária fora extinta por força da novação via acordo.
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo 924, inciso III, do CPC/2015.
Honorários conforme acordo e isentas custas finais da fase de cumprimento de sentença.
2) Em anexo, relatório de desbloqueio dos valores captados pelos SISBAJUD em 19 de dezembro de 2.022, R$ 3.031,64.
3) No sistema SISBAJUD, estava operando a ferramenta repetição programada, “teimosinha”, a qual, durante determinado lapso, automaticamente faz várias tentativas de bloqueio de valores em contas bancárias vinculadas ao CNPJ da devedora. Neste ato foi interrom-

pida essa programação, todavia, o sistema SISBAJUD opera com um prazo de até 48h pra cumprimento das determinações judiciais, assim, poderá continuar atuando por esse prazo, a dinâmica de bloqueios sucessivos.
4) Arquive-se.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2023 .
{{orgao_julgador.magistrado}}
Juiz (a) de Direito

9ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br
Número do processo: 0003649-64.2012.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: COOPERFORTE- COOP DE ECON. E CRED. MUTUO DOS FUNCI.DE INSTITUICOES FINANCEIRAS PUBLICAS FEDERAIS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SADI BONATTO, OAB nº MT10011
Polo Passivo: ALMINO MARCELO MONTEIRO AFFONSO COELHO
ADVOGADO DO EXECUTADO: ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA, OAB nº RO6308
DECISÃO
Tratam os autos de cumprimento de sentença promovido por COOPERFORTE- COOP DE ECON. E CRED. MUTUO DOS FUNCI.DE INSTITUICOES FINANCEIRAS PUBLICAS FEDERAIS LTDA em face de ALMINO MARCELO MONTEIRO AFFONSO COELHO.
Citada a pagar, a parte executada deixou transcorrer o prazo sem efetivar o pagamento do débito.
A constrição através do sistema SISBAJUD restou parcialmente frutífero, penhorando R$ 4.697,04.
Inconformada, a parte executada impugnou a penhora alegando receber benefício previdenciário por incapacidade, sendo as verbas bloqueadas em sua conta no Banco Bradesco (no importe de R$ 4.697,04) possuem natureza salarial, portanto, impenhoráveis. Juntou cópias do extrato bancário.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
O art. 833, inciso IV, do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) estabelece que são impenhoráveis "os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º". Todavia, tal impenhorabilidade é passível de mitigação, levando-se em conta a razoabilidade de cada caso, senão vejamos.
A demanda já foi enfrentada no Superior Tribunal de Justiça, onde, por meio da sua Corte Especial, entendeu que é possível penhorar salário do devedor, mesmo não se tratando de execução forçada de obrigação de pagar alimentos. Ou seja, mitigou a impenhorabilidade do salário do devedor, mesmo que não se trate de obrigação de natureza alimentar.
De outro lado, não há como manter a penhora realizada em sua totalidade, sendo certo que a verba proveniente do salário, serve para sustentação da parte executada, além do dever de arcar com seus débitos.
Diante disto, trata-se de situação excepcional, admitindo, portanto, a relativização da regra e mitigação da impenhorabilidade das verbas, sem contudo deixar de preservar o suficiente para garantir a subsistência digna pessoal e familiar da parte executada. Neste sentido:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE 30% DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EXCEPCIONAL POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DA TEORIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO NA HIPÓTESE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.
1. O Tribunal de origem adotou solução em consonância com a jurisprudência do STJ, segundo a qual é possível, em situações excepcionais, a mitigação da impenhorabilidade dos salários para a satisfação de crédito não alimentar, desde que observada a Teoria do Mínimo Existencial, sem prejuízo direto à subsistência do devedor ou de sua família, devendo o Magistrado levar em consideração as peculiaridades do caso e se pautar nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. [...] (AgInt no AREsp 1386524/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 28/03/2019).
Diante de todo o exposto, bem como da excepcionalidade do presente caso, MANTENHO A PENHORA realizada na conta do executado, todavia DETERMINO A REDUÇÃO DA PENHORA PARA O PATAMAR DE 30% do valor líquido bloqueado em sua conta bancária mantida junto ao Banco Bradesco.
Neste ato, promovo a transferência do valor corresponde ao percentual de 30% sobre o valor bloqueado de R$ 4.697,04, permanecendo o bloqueio judicial apenas sobre o valor de R$ 1.409,11, bem como promovo a liberação do valor remanescente. Quanto a este último, consigno que houve apenas o bloqueio, de tal modo que sua liberação se dará na respectiva conta, conforme anexo.
Em relação aos demais valores bloqueados em contas judiciais distintas, mas não impugnados, procedi com a respectiva transferência para a conta judicial.
Intime-se.
Prazo de 15 dias.
Caso não haja impugnação, desde logo, determino expedição de alvará para liberação dos valores em favor da parte exequente, cujo levantamento deve ser comprovado em 5 dias ou ofício para transferência caso haja a indicação de conta bancária pela parte.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7000243-27.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: DEBORA OLIVEIRA SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIA DE OLIVEIRA LIMA, OAB nº RO3495
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
I - DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA E DO PAGAMENTO DAS CUSTAS
Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação do art. 98 do CPC, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isso porque a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido dispositivo, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que o magistrado deve decidir se a declaração de insuficiência financeira coaduna-se com os demais elementos contidos nos autos e, caso entenda não haver subsídios suficientes, determinar que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
No caso dos autos, a inicial veio acompanhada de documentos suficientes para o indeferimento do benefício. Isso porque, os comprovantes de rendimentos e de despesas demonstram que a demandante possui condição de arcar com as custas e despesas processuais, já que realizou viagem de férias para Caldas Novas com um total de gastos de mais de R$ 9.000,00 em reservas de hotel (ID n. 85576470).
A autora juntou contracheque referente ao mês de agosto/2022 onde resta demonstrando que o recebimento líquido da autora foi de R$ 4.910,91. Valor este muito superior ao montate das custas processuais do presente feito - R$ 348,35 (2%).
Ademais, a matéria debatida nos autos é de baixa complexidade e admite ajuizamento no Juizado Especial. Não obstante seja uma faculdade da parte propor a ação na justiça comum, caso o faça, deve arcar com as despesas decorrentes do processo.
Dessa forma, defiro à parte autora o prazo de 15 (quinze) dias para comprovar o recolhimento das custas iniciais, estando a efetivação da tutela condiciona ao cumprimento de tal requisito.
II - DA TUTELA DE URGÊNCIA (INTIMAÇÃO VIA SISTEMA)
Tratando-se de pedido de tutela provisória de urgência antecipada, em juízo de probabilidade sumário, o magistrado deve constatar provada a probabilidade do direito do autor, o risco de dano, e a reversibilidade do provimento, nos termos do artigo 300 caput e §3º do CPC.
No caso em apreço, verifico que assiste razão a parte autora. Explico.
O requerente questiona faturas, referentes a recuperação de consumo, nos valores de R$ 7.417,36, oriundas dos Termos de Ocorrência e Inspeção (TOI) 93436079.
Com relação a estas faturas, constata-se a presença dos requisitos acima descritos, tendo em vista que o autor questiona a legalidade da cobrança decorrente dos débitos, vindo a comprovação nos autos do corte efetivado (ID n. 85576466), evidenciando o periculum in mora.
Além disso, é pacífico neste Tribunal o entendimento de que o corte de energia por recuperação de consumo é ilegal, pois o corte pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, o que deixa certo o fumus boni iuris quanto a esta fatura.
Nos termos do artigo 300, §3º do CPC, a providência pretendida é reversível, sendo plenamente possível o retorno ao status quo ante, pois em caso de eventual improcedência da demanda, a ENERGISA poderá retomar as cobranças em face do autor, não se operando nenhum prejuízo.
Assim, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA para determinar que a ré restabeleça o fornecimento de energia elétrica da Unidade Consumidora: 20/55614-2, em razão do débito referente ao Termo de Ocorrência e Inspeção n. 93436079 (no valor R$ 7.417,36), no prazo de 8 horas, sob pena de multa no valor de R$ 200,00 por hora de atraso, até o limite de R$ 10.000,00, bem como se abstenha de incluir o nome da parte autora nos órgãos de restrição de crédito em razão de tais débitos.
III- DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
A prática desde Juízo revela que muitas empresas, tais como a ré, não ofertam propostas de acordo nas audiências preliminares realizadas pelo CEJUSC, razão pela qual é contraproducente designar tal ato.
É direito e garantia fundamentais do jurisdicionado, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5ª, LXXVIII, CF/88).
Nesse sentido, o
PODER JUDICIÁRIO despende quantias altíssimas para manter sua estrutura funcionando em prol da sociedade. Não raro, partes e advogados formalizam reclamações pedindo celeridade na tramitação de suas ações, considerando a demora para o julgamento de muitas ações em razão de diversos fatores.
No entanto, com o acúmulo de processos; proposição em massa de ações e a infraestrutura aquém da real necessidade demandada, pesa aos cofres públicos a designação de atos inúteis no processo, seja na perspectiva financeira ou na perspectiva temporal, já que toda a Estrutura do Judiciário converge para a realização de um ato - no caso a audiência preliminar para tentativa de conciliação - que, por fim, se revela inócuo à finalidade para a qual foi concebido, impactando diretamente na solução rápida do litígio, o que vai contra a à Constituição Federal.

IV - PROVIDÊNCIAS PELA CPE
1- Intimo a parte autora, via advogado, para comprovar o pagamento das custas iniciais (2% do valor atribuído à causa), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.
1.1- Se ficar inerte, conclusos para indeferimento da inicial (extinção).
1.2- Caso haja o recolhimento das custas iniciais:
a) INTIME-SE A ENERGISA ACERCA DA TUTELA PROVISÓRIA INCIDENTAL ORA DEFERIDA. Em conformidade com a comunicação institucional veiculada pela CGJ via Ofício Circular - CGJ 267/2021 a intimação deverá ocorrer:
a.1) via e-mail: protocolojudicial@energisa.com.br, com cópia para luizfelipe.lins@energisa.com.br, caso a decisão tenha sido proferida no horário regular de expediente (7h às 14h);
a.2) via oficial plantonista, se proferida a decisão após o horário regular de expediente.
2- Considerando o disposto no art. 2º, §2º, da Resolução 246/2022 TJRO c.c. ato 994/2022, publicado no DJ 141, de 01.08.2022, que criou e instituiu o 2º Núcleo de Justiça 4.0, com especialização nas demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica e abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado, visando a prevenção de decisões contraditórias sobre o mesmo tema ora unificado, manifestem-se a parte autora, em 5 dias, acerca da concordância e aceitação da remessa dos autos ao núcleo especializado na matéria de que trata a petição inicial.
Ressalto que no Núcleo 4.0 o processo seguirá pelo rito processual comum, inclusive com a realização de perícia e de audiência de instrução, caso necessário.
3- Com a aceitação expressa ou decorrido o prazo sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao núcleo supra citado.
SERVE COMO MANDADO A SER CUMPRIDO POR OFICIAL DE JUSTIÇA PLANTONISTA OU EMAIL, CONFORME O CASO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
RÉU: ENERGISA - Avenida Imigrantes, n° 4137, Bairro Setor Industrial, CEP: 76.821-063, na cidade de Porto Velho/RO.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7088177-57.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: FORMOSA ROMA SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: LUCIO FELIPE NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO8992
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Custas pagas (1%).
I - DA TUTELA DE URGÊNCIA (INTIMAÇÃO VIA SISTEMA)
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com reparação por danos morais com pedido de tutela de urgência, ajuizada por AUTOR: FORMOSA ROMA SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDAem face de REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
A parte autora aduz que foi surpreendido com o recebimento da fatura de referência outubro e novembro de 2022, pelo suposto consumo de 4.954 Kwh e 4.585 Kwh referente a UC 20/2212824-3, nos valores de R$ 3.270,78 (três mil duzentos e setenta reais e setenta e oito centavos) e R$ 3.039,97 (três mil e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), conforme se infere da documentação instrutória anexa. Alega que a média dos últimos 12 meses anteriores à aludida cobrança é de 837 kWh, gerando um valor médio de fatura de R$ 682,55 reais, razão pela qual o requerente refuta a cobrança. Narra que as cobranças estão erradas e carecem de revisão. Afirma que a empresa atua no mesmo ramo da antiga empresa, e os valores das contas são similares, apenas dos meses de outubro e novembro que estão totalmente fora do padrão.
É o relatório. Decido.
Compulsando os autos, não se percebe o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da tutela de urgência.
A parte autora confirma não ter realizado o pagamento da fatura de energia, logo, reconhece a dívida, limitando-se a discordar do montante cobrado pela concessionária.
Logo, ao menos em sede de cognição sumária, denota-se que a cobrança encontra respaldo no inadimplemento do débito, confirmado pelo próprio consumidor.
A discussão acerca do percentual gasto da unidade consumidora importa em maiores digressões, sendo inviável sua realização neste momento processual.
Logo, é justo e acertado que se aguarde a produção de demais provas, a fim de que que eventual concessão do pedido ocorra mediante julgamento de mérito e não via liminar, como solicitado pela parte.
Ademais, a simples elevação de consumo não implica presunção de irregularidade.
Ante o exposto INDEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado na petição retro.
II - PROVIDÊNCIAS
1- Considerando o disposto no art. 2º, §2º, da Resolução 246/2022 TJRO c.c. ato 994/2022, publicado no DJ 141, de 01.08.2022, que criou e instituiu o 2º Núcleo de Justiça 4.0, com especialização nas demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica e abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado, visando a prevenção de decisões contraditórias sobre o mesmo tema ora unificado, manifeste-se a parte autora, em 5 dias, acerca da concordância e aceitação da remessa dos autos ao núcleo especializado na matéria de que trata a petição inicial.

Ressalto que no Núcleo 4.0 o processo seguirá pelo rito processual comum, inclusive com a realização de perícia e de audiência de instrução, caso necessário.
2- Com a aceitação expressa ou decorrido o prazo sem manifestação da parte, encaminhem-se os autos ao núcleo supra citado.
Porto Velho, 5 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7000280-54.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MARGALE APARECIDA DE SILVIO SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: LEONARDO FERREIRA DE MELO, OAB nº RO5959
Polo Passivo: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Considerando os documentos juntados nos autos, defiro a gratuidade. Registre-se no PJE.
DA TUTELA DE URGÊNCIA
Trata-se de ação de ordinária que MARGALE APARECIDA SILVIO SILVA endereça a AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A, com pedido de tutela provisória de urgência para determinar a manutenção do plano de saúde contratado.
Narra a autora que adquiriu o plano de saúde URES – ESSENCIAL III, junto a requerida, sob o n° de Registro 321338, n° da carteira 228700-5, no valor de R$ 207,62 mensais, através da associação da União Rondoniense Dos Estudantes Secundaristas – URES. Ressalta que sempre adimpliu com a ré, pagando sem atraso mês a mês, conforme comprovantes anexo aos autos.
Assevera acerca da necessidade de manter o plano de saúde pois está fazendo um tratamento para poder engravidar, chamada de Fertilização in vitro (FIV), uma vez que uma idade mais avançada (37 anos) e precisa passar por uma bateria de exames, conforme encaminhamentos médicos anexos.
Relata que, no dia 01/12/2022, recebeu uma notificação da requerida em sua residência que informava a rescisão do contrato de plano de saúde sem coparticipação, e que o plano teria validade até a data de 31/12/2022 e que após a data mencionada, a autora poderia optar por um novo plano ofertado pela a requerida, mas que seria um plano de saúde coparticipativo.
Aduz que não há previsão contratual de término de serviço, bem como não teria condições de arcar com um valor tão acima do que já paga.
É o breve relatório.
Tratando-se de pedido de tutela provisória de urgência (antecipada), em juízo de probabilidade sumário, o magistrado deve constatar provada a probabilidade do direito do autor, o risco de dano, e a reversibilidade do provimento, nos termos do artigo 300 caput e §3º do CPC.
No caso em apreço, percebe-se que a requerente necessita do plano de saúde pois está fazendo um tratamento para que possa engravidar, possuindo encaminhamento de exames a serem realizados. Assim, o cancelamento repentino causaria grandes prejuízos. A manutenção do plano de saúde contratado é medida cabível até que se tenha o contraditório e a solução da lide. Isso demonstra a probabilidade do direito vindicado.
O perigo de dano, por seu turno, decorre da prejudicialidade caso o cancelamento do plano de saúde ocorra, uma vez que poderá trazer dano de incerta reparação a requerente, que ficará sem cobertura médica em rede privada, mesmo estando em tratamento de fertilização in vitro, e com encaminhamentos para realização de exames.
Finalmente, deve-se considerar que, nos termos do artigo 300, §3º do CPC, a providência pretendida é reversível, e os valores das mensalidades do período coberto por força judicial cobrado normalmente.
Ressalva-se que a concessão de tutela provisória implica responsabilidade objetiva do beneficiado por ela em ressarcir e indenizar a parte requerida em caso de posterior improcedência e revogação da medida.
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela provisória urgente satisfativa (antecipada) para o fim de determinar que a requerida mantenha o plano de saúde da requerida, nos moldes da contratação inicial, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 até o limite de R$ 5.000,00.
DAS PROVIDÊNCIAS:
1- Agende-se no PJE audiência de conciliação, de acordo com a pauta disponibilizada pelo CEJUSC. Considerando as medidas de saúde pública adotadas para diminuir o risco do contágio/propagação do COVID-19, a solenidade será realizada por videoconferência (Google Meet ou Whatsapp), observando os termos do Provimento da Corregedoria n° 018/2020, publicado no Diário da Justiça n. 96 de 25 de Maio de 2020, conforme itens abaixo:
1.1 - Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
1.2 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual.
1.3 - As partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual. Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência. No caso da presente ação, como se trata de inicial, deverá ocorrer a citação por carta ou mandado, conforme o caso.
1.4 - Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
1.5 - Qualquer fato que tenha como consequência a impossibilidade de intimação daqueles que obrigatoriamente devem ser comunicados para participar da audiência por videoconferência implicará em movimentação do processo para deliberação do juiz natural. Nos termos do Art. 3° do Provimento acima mencionado, somente o juiz natural poderá decidir sobre o adiamento ou cancelamento de audiências designadas, ficando esta mantida até deliberação judicial.

1. 6 - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
1.7- As partes deverão buscar orientação, assim que receber a citação/intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação.
1.8 - Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação.
1.9 - As partes deverão estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO, bem como acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
1.9.1 - Incumbe às partes assegurar que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir.
2- Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
3- Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
4- Nos termos do art 9º, encerradas as medidas de afastamento social por ato do TJRO, as audiências designadas até então serão realizadas por videoconferência.
5- Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação por meio eletrônico, representadas por Advogado(a) ou Defensor(a) Público(a) (art. 334, §9º CPC), observando as disposições contidas no provimento acima descrito, inclusive no que diz respeito aos meios para ingressar na videoconferência.Advirto às partes de que o não comparecimento à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). A presença do Advogado(a) não supre a exigência de comparecimento pessoal do(a) autor(a).
6- Caso não haja acordo, o prazo para contestar (15 dias úteis) terá início no dia posterior ao da audiência ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação deste pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 dias antes da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
7- Vindo contestação, vistas à parte autora para réplica.
8- Após, conclusos para decisão saneadora.
SERVE COMO CARTA/MANDADO, acompanhado de expediente constando a data da audiência. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
REU: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
Endereço: Avenida Sete de Setembro, n. 2153, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP: 76804-123.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

COMARCA DE JI-PARANÁ

2ª VARA CÍVEL

Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Processo nº: 7007713-34.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARCIEL SCHUAVAB MACEDO
ADVOGADO DO AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO3099
REU: BANCO DAYCOVAL S/A
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S.A
DESPACHO
Intime-se a parte autora para atendimento da previsão constante do art. 330 do CPC, sob pena de inépcia da petição inicial.
Art. 330.
§ 2º Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.
§ 3º Na hipótese do § 2º, o valor incontroverso deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados.
Portanto, deverá indicar o valor incontroverso da dívida, bem como promover o depósitos dos valores em atraso, nos termos originalmente contratados.
Prazo de 15 dias.
Após, venham os autos conclusos para deliberação.
Ji-Paraná/RO, 4 de janeiro de 2023
FÁBIO BATISTA DA SILVA
Juiz de Direito
wj

Fórum Des. Sérgio Alberto Nogueira de Lima – TJRO (www.tjro.jus.br)
Av. Brasil, n. 595, bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/Rondônia – CEP. 76.908-449
Telefones: (69) 3411-2902, 3411-2900, 3411-2910, 9 9916-2243 – E-mail: gabjip2civel@tjro.jus.br
Balcão Virtual: http://meet.google.com/jpk-fjjz-jsj (das 7h às 14h)

Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Processo nº: 7003751-03.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: L. R. S.
ADVOGADO DO AUTOR: PAULO EDUARDO COELHO GONCALVES, OAB nº PR93019
REU: K. W. R. A.
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO DE ALIMENTOS COM PEDIDO DE FIXAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS, GUARDA E VISITAS em favor do infante V. C. R. A. ajuizada por LILIANE RODRIGUES SANTOS em face de KELLIS VAGNER RODRIGUES AZEVEDO.
Aduz que o requerido se manteve indiferente ao autor desde o seu nascimento, razão pela qual não mantém vínculo afetivo com a criança. Ainda, o autor, por meio de sua genitora tentou por várias vezes estipular um acordo com relação a regulamentação de visitas e pagamento de alimentos e, o Réu não manifestou nenhum interesse em fazê-lo de forma extrajudicial.
Alega que o requerido além do salário auferido como funcionário Público Comissionado, o mesmo também é proprietário de um mercadinho que embora de sua propriedade, não está em seu nome.
Anexou aos autos os documentos que entendeu pertinentes.
A conciliação restou parcialmente frutífera, sendo acordado quanto à guarda e convivência, no ID n. 78427178.
Homologado o acordo, no ID n. 79826394.
Devidamente citado o requerido apresentou sua defesa no ID n. 80698033 requerendo concessão de gratuidade. No mérito pugnou para que sejam os alimentos fixados em 24,75% do salário-mínimo vigente, bem como 50% das despesas extraordinárias, com exceção ao pagamento de mensalidade em escola particular, sendo respeitado o binômio necessidade/possibilidade pelos motivos expostos.
Intimada a parte autora para impugnar a contestação, quedou-se inerte, ID n. 80737384.
Instado a se manifestar, o Ministério Público foi pela parcial procedência, no ID n. 85192353.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO
Prefacialmente concedo gratuidade judiciária em favor do requerido.
Inicialmente, impende destacar que a questão em tela impõe ao Juízo análise do caso, sempre tendo como norte a dignidade intrínseca a cada ser humano, com vistas à satisfação do melhor interesse da criança.
Nesse viés, a Constituição Federal em seu artigo 227 sintetiza os direitos fundamentais da criança e do adolescente, cuja implementação deve ser viabilizada pela família, sociedade e Estado, verbatim:
Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
Em relação aos alimentos, a obrigação do requerido decorre de lei, nos exatos termos do artigo 1.694 do Código Civil. Resta apenas identificar a possibilidade do genitor e a necessidade da infante.
A necessidade da criança decorre de sua própria idade, necessitando de moradia, roupas, alimentação, educação, cuidados médicos e farmacêuticos, dentre outros.
O requerido alega em contestação não ter condições no pagamento no valor pleiteado em 40% do salário-mínimo, em razão de sua capacidade econômica, bem como das diversas despesas que possui mensalmente. Também, afirma que é servidor público, contudo, trabalha em cargo comissionado na Prefeitura de Ji-Paraná-RO, sendo cargo de livre nomeação e exoneração, possuindo renda média de R$ 1.700,00, possuindo diversos gastos mensais.
Importante ressaltar que não existe um critério legal para fixação de alimentos. A regra prevista nos artigos 1.694, §2º e 1.695 do Código Civil é por demais vaga e representa apenas uma tênue linha de raciocínio do julgador. Deve o magistrado atentar para o trinômio: proporcionalidade-possibilidade-necessidade, sendo o primeiro critério o principal.
Segundo a lição doutrinária de Maria Berenice Dias, sobre a árdua tarefa de fixação dos alimentos, “Aos descendentes, a pensão deve ser fixada de forma proporcional aos rendimentos do alimentante. Chega-se a definir o filho como ‘sócio do pai’, pois tem ele direito de manter o padrão de vida ostentado pelo genitor. Portanto, em se tratando de alimentos devidos em razão do poder familiar, o balizador para a sua fixação, mais que a necessidade do filho, é a possibilidade do pai: quanto mais ganha este, mais paga àquele.”
Diante do exposto e considerando todas as circunstâncias, os critérios legais, doutrinários e jurisprudenciais, inclusive utilizados por analogia, e, ainda, que esta fixação pode ser mutável, concluo que devem ser fixados alimentos no valor equivalente a 30% do salário-mínimo, vigente à época de cada pagamento, visto que trata-se de valor razoável.
DISPOSITIVO
ANTE O EXPOSTO, com fundamento no artigo 1.584, II, do Código Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido por LILIANE RODRIGUES SANTOS em face de KELLIS VAGNER RODRIGUES AZEVEDO, o que faço para:
I) Condeno o requerido ao pagamento de alimentos em favor de V. C. R. A., a razão de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo, vigente à época de cada pagamento, que deverão ser depositados em conta bancária a ser informada, todo o dia 10 (dez) de cada mês, sob pena de prisão.
Como consequência extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.

Isento de custas e honorários advocatícios, diante da gratuidade, deferida em favor das partes.
Ciência ao Ministério Público.
Transitada em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, 4 de janeiro de 2023
Fábio Batista da Silva
Juiz de Direito
l.s.v.c.
Fórum Des. Sérgio Alberto Nogueira de Lima – TJRO (www.tjro.jus.br)
Av. Brasil, n. 595, bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/Rondônia – CEP. 76.908-449
Telefones: (69) 3411-2902, 3411-2900, 3411-2910, 9 9916-2243 – E-mail: gabjip2civel@tjro.jus.br
Balcão virtual: http://meet.google.com/jpk-fjjz-jsj (das 7h às 14h)

3ª VARA CÍVEL

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
PROCESSO: 7000027-54.2023.8.22.0005
Classe : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto : Revisão
AUTORES: J. D. N., Q. D. D. P., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: G. D. S. N., CPF nº 94872732200
REU SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 5.440,00
DESPACHO
Concedo a gratuidade da justiça.
1 - Cite-se a parte requerida, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência, para tomar ciência da ação.
2 - DETERMINO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, A SER DESIGNADA PELA CENTRAL DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO, que adotará pauta automática, e será realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC da Comarca de Ji-Paraná - a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCIA via aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp ou Google Meet.
2.1 – Não realizado acordo, deve a parte comprovar o recolhimento das custas remanescentes, em sendo o caso.
3 - A parte autora deverá juntar aos autos os respectivos contatos, no prazo de 10 (dez) dias, indicando os números de telefones das partes e patronos constituídos.
4 - Fica a parte ré advertida de que deverá informar ao seu Advogado/Defensor Público o número do telefone através do qual poderá ser localizado, bem como, com vistas à realização da referida audiência no prazo de 10 (dez) dias.
5 - Não havendo composição e/ou caso a audiência preliminar reste prejudicada por qualquer motivo, fica a parte ré intimada, desde já a ofertar contestação nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da audiência, sob pena de presunção de veracidade das alegações da parte autora e procedência do pedido.
6 - Apresentada contestação, intime-se a parte autora, para se manifestar em réplica, no prazo de 15 (quinze) dias, caso queira.
7 - Na sequência, digam as partes se possuem interesse na produção de outras provas, no prazo comum de 5 (cinco) dias.
8- Não havendo acordo, a Requerente, deverá recolher a segunda parcela das custas iniciais, nos termos do art. 12, I, da Lei 3.896/2016, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, sem prejuízo de eventual fixação de honorários, caso o feito já tenha sido contestado.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, quarta-feira, 4 de janeiro de 2023
Fábio Batista da Silva
Juiz (a) de Direito
AUTORES: J. D. N., RUA PEDRO LIRA PESSOA 2355, - DE 2085/2086 AO FIM NOVO JI-PARANA - 76900-576 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, Q. D. D. P., AVENIDA PEDRO LIRA PESSOA 2355, - DE 2085/2086 AO FIM NOVO JI-PARANÁ - 76900-576 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AV MARECHAL RONDON 527 CENTRO - 76900-244 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU: G. D. S. N., CPF nº 94872732200, RUA RIO TOCANTINS 1234, CASA DOM BOSCO - 76907-817 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
PROCESSO: 7000011-03.2023.8.22.0005
Classe : Cumprimento Provisório de Sentença
Assunto : Cumprimento Provisório de Sentença
REQUERENTE: CAROLINE THAIS SILVA, CPF nº 02309781266
ADVOGADO DO REQUERENTE: DECIO BARBOSA MACHADO, OAB nº RO5415
REQUERIDO: BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA BRADESCO SAÚDE S/A
VALOR DA CAUSA: R$ 13.000,00
DESPACHO
Intime-se o devedor, observando as disposições do artigo 513, § 2º, do CPC, para, em 15 (quinze) dias, pagar a importância executada, mais as custas processuais, sob pena de o débito ser acrescido de multa processual e honorários advocatícios, cada um na razão de 10% sobre o valor devido (artigo 523, § 1º, do CPC).

Advirta-o de que havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário inicia-se o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Caso solicite bloqueio de bens e valores, a petição deverá vir acompanhada do comprovante de pagamento das custas previstas no art. 17, do Regimento de Custas, sob pena de indeferimento, ressalvando a hipótese de ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.
Com os cálculos, venham os autos conclusos.
Sem prejuízo, desde logo, caso requerido pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte efetue o protesto.
Pratique-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO /CARTA/ CARTA PRECATÓRIA DE INTIMAÇÃO SE O EXECUTADO NÃO TIVER ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS.
A PARTE AUTORA SERÁ INTIMADA NA PESSOA DO SEU ADVOGADO, VIA SISTEMA PJE, CONFORME ARTIGO 19 DA RESOLUÇÃO 185/2013.
Ji-Paraná/RO, quarta-feira, 4 de janeiro de 2023
Fábio Batista da Silva
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: CAROLINE THAIS SILVA, CPF nº 02309781266, RUA MARINGÁ 2888, - DE 2750/2751 A 3340/3341 NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - 76909-818 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REQUERIDO: BRADESCO SAUDE S/A, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
PROCESSO: 7000023-17.2023.8.22.0005
AUTOR: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO AUTOR: FABRICIO DOS REIS BRANDAO, OAB nº AP11471, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: VIOLANTINA ALVES LEMOS, CPF nº 19093748653, MAURY HORTA LEMOS, CPF nº 19093446649, RAFAELA ALVES LEMOS COSTA E SILVA, CPF nº 62736558200
REU SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 716.366,44
Despacho INICIAL
1. INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas iniciais integrais, nos termos do artigo 12, I, da Lei de Regência (3.896/2016), sob pena de cancelamento da distribuição do feito (artigo 290, CPC). Com a comprovação do recolhimento no prazo estabelecido, cumpram-se as ordens que seguem. Do contrário, tornem conclusos.
2. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente. Assim, evidenciado o direito da parte autora, DEFIRO A EXPEDIÇÃO DE MANDADO PARA CITAÇÃO E PAGAMENTO da dívida informada na inicial, acrescida de honorários de 5% (cinco por cento), concedendo-lhe, para tanto, prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 701 do CPC. Anote-se, que, caso o requerido cumpra, ficará isento de custas, nos termos do artigo 701, §1.º
2.1. Conste, ainda, do mandado, que, no mesmo prazo, o réu poderá oferecer embargos à ação monitória, nos termos do artigo 702 do CPC, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial", ocorrendo a conversão do mandado inicial em mandado executivo (artigo 701, § 2º do CPC).
2.2. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de interesse processual.
2.3. No caso do subitem 2.2., caso a parte autora pretenda diligências junto ao INFOJUD, RENAJUD, SISBAJUD, SIEL ou quaisquer outras diligências do Juízo junto aos sistemas de apoio e não seja beneficiária da gratuidade de justiça, deverá instruir o pedido com comprovante de recolhimento das taxas judiciárias, para cada ato postulado, conforme disposto no art. 17, da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia).
3. Sendo apresentados embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo. Após, deverão os autos vir conclusos para sentença.
4. Em caso de não pagamento ou não oferecimento de embargos à ação monitória, por disposição legal fica constituído o título executivo judicial e convertido o mandado inicial em mandado executivo (artigo 701, § 2º do CPC), devendo a CPE promover a modificação da classe processual para "Cumprimento de Sentença" e intimar o executado para pagar o débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% e honorários de 10%, a teor do artigo 523, § 1º do CPC.
5. Decorrido o prazo mencionado no item 4 sem pagamento, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir o estatuído na parte final do artigo 523 c/c artigo 524, ambos do CPC, apresentando o demonstrativo do débito atualizado, incluídos todos os consectários legais (custas finais, multas e honorários advocatícios fixados no item anterior).
5.1. A modalidade de intimação deverá ser observada pela CPE de acordo com o que determina o artigo 513, § 2º, do CPC.
6. Apresentados os cálculos atualizados, INTIME-SE a executada para cumprir a obrigação, pagando o valor atualizado do título constituído no prazo de 15 (quinze) dias, podendo o pagamento ser feito por meio de depósito judicial vinculado a este processo, sob pena de inclusão de multa de 10% do valor da condenação e de honorários para a fase de cumprimento da sentença também em 10% do valor da condenação (CPC, artigo 523, § 1º).
7. Após decorrido o prazo para cumprimento do pagamento assinalado no item 6, a parte executada poderá apresentar impugnação ao pedido de cumprimento de sentença nos próprios autos, independentemente de penhora ou nova intimação (CPC, artigo 525).
8. Decorrido o prazo e não havendo comprovação do pagamento e nem impugnação da parte executada, intime-se a exequente para apresentar o cálculo atualizado com a inclusão da multa de 10% e dos honorários desta fase de cumprimento de sentença, também em 10% e, após, expeça-se mandado de penhora e avaliação de bens da parte executada, nos termos do artigo 523, § 3º do CPC, devendo o devedor ser regularmente intimado do prazo para embargos, no caso de penhora positiva.

8.1. Se eventualmente efetuado pagamento parcial, a multa e os honorários da fase de cumprimento da sentença (art. 523, § 1º do CPC) incidirão sobre o débito restante (CPC, artigo 523, § 2º).
9. Restando positiva a realização de penhora ou arresto e decorrido o prazo sem embargos, INTIME-SE o exequente para se manifestar quanto à constrição de bens em 05 (cinco) dias, mesma providência que deverá ser adotada na hipótese do requerido não ser encontrado ou restar negativa a tentativa de penhora/arresto.
9.1. Caso a parte exequente pretenda diligências junto ao INFOJUD, RENAJUD, SISBAJUD ou quaisquer outras diligências do Juízo junto aos sistemas de apoio e não seja beneficiária da gratuidade de justiça, deverá instruir o pedido com comprovante de recolhimento das taxas judiciárias, para cada ato postulado, conforme disposto no art. 17, da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia).
10. Autorizo, desde logo, caso requerido pela parte, a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte efetue o protesto.
11. As disposições do artigo 212 § 2º deverão ser atendidas no cumprimento da citação, das intimações ou da penhora/arresto, se requerido pela exequente e se o Oficial de Justiça assim necessitar.
12. As empresas públicas e privadas, com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, deverão ser citadas por meio eletrônico. Caso as referidas empresas não estejam cadastradas, deverão cadastrar-se nos referidos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações, no prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do que dispõe o art. 246, § 1º do CPC, Lei 4.912/2020 e ATO CONJUNTO N. 023/2020-PR-CGJ, sob pena de responder pelas despesas com a citação convencional. Havendo audiência, a referida despesa deve ser paga no prazo de 05 (cinco) dias após a solenidade, independente da realização de acordo.
Pratique-se o necessário, devendo a CPE observar a presente decisão em todas as fases do processo, por completa, a fim de evitar desnecessárias remessas dos autos ao gabinete.
SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA.
Ji-Paraná/RO, quarta-feira, 4 de janeiro de 2023
Fábio Batista da Silva
Juiz (a) de Direito
AUTOR: BANCO DO BRASIL, Q SAUN QUADRA 5 LOTE B TORRE I, II, III, ANDAR 1 A 16, SALA 101 A 1601 ASA NORTE - 70040-912 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
REU: VIOLANTINA ALVES LEMOS, CPF nº 19093748653, AVENIDA ARACAJU 1334, - DE 1294 A 1526 - LADO PAR SÃO PEDRO - 76913-692 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, MAURY HORTA LEMOS, CPF nº 19093446649, AVENIDA ARACAJU 1308, - DE 1345 A 1867 - LADO ÍMPAR NOVA BRASÍLIA - 76908-433 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, RAFAELA ALVES LEMOS COSTA E SILVA, CPF nº 62736558200, RUA PRESBÍTERO HONORATO PEREIRA 1235, - DE 1623/1624 A 1830/1831 NOVA BRASÍLIA - 76908-396 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7006056-28.2020.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: REQUERENTE: TATIANA COSTA DE FRANCA MALTA, RUA SÃO MANOEL 1072, - DE 880/881 A 1458/1459 JARDIM PRESIDENCIAL - 76901-050 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA, OAB nº RO1996, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA, OAB nº RO2479
Polo Ativo: REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 616, - ATÉ 764/765 CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO DE OFÍCIO
Considerando as orientações da Corregedoria constantes no Ofício Circular - CGJ Nº 164 / 2022 - DEJUD/SCGJ/CGJ quanto as providências estabelecidas para pagamento de requisições de pequeno valor que estão em atraso, serve cópia do presente de ofício a ser encaminhado ao e-mail rpvacidentariapfro@gmail.com, a fim de que seja promovido o pagamento das RPV's expedidas nestes autos.
Deverá constar como assunto do e-mail a seguinte informação: RPV parte e advogado.
Instrua-se o referido e-mail com cópia da sentença, bem como das RPV's expedidas.
Certifique-se quanto ao envio do e-mail e após, aguarde-se a realização do pagamento pelo prazo de sessenta dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a exequente para promover o andamento ao feito e, permanecendo inerte, arquivem-se.
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7012730-51.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: AUTOR: COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES - COOPMEDH, AV ALMIRANTE BARROSO 1530, - DE 1227/1228 A 1566/1567 CENTRO - 76900-079 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: JOSE CRISTIANO PINHEIRO, OAB nº RO1529
Polo Passivo: REU: RITA MITSIKO INOUE TORRES, AC PRESIDENTE MÉDICI 2879, RUA NOVA BRASILIA 2621 CENTRO - 76916-970 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA, MARCELO VASCONCELOS DE OLIVEIRA TORRES, AC PRESIDENTE MÉDICI 2879, RUA NOVA BRASILIA 2621 CENTRO - 76916-970 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO SERVINDO DE CARTA / MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO
Cite-se a parte requerida para tomar ciência da ação bem como intimem-se as partes para participarem audiência de conciliação, a ser designada pela Central de Processamento Eletrônico e realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC, POR VIDEOCONFERÊNCIA.
A audiência deve ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, se possível, devendo a parte requerida ser citada na forma requerida na inicial, com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, para comparecer à solenidade.
Sendo frutífera a conciliação, voltem conclusos para a homologação.
Sendo apresentada contestação, intime-se a parte autora para impugná-la, devendo no mesmo ato recolher a segunda parcela das custas processuais iniciais, sob pena de extinção do processo, salvo se for beneficiária da gratuidade judiciária.
Para realização da audiência, deverão ser cumpridos os seguintes itens:
1 - Os advogados deverão informar no processo, em até 5 (cinco) dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone com aplicativo de WhatsApp das pessoas a serem ouvidas, para possibilitar o envio do link e a entrada destas na sala da audiência da videoconferência, na data e horário estabelecido neste ato.
2 - O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, encaminhará o link antes da audiência, para os e-mails e telefones informados no processo;
3 - Com o link da videoconferência, tanto partes quanto advogados acessarão e participarão da audiência, por meio da internet, utilizando celular, notebook ou computador, que possua vídeo e áudio regularmente funcionando.
4 - As partes devem estar disponíveis para contato através de e-mail e número de celular informado no dia e horário agendados para a realização da audiência por videoconferência, com antecedência de pelo menos 15 (quinze) minutos, pois não haverá adiamento ou espera por nenhum motivo, ressalvada a ocorrência de eventuais atrasos por questões de acúmulo da pauta, atrasos das audiências anteriores, ou problemas gerados pelo próprio sistema de comunicação.
5 - Os advogados e as partes deverão comprovar sua identidade no início da audiência, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro;
6 - Ficam cientes que o não recebimento de mensagem enviada, visualização do link informado ou acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, acarretando a aplicação da multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor da causa contra o faltoso (art. 334, §8º, do CPC), iniciando-se a partir da data da audiência o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o oferecimento de contestação. Caso não conteste a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7041846-56.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: EXEQUENTE: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA, AVENIDA CAMPOS SALES 961, - DE 2164 A 2586 - LADO PAR CENTRO - 76801-090 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FREDSON AGUIAR RODRIGUES, OAB nº RO7368, ALEX MOTA CORDEIRO, OAB nº RO2258A, JEFERSON DE SOUZA RODRIGUES, OAB nº RO7544
Polo Ativo: EXECUTADO: PABOLA CRISTINE ARAUJO E SILVA, RUA BRASÍLIA 4732 TUCUMANZAL - 76804-490 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ANTONIO FRACCARO, OAB nº RO1941
DESPACHO SERVINDO DE ALVARÁ JUDICIAL
Intimada, a executada não se opôs a penhora realizada no id Num. 84084989.
Assim, promoveu-se a transferência da quantia para uma das contas judiciais vinculadas a este Juízo.
Serve este despacho de alvará judicial para levantamento dos valores (e seus acréscimos legais), depositado junto à Caixa Econômica Federal, agência 1824, operação 040, referente aos ID's
070203000000023233; 070203000000023240; 070203000000023250; e 070203000000023268, a ser levantado por ALEX MOTA CORDEIRO - OAB/RO nº 2.258 ou FREDSON AGUIAR RODRIGUES - OAB/RO n°7.388 – ou JEFERSON DE SOUZA RODRIGUES OAB/RO 7.544, devendo a conta ser imediatamente encerrada após o saque.
Nada sendo requerido no prazo de 10 dias, arquivem-se os autos, onde o prazo de prescrição intercorrente começará fluir a partir de um ano da data do arquivamento.
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7013576-73.2019.8.22.0005

Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: REQUERENTE: OSVALDO DOS SANTOS, ÁREA RURAL, LINHA 204, LOTE 48, ZONA RURAL ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76908-412 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CLEBER JAIR AMARAL, OAB nº RO2856
Polo Passivo: REQUERENTE: ARLETE GUIMARAES MICHELON, RUA PROJETADA 4208, APTO 07 NOVA ESPERANÇA - 76822-608 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIA JARINA DE SOUZA MANOEL, OAB nº RO8045, JANE SAMPAIO DE SOUZA, OAB nº RO3892, KARINA ROCHA PRADO, OAB nº RO1776
Despacho SERVINDO DE OFÍCIO
Oficie-se ao INSS para que apresente, no prazo de 10 (dez) dias, cópia do Extrato Previdenciário com os vínculos trabalhistas e previdenciários constantes no seu Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) da executada ARLETE OLIVEIRA GUIMARAES, CPF 74043706200 , visando averiguar vínculos empregatícios e eventual possibilidade de penhora de parte do salário para pagamento do débito exequendo.
No mesmo prazo, deverá informar se a executada recebe benefício previdênciário.
Com as informações, intime-se a exequente para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, sem manifestação, retornem conclusos.
Int..
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7000996-79.2017.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: PROCURADOR: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO, TRAVESSA OLIVEIRA BELLO 34 CENTRO - 80020-030 - CURITIBA - PARANÁ
ADVOGADOS DO PROCURADOR: PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551, BRADESCO
Polo Ativo: PROCURADOR: W G MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, RUA SEIS DE MAIO 1123, - DE 983 A 1173 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76900-069 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO PROCURADOR: LUIZ HENRIQUE FARIAS DA SILVA, OAB nº RO9264, JOAO DALBERTO DE FARIA, OAB nº SP49438, JOAO PAULO DE FARIA, OAB nº SP173183
Despacho SERVINDO DE ALVARÁ JUDICIAL
Intimada da penhora de id Num. 84253218, realizada via Sisbajud, a executada não apresentou objeção.
Assim, promove-se a transferência da quantia para uma das contas judiciais vinculadas a este Juízo.
Serve esta decisão de alvará judicial para levantamento do valor de R$ 1.462,55, e seus acréscimos legais, depositado junto à Caixa Econômica Federal, agência 1824, operação 040, ID 072023000000023365, em favor de PEDRO ROBERTO ROMÃO - OAB/SP 209.551, devendo a conta ser imediatamente encerrada após o saque.
Nada sendo requerido no prazo de 10 dias, arquivem-se os autos, onde o prazo de prescrição intercorrente começará fluir a partir de um ano da data do arquivamento.
Caso a parte exequente pretenda que a quantia seja transferida em seu favor, deverá indicar os dados bancários. Em seguida, promova-se a CPE a respectiva transferência, sem necessidade de nova conclusão.
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7009046-55.2021.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: AUTOR: JOSE GONÇALVES CAMPOS FILHO, RUA AURÉLIO BERNARDI 3001, - DE 2978/2979 AO FIM VALPARAÍSO - 76908-732 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: BASSEM DE MOURA MESTOU, OAB nº RO3680, ELAINE TORRES DE SOUZA MESTOU, OAB nº RO10587
Polo Ativo: REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença.
Remetam-se os autos a contadoria para apuração de eventual divergência ocorrida entre o valor pleiteado pela requerente na petição de id Num. 83822070 e aquele indicado pela executada no id Num. 83786092.
Apresentados os cálculos, vista as partes para manifestação em 10 dias.
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7013307-29.2022.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: EXEQUENTE: C. A. F., RUA FRANCISCO BENITES LOPES 742, APARTAMENTO 17 JARDIM AURÉLIO BERNARDI - 76907-472 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA, OAB nº RO7495, PEDRO MIGUEL ARAUJO PAES FREIRE, OAB nº RO11844
Polo Ativo: EXECUTADO: H. M. A., RUA LEONARDO ALVES DA COSTA 638 COLINA PARK I - 76906-680 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Apresente a requerente no prazo de 15 dias, cópia do título executivo que embasa sua pretensão.
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7001746-08.2022.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: EXEQUENTE: M. R. DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, RUA CAETANO COSTA 197 URUPÁ - 76900-170 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUCAS MARIO MOTTA DE OLIVEIRA, OAB nº RO10354
Polo Ativo: EXECUTADO: H A FONTES, AV PIAUI 3697 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Para que este Juízo determine a realização da diligência requerida no id Num. 83304513 o exequente deverá promover o pagamento das custas.
Nada sendo requerido no prazo de 10 dias, arquivem-se os autos, onde o prazo de prescrição intercorrente começará fluir a partir de um ano da data do arquivamento.
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7011616-77.2022.8.22.0005
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Polo Ativo: AUTOR: A. C. F. E. I. S., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Polo Passivo: REU: E. M., RUA DAS PEDRAS 129, - DE 850/851 A 1388/1389 JARDIM PRESIDENCIAL - 76901-062 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A. C. F. E. I. S.propõe ação de busca e apreensão em face de E. M., com fundamento no Decreto-Lei n. 911/69, com alteração dada pela lei 13.043/2014, visando o bem descrito na inicial, que foi alienado ao requerido com cláusula de garantia fiduciária.
A inicial veio instruída com procuração e documentos.
Foi concedida liminar de busca e apreensão (Id. Num. 82620472) e cumprida a ordem, tendo a parte requerida sido devidamente citada (Id. Num. 82990774).
Decorrido o prazo, não houve qualquer manifestação do requerido, tendo o requerente pleiteado o julgamento antecipado da lide.
É o Relatório.
Decido.
O processo comporta julgamento no estado em que se encontra, não havendo a necessidade de produção de outras provas, além das já existentes nos autos.
A parte requerida foi devidamente citada, conforme certidão do oficial justiça juntada no Id. Num. 82990774, contudo, não contestou o pedido da parte requerente, de modo que presumem-se verdadeiros os fatos por ela alegados, nos moldes do art. 344 do CPC, relativos ao não pagamento das prestações oriundas do financiamento, decorrendo o vencimento antecipado da dívida.
Neste sentido, o Decreto-Lei 911/1969, que permite o uso da ação de busca e apreensão em casos de inadimplência, sendo certo ainda que este é o único objeto destes autos, de modo que os pedidos formulados na petição inicial merecem ser acolhidos.
Diante do exposto, com fundamento no Decreto-Lei 911/69, julgo procedente o pedido para o fim de consolidar nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem objeto desta ação, descrito e caracterizado na petição inicial, cuja apreensão liminar torno definitiva, autorizando a venda pela parte autora e, via de consequência, extingo o processo com resolução do mérito, com base no art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Condeno o requerido a ressarcir a parte requerente das custas por ela adiantadas, bem como condeno-o ao pagamento das custas finais, além dos honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor do débito.
P.R.I.
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7011706-22.2021.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: AUTOR: JOSABETE PARANHOS DE BRITO, RUA AURÉLIO BERNARDI 2300, - DE 2048/2049 A 2461/2462 NOVA BRASÍLIA - 76908-482 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DARIO ALVES MOREIRA, OAB nº RO2092
Polo Ativo: REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA MARECHAL RONDON 327, - DE 223 A 569 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76900-027 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, ENERGISA RONDÔNIA
Indefiro o pedido de id Num. 83558825, referente ao recolhimento de custas ao final do processo, eis que o caso em questão não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no artigo 34 e seus incisos da Lei complementar estadual 3.896/16.
Assim, defiro o prazo suplementar de 10 dias para que a requerente cumpra o despacho de id Num. 81821332.
Recolhidas as custas, certifique-se nos autos e tornem-me conclusos para deliberação.
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7007806-65.2020.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, RUA MARINGÁ 520, - DE 450 A 804 - LADO PAR NOVA BRASÍLIA - 76908-402 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
Polo Passivo: EXECUTADO: ADRIANO ALVES DE OLIVEIRA, RUA ANGELIM 2386, - DE 2252/2253 A 2448/2449 NOVA BRASÍLIA - 76908-674 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
(Id. Num. 84807502) Defiro.
Cite-se a parte requerida por edital, pelo prazo de vinte dias.
Se decorrido o prazo sem manifestação, vista ao exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 10 dias.
Int.
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7010726-41.2022.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, RUA JOSÉ EDUARDO VIEIRA 1811, - DE 1604/1605 A 1810/1811 NOVA BRASÍLIA - 76908-404 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338, PROCURADORIA DA SICOOB CENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Ativo: EXECUTADO: MARCELO KAYQUE DOS REIS CANDIDO, AVENIDA ÉDSON LIMA DO NASCIMENTO 5160, - ATÉ 319/320 PRIMAVERA - 76914-740 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
(id Num. 83112362) Cite-se nos termos do despacho de id Num. 81562924, no seguinte endereço: Rua Horácio Spadare, 132, Bairro Primavera, “LL Veículos”, Ji-Paraná/RO – CEP: 76.908-305.
Serve este despacho de aditamento do despacho de id Num. 83112362.
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7015357-28.2022.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO MACHADO - CREDISIS JI-CRED, AV. 06 DE MAIO 1497, - DE 1210 A 1570 - LADO PAR CENTRO - 76900-064 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ARTUR BAIA RAMOS, OAB nº RO6721, NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA, OAB nº RO1537
Polo Passivo: EXECUTADO: EDUARDO GONCALVES PRENZLER, RUA SALVADOR 2980, - DE 2791/2792 AO FIM SETOR 03 - 76870-450 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Despacho SERVINDO DE MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO E REMOÇÃO
Intime-se a exequente para recolher as custas processuais no prazo de 15 dias.
Após, cite-se o executado para pagar o débito, no valor de R$ 17.407,47 (dezessete mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e sete centavos), no prazo de três dias, sob pena de ser-lhe penhorados tantos bens quantos forem suficientes para assegurar a totalidade do débito e acréscimos legais. Se decorrido o prazo o devedor não pagar, o oficial de justiça, munido a 2ª via do mandado, procederá de imediato à penhora de bens, avaliação e remoção, tratando-se de bem móvel, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Havendo ou não penhora, o prazo para opor os Embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada do mandado de citação.
Fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito, que será reduzido pela metade no caso de integral pagamento no prazo de três dias.
Atente-se o Sr. Oficial de Justiça para as prerrogativas do artigo 212, § 2º do Código de Processo Civil, e se constatada a hipótese legal, deverá o oficial de justiça proceder com a observância do disposto nos artigos 252 a 254, do mesmo Estatuto.
Ji-Paraná, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

5ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná Processo nº: 7002495-64.2018.8.22.0005
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: JUVEL ESTACIONAMENTOS LTDA - ME
Endereço: Avenida Transcontinental, 917, - de 849 a 1019 - lado ímpar, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-091
Advogado: MARIA LUIZA DE ALMEIDA OAB: RO200-B Endereço: desconhecido
Nome: ADEMIR SCHUNK DA SILVA
Endereço: Rua Porto Alegre, 1561, - de 1257 a 1703 - lado ímpar, Valparaíso, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-709
Decisão
Vistos.
Ante o contido na petição id. 85478992, neste ato procedi o desbloqueio do veículo tipo FIAT/ESTRADA FIRE FLEX, PLACAS NPF 3326, MARCA FIAT, COR BRANCA, ANO 2010, CHASSIS 9BD27803MB7280196, RENAVAM 218417004, via sistema RENAJUD.
No mais, tornem ao arquivo.
Intime-se. Cumpra-se.
Ji-Paraná, 05 de janeiro de 2023.
VALDECIR RAMOS DE SOUZA
Juiz de Direito

1ª VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1ª Vara Criminal
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasilia, CEP 76908-594, Ji-Paraná
PROCESSO N.: 7007032-98.2021.8.22.0005
CLASSE: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
ASSUNTO: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
NÃO DENUNCIADO: MONTSERRAT PRIETO LARA, RUA ECOPORANGA 754, - ATÉ 1003 - LADO ÍMPAR SÃO FRANCISCO - 76908-109 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, JOAO PEDRO ALVES FRANCO, RUA VANIA DA CRUZ CARVALHO 221 NÃO LEGIVEL - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA

ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: PAULO NUNES RIBEIRO, OAB nº RO7504, SYRNE LIMA FELBERK DE ALMEIDA, OAB nº RO3186

Vistos.

O Ministério Público do Estado de Rondônia, por intermédio de seu Representante Legal em exercício neste juízo, no uso de suas atribuições legais, com base no incluso inquérito policial, tombado sob nº 396/2021, ofereceu denúncia em face de JOÃO PEDRO ALVES FRANCO, brasileiro, solteiro, nascido aos 05.12.1996 em Ji-Paraná/RO, filho de João Franco e de Madalena Alves Barretos Franco, portador do RG n. 2.328.925 SSP/MS e do CPF n. 004.310.112-73, residente na rua Ipê, n. 3441, bairro São Francisco, nesta cidade e comarca de Ji-Paraná/RO, telefone (69)99244-8044, dando-o como incurso nas sanções previstas no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, pela prática do fato delituoso devidamente descrito na peça vestibular acusatória, nos seguintes termos:

No dia 06 de julho de 2021, por volta das 21h50min, na residência situada na rua Ecoporanga, n. 754, bairro São Francisco, em Ji-Paraná/RO, o denunciado JOÃO PEDRO ALVES FRANCO, guardava e tinha em depósito, visando o tráfico de drogas, aproximadamente 38,2g (trinta e oito gramas e duzentos miligramas) da droga tipo cocaína, bem como vendeu para José Mauro Pereira dos Santos, duas parangas da mesma substância, conforme Auto de Apreensão de fl. 29 e Laudo de Exame Toxicológico Preliminar de fls. 33/34, substância que causa dependência física e/ou psíquica, isso sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, especialmente a Portaria n. 344/98-SVS/MS.

Segundo restou apurado a Polícia Militar vinha recebendo constantes informações anônimas apontando que a residência situada no endereço acima descrito se tratava de uma “boca de fumo”, além de já ter feito incursões e até prisão no mesmo endereço, ante a notícia de atos delituosos similares.

No dia dos fatos policiais militares realizavam patrulhamento de rotina quando avistaram a pessoa de José Mauro Pereira dos Santos entrando na residência já mencionada, onde permaneceu por alguns minutos e saiu. Ao sair da casa José Mauro foi abordado e após revista pessoal os policiais apreenderam, dentro de sua peça íntima, duas parangas de cocaína. Na ocasião José Mauro informou que acabara de comprar drogas com o denunciado JOÃO PEDRO.

Diante dos fatos, os policiais foram até a casa em que visualizaram José Mauro saindo e abordaram o denunciado JOÃO PEDRO, e em seu bolso encontraram a quantia de R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais) em espécie. Em seguida, realizaram revista na residência e apreenderam em cima do fogão, um pote contendo cerca de 35g (trinta e cinco gramas) de cocaína. Também apreenderam uma balança de precisão, aproximados 136,6g (cento e trinta e seis gramas) de ácido bórico, produto utilizado na preparação da droga, e vários pedaços de sacolas plásticas, as quais encontram similitude com a embalagem da droga apreendida em poder de José Mauro.

Ao questionarem o denunciado JOÃO PEDRO ele confessou que comercializa entorpecente e que a droga pertence à pessoa de Itamar de Souza Sena, aduzindo que recebe pagamento diário de R$ 200,00 para gerenciar a “boca de fumo”.

Diante das constatações foi realizada a prisão em flagrante delito.

A denúncia veio acompanhada de inquérito policial, instaurado mediante auto de prisão em flagrante e, após a notificação do acusado e apresentação de defesa prévia, foi recebida em 13/10/2021 (ID 63372343).

Em audiência realizada por videoconferência, foram ouvidas as testemunhas e informantes, bem como o acusado interrogado (ID 64758648).

Com a apresentação das informações a respeito da impossibilidade de juntada do requerido à Autoridade Policial, houve o encerramento da instrução processual.

O Ministério Público, em alegações finais, requereu a desclassificação do crime de tráfico de drogas inicialmente imputado ao acusado para o delito de posse de drogas para consumo pessoal (ID 84290246).

Por outro lado, a defesa constituída postulou pela absolvição do acusado, com fundamento no artigo 386, incisos V e VII do Código de Processo Penal e a restituição dos bens apreendidos com o acusado (ID 84633182).

É o relatório.

Decido.

Trata-se de ação penal pública incondicionada, objetivando apurar a responsabilidade criminal do acusado JOÃO PEDRO ALVES FRANCO, anteriormente qualificado, pela prática do delito de tráfico de drogas.

Induvidosa a materialidade do crime, ante as provas coligidas aos autos, notadamente o auto de apresentação e apreensão (fl. 29 – ID 60905107) e laudos toxicológicos preliminar e definitivo (fls. 33/34 – ID 60905107 e ID 61225377).

Passo a analisar a autoria.

O Policial Militar Maurício Martins da Silva Neto relatou que realizavam patrulhamento quando viram uma pessoa entrando no local dos fatos e saindo logo em seguida. Como já tinham conhecimento de que o local era conhecido como “Boca do Itamar”, que inclusive já havia sido preso, mas as denúncias a respeito do tráfico no local continuavam chegando, decidiram fazer a abordagem e apreenderam com essa pessoa duas parangas de cocaína, ocasião em que ela disse que havia acabado de comprar o entorpecente com JOÃO PEDRO. Diante disso, realizaram busca na residência e localizaram mais drogas, dinheiro, balança de precisão, celulares e câmeras de segurança. Na ocasião, JOÃO PEDRO confessou que vendia drogas para Itamar e recebia diárias por isso, mas na delegacia mudou essa versão. Explicou que Itamar não estava em casa no momento da abordagem, apenas sua esposa.

José Mauro Pereira dos Santos relatou que havia comprado a droga apreendida em seu poder no Bairro Primavera e não com JOÃO PEDRO. No dia dos fatos foi até a casa de Itamar para falar com ele mas, como ele não estava, foi atendido por JOÃO PEDRO e logo foi embora.

A mãe do acusado, Madalena Alves Barreto, indicou que no dia dos fatos entregou um dinheiro para JOÃO PEDRO levar para a irmã no Bairro São Francisco, mas depois tomou conhecimento de que ele havia sido preso no local dos fatos, onde inclusive já havia buscado ele em outras ocasiões, pois é usuário de entorpecentes.

As demais informantes nada souberam acrescentar a respeito dos fatos, indicando apenas que o acusado é usuário de drogas.

O acusado JOÃO PEDRO ALVES FRANCO negou a prática dos fatos descritos na denúncia. Indicou que estava no local pois é usuário de drogas e que no dia adquiriu R$ 30,00 de entorpecentes e consumiu ali mesmo, local que frequenta há aproximadamente dois meses. Não soube dizer quem vendeu a droga para José Mauro. Asseverou que estava nos fundos do quintal quando os policiais chegaram e que a droga foi apreendida na cozinha da casa.

Embora as condições da prisão do acusado tenham gerado indícios suficientes da prática de tráfico de drogas, verifica-se que estes indícios não foram confirmados pela prova judicializada.

Nesse sentido, consta que os policiais indicaram que o local onde se deu a prisão do acusado e consequente apreensão da droga e demais objetos de origem duvidosa é conhecido como “Boca do Itamar” e que no dia dos fatos viram José Mauro saindo do local e, com ele, foram apreendidas duas porções de drogas.

Na ocasião, José Mauro disse que havia comprado o entorpecente no local com JOÃO PEDRO, sendo que este confessou que vendia drogas para Itamar.
Todavia, tais versões foram apresentadas apenas aos policiais militares no momento da abordagem, sendo que não houve comprovação suficiente de que o acusado realmente vendia drogas no local ou se era apenas usuário de entorpecentes, como aduzido por ele em Juízo.
Quanto a isso, José Mauro negou que tivesse comprado a droga de JOÃO PEDRO pois já havia comprado no bairro Primavera e que foi até o local apenas para procurar Itamar e, como ele não estava, saiu.
As quebras de sigilo dos aparelhos celulares e câmeras não surtiram nenhum resultado quanto ao crime em questão.
Ademais, já era de conhecimento da guarnição policial que o local era ponto de venda de drogas, de forma que a versão apresentada pelo acusado, de que foi até o local apenas para consumir drogas e que inclusive já havia feito uso do entorpecente comprado naquele dia não destoa da lógica e inclusive confirmada a condição de usuário pelas informantes ouvidas.
Assim, como não foi apreendida droga com o acusado, apenas dentro da residência que não lhe pertencia, não há como afirmar que a droga apreendida pertencia a ele e, portanto, que ele a possuía para fins de consumo pessoal.
Dessa forma, ainda que existam indícios na fase inquisitorial de sua participação na conduta delituosa, estes indícios não foram confirmados em Juízo e, havendo dúvida, esta deve militar em favor do acusado e, por isso, aplico o princípio in dubio pro reo.
Pelo exposto, julgo improcedente a denúncia para o fim de ABSOLVER o acusado JOÃO PEDRO ALVES FRANCO, qualificado nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia como incurso no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.
Das demais deliberações:
Determino a incineração da droga, suas embalagens e ácido bórico, acompanhados de suas embalagens, como de costume.
Proceda-se à destruição da balança de precisão e do carretel de linha.
Proceda-se à restituição dos demais objetos apreendidos, pois não há indicação de sua utilização no crime em questão, no prazo de 30 dias. Não havendo a restituição, decreto a destruição ante o desinteresse e por serem de pequeno valor.
Sem custas.
P.R.I.
Ji-Paraná quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

3ª VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE JI-PARANÁ
3ª VARA CRIMINAL E DE DELITOS DE TRÂNSITO
Autos nº: 7012243-18.2021.8.22.0005 Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia DENUNCIADO: WILLIAN DIAS TEIXEIRA
SENTENÇA
VISTOS.
WILLIAN DIAS TEIXEIRA devidamente qualificado nos autos, foi denunciado pelo representante do órgão do Ministério Público, com atribuições neste Juízo, como incurso nas penas do artigo 157, §1º, §2º, inciso VII, do Código Penal, porque segundo denúncia de ID 65881153, fls.53/55:
No dia 14 de novembro de 2021, às 4h20min, na Rua Tapajós, n. 1029, bairro Dom Bosco, nesta cidade, o denunciado WILLIAN DIAS TEIXEIRA, subtraiu para si, mediante grave ameaça, utilizando um canivete, extensão de energia elétrica, pertencente as vítimas Edmilson Alves da Silva e Jane santos. Restou apurado que o denunciado pulou o muro para adentrar na residência. Durante a ação criminosa, as vítimas chegaram acompanhadas do filho J.P. S da S. (14 anos), após retornaram de um casamento. Na entrada, notaram uma bicicleta e uma mochila no chão. Em ato contínuo, ao abrirem o portão, o denunciado segurando uma extensão de energia elétrica, veio ao encontro da família sacando um canivete e golpeou Edmilson com um soco, além de empurrá-lo fortemente contra o chão. Apesar do ocorrido, conseguiram imobilizá-lo e acionaram a guarnição policial. Por fim, de acordo com o laudo (fls. 38 e 39), averiguou-se que no interior da mochila do denunciado havia uma necessaire de cor preta, com duas chaves de fenda, uma chave de boca, uma agulha grande, uma aliança de cor prata, um pirex de cor marrom, três reais em moedas, um isqueiro; um par de tênis NIKE; um perfume NATURA HOMEM; um batom líquido MAXLOV; um canivete pequeno de cabo rajado; um cachimbo feito de cano de PVC e um facão, sem marca aparente.
Foram juntadas aos autos as seguintes peças: auto de prisão em flagrante delito, auto de apresentação e apreensão e laudo de exame merceológico, e certidão de antecedentes criminais (ID 85577345).
A denúncia foi recebida (ID 66069174), sendo ratificado o recebimento. O acusado Willian devidamente citado (ID 66434557) e apresentou resposta à acusação (ID 67462792).
Audiência de instrução realizada mediante sistema audiovisual com a oitiva das vítimas, 2 (duas) testemunhas e interrogatório do acusado (18/5/2022 - ID 77027581 - mídia nos autos).
Por ocasião das alegações finais, via memoriais, a Promotoria de Justiça requereu a condenação do réu Willian pela prática do crime no artigo 157, §1º e § 2º, VII, do Código Penal, com fixação valor mínimo para reparação dos danos, nos termos do artigo 387, IV, do CPP, por entender que restaram comprovadas a materialidade, a autoria e a culpabilidade (ID 79820848).
Por sua vez, a Defensoria Pública, em alegações finais, via memoriais, requereu: a) A desclassificação do crime previsto no artigo 157, §§ 1º e 2º, VII, do Código Penal para o delito prescrito no artigo 155, caput c.c artigo 14, II, ambos do mesmo diploma; b) Sendo desclassificado o delito, seja absolvido o acusado, com espeque no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal; c) Subsidiariamente, em caso de condenação, na primeira fase da dosimetria, seja fixada a pena-base no mínimo legal, nos termos do artigo 59, do Código

Penal; d) Na segunda fase da dosimetria da pena, seja reconhecida a atenuante da confissão espontânea, com fulcro no artigo 65, inciso III, "d", do Código Penal, sendo-lhe aplicado as suas benesses; e) Na terceira fase da dosimetria, seja aplicada a causa de diminuição prevista no artigo 14, parágrafo único, do Código Penal, no máximo legal, isto é, em 2/3 (dois terços), em razão do iter criminis percorrido pelo acusado; f) Fixação do regime inicial de cumprimento de pena em semiaberto, nos termos do artigo 33, § 2º, alínea "b", do Código Penal; g) Rejeição do pedido de fixação de valor para reparação de danos em desfavor do acusado, sob pena de ofensa aos princípios da correlação ou congruência e do contraditório e ampla defesa (artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal). Por fim, seja dispensado do pagamento das custas processuais (ID 80820437).

É o relatório.

DECIDO.

Versa o presente feito sobre a infração penal prevista no artigo 157, §1º, §2º, inciso VII, do Código Penal.

A materialidade do delito restou devidamente demonstrada pelas seguintes peças: auto de prisão em flagrante delito, auto de apresentação e apreensão e laudo de exame merceológico, certidão de antecedentes criminais (ID 85577345) e demais provas coligidas aos autos.

A autoria delitiva, encontra-se evidenciada nos autos, eis que as provas produzidas no decorrer da instrução processual são suficientes e seguras para que se possa afirmar sem sombra de dúvidas que o acusado Willian praticou o delito de roubo conforme narrado na denúncia.

Quando ouvido em juízo, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, o acusado Willian Dias Teixeira (18/5/2022 - ID 77027581 - mídia nos autos) confessou parcialmente os fatos narrados na denúncia. Confirmou que pulou o muro da casa e subtraiu a extensão. Negou o intuito de agredir a vítima e que tenha revidado a contenção.

Saliente-se que a confissão, mesmo que parcial, por si só constitui elemento suficiente para condenação, a qual somente pode ser recusada quando evidenciada inverídica, o que não é o caso dos autos. Nesse sentido:

A confissão judicial tem valor absoluto e, ainda que seja o único elemento de prova, serve como base à condenação, só podendo ser recusada em circunstâncias especialíssimas, ou seja, naquelas em que lhe evidencie a insinceridade, ou quando tiver prova veemente em contrário. (TJSP – AP – 6.ª C. – Rel. Nélson Fonseca – j. 17/04/1997 – RT 744/573).

A confissão não é isolada, pois está de acordo com os demais elementos de provas apresentados nos autos, conforme se verá a seguir.

Conduzindo a um desfecho condenatório, sob o crivo do contraditório e ampla defesa, a vítima Jane Santos (18/5/2022 - ID 77027581 - mídia nos autos) narrou que estava retornando para sua casa durante a madrugada e ao chegar na residência com sua família o seu filho avistou uma bicicleta, momento em que seu marido se deparou com o réu saindo do corredor. Nesse momento o réu tentou empreender fuga, ocasião em que seu marido tentou contê-lo e ele sacou um canivete. Seu marido, junto com o filho, conseguiram imobilizar o réu. Oportunidade em que ele empurrou o esposo da vítima, que caiu no chão. Em seguida seu marido conseguiu desarmar o réu e detê-lo. Por fim, acrescentou que seu imóvel é todo murado, tendo o acusado pulado o muro para adentrar no quintal.

No mesmo sentido a vítima Edmilson Alves da Silva, ouvida em sede judicial (18/5/2022 - ID 77027581 - mídia nos autos) narrou que ao adentrar no seu quintal se deparou com o acusado no corredor, tentou imobilizá-lo, mas ele estava com um canivete, empurrou a vítima que caiu no chão. Em seguida, a vítima conseguiu imobilizar o réu e ficou aguardando a chegada da polícia. Acredita que o acusado tenha pulado o muro. Por fim, relatou que o acusado estava em posse de uma extensão de fio.

Verifico que as vítimas indicaram com convicção o acusado Willian como sendo o autor do delito, inclusive confirmando em juízo as declarações prestadas em sede policial.

Ademais, em sede de crimes contra o patrimônio é de enorme importância a palavra da vítima, pois ninguém melhor do que esta, para apontar a pessoa do infrator, sendo este o caso dos autos, conforme declarações prestadas pelas vítimas. Assim, revela esta circunstância caráter preponderante como prova autorizadora da condenação do agente, pois razão alguma teriam para incriminar pessoa inocente.

Corroborando meu entendimento sobre o assunto, vejamos:

A palavra da vítima tem especial relevância probatória, mormente em delitos contra o patrimônio, pois, relatando o proceder de desconhecidos, nenhum interesse teria em incriminar eventuais inocentes (TACRIM-SP-AP-9.ª C.-Rel. Lourenço Filho – j. 05/06/93-RJTACRIM 32/280).

Outrossim, destaco que é induvidoso que, ao identificar o acusado Willian como o assaltante, as vítimas o fizeram com o objetivo de auxiliar o Estado a exercer com maior eficácia e justiça o seu poder investigatório/punitivo. Nesse diapasão e ilustrando o meu entendimento:

Perante divergência frontal entre a palavra da vítima e a do acusado, deve se dar prevalência à do sujeito passivo, pois visando este apenas recuperação do que lhe foi subtraído e incidindo sua palavra sobre proceder de desconhecidos, seu único interesse é apontar os verdadeiros culpados e narrar-lhes a atuação e não acusar inocentes. Impõe-se a solução, máxime quando se trate de réu com antecedentes policiais (TACRIM-SP – rel. Juiz Roberto Martins – JUTACRIM 44/427)

Não se diga que o depoimento isolado da vítima não tenha valor probante. Desde que se trate de pessoa idônea, sem animosidade específica contra o réu, não se poderá imaginar que a vítima vá mentir em Juízo e acusar um inocente (TACRIM-SP – rel. Clineu Ferreira – JUTACRIM 90/318)

Também contribuindo para a elucidação dos fatos, a testemunha PM Joaquim Souza Carneiro, em sede judicial (18/5/2022 - ID 77027581 - mídia nos autos), relatou que o acusado se deparou com a família retornando para a casa quando estava saindo em posse de alguns fios, tendo reagido a contenção da família. Informou ainda que a bicicleta foi reconhecida como produto de furto praticado no dia anterior.

Do mesmo modo foi o depoimento prestado pela testemunha PM Elias Fassi, em sede judicial (18/5/2022 - ID 77027581 - mídia nos autos), relatou que quando as vítimas chegaram em casa o acusado estava na posse de uma extensão de fio, que pertencia a família, tendo utilizado um canivete para ameaçar os donos da residência e tentar evadir-se.

Pois bem. É assente na jurisprudência que não se pode considerar como inválido os testemunhos de agentes policiais, sobretudo porque o sistema da livre apreciação das provas, vigente em nosso Ordenamento Jurídico, permite ao Julgador sopesar tal depoimento em consonância com outras provas dos autos, conforme artigo 157 do CPP.

Ressalto que o fato das testemunhas acima serem policiais não impede que seus depoimentos sejam considerados uma prova válida, pois verifico que há coerência, harmonia e concatenação em suas declarações. Sobre o tema, trago o seguinte julgado:

Os depoimentos policiais devem ser cridos até prova em contrário. Não teria sentido o Estado credenciar agentes para exercer o serviço público de repressão ao crime a garantir a segurança da sociedade e ao depois negar-lhe crédito quando fosse dar conta de suas tarefas, no exercício de suas funções precípuas (RDTJR 7/287).

Vale lembrar que os depoimentos de agentes de polícia se constituem em meio idôneo de prova e não são parciais, vez que não estão impedidos de depor. Cediço que não existindo qualquer impedimento não deve esta prova ser desprezada. Nesse sentido: TACRIM-SP – AP – Rel. Walter Suensson – RJD 25/334; TJSP – AP 102.370-3 – Rel. Márcio Bártoli – j. 03/04/1991 e:

Preconceituosa é a alegação de que o depoimento de Policiais é sempre parcial, vez que, não estando eles impedidos de depor, o valor probante de suas palavras não pode ser sumariamente desprezado, máxime quando estas se harmonizam com os demais elementos colhidos no processo e nada indique que tivessem eles a intenção de prejudicar inocentes (TACRIM-SP – AP-Rel. Gonzaga Franceschini – RJD 18/80).

Observo que as vítimas e as testemunhas, ouvidas em sede judicial, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, foram coerentes e uníssonas ao apontar Willian como o assaltante, relatando a dinâmica do fato tal como descrito na denúncia. Vejo que o réu foi surpreendido no momento em que saía do imóvel levando a extensão de fio subtraída.

Em que pese as alegações da Defesa (ID 80820437) pela desclassificação do delito, vejo que o acusado praticou o crime de roubo na modalidade imprópria, conforme prevê o §1º do artigo 157, do Código Penal, uma vez que imediatamente após a subtração dos objetos foi surpreendido com a chegada das vítimas, tendo sacado um canivete contra a vítima Edmilson e utilizou emprego de violência ao empurrá-lo contra o chão no intuito de inibir sua reação e obter êxito na consumação do delito, tendo ainda simulado o emprego de arma de fogo como forma de ameaçar as vítimas, restando com isso configurada a grave ameaça, elementar do crime de roubo. Por esta razão, não se mostra possível a desclassificação para o crime de furto.

A Defesa requereu a aplicação do princípio da insignificância (ID 80820437), entretanto não se mostra possível acolher o referido pedido, pois restou claro que o réu tinha a intenção inicial de praticar um delito de furto, porém, com a chegada dos proprietários da residência a conduta evoluiu para um delito de roubo (impróprio), restando concretizada a violência por parte do réu em relação à vítima, conforme narrado acima. Além disso, ao perceber a chegada dos proprietários da residência o acusado tinha a possibilidade de se render pacificamente, mas não o fez, optando pelo uso da violência e da grave ameaça. Saliento que o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia possui entendimento no sentido de que para delitos praticados com violência ou grave ameaça não é possível aplicar o princípio da insignificância, conforme julgado abaixo:

Roubo circunstanciado. Insignificância da res furtiva (R$ 100,00). Grave ameaça contra vítima. Simulação de uso de arma. Atipicidade material. Inocorrência. Desclassificação para ameaça. Impossibilidade. Recurso não provido. 1. O princípio da insignificância não é aplicável ao crime de roubo praticado mediante grave ameaça contra pessoa. Tão pouco torna a conduta materialmente atípica o diminuto prejuízo financeiro, pois vários bens jurídicos penalmente tutelados são afetados, não apenas o patrimônio. 2. Impossível a desclassificação do crime de roubo para o crime de ameaça, pois este constitui elementar daquele. 3. Recurso não provido. (TJ-RO - APL: 00065886720108220007 RO 0006588-67.2010.822.0007, Relator: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno, Data de Julgamento: 14/10/2011, 2ª Câmara Criminal, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 19/10/2011.)

A Defesa requereu o reconhecimento do crime tentado (ID 80820437), entretanto, em se tratando de delito de roubo, o entendimento jurisprudencial é de que “nos crimes de roubo e furto prevalece, quanto ao momento de consumação, a teoria da apprehensio ou amotio, pela qual a consumação ocorre quando a coisa é passada para o poder do agente, independentemente da posse tranquila, desvigiada e pacífica da coisa” (TJ-RO - APL: 00006441120208220015 RO 0000644-11.2020.822.0015, Data de Julgamento: 29/09/2021, Data de Publicação: 26/10/2021). Sendo assim, considerando que o réu já estava na posse dos objetos quando as vítimas chegaram, não há que se falar em tentativa, mas sim em delito consumado, não se mostrando possível acolher o pedido da Defesa.

Destarte, friso que houve produção probatória na fase policial as quais levaram a conclusão por parte do Delegado de Polícia de que a autoria do delito competia ao acusado Willian, fazendo uso de arma branca (canivete), sendo corroboradas na fase judicial. Assim, com base no conjunto probatório acostado aos autos, que é firme, seguro e concatenado, é possível concluir, sem sombra de dúvidas, que o acusado Willian praticou a infração penal, nos moldes narrados pelo Delegado de Polícia no Inquérito Policial e pelo Promotor de Justiça na denúncia.

Destarte, friso que o conjunto probatório acostado aos autos é firme, seguro e concatenado, sendo possível concluir, sem sombra de dúvidas, que a infração penal foi praticada pelo réu Willian, nos exatos termos narrados na denúncia.

Por ocasião da dosimetria da pena do acusado Willian levarei em conta a existência da atenuante da confissão espontânea prevista no artigo 65, III, “d” do Código Penal, não havendo agravantes.

Verifico também que existe causa especial de aumento de pena prevista no art.157 §2º, inciso VII do CP, conforme declarações das vítimas e demais elementos probatórios juntados aos autos, pois está claro que o roubo em questão foi praticado com emprego de arma branca.

Observando critérios quantitativos (uma causa de aumento, a qual é indicativa de maior temibilidade, periculosidade e reprovação da conduta do agente infrator) considero que a causa de aumento supramencionada majorará a pena em 1/3 (um terço). Corroborando o

entendimento trago à colação os seguintes julgados: (critério quantitativo) TacrimSP-AC 1.011.331/9, voto vencedor Almeida Braga; TacrimSP-AC-Rel.Corrêa de Moraes-RJD 27/165; (critério qualitativo) TacrimSP-Ap- Rel. Carlos Biasotti - RJDTACrim 43/201; TacrimSP--Ap-Rel.Mesquita de Paula-RJTACrim 36/302.

Outrossim, inviável aplicar a isenção da pena de multa, vez que expressamente cominada no tipo penal e de aplicação obrigatória, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade. Neste sentido colaciono os seguintes julgados: TJ-RS - Apelação Crime ACR 70080045669 RS; TJ-MG - Apelação Criminal APR 10521160005976001 MG e TJ-RS - Apelação Crime ACR 70079058509 RS.

A culpabilidade do réu Willian está demonstrada uma vez que subtraiu coisa alheia móvel, fazendo uso de arma branca, sabendo que sua atitude era contrária à lei, agiu dolosamente e no momento da ação tinha condições de atuar diversamente, mas não o fez por vontade livre e consciente.

DO DISPOSITIVO

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia ID 65881153, fls.53/55 e por consequência CONDENO o réu WILLIAN DIAS TEIXEIRA, como incurso nas penas do artigo 157, §1º, §2º, inciso VII, do Código Penal.

Resta dosar a pena, observando-se o critério trifásico.

Atento às diretrizes do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais) verifico que a conduta social do réu deve ser considerada desfavorável, pois é usuário de drogas (crack) e registra antecedentes criminais, não havendo outras informações que mostrem o contrário, portanto não se pautando conforme as convenções sociais. Os motivos do crime são injustificáveis, cingindo-se à ânsia pelo lucro fácil e indevido, indicando um substrato antissocial. As circunstâncias mostram-se inerentes ao tipo penal. As consequências do crime não foram graves, vez que a vítima não chegou a ser lesionada pelo acusado e a rés furtiva foi devidamente restituída. Do que consta nos autos é possível afirmar que a personalidade do acusado seja hostil, dada a sua ficha criminal. O acusado responde a outros processos criminais (certidão de antecedentes criminais - ID 85577345), contudo não consta a informação de que possua condenação criminal. Assim, fixo-lhe a pena em 4 (quatro) anos e 6 (seis) de reclusão e 25 (vinte e cinco) dias-multa, ao valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato, vez que levo em consideração a situação econômica do réu, entendendo ser o necessário para a reprimenda do crime cometido.

Verifico que existem agravantes, porém, presente a atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, “d”, do CP), razão pela qual minoro a pena para 4 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, que é o mínimo legal.

Quanto às circunstâncias legais específicas [previstas na Parte Especial do Código Penal], observo que não há causa de diminuição, porém, verifico que há causa de aumento de pena (§2º, inciso VII, do artigo 157 do CP), pois o crime de roubo foi praticado com emprego de arma branca. Assim, majoro a pena aplicada em 1/3 (um terço), vez que considero o suficiente para a reprimenda do crime cometido, perfazendo 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa.

Portanto, torno a pena aplicada em definitivo para fixá-la em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa, ao valor equivalente a 1/30 do salário-mínimo vigente ao tempo do fato, vez que levo em consideração a situação econômica do réu, entendendo ser o necessário para a reprimenda do crime cometido. A pena será cumprida, inicialmente, no regime SEMIABERTO de acordo com o artigo 33 do CP.

Nos termos do art. 44 do CP, deixo de substituir a pena privativa de liberdade aplicada por ter sido o crime cometido com grave ameaça e com violência à pessoa e em razão da pena fixada ser superior a quatro anos. Pelas mesmas razões, incabível a concessão de sursis.

Disposições gerais

Intime-se o acusado para pagamento e comprovação neste cartório, da respectiva multa no prazo de 10 (dez) dias. Em não sendo adimplida, oficie-se à Procuradoria da Fazenda para inscrição, cobrança e execução como crédito fiscal não tributário da União.

Isento o réu Willian do pagamento de custas processuais, nos termos da Lei nº 301, de 21/12/90, vez que defendido por Defensor Público.

Deixo de fixar valor mínimo de indenização pela infração cometida (art.387, inc. IV, do Código de Processo Penal), pois o bem subtraído foi recuperado pelas vítimas. Outrossim, as vítimas ainda podem demandar o que entenderem de direito na esfera cível. Intimem-se as vítimas pelo meio mais célere e econômico, inclusive whatsapp se for necessário, cientificando-as do resultado da sentença.

Em caso de eventual recurso, concedo ao réu o direito de apelar em liberdade, vez que assim permaneceu durante toda a instrução processual, não existindo razão para alteração dessa condição.

Quanto aos objetos apreendidos (ID 64959987 - fl.14), considerando que não mais interessam ao feito, oficie-se a delegacia para que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, e se existem vítimas, e desde já determino a sua restituição aos legítimos proprietários (vítimas). Caso não haja proprietário, certifique o cartório da sua condição e, caso se mostrem inservíveis aos fins a que se destinam, determino a sua destruição, com as cautelas de praxe.

Após o trânsito em julgado, com a manutenção da sentença penal condenatória, expeça-se o necessário para cumprimento da pena e lance-se o nome do réu em livro próprio, fazendo-se as anotações e comunicações de praxe (TRE, INI/DF, II/RO, etc).

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Após, arquivem-se.

Ji-Paraná/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023

Valdecir Ramos de Souza

Juiz de Direito

SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARIQUEMES

1ª VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ariquemes - 1ª Vara Criminal
, nº , Bairro , CEP ,
Número do processo: 7006062-10.2021.8.22.0002
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: INGRID LOHANNI FONSECA ESTEVAO, MAYLON VALERIO SANTOS
ADVOGADOS DOS REU: ROMILDO FERNANDES DA SILVA, OAB nº RO4416A, JOSÉ CARLOS FOGACA, OAB nº RO2960
Ofício n.º 127/2022/GAB Ariquemes-RO, 05 de janeiro de 2023.
Ref.: Habeas Corpus n. 0812665-60.2022.8.22.0000
Processo de Origem: 7006062-10.2021.8.22.0002 (Ação Penal); 0000902-26.2021.8.22.0002 (Pedido de Prisão Preventiva)
Paciente: INGRID LOHANNI FONSECA ESTEVAO
Impetrante: Romildo Fernandes da Silva
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes
Relator: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator,
Em atenção à decisão encaminhada por malote, com código de rastreabilidade 82220232180132, encaminho a Vossa Excelência as informações solicitadas para instruir o Habeas Corpus acima mencionado, nos moldes a seguir evidenciados:
A prisão preventiva de INGRID LOHANNI FONSECA ESTEVAO, ora paciente, e de Maylon Valerio Santos (foragido) foi decretada no dia 28/05/2021 (ID 62393173, pg. 87/94 da Cautelar, autos nº 0000902-26.2021.8.22.0002), por ocasião do pedido de prisão preventiva, visando a garantia da ordem pública, e para assegurar a aplicação da lei penal, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas.
O mandado de prisão teve seu cumprimento em 28/05/2021 (ID 62393175, da Cautelar), sendo que a audiência de custódia foi realizada por videoconferência na mesma data, conforme Provimento Conjunto n.º 001/2012-PR-CG, Provimento n.º 25/2020-CGJ e Resolução n.º 329/2020 do CNJ. Inexistindo qualquer relato de violação dos direitos e garantias fundamentais, deixou-se de determinar qualquer providência quanto a esse aspecto.
A Defesa da paciente apresentou pedido de revogação de prisão por ocasião da audiência de custódia, tendo o Ministério Público se manifestado oralmente pelo indeferimento do pedido. Sendo-lhe concedida a Liberdade Provisória, mediante o cumprimento das medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do artigo 319 do CPP, dentre outras com o uso de Tornozeleira Eletrônica (ID 62393175, pg. 17-20 - Autos n. 0000902-26.2021.8.22.0002-Cautelar).
O Ministério Público ofereceu denúncia em 26/05/2021 (ID 58139256 – Ação Penal nº 7006062-10.2021.8.22.0002), já nos autos principais, em desfavor da paciente e do corréu Maylon Valerio Santos, como incursos nas sanções do artigo 33, caput, e 35, ambos c.c. o art. 40, III, todos da Lei nº 11.343/06.
Foi determinada a intimação das partes para apresentar defesa preliminar em 07/06/2021 (ID 58471573).
A paciente foi notificada e apresentou defesa preliminar, o corréu Maylon Valerio Santos, citado por edital não compareceu em Juízo, tampouco constituiu advogado para promover sua defesa, sendo determinada a suspensão do processo e do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do Código de Processo Penal em relação a este.
A denúncia foi recebida em 03/02/2022 (ID 67686750), sendo designada audiência para interrogatório, instrução e julgamento da paciente, a qual foi realizada em 09/09/2022 (ID 81581677) e continuação em 05/10/2022 (ID 82687671), sendo convertida as alegações em memoriais, as quais foram apresentadas pelo parquet (ID 83012564), pela defesa da paciente (ID 83272477), bem como pela defesa do corréu Maylon Valerio Santos (ID 83320754).
Os autos se encontram conclusos para sentença.
Para melhor esclarecimento dos fatos, remetam-se cópia da decisão de decretação de preventiva (ID 62393173, pg. 87/94 da Cautelar, autos nº 0000902-26.2021.8.22.0002), da concessão da Liberdade provisória mediante as cautelares diversas da prisão, nos termos do artigo 319 do CPP, dentre outras com o uso de Tornozeleira Eletrônica (ID 62393175, pg. 17-20 - Autos n. 0000902-26.2021.8.22.0002-Cautelar), além dos antecedentes criminais da paciente.
Sendo estas as informações que tinha a prestar, colocando-me à disposição de Vossa Excelência para mais esclarecimentos, se assim julgar por bem.
Respeitosamente,
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

2ª Vara Criminal de Ariquemes/RO
Sede do Juízo: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio - Av. Juscelino Kubitschek, 2365, Setor Institucional, CEP: 76.872-853 Fone: 3309-8126 / WHATS 99399-0222 - e-mail: aqs2criminal@tjro.jus.br
Processo : 7019357-80.2022.8.22.0002
Classe : AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)
Autor : Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu : ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA
Defesa Téc. : Advogado: TIAGO ALEXANDRO DE MIRANDA OAB: RO12872 Endereço: Av. Salvador, 4098, não informado, Rolim de Moura - RO - CEP: 76970-000
Intimação
Fica a defesa técnica intimada para apresentação de Resposta à Acusação, no prazo legal.
Ariquemes-RO, 5 de janeiro de 2023.
RAFAEL PEREIRA BELLE
Diretor de Secretaria

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, -
7000052-76.2023.8.22.0002
REQUERENTE: BRUNO ALVES BIANCHINI
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEDAIANA SANA DE FREITAS, OAB nº RO10368
REQUERIDO: E. R. -. D. D. E. S.
DECISÃO
Vistos,
Recebo a inicial.
Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DA INTERRUPÇÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA proposta em face de ENERGISA S/A objetivando via antecipação de tutela o restabelecimento do serviço essencial, haja vista que o autor solicitou a transferência de titularidade da energia elétrica da unidade consumidora nº 1963918, endereço Rua São Vicente, nº2480, Setor 03, Ariquemes/RO, devido ter realizado contrato de aluguel, entretanto, até o momento não houve a transferência e houve a interrupção dos serviços sob a alegação de que havia ligação direta ocasionada pelo antigo morador.
O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
Os requisitos da medida encontram-se presentes, uma vez que houve a interrupção do fornecimento de energia elétrica de seu imóvel em razão de erro de terceiro.
Não há que se falar em irreversibilidade do provimento, uma vez que este se limita no restabelecimento do fornecimento da energia elétrica, podendo referido ato ser praticado pela requerida, em momento posterior, caso seja comprovada a legitimidade de sua conduta.
Assim, com fundamento no artigo 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, e via de consequência DETERMINO que a CERON/ENERGISA:
PROMOVA O FORNECIMENTO de energia elétrica no imóvel da parte autora, NO PRAZO MÁXIMO DE 12 (DOZE) HORAS, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 5 (cinco) mil reais, salvo se houver débitos de consumo regular vencidos e já notificados;
Oficie-se à CERON/ENERGISA para que RESTABELEÇA a energia elétrica da parte autora no prazo acima indicado, sob pena da multa já aplicada, independente de nova intimação, sem prejuízo de outras penalidades.
Desde já, esclareço que o serviço deve ser mantido em pleno funcionamento até ulterior julgamento do litígio, com fulcro nas faturas discutidas nos autos.
Considerando que a ENERGISA/CERON é uma das maiores litigadas deste Juizado Especial Cível, e, considerando que as demandas que envolvem o fornecimento de energia elétrica quase sempre envolvem causas urgentes, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.

Assim, adoto, no caso em tela, o rito simplificado permitido pelo Sistema dos Juizados Especiais Cíveis como forma de prestigiar os princípios informadores da celeridade, economia processual e informalidade.
Cite-se e intime-se a ENERGISA S/A/CERON para que apresente resposta no prazo de 15 dias a contar da citação/intimação.
Caso a ENERGISA S/A/CERON tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Apresentada a contestação, faça-se conclusão dos autos para sentença.
Caso exista pedido de DANO MORAL no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em Cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo Sistema PJE, retirando-a da pauta.
Cumpra-se servindo-se a presente como Comunicação/Carta de Citação/Carta de Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, -
7000048-39.2023.8.22.0002
AUTOR: EDITHE REVAY CHAVES
ADVOGADO DO AUTOR: EVANETE REVAY, OAB nº RO1061
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de ação de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS e PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, onde a parte alega que houve a suspensão do serviço de energia em razão da cobrança do Débito de R$ 2.673,64, e o recebimento de danos morais em razão do corte.
Ocorre que a própria parte autora informou que o referido débito é objeto de ação nos autos nº 7013073- 56.2022.8.22.0002, em trâmite nesta Vara, onde além da declaratória de inexistência de débito também pleiteia danos morais.
Em análise daqueles autos constatou-se que o mesmo encontra-se em fase de conhecimento.
Nesse sentido, não há a necessidade de a parte autora interpor ação autônoma perante esse juizado para obter o restabelecimento do serviço, bastando apenas requerer naqueles autos.
Face o exposto, indefiro a inicial e, por conseguinte, determino a extinção do processo sem julgamento do mérito, conforme determina o art. 485, I do CPC.
Sem custas.
P.R.
Intime-se a parte autora.
Após, arquivem-se independentemente do trânsito em julgado e de intimação.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Carta de citação/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7019885-17.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível

Assunto: Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$ 14.997,98 (quatorze mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos)
Parte autora: MARCOS DA SILVA ALVES, ÁREA RURAL ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MATHEUS RODRIGUES SILVA, OAB nº RO11744, AVENIDA TANCREDO NEVES 2585 SETOR 03 - 76870-525 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO, OAB nº RO5825
Parte requerida: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Vistos.
Trata-se de ação de indenização decorrente de construção de subestação de energia elétrica, sendo necessários documentos para apreciação do pedido que não foram juntados aos autos:
1 - Inteiro teor do imóvel com data atual;
2 - Memorial descritivo da rede;
3 - Constatação do local com mapas e fotografias;
4 - Comprovante de hipossuficiência ou de recolhimento das custas iniciais, sob o código 1001.3 (2%), observando que no rito adotado não há designação de audiência prévia;
Ante o o exposto, intime-se a parte autora a emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, devendo juntar aos autos os documentos acima relacionados.
{{orgao_julgador.cidade}} {{data.extenso}} .
Alex Balmant
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7004854-54.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária
Valor da causa: R$ 14.300,00 (quatorze mil, trezentos reais)
Parte autora: PAULO DIAS VIEIRA, LINHA C-80, LOTE 66 GLEBA 44, INEXISTENTE ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos.
1- Altere-se a classe para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.
2- Intime-se a parte executada, na pessoa de seu procurador, para, querendo, oferecer impugnação ao cumprimento de sentença, nos próprios autos, em 30 (trinta) dias (art. 535, CPC), bem como intime-se para que no mesmo prazo informe acerca da existência de eventual débito da parte exequente para compensação dentro das condições estabelecidas no §9º do art. 100 da Constituição Federal, sob pena de perda do direito de abatimento dos valores.
3- Decorrido o prazo, caso não haja oferecimento de impugnação à execução, nem informações sobre créditos para compensação, expeça-se requisição de pequeno valor ao órgão competente.
4- Vindo informação de pagamento dos valores requisitados, expeça-se alvará judicial em favor da parte exequente e/ou seu patrono para levantamento das quantias discriminadas nos ofícios e seus acréscimos legais.
SERVE O PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 12:12 .
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7017109-44.2022.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Correção Monetária

Valor da causa: R$ 73.291,55 (setenta e três mil, duzentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos)
Parte autora: INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RONDONIA - IESUR, AV. CAPITÃO SILVIO, 2738 - ARIQUEMES-RO, 3535-5005 NÃO INFORMADO - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DAVID ALVES MOREIRA, OAB nº RO299B, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 2738, - DE 2640 A 2760 - LADO PAR GRANDES ÁREAS - 76876-696 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ALINE ANGELA DUARTE, OAB nº RO2095
Parte requerida: LEONICE DE ALMEIDA, AVENIDA MARECHAL DUTRA 3700 AVENIDA MARECHAL DUTRA - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, SIDNEY PEREIRA DA SILVA, AVENIDA RIO BRANCO 4613 JARDIM DAS PALMEIRAS - 76876-615 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Ante o resultado negativo da diligência de citação no endereço indicado, intime-se a parte exequente para solicitar o que entender de direito, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.
Ariquemes quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 12:12 .
Alex Balmant
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7019700-76.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Nota de Crédito Comercial, Duplicata
Valor da causa: R$ 1.387,48 (mil, trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos)
Parte autora: DISTRIBUIDORA EBENEZER LTDA - ME, AV BRASIL 3077, DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EBENEZER SETOR 05 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NILTON LEITE JUNIOR, OAB nº RO8651
Parte requerida: SUELI DOS SANTOS GONCALVES 82258783291, CUJUBIM 1964 SETOR 04 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
1 - Recebo a inicial.
1.1- Cite-se a parte requerida dos termos da ação, com antecedência mínima de 20 dias da audiência designada, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, a contar da realização da audiência de conciliação ora designada, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC).
2- Providencie a CPE a DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO, a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCA pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, via whatsapp ou hangouts meet.
2.1- Intime-se o requerido da audiência designada.
2.2- Fica a parte autora intimada na pessoa de seu patrono da audiência designada.
3- Fica a parte autora intimada, na pessoa de seu patrono, de que restando infrutífera a conciliação deverá providenciar, em 05 dias, a contar da data da realização da audiência, a complementação das custas, nos termos do art. 12, inciso I, da Lei Estadual de Custas Forenses n. 3.896/2016, sob pena de extinção do feito, salvo se beneficiário da justiça gratuita.
4- Caso o requerido não possua interesse na realização da audiência de conciliação, deverá manifestá-lo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º CPC), ficando de qualquer forma obrigado a comparecer à audiência caso não haja manifestação de anuência da parte autora na petição inicial (art. 334, §4º, inciso I, CPC).
5- Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, a audiência de conciliação não se realizará, iniciando-se o prazo de defesa a contar da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu (art. 335, inciso II, CPC).
6- Apresentada defesa pelo réu, intime-se o autor para manifestar-se em réplica, em 15 dias (art. 350, CPC).
7- Após, intime-se as partes para que especifique as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 05 dias.
8- Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, de que deverá informar, em 5 dias, telefone com whatsapp e e-mail (autor e patrono), para que o CEJUSC faça o contato para a audiência por videoconferência. Caso esteja senso assitida pela Defensoria Pública, deverá informar ao Oficial de justiça o telefone com whatsapp e e-mail
9- A parte requerida deverá informar ao Oficial de Justiça no ato da citação/intimação o telefone com whatsapp e e-mail para que o CEJUSC faça o contato para realização da audiência. Caso a citação ocorra por carta, a parte deverá informar os referidos dados mediante peticionamento nos autos até 5 dias antes da audiência.
10- As partes deverão comunicar o juízo, no prazo de até 5 dias antes da audiência, mudança de telefone com whatsapp e e-mail.
11 – As partes deverão instalar em seus dispositivos (celular, notebook ou desktop) o aplicativo whatsapp e hangout meet ou buscar orientação de como fazê-lo e acessá-lo assim que receberem a citação ou intimação.
12 – Se quaisquer das partes enfrentar algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou telefone (69 3309 8140 ou 99312 1197) até antes de seu início.

13 – As partes deverão estar com telefone disponível durante o horário da audiência para atender as ligações do Poder Judiciário e acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados.
14 - As partes deverão portar seus documentos de identificação válidos e de seus dados bancários por ocasião da audiência para fins de verificação, bem como para remessa de fotos dos respectivos documentos, caso necessário.
15 – As partes poderão, no prazo de 24 horas, contados da realização da audiência, manifestar acerca de fatos envolvendo sua ocorrência, caso queiram.
16- Caso a parte requerida/executada não tenha condições de constituir advogado, deverá procurar a Defensoria Pública desta Comarca, situada na Avenida Canaã, 2647, Setor 03 em Ariquemes-RO.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
Ariquemes quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 12:13 .
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7019659-12.2022.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 17.418,50 (dezessete mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos)
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: YASMINE PIVOTTI ARNEIRO, OAB nº RO9499, RUA NATAL 2041, - ATÉ 2233/2234 SETOR 03 - 76870-501 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, RUA NATAL 2041, - ATÉ 2233/2234 SETOR 03 - 76870-501 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, MAYRA MIRANDA GROMANN, OAB nº RO8675, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
Parte requerida: BRENNER LOPES SOARES, RUA NATAL 2319, - DE 2275/2276 A 2481/2482 SETOR 03 - 76870-515 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ANDERSON LUCAS LAVERDE, RUA VITÓRIA 2210, - ATÉ 2255/2256 SETOR 03 - 76870-412 - ARIQUEMES - RONDÔNIA EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
1 - CONDICIONO O RECEBIMENTO DA INICIAL, à comprovação pela parte autora do recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, sob código 1001.3, de 2% sobre o valor da causa, observando que não há no presente rito audiência prévia de conciliação, nos termos do art. 12, inciso I, da Lei Estadual de Custas Forenses.
1.1- DECORRIDO O PRAZO, SEM CUMPRIMENTO DO DETERMINADO, VOLTEM OS AUTOS CONCLUSOS PARA INDEFERIMENTO DA INICIAL. Cumprido o determinado, cumpra-se a presente decisão.
2- Recebo a inicial.
2.1 - Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, com juros e encargos, contados do recebimento do mandado pelo executado; ou opor embargos em 15 (quinze) dias, contado da juntada do presente mandado aos autos, independentemente de penhora, depósito ou caução.
2.2- Frustrada a citação pessoal, após esgotadas as diligências solicitadas pela parte, havendo pedido de citação por edital, fica desde já deferido. Caso não seja apresentada resposta à pretensão, desde já nomeio curador ao executado na pessoa de qualquer dos representantes da Defensoria Pública Estadual, que deverá ser intimado a oferecer a resposta (CPC, art. 72, inciso II), podendo optar pela interposição de exceção de pré-executividade caso os fatos a serem levantados consistam em matéria de ordem pública.
3 – Arbitro honorários em 10% do valor do débito.
4 – Em caso de pagamento integral, no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade, bem como, ficará isento do pagamento das custas finais, nos termo do artigo 8º, inciso I da Lei 3.896/2016.
5 – Caso a parte executada reconheça o débito, poderá requerer seu parcelamento no prazo de 15 dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, desde que promova o pagamento à vista de 30% do débito, mais custas e honorários de advogado, e o saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (CPC, art. 916).
6 – Caso a dívida não seja paga em 3 (três) dias, PENHOREM-SE tantos bens quantos bastem para a garantia da execução, lavrando-se o respectivo auto, avalie-se e intime-se a parte executada.
7- O Oficial de Justiça deverá observar, por ocasião da penhora, a ordem preferencial prevista no art. 835, CPC.
8 – Caso a penhora recaia sobre bem imóvel, e, se casada a parte executada, intime-se o cônjuge.
9 – Na hipótese da parte executada não ser encontrada para citação, ou não tiver domicílio certo, arreste-se e avalie-se.
10- Se a parte executada estiver se ocultando, proceda-se à citação com hora certa (830, §1º, CPC).
SERVE O PRESENTE DE CERTIDÃO DE ADMISSÃO DA EXECUÇÃO PARA OS FINS DO ARTIGO 828, CPC.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, PENHORA, INTIMAÇÃO e AVALIAÇÃO.
Ariquemes quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 12:12 .
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7019664-34.2022.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 7.403,84 (sete mil, quatrocentos e três reais e oitenta e quatro centavos)
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: YASMINE PIVOTTI ARNEIRO, OAB nº RO9499, RUA NATAL 2041, - ATÉ 2233/2234 SETOR 03 - 76870-501 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, RUA NATAL 2041, - ATÉ 2233/2234 SETOR 03 - 76870-501 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, MAYRA MIRANDA GROMANN, OAB nº RO8675, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
Parte requerida: ANDERSON DE OLIVEIRA COELHO, RUA JASMIN 3013, - DE 2800/2801 AO FIM SETOR 04 - 76873-414 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos
1- Fica a parte exequente intimada a acostar aos autos, em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, o comprovante de recolhimento das custas iniciais, sob código 1001.3, em 2% sobre o valor da causa, considerando que não há audiência prévia de conciliação no presente rito.
1.1- Vindo o comprovante, cumpra-se a presente decisão. CASO CONTRÁRIO, VOLTEM OS AUTOS CONCLUSOS PARA INDEFERIMENTO DA INICIAL.
1.2- Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, com juros e encargos, contados do recebimento do mandado pelo executado; ou opor embargos em 15 (quinze) dias, contado da juntada do presente mandado aos autos, independentemente de penhora, depósito ou caução.
1.3- Frustrada a citação pessoal, após esgotadas as diligências solicitadas pela parte, havendo pedido de citação por edital, fica desde já deferido. Caso não seja apresentada resposta à pretensão, desde já nomeio curador ao executado na pessoa de qualquer dos representantes da Defensoria Pública Estadual, que deverá ser intimado a oferecer a resposta (CPC, art. 72, inciso II), podendo optar pela interposição de exceção de pré-executividade caso os fatos a serem levantados consistam em matéria de ordem pública.
2 – Arbitro honorários em 10% do valor do débito.
3 – Em caso de pagamento integral, no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade, bem como, ficará isento do pagamento das custas finais, nos termo do artigo 8º, inciso I da Lei 3.896/2016.
4 – Caso a parte executada reconheça o débito, poderá requerer seu parcelamento no prazo de 15 dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, desde que promova o pagamento à vista de 30% do débito, mais custas e honorários de advogado, e o saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (CPC, art. 916).
5 – Caso a dívida não seja paga em 3 (três) dias, PENHOREM-SE tantos bens quantos bastem para a garantia da execução, lavrando-se o respectivo auto, avalie-se e intime-se a parte executada.
6- O Oficial de Justiça deverá observar, por ocasião da penhora, a ordem preferencial prevista no art. 835, CPC.
7 – Caso a penhora recaia sobre bem imóvel, e, se casada a parte executada, intime-se o cônjuge.
8 – Na hipótese da parte executada não ser encontrada para citação, ou não tiver domicílio certo, arreste-se e avalie-se.
9- Se a parte executada estiver se ocultando, proceda-se à citação com hora certa (830, §1º, CPC).
SERVE O PRESENTE DE CERTIDÃO DE ADMISSÃO DA EXECUÇÃO PARA OS FINS DO ARTIGO 828, CPC.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, PENHORA, INTIMAÇÃO e AVALIAÇÃO.
Ariquemes quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 12:12 .
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7005729-24.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Fixação, Investigação de Paternidade
Valor da causa: R$ 5.363,20 (cinco mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte centavos)
Parte autora: C. A. U., RUA MONTE NEGRO 2365 APOIO SOCIAL - 76873-308 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: EVERTON BALBO DOS SANTOS, OAB nº DF22691, AVENIDA MACHADINHO 4349, - DE 4318 A 4480 - LADO PAR SETOR 06 - 76873-630 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, PAULO ROBERTO MELONI MONTEIRO, OAB nº RO6427, AVENIDA MACHADINHO 4349, - DE 4318 A 4480 - LADO PAR SETOR 06 - 76873-630 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Parte requerida: V. D. S. X., RUA OLAVO BILAC 3813, - DE 3734/3735 AO FIM SETOR 06 - 76873-608 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DILSON JOSE MARTINS, OAB nº RO3258, BEIRA RIO 3249, CASA SETOR 02 - 76897-890 - TARILÂNDIA (JARU) - RONDÔNIA
Vistos e examinados.
Trata-se de ação de reconhecimento de paternidade e alimentos ajuizada por CLARA ARIELLY ULIANA, representada pela genitora, em desfavor do VILSON DA SILVA XAVIER.
A parte autora narrou que o requerido é seu pai biológico e não contribui para o sustento. Disse que o mesmo tem situação financeira estável e pode contribuir. Assim, postulou o arbitramento de alimentos provisórios na ordem de 30% do salário-mínimo, com complementação da metade das despesas extraordinárias e no mérito o registro da filiação paterna e a confirmação de alimentos definitivos em favor da parte autora. Juntou documentos.
Deferidos os pedidos de gratuidade de justiça e alimentos provisórios de 30% do salário-mínimo e designada audiência de conciliação.
Exame de DNA positivo.
Audiência de conciliação frutífera quanto ao reconhecimento da paternidade.
Homologação do acordo no ID 83294305.
A parte demandada apresentou contestação, alegando que trabalha como agricultor e tem mais 5 filhos. Propôs o pagamento de alimentos no importe 20% do salário mínimo e complementação de 50% das despesas extraordinárias.
Parecer ministerial pela procedência do pleito autora.
É o relatório. DECIDO.
Cuida-se de ação de reconhecimento de paternidade e alimentos em que a parte autora postula em desfavor de seu genitor o pagamento no importe de 30% do salário-mínimo, com complementação em 50% das despesas.
A paternidade está comprovada pelo exame de DNA e o reconhecimento pelo requerido em audiência de conciliação, devidamente homologado pelo juízo. Logo, não havendo quaisquer elementos que possam elidir tal conclusão, a parte requerida tem a obrigação, decorrente do poder familiar, de prestar alimentos ao menor, conforme se infere dos artigos 1.566, IV, 1.696 e 1703, todos do Código Civil.
Pois bem. Após detida análise dos autos, verifica-se que é o caso de procedência do pedido de alimentos.
A necessidade da parte autora é presumível em razão de sua pouca idade, não tendo, por óbvio, condições de prover sua própria subsistência. Ademais, dos autos consta que parte requerente está atualmente com 03 anos, faixa etária na qual os gastos com alimentação, saúde e vestuário não são poucos.
No que se refere à possibilidade da parte requerida, a parte demandante não trouxe aos autos elementos que demonstrassem a renda auferida pelo alimentante.
Por sua vez, a parte demandada também não trouxe aos autos elementos inequívocos acerca de sua renda, mencionando ser agricultor, ofertando a título de alimentos 20% do salário mínimo.
Ocorre que a experiência ordinária em casos desta natureza (art. 375, CPC), indica que o valor pleiteado parte autora está de acordo com os valores arbitrados em casos semelhantes, ante a ausência comprovação inequívoca de renda e possibilidade da parte requerida em arcar com os alimentos.
É importante citar também que o Ministério Público pugnou pela procedência do pleito autoral, ante a preservação dos interesses superiores das crianças e a observância das demais formalidades legais nos presentes autos.
Assim, à míngua de provas mais robustas sobre a renda da parte requerida e tendo em vista que a prole não pode ficar desamparada ante a ausência de demonstração da remuneração da parte ré, o pedido autoral merece ser acolhido para fixar os alimentos em 30% do salário-mínimo vigente, acrescidos de complementação de 50% da despesas com medicamentos, despesas médicas, odontológicas e hospitalares, vestuário, material e uniforme escolar, devendo ser comprovada mediante receituário médico, recibo e notas fiscais.
Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido de alimentos formulado CLARA ARIELLY ULIANA em desfavor do VILSON DA SILVA XAVIER, e por essa razão:
a) CONFIRMO os alimentos provisórios fixados no ID 76018801;
b) FIXO alimentos definitivos a favor da parte autora no importe equivalente a 30% do salário-mínimo, o que corresponde atualmente a R$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais);
c) O valor dos alimentos deverá ser pago mediante depósito bancário em conta de titularidade da parte autora ou de sua genitora;
d) A parte requerida ainda arcará com 50% das despesas com medicamentos, despesas médicas, odontológicas e hospitalares, vestuário, material e uniforme escolar, devendo ser comprovada mediante receituário médico, recibo e notas fiscais.
e) Via de consequência, declaro extinto o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.
f) Face a sucumbência, CONDENO a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários sucumbenciais em favor do patrono da parte autora, que fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.
g) Operado o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquive-se observando as formalidades legais.
P. R. I. C.
SERVE A PRESENTE SENTENÇA DE NOTIFICAÇÃO/CARTA/MANDADO/OFÍCIO /INTIMAÇÃO
Ariquemes quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 12:12 .
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7003544-86.2017.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA, OAB nº RO9541, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS, OAB nº RO2013
EXECUTADO: EDILSON BATISTA RODRIGUES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Os autos vieram concluso acerca da manifestação do exequente, requerendo a juntada de comprovação de transferência eletrônica realizada em seu favor (ID 79768997), pois, por se tratar de Cooperativa, recebe valores diariamente, não sendo possível a localização dos valores.
Pois bem. Proceda-se a CPE com a juntada do espelho de transferência, contendo a data, hora e o valor exato, devidamente corrigido. (ID 79768997).
Em relação ao pedido da realização de pesquisa via Bacenjud, proceda-se o exequente com a juntada das custas da referida diligência, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento.
Com a juntada, retornam-se já os autos conclusos à caixa JUD's para a realização da diligência requerida.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,4 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7002501-46.2019.8.22.0002
Classe: Petição Cível
REQUERENTE: AGROPECUARIA NOVA ESPERANCA LTDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARINALVA DE PAULO, OAB nº RO5142
REQUERIDO: CLARO S.A
ADVOGADO DO REQUERIDO: RAFAEL GONCALVES ROCHA, OAB nº PA16538L
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c pedido de tutela de urgência ajuizada por AGROPECUÁRIA NOVA ESPERANÇA LTDA em face de CLARO S.A., partes qualificadas no feito.
Recebida a inicial, o pedido de tutela de urgência foi deferido, tendo sido designada audiência de conciliação e determinada a citação do requerido (ID 27386367).
A audiência de conciliação restou infrutífera, conforme documento de ID 31628019 pois a requerida foi citada após a audiência (ID 30860180).
Pois bem. Como se sabe, a autocomposição das partes é sempre o melhor caminho para pôr fim à lide, eis que o faz de acordo com a vontade delas. Graças a isso é que o CPC consagrou, no bojo do artigo 3º, § 2º, o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, acolhendo, pois, o disposto na Resolução 125 do CNJ. A conciliação, doravante, passa a ser uma política pública, uma meta do Estado e que deve ser estimulada não só por este, mas também por todos os envolvidos no processo.
Face o exposto, como a parte autora já comprovou o recolhimento das custas complementares, nos termos da decisão de ID 79608000, determino a designação de audiência de conciliação para tentativa de acordo entre as partes.
À CPE para designar a data da audiência.
Intimem-se as partes, na pessoa dos patronos da audiência designada.
Realizada a audiência, faça-se a conclusão dos autos.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 4 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7000072-67.2023.8.22.0002
Classe: Arrolamento Sumário
REQUERENTES: CLAUDIONOR GOMES CAMACHO, REGINALDO GOMES CAMACHO, SERGIO HENRIQUE DA SILVA CAMACHO, CLEUSA DARLENE GOMES CAMACHO DE SOUZA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: SUZANA AVELAR DE SANTANA, OAB nº RO3746
REQUERIDO: MARIA DA GRACA LANDIN
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
1. Retifique-se o polo passivo passando a constar ESPÓLIO DE MARIA DA GRAÇA LANDIN.
2. No tocante às custas processuais, postergo a análise para depois da apresentação das primeiras declarações, mormente quando, em regra, os bens do espólio garantem o pagamento das custas e do ITCMD.
2.1 Postergo ainda análise de liberação dos valores da conta bancária do de cujus, uma vez que pode ser efetuada no deslinde do feito.
3. Nomeio inventariante CLEUSA DARLENE GOMES CAMACHO DE SOUZA, que prestará compromisso em 05 (cinco) dias, nos moldes do artigo 617, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
4. Deverá o(a) inventariante fazer suas primeiras declarações, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da assinatura do termo, especificando detalhadamente, caso ainda não o tenha feito, conforme artigo 620, do CPC.
5. Citem-se, o membro do Ministério Público (se houver interesse de incapaz); e os interessados não-representados, se for o caso, bem como a Fazenda Pública (artigo 626, do CPCP), manifestando-se ela sobre os valores e podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro em 15 (quinze) dias, conforme artigo 629, do CPC; ou atribuir valores que poderão ser aceitos pelos interessados (artigo 634, do CPCP), manifestando-se expressamente.
6.Havendo discordância quanto às primeiras declarações e/ou quanto aos valores iniciais, manifestem-se as partes no prazo de 15 (quinze) dias, consoante artigo 628, do CPC.
7. Após a manifestação dos herdeiros, tornem os autos conclusos para apreciação acerca dos demais pedidos.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,5 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7000069-15.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: JOALDO EVANGELISTA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: LILIAN MARIA SULZBACHER, OAB nº RO3225
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Tratando-se de pedido de benefício de prestação continuada (BPC/LOAS) do INSS, são necessários documentos para apreciação do pedido de tutela que não foram juntados aos autos:
1 - Extrato do CNIS atualizado da parte autora;
2 - Cópia do processo administrativo que indeferiu o benefício junto ao INSS;
2 - Extrato do CNIS e cópia da CTPS ou comprovação de fonte de renda de todos membros do grupo familiar, para comprovar renda mínima;
4 - Cópia do CADúnico;
5 - Exames e laudos médicos atuais;
Ante o exposto, intime-se a parte autora a emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, devendo juntar aos autos os documentos acima relacionados.
Decorrido tal prazo, com ou sem manifestação, retornam-se os autos conclusos para deliberações quanto ao pedido postulado.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,5 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7000091-73.2023.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADOS: ANDERSON DE SOUZA ROCHA, LUCAS ROMELIA CATARINO SANTOS, WELITON RENAN ESTEVAM SALES, JONATAS DA SILVA MARCELINO
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
1. Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, a fim de comprovar o recolhimento das custas iniciais, observando o disposto no artigo 12, I da Lei n. 3.896/2016 (Lei de Custas).
1.1 Decorrido o prazo do item 1 sem a comprovação do pagamento das custas, venham conclusos para extinção.
1.2 Comprovado o recolhimento das custas, cumpram-se os itens 2 e seguintes do presente despacho.
2. Cite(m)-se o(s) executado(s) para, no prazo de 3 (três) dias, contado da citação, efetuar o pagamento da dívida, com juros e encargos (art. 829, CPC) ou opor embargos em 15 (quinze) dias, independentemente de penhora, depósito ou caução.
2.1 Arbitro honorários em 10% do valor do débito.
2.2 Caso o executado pague o valor integral no aludido prazo, o valor dos honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, §1º, CPC).
2.3 Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.
2.4 Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
3. No prazo dos embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá requerer, desde que comprove o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, o parcelamento do restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês (CPC, art. 916), o que importará em renúncia ao direito de opor embargos (CPC, art. 916, §6º).
3.1 Em seguida, intime-se o exequente para se manifestar sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 2, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para decisão (CPC, art. 916, §1º).
3.2 Enquanto não sobrevier decisão da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas (CPC, art. 916, §2º).
3.3 Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos restarão suspensos. Caso indeferido, os atos executivos seguirão, e os depósitos convertidos em penhora. (CPC, 916, §§3º e 4º).
4. Caso o executado não pague em 3 (três) dias, PENHOREM-SE tantos bens quantos bastem para a garantia da execução e eventual bem indicado pelo exequente descrito na exordial, lavrando-se o respectivo auto, avalie-se e intime-se a parte executada (art. 829, §1º, CPC).
4.1 O Oficial de Justiça deverá observar, por ocasião da penhora, a ordem preferencial prevista no art. 835, do CPC.
4.2 Recaindo sobre imóvel ou direito real sobre imóvel, intime-se também o cônjuge do executado, salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC, art. 842).
4.3 Recaindo a penhora sobre móveis e semoventes, serão os bens depositados em poder do exequente, devendo este fornecer os meios para a remoção do bem, diligenciando previamente junto ao oficial de justiça cumpridor da ordem, salvo em casos de difícil remoção ou quando anuir o exequente, os bens serão depositados em poder do executado (art. 840, §§1º e 2º, CPC).
5. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830 e §§, do CPC.
6. Para fins de cumprimento do ato expropriatório, defiro, se necessário, o emprego da força policial e ordem de arrombamento, na forma do art. 846, §§1º e 2º, do CPC.
7. Havendo pedido de substituição do bem penhorado e desde que observado o artigo 847, caput e §2º, do CPC, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias.
7.1 Aceita a substituição ou não havendo manifestação no prazo, tome-se ela por novo termo (CPC, art. 849).
8. Se a parte executada estiver se ocultando, proceda-se à citação com hora certa (art. 830, §1º, CPC).
9. Não localizado o(s) executado(s), o exequente deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, inclusive realizar o pagamento do valor da diligência negativa, sendo o caso.
10. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial.
11. Expeça-se o necessário.
12. Havendo pedido, defiro desde já a expedição de certidão de ajuizamento da ação, nos termos do art. 828 do CPC.
VIAS DESTE SERVIRÃO COMO MANDADO, CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO CARTA E CARTA PRECATÓRIA/PENHORA/AVALIAÇÃO e INTIMAÇÃO.
Ariquemes,5 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7010525-58.2022.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: PEDRO BASILIO DE SOUZA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MICHAEL ROBSON SOUZA PERES, OAB nº RO8983
EXECUTADOS: RAFAELA EMANUELE ALVES RIBEIRO SANTOS, OH SUPERMERCADO COM DE GENEROS ALIMENTICIOS EIRELI
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: CRISTIANE SILVA PAVIN, OAB nº RO8221
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL COM PEDIDO CAUTELAR DE ARRESTO interposta por PEDRO BASILIO DE SOUZA em face de OH SUPERMERCADO COM. DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.
Após o indeferimento do pedido de antecipação da tutela (ID 79474450), o exequente apresentou Agravo de Instrumento, o qual teve o pedido de antecipação da tutela deferido para o fim de determinar o arresto no rosto dos autos 7009881-52.2021.8.22.0002 que tramitam perante a 3ª Vara Cível, até o limite do crédito exequendo.
A parte exequente apresentou petição no ID 83559757 informando o julgamento do processo 7009881-52.2021.8.22.0002, tendo requerido por isso a expedição de ofício ao juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes-RO para que transfira o importe de R$ 886.383,40 (oitocentos e oitenta e seis mil trezentos e oitenta e três reais e quarenta centavos). Em seguida, o executado apresentou Exceção de Pré-Executividade no ID 83723862.
Juntado ofício no ID 84761918 indicando o julgamento do Agravo de Instrumento 0807011-92.2022.8.22.0000.
Vieram os autos conclusos.
Pois bem. Como a parte executada apresentou Exceção de Pré-Executividade e a penhora no rosto dos autos 7009881-52.2021.8.22.0002 já foi registrada, conforme deliberação do juízo da 3ª Vara Cível (ID 84292680), indefiro por ora o pedido de levantamento da penhora e determino a intimação do exequente para manifestar-se nos autos no prazo de 10 (dez) dias, relativamente à Exceção de Pré-Executividade, requerendo o que entender de direito.
Decorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos para julgamento.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000040-62.2023.8.22.0002
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$ 1.291,85 (mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos)
Parte autora: MARIA CRISTINA THOMAS - EPP, NEREU RAMOS 1103, - DE 974/975 AO FIM RIACHUELO - 76913-770 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VIRGILIA MARIA BARBOSA MENDONCA, OAB nº RO2292A, RUA DOS MINEIROS 161, - ATÉ 297/298 CENTRO - 76900-115 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, MARTA FRANCISCO DE OLIVEIRA, OAB nº RO5900A, RUA DOS MINEIROS 161, - ATÉ 297/298 CENTRO - 76900-115 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, CARLA ALEXANDRE RIBEIRO, OAB nº RO6345A
Parte requerida: AGNA CARLOS LIMA DE FREITAS, RUA INGAZEIRO 1431, - ATÉ 1652/1653 SETOR 01 - 76870-099 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos;
Extrai-se dos autos que a procuração juntada nos autos foi outorgada há quase 02 (dois) anos da propositura da ação, isto é, em 19 de abril de 2021 (ID 85570852).
Em razão desse contexto, a jurisprudência, privilegiando o interesse da parte muitas vezes vulnerabilizada pelo pouco, ou pela falta de conhecimento específico na área jurídica, está evoluindo no sentido de que: verificando o juiz, ao despachar a inicial, mormente pelo decurso de tempo desde a outorga da procuração, é possível exigir que seja emendada a inicial, com a apresentação de instrumento atualizado.
Inclusive, a Corregedoria de alguns tribunais, a exemplo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, recomenda aos magistrados que exijam a juntada de documentos atualizados, a fim de resguardar os interesses do jurisdicionados;
A respeito do tema, cito julgados:

EMENTA PREVDENCIÁRIO. EXIGÊNCIA DE PROCURAÇÃO ATUALIZADA. LONGO LAPSO ENTRE A OUTORGA E A APRESENTAÇÃO EM JUÍZO. PODER GERAL DE CAUTELA DO MAGISTRADO. NÃO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. PRECEDENTES. 1. É possível a exigência de procuração atualizada, com fundamento no poder de cautela do magistrado, sobretudo quando decorridos quase 02 (dois) anos entre a outorga e a apresentação em juízo. 2. Oportunizada a juntada de procuração atualizada, a parte sustentou a sua desnecesidade. 3. Extinção do processo sem julgamento do mérito pelo não cumprimento de diligência indispensável à instauração da relação processual. 4. Precedentes deste colegiado. (TRF-4 - RECURSO CÍVEL: 50118648720184047204 SC 5011864-87.2018.4.04.7204, Relator: ERIKA GIOVANINI REUPKE, Data de Julgamento: 20/03/2019, SEGUNDA TURMA RECURSAL DE SC)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO CUMULADA COM INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EXIGÊNCIA DE JUNTADA DE INSTRUMENTO DE MANDATO ATUAL E COM FIRMA RECONHECIDA OU INDICAÇÃO DOS DADOS BANCÁRIOS DA PARTE AUTORA PARA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ ELETRÔNICO DO VALOR PRINCIPAL. POSSIBILIDADE. PRESTÍGIO À CONDUÇÃO DO PROCESSO EXERCIDA PELA JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. Não encerra abusividade a intimação da parte para demonstrar a regularidade de sua representação processual. Atento ao poder geral de cautela que lhe é próprio, o juízo singular apenas está buscando certeza quanto à efetiva ciência da parte autora da existência de demanda por ela promovida, com todas as implicações daí decorrentes. Não vislumbro qualquer mácula na conduta do magistrado, que, ancorado em recomendações constantes de atos administrativos da Corregedoria-Geral de Justiça – em especial nas demandas do tipo massificadas, como esta – e através de uma exigência que nada tem de dificultosa – apenas visa a salvaguardar o interesse da parte, evitando-lhe sérios prejuízos. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de instrumento nº 0346085-68.2017.8.21.7000 - NONA CÂMARA CÍVEL - Relator: DES. CARLOS EDUARDO RICHINITTI, 13 de dezembro de 2017).

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia também já se manifestou nesse sentido. A título de exemplo, cito a ementa do recurso de apelação interposto nos autos n. 7001021-98.2017.8.22.000, julgado em 19/06/2019, pela 2ª Câmara Cível, em voto de relatoria do Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia:

Apelação Cível. Emenda à inicial. Não atendimento. Indeferimento da inicial. A ausência de requisito necessário para o regular processamento do feito resulta no indeferimento da petição inicial. Não evidenciadas as características e, se após intimada a parte para emendar esta não atender à determinação do juízo, deve ser mantido o indeferimento da inicial. (TJ-RO - autos nº 7001021-98.2017.822.0003). (grifo nosso).

No voto, o relator constou que:

“Após a análise da petição inicial, a parte autora foi intimada, para no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento emendá-la a fim de: - Juntar procuração atualizada em favor da sra. Erica Ferreira, posto que o instrumento de ID n. 9291824 foi confeccionado em julho de 2016; [...] . O autor, todavia, apresentou petição ID 1944187, que não foi acolhida. O magistrado, em despacho ID 1944190, concedeu novo prazo de 5 dias para sanear os autos. Consta no ID 1944192, petição do autor. Sobreveio sentença de extinção do feito sem resolução de mérito e condenação de custas ao autor ID 1944194. Com efeito, o indeferimento da petição inicial e consequente extinção do processo não merece reforma, visto que a parte apelante não atendeu à determinação do juízo. Poderia este, ter instruído os autos com os documentos necessários, ou seja, quantificar o valor incontroverso do débito, apresentar comprovante de endereço atualizado dos últimos 30 (trinta) dias, bem como, documento que comprove o exaurimento de tentativa de obtenção do contrato de empréstimo consignado por via administrativa. [...] Assim, sem mais delongas, defiro a justiça gratuita para fins recursais e, no mérito, nego provimento ao recurso interposto, mantendo a sentença em todos os seus termos.” (grifo nosso).

Assim, faz-se necessária a juntada de instrumento procuratório devidamente atualizado.

Nesse norte, conforme disposto no artigo 321 do Código de Processo Civil, DETERMINO à parte autora que no prazo de 15 (quinze) dias, apresente procuração atualizada, sob pena de indeferimento nos termos do inciso IV, do artigo 330, do Código de Processo Civil e extinção do feito sem resolução do mérito.

Decorrido o prazo, conclusos os autos independentemente de manifestação.

Ariquemes quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 11:49 .

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 2ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7012830-49.2021.8.22.0002

Classe: Execução de Título Extrajudicial

EXEQUENTE: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551

EXECUTADO: MARCOLINO SILVEIRA AMARAL

ADVOGADO DO EXECUTADO: WEVERTON JEFFERSON TEIXEIRA HERINGER, OAB nº RO2514

DESPACHO

Vistos.

Ante a controvérsia em relação aos valores reclamados, determino remessa dos autos à Contadoria Judicial para elaboração de cálculos, atentando-se para os valores pagos pela executada, conforme os ID's 82281446.
Com a juntada da planilha de cálculo, dê-se vista às partes para ciência e manifestação no prazo de 5 (cinco) dias.
Após, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
VIA DESTE SERVE DE CARTA/OFÍCIO/MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7016432-82.2020.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Infância e Juventude
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Parte autora: C. B. M. D. A., RUA MACAL 5208, - ATÉ 5238/5239 SETOR 09 - 76876-234 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ISABEL MOREIRA DOS SANTOS, OAB nº RO4171, AVENIDA RIO BRANCO 2153 JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-535 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, HEDERSON MEDEIROS RAMOS, OAB nº RO6553, AVENIDA TANCREDO NEVES 2695 SETOR 03 - 76870-072 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, PAULA ISABELA DOS SANTOS, OAB nº RO6554
Parte requerida: E. D. R., AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, M. D. A.
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de urgência antecipada, ajuizada por CAIO BRENNO MOURA DE ALMEIDA representado por sua genitora Gesiane Sanos de Almeida em face do ESTADO DE RONDÔNIA e o MUNICÍPIO DE ARIQUEMES em que a sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido, condenando os requeridos, de forma solidária à obrigação de fazer consistente nas providências ou custeio necessário, com prioridade absoluta, para o fornecimento de atendimento de fisioterapia e fonoaudiologia com equipe de cardiologia pediátrica, fonoaudiologia, fisioterapia, neurologia pediatria e pediatra na Comarca de Ariquemes, bem como forneça o quantitativo de materiais para uso mensal enquanto o Requerente necessitar, e o material que venha necessitar de maneira imediata e futura.
Extrai-se dos autos que a sentença foi confirmada em grau de recurso (ID 85586229), tendo a parte autora apresentado petição no ID 85586246 informando que a tutela e a sentença estão sendo descumpridas pelos requeridos.
Pois bem. Face o alegado pela parte autora, intimem-se os requeridos, COM URGÊNCIA, para, no prazo de 24 (quarenta e oito horas), demonstrarem o cumprimento da tutela, sentença e acórdão, sob pena de prosseguimento do feito com a realização de sequestro.
Após o cumprimento e decorrido o prazo ofertado aos requeridos, faça-se a conclusão dos autos.
Intimem-se as partes para conhecimento.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 11:55 .
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7000101-20.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: ISRAEL MOREIRA HORACIO
ADVOGADO DO AUTOR: VALDENI ORNELES DE ALMEIDA PARANHOS, OAB nº RO4108
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos,
O Tribunal de Justiça de Rondônia objetivando dar maior celeridade à tramitação processual criou os Núcleos de Justiça 4.0, especializados em razão de uma mesma matéria, os quais funcionam de acordo com as regras estabelecidas na Resolução n. 214/2021, alterada pela Resolução n. 246/2022 de 13 de julho de 2022 – DJE 128 e o Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ de 13 de julho de 2022 – DJE 128.

O 2º Núcleo de Justiça 4.0 tem competência especializada para processar as demandas judiciais nas quais as empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica sejam parte (autora ou ré), com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado, conforme preceitua o art. 3º do Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ.
Nesse sentido, com esteio no art. 2º, §4º da Resolução n. 214/2021 e art. 3º do Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ/TJRO, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem quanto ao interesse na tramitação do feito perante o 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, sob pena de presunção de concordância em caso de inércia.
Decorrido o prazo, manifestando as partes interesse na tramitação do processo perante o 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, remetam-se os autos, ao revés, tornem os autos conclusos.
Intimem-se.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Carta Precatória/Carta de intimação/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7016055-77.2021.8.22.0002
Classe: Ação Civil Pública
Assunto: Dano Ambiental
Valor da causa: R$ 0,01 (um centavo)
Parte autora: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: FILIZARDO ALVES MOREIRA FILHO, RUA GRALHA AZUL 2497 SETOR 07 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA, SOBERANA IND. E COM. DE MADEIRAS EIRELI - ME, RUA RIO BRANCO s.n., DISTRITO D - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA, HELENO LEAO DOS SANTOS, AVENIDA MIGUEL HATZINAKIS 2401, . - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA, CHAULES VOLBAN POZZEBON, 3ª RUA 2899, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SETOR 03 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074, - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação civil pública com pedido de liminar e de indenização por danos morais coletivos proposta em face de PROGRESSO TRANSPORTES EIRELI ME (antiga Soberana Indústria e Comércio de Madeiras Ltda), CHAULES VOLBAN POZZEBON, HELENO LEAO DOS SANOTS e FILIZARDO ALVES MOREIRA FILHO, todos já qualificados.
Extrai-se dos autos que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA interpôs Agravo de Instrumento (0810081-20.2022.8.22.0000) em face da decisão interlocutória proferida no ID 64919870.
Conforme demonstra o documento juntado no ID 84035953, foi concedida a tutela requerida via Agravo de Instrumento, sendo deferido o pedido de indisponibilidade de bens de CHAULES VOLBAN POZZEBON e FILIZARDO ALVES MOREIRA FILHO até o limite de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).
Sendo assim, nesta data, realizei o registro da indisponibilidade junto a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, através do protocolo 202301.0501.02503707-IA-709, conforme detalhamento em anexo.
Intimem-se as partes para conhecimento e após, cumpra-se a decisão de ID 64919870.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 11:46 .
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7017848-51.2021.8.22.0002
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE: ROSALINA DA CONCEICAO DE DEUS SOARES DE MORAIS
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCEL DOS REIS FERNANDES, OAB nº RO4940
REQUERIDOS: MAICON UILLIAN FERREIRA, EMANUEL SAUTER MARTINS, A APURAR - CADASTRO DO SISTEMA - NAO ALTERAR
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: BRYAN ERIKSON CAMARGO RIBEIRO, OAB nº RO9490
DECISÃO

Vistos.
Ao analisar os autos, em que pese o feito estar aparentemente apto para saneá-lo, oportuno fazer algumas considerações.
Em ID 83278897 o requerido, Emanuel Sauter Martins manifesta haver erros nos autos, passíveis de anulação, uma vez que o segundo requerido não fora devidamente citado e não compôs a lide para apresentação de defesa, onde as partes já foram citadas para apresentação de novas provas, sob pena de julgamento antecipado.
Ademais, alegou a interposição dos embargos de declaração na decisão do agravo de instrumento, tendo este juízo deferido precipitadamente a liminar de reintegração à parte autora, não aguardando o trânsito de julgado daquele.
Pois bem.
Em que pese este juízo não estar adstrito aos ditames de como conduzir o processo, a fase de produção de provas, pode ser dada à qualquer momento que achar oportuno. Ocorre que ao analisar, verifica-se que o despacho de intimação para produção de novas provas, se deu pela Central de Processamento Eletrônico - CPE, não sendo despachado por este juízo.
Portanto, faz-se necessário a citação do segundo requerido para compor a lide, onde verifica-se que na tentativa de citá-lo, tornou-se infrutífera, conforme certidão de ID 85064090, logo, intime-se a parte autora para se manifestar acerca da certidão negativa, para que no prazo de 10 (dez) dias, informe novo endereço, e/ou se manifeste no que entender de direito.
Ademais, proceda-se a CPE com a juntada da decisão dos embargos de declaração do agravo de instrumento ao ID 83278898, mantendo a decisão de deferimento da liminar de reintegração em todos os seus termos, até esta juntada.
Cumpridas todas as determinações, retornam-se os autos conclusos para deliberações.
Intimem-se e cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,5 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7004576-24.2020.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MONAMARES GOMES, OAB nº RO903, MARCELO LONGO DE OLIVEIRA, OAB nº RO1096, DANIELE GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO1221, GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727
EXECUTADO: SYLVIO ANTUNES NETTO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Tratam-se de embargos de declaração opostos contra a sentença (ID 83553948) que julgou extinta a execução pelo cumprimento integral da obrigação movida por BANCO DA AMAZÔNIA em face de SYLVIO ANTUNES NETTO.
O embargante afirma que os declaratórios servem para sanar omissão existente na sentença, que condenou: “Ficará a parte responsável pela remessa da presente (...) “Eventuais custas ficam a cargo da parte”, não se definindo qual parte.
É o sucinto relatório.
DECIDO.
Cabem embargos de declaração, no prazo de 5 dias, contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, ou para corrigir erro material, nos termos do art. 1.022 do CPC.
Inicialmente registro que o suprimento da omissão reclamada pelo embargante não ensejará a alteração do mérito da sentença prolatada por este juízo, pois independe de incursão fático-probatória e se refere, tão-somente, ao modo de cumprimento da obrigação, não sendo a hipótese do art. 1.023, §2°, do CPC.
Com efeito. Ao analisar os fundamentos apresentados observo que, de fato, por equívoco, a sentença objurgada não mencionou qual parte recairá o ônus das eventuais custas.
Outrossim, para melhor compreensão do provimento jurisdicional, no contexto do dispositivo da sentença, ONDE SE LÊ:
“Ficará a parte responsável pela remessa da presente, servido como Ofício ao Cartório de Registro de Imóveis para baixa na averbação realizada no presente feito. Eventuais custas ficam a cargo da parte.”
A partir de agora, LEIA-SE:
“Ficará a parte executada responsável pela remessa da presente, servido como Ofício ao Cartório de Registro de Imóveis para baixa na averbação realizada no presente feito. Eventuais custas ficam a cargo da parte executada.”
Por estas razões, ACOLHO os embargos declaratórios e, no ponto omisso, promovo a integração do dispositivo da sentença para incluí-la à condenação do provimento jurisdicional alhures destacado.
Os demais termos da sentença, torna-se inalteráveis.
Intimem-se e cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,5 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7008793-81.2018.8.22.0002
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Extraordinária, Assistência Judiciária Gratuita
AUTOR: VALDEMIR DOS SANTOS BENTO
ADVOGADOS DO AUTOR: SONIA SANTUZZI ZUCOLOTO BATISTA, OAB nº RO8728, VALDECIR BATISTA, OAB nº RO4271
REU: MILTON FRANCISCO DE ASSIS, ESPÓLIO DE JOAL FRANCISCO DE ASSIS
ADVOGADO DOS REU: CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074
DECISÃO
Vistos.
I - RELATÓRIO
Trata-se de embargos de declaração opostos por VALDEMIR DOS SANTOS BENTO, em face da sentença proferida no ID: 82932051 que julgou improcedente o pedido inicial e determinou o prazo de 60 (sessenta) dias para o autor desocupar o imóvel.
Em suas razões, o embargante aduz omissão em analisar todas as provas apresentadas pelo Embargante e para outras, decidiu de forma contraditória aos elementos existentes nos autos, ou contrariando a jurisprudência levantada nos autos.
DECIDO.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Os requisitos para oposição de Embargos de Declaração encontram-se descritos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil:
Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o.
O art. 1.023 do Código de Processo Civil prevê que “Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo”.
Além disso, nos termos do art. 1.026, § 2º, do CPC, “Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa”. Nesse sentido:
Embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental na reclamação. Segundos embargos com os quais se busca a rediscussão da causa. Impossibilidade. Caráter protelatório. Embargos de declaração dos quais não se conhece, com aplicação de multa ao embargante. 1. Não se verificam, no caso, os vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil. As questões trazidas nos embargos declaratórios já foram discutidas no julgamento do agravo regimental, sendo certo, também, que as referidas alegações foram rejeitadas pela Turma no julgamento dos embargos de declaração anteriormente opostos. 2. Não se conhece de segundos embargos de declaração cujo objetivo seja promover a rediscussão da causa. 3. Não conhecimento dos embargos, com imposição de multa ao embargante, dado o caráter meramente protelatório dos embargos art. 1.026, § 2º, do CPC). Determinação de certificação do trânsito em julgado do acórdão deste julgamento, independentemente de sua publicação. (STF - Rcl: 41984 SP 0097383-88.2020.1.00.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 04/10/2021, Primeira Turma, Data de Publicação: 03/12/2021).
Dessa breve digressão cabe aferir se a decisão embargada possui omissão, obscuridade, contrariedade ou erro material.
No caso, verifica-se que o embargante objetiva modificar a decisão embargada, extrapolando, assim, o campo delimitado desta via recursal, exigindo recurso processual diverso, qual seja recurso de apelação.
É cediço que os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer, tornar claro o julgado, sem lhe modificar, em princípio, sua substância. Não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura encontradas.
Sobre este tema, afirmam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery que: “Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado” (Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 1045).
Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: “Rediscutir, pois as questões apreciadas, com o reforço ou inovação argumentativa, constitui delírio na via processual declaratória. A motivação do convencimento do Juiz não impõe que expresse razões versando todos os argumentos delineados pelas partes, por mais importantes possam lhes parecer” (Embargos de Declaração no REsp 38.344 PR. Relator Ministro Milton Luiz Pereira).
Assim, em que pesem os argumentos da parte embargante, não há que se falar em contradição ou omissão, uma vez que ao analisar os pedidos e julgá-los este magistrado fundamentou e esclareceu as razões para tanto.

III. DISPOSITIVO
Pelo exposto, afasto as alegações de omissão, contradição ou obscuridade na sentença proferida nos autos, pois a sentença não possui os vícios ora reclamados e que o embargante pretende na verdade modificar o mérito da decisão, fazendo adequar a decisão à sua própria vontade.
Assim, conheço e NEGO PROVIMENTO os embargos declaratórios.
Ademais, a irresignação do pronunciamento judicial possui meio próprio para satisfação da pretensão, qual seja, recurso.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, inexistindo requerimento das partes, arquivem-se os autos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO ALVARÁ/OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7002758-37.2020.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
EXECUTADOS: MARIA DE FATIMA PINTO, ALBERTO ALVES PINTO
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: GUILHERME FRASSETTO SMERDECH, OAB nº MT26072O, CASSIA DE ARAUJO SOUZA, OAB nº MT10921O
Decisão
Vistos.
Trata-se de execução de título executivo extrajudicial.
Os autos vieram conclusos face a petição juntada no ID 84309758 indicando a revogação de procuração outorgada aos advogados dos executados, bem como a petição apresentada pela parte exequente no ID 85082901 informando o pagamento parcial do débito cobrado no presente processo. Por ocasião de sua petição, o exequente requereu o prosseguimento do feito em relação a CCB n° 339820, no montante atualizado até a presente data de R$ 925.162,84 (novecentos e vinte e cinco mil cento e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), bem como a baixa da restrição RENAJUD lançada sobre o veículo de placa OHV 1048. Por fim, requereu a realização penhora no rosto dos autos de nº 7000572- 07.2021.8.22.0002, movidos por ALBERTO ALVES PINTO em face do ESPOLIO DE ADAO HERNANI PEREIRA COSTA.
Pois bem. Face a revogação da procuração outorgada aos advogados CASSIA DE ARAUJO SOUZA - OAB MT10921 e GUILHERME FRASSETTO SMERDECH - OAB MT26072/O, proceda-se a CPE a desvinculação dos advogados ao presente feito.
Quanto ao pedido de penhora no rosto dos autos, como já consta a efetivação da medida nos autos n. 7007334-05.2022.8.22.0002, em trâmite na Comarca de Ariquemes/RO, nos termos do pedido apresentado pela parte exequente no ID 81159767 e como não houve pedido de desistência pela parte, indefiro o novo pedido de penhora no rosto dos autos de nº 7000572- 07.2021.8.22.0002.
Por fim, como não houve a realização de restrição RENAJUD lançada por este juízo em face do veículo de placa OHV 1048, deixo de deliberar quanto ao pedido de retirada de restrição.
Intime-se a parte exequente para manifestação e prosseguimento do feito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Após, certifique-se a CPE o cumprimento integral da decisão de ID 81326431.
Cumprida a presente e decorrido o prazo ofertado à exequente, faça-se a conclusão dos autos.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7000110-79.2023.8.22.0002
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto: Direito de Imagem
Valor da Causa: R$ 105.000,00

AUTOR: MARTA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, CPF nº 76056910253, RUA BASÍLIO DA GAMA 3313, - DE 3140/3141 A 3413/3414 COLONIAL - 76873-732 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANA PAULA HEMANN MARIANO, OAB nº RO6433
REU: FABIANA DE OLIVEIRA SIMÔES, CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA VIMBERE 2819, - DE 2803 A 3067 - LADO ÍMPAR SETOR 04 - 76873-401 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Antes de analisar o pedido de gratuidade da justiça, formulado pela parte requerente, determino sua intimação para comprovar, documentalmente, a suposta hipossuficiência alegada ou momentânea incapacidade financeira.
Ademais, em que pese as argumentações expostas pela parte autora de que é hipossuficiente, estas não são suficientes para comprovar a alegada miserabilidade.
O atual entendimento da jurisprudência, inclusive do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, é o de que não basta o pedido de assistência judiciária gratuita.
Neste sentido, entendimento pacificado no Tribunal de Justiça de Rondônia:
Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Ausência de comprovação. Recurso improvido. O diferimento do pagamento das custas ao final do processo não é medida descabida, mas razoável e proporcional à problemática autoral trazida ao Judiciário, sobretudo porque é entendimento já consolidado por esta Egrégia Corte que, conquanto a simples declaração de pobreza aliada à situação fática apresentada pode ser o suficiente para o deferimento do benefício, é possível que o magistrado investigue a real situação do requerente, exigindo a respectiva prova, quando os fatos levantarem dúvidas acerca da hipossuficiência alegada. Ausente a comprovação da situação de hipossuficiência, não há como ser deferido o pedido da gratuidade, impondo-se a manutenção da decisão agravada nesse ponto. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800075-56.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 16/12/2020).
Salienta-se que deve o juízo agir com máxima cautela para não conceder a justiça gratuita a pessoas que, aos olhos da lei, não possam ser consideradas hipossuficientes. Seria irregular a concessão de benefício de assistência judiciária gratuita àqueles que não demonstram cabalmente a insuficiência financeira para o exercício do direito, embora com dificuldades (e dificuldade não é sinônimo de impossibilidade).
Ademais, nos termos do art. 99, § 2º, parte final, do Código de Processo Civil deverá apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho legível e, sendo empregado (a), cópia do último comprovante de salário e, ainda, outros documentos comprobatórios.
Dessa forma, emende-se a inicial, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, extinção ou arquivamento, trazendo aos autos elementos comprobatórios da situação de insuficiência econômica e/ou proceder o recolhimento das custas; bem como deverá acostar aos autos comprovante de residência atualizado da parte autora.
Decidindo-se pelo recolhimento das custas, estas serão no percentual de 2% sobre o valor da causa, nos termos do Art. 12, I e § 1º,da Lei Estadual 3896/2016.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7009178-92.2019.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO2894
EXECUTADO: MAXSUEL DE SOUZA SANTOS
Advogados do(a) EXECUTADO: CLEYDE REIS SILVA FRAGOSO - RO0001850A, KARINE REIS SILVA - RO3942
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA/Executada intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais (Finais, código 1004.1) . O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7012497-34.2020.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REQUERENTE: LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE - RO6175, ERIKA CAMARGO GERHARDT - RO0001911A, RICHARD CAMPANARI - RO2889
REQUERIDO: CARLOS ROBERTO BLAFERT
Advogado do(a) REQUERIDO: VINICIUS VECCHI DE CARVALHO FERREIRA - RO4466
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais (Inicial complementar, código 1001.2). O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7005410-56.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 13.777,74
AUTOR: MARIA BARBOSA DA SILVA, CPF nº 45769362200, LINHA C-50 00000, ZONA RURAL BR 421, LOTE 05, GLEBA 17 - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: VALDENI ORNELES DE ALMEIDA PARANHOS, OAB nº RO4108
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL , AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 2986 A 3292 - LADO PAR OLARIA - 76801-246 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Despacho
A requisição foi expedida.
Intimados para se manifestarem sobre o inteiro teor da RPV expedida, não houve impugnação das partes.
Portanto, foi realizada nesta data a assinatura das RPV's no sistema E-Prec Web.
Determino a baixa dos autos em cartório, para aguardar o pagamento no arquivo.
Comunicado o depósito judicial por meio de Ofício, junto ao sistema E-Prec Web, EXPEÇA-SE ALVARÁ, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 10 dias.
Comprovado o levantamento, conclusos para extinção.
Cumpra-se.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7018251-20.2021.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 0,00
AUTOR: ARLETE DE SOUSA PORTO, CPF nº 64292673268, BR 364 GLEBA 18 Lote 25, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 LINHA C-70 - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ELIEL LENI MESTRINER BARBOSA, OAB nº RO5970, FABIANO MESTRINER BARBOSA, OAB nº RO6525
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

Despacho
A requisição foi expedida.
Intimados para se manifestarem sobre o inteiro teor da RPV expedida, não houve impugnação das partes.
Portanto, foi realizada nesta data a assinatura das RPV's no sistema E-Prec Web.
Determino a baixa dos autos em cartório, para aguardar o pagamento no arquivo.
Comunicado o depósito judicial por meio de Ofício, junto ao sistema E-Prec Web, EXPEÇA-SE ALVARÁ, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 10 dias.
Comprovado o levantamento, conclusos para extinção.
Cumpra-se.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7007148-79.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 70.073,59
AUTOR: MARTA MARIA DA SILVA, CPF nº 52223396291, LINHA C-90, TRAVESSÃO B-20, ZONA RURAL 0000, ZONA RURAL LINHA C-90, TRAVESSÃO B-20, ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: VALDENI ORNELES DE ALMEIDA PARANHOS, OAB nº RO4108
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL , AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 2986 A 3292 - LADO PAR OLARIA - 76801-246 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Despacho
A requisição foi expedida.
Intimados para se manifestarem sobre o inteiro teor da RPV expedida, não houve impugnação das partes.
Portanto, foi realizada nesta data a assinatura das RPV's no sistema E-Prec Web.
Determino a baixa dos autos em cartório, para aguardar o pagamento no arquivo.
Comunicado o depósito judicial por meio de Ofício, junto ao sistema E-Prec Web, EXPEÇA-SE ALVARÁ, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 10 dias.
Comprovado o levantamento, conclusos para extinção.
Cumpra-se.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7000099-50.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa: R$ 8.748,80
AUTOR: DOVANIR APARECIDA GONCALVES SANAGIOTTO
ADVOGADO DO AUTOR: VALDENI ORNELES DE ALMEIDA PARANHOS, OAB nº RO4108
REU: SEBRASEG CLUBE DE BENEFICIOS LTDA, CNPJ nº 38075234000170, NOVE DE JULHO 3228, SALA 404 - B JARDIM PAULISTA - 01406-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
DECISÃO
1. Defiro a gratuidade processual.
2. A autora requer tutela provisória de urgência, a fim de que a requerida suspenda os descontos efetuados diretamente em sua conta bancária, onde recebe seu benefício de aposentadoria por invalidez, sob o NB 1723614243.
2.1. Passo a analisar o pedido, no que toca à tutela de urgência.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido da tutela de urgência decorre do fato de que a autora afirma que o débito cobrado é indevido.
O perigo de dano, por sua vez, dispensa maior comprovação, uma vez que alega não ter firmado qualquer convênio/contrato, sendo os descontos totalmente irregulares. É presumível, outrossim, que os valores abatidos no benefício dificultam sua subsistência.
Por último, há de se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que o pedido atende aos requisitos estabelecidos pela legislação processual (art. 300, §3º, CPC).

Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pela parte autora, determinando a imediata suspensão dos descontos denominados SEBRASEG CLUBE DE BENEFÍCIOS, junto à Conta Corrente sob o n.º 3509-2, Agência 1831, Banco Bradesco - 237.
3. Deixo de designar a audiência prévia de conciliação prevista no art. 334, do NCPC, com fundamento no princípio da razoabilidade, da instrumentalidade das formas e da celeridade processual, haja vista que, segundo a experiência prática judicial, nas ações movidas em desfavor de instituições bancárias, CERON, seguradoras e empresas de telefonia, estas, até mesmo por orientação decorrente de política interna e administrativa, não estão aptas a oferecer proposta de acordo, principalmente no início do procedimento judicial, restando em sua maioria infrutífera a conciliação, o que não impede que em outra fase processual seja designada nova oportunidade para conciliação entre as partes, não havendo, assim, prejuízo processual.
4. Cite-se a parte requerida dos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, a contar da juntada aos autos da prova da citação (art. 231, CPC), sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC).
5. Apresentada defesa pelo réu, intime-se a autora para manifestar-se em réplica, em 15 dias (art. 350, CPC).
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7010452-23.2021.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 9.900,00
AUTOR: TEREZA ALVES PORTO, CPF nº 55792162204, ÁREA RURAL 26, GLEBA 17, LOTE 26 ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ALINE SOUSA CABRAL, OAB nº RO11449
RÉU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, , INEXISTENTE - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
Expedido alvará através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos.
Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico, como o beneficiário e a conta judicial:
Conta 1831 / 040 / 01576372-2 - Favorecido: Aline Sousa Cabral, OAB/RO 11449.
O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Zerada a conta judicial, estará o processo apto ao arquivamento quanto a este ponto.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará sem necessidade de nova conclusão do processo.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br - email: aqs4civel@tjro.jus.brProcesso n. 7015885-71.2022.8.22.0002
Classe Procedimento Comum Cível
Assunto Guarda
AUTOR: E. R. D. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCOS RODRIGUES CASSETARI JUNIOR, OAB nº RO1880, ALINE ANGELA DUARTE, OAB nº RO2095, DENILSON SIGOLI JUNIOR, OAB nº RO6633
REU: M. P. D. S. S.
ADVOGADOS DO REU: CRISTHIANE MACHADO MARTINES, OAB nº RO6832, GLEICI DA SILVA RODRIGUES, OAB nº RO5914A
Vistos,
Considerando a manifestação da parte autora requerendo a desistência da ação, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo promovido por E. R. D. S., em face de M. P. D. S. S., e, em consequência, ordeno o seu arquivamento.

Tratando-se de pedido de desistência do feito verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no tangente ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Sem custas.
P.R.I.
Após, arquive-se.
Ariquemes/,5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7000063-08.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 14.544,00
AUTOR: NELSON BARBOSA, CPF nº 34989951204, ESTRADA RURAL LH 08 S/N ZONA RURAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS ROBERTO FACCIN, OAB nº RO1453
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., AV. 2666 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
1. Defiro a gratuidade processual.
2. Oficie-se ao INSS, através do e-mail aps26001010@inss.gov.br - APSRO Ariquemes, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, informe a este Juízo o andamento do pedido administrativo de protocolo 1742709552 - Data de entrada: 10/10/2022 informando, ainda, se houve deferimento ou indeferimento do pedido.
3. Após, voltem os autos conclusos.
SIRVA O PRESENTE COMO OFÍCIO AO INSS.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br

---

7007617-04.2017.8.22.0002
Execução de Título Extrajudicial
Cédula de Crédito Rural, Hipoteca
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCELO LONGO DE OLIVEIRA, OAB nº RO1096, DANIELE GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO1221, GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727, MONAMARES GOMES, OAB nº RO903
EXECUTADOS: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS, MARIA DE FATIMA FERNANDES DIAS
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: PABLO EDUARDO MOREIRA, OAB nº RO6281A
Sentença
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA ajuizou ação de execução de título extrajudicial em face de EXECUTADOS: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS, MARIA DE FATIMA FERNANDES DIAS.
Em petição anexada ao ID. 85512676, o exequente informa a quitação dos valores devidos e pede a extinção do feito.
Face do exposto, com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, declaro extinta a execução ante o pagamento do débito.
Ante a preclusão lógica (art. 1.000, do CPC), a presente decisão transita em julgado nesta data.
Condeno a parte executada ao pagamento das custas finais.
Apuradas as custas, NOTIFIQUE-SE a parte executada para efetuar o pagamento, em 15 dias, sob pena de protesto e inclusão na dívida ativa.
Publicação e registros automáticos.
Libere-se a penhora do imóvel de ID. 17698892 e outras eventuais penhoras e restrições existentes contra os executados.
Comunique-se a leiloeira da extinção do feito.
Intime-se. Cumpra-se.
Observadas as formalidades legais, arquivem-se.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, 5 de janeiro de 2023 .
Alex Balmant
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7002810-67.2019.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 78.441,90
AUTOR: JOAO FRANCISCO DA SILVA ALMEIDA, CPF nº 45736944200, LINHA B40 GLEBA54 LOTE 18, TRAVESSAO B40 ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JAQUELINE VIEIRA CARDOSO, OAB nº RO5455
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SETOR 04 - 76873-500 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Despacho
A requisição foi expedida.
Intimados para se manifestarem sobre o inteiro teor da RPV expedida, não houve impugnação das partes.
Portanto, foi realizada nesta data a assinatura das RPV's no sistema E-Prec Web.
Determino a baixa dos autos em cartório, para aguardar o pagamento no arquivo.
Comunicado o depósito judicial por meio de Ofício, junto ao sistema E-Prec Web, EXPEÇA-SE ALVARÁ, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 10 dias.
Comprovado o levantamento, conclusos para extinção.
Cumpra-se.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7011744-09.2022.8.22.0002
Classe Processual: Inventário
Assunto: Inventário e Partilha
Valor da Causa: R$ 1.000,00
REQUERENTE: ANA PAULA SOUZA DA SILVA, CPF nº 03422322230, RUA MÉXICO 1436, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SETOR 10 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: VITOR RAFAEL VIANA RODRIGUES DE ARAUJO, OAB nº RO11978
INVENTARIADO: ANAELTON OLIVEIRA DA SILVA, CPF nº 51155508572, RUA MÉXICO 1436, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SETOR 10 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Conforme despacho inicial proferido no ID Num.80148198, foi deferido o recolhimento das custas ao final.
Sendo assim, intime-se a inventariante para, em 20 dias, proceder o recolhimento das custas sob o valor total dos bens que integram o monte mor, nos termos do art. 20 da Lei 3.896/16, in verbis:
Art. 20. Nos processos em que haja partilha de bens ou direitos, as custas judiciais finais serão recolhidas antes da adjudicação ou da homologação da partilha, de acordo com o valor total dos bens que integram o monte mor, inclusive a meação do cônjuge supérstite, nos inventários e arrolamentos.
No mesmo prazo, deverá apresentar documento pessoal da herdeira ADRIANA SANTOS DA SILVA, bem como declarações finais constando o plano de partilha detalhado.
Além disso, deverá comprovar o preenchimento e envio da DIEF, nos termos do art. 23 do Regulamento do ITCD – DECRETO Nº 15474/2010, ainda que a transmissão do bem ou direito goze de isenção ou não incidência do imposto.
Após, considerando a existência de herdeiro menor incapaz, intime-se o Ministério Público para manifestação.
Somente então, retornem os autos conclusos.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7000061-38.2023.8.22.0002
Classe: Inventário

Valor da Causa:R$ 400.000,00
AUTOR: ADEMI MATIAS DE MELO, CPF nº 38957965220, RUA RIO DE JANEIRO 2156, - ATÉ 2255/2256 SETOR 03 - 76870-408 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, AMAURI MATIAS DE MELO JUNIOR, CPF nº 01913854256, ÁREA RURAL lote 47, RODOVIA BR 421, A LINHA C 70 LOTE 17 GLEBA 47 ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, MARIA DE FATIMA MATIAS DE MELO, CPF nº 47936789200, ÁREA RURAL lote 47, RODOVIA BR 421, A LINHA C 70 LOTE 17 GLEBA 47 ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, MARIA DE LOURDES LOPES DE MELO, CPF nº 93062400234, AVENIDA ARACAJU 3345, - DE 2981 A 3535 - LADO ÍMPAR NOVA BRASÍLIA - 76908-547 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, LAUDEMIRO JOAQUIM DE MELO, CPF nº 05186323268, ÁREA RURAL lote 17, RODOVIA BR 421, A LINHA C 70 LOTE 17 GLEBA 47 ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ARGEMIRO MATIAS LOPES DE MELO, CPF nº 68487452272, ÁREA RURAL lote 17, RODOVIA BR 421, TB 40, KM 03, LINHA C 70 LOTE 17 G ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ALFREDO JOSE CASSEMIRO, OAB nº RO5601
RÉU: FELICIA MATIAS LOPES DE MELO, CPF nº 45688729287, ÁREA RURAL lote 47, RODOVIA BR 421, LINHA C 70 LOTE 17 GLEBA 47 ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
Despacho
1. Indefiro o pedido de gratuidade processual, uma vez que a falecido deixou um bem imóvel, de valor considerável. Ademais, ao contrário das outras demandas, não é a parte (herdeiros) quem suporta os ônus e custas processuais, mas, sim, a universalidade de bens que compõem o espólio. As custas deverão ser recolhidas ao final.
2. Nomeio o(a) requerente ARGEMIRO MATIAS LOPES DE MELO, inventariante, que prestará compromisso em 05 dias.
Obs. Termo de compromisso em anexo, que deverá ser assinado e juntado aos autos em 5 dias, sem necessidade de nova conclusão.
3. Após prestar o compromisso (5 dias), deverá o(a) inventariante apresentar as primeiras declarações, CUMPRINDO FIELMENTE as determinações do art. 620 do CPC, em 20 dias, bem como, no mesmo prazo deverá apresentar os documentos dos bens que compõem o acervo do espólio e regularizar a representação dos herdeiros trazendo as procurações faltantes e/ou promover a citação daqueles.
3.1. No mesmo prazo deverá o inventariante providenciar as certidões negativas de tributos da Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal em nome do falecido.
5. Por fim, registro que após dimensionado o monte-mor e apurado/reajustado o valor da causa, as custas e o ITCD deverão ser recolhidos, até a homologação da partilha.
7. Oportunamente, o MP e a Fazenda Pública serão intimados a intervir no feito.
7.1 Caso não apresente as procurações dos demais herdeiros e meeiro no prazo de 20 dias, promova-se a citação dos mesmos.
7.2 Cite-se:
LAUDEMIRO JOAQUIM DE MELO, brasileiro, viúvo, aposentada, portadora da Carteira de Identidade RG 466.32, SSP/RO, e inscrito no CPF/MF sob o n. 051.863.232-68, residente domiciliado na Rodovia BR 421, a Linha C 70 Lote 17 Gleba 47, Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra, Zona Rural Município de Ariquemes RO, CEP 76878-899;
02 – MARIA DE LOURDES LOPES DE MELO, brasileira, casado, agricultora, portadora da Carteira de Identidade RG 484214 SESP/RO, e inscrito no CPF/MF sob o n. 930.624.002-34, residente domiciliado na residente e domiciliado na Avenida Aracaju n. 3345, bairro Nova Brasília, na cidade de Ji Paraná Estado de Rondônia, CEP 76908-547.
03- MARIA DE FATIMA MATIAS DE MELO, brasileira, casada, agricultora, portadora da Carteira de Identidade RG 426.608 SESP/RO, e inscrito no CPF/MF sob o n. 479.367.892-00, residente domiciliado na Rodovia BR 421, a Linha C 70 Lote 17 Gleba 47, Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra, Zona Rural Município de Ariquemes RO, CEP 76878-899.
04 – ADEMIR MATIAS DE MELO, brasileiro, convivente em União Estável, agricultor, portadora da Carteira de Identidade RG n. 379.888 SESDC/RO, e inscrito no CPF/MF sob o n. 389.579.652-20, residente domiciliado na Rua Rio de Janeiro, n. 2156., setor 03 na cidade de Ariquemes RO, CEP 76870-408.
05 – AMAURI MATIAS DE MELO, era brasileiro, era agricultor, era casado com regime de casamento de Comunhão parcial de Bens, e era portador da cédula de identidade civil RG 447.730 SSP/RO e era e inscrito no CPF/MF sob o n. 422.072.072- 34, faleceu em 10/03/2002, conforme Certidão de Óbito em anexo (DOC 03), deixando 02 filhos sendo eles: 05.1 - JULIO CESAR DIAS DE MELO, brasileiro, solteiro, serviços gerais, residente a Rua Rio de Janeiro, n. 2156, setor 03, telefone celular 69 99282 7587 05.2 – AMAURI MATIAS DE MELO JUNIOR, brasileiro, convivente em União Estável, ajudante de motorista, portadora da Carteira Nacional de Habilitação n. 06967337200 DETRAN/RO e inscrito no CPF/MF sob o n. 019.138.542-56, residente e domiciliado a Rodovia BR 421, a Linha C 70 Lote 17 Gleba 47, Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra, Zona Rural Município de Ariquemes RO, CEP 76878-899, para que tomem ciência da abertura do inventário.
SERVE A DECISÃO COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.brProcesso n. 7000061-38.2023.8.22.0002
Classe: Inventário
TERMO DE COMPROMISSO DE INVENTARIANTE

Nesta data, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 no Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível , com endereço Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br onde presente se achava o (a) MM. Juiz (a) de Direito ALEX BALMANT, que nomeia ARGEMIRO MATIAS LOPES DE MELO, brasileiro, casado, Técnico Agropecuários, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 02218338809 DETRAN/RO, inscrito no CPF/MF sob o nº 684.874.522-72, residente e domiciliado na Rodovia BR 421, TB 40, Km 03, Linha C 70 Lote 17 Gleba 47, Projeto de Assentamento Marechal Dutra, Zona Rural Município de Ariquemes RO, CEP 76878-899, inventariante dos bens deixados pelo espólio de FELÍCIA MATIAS LOPES DE MELO, nos autos de inventário em epígrafe, em trâmite neste Juízo, declarando-se neste ato ciente do despacho, onde consta a obrigatoriedade de prestar as primeiras declarações em até 20 (vinte) dias, contados da data em que prestou o compromisso, conforme determina o artigo 620 do CPC, ficando desde já advertida que, deverá promover todos os atos necessários e encerrar o inventário em 12 (doze) meses, conforme determina o artigo 611 do CPC. Caso não desempenhe fielmente o encargo de inventariante, será dele destituído e responderá civil e criminalmente pela malversação do patrimônio do espólio, sujeitando-se inclusive a ter seus bens e rendas sequestrados em favor do espólio. Pelo MM. Juiz foi-lhe deferido o compromisso, o qual aceitou, sujeitando-se às penas da Lei. Nada mais para constar, lavrou-se o presente que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.
Observações: O Termo de Inventariante poderá ser assinado pela parte e juntado nos autos pelo Advogado ou Defensor Público.
Inventariante _____
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7005124-78.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 15.756,00
AUTOR: MIGUEL DA COSTA, CPF nº 42151619249, RUA GONÇALVES DIAS 3775, CASA SETOR 06 - 76873-602 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: CLECIO SILVA DOS SANTOS, OAB nº RO4993A
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
INTIME-SE o perito nomeado para, no prazo de 10 dias, prestar os esclarecimentos de ID Num.82581082, tendo em vista que foi considerada a profissão de AGRICULTOR, no entanto, a parte autora apresentou na inicial comprovante de microempreendedor individual em que o ramo da atividade está como TAXISTA.
No mesmo prazo, deverá responder ao quesito complementar apresentado, qual seja, “1- O periciando, em razão de seu quadro clínico, está incapacitado para o desempenho da atividade de TAXISTA?”.
Com os esclarecimentos, intimem-se as partes para manifestação, em 05 dias.
Após, voltem-me conclusos para deliberação.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7000088-21.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 14.544,00
AUTOR: DENISE SOUZA DE OLIVEIRA, CPF nº 02530509280, LINHA C-25 KM 45 GLEBA AMIR s n ZONA RURAL - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: CLEONICE DA SILVA LACHESKI, OAB nº RO4703A, VANESSA DOS SANTOS LIMA, OAB nº RO5329A
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 2986 A 3292 - LADO PAR OLARIA - 76801-246 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
1. Defiro a gratuidade processual.
2. Passo a analisar o pedido, no que toca à tutela de urgência.

2.1. Considerando que a parte autora fundamenta este ponto da pretensão no artigo 300, do Código de Processo Civil, deve-se analisar a presença dos pressupostos ali estabelecidos.
A parte autora pleiteia que a autarquia ré promova a implementação imediata do beneficio previdenciário de auxílio-doença.
Para a concessão da medida, necessário a presença da verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
O dano irreparável ou de difícil reparação, a princípio, se encontra presente, já que a parte autora dependeria do benefício para sua subsistência.
Porém, a verossimilhança de suas alegações não restou demonstrada, considerando a divergência entre a conclusão do INSS e os documentos/laudos médicos apresentados pela parte autora.
Assim, INDEFIRO, por ora, a tutela antecipada pedida pela parte autora.
3. Considerando que se trata de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, indispensável, no caso, a perícia médica. Para sua realização, nomeio o médico Dra. FABRICIA REPISO NOGUEIRA – CRM/RO 5037, e-mail: repisofabricia1@ hotmail.com; telefones: 99928-2807/3536-8415.
3.1. A perícia será realizada no dia 18/01/2023, às 11h30min, LOCAL: Rua Cerejeiras, nº1567, Setor 01, Ariquemes/RO - INSTITUTO VITTA , sendo de salutar importância que se respeite o horário agendado.
3.2. Intime-se o perito nomeado para dizer se aceita o encargo e, caso positivo, cientifique-o que a perícia deverá ser concluída no prazo de 30 dias, a contar da realização da perícia.
3.3. Sem prejuízo, ficam as partes intimadas para, no prazo de 15 dias, caso queiram, manifestarem-se sobre a nomeação do perito, oportunidade em que poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistente técnico.
3.4. Com a entrega do laudo pericial, promova-se a inclusão do pagamento dos honorários periciais junto ao sistema da Justiça Federal, que fixo no valor de R$ 500,00, nos termos da Resolução n. 305/2014, do CJF, sendo fixados acima do valor mínimo pelas razões expostas na Portaria Conjunta - Gabinetes Cíveis Comarca de Ariquemes n. 01/2018.
3.5. Ressalte-se que a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarecê-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a de que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
4. Informo ainda, que de acordo com a Nota Técnica n° 44/2012, emitida pelo Conselho Federal de Medicina em conformidade com o art. 7º, inc. I, III e VI, letras “c” e “d” do EOAB, Lei 8.906/94, está garantida aos advogados, que no exercício de sua profissão, a possibilidade de acompanhar seus clientes, quando solicitado, nos exames periciais em âmbito judicial ou administrativo, caso haja o consentimento do periciando, mas sem nenhuma interferência no trabalho do perito.
Esclareço que o CRM, por meio do despacho nº 177/2020 firmou o seguinte entendimento:
Quanto à presença de advogado na perícia médica, o sigilo médico é uma garantia dirigida ao paciente, e, não ao profissional, de modo que é possível a presença do procurador do periciado se este autorizar expressamente. Entretanto, não se pode olvidar a autonomia do médico no exercício da sua profissão, de modo que se o perito médico compreender que eventual presença pode interferir na sua atuação profissional de alguma forma, ele pode recusar a presença do profissional, mediante peticionamento escrito e fundamentado dirigido ao juízo.
Logo, cientifico ao perito que, se o acompanhamento do advogado puder causar algum prejuízo ao deslinde da perícia, este deverá apresentar petição dirigida a este juízo, justificando seus motivos de forma antecipada, a fim de não prejudicar os trabalhos periciais.
5. Após a entrega do laudo pericial, CITE-SE o INSS para contestar o pedido inicial, no prazo legal (30 dias).
6. Ofertada a contestação com assertivas preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, IMPUGNAR, no prazo de 15 (quinze) dias.
7. Somente então, voltem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA
QUESITOS DO INSS EM ANEXO.
Quesitos do Juízo para a perícia médica:
1. Qualificação geral da parte autora – anamnese. Seu histórico clínico e de tratamentos.
2. Apresenta, parte autora, doença que o incapacita para o exercício de qualquer atividade que lhe garanta a subsistência?
3. O diagnóstico atual foi estabelecido clinicamente ou há comprovação por exames complementares? Especificar.
4. A incapacidade é decorrente de acidente de trabalho? A doença pode ser caracterizada como doença profissional ou do trabalho? Esclareça.
5. Atualmente a enfermidade está em fase evolutiva (descompensada) ou estabilizada (residual)?
6. Há possibilidade de cura da enfermidade ou erradicação do estado incapacitante?
7. A parte está em tratamento?
8. É possível readaptar a parte autora em outra função?
9. Para quais tipos de funções ela estaria impossibilitada?
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7015412-22.2021.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Concessão

Valor da Causa: R$ 19.800,00
AUTOR: MAIZA RODRIGUES BENICIO LOPES, CPF nº 29045673215, RUA POLO 4018, - DE 3789 A 3923 - LADO ÍMPAR BELA VISTA - 76870-583 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: DEBORA APARECIDA MARQUES MICALZENZEN, OAB nº RO4988, VALDELICE DA SILVA VILARINO, OAB nº RO5089
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA CAMPOS SALES, - DE 3293 A 3631 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-281 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, ofereceu proposta de acordo, cujos termos estão contidos no documento com ID 84520738. Ouvida a respeito, a parte autora concordou com os termos propostos (ID 84922933).
É o relatório.
DECIDO.
As partes estão bem representadas, o objeto é lícito e o direito transigível, de modo que não há qualquer dúvida quanto à possibilidade de homologação do acordo.
Posto isto e por tudo o mais que dos autos consta, HOMOLOGO O ACORDO, para que surta os seus legais e jurídicos efeitos, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários.
P. R. I.
Sentença transitada em julgado nesta data, ante a preclusão lógica (art. 1.000 do CPC).
Expeça-se o necessário para imediata implementação do benefício e RPV.
Arquive-se.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7000062-23.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa: R$ 21.816,00
AUTOR: ANTONIO ATHANAZILDO, CPF nº 24152137991, AVENIDA PERIMETRAL LESTE 1048, - DE 830 A 1138 - LADO PAR PARQUE DAS GEMAS - 76875-878 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: LILIAN MARIA SULZBACHER, OAB nº RO3225
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76801-097 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Decisão
1. Defiro a gratuidade processual.
2. Indispensável, no caso, o estudo social.
3. Para a realização de estudo social nomeio uma das assistentes sociais do Serviço Social, através do e-mail CRAS Ariquemes - semdesestudossociais@gmail.com para que proceda com estudo na residência da requerente, e arbitro honorários pelo serviço prestado em R$ 300,00 (trezentos reais).
4. Providencie a CPE o envio das cópias necessárias para realização do estudo social e informe sobre o arbitramento de honorários.
5. Após a entrega do laudo pericial e relatório social, CITE-SE o INSS para contestar o pedido inicial, no prazo legal (30 dias).
6. Ofertada a contestação com assertivas preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, IMPUGNAR, no prazo de 15 (quinze) dias.
7. Somente então, voltem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA
QUESITOS DO INSS EM ANEXO.
Quesito do Juízo para o Estudo Social:
1. Qual a composição do núcleo familiar que vive sob o mesmo teto (art. 20, § 1º, Lei 8.742/93), assim considerados o requerente, o cônjuge, a companheira, o companheiro, o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, os pais, e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido?
2. Qual o nome e data de nascimento destas pessoas, bem como, o grau de parentesco que há entre elas?
3. Das pessoas descritas no quesito acima, quais auferem renda? Quando cada uma delas percebe mensalmente (inclusive a própria parte autora)?
4. Foi apresentado algum comprovante de renda? A conclusão baseia-se apenas nas declarações obtidas quando da visita social?

5. Se nenhuma das pessoas que residem com a parte autora aufere renda de trabalho, nem ela própria, como fazem para sobreviver ? Recebem algum tipo de benefício previdenciário ou são beneficiários de ajuda de programa do governo federal ou estadual ? Se recebem, diga quais e os valores ?
6. As condições socioeconômicas da família são compatíveis com a renda informada?
7. A residência é própria, alugada ou cedida ?
8. Descrever as condições da residência, os móveis, automóveis e outros bens, bem como a localização e os benefícios do imóvel, tais como: asfalto, água, esgoto, escola pública, telefone, hospitais etc.
Obs: Preferencialmente anexar ao laudo fotografias.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7005616-70.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 3.168,37
AUTOR: IVONE DA ROSA, CPF nº 80518877272, RUA BOA VISTA, N. 3059, SETOR 03 3059, MONTE NEGRO -RO SETOR 03 - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ISABEL MOREIRA DOS SANTOS, OAB nº RO4171, PAULA ISABELA DOS SANTOS, OAB nº RO6554
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 2986 A 3292 - LADO PAR OLARIA - 76801-246 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Despacho
A requisição foi expedida.
Intimados para se manifestarem sobre o inteiro teor da RPV expedida, não houve impugnação das partes.
Portanto, foi realizada nesta data a assinatura das RPV's no sistema E-Prec Web.
Determino a baixa dos autos em cartório, para aguardar o pagamento no arquivo.
Comunicado o depósito judicial por meio de Ofício, junto ao sistema E-Prec Web, EXPEÇA-SE ALVARÁ, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 10 dias.
Comprovado o levantamento, conclusos para extinção.
Cumpra-se.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito
Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7016357-72.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rural (Art. 48/51)
Valor da Causa: R$ 19.330,00
AUTOR: ELZA GOMES DE AZEVEDO SILVA, CPF nº 30940885115, ASSENTAMENTO CANAÃ KM 18 ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ILMA MATIAS DE FREITAS ARAUJO, OAB nº RO2084A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de Ação de Concessão de Benefício Previdenciário, movido por ELZA GOMES DE AZEVEDO SILVA em face do INSS, pleiteando Aposentadoria por Idade Rural.
Como é cediço, o ajuizamento de ação reiterando pedido formulado em processo extinto, sem resolução do mérito e transitado em julgado, implica a sua distribuição por prevenção ao juízo que conheceu da primeira demanda.
Neste sentido:
CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS. PROVA OBJETIVA. IMPUGNAÇÃO DE QUESTÕES. PROCESSO ANTERIOR EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. REITERAÇÃO DO PEDIDO EM NOVA DEMANDA. PREVENÇÃO DO JUÍZO ORIGINÁRIO. ART. 286, II, DO CPC/2015. 1. Segundo estabelece o art. 286, II, do CPC/2015, "serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: [...] II - quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, foi reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda.". 2. Mesmo na hipótese de desistência da ação, o juízo perante o qual ela foi originalmente ajuizada permanece competente para processar e julgar a nova demanda com idêntico pedido. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA JULGADO IMPROCEDENTE. (Conflito de Competência Nº 70074280686, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Uhlein, Julgado em 29/11/2017). (TJ-RS - CC: 70074280686 RS, Relator: Eduardo Uhlein, Data de Julgamento: 29/11/2017, Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 07/12/2017)

Desta feita, analisando detidamente os autos, verifico que a parte autora moveu ação idêntica no ano de 2020, distribuída junto à 2ª Vara Cível desta Comarca.
Considerando a prevenção definida pelos autos n. 7007004-76.2020.8.22.0002, compete, portanto, ao Juízo da 2ª Vara Cível desta Comarca o processamento deste feito (CPC, art. 286, inc. II).
No mesmo norte, o art. 59 do Código de 2015 prevê que: "o registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo"
REDISTRIBUA-SE, promovendo as baixas pertinentes no sistema, registrando-se que eventual discordância daquele Juízo deverá ser manifestada via conflito negativo (CPC, art. 66, §único), a ser analisada pelo tribunal competente.
Em tempo, verifiquei que a autora moveu outras ações junto à Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO, na qual declina endereço urbano junto àquela urbe e profissão de cabeleireira.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7014764-47.2018.8.22.0002
Classe: Inventário
Valor da Causa:R$ 1.000,00
AUTOR: MARIA CRISTINA DALL AGNOL, CPF nº 34055304234, RUA MARABÁ 3394, - DE 3167/3168 AO FIM JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-572 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JAIRES LOPES BARRETO, CPF nº 48349550791, RUA DOURADO 4672, - DE 4672/4673 AO FIM LAGOA - 76812-040 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: GABRIEL ELIAS BICHARA, OAB nº RO6905, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, JOSE CRISTIANO PINHEIRO, OAB nº RO1529, LUIZ ANTONIO REBELO MIRALHA, OAB nº RO700
RÉU: RODRIGO ERSE MOREIRA MENDES, CPF nº 40898768268, RUA SENADOR ÁLVARO MAIA 1454, - DE 1266/1267 A 1644/1645 OLARIA - 76801-270 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, GUILHERME ERSE MOREIRA MENDES, CPF nº 61508829268, AVENIDA FARQUAR 3991, - DE 3233 A 4031 - LADO ÍMPAR PANAIR - 76801-429 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, RICARDO ERSE MOREIRA MENDES, CPF nº 26147407805, CANDEIAS DO JAMARI KM 670 FAZENDA TRÊS CAPELAS - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: GILSON LUIZ JUCA RIOS, OAB nº RO178, HAROLDO LOPES LACERDA, OAB nº RO962A, HUGO ANDRE RIOS LACERDA, OAB nº RO5717
Despacho
Considerando a concessão do pedido liminar no agravo interno interposto pelos herdeiros (ID Num.85384982), servindo a decisão de intimação para cumprimento, aguarde-se o julgamento do recurso.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7006674-11.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 10.386,65
AUTOR: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA FATEL, CPF nº 24367320510, RUA JOSÉ MAURO VASCONCELOS 3955, - DE 3756/3757 AO FIM SETOR 06 - 76873-624 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: DAYANE DA SILVA MARTINS, OAB nº RO7412
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2375, - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FATEL, qualificado nos autos, propôs a presente pretensão de CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, pessoa jurídica de direito público. Argumenta, em síntese, que é segurado do INSS e que seu benefício de auxílio-doença foi negado indevidamente. Alega que não está apto para exercer suas funções habituais, por ser portador de doença que o torna incapaz. Com a inicial juntou diversos documentos.
Recebida a inicial, foi indeferido o pedido de tutela antecipada e designado médico perito para o deslinde do caso (ID Num.76600533).

Sobreveio laudo pericial (ID Num.80636695), do qual as partes foram intimadas a se manifestarem.
A autarquia apresentou contestação, oportunidade em que pugnou pela improcedência dos pedidos (ID Num.82565135).
Houve réplica (ID Num.84909945).
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
II. FUNDAMENTAÇÃO
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.
Presentes as condições da ação, os pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, interesse processual e da legitimidade das partes, razão pela qual avanço no mérito.
Trata-se de ação previdenciária na qual o autor objetiva a concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez caso assim seja constatado em perícia médica.
Para a concessão do benefício pretendido faz-se necessário o preenchimento de alguns requisitos legais.
Conforme o disposto no art. 59 da Lei n.º 8.213/91, o auxílio-doença é devido ao segurado que, havendo cumprido o período de carência, salvo as exceções legalmente previstas, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
A aposentadoria por invalidez, por sua vez, será concedida ao segurado que, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, sendo-lhe paga enquanto permanecer nessa condição, nos termos do art. 42 da Lei n.º 8.213/91.
A legislação previdenciária estabelece que a carência exigida para a obtenção desses benefícios é de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I), salvo nos casos legalmente previstos.
Em sendo a incapacidade anterior à filiação a Previdência Social, ou à recuperação da condição de segurado, resulta afastada a cobertura previdenciária (art. 42, § 2º e art. 59, § 1º).
DA QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL:
Para comprovar a sua qualidade de segurado, o autor juntou aos autos o seu CNIS, o qual demonstra ser contribuinte individual e sua última contribuição realizada em 30/11/2021, tendo formulado novo requerimento administrativo em 26/07/2021, ou seja, enquanto mantinha sua qualidade de segurado.
Passo ao exame da incapacidade.
DA INCAPACIDADE:
No tocante a incapacidade, a prova pericial é fundamental nos casos de benefício por incapacidade e tem como função elucidar os fatos trazidos ao processo. Submete-se ao princípio do contraditório, oportunizando-se, como no caso dos autos, a participação das partes na sua produção e a manifestação sobre os dados e conclusões técnicas apresentadas.
A perita assim descreveu no laudo pericial – histórico clínico do autor: “Com histórico de dor articular crônica e degenerativa em joelho direito e esquerdo (por condropatia e gonartrose), com diagnostico de poliartrose como possível sequela devido a hanseníase em 1996 (segundo refere a data). Realiza tratamento com médica vascular devido a: insuficiência venosa, tromboflebite e trombose de membros inferiores bilaterais, já passou por procedimento cirúrgico por tal motivo e possui recidiva do quadro, possui ulceras em região dos pés com antecedentes de convalescência pouco favorável. Nega outros antecedentes.”
Além disso, em resposta aos quesitos, consignou:
Apresenta, parte autora, doença que o incapacita para o exercício de qualquer atividade que lhe garanta a subsistência?
Resposta: Sim.
Atualmente a enfermidade está em fase evolutiva (descompensada) ou estabilizada (residual)
Resposta: Evolutiva.
Há possibilidade de cura da enfermidade ou erradicação do estado incapacitante?
Resposta: Não.
Dito isso, evidencia-se, pois, que a análise clínica do requerente, associada à perspectiva social as interações da sua limitação com as barreiras do contexto sociocultural no qual está inserido levam à conclusão pela incapacidade autorizadora do benefício de aposentadoria por invalidez.
Dessa maneira, o Juízo está convencido de que a parte autora realmente cumpriu os requisitos para concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, sendo que as parcelas vencidas devem retroagir a data do requerimento administrativo – 26/07/2021 – ID Num.76558528.
Doravante, a fiscalização acerca da necessidade da manutenção da aposentadoria previdenciária, de tempo em tempo, será ônus da autarquia federal, a qual é a responsável pelo ato.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial da ação proposta por JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FATEL, o que faço para:
a) CONDENAR o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS a CONCEDER o benefício de aposentadoria por invalidez, desde a data do requerimento administrativo, em 26/07/2021 – ID Num.76558528.
b) CONCEDER a tutela antecipada, vez que presentes os requisitos do artigo 300, do Código de Processo Civil, ou seja, a verossimilhança do pedido e o risco de dano, por conta de eventual demora no julgamento definitivo, determinando que o INSS implemente, imediatamente, o benefício ao autor.

O valor do benefício deverá obedecer ao disposto no art. 44 da Lei n. 8.213/91.
O valor das parcelas vencidas deverá ser corrigido na forma do disposto no art. 1º-F da Lei no 9.494/97, modificado pelo art. 5º da Lei n. 11.960/2009.
A correção monetária deverá incidir na forma do Manual de Cálculos da Justiça Federal. Os juros de mora deverão ser aplicados de acordo com os índices oficiais da Caderneta de Poupança e são devidos a partir da data da citação.
Sem custas.
Considerando que a sentença é ilíquida, atento ao inciso II do § 4º, do art. 85 do CPC, postergo a fixação dos honorários advocatícios quando da liquidação da sentença.
Decisão não sujeita ao reexame necessário, embora ilíquida, tendo em vista que, de acordo com o CPC, a sentença não está sujeita a duplo grau de jurisdição quando a condenação for de valor inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos (art. 496, § 3º, inc. I).
Extingo o feito, com apreciação do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
P. R. I.
Após o trânsito em julgado, aguarde-se em cartório por 5 dias. Sem manifestação, arquive-se.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 5 de janeiro de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo: 7000036-10.2023.8.22.0007
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS PIARARA LTDA
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REU: AGILOG LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Trata-se de ação cautelar de sustação de protesto, com pedido de liminar, proposta por Distribuidora de Alimentos Piarara Ltda em face Agilog Logística Ltda.
Em síntese, afirma que em 30/12/22recebeu notificação do Cartório de Protestos local, informando que Título DMI 00318601 emitido pela empresa requerente, no valor de R$ 6.913,00, seria levado a protesto por falta de pagamento.
Ocorre, contudo, que a empresa requerida não reconhece a legitimidade de tal título e se opõe ao pagamento.
Sustenta estarem presentes os requisitos para o deferimento da liminar cautelar de sustação de protesto, requerendo a sustação liminar do título e, ao final, a procedência do pedido com a confirmação da liminar pleiteada.
É o relatório. Decido.
O art. 455 da Diretrizes Gerais Judiciais dispõe que o plantão judiciário destina-se exclusivamente ao exame das seguintes matérias:
a) habeas corpus e mandado de segurança em que figurar como coator autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista;
b) comunicação de prisão em flagrante delito;
c) pedidos de realização de exame de corpo de delito;
d) pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência;
e) representação da autoridade policial ou do Ministério Público visando à decretação de prisão preventiva ou temporária, em caso de justificada urgência;
f) pedidos de relaxamento de prisão em flagrante ou de concessão de liberdade provisória;
g) medida cautelar, de natureza cível ou criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente ou de caso em que da demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação;
h) medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos Juizados Especiais especificadas na Lei n. 9.099/95, limitadas às hipóteses acima enumeradas;
i) Questões relacionadas com crianças e adolescentes em situação de risco."
Verifica-se, pois, pela norma acima transcrita que os requerimentos de natureza cível só serão apreciados pelo plantão nos casos em que o requerimento não possa ser realizado no horário normal de expediente ou de caso em que a demora possa resultar rico de grave prejuízo ou de difícil reparação.

É dizer que a situação de plantão destina-se a casos de extrema urgência cuja a demanda surgiu nesse exato dia.
Com efeito, entendo estar ausente qualquer urgência que configure a necessidade do requerimento em tela a ser apreciado em sede de plantão, uma vez que a requerente foi notificada do protesto há 5 dias.
O plantão judicial é uma situação extremamente excepcional e não um mero prolongamento do expediente, sob pena de violação do princípio do juiz natura.
Posto isto, não conheço do pedido em sede de plantão. A autora deverá reiterar o pedido em expediente regular.
Intime-se.
Cacoal, 4 de janeiro de 2023
{{orgao_julgador.magistrado}}
Juíza de Direito

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 2ª Vara Cível
E-mail:cpecacoal@tjro.jus.br
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
7000004-05.2023.8.22.0007 - Viagem ao Exterior
REQUERENTES: KAMILLA THAYNARA PEREIRA, ARTTHUR PEREIRA COZER
ADVOGADO DOS REQUERENTES: RODOLFO RODRIGO PEREIRA MENDES DA SILVA, OAB nº PE45974
REQUERIDO: E. P. D. J. S. D. M. P. D. E. D. R., AV. BRASIL 1770 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
À CPE para adequar o polo passivo no cadastro dos autos, constando apenas o genitor: Elielton Cozer.
Processo isento de custas na forma da lei. Anote-se prioridade na tramitação.
Cuida-se de suprimento judicial para autorização de viagem internacional em favor do menor A.P.C (nascido em 22/01/2014), prevista para o dia 15 janeiro de 2023, com destino ao domicílio da genitora (Portugal).
Em síntese, relata a genitora, que o genitor reside na Bolívia e a requerente em Portugal, necessitando de suprimento judicial. A genitora possui a guarda judicial, conforme deferido nos autos n. 7010466-60.2019.8.22.0007.
Não há informação de endereço do genitor, tampouco contato telefônico (whatsapp), o que deve ser informado desde logo.
O Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução 354/20, a qual dispõe acerca possibilidade de citação e intimação das partes por meio eletrônico. Vejamos:
Art. 9º As partes e os terceiros interessados informarão, por ocasião da primeira intervenção nos autos, endereços eletrônicos para receber notificações e intimações, mantendo-os atualizados durante todo o processo. Parágrafo único. Aquele que requerer a citação ou intimação deverá fornecer, além dos dados de qualificação, os dados necessários para comunicação eletrônica por aplicativos de mensagens, redes sociais e correspondência eletrônica (e-mail), salvo impossibilidade de fazê-lo.
Art. 10. O cumprimento da citação e da intimação por meio eletrônico será documentado por:
I – comprovante do envio e do recebimento da comunicação processual, com os respectivos dia e hora de ocorrência; ou
II – certidão detalhada de como o destinatário foi identificado e tomou conhecimento do teor da comunicação.
§ 1º O cumprimento das citações e das intimações por meio eletrônico poderá ser realizado pela secretaria do juízo ou pelos oficiais de justiça.
§ 2º Salvo ocultação, é vedado o cumprimento eletrônico de atos processuais por meio de mensagens públicas.
Destaco, ainda, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca da possibilidade de utilização de aplicativos de conversa para citação/intimação de réus em processos criminais.
PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EM HABEAS CORPUS.CITAÇÃO VIA WHATSAPP. NULIDADE. PRINCÍPIO DA NECESSIDADE.INADEQUAÇÃO FORMAL E MATERIAL. PAS DE NULIITÉ SANS GRIEF. AFERIÇÃO DA AUTENTICIDADE. CAUTELAS NECESSÁRIAS. OBSERVAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO.1. A citação do acusado revela-se um dos atos mais importantes do processo. É por meio dela que o indivíduo toma conhecimento dos fatos que o Estado, por meio do jus puniendi lhe direciona e, assim, passa a poder demonstrar os seus contra-argumentos à versão acusatória (contraditório, ampla defesa e devido processo legal).2. No Processo Penal, diversamente do que ocorre na seara Processual Civil, não se pode prescindir do processo para se concretizar o direito substantivo. É o processo que legitima a pena.3. Assim, em um primeiro momento, vários óbices impediriam a citação via Whatsapp, seja de ordem formal, haja vista a competência privativa da União para legislar sobre processo (art. 22, I, da CF), ou de ordem material, em razão da ausência de previsão legal e possível malferimento de princípios caros como o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.4. De todo modo, imperioso lembrar que "sem ofensa ao sentido teleológico da norma não haverá prejuízo e, por isso, o reconhecimento da nulidade nessa hipótese constituiria consagração de um formalismo exagerado e inútil" (GRINOVER, Ada Pellegrini;GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. As nulidades no processo penal. 11. ed. São

Paulo: RT, 2011, p. 27).Aqui se verifica, portanto, a ausência de nulidade sem demonstração de prejuízo ou, em outros termos, princípio pas nullité sans grief.5. Abstratamente, é possível imaginar-se a utilização do Whatsapp para fins de citação na esfera penal, com base no princípio pas nullité sans grief. De todo modo, para tanto, imperiosa a adoção de todos os cuidados possíveis para se comprovar a autenticidade não apenas do número telefônico com que o oficial de justiça realiza a conversa, mas também a identidade do destinatário das mensagens.6. Como cediço, a tecnologia em questão permite a troca de arquivos de texto e de imagens, o que possibilita ao oficial de justiça, com quase igual precisão da verificação pessoal, aferir a autenticidade da conversa. É possível imaginar, por exemplo, a exigência pelo agente público do envio de foto do documento de identificação do acusado, de um termo de ciência do ato citatório assinado de próprio punho, quando o oficial possuir algum documento do citando para poder comparar as assinaturas, ou qualquer outra medida que torne inconteste tratar-se de conversa travada com o verdadeiro denunciado. De outro lado, a mera confirmação escrita da identidade pelo citando não nos parece suficiente.7. Necessário distinguir, porém, essa situação daquela em que, além da escrita pelo citando, há no aplicativo foto individual dele. Nesse caso, ante a mitigação dos riscos, diante da concorrência de três elementos indutivos da autenticidade do destinatário, número de telefone, confirmação escrita e foto individual, entendo possível presumir-se que a citação se deu de maneira válida, ressalvado o direito do citando de, posteriormente, comprovar eventual nulidade, seja com registro de ocorrência de furto, roubo ou perda do celular na época da citação, com contrato de permuta, com testemunhas ou qualquer outro meio válido que autorize concluir de forma assertiva não ter havido citação válida.8. No caso concreto, ao menos três elementos permitem concluir pela autenticidade do receptor das mensagens: (a) o número telefônico disponível para contato com o acusado; (b) a confirmação de sua identidade por telefone; e (c) a foto individual do denunciado, no aplicativo, que, inclusive, coincide com a foto de identificação civil também constante dos autos.9. Agravo desprovido. (AgRg no RHC 141.245/DF, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/04/2021, DJe 16/04/2021)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO.INADEQUAÇÃO. CITAÇÃO VIA WHATSAPP. NULIDADE. PRINCÍPIO DA NECESSIDADE. INADEQUAÇÃO FORMAL E MATERIAL. PAS DE NULIITÉ SANS GRIEF. AFERIÇÃO DA AUTENTICIDADE. CAUTELAS NECESSÁRIAS. NÃO VERIFICAÇÃO NO CASO CONCRETO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. Esta Corte - HC 535.063/SP, Terceira Seção, Rel. Ministro Sebastião Reis Junior, julgado em 10/6/2020 - e o Supremo Tribunal Federal - AgRg no HC 180.365, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 27/3/2020; AgR no HC 147.210, Segunda Turma, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 30/10/2018 -, pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado. 2. A citação do acusado revela-se um dos atos mais importantes do processo. É por meio dela que o indivíduo toma conhecimento dos fatos que o Estado, por meio do jus puniendi lhe direciona e, assim, passa a poder demonstrar os seus contra-argumentos à versão acusatória (contraditório, ampla defesa e devido processo legal). 3. No Processo Penal, diversamente do que ocorre na seara Processual Civil, não se pode prescindir do processo para se concretizar o direito substantivo. É o processo que legitima a pena. 4. Assim, em um primeiro momento, vários óbices impediriam a citação via Whatsapp, seja de ordem formal, haja vista a competência privativa da União para legislar sobre processo (art. 22, I, da CF), ou de ordem material, em razão da ausência de previsão legal e possível malferimento de princípios caros como o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. 5. De todo modo, imperioso lembrar que “sem ofensa ao sentido teleológico da norma não haverá prejuízo e, por isso, o reconhecimento da nulidade nessa hipótese constituiria consagração de um formalismo exagerado e inútil” (GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. As nulidades no processo penal. 11. ed. São Paulo: RT, 2011, p. 27). Aqui se verifica, portanto, a ausência de nulidade sem demonstração de prejuízo ou, em outros termos, princípio pas nullité sans grief. 6. Abstratamente, é possível imaginar-se a utilização do Whatsapp para fins de citação na esfera penal, com base no princípio pas nullité sans grief. De todo modo, para tanto, imperiosa a adoção de todos os cuidados possíveis para se comprovar a autenticidade não apenas do número telefônico com que o oficial de justiça realiza a conversa, mas também a identidade do destinatário das mensagens. 7. Como cediço, a tecnologia em questão permite a troca de arquivos de texto e de imagens, o que possibilita ao oficial de justiça, com quase igual precisão da verificação pessoal, aferir a autenticidade da conversa. É possível imaginar-se, por exemplo, a exigência pelo agente público do envio de foto do documento de identificação do acusado, de um termo de ciência do ato citatório assinado de próprio punho, quando o oficial possuir algum documento do citando para poder comparar as assinaturas, ou qualquer outra medida que torne inconteste tratar-se de conversa travada com o verdadeiro denunciado. De outro lado, a mera confirmação escrita da identidade pelo citando não nos parece suficiente. 8. Necessário distinguir, porém, essa situação daquela em que, além da escrita pelo citando, há no aplicativo foto individual dele. Nesse caso, ante a mitigação dos riscos, diante da concorrência de três elementos indutivos da autenticidade do destinatário, número de telefone, confirmação escrita e foto individual, entendo possível presumir-se que a citação se deu de maneira válida, ressalvado o direito do citando de, posteriormente, comprovar eventual nulidade, seja com registro de ocorrência de furto, roubo ou perda do celular na época da citação, com contrato de permuta, com testemunhas ou qualquer outro meio válido que autorize concluir de forma assertiva não ter havido citação válida. 9. Habeas corpus não conhecido, mas ordem concedida de ofício para anular a citação via Whatsapp, porque sem nenhum comprovante quanto à autenticidade da identidade do citando, ressaltando, porém, a possibilidade de o comparecimento do acusado suprir o vício, bem como a possibilidade de se usar a referida tecnologia, desde que, com a adoção de medidas suficientes para atestar a identidade do indivíduo com quem se travou a conversa (HABEAS CORPUS Nº 641.877 - DF, RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS, Data de julgamento 09/03/2021).

Ainda que a jurisprudência supra refira-se a temática criminal, em uma perspectiva “processual”, o arcabouço é o mesmo, já que os institutos fundamentais do processo e seus princípios estruturantes, aplicam-se ao processo civil, trabalhista, tributário e outros ramos do direito. O que difere uma da outra é a pretensão.

Assim, com base na Teoria Geral do Processo, entendo prudente balizar-se nos critérios mencionados pela 5º Turma do STJ, para a citação da ré via aplicativo Whatsapp.

Por fim, com base na recente decisão do STJ, em âmbito criminal, e da normativa do CNJ acerca dos requisitos indutivos para a citação, valho-me dos requisitos ali expostos, a fim de determinar a observância nos termos seguintes, quando da intimação do executado.
1. Dito isso, postergo a análise da tutela de urgência à apresentação de contraditório. Considerando as peculiaridades que o caso requer, DETERMINO a citação e intimação da PARTE ré (ELIELTON COZER) via telefone/WhatsApp, pelo número a ser informado pela parte autora, através da Secretaria do Juízo (edsontechio@tjro.jus.br) ou pelo Assistente de Gabinete (gabcac2@tjro.jus.br). Com base na recente decisão do STJ, em âmbito criminal, e da normativa do CNJ acerca dos requisitos indutivos para a citação, valho-me dos requisitos ali expostos, a fim de determinar a observância, pelo Secretário, nos termos seguintes, quando da citação da requerida:
a) número e nome do contato de telefone;
b) foto do perfil do usuário;
c) Confirmação da identificação por escrito do próprio citando;
d) certidão assinada pelo próprio punho da pessoa citada, na qual ateste o recebimento da citação.
Deve ser anexado aos autos certidão detalhada de como a requerida foi identificada e tomou conhecimento da ação, incluindo espelho da tela (printscreen) no qual conste a identificação da pessoa citada e o documento devidamente assinado por esta, nos termos do art. 10, §1º da Resolução 354/20 do CNJ.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃO OU MANDADO. EXPEÇA-SE O NECESSÁRIO.
Informado o contato telefônico (whatsapp e/ou e-mail) do requerido, com URGÊNCIA, cite-se o requerido para, querendo, responder esta ação, no prazo de até 3 dias corridos, a contar da citação, tendo em vista o prazo exíguo para realização da viagem, manifestando sua concordância ou não com o pedido, hipótese em que a discordância deverá ser fundamentada. O requerido deve apresentar documento de identificação (com foto).
2. Fica a parte autora, por sua vez, intimada para juntar maiores dados e informações sobre a viagem que deseja realizar (destino - trajeto, período da viagem, custeio, finalidade, etc., comprovação de passagem ou reserva, se o infante viajará acompanhado de algum adulto e maiores informações que se fizerem necessárias); junte também o termo de guarda, no prazo de 3 dias corridos.
3. Com a citação/defesa do requerido, ou se certificada a diligência negativa de citação pelo meio mais célere, INTIME-SE o Ministério Público, inclusive sobre eventual antecipação de tutela do pedido, considerando a data pretendida para a viagem, bem como para quando da apresentação de parecer observar o estudo psicossocial juntado aos autos n. 7010466-60.2019.8.22.0007 (medida de proteção), e demais documentos juntados no referido processo, se entender necessário para fins de subsidiar o parecer ministerial.
3.1. Porventura sejam solicitadas eventuais outras informações pelo Ministério Público, intime-se a parte requerente com urgência, e após, vistas ao MP e voltem conclusos.
Int.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Cacoal/RO, 5 de janeiro de 2023.
Mario Jose Milani e Silva
Juiz(a) de Direito

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo: 7015943-59.2022.8.22.0007
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
Assunto: Fixação
Requerente (s): J. V. D. S. T., CPF nº 70109732618, RUA SÃO LUIZ 336 PARQUE FLAMBOYANTS - 38447-027 - ARAGUARI - MINAS GERAIS
Advogado (s): AMANDA SILVA DOS SANTOS, OAB nº RO12064
Decisão
Trata-se de ação que objetiva revisar obrigações estabelecidas em ação que tramitou perante o Juízo da 3º Vara Cível da Comarca de Cacoal.
Assim sendo, este Juízo é incompetente para processar e julgar o feito ora proposto, nos termos do precedente do E. TJ/RO, in verbis:
Conflito negativo de competência. Ação de modificação de guarda com regulamentação de visitas e alimentos. Ação de alimentos. Acessoriedade. Mesma relação de direito material. Art. 35 do ECA. Prevenção. Competência do Juízo que julgou a ação principal. O art. 61 do atual Código de Processo Civil dispõe que a ação acessória será proposta no juízo competente para a ação principal. Há relação de acessoriedade entre a ação de modificação de guarda com regulamentação de visitas e alimentos e anterior ação de alimentos, uma vez que a primeira decorre da existência anterior de uma ação de alimentos. As duas demandas possuem a mesma relação de direito material, ainda que sob enfoques diferentes. Os objetos litigiosos das duas causas encontram-se ligados, pois relacionados com a guarda de menor, homologado por sentença judicial. Ademais, a discussão judicial em torno da guarda de criança é uma relação jurídica continuativa, uma

vez que sempre que houver mudança nas condições de fato, caberá alteração da guarda da criança, nos termos do art. 35 do ECA. Revela-se imperioso que o mesmo juízo que homologou o acordo nos autos da ação de alimentos permaneça prevento para processar e julgar as demandas posteriores conexas pelo vínculo que venha se estabelecer entre os objetos litigiosos. Declarada a competência do juízo suscitante. ajustada por meio de acordo 0003557-50.2016.8.22.0000 Conflito de competência Origem: 00030292920158220007 Cacoal/RO (3ª Vara Cível) Suscitante: Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Cacoal – RO Suscitado: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal – RO Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior Data de julgamento:16/08/2016. (grifei)
Portanto, DECLARO a incompetência deste Juízo.
Redistribua-se ao juízo da 3º Vara Cível de Cacoal.
Cacoal, quarta-feira, 4 de janeiro de 2023.
Mario José Milani e Silva
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo n.: 7010921-54.2021.8.22.0007
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Defeito, nulidade ou anulação, Liminar
AUTOR: RESIDENCIAL NOVA CACOAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, AVENIDA CASTELO BRANCO 23826, - DE 22926 A 24086 - LADO PAR VISTA ALEGRE - 76960-002 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBISLETE DE JESUS BARROS, OAB nº RO2943
WANUSA LUBIANA, OAB nº RO2802A
REU: MUNICIPIO DE CACOAL, RUA ANÍSIO SERRÃO 2100, - DE 1779/1780 A 2168/2169 CENTRO - 76963-804 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL
Valor da causa:R$ 322.705,75
DECISÃO
Vistos.
Considerando que recente decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Rondônia confirmou sentença proferida por este juízo sobre o mesmo tema, a parte autora apresentou desistência da ação, daí porque, determino a intimação do requerido para que em 5 (cinco) dias se manifeste a respeito para que o processo possa ser extinto.
Intime-se o Município de Cacoal sobre o tema.
Cacoal, 5 de janeiro de 2023.
Mario José Milani e Silva
Juiz de Direito

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

AUTOS 7002114-93.2022.8.22.0012 CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) REQUERENTE
Nome: LIZIANNE DE MATOS EMERICK
Endereço: rua tupi, 3725, centro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) AUTOR: DAVI SOUZA CRUZ EMERICK - RO11605
REQUERIDO
Nome: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Endereço: AC Aeroporto Internacional de Porto Velho, SN, Avenida Governador Jorge Teixeira 6490, Aeroporto, Porto Velho - RO - CEP: 76803-970
ADVOGADO Advogados do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para querendo, impugnar a contestação juntada aos autos no prazo de 15 (quinze) dias, devendo na mesma peça especificar as provas que pretendem produzir, de forma pormenorizada, arrolando eventuais testemunhas que pretende ouvir.

AUTOS 7000972-88.2021.8.22.0012 CLASSE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) REQUERENTE
Nome: ORGANIC. HOMEOPATIA ANIMAL EIRELI - EPP
Endereço: Rua Tiradentes, 4710, Centro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogados do(a) REQUERENTE: RAFAELA GEICIANI MESSIAS - RO0004656A, MARIA CAROLINE CIRIOLI GERVASIO - RO8697

REQUERIDO
Nome: CLEMENTE GONCALVES AFONSO
Endereço: LINHA C 65, Área Rural de Ariquemes, Ariquemes - RO - CEP: 76878-899
ADVOGADO
INTIMAÇÃO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias dar prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento em caso de inércia.

AUTOS 7000772-18.2020.8.22.0012 CLASSE DESAPROPRIAÇÃO (90) REQUERENTE
Nome: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
ADVOGADO Advogados do(a) AUTOR: RIVIANNE SIQUEIRA AMORIM - SE10645, JURANDYR CAVALCANTE DANTAS NETO - SE6101
REQUERIDO
Nome: JONAS MARCOS TESSAROLO
Endereço: Linha 3, Km 4,5, S/N, ZONA RURAL, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO
INTIMAÇÃO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para ciência da proposta dos honorários periciais, bem como, para comprovar o depósito judicial na quantia proposta, no lapso 05 dias úteis.

2ª VARA CÍVEL

Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 7002533-16.2022.8.22.0012
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AV. CAPITÃO CASTRO 3178 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
EXECUTADO: LUCINEIA PEREIRA DE ANDRADE, RUA CEREJEIRAS 3853 CENTRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se a parte autora a esclarecer, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a competência deste juízo, eis que o foro contratual estabelecido entre as partes é a Comarca de Vilhena/RO, conforme contrato juntado em Id. 85533906.
Colorado do Oeste-RO, 5 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juiz(a) de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste Processo: 7001066-02.2022.8.22.0012
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: ELEIRE SABINO
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE ROBERTO MIGLIORANCA, OAB nº RO3000
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
ELEIRE SABINO ajuizou a presente ação em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS, na qual requer o reestabelecimento da aposentadoria por invalidez ou concessão de auxílio-doença, a partir da data de cessação do benefício anteriormente recebido.
Registra, em síntese, que possui a qualidade de segurado especial rural, e que recebia aposentadoria por invalidez desde 29/10/2008, todavia, em processo de revisão, a autarquia cessou seu benefício sob a alegação de não contatação de invalidez em perícia realizada em 25/10/2018. Acrescenta que recebeu pagamento reduzido até 25/04/2020, data em que cessou definitivamente. Pleitea imediata implantação do benefício em caso de procedência e assistência judiciária gratuita.

Recebida a inicial (ID nº 77776119), foi concedido os benefícios da justiça gratuita e determinada a realização de perícia médica.
O laudo pericial foi juntado aos autos (ID nº 80163409).
A parte autora manifestou-se pela procedência da inicial (ID nº 80563453).
A parte requerida apresentou contestação (ID nº 81364755), pugnando pela improcedência da ação, diante da não comprovação dos requisitos exigidos.
O autor juntou impugnação à contestação (ID nº 82016421).
Foi designada audiência para comprovação da plena ou residual incapacidade de trabalho do autor (ID nº 84101364).
Em audiência foi colhido o depoimento pessoal do autor.
É o relatório. Decido.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Ab initio, dispõe o art. 109, §3°, da Constituição Federal, que haverá competência da Justiça Estadual para processar e julgar ações dessa natureza quando propostas em comarca que não seja sede de vara do Juízo Federal, o que ocorre no presente caso.
Por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de mérito.
O pedido inicial é de reestabelecimento da aposentadoria por invalidez ou concessão de auxílio-doença, em caso de comprovação de incapacidade temporária.
Nos termos dos artigos 42, 59 e 60 da Lei n.º 8.213/91, os requisitos indispensáveis para a concessão de benefícios previdenciários de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, excetuados os casos em que há dispensa de carência; c) a incapacidade parcial ou total e temporária (auxílio-doença) ou total e permanente (aposentadoria por invalidez) para atividade laboral.
Qualidade de segurado e carência
A autarquia contestou apenas a existência de incapacidade laboral, não tendo contestado a qualidade de segurado. Portanto, a qualidade de segurado pelo tempo de carência não é objeto de controvérsia. Ademais, como a parte autora já recebia benefício anteriormente e a ação fora ajuizada dentro do período de graça, resta incontroverso a condição de segurado.
Logo, restando demonstrado que o requerente atende ao requisito da qualidade se segurado especial na condição de produtor rural em regime de economia familiar, necessário comprovar a existência de incapacidade.
Incapacidade
A existência de doença ou condição incapacitante foi apurada por meio da realização de prova pericial em juízo, na qual foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa às partes.
A perícia médica realizada aponta:
Periciado comprova através de documentos medico que possui diagnostico de epilepsia de difícil controle e de longa data. Patologia essa que de acordo com próprio relato do periciado limita para trabalho em altura, operar máquinas e outros. Porem de acordo com próprio periciado há capacidade residual de trabalho realizando afazeres do sitio como limpeza de pastos, cercas, cuidado das criações que não envolva altura. Sendo assim comprova incapacidade parcial e permanente. Conclusão: Comprova incapacidade parcial e permanente. Data da incapacidade 17/09/2018. Há capacidade residual de trabalho realizando afazeres do sitio como limpeza de pastos, cercas, cuidado das criações que não envolva altura.
Em audiência, foi colhido o depoimento pessoal do autor, porém limitou-se a dizer que não faz mais nada no sítio, que declarou ao médico que fazia alguma coisa, mas que atualmente não faz mais nada. Que as crises epilépticas ocorrem normalmente todos os dias, que às vezes levanta de manhã e já passa mal, mesmo tomando remédio passa mal.
Na sistemática processual civil vigente, o juiz deve apreciar a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tenha produzido, e indicar na decisão as razões da formação se seu convencimento (artigo 371 do CPC). Tratando-se de prova pericial, indicará os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito (artigo 479 do CPC).
No presente caso, a perícia constatou que a incapacidade do autor é parcial e permanente, citando que há capacidade residual para trabalho. Porém, analisando o perfil do autor, trata-se de pessoa residente em zona rural desde jovem, local em que sempre desempenhou suas atividades, não possui habilitação e não tem estudo. Portanto, embora tenha apenas quarenta e cinco anos, pelas condições apresentadas, dificilmente conseguirá reabilitação profissional: toma dois tipos de medicamentos e apresenta crises variadas.
Certo que a impossibilidade do trabalho não é total, mas dado o receio persistente de crises convulsivas, o autor encontra-se atualmente impossibilitado de responsabilizar-se por qualquer trabalho que lhe garanta a subsistência.
Pela análise, não se vislumbra comprovação da recuperação da capacidade do autor para o trabalho, portanto não houve alterações na condição de saúde do autor a justificar a cessação do benefício.
Assim, a cessação do benefício foi indevida e a procedência do pedido inicial é medida justa.
Do termo final
Tratando-se de aposentadoria por invalidez em que não há previsão de cessação da incapacidade, o benefício deve ser concedido enquanto o beneficiário permanecer nesta condição (Lei n.º 8.213/91, artigo 42).
Porém, enquanto estiver em gozo de aposentadoria por invalidez, a parte autora fica obrigada à se submeter a perícias médicas periódicas a cargo do requerido (Lei 8.213/91, artigo 101), sob pena de suspensão do benefício, de modo que seja reavaliado o seu estado clínico e a condição da incapacidade, salvo se for isenta, na forma da lei.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial da ação proposta por ELEIRE SABINO para CONDENAR o requerido INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL a:
1. REESTABELECER o benefício de aposentadoria por invalidez da parte requerente, de forma integral, enquanto perdurar sua incapacidade a partir da data da cessação 25/10/2018;

2. PAGAR os valores retroativos desde a data da cessação indevida, isto é, 25 de outubro de 2018, devendo ser descontados os valores reduzidos recebidos de 25/10/2018 a 25/04/2020.
3. PAGAR honorários advocatícios, fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n.º 111 do STJ.
Presentes os requisitos do art. 300, do CPC, CONCEDO TUTELA DE URGÊNCIA de mérito para determinar que o requerido IMPLEMENTE o benefício de auxílio doença em favor da parte requerente, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da intimação da presente, sob pena de posterior fixação de multa diária pelo não atendimento, por se tratar de benefício de caráter alimentar, cuja tutela específica da obrigação visa evitar dano de difícil reparação.
Correção monetária e juros moratórios, conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, observada a decisão proferida pelo STF no RE 870947.
Conforme o inciso I do art. 4º da Lei n.º 9.289/96, o INSS é isento de custas quando a ação é processada perante a Justiça Federal, e, in casu, também perante a Estadual, por força do art. 5º, I, da Lei n.º 3.896/2016 (Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia).
Sentença não sujeita ao reexame necessário, de acordo com o disposto no art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil.
Em caso de recurso deverá o cartório intimar a parte contrária para apresentar suas contrarrazões, independentemente de nova CONCLUSÃO e transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeter os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Intimação das partes via DJe e Pje.
Oportunamente, arquivem-se.
Colorado do Oeste/RO, 4 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juíza de Direito

AUTOS 7001642-63.2020.8.22.0012 CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) REQUERENTE
Nome: ORGANIC. HOMEOPATIA ANIMAL EIRELI - EPP
Endereço: Rua Tiradentes, 4710, Centro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogados do(a) AUTOR: RAFAELA GEICIANI MESSIAS - RO0004656A, MARIA CAROLINE CIRIOLI GERVASIO - RO8697
REQUERIDO
Nome: CLAUDINEIA ALVES DA SILVA
Endereço: Eletronica, Km 7, Zona Rural, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
ADVOGADO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para comprovar nos autos o pagamento das custas processuais referente publicação do Edital de Citação e Intimação no DJE/RO, valor de R$ 43,04 (quarenta e três reais e quatro centavos) - 1756 caracteres.

Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 7002501-11.2022.8.22.0012
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTORES: MARIZETE SILVA DOS SANTOS, RUA HUMAITÁ 2772 CRUZEIRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, YASMIN VITTORIA SANTOS ANSCHAU, RUA HUMAITÁ 2772 CRUZEIRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, HANRI SANTOS ANSCHAU, RUA HUMAITÁ 2772 CRUZEIRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: WILLIAN THIAGO MARTINS DE CARVALHO, OAB nº RO8076
REU: GOL LINHAS AÉREAS S.A, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
1) Intime-se a parte autora para emendar a inicial, trazendo aos autos comprovante do recolhimento das custas processuais, ou apresentar comprovante da hipossuficiência, como contracheque ou outro documento que demonstre o real valor percebido pela autora em seu trabalho, eis que não há tal comprovante nos autos, apenas alegação de que percebe um salário-mínimo mensal.
1.1) Para o cumprimento da diligência, concedo prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento e cancelamento da petição inicial, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil.
2) Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos para deliberação.
Providencie-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Colorado do Oeste-RO, 5 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juíza de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO – 2ª Vara da comarca de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura
Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
EDITAL PARA CIÊNCIA DE EVENTUAIS INTERESSADOS
PRAZO 30 DIAS
AUTOS 7001721-71.2022.8.22.0012 CLASSE USUCAPIÃO (49) REQUERENTE MARCOS MARQUES MENDANHA e outros REQUERIDO Nome: GERALDO PEREIRA PINTO

Endereço: RUA BAHIA, S/N, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
A DRa. LUCIANE SANCHES, MMa. JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE COLORADO DO OSTE-RO, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.,
FINALIDADE: FAZ SABER a todos os que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que perante este Juízo se processam os autos de nº7001721-71.2022.8.22.0012 e nele segue:
"...Cite-se a parte requerida para conhecimento acerca dos termos da presente ação, para que, querendo, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (artigo 344, Código de Processo Civil – CPC).
Citem-se os confinantes indicados na petição inicial, para, caso possuam interesse, manifestarem-se no feito, no prazo de 15 (quinze) dias.
Intimem-se as Fazendas Públicas, Municipal, Estadual e da União, para informarem interesse no feito, no prazo de 30 (trinta) dias.
Publiquem-se editais, com 30 (trinta) dias, para ciência de eventuais interessados, na forma do art. 259, I, do CPC.
Caso a parte requerida tenha formulado reconvenção, alegado qualquer das matérias enumeradas no artigo 337 do CPC, ou juntado documentos, desde logo determino que a parte autora seja intimada para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 351 do CPC.
Aguarde-se o prazo de manifestação das Fazendas, confinantes e eventuais interessados, após, retornem os autos conclusos..."
E assim, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não venham estes no futuro alegar ignorância dos autos acima mencionados, extraiu-se o presente edital que será afixado na sede deste Juízo no local de costume e publicado no Diário da Justiça, pelo prazo de 30(trinta) dias, conforme disposto no despacho de ID.82397606.
Colorado do Oeste - RO, 4 de janeiro de 2023
Luciane Sanches
Juíza de Direito

Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 7002537-53.2022.8.22.0012
CLASSE: Monitória
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AV. CAPITÃO CASTRO 3178 CENTRO - 76980-150 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
REU: KELLY FERNANDES COSTA, RUA JOSE G DE PAIOLI 1901 CENTRO - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se a parte autora a se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a competência deste juízo para processar o presente feito, eis que o foro contratual estabelecido entre as partes é na localidade onde se localiza a Cooperativa, qual seja, Vilhena/RO (conforme qualificação inicial) (Id. 85547678), bem como o endereço da parte requerida é em Corumbiara/RO, pertencente à Comarca de Cerejeiras/RO.
Colorado do Oeste-RO, 5 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juiz(a) de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste Processo: 7002204-72.2020.8.22.0012
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Defeito, nulidade ou anulação
AUTOR: OSMAR PEREIRA PIRES, CPF nº 84842067268, RUA NOROAGUES 2517, RUA RIO NEGRO 4139 CENTRO - 76993-970 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIAN MARCEL CALONEGO SEGA, OAB nº RO9428, GUILHERME SCHUMANN ANSELMO, OAB nº RO9427
REU: MARIA NATALINO PIRES, CPF nº DESCONHECIDO, LINHA NOVA 1 KM 9,5, ZONA RURAL RUMO ESCONDIDO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, CARMINDA NATALINO PIRES, CPF nº DESCONHECIDO, LINHA NOVA 1 KM 9,5, ZONA RURAL RUMO ESCONDIDO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, AILTON NATALINO PIRES, CPF nº DESCONHECIDO, LINHA NOVA 1 KM 9,5, ZONA RURAL RUMO ESCONDIDO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, JOAO JERONIMO DA SILVA, CPF nº 41955250200, SITIO SANTA BARBARA RB GB 28 ZONA RURAL - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, MARLI NATALINO PIRES, CPF nº 57722498272, SITIO SANTA BARBARA RB GB 28 ZONA RURAL - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, MANOEL NATALINO PIRES, CPF nº 31245269291, LINHA NOVA 1 KM 9,5, ZONA RURAL RUMO ESCONDIDO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, JOSE NATALINO PIRES, CPF nº 29051541287, LINHA NOVA 1 KM 9,5, ZONA RURAL RUMO ESCONDIDO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, MARIA ROSA PEREIRA PIRES, CPF nº DESCONHECIDO, LINHA NOVA 1 KM 9,5 RUMO ESCONDIDO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: JOSE CARLOS DA SILVA, OAB nº RO6773A, MARCIO GREYCK GOMES, OAB nº RO6607

Despacho
Diante do endereço fornecido ao Id. 85575058, expeça-se Carta Precatória para citação em relação aos requeridos MARIA ROSA PEREIRA PIRES, ESPÓLIO DE SILTON NATALINO PIRES, representado pela herdeira ELENI TEIXEIRA PIRES.
Com as manifestações ou decorrido o prazo, tornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Pratique-se o necessário.
Colorado do Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juiz de Direito

AUTOS 7001284-30.2022.8.22.0012 CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) REQUERENTE
Nome: ADEMILSON RODRIGUES DA COSTA
Endereço: Avenida Juruá, 3384, Casa, Minas Gerais, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) AUTOR: MARCIO GREYCK GOMES - RO6607
REQUERIDO
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
ADVOGADO
INTIMAÇÃO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, da perícia designada para dia 17 de Fevereiro de 2023 a partir das 09:00 no Núcleo Drª Fernanda Nathália de Medicina Integrativa, localizada na Rua Antonio de Paula Nunes, n. 1527 - Centro - Cacoal/RO

Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 7002538-38.2022.8.22.0012
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: EDUARDO AREIAS LOUZADA NEVES, AV AMAZONAS 3722 CENTRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LUZIMAR MESSIAS DA SILVA, OAB nº RO9288
REU: LUCAS BOEIRA MONTEIRO, AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO n 8500, Lote B1, CONDOMÍNIO EDIFÍCIO BUENA VISTA JARDIM KRAHE - 94440-000 - VIAMÃO - RIO GRANDE DO SUL, CRIA DESIGN DIGITAL LTDA, RUA BENTO GONÇALVES 708/604, - ATÉ 1154/1155 CENTRO - 94410-400 - VIAMÃO - RIO GRANDE DO SUL
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
1) Intime-se a parte autora para emendar a inicial, trazendo aos autos comprovante do recolhimento das custas processuais, já que, não encontra-se em estado de hipossuficiência, bem como não comprovou o fato excepcional que dá cabimento ao diferimento das custas processuais, nos termos do artigo 6º, § 5º do Regimento de Custas.
1.1) Para o cumprimento da diligência, concedo prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento e cancelamento da petição inicial, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil.
2) Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos para deliberação.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Colorado do Oeste-RO, 5 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juiz(a) de direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO - 30 DIAS
AUTOS 7000913-66.2022.8.22.0012 CLASSE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154) REQUERENTE COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA SICREDI UNIVALES MT REQUERIDO Nome: RENATO HENRIQUE DA SILVA
Endereço: rua Tupinambá, 3155, Centro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
, ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO
- Qualificar a parte
Finalidade
1) CITAR - a(s) parte(s) requerida(s) acima qualificada(s) dos termos da presente ação contra ela(s) imposta.
2) INTIMAR - para querendo apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, não o fazendo presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados na inicial.

3) OBSERVAÇÃO
- caso a parte requerida não possua condições financeiras de contratar patrono particular poderá contactar a DEFENSORIA PÚBLICA da localidade onde se encontrar.
4) DESPACHO "...PROCEDA-SE a sua citação por EDITAL nos seguintes termos:
2.1 Cite-se para pagar a dívida no prazo de 03 (três) dias (art. 829, CPC).
2.2 Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da dívida (art. 827, CPC). No caso de integral pagamento no prazo assinalado, o valor dos honorários será reduzido pela metade (art. 827, § 1º, CPC).
2.3 Não havendo pagamento no prazo estipulado, penhore(m)-se e avalie(m)-se bem(ns) suficientes à garantia da execução, de tudo lavrando-se auto e intimando-se o executado (art. 829, § 1º, CPC). Penhorados bens móveis ou semoventes, ante a falta de depositário judicial ficarão em poder do exequente, salvo recursa ou a falta de fornecimento dos meios necessário para a remoção (art. 840, II, §§ 1º e 2º, CPC). Acaso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem a sua residência ou estabelecimento (art. 836, § 1º).
2.4 Se o executado não for encontrado, arrestem-se e avaliem-se tantos bens quantos bastem para garantir a execução, cumprindo ao oficial de justiça, nos 10 (dez) dias seguintes, procurar o executado 2 (duas) vezes em dias distintos, promovendo a citação com hora certa em caso de suspeita de ocultação, de tudo certificando pormenorizadamente (art. 830, CPC).
2.5 O(a) executado(a), independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargo, no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 914 e 915, CPC).
2.6 No prazo para embargos, reconhecendo-se o crédito do exequente e comprovado o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários advocatícios, o executado poderá requerer o parcelamento do débito remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês (art. 916, CPC). A opção pelo parcelamento importa em renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, CPC).
2.7 Valor atribuído à causa: R$ 44.212,83
3. Após, constatada a revelia, intime-se a Defensoria Pública para exercer a curadoria especial (art. 72, II e parágrafo único c.c art. 257, ambos do CPC)..."
Colorado do Oeste - RO, 4 de janeiro de 2023
LUCIANE SANCHES
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste 7001834-30.2019.8.22.0012
Cheque
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: TROK LTDA - ME
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RAFAELA GEICIANI MESSIAS, OAB nº RO4656A, MARIA CAROLINE CIRIOLI GERVASIO, OAB nº RO8697
EXECUTADO: WESLEY DE SOUZA COSTA 61708925287
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Defiro o pedido de Id. 83150694.
Proceda-se com a avaliação por Oficial de Justiça do bem descrito em Id. 82786359.
Para tanto, SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE AVALIAÇÃO.
Cumprida a avaliação, manifestem-se as partes, no prazo de 15 dias.
Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.
Colorado do Oeste, 05 de janeiro de 2023.

7000010-94.2023.8.22.0012
EXEQUENTE: JOAQUIM DIAS DAMASCENO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MONYK ANGELICA DA SILVA, OAB nº RO12287
EXECUTADO: AMAURI GONCALVES DE SOUZA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO INICIAL
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial (art. 784, CPC/2015), nos moldes do art. 53 e seguintes, da LF 9.099/95.
1- Expeça-se mandado de citação e penhora, nos moldes dos arts. 53, caput, LF 9.099/95, e 829, CPC, para pagamento, em 03 (três) dias ou oposição de embargos à execução, dentro do prazo de 15 (quinze) dias (art. 53, caput, LF 9.099/95), com a respectiva garantia (penhora de bens ou depósito garantidor), nos moldes do ENUNCIADO CÍVEL FONAJE 117.

ENUNCIADO 117 – É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES).
2- Todos os prazos nos Juizados Especiais contam-se da intimação, excluído o dia do começo, sendo que o prazo de embargos é subsequente ao prazo de pagamento.
3- Efetivada a citação/intimação sem qualquer penhora de bens e transcorrido in albis o tríduo e a quinzena fixados, certifique-se a inércia (ausência de pagamento e de embargos à execução, sem garantia do juízo) e intime-se a parte credora para atualização da conta e requerer o que entender de direito.
4- Não efetivada a citação (devedor em lugar incerto e não sabido), intime-se o(a) credor(a) para melhor diligenciar e indicar endereço atual do(a) devedor(a) em 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento (art. 53, §4º, LF 9.099/95), posto que não se admite qualquer outra medida coercitiva no microssistema dos Juizados Especiais (arresto, sequestro ou qualquer medido idônea para asseguração do direito creditício) e, muito menos, citação por edital (art. 18, §2º, LF 9.099/95).
SIRVA A PRESENTE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, COMO MANDADO DE CITAÇÃO E PENHORA :EXECUTADO: AMAURI GONCALVES DE SOUZA, LINHA 05 KM 10,5, ZONA RURAL RUMO SERINGUAL - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
Cumpra-se.
Colorado do Oestequinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Luciane Sanches
Juiz(a) de Direito

Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 7002504-63.2022.8.22.0012
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: ALAN ROJAS RODRIGUES, RUA RIO GRANDE DO SUL 4037 CENTRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CLAUDIO COSTA CAMPOS, OAB nº RO3508
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA, AVENIDA FARQUAR 2986, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
1 - Recebo a ação de execução de título judicial.
2 - Cite-se e intime-se a parte executada para que, caso entenda, apresente impugnação nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil. Advirto que, caso discorde dos valores apresentados pelo exequente, deve a parte executada apresentar fundamentos sobre a discordância e informar o valor que entende devido.
3 - Caso apresente impugnação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
4 - Persistindo a discordância, remetam-se os autos ao contador judicial para parecer e, após, intimem-se as partes para que se manifestem, também em 05 (cinco) dias.
5 - Com a concordância do exequente em relação aos cálculos apresentados pelo executado ou com a concordância do executado quanto aos cálculos apresentados pelo exequente ou, ainda, a aquiescência de ambas as partes em relação aos cálculos apresentados pelo contador, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. Ressalte-se que o silêncio será interpretado como concordância.
Colorado do Oeste-RO, 5 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juiz(a) de direito

Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 0002364-37.2011.8.22.0012
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ANTONIO ILDO DE CARVALHO, AV. AMAZONAS 4200, NI C ENTRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CLAUDIO COSTA CAMPOS, OAB nº RO3508
EXECUTADO: MARCILENE SERAFINA GOMES, RUA AFONSO JUCA DE OLIVEIRA 4765, NI JARDIM ELDORADO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
DESPACHO
Intime-se o exequente para se manifestar sobre a proposta de acordo apresentada pela executada em Id. 85364561, no prazo de 5 (cinco) dias.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
Colorado do Oeste-RO, 5 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juiz(a) de direito

Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 7000456-34.2022.8.22.0012
CLASSE: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: B. B. F. S., ABET SABIN 95, CASA NOVA OURO PRETO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398, BRADESCO
REU: I. R. C., AV RIO NEGRO 3507 JO SATO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Proceda-se a busca e apreensão nos termos da decisão de Id. 79342014, com a observação que o Oficial de Justiça deverá entrar em contato com os advogados DR. ALEXANDRE PIAZZOLLA E DRA. PALOMA ALMEIDA DE FIGUEIREDO, telefone e WhatsApp (11) 94965-4701, os quais colocarão à disposição pessoa autorizada a acompanhar as diligências, fornecendo os meios necessários, bem como a assumir como depositário do veículo.
Serve o presente de mandado, se necessário.
Colorado do Oeste-RO, 5 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juiz(a) de direito

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1º CARTÓRIO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste 0003319-12.2013.8.22.0008
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PARTE RETIRADA DO POLO PASSIVO DA AÇÃO: MIRIAM MARIA DA SILVA, CPF nº 07252116630, RUA A 5995 JARDIM SAMBURÁ - 17033-831 - BAURU - SÃO PAULO, GLAUBER DARIVA PIRES DE LIMA, CPF nº 70797765972, RUA ALAGOAS 1277 MORADA DO SOL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, OZEIAS OLIVEIRA ANACLETO, CPF nº 86712217253, RUA RONDÔNIA, NÃO CONSTA SÃO JOSE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, MARCOS FRANCISCO PROCHNOW, CPF nº 80334407249, RUA ERVINO PROCHNOW 3344, (08/01/2019) LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, DX MADEIRAS LTDA - ME, CNPJ nº 12779689000183, RUA 01 2150 MORADA DO SOL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS PARTE RETIRADA DO POLO PASSIVO DA AÇÃO: LUCAS VENDRUSCULO, OAB nº RO2666
SENTENÇA
I - RELATÓRIO
O Ministério Público do Estado de Rondônia ofereceu denúncia em face de DX MADEIRAS LTDA -ME, GLAUBER DARIVA PIRES LIMA, MIRIAM MARIA DA SILVA, OSEIAS OLIVEIRA ANACLETO e MARCOS FRANCISCO PROCHNOW imputando-lhes a prática das condutas previstas nos artigos art. 46, parágrafo único e art. 60, ambos da Lei 9.605/1998, além do art. 299, caput do Código Penal. Narra a denúncia que:
"1º FATO: Entre o dia 01/01/2012 e 31/03/2013, na sede da empresa denunciada, localizada na Rua 01, nº 2150, bairro São José, em Espigão d'Oeste/RO, DX MADEIRAS LTDA ME, agindo por meio dos seus proprietários, GLAUBER DARIVA PIRES LIMA, MIRIAM MARIA DA SILVA e OSEIAS OLIVEIRA ANACLETO, e de seu procurador, MARCOS FRANCISCO PROCHNOW, todos unidos pelo mesmo propósito delituoso, adquiriram 5.850,6552m³ de madeiras, tudo sem licença válida outorgada pela autoridade ambiental competente.
Nas citadas datas, os responsáveis pela fiscalização ambiental (IBAMA) fizeram um levantamento de movimentações junto ao sistema DOF, quando constataram que a empresa DX MADEIRAS LTDA ME, havia adquirido a volumetria de 5.850,6552m³ de madeiras classificadas como "peças curtas" que, na verdade, foram adquiridas e recebidas efetivamente pela empresa denunciada como "peças normais", transação realizada em desacordo com a Guia Florestal outorgada pelo órgão ambiental competente, o que restou na lavratura do Auto de Infração nº 728234.
Os denunciados GLAUBER DARIVA PIRES LIMA, MIRIAM MARIA DA SILVA e OSEIAS OLIVEIRA ANACLETO, agindo na qualidade de proprietários do empreendimento madeireiro, consentiram para a prática do crime ambiental, enquanto MARCOS FRANCISCO PROCHNOW apresentou-se como procurador e responsável de fato pela empresa, tendo também consentido para a prática do crime ambiental.
2º FATO: Entre os dias 03/08/2012 e 08/12/2012, na sede da empresa madeireira, localizada na Rua 01, nº 2150, bairro São José, em Espigão d'Oeste/RO, os denunciados MIRIAM MARIA DA SILVA, OSEIAS OLIVEIRA ANACLETO e MARCOS FRANCISCO PROCHNOW, unidos pelo mesmo propósito delituosos, fizeram inserir declaração falsa em documento público com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Segundo restou apurado, ao realizar um levantamento de movimentações no Sistema DOF, os agentes do IBAMA constataram que a madeireira DX MADEIRAS LTDA ME emitiu diversos Documentos de Origem Florestal - GF3, operações que envolveu mais de uma empresa madeireira, sendo certo que tais transações foram criadas apenas no campo virtual, para legalizar ("esquentar") espécies florestais provenientes de extração irregular.

A virtualidade da transação se comprova não só pela fiscalização empreendida pelos agentes ambientais, como também pela documentação juntada aos autos, demonstrando que os denunciados MIRIAM MARIA DA SILVA, OSEIAS OLIVEIRA ANACLETO e MARCOS FRANCISCO PROCHNOW utilizaram-se, inclusive, de veículos incompatíveis para o transporte de produto florestal (fls. 77/86), inserindo fraudulentamente informações no sistema oficial dos órgãos ambientais, fato que serviu somente para justificar a emissão das Guias Florestais.

A falsidade tinha por fim alterar fato juridicamente relevante, à medida em que pretendia ludibriar a fiscalização de órgãos ambientais quanto ao controle de madeiras movimentadas pela empresa, além de obter lucro indevido através da falsidade praticada."

O procedimento extrajudicial que resultou na denúncia apresentada pelo Ministério Público teve origem em informações prestadas pelo Superintendência do IBAMA em Rondônia, onde informa a apuração de irregularidades na empresa DX MADEIRAS LTDA ME.

A denúncia foi recebida em 09/08/2013.

Com exceção de Miriam Maria da Silva (citada por edital), todos os demais acusados foram citados pessoalmente, tendo apresentado resposta a acusação através de advogado constituído.

A ação penal foi desmembrada em relação a acusada Miriam Maria da Silva, conforme ilustrado na decisão ID 54639481, fls. 42.

Por não ser sido aventada qualquer hipótese de absolvição sumária, passou-se a instrução do feito, ocasião em que foram ouvidas as testemunhas arroladas pelas partes, bem como colhidos os depoimentos dos acusados.

No decorrer do andamento processual, houve o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva em referente ao primeiro fato descrito na denúncia, em relação aos acusados DX Madeiras Ltda ME, Glauber Dariva Pires de Lima, Oséias Oliveira Anacleto e Marcos Francisco Prochnow, conforme decisão ID 75293027.

Concluída a instrução, as partes apresentaram alegações finais.

A acusação, após discorrer sobre a existência de materialidade e autoria, requer a procedência da ação para condenação dos acusados. Destacou o teor das informações trazidas pelas testemunhas ouvidas em juízo, que confirmaram os fatos indicados na inicial e a versão isolada dos acusados.

Por sua vez, a defesa pede a improcedência da ação, destacando não haver quaisquer fatos passíveis de serem imputados aos acusados, por ausência de dolo pelos fatos descritos na denúncia.

É o necessário relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Passo ao exame do mérito, ante a ausência de questões preliminares ou nulidades para serem reconhecidas ex officio.

Trata-se de ação pena pública incondicionada em que o parquet imputa aos denunciados Oseias Oliveira e Marcos Francisco a prática da conduta prevista no art. 299 do Código Penal (Falsidade ideológica).

A materialidade delitiva está demonstrada nos autos, principalmente pelo teor das informações apuradas pelo IBAMA, consubstanciada no procedimento administrativo nº 02024.000534/2013-16, onde se destacam o relatório de constatação (ID 54639480, fls. 20/60), o termo de declaração prestado pelo acusado Marcos Francisco Prochnow, bem como os anexos do ofício 02024.001001/2013-51 RO/GABIN/IBAMA, além das demais provas produzidas durante a instrução do feito, que evidenciam a existência do crime indicado na denúncia. Com relação a autoria delitiva, após a instrução do feito, onde foram inquiridas as testemunhas arroladas pelas partes, bem como os acusados, verifica-se que esta restou incontroversa apenas sobre a pessoa do acusado Marcos Francisco Prochnow.

Ouvidos em juízo, as testemunhas Rodrigos Praes Fernandes e João Veríssimo de Souza, ambos servidores do IBAMA, confirmaram os fatos articulados na inicial. Ambos atuaram na fiscalização da empresa DX Madeiras Ltda ME, referente a irregularidade envolvendo a movimentação irregular de madeira. A testemunha Rodrigo destacou que a irregularidade foi detectada através do sistema. Disse que o responsável pela empresa, o acusado Marcos Francisco Prochnow teria confirmado a irregularidade apurada, onde estavam sendo recebidas madeiras classificadas como "peças curtas" nas guias florestais e lançadas e comercializadas no sistema DOF como peças normais. A testemunha Rodrigo ainda confirmou que somente em dezembro de 2013 foi incluído no sistema DOF a opção de preenchimento envolvendo "madeira curta".

As testemunhas de defesa Elaine Mayer e Yuri Marques da Silva trouxeram apenas esclarecimentos referentes a questão de venda e operacionalização da empresa DX Madeiras Ltda ME. A testemunha Elaine disse que o acusado Oséias e Marcos levavam notas ao seu escritório de contabilidade. Já a testemunha Yuri disse que o acusado Glauber teria vendido a empresa para Oseias e este teria a arrendado ao acusado Marcos Francisco Prochnow.

Por fim, em seus interrogatórios, os acusados Oseias e Marcos apresentaram informações contraditórias. O primeiro disse desconhecer o fato envolvendo a falsidade ideológica indicada na denúncia. Disse que não chegou a trabalhar com a empresa. Já Marcos Francisco, negou as informações ditas anteriormente, durante o depoimento prestado no IBAMA, ocasião em que confirmou manter "uma sociedade informal, aproximadamente a um ano, com o sócio Ozéias, seu cunhado" (ID 54639480, fls. 13/16) . Em juízo, buscou amenizar a situação do acusado Oséias, alegando que este seria proprietário da empresa DX Madeiras Ltda ME apenas no papel. Com relação aos fatos da denúncia, disse que ao inserir a madeira "curta" no sistema DOF depois esta aparecida como viga "normal". Negou ter realizado fraude no sistema, argumentando que se tratava de erro do próprio sistema.

De plano, é possível verificar a ausência de elementos de prova suficientes para acolher a denúncia em relação ao acusado Oséias Oliveira Anacleto. É induvidoso que o mesmo possa ter mantido algum tipo de relação comercial com Marcos Francisco na época dos fatos, envolvendo a empresa DX Madeiras Ltda ME, contudo, não há provas suficientes de sua atuação de maneira efetiva nos atos mencionados na denúncia.

Situação diferente do acusado Marcos Francisco, uma vez que era efetivamente o responsável pela empresa durante o período em que ocorreram as irregularidades. Ainda que tenha negado ter praticado qualquer ilegalidade, atribuindo a culpa ao próprio sistema, após a instrução do feito, constata-se que o lançamento de "tábua curta" como "tábua normal" no sistema DOF é a menor das irregularidades praticadas pelo acusado.

No relatório de constatação elaborado pelo IBAMA, há informações de irregularidades gravíssimas praticadas pela empresa DX Madeiras Ltda ME, na época em que o acusado Marcos Francisco efetivamente exercia a administração da mesma, destacando-se movimentação de cargas que teriam acontecido em velocidade absolutamente incompatíveis com o transporte de madeiras, ainda por mais por estradas de chão (ID 54639480, fls. 28/29), realizadas inclusive por veículos inequivocadamente não adequados ao transporte de madeira, tais como um Fiat Uno ou um Ford Corcel, conforme ilustrado nos documentos ID 54639480 (fls. 83/93). Restou apurado ainda pela fiscalização do IBAMA operações inexequíveis praticadas pela empresa DX Madeiras Ltda ME, envolvendo o transporte de madeiras por rotas em condições precatórias de trafegabilidade, por rotas igualmente ilógicas, tais como aquelas relacionadas nas guias florestais nº 973 e 974 (ID 54639480).

A acusação está embasada em provas robustas, apuradas pelo IBAMA e confirmadas em juízo através das informações prestadas pelas testemunhas João Elton e Rodrigo Praes. A defesa alega não haver dolo na conduta, justificando que a divergência entre madeira "curta" e "normal" é culpa do próprio sistema. Contudo, restou provado de maneira induvidosa que o acusado utilizou a falha do sistema DOF para praticar de forma sistemática, e por considerável lapso de tempo, uma série de operações irregulares, certamente com a finalidade de esquentar madeira irregular.

A procedência do denúncia em relação a Marcos Francisco Prochnow é medida que se impõe, uma vez provada a existência de materialidade e autoria do mesmo em relação a prática do delito previsto no art. 299 do Código Penal, envolvendo a movimentação de madeira de forma irregular durante o período de 03/08/2012 a 08/10/2012, onde foram inseridas informações falsas no sistema DOF, em que veículos absolutamente incompatíveis com o transporte de madeira teriam sido utilizados para movimentação de carga entre diversas empresas, com conforme evidenciado pelas provas constantes nos autos.

Por fim, sem prejuízo ao princípio da adstrição ou congruência, e tendo como fundamento o art. 383 do CPP, reconheço a continuidade delitiva, a fim de aplicar na dosimetria da pena a majorante prevista no art. 71 do Código Penal. Na denúncia há menção da prática de diversos fatos pelo acusado durante o período de 03/08/2012 a 08/10/2012, os quais sobejaram comprovados através do documento de fls. 84/93 (ID 54639480), onde o acusado Marcos Francisco teria inserido informação falsa no sistema DOF por três vezes, referente aos veículos inadequados ao transporte de madeira, havendo semelhança nas condições de tempo, lugar e forma como as ações foram praticadas.

III - DISPOSITIVO

Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia apresentada pelo Ministério Público para CONDENAR o denunciado MARCOS FRANCISCO PROCHNOW como incurso nas penas do artigo 299, caput, do Código Penal, na forma do art. 71 do Código Penal, bem como ABSOLVER o denunciado OSEIAS OLIVEIRA ANACLETO com fundamento no art. 386, V do Código de Processo Penal.

Passo à dosimetria da pena do condenado, observando o critério trifásico e atento aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da individualização da pena, considerando, ainda, o que é necessário e suficiente para melhor reprovação e prevenção do crime.

Na primeira fase: a) culpabilidade: apresenta contornos especiais, uma vez que utilizou de falha do sistema governamental para a prática delituosa; b) antecedentes: o réu é portador de maus antecedentes, possuindo condenação nos autos 0000526-95.2016.8.22.0008; c) conduta social: não há elementos que possa aferir a conduta social do réu; d) personalidade: em consulta ao sistema PJe verifica-se que o mesmo foi condenado por diversos crimes, desde ambientais e falsidade ideológica (0000526-95.2016.8.22.0008 e 1001099-82.2017.8.22.0008) até embriaguez ao volante (0000149-56.2018.8.22.0008) demonstrando que sua conduta é voltada a prática de crimes em geral; e) motivos do crime: são os próprios do tipo penal, não lhe sendo desfavoráveis; f) circunstâncias: não há provas suficientes para averiguar os motivos e circunstâncias do crime exteriores ao tipo penal; g) consequências: não apresenta contornos especiais, e h) comportamento da vítimas: não há vítima específica para ser valorado comportamento.

Ante as circunstâncias judiciais acima sopesadas, estabeleço, com arrimo no artigo 59 e 68, do Código Penal, como necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime a pena base de 03 (três) anos de reclusão.

Na segunda fase, verifica-se que o acusado era reincidente na época dos fatos, ostentando condenação por crime ambiental nos autos da ação penal nº 0033817-67.2008.8.22.0008, motivo que justifica o aumento da pena, com fundamento no art. 61, I do Código Penal. Ausentes quaisquer circunstâncias atenuantes. Posto isto, aumento a pena intermediária em 1/6 (um sexto), fixando 3 (três) anos de reclusão e 6 (seis) meses de reclusão.

Já na terceira fase, verifica-se a existência de majorante relativa a continuidade delitiva prevista no art. 71 do CP, que no caso, restou praticada por três vezes pelo acusado, razão pela qual exaspero a pena 1/5 (um quinto).

Por tais motivos, fixo a pena definitiva em 4 (quatro) ano anos e 2 (dois) meses de reclusão.

Cumulativamente aplico ao acusado a pena de multa no importe de 40 (quarenta) dias-multa, no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na época dos fatos.

O regime inicial para cumprimento da pena privativa de liberdade será o SEMI-ABERTO, em ambos os casos, nos moldes dos art. 33, §3º e 59 do CP.

No caso, em razão da pena fixada e das condições pessoais do acusado, mostra-se inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, bem como a suspensão condicional da pena.

Disposições finais

Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade.

Além disso, condeno-o ao pagamento das custas do processo.

Determinações ao cartório
1. Intimem-se os acusados através de seu advogado constituído, via publicação no DJe.
2. Dê-se vista ao MP.
3. Transitada em julgado a sentença:
3.1. a) extraia-se o necessário para a início do cumprimento da pena; b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados; c) comunique-se o Tribunal Regional Eleitoral, a fim de que sejam suspensos os direitos políticos do réu, nos termos do artigo 15, inciso III da Constituição Federal.
3.2. Comunique-se (INI/DF, II/RO, TRE/RO e demais órgão correlatos).
3.3. Intime-se o condenado para efetuar o pagamento das custas do processo e pena de multa. Em caso de inércia, promova-se o necessário para inclusão em dívida ativa.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Espigão d'Oeste, 05 de janeiro de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 0000769-34.2019.8.22.0008
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto:Crimes contra a Ordem Tributária
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DENUNCIADOS: RENATO CESAR RODRIGUES PAES, RUA ACRE 1819, CASA NOVO HORIZONTE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, PAULO HENRIQUE RODRIGUES PAIS, RUA SÃO PAULO 3550, CASA LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS DENUNCIADOS: CLEODIMAR BALBINOT, OAB nº RO3663
DECISÃO
Converto o feito em diligência.
Em alegações finais a defesa apontou nulidade em relação a oitiva dos réus, onde não foram ouvidos por último, conforme estabelece o CPP.
Após análise do feito verifico que razão assiste a defesa.
O depoimento dos réus foi colhido em 04/12/2019, e posteriormente, foi ouvida testemunha através de carta precatória em 26/06/2020, não tendo sido designada nova audiência para oitiva dos acusados.
O art. 400 do CPP é claro ao prever que o acusado será sempre ouvido por último. Verifica-se evidente cerceamento do direito de defesa dos acusados ao não terem a oportunidade de prestar esclarecimentos sobre as informações ditas pela testemunha Sara de Souza Santos.
Por conta disso, designo audiência de instrução para oitiva dos acusados para o dia 13/02/2023 às 7h30.
Considerando o atual cenário e as dificuldades suportadas pelo Poder Judiciário, e pelos jurisdicionados, de resto pela sociedade geral, deflagrados em razão da pandemia instalada pelo Corona Vírus (COVID-19), as audiências neste juízo realizar-se-ão por meio da rede mundial de computadores – internet, através do aplicativo de celular ou outro semelhante, podendo ser utilizado, pela parte interessada, aparelho celular, notebook ou computador que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando, mediante auxílio do respectivo patrono/advogado.
O link da audiência será encaminhado pelo (a) secretário (a) para e-mails e telefones informados nos autos pelo advogado/defensor, promotor, testemunha e representado, no início da solenidade.
Ficam os acusados intimados da solenidade através da defesa constituída, através de publicação no DJe.
Dê-se vista ao MP.
Designe-se a audiência no sistema PJe.
Espigão do Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste
Número do processo: 7002447-91.2021.8.22.0008
Classe: Restituição de Coisas Apreendidas
Autor: CLAUDICEIA FRANCISCA DE AQUINO SANTOS
Réu: Ministério Público do Estado de Rondônia

DECISÃO:
Trata-se pedido de restituição de veículo apreendido (VW 14.210 de placas COG-4B87).
Em consulta junto ao sistema PJe verifica-se que nos autos da ação penal foi proferida sentença onde foi determinada a restituição do caminhão a sua proprietária (autos 7002330-03.2021.8.22.0008), ora requerente.
Há evidente perda do objeto deste incidente, razão pela qual determino seu imediato arquivamento.
Cumpra-se.
Espigão d'Oeste, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 7003601-18.2019.8.22.0008
Requerente: VALDIVINO ALVES PERES
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA - RO3403
Requerido(a): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimo a parte autora quanto ao(s) alvará(s) expedido(s) nos autos, bem como comprovar o saque no prazo de 05 dias (contados do levantamento do alvará).
Espigão do Oeste (RO), 5 de janeiro de 2023.
ARCEU MOREIRA ROCHA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 7001910-61.2022.8.22.0008
Requerente: LUCAS CUNHA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA - RO3403
Requerido(a): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimo a parte autora quanto ao(s) alvará(s) expedido(s) nos autos, bem como comprovar o saque no prazo de 05 dias (contados do levantamento do alvará).
Espigão do Oeste (RO), 5 de janeiro de 2023.
ARCEU MOREIRA ROCHA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 7000582-67.2020.8.22.0008
Requerente: S. G. B.
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA - RO3403
Requerido(a): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimo a parte autora quanto ao(s) alvará(s) expedido(s) nos autos, bem como comprovar o saque no prazo de 05 dias (contados do levantamento do alvará).
Espigão do Oeste (RO), 5 de janeiro de 2023.
ARCEU MOREIRA ROCHA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 7003072-33.2018.8.22.0008
Requerente: MOISES OLIVEIRA GONZAGA

Advogados do(a) EXEQUENTE: INES DA CONSOLACAO COGO - RO3412, ANA RITA COGO - RO660
Requerido(a): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimo a parte autora quanto ao(s) alvará(s) expedido(s) nos autos, bem como comprovar o saque no prazo de 05 dias (contados do levantamento do alvará).
Espigão do Oeste (RO), 5 de janeiro de 2023.
ARCEU MOREIRA ROCHA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0038032-52.2009.8.22.0008
Requerente: ANDERSON ALVES DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: DORISLENE MENDONCA DA CUNHA FERREIRA - RO2041
Requerido(a): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimo a parte autora quanto ao(s) alvará(s) expedido(s) nos autos, bem como comprovar o saque no prazo de 05 dias (contados do levantamento do alvará).
Espigão do Oeste (RO), 5 de janeiro de 2023.
ARCEU MOREIRA ROCHA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 7001930-52.2022.8.22.0008
Requerente: ELENA MARIA MASQUIO
Advogado do(a) AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA - RO3403
Requerido(a): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimo a parte autora quanto ao(s) alvará(s) expedido(s) nos autos, bem como comprovar o saque no prazo de 05 dias (contados do levantamento do alvará).
Espigão do Oeste (RO), 5 de janeiro de 2023.
ARCEU MOREIRA ROCHA

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1ª VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará Mirim/RO.
Av. 15 de Novembro, n. 1981, Bairro Tamandaré, Guajará Mirim - Rondônia.
CEP: 76850-000, Fone:(69) 3516-4522 - E-mail: gum1criminal@tjro.jus.br -
Expediente de segunda a sexta, das 07h:00 as 14h:00.
Autos n. 7000028-09.2023.8.22.0015
Réu: MARCELO MENDES CORREA
ATA DE AUDIÊNCIA CUSTÓDIA
DATA : 05.01.2023
AUTOS N. : 7000028-09.2023.8.22.0015
CLASSE/ASSUNTO : APFD IPL n. 001/2023/1ªDP/GM - TRÁFICO DE DROGAS
MM. JUIZ : JAIRES TAVES BARRETO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA : FELIPE MIGUEL DE SOUZA
ADVOGADO : JOAQUIM SOARES EVANGELISTA JÚNIOR
CUSTODIADO : MARCELO MENDES CORREA
Em atenção ao disposto no Art. 310 do Código de Processo Penal, à Resolução n. 357 do CNJ e ao Provimento Corregedoria n. 009/2021/CGJ do TJ/RO, realizou-se a presente audiência de custódia por meio de videoconferência.
Atendendo ao disposto no Art. 310 do CPP, aos arts. 8º e 8º-A da Recomendação n. 62 do CNJ, bem como ao Provimento n. 25/2020 do CGJ do TJ/RO, foi oportunizada ao Defensor Público entrevista prévia e reservada com os custodiados. Em seguida, foi aberta sala de videoconferência.
OCORRÊNCIAS: Iniciados os trabalhos, constatou-se a presença virtual do Magistrado, assim como a presença doa representante do Ministério Público, do Defensor Público e do custodiado.
Na sequência, pelo Magistrado foi esclarecido em que consiste a audiência de custódia, sendo informado a respeito do seu direito de permanecer em silêncio.
Em seguida o Magistrado procedeu com os questionamentos previstos no art. 8º da Resolução nº 213/2015 do CNJ, conforme mídia anexa.
O Promotor de Justiça manifestou-se oralmente, conforme mídia anexa.
Ato contínuo, o Defensor Público manifestou-se oralmente, conforme mídia em anexa.
Pelo MM. Juiz foi proferido o seguinte DECISÃO:
I) Da homologação da prisão flagrante
Trata-se de prisão em flagrante de MARCELO MENDES CORREA, qualificado nos autos, em razão da suposta prática dos crimes de tráfico de drogas, tipificado no art. 33, caput da Lei 11.343/06.
A narrativa dos fatos constante dos autos demonstra que a prisão ocorrera em flagrante, nos moldes determinados no Art. 302 do Código de Processo Penal, eis que policiais militares realizaram abordagem e busca pessoal no indiciado, oportunidade em que localizaram junto a seu corpo, embaixo de uma jaqueta, um tablete de substância entorpecente, do tipo cocaína, pesando aproximadamente 1.050,00 g (um quilograma e cinquenta gramas), conforme laudo de exame toxicológico preliminar que acompanha os autos.
Verifico ainda que o flagranteado foi informado de seus direitos e oportunizado assistência da família e de advogado (Artigo 5°, inciso LXIII, da CF). Desta forma não se vislumbra vícios formais ou materiais que tornem ilegal a prisão cautelar. Por estas razões, reputo legal a sua prisão, HOMOLOGANDO, COM ISTO, O PRESENTE FLAGRANTE.
II) Da Conversão em Prisão Preventiva
Pois bem. O art. 310 do Código de Processo Penal estabelece o seguinte: “Art. 310. Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente: I - relaxar a prisão ilegal; ou II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança”.
No caso dos autos, como já tratado no item anterior, o flagrante está em ordem, de maneira que não há falar em relaxamento. Por outro lado, a conversão em preventiva é medida que se impõe, uma vez que presentes os requisitos estatuídos no Art. 312 do Código de Processo Penal.
Para a decretação e/ou manutenção da prisão preventiva, faz-se necessário observar a presença de seus pressupostos e fundamentos. Assim, a prova da existência do crime e os indícios suficientes de autoria são os pressupostos que compõem o fumus comissi delicti. Já o periculum libertatis diz com os seus fundamentos, ou seja, com os motivos que ensejam a decretação da prisão, e deve ser entendido como o perigo que decorre do estado de liberdade do sujeito.
É cediço que nesta etapa, não cabe ao juiz realizar apreciação de mérito. Todavia, da análise do caderno processual, observo que no caso em questão, existem indicativos quanto ao envolvimento do custodiado no fato criminoso (fumus comissi delicti), sobretudo tendo em vista as declarações dos policiais que atuaram na ocorrência em análise, aliado ao auto apreensão e apresentação acostado aos autos e a própria confissão do acusado.
O periculum libertatis, por sua vez, está mais que evidenciado, na medida em que a conduta típica atribuída ao flagranteado é grave, afligindo vários segmentos sociais, dada as consequências lesivas geradas pelo crime em comento, o que gera transtorno e insegurança na sociedade local, tornando-se necessária a manutenção da prisão como garantia da ordem pública.
Além disso, observa-se que, no caso dos autos, ao que tudo indica, o custodiado está envolvido em uma rede criminosa, já que transportava a droga de um município a outro, o que demanda um conhecimento do fornecedor e do consumidor, sendo uma peça importante nesta cadeia criminosa.
Deste modo, tenho que a concessão da liberdade, neste momento, não é a medida mais adequada.
Quanto à substituição da sua custódia pela prisão domiciliar (arts. 317 e 318 do CPP) ou eventual aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 da Lei 12.403/11, tenho que ambas revelam-se inadequadas, dada as peculiaridades do caso em apreço, conforme acima delineado.
Diante do exposto, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA de MARCELO MENDES CORREA, devidamente qualificado nos autos, nos termos do Art. 310, inciso II, c/c art. 312 c/c art. 313, I e parágrafo único, todos do Código de Processo Penal, por entender que a liberdade dos custodiados representa um risco à ordem pública.
A presente decisão servirá de MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA/INTIMAÇÃO.

III) Da incineração da droga:
Outrossim, nos termos do art. 50, §3º da Lei n. 11.343/06, desde já determino a destruição da droga apreendida, com a devida observância quanto à amostra destinada ao exame para a confecção do laudo definitivo.
IV) Demais deliberações
a) Comunique-se a Autoridade Policial sobre esta decisão;
b) Nos termos das Diretrizes Gerais Judiciais, arquive-se provisoriamente aguardando-se a remessa do Inquérito (art. 168, §§ 1º, 2º e 3º do Provimento 12/2007-CG).
Considerando a realização do ato por videoconferência, as partes foram cientificadas que a presente ata será assinada exclusivamente pelo magistrado, e manifestaram-se de acordo, dada a impossibilidade de reunião presencial dos participantes, ficando dispensadas as assinaturas das partes nesta ata. Saem as partes intimadas". Nada mais havendo, encerro a presente ata. Eu _____ Thiago Morais, Técnico Judiciário, digitei.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO / OFÍCIO
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito
FELIPE MIGUEL DE SOUZA
Promotor de Justiça
JOAQUIM SOARES EVANGELISTA JÚNIOR
Advogado

2ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000025-54.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum Cível / Pensão por Morte (Art. 74/9)
Distribuição: 04/01/2023
AUTORES: JOAO MIGUEL BARRETO NOLACIO, JOSE HENRIQUE BARRETO NOLACIO, JACKSON BARRETO NOLACIO
ADVOGADO DOS AUTORES: SILVELENY SERENINI, OAB nº RO8752
REU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Defiro a gratuidade judicial.
Os autores, devidamente representados por sua genitora requereram a concessão da antecipação dos efeitos da tutela para que o INSS fosse compelido a conceder pensão por morte em seu favor.
Pois bem.
A jurisprudência já pacificou o entendimento de que é possível antecipação dos efeitos da tutela nas ações para concessão de benefício previdenciário em face do Poder Público.
Obviamente, para a sua concessão, haverá necessidade de estarem preenchidos os requisitos exigidos pelo Código de Processo Civil, quais sejam: a prova inequívoca da verosimilhança das alegações constantes na inicial e risco de impossibilidade ou dificuldade na tardia reparação do dano.
É evidente que a alegada existência dos elementos autorizadores da medida somente será passível de apreciação após a instrução do feito.
Não obstante os documentos juntados pelos autores, entendo que não seja conveniente a concessão da medida inaudita altera parte, uma vez que os documentos não permitem concluir em avaliação superficial própria da fase processual, com a força necessária, o direito alegado pela autora. Sendo o pagamento irrepetível, há risco inverso a justificar o indeferimento sem que se efetive o contraditório.
Frise-se, ainda, que não há nenhuma comprovação de que o indeferimento da medida possa resultar na ineficácia de posterior ordem judicial.
Portanto, INDEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA PRETENDIDA pela ausência de seus requisitos, o que poderá ser revisto após a contestação, se reiterado o pedido.
Cite-se e intime-se a parte ré por meio dos seus procuradores, para apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias.
Apresentada a contestação com preliminares e documentos, dê-se vistas à parte autora para réplica, exceto em caso de revelia.
Após, voltem os autos conclusos.
Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 271 do Código de Processo Civil.
Cumpra-se.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO
Guajará-Mirim, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

COMARCA DE JARU

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Cível, 1º Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 02, JARU – RO
CEP: 76890-000 - Fone:(69)3521-0221 - E-mail: jaw1civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7006440-26.2022.8.22.0003
Classe:ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
Assunto: [Revisão]
Requerente: EVERSON COSMO ANICIO ARAUJO
Advogado do(a) AUTOR: CARLOS PEREIRA LOPES - RO743
Requerido: I. B. A.
Fica o patrono do autor intimado da audiência de Conciliação designada para o dia 16/03/2023 às 09:30 horas.

2ª VARA CÍVEL

2ª VARA CÍVEL - FÓRUM DA COMARCA DE JARU - RO
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru - RO
Contato: Telefone: (69) 3521-0222 (Whatsapp) E-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
PROCESSO Nº: 7005670-33.2022.8.22.0003
PROTOCOLADO EM: 01/11/2022 10:37:00
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARIA DA PENHA OLIVEIRA LUIZ
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO MACHADO DE URZEDO SOBRINHO - MG155033
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação - AUTOR - APRESENTAR RÉPLICA
(Ação Previdenciária)
Fica o advogado da parte autora intimado para apresentar réplica à contestação.
Deverá desde logo especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência e dizer se deseja apresentar prova testemunhal em audiência, justificando a necessidade e a pertinência.
Em seguida, conclusos para decisão saneadora.

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Comarca de Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE, RO.
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3416-1704 ou 3416-1730 - E-mail: opojegab@tjro.jus.br
Processo: 7000008-51.2023.8.22.0004
AUTOR: JOSE PIRES GONCALVES, RUA GOÍAS 3699 SETOR II - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL, OAB nº RO8923
EDER MIGUEL CARAM, OAB nº RO5368
KARIMA FACCIOLI CARAM, OAB nº RO3460A REU: BANCO PAN S.A., AV. 7 DE SETEMBRO 508, INEXISTENTE CENTRO - 78900-005 - NÃO INFORMADO - ACRE ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO PAN S.A
DESPACHO
Comprove o autor o depósito judicial do valor transferido - objeto do contrato impugnado.
Ouro Preto do Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023
Simone de Melo
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 7000025-87.2023.8.22.0004 Classe Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Assunto Alienação Fiduciária Requerente S. A. D. C. L., CNPJ nº 16551061000187, GALERIA DOS ESTADOS, QUADRA 513, BLOCO A, LOJAS 05/06 ASA SUL - 70310-500 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL Advogado(a) PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551 Requerido(a) D. A. S. S., CPF nº 01555074278, RUA MARIA ALVES FRANCOS 521 COLINA PARQUE - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Verifica-se que a notificação extrajudicial acostada pela parte autora foi enviada ao endereço da parte requerida e foi devolvida com a informação de "mudou-se", e por isso não restou comprovada a mora da parte devedora, devendo o credor efetuar o protesto por edital, a fim de que o devedor seja constituído em mora. Quanto ao assunto, colaciono:
Apelação cível. Busca e apreensão. Alienação fiduciária. Aviso de recebimento informando que o devedor se mudou. Protesto de título. Intimação via edital. Validade. Mora comprovada. Recurso provido. Nas dívidas garantidas por alienação fiduciária, a mora constitui-se ex re, segundo o disposto no Decreto-Lei nº 911/69, art. 2º, § 2º servindo a notificação apenas para comprová-la, não podendo exigir, para esse efeito, mais do que a lei determina. Devolvida a carta expedida com A.R., com anotação dos correios de que o notificando se mudou, autorizada está a intimação por edital para fins do protesto para o fim de comprovar a mora do devedor. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004463-47.2019.822.0021, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 11/03/2021
Desse modo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, emende a inicial sob pena de indeferimento independentemente de nova intimação, a fim de comprovar a mora do devedor, por meio do protesto do título.
Após, tornem conclusos.
Pratique-se o necessário.
Ouro Preto do Oeste/RO , 5 de janeiro de 2023 .
Simone de Melo
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 7000024-05.2023.8.22.0004 Classe Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Assunto Alienação Fiduciária Requerente A. D. C. N. H. L., - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA DA ADMINSTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Requerido(a) J. D. O. S., CPF nº 06373145220, AV GONCALVES DIAS 2685 JD EROPORTO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 dias, comprovar o recolhimento das custas iniciais, no montante equivalente a 2% sobre o valor da causa, nos termos do art. 12, inciso I, da Lei n. 3.896/2016, eis que nesse tipo de ação não será designada audiência de conciliação.
Decorrido o prazo, sem a comprovação do pagamento das custas, ou com o pagamento a menor, retornem os autos conclusos.
Com o correto pagamento das custas processuais (2% sobre o valor da causa), à CPE para o cumprimento das seguintes determinações:
Trata-se de ação de busca e apreensão promovida por ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA contra JOYCE DE OLIVEIRA SILVA pretendendo a busca e apreensão do veículo descrito na inicial, adquirido pela parte ré mediante alienação fiduciária.
Relativamente ao fumus boni iuris, restou devidamente comprovado pela parte autora a veracidade do alegado na inicial, conforme contrato acostado, bem como a inadimplência da parte ré desde 17/08/2022, sendo devedora do montante total de R$ R$ 12.918,51, mantendo-se inerte mesmo após notificada, fato que enseja a interposição da presente medida, tendo a parte ré a faculdade de pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, o que lhe proporcionará a restituição do bem, livre de qualquer ônus.
No que tange ao periculum in mora também restou inconteste nos autos tendo em vista que a parte ré deixou de cumprir com sua obrigação desde 17/08/2022, quedando-se inerte até a presente data, mesmo após ser notificada, podendo o indeferimento de tal medida restar em prejuízo irreparável para a parte autora. Assim, a concessão da liminar é medida que deve ser deferida, uma vez que encontra respaldo na lei e nenhum prejuízo acarretará a parte ré.
Defiro liminarmente a busca e apreensão, nos termos do artigo 3º do Decreto Lei 911/69, eis que comprovada a mora da parte requerida. SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO do veículo automotor marca Honda, modelo CG 160 FAN, ano/modelo 2022/2022, Chassi/Nº de série 9C2KC2200NR227716, cor azul diligenciando-se junto ao endereço da parte ré ou outro indicado pela parte autora, e citação da mesma, depositando-se o bem em mãos do representante legal da parte autora, que deverá providenciar todos meios necessários para o cumprimento do presente mandado.

Sirva ainda de mandado de citação e intimação de Joyce de Oliveira Silva, residente à Avenida Gonçalves Dias, nº 2685, Jardim Aeroporto, Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76920-000.
Caso não seja encontrado o veículo, intime-se a parte ré para indicar incontinenti a localização do veículo, sob pena de aplicação de pena de ato atentatório à dignidade da justiça e prática do crime de desobediência.
No prazo de 05 dias, após executada a liminar, fica facultado a parte ré a possibilidade de efetuar o pagamento integral da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, hipótese em que o veículo lhe será restituído sem qualquer ônus. Decorrido o prazo mencionado sem que haja o pagamento integral da dívida pendente consolidar-se-ão, em favor da parte autora, a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem.
Cite-se a ré para contestar, no prazo de 15 dias, a contar da execução da presente liminar, ficando advertida de que a sua inércia implicará na presunção da verdade dos fatos aduzidos na inicial.
Caso o endereço de citação esteja localizado em outro Estado da Federação, defiro, desde logo, que a petição inicial sirva como Carta Precatória com prazo de 30 dias, ficando a parte autora intimada para comprovar a distribuição e o andamento da Carta Precatória, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção
Cumpra-se.
Ouro Preto do Oeste, 5 de janeiro de 2023.
Simone de Melo
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 7000023-20.2023.8.22.0004 Classe Outros procedimentos de jurisdição voluntária Assunto Remoção, Nomeação Requerente ARLETE FIRMINO DE OLIVEIRA, CPF nº 98450670268, LINHA 199, LOTE 45, GLEBA 25 00 ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA
MARISLETE SOARES ROSA, CPF nº 79414486291, LINHA 20 DA LINHA 31, LOTE 17, GLEBA 12-D 00 ZONA RURAL - 76928-000 - TEIXEIRÓPOLIS - RONDÔNIA Advogado(a) CLAUDINEY QUIRINO DE SOUZA, OAB nº RO2488A Requerido(a) DIOCLECIA FIRMINO DE OLIVEIRA, CPF nº 55772544268, LINHA 199, LOTE 45, GLEBA 25 00 ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Intime-se a parte autora para emendar a inicial sob pena de indeferimento, no prazo de 15 dias, juntando-se aos autos declaração firmada pelos demais irmãos da interditada, anuindo com a substituição da curatela e a nomeação de Arlete Firmino de Oliveira como curadora de Dioclécia Firmino de Oliveira.
Caso algum dos irmãos discorde do pedido, a parte autora deverá incluí-lo no polo passivo do presente feito.
Transcorrido o prazo, retornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Ouro Preto do Oeste/RO , 5 de janeiro de 2023 .
Simone de Melo
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 0004666-92.2013.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Cível Assunto Erro Médico Requerente DOMINGOS SAVIO DO NASCIMENTO SILVA, CPF nº 80770690297, RUA GUANABARA 191, RUA CELSO CARMINATE NÃO INFORMADO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADRIANA CANDIDA TEIXEIRA, CPF nº 76251802200, LINHA 17 (KM 04) A DOIS KM DA RODOVIA 364 PROX. A CURVA DA MORTE 980, RUA C. CARMINATI, 242 E/OU RUA ESPIRITO SANTOS 980 ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA Advogado(a) DECIO BARBOSA MACHADO, OAB nº RO5415 Requerido(a) ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE, AV. DANIEL COMBONI 1156, PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM TROPICAL - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
GOVERNADORIA CASA CIVIL, CNPJ nº 04280889000169, AV. COSTA E SILVA, 3503, NÃO CONSTA COSTA E SILVA - 76801-040 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
SENTENÇA
Trata-se de ação indenizatória promovida por Domingos Sávio do Nascimento Silva e Adriana Candida Teixeira conta o Estado de Rondônia e o Município de Ouro Preto do Oeste.
Em resumo, os autores informaram que eram pais de Felipe Candido do Nascimento Silva, que faleceu em 23 de abril de 2013, quando tinha 10 anos de idade, tendo como causa mortis, insuficiência respiratória, renal e hepática, bem como febre sem sinais localizatórios e encefalopatia hepática.

Alegaram que a criança faleceu em decorrência do tratamento inadequado que lhe foi ofertado. De acordo com os autores, Felipe não estava se sentido bem e se queixava de dores no abdômen e cansaço, além de ter apresentado um quadro febril.
Ao perceber que a criança não estava bem, Adriana levou seu filho ao Hospital Municipal Dra. Laura Maria Carvalho Braga, e ele foi atendido sendo diagnosticado quadro viral e, após a medicação, a criança foi autorizada a retornar para sua casa.
Narraram que, no dia seguinte, o quadro clínico de Felipe se agravou e ele retornou ao Hospital Municipal, sendo então medicado como se apresentasse hepatite e leptospirose, e transferido para o Hospital Infantil São Cosme e Damião, localizado em Porto Velho/RO, objetivando melhores recursos clínicos para o seu tratamento.
Asseveraram que, ao chegar no Hospital Infantil São Cosme e Damião, a criança continuou sendo medicada como se estivesse com hepatite e leptospirose, sendo que seu quadro clínico piorou drasticamente e ele entrou em estado de coma, ensejando então a sua transferência para a unidade de tratamento intensivo do Hospital de Base, também em Porto Velho/RO.
Informaram que Felipe não apresentou melhoras e veio a óbito no dia 23 de abril de 2013. Sustentaram que o óbito de Felipe ocorreu em virtude de erro médico ao argumento de que a criança foi submetida a tratamento médico em razão de hepatite e leptospirose sem a devida confirmação das doenças por meio de exames.
Sustentaram que a morte do filho foi causada pela falha na prestação de serviços nos hospitais, razão pela qual pleitearam pela condenação dos requeridos no pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 484.092,00. Juntaram documentos.
A inicial foi recebida e o benefício da gratuidade judiciária foi concedido em favor dos autores (ID 16383567 - Pág. 49).
Os requeridos foram devidamente citados e apresentaram defesa, oportunidade na qual o Município de Ouro Preto do Oeste alegou que não houve erro médico e que o tratamento ofertado a Felipe foi realizado com base em exames preliminares realizados, em especial o exame de bilirrubinas realizado no dia 19/04/2013.
Alegou que, em momento algum os profissionais da saúde afirmaram que Felipe apresentava leptospirose, e que os prontuários médicos indicavam tão somente “hepatite”, o que motivou a transferência de Felipe para o Hospital Cosme e Damião, local especializado no tratamento de crianças.
Narrou que o simples fato de Felipe ser vacinado contra hepatite B não impedia o contágio da criança por outros tipos da doença.
Relatou que a certidão de óbito de Felipe atestou como causa da morte “insuficiência hepática e encefalopatia hepática”, sintomas da pessoa portadora de hepatite, corroborando com o diagnóstico inicial.
Argumentou que não houve erro médico a justificar o pleito indenizatório, motivo pelo qual pleiteou pela improcedência do pedido inicial.
O Estado de Rondônia, por sua vez, disse que não houve falha no atendimento do paciente, e por isso requereu a improcedência do pedido inicial.
Devidamente intimados, os autores não se manifestaram quanto às contestações.
As partes foram intimadas para manifestarem eventual interesse na produção de outras provas, sendo pleiteado pelos autores a realização de perícia indireta e a oitiva de testemunhas. Os requeridos também manifestaram interesse na produção de prova testemunhal.
Ao ID 16384141 - Pág. 60 deferiu-se a produção de prova testemunhal, a qual foi devidamente produzida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.
Em seguida, deferiu-se a produção de prova pericial, consistente na realização de perícia indireta (ID 16384141 - Pág. 96), cujo laudo foi juntado ao ID 38127560 - Pág. 1 até Pág. 6.
As partes apresentaram alegações finais e, em seguida, o julgamento foi convertido em diligência, sendo determinada a complementação do laudo pericial, cujo laudo complementar foi juntado ao ID 64727546, bem como a juntada dos prontuários médicos referentes ao período em que Felipe ficou internado no Hospital Cosme e Damião Hospital de Base, ambos localizados em Porto Velho/RO, os quais foram devidamente juntados aos autos.
Em seguida, as partes foram devidamente intimadas para se manifestarem, e o prazo transcorreu in albis.
É o relatório. Fundamento e decido.
Os requerentes pleiteiam a condenação dos requeridos ao pagamento de indenização por danos morais, ao argumento de que o Município de Ouro Preto do Oeste e o Estado de Rondônia não forneceram o tratamento médico adequado ao seu filho, que faleceu em virtude de erro médico.
Antes de adentrar na análise do mérito da causa, insta tratar acerca da responsabilidade das partes requeridas.
O art. 37, § 6º, da Constituição Federal, estabelece que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. É a chamada teoria do risco administrativo, que dispõe que a responsabilidade do Estado pela conduta de seus agentes é objetiva, ou seja, independe de culpa ou dolo.
Contudo, no caso em tela não se verifica cabível a aplicação do dispositivo constitucional elencado acima. Assim se afirma porque os danos que os autores afirmam ter sofrido não decorrem exclusivamente da conduta de um agente estatal, mas sim da ausência da prestação adequada de um serviço por parte do ente público. É a chamada teoria da culpa administrativa.
Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2010, pg. 723) ensinam que segundo esta teoria:
[…] o dever de o Estado indenizar o dano sofrido pelo particular somente existe caso seja comprovada a existência de falta do serviço. Não se trata de perquirir da culpa subjetiva do agente, mas da ocorrência de falta na prestação do serviço, falta essa objetivamente considerada.
De acordo com a citada teoria, cabe ao administrado comprovar a inexistência do serviço que o Estado deveria ter prestado e o nexo de causalidade entre esta e o dano que afirma ter sofrido. Deste modo, “a responsabilidade subjetiva do Estado deve ser aferida mediante a verificação da ocorrência de ato ilícito, consubstanciado em conduta culposa (negligência, imprudência ou imperícia) ou dolosa. Somente quando o Estado se omite diante do dever legal de impedir a ocorrência do dano é que será responsável civilmente e obrigado a reparar os prejuízos.” (Acórdão n. 582655, 20060110132944APC, Relator JOÃO EGMONT, 5ª Turma Cível, julgado em 25/04/2012, DJ 02/05/2012 p. 151)

Sobre o tema, a doutrina nos ensina que:

A responsabilidade médica exige a existência de alguns elementos: o agente que no caso é o médico, o ato profissional, a culpa, o dano que pode abranger desde o agravamento da doença, uma lesão, até a morte e a relação causa e efeito entre o dano e o ato - ação ou omissão do médico que gerou o dano. (GOMES apud GIOSTRI, 2005, p. 43)

Nesse mesmo sentido é o entendimento do TJ/RO, vejamos:

Falha na prestação de serviço público de saúde. Omissão. Dano. Não comprovação. Responsabilidade subjetiva. 1. No que respeita à omissão médica, está sedimentado nesta e. Corte que a responsabilidade civil da Administração é subjetiva, sendo indispensável, por isso, prova no sentido de ter ocorrido negligência, imperícia ou imprudência e que tenha sido essa falha a causa determinante do dano. 2. Não há falar em dano moral quando o marido de parturiente, insatisfeito com o atendimento médico dispensado, por sua iniciativa, a retira do hospital sem autorização do médico que a estava atendendo. 3. Apelo não provido. APELAÇÃO, Processo nº 0004249-53.2015.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Gilberto Barbosa, Data de julgamento: 19/02/2019 (destaquei)

Feito o esclarecimento supra, passo a análise do mérito.

Narram os autores que Felipe veio a óbito em razão de erro de diagnóstico e tratamento médico, o qual indicou que a criança apresentava hepatite e leptospirose, sendo que os exames juntados aos autos descartaram as enfermidades.

Segundo os autores, Felipe recebeu tratamento inadequado e faleceu em decorrência dos medicamentos que lhe foram ministrados, que ensejaram a perda de consciência e posterior óbito da criança.

De acordo com as provas constantes nos autos, no dia 19/04/2013, Felipe deu entrada no Hospital Municipal Dra. Laura Maria Carvalho Brava e estava pálido, com os olhos amarelos, abdômen inchado, e disse que sentia dores intensas, sendo ainda informado aos profissionais episódios de “vômitos com presença de sangue”, conforme relatório de enfermagem juntado ao ID 16383567 - Pág. 33, os quais prescreveram os medicamentos indicados na prescrição médica, em especial o medicamento “ornitargin”, o qual, segundo os autores ensejou o óbito da criança.

Segundo o laudo médico para autorização de internação hospitalar juntado ao ID 16384141 - Pág. 15, Felipe foi inicialmente diagnosticado com “hepatite”.

No dia seguinte, Felipe não apresentou melhoras e por isso foi transferido para o Hospital Cosme e Damião, localizado em Porto Velho/RO.

Em relação ao diagnóstico inicial, o laudo pericial juntado ao ID 38127560 indica que os profissionais de saúde do Município de Ouro Preto do Oeste agiram corretamente pois os sintomas iniciais apresentados por Felipe poderiam sugerir hepatite, nos moldes do quesito 03 e 05 e respectivas respostas que passo a transcrever:

3 – Com um simples exame físico, é possível determinar que o paciente esteja com hepatite (CID-10: B19.9), conforme laudo médico emitido em 19/04/2013?

O CID-10: B19.9 é descrito como “hepatite viral, não especificada, sem coma”. Tal patologia trata-se de uma inflamação/infecção no fígado de natureza/causa viral, ou seja, causada por algum vírus, sem especificar se é vírus A, B, C, etc. Portanto, durante o atendimento, ao examinar o paciente e ele relatar quadro de náuseas e vômitos, associado a febre, mal estar, inapetência, mialgia; e, o profissional evidenciar alguns sinais como icterícia, pode-se então, entre as diversas hipóteses diagnosticar ser aventada hepatite, porém afirmar seguramente que realmente o diagnóstico é hepatite, sem exames complementares, não.

5 – Qual é o tratamento indicado para os casos de suspeita de hepatite? A rede pública de saúde do Município de Ouro Preto do Oeste oferece o tratamento e medicamentos para tratar de hepatite?

Em relação ao Município de Ouro Preto do Oeste oferecer ou não o tratamento para as formas agudas da doença, sim, pois trata-se de tratamento sintomático, em suas formas leves ou moderadas, ou seja, tratamento mínimo que se possa oferecer à população: analgésicos, antieméticos, protetores da mucosa gastrointestinal e hidratação. Em relação às formas graves, todo paciente deve ser transferido para locais de referência em tratamento, onde haverá suporte intensivo e profissionais especializados.

Com relação aos medicamentos prescritos ao paciente, o quesito 06 demonstra que o medicamento Ornitargin,00 ministrado em Felipe, é contraindicado para uso em crianças. Contudo, não há provas de que, o óbito foi causado em razão do uso do referido medicamento, pois conforme exposto pelo perito, no laudo complementar juntado ao ID 64727546, não há embasamento científico de que o uso do referido medicamento agravou o quadro clínico da criança e ocasionou seu óbito.

Neste sentido, transcrevo o quesito 03 e resposta:

3 – Quais efeitos colaterais causados pelo medicamento Ornitargin em crianças? A administração equivocada pode ter contribuído para o agravamento do seu quadro de saúde ou ensejado seu óbito?

Segundo a bula do próprio medicamento, tal medicamento é contra indicado para o uso em crianças. Na mesma referida bula, não há relatos de efeitos adversos específicos em crianças. Se há uma orientação em bula para que não seja utilizado em crianças, é de bom senso que se siga tal orientação. Afirmar que tal medicamento pode ter contribuído para o agravamento do quadro, ou, ensejado seu óbito, seria mero palpite, sem embasamento científico algum, visto que os únicos efeitos colaterais citados na bula é de aumento de flatulência após 14 dias de uso.

No que diz respeito à assertiva de que os medicamentos ministrados no paciente previamente ao resultado dos exames contribuíram para o óbito de Felipe, verifica-se que o quesito 11 do laudo pericial infirma a alegação inicial, porquanto o profissional esclareceu que na maioria dos casos, o tratamento inicial é prescrito de acordo com a história clínica, sinais e sintomas apresentados no momento da avaliação.

Ademais, verifica-se que os medicamentos ministrados ao paciente, salvo o Ornitargin, tinham como objetivo tratar febre, náuseas e vômitos e hidratá-lo, ou seja, eram adequados aos sintomas apresentados por Felipe.

Assim, não há como afirmar que a conduta dos profissionais da saúde vinculados ao Município de Ouro Preto do Oeste contribuíram para o óbito de Felipe.

Deste modo, ausente prova do alegado, não há que se falar em responsabilidade do Município de Ouro Preto do Oeste.

Passo a análise de eventual responsabilidade do Estado de Rondônia.

Raimunda das Dores Silva do Nascimento, tia de Felipe, foi ouvida em Juízo e disse que, no domingo, dia 21/04/2013, foi até o Hospital Cosme e Damião visitar seu sobrinho, o qual ainda estava amarelo, não apresentava mais febre e estava tranquilo.

Informou que, na segunda-feira, dia 22/04/2013, foi ministrado um soro em Felipe e, logo em seguida, a criança começou a passar, mal, se batia, gritava de dor e começou a inchar, instante no qual solicitou a retirada do soro de Felipe, o que não foi feito pelos profissionais do Hospital Infantil São Cosme e Damião, sob o argumento de que Felipe era dengoso.

De acordo com os relatos de Raimunda, Felipe pirou drasticamente após o soro e na terça-feira, dia 23/04/2013, ele foi transferido para o Hospital de Base e 40 minutos após ter dado entrada no Hospital de Base, Felipe faleceu.

O relato da tia de Felipe leva a entender que, no dia 22/04/2013 houve a aplicação de algum medicamento que desencadeou um grave quadro alérgico na criança.

Conforme quesito 12 do laudo pericial juntado ao ID 38127560, “os principais sintomas de reação alérgica e anafiláticas são: prurido (coceira) generalizada, hipotensão arterial refratária e expansão volêmica, bradicardia e rebaixamento do nível de consciência (esse último decorrente da hipotensão e bradicardia)”.

Contudo, não há nos autos provas documentais suficientes para comprovar a tese da tia de Felipe de que a ministração do referido soro foi a causa ensejadora da morte da criança.

O parecer médico juntado ao ID 80730972 - Pág. 12 indica que a criança apresentava suspeita clínica de leptospirose evoluindo com insuficiência renal aguda.

Segundo o protocolo de solicitação de leito em UTI, juntado ao ID 80730972 - Pág. 14, o diagnóstico ou hipóteses diagnósticas eram: a) síndrome de weil; b) insuficiência renal aguda; e c) insuficiência respiratória.

Consta ainda que Felipe necessitava de ventilação mecânica e precisava realizar diálise.

Além disso, consta no prontuário de Felipe, relativo ao período de internação no Hospital Infantil São Cosme e Damião, que ele apresentava icterícia generalizada, informação essa que foi devidamente confirmada pela tia da criança, bem como dor abdominal, urina escura “cor de coca cola” e episódios de vômitos.

Felipe não apresentou melhoras e, no terceiro dia de internação, seu quadro clínico piorou, conforme relatado no seu prontuário ao ID 80730972 - Pág. 10.

Infelizmente Felipe não resistiu e veio a óbito às 14h44min do dia 23/04/2013, conforme certidão de óbito juntada ao ID 16383567 - Pág. 18, na qual consta que as causas da morte foram insuficiência respiratória, insuficiência renal, insuficiência hepática, febre sem sinais localizatórios e encefalopatia hepática, informações essas condizentes com os possíveis diagnósticos apontados pelos médicos, tanto que houve a solicitação de realização de diálise.

Felipe deu entrada no Hospital São Cosme e Damião no dia 20/04/2013 e permaneceu no referido hospital por 03 dias, período durante o qual foram solicitados exames e fornecido atendimento médico, e não há nos autos provas evidentes que demonstrem eventual omissão ou falha da equipe médica que acompanhou o paciente, o que era indispensável no caso.

Em relação ao período em que a criança permaneceu internada no Hospital de Base Ary Pinheiro, o documento juntado ao ID 81411181 - Pág. 6, por si só não é capaz de comprovar eventual falha no atendimento médico.

Importante ainda ressaltar que não há provas nos autos comprovando a assertiva da parte autora de que a administração do medicamento Ornitargin foi a causadora das intensas dores na região abdominal apresentadas por Felipe.

Desse modo, considerando que os autores não se desincumbiram de comprovar o ônus constitutivo de seu direito, conforme disposto no art. 373, inciso I, do CPC, a improcedência do pedido é medida que se impõe.

Neste sentido, colaciono: Apelação. Ação de indenização. Responsabilidade civil. Retirada de cisto. Lesão. Negligência, imprudência ou imperícia médica. Atendimento. Falha. Não demonstrada. Inexistência de nexo causal. Recurso não provido. 1. Para estar configurada a responsabilidade civil e o dever de indenizar decorrente de erro médico procedimental, imperioso se faz comprovar ter ocorrido negligência, imperícia ou imprudência e que tenha sido essa falha a causa determinante do dano. Precedentes da Corte. 2. Não demonstrada a falha no atendimento médico realizado, não há que se falar em responsabilidade civil. 3. Recurso não provido. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7003243-47.2019.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 18/11/2022). Destaque não original.

Apelação. Falha na prestação do serviço público de saúde. Responsabilidade civil do Município não evidenciada. 1. Em se tratando de omissão médica já é sedimentado nesta e. Câmara que a responsabilidade da Administração é subjetiva, fundada, portanto, na teoria da culpa, sendo indispensável, para caracterizá-la, pois, prova de negligência, imperícia ou imprudência como causa determinante do dano. 2. Em se tratando de indenização por erro médico procedimental, imprescindível que se comprove culpa do agente por omissão, negligência ou imprudência. 3. Compete ao autor demonstrar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu evidenciar elementos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito daquele. 4. A não comprovação de falha no atendimento médico desautoriza pensar em indenização por dano moral. 5. Recurso não provido. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7005508-15.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Gilberto Barbosa, Data de julgamento: 31/08/2022). Destaque não original.

Por fim, ressalta-se que este juízo se compadece da mais avassaladora e terrível das dores que os genitores podem sofrer, que é a perda um filho. Contudo, em virtude da ausência de provas consistentes de que, de fato, houve omissão médica, não há como responsabilizar os requeridos por este lamentável fato.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por Domingos Sávio do Nascimento Silva e Adriana Candida Teixeira conta o Estado de Rondônia e o Município de Ouro Preto do Oeste.
Por consequência, resolvo o mérito da causa, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.
Sem custas processuais, nos moldes do art. 5º, inciso III, da Lei de Custas.
Condeno os requerentes ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa, por força do disposto no artigo 98, §3°, do CPC.
Em caso de interposição de apelação, intime-se o recorrido para apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias.
Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, subam os autos ao E. TJ/RO, conforme disciplina o art. 1.010 do Código de Processo Civil.
P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.
Pratique-se o necessário.
Ouro Preto do Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023.
Simone de Melo
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 0004080-21.2014.8.22.0004 Classe Ação Popular Assunto Violação dos Princípios Administrativos Requerente JACSON BATISTA PIRES, CPF nº 28391390225, RUA ANA NERY, 491, NÃO CONSTA ALVORADA - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA Advogado(a) ULYSSES SBSCZK AZIS PEREIRA, OAB nº RO6055A Requerido(a) PC CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP, CNPJ nº 13359253000106, RUA MAIRA 071 ALVORADA - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
CONSTRUTORA MCB LTDA - ME, CNPJ nº 02381253000188, RUA JOÃO DE OLIVEIRA 1552 NOVA OURO PRETO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
LUCIO ANTONIO MOSQUINI, CPF nº 28649923291, RUA RIO DE JANEIRO, 2686, NÃO CONSTA SETOR 03 - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
JUAN ALEX TESTONI, CPF nº 20340001291, RUA FREDERICO CANTARELLI 70 BELA FLORESTA - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE, AV. DANIEL COMBONI, PRAÇA DOS TRÊS PODERES CENTRO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA Advogado(a) CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA, OAB nº RO3593, JOSE DE ALMEIDA JUNIOR, OAB nº RO1370, ARIANE MARIA GUARIDO, OAB nº RO3367A, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
Vistos.
Defiro o pedido formulado ao ID 85002310 e determino a expedição da competente certidão de objeto e pé.
À CPE para expedição da certidão supra.
Com a expedição, intime-se a parte interessada.
Pratique-se o necessário.
Ouro Preto do Oeste/RO , 5 de janeiro de 2023 .
Simone de Melo
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwfProcesso: 7000022-35.2023.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da causa: R$ 4.234,14, quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais e quatorze centavos
AUTOR: ORGANIC. HOMEOPATIA ANIMAL EIRELI - EPP, AV. TIRADENTES 4710 SETOR INDUSTRIAL - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301
REU: ELIANE LUIZ CARVALHO, CPF nº 79967205253, LINHA 205 Km 05 ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, comprovar o recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de indeferimento da inicial.

Com o pagamento das custas, cumpra-se com as determinações abaixo:
Considerando a orientação para que sejam realizadas as audiências de forma virtual, determino a realização audiência de conciliação por videoconferência.
À CPE para que designe audiência de conciliação, de forma automática no sistema PJE, a qual será realizada pelo WhatsApp.
Com a designação, cite-se a parte ré dos termos da presente ação, observando as disposições contidas no artigo 695, §§ 1º a 3º, do CPC/15.
A intimação da parte requerente para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
A solenidade será conduzida pelos mediadores do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), devendo as partes se atentarem às instruções abaixo:
Os litigantes deverão apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da audiência, o contato telefônico próprio e/ou do(a) seu(sua) advogado(a), a fim de possibilitar a realização da solenidade, sob pena de ser presumido o desinteresse da parte em relação ao ato, o que ensejará a aplicação dos efeitos legais e processuais dele decorrentes;
Ressalto que configura ato atentatório à dignidade da justiça, punível com multa, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais, a manifestação de interesse pela realização da audiência de conciliação e a posterior ausência à solenidade;
Observação: no caso da parte que não estiver sendo assistida por defesa técnica até a realização da audiência, consigno que eventual informação/atualização relacionada ao contato telefônico solicitado ou qualquer outra(o) manifestação/requerimento nos autos poderá ser feita(o) através da Central de Atendimento, que deverá ser contatada por meio do telefone (69) 3416-1710, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 14h00min.
Como participar da audiência: a parte deverá aguardar a chamada de vídeo pelo aplicativo WhatsApp, que receberá no dia e horário designados.
Observações importantes para usar o recurso tecnológico:
Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o WhatsApp do seu celular (a partir do aplicativo) ou no computador/notebook (a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br). Apenas em caso de necessidade, o aplicativo Google Meet também poderá ser utilizado, mediante link da conferência a ser enviado pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o(s) telefone(s) informado(s) nos autos;
Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender às ligações do Poder Judiciário;
Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com nível de bateria suficiente;
Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
Advertências gerais:
As partes e/ou seus representantes serão comunicadas por seu(sua) advogado(a), que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual;
Se a(s) parte(s) não tiver(em) um(a) patrono(a) constituído(a), a intimação ocorrerá por mensagem de texto através do aplicativo WhatsApp, e-mail, carta ou mandado, nesta respectiva ordem de preferência;
Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Pública ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria respectiva, mediante confirmação de recebimento;
As partes deverão comunicar eventuais alterações dos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço informado nos autos ;
A parte que tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
A parte interessada deverá assegurar, na data e horário agendados para a realização da audiência, o acesso do seu(sua) procurador(a) e preposto(a) com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
A pessoa jurídica que figurar no(s) polo(s) da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da solenidade conciliatória, carta de preposto, atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em Juízo (artigo 45 do Código Civil e artigo 75, inciso VIII, do Código de Processo Civil);
Durante a audiência de conciliação por videoconferência, a parte e seu(sua) advogado(a) deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial ;
Havendo necessidade de assistência pela Defensoria Pública Estadual (DPE), a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, ao Núcleo da DPE competente;
Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado em ata, para posterior deliberação judicial;
Se, na hipótese do tópico anterior, o(a) ausente justificar a impossibilidade de participação por motivo razoável e manifestar desejo em ter outra oportunidade de conciliação, nova audiência virtual poderá ser agendada;
Caso a tentativa de conciliação reste infrutífera, a parte requerente deverá, no prazo de 05 dias, complementar o recolhimento das custas processuais iniciais, recolhendo a segunda parcela equivalente a 1% sobre o valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial.
A CPE deverá observar se o pagamento das custas foi feito no quinquídio legal e, sendo realizado no prazo, o feito deverá prosseguir normalmente. Caso a parte autora não realize o pagamento, tornem os autos conclusos para extinção.
Caso as partes não realizem acordo, o prazo para defesa começará a fluir no primeiro dia útil seguinte à audiência.
O CEJUSC, setor responsável pela realização das audiências, poderá ser contatado através do telefone (69) 3416-1740 ou do endereço eletrônico cejuscopo@tjro.jus.br.

Esta decisão servirá como carta/mandado, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Advirta-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente (art. 344, CPC/2015).
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
Após, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Sem pedido de especificação de provas, tornem conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, tornem conclusos para saneador.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: https://pjepg.tjro.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: 23010415503425500000082180224 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública.
Ouro Preto do Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023
Simone de Melo
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 7004559-79.2020.8.22.0004 Classe Inventário Assunto Inventário e Partilha Requerente MARILDA ANA CESCONETTO, CPF nº 41882601220, BR 421, KM 80, 2C-06, LOTE 24, GB 05 ZONA RURAL - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
LUCINEIDE CESCONETTO BARBINO, CPF nº 71405275200, LINHA 200, LOTE 01, GB 26, KM 12 ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
NEUZA CESCONETO CARDOSO, CPF nº 69881260230, LINHA 200, LOTE 01, GB 26, KM 12 ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
LUCILENE CESCONETTO, CPF nº 41882547268, RUA DOM PEDRO I 1034 CENTRO - 76924-000 - NOVA UNIÃO - RONDÔNIA Advogado(a) HERBERT WENDER ROCHA, OAB nº RO3739, FILIPH MENEZES DA SILVA, OAB nº RO5035A Requerido(a) MARTINA MENEGHETTI CESCONETTO, CPF nº 57411352268
CONSTANTINO JACOB CESCONETTO, CPF nº 20158335791, LH 201, LT 59, GB 26 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA
REINALDO CESCONETTO, CPF nº 18304923220, BR 364 KM 38, SN RURAL - 69940-000 - SENA MADUREIRA - ACRE
NIVALDO CESCONETTO, CPF nº 19108605220, LH 201 LT 12 GB 27 000000, ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA Advogado(a) ALLINE GUEDES PIMENTEL, OAB nº RO7016, ULYSSES SBSCZK AZIS PEREIRA, OAB nº RO6055A
Vistos.
Considerando a justificativa apresentada ao ID 84689825, concedo o prazo suplementar de 15 dias para vinda de eventual manifestação.
Transcorrido o prazo, retornem os autos conclusos.
Intimem-se as partes.
Pratique-se o necessário.
Ouro Preto do Oeste/RO , 5 de janeiro de 2023 .
Simone de Melo
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 7000016-28.2023.8.22.0004 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Imputação do Pagamento Requerente M. D. M. D. S. R., AV. PEDRO II 2.389 CENTRO - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S) Requerido(a) A. C. R. PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - ME, CNPJ nº 01646092000144, RUA MARECHAL DEODORO 3225 3225 OLARIA - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Cite-se a parte executada para que, no prazo de 03 dias, pague a dívida exequenda (artigo 829 do CPC/15) no valor de R$ 296.952,62, mais o valor das despesas que a parte autora antecipou (art. 82 §2º, CPC/15).
Fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC/15.
Deverá constar no mandado que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (artigo 827, § 1º, do CPC/15).
Decorrido in albis o prazo estipulado, sem pronto pagamento, procederá o Oficial de Justiça, de imediato, penhora de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.

A penhora recairá, preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC/15, salvo se houver indicação de bens pelo credor, na forma do artigo 829, § 2º, mesmo Codex, caso em que a penhora deverá recair sobre os bens indicados. Em caso de não encontrar o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução e, aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo, de acordo com o artigo 830, § 3º, do CPC/15.
Em conformidade com o artigo 829, § 2º, do CPC/15, poderá o executado, após intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove cabalmente que a substituição não trará prejuízo algum ao exequente e será menos onerosa para ele devedor (a).
A parte executada, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados, conforme o caso, na forma do artigo 231 do CPC/15 (artigos 914 e 915 do CPC/15).
Esclareça à parte executada que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, mais custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 916 do CPC/15), advertindo-o de que a opção pelo parcelamento importa em renúncia ao direito de opor embargos (artigo 916, § 6º).
A intimação da parte executada far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo, será intimado pessoalmente.
Sem prejuízo do disposto acima, desde logo defiro a expedição de certidão comprobatória de admissão da execução, nos termos do art. 828 do CPC/15, caso requerido pela parte exequente, consignando-se que esta deverá, no prazo de 10 dias, comunicar a este Juízo as averbações efetivadas, nos termos do §1º do supracitado artigo.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC.
Havendo a citação e não sendo efetuado o pagamento da dívida, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem. Desde que previamente proceda ao recolhimento das custas pertinentes, para cada sistema solicitado, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.
Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte exequente ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento, no prazo de 5 (cinco) dias.
Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: 23010411234060000000082177900 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
SIRVA O PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO, EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO.
Ouro Preto do Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023 .
Simone de Melo
Juiz (a) de Direito
EXECUTADO: A. C. R. PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - ME, CNPJ nº 01646092000144, RUA MARECHAL DEODORO 3225 3225 OLARIA - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXEQUENTE: M. D. M. D. S. R., AV. PEDRO II 2.389 CENTRO - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Daniel Comboni, nº 1480, Bairro União, CEP 76920-000, Ouro Preto do Oeste, (69)3416-1710 central_opo@tjro.jus.br
COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf
Processo: 7000014-58.2023.8.22.0004
Classe: Monitória
Valor da causa: R$ 16.737,72, dezesseis mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e dois centavos
AUTOR: JEOVANE PORTELA DE SOUZA, RUA EÇA DE QUEIROZ 80 JARDIM AEROPORTO 1 - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIENY PIRES DE JESUS, OAB nº RO11145
REU: LUCIMAR LEOPOLDINA DAMATTA, CPF nº 68844190249, RUA JOSÉ DOS REIS 91 BELA FLORESTA - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Considerando que trata-se de ação que visa o recebimento de quantia certa, indefiro o pedido de gratuidade. No entanto, face a afirmativa de incapacidade financeira para pagamento das custas processuais, defiro o recolhimento das custas iniciais ao final do processo.

1. Nos termos do art. 700 e 701 do Código de Processo Civil, cite-se a parte requerida para pagar voluntariamente o débito no valor de R$ R$ 16.737,72 e os honorários advocatícios no montante de cinco por cento do valor atribuído à causa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Este despacho servirá como carta/mandado, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para efetuar o pagamento ou apresentar embargos, no prazo de 15 dias, a contar data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio, ou da data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça.

Rejeitados os embargos ou caso não haja o cumprimento da obrigação, "constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial" (CPC, art. 702, §8º).

Esclareça à parte requerida que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito da parte requerente, poderá, mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em discussão, mais custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 701, § 5º, do CPC), advertindo-o de que a opção pelo parcelamento importa em renúncia ao direito de opor embargos (artigo 916, § 6º).

2. Sendo apresentado embargos no prazo legal, intime-se a parte requerente para impugnar em 15 (quinze) dias úteis, (art. 702 §5º do CPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do § 6º do mesmo artigo.

Após, caso haja defesa, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Depois, os autos virão conclusos para sentença, nos termos dos artigos 702, §8º e seguintes do CPC, caso as partes não peçam produção de outras provas.

3. Caso a parte requerida satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficará isenta de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida à título de honorários advocatícios (art. 701, do CPC).

4. Efetuado o depósito, intime-se a parte autora para manifestar-se quanto ao pagamento, no prazo de 05 dias, sob pena de presunção de concordância dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.

5. Restando infrutífera a tentativa de citação, a CPE deverá intimar a parte requerente para, no prazo de 10 dias, indicar novo endereço da parte requerida. Caso a parte requerente pleiteie a realização de buscas pelo Juízo, deverá instruir o pedido com o comprovante de pagamento das custas, conforme determina o art. 17 da Lei de Custas.

Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública.

Ouro Preto do Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023

Simone de Melo

Juiz(a) de Direito

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes

76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>

Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 7000018-95.2023.8.22.0004 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Imputação do Pagamento Requerente M. D. M. D. S. R., AV. PEDRO II 2.389 CENTRO - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S) Requerido(a) JANDIR LOUZADA DE MELO, CPF nº 16902831653, LINHA 62 ZONA RURAL - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

Vistos.

Cite-se a parte executada para que, no prazo de 03 dias, pague a dívida exequenda (artigo 829 do CPC/15) no valor de R$ 112.005,14, mais o valor das despesas que a parte autora antecipou (art. 82 §2º, CPC/15).

Fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC/15.

Deverá constar no mandado que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (artigo 827, § 1º, do CPC/15).

Decorrido in albis o prazo estipulado, sem pronto pagamento, procederá o Oficial de Justiça, de imediato, penhora de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.

A penhora recairá, preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC/15, salvo se houver indicação de bens pelo credor, na forma do artigo 829, § 2º, mesmo Codex, caso em que a penhora deverá recair sobre os bens indicados. Em caso de não encontrar o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução e, aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo, de acordo com o artigo 830, § 3º, do CPC/15.

Em conformidade com o artigo 829, § 2º, do CPC/15, poderá o executado, após intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove cabalmente que a substituição não trará prejuízo algum ao exequente e será menos onerosa para ele devedor (a).

A parte executada, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados, conforme o caso, na forma do artigo 231 do CPC/15 (artigos 914 e 915 do CPC/15).

Esclareça à parte executada que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, mais custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 916 do CPC/15), advertindo-o de que a opção pelo parcelamento importa em renúncia ao direito de opor embargos (artigo 916, § 6º).
A intimação da parte executada far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo, será intimado pessoalmente.
Sem prejuízo do disposto acima, desde logo defiro a expedição de certidão comprobatória de admissão da execução, nos termos do art. 828 do CPC/15, caso requerido pela parte exequente, consignando-se que esta deverá, no prazo de 10 dias, comunicar a este Juízo as averbações efetivadas, nos termos do §1º do supracitado artigo.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC.
Havendo a citação e não sendo efetuado o pagamento da dívida, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem. Desde que previamente proceda ao recolhimento das custas pertinentes, para cada sistema solicitado, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.
Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte exequente ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento, no prazo de 5 (cinco) dias.
Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: 23010411470062000000082178652 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
SIRVA O PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO, EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO.
Ouro Preto do Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023 .
Simone de Melo
Juiz (a) de Direito
EXECUTADO: JANDIR LOUZADA DE MELO, CPF nº 16902831653, LINHA 62 ZONA RURAL - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA
EXEQUENTE: M. D. M. D. S. R., AV. PEDRO II 2.389 CENTRO - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Daniel Comboni, nº 1480, Bairro União, CEP 76920-000, Ouro Preto do Oeste, (69)3416-1710 central_opo@tjro.jus.br

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 7004169-80.2018.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Correção Monetária Requerente ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER, RUA BENJAMIN CONSTANT 308, - DE 107/108 A 393/394 ARIGOLÂNDIA - 76801-200 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) TAINA KAUANI CARRAZONE, OAB nº RO8541, MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208, PROCURADORIA DA ASPER - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PÚBLICO NO ESTADO DE RONDÔNIA Requerido(a) NADIA CRISTINA CARNEIRO DE ALMEIDA, CPF nº 01997333767, RUA MÁRIO ANDREAZZA, - DE 8834/8835 A 9299/9300 SÃO FRANCISCO - 76801-006 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de ação monitória em fase de cumprimento de sentença promovida pela ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER contra NADIA CRISTINA CARNEIRO DE ALMEIDA.
Determinou-se a intimação da parte devedora para efetuar o pagamento da dívida, quando sobreveio aos autos a informação de que as partes firmaram acordo nos seguintes termos:
a) A executada reconhece o débito de R$ 5.363,60 e se compromete a quitá-la em 24 parcelas mensais e consecutivas, cada uma no valor de R$ 223,48 cujo valor será pago por meio de boleto bancário a ser emitido pela parte credora; e
b) O atraso de qualquer parcela ensejará o prosseguimento do processo n. 7004169-80.2018.8.22.0004 e acarretará a rescisão do acordo independentemente de notificação, constituindo-se automaticamente em mora a devedora, a qual se obriga ao pagamento do valor vencido e vincendo, acrescido de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês e multa no percentual de 20% sobre o valor total devido, computado até a data do efetivo pagamento.
Ao final, as partes requereram a homologação do acordo e a extinção do processo.
É o relatório. Decido.
A autocomposição das partes é sempre o melhor caminho para por fim à lide, eis que o faz de acordo com a vontade delas. Graças a isso é que o NCPC consagrou, no bojo do artigo 3º, § 2º, o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, consagrando a Resolução 125 do CNJ.

A conciliação, doravante, passa a ser uma política pública, uma meta do Estado e que deve ser estimulada não só por este, mas também por todos os envolvidos no processo.
Assim, considerando que as partes acordaram acerca da quitação do débito em discussão e certa que este reflete as reais intenções e possibilidades das partes, a homologação do acordo é medida que se impõe.
Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes a fim de que surta os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.
Por consequência, EXTINGO o cumprimento de sentença, o que faço com arrimo no art. 318, parágrafo único c/c art. 487, III, “b”, ambos do Código de Processo Civil.
Antecipo o trânsito em julgado para esta data em virtude da preclusão lógica estampada no art. 1.000 do CPC.
Sem custas finais ou honorários advocatícios.
P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 5 de janeiro de 2023.
Simone de Melo
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 7000020-65.2023.8.22.0004 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Imputação do Pagamento Requerente M. D. M. D. S. R., AV. PEDRO II 2.389 CENTRO - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S) Requerido(a) JOSIANE TEREZA MORENO YASAKA, CPF nº 45702306287, LINHA 81 KM 64, ESQUINA COM LINHA 64 ZONA RURAL - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S) Vistos.
Cite-se a parte executada para que, no prazo de 03 dias, pague a dívida exequenda (artigo 829 do CPC/15) no valor de R$ 5.939.052,50, mais o valor das despesas que a parte autora antecipou (art. 82 §2º, CPC/15).
Fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC/15.
Deverá constar no mandado que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (artigo 827, § 1º, do CPC/15).
Decorrido in albis o prazo estipulado, sem pronto pagamento, procederá o Oficial de Justiça, de imediato, penhora de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
A penhora recairá, preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC/15, salvo se houver indicação de bens pelo credor, na forma do artigo 829, § 2º, mesmo Codex, caso em que a penhora deverá recair sobre os bens indicados. Em caso de não encontrar o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução e, aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo, de acordo com o artigo 830, § 3º, do CPC/15.
Em conformidade com o artigo 829, § 2º, do CPC/15, poderá o executado, após intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove cabalmente que a substituição não trará prejuízo algum ao exequente e será menos onerosa para ele devedor (a).
A parte executada, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados, conforme o caso, na forma do artigo 231 do CPC/15 (artigos 914 e 915 do CPC/15).
Esclareça à parte executada que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, mais custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 916 do CPC/15), advertindo-o de que a opção pelo parcelamento importa em renúncia ao direito de opor embargos (artigo 916, § 6º).
A intimação da parte executada far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo, será intimado pessoalmente.
Sem prejuízo do disposto acima, desde logo defiro a expedição de certidão comprobatória de admissão da execução, nos termos do art. 828 do CPC/15, caso requerido pela parte exequente, consignando-se que esta deverá, no prazo de 10 dias, comunicar a este Juízo as averbações efetivadas, nos termos do §1º do supracitado artigo.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC.
Havendo a citação e não sendo efetuado o pagamento da dívida, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem. Desde que previamente proceda ao recolhimento das custas pertinentes, para cada sistema solicitado, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.
Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte exequente ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento, no prazo de 5 (cinco) dias.
Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.

Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: 23010412224458000000082179295 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
SIRVA O PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO, EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO.
Ouro Preto do Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023 .
Simone de Melo
Juiz (a) de Direito
EXECUTADO: JOSIANE TEREZA MORENO YASAKA, CPF nº 45702306287, LINHA 81 KM 64, ESQUINA COM LINHA 64 ZONA RURAL - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA
EXEQUENTE: M. D. M. D. S. R., AV. PEDRO II 2.389 CENTRO - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Daniel Comboni, nº 1480, Bairro União, CEP 76920-000, Ouro Preto do Oeste, (69)3416-1710 central_opo@tjro.jus.br
COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 7005302-21.2022.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Cível Assunto Empréstimo consignado, Análise de Crédito Requerente MARIA IZABEL MUNIZ CONSTANCIO, CPF nº 04156745902, LH 210 DA LINHA 62 km 08 ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA Advogado(a) ALEANDRA DE ALMEIDA SILVA RAMOS, OAB nº RO11405, JULIO CESAR RIBEIRO RAMOS, OAB nº RO5518A, LETICIA NASCIMENTO MONARI, OAB nº RO11327 Requerido(a) BANCO ITAU CONSIGNADO S.A., - 76808-404 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
DECISÃO
Recebo a emenda ofertada.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídica c/c indenização por danos morais e materiais, com pedido de tutela de urgência, na qual a parte requerente busca a declaração de inexistência de débito e a condenação da parte requerida ao pagamento de danos morais e materiais.
Segundo a parte autora foi contratado empréstimo em seu nome, no valor de R$12.502,23, com parcelas a serem descontadas de seu benefício previdenciário, sendo o valor do empréstimo depositado em sua conta bancária.
Afirma que o empréstimo não foi contratado por ela e que os descontos, caso mantidos, lhe causariam prejuízos, razão pela qual requereu a concessão de tutela de urgência para que os descontos sejam suspensos desde logo, bem como que seja realizada a retirada de seu nome dos cadastros de proteção ao crédito. Juntou documentos.
É o breve relatório. Fundamento e decido.
Nos termos do artigo 300 do CPC, para que seja concedida a tutela de urgência pleiteada pela parte, que possui natureza de tutela antecipada, devem ser comprovadas a existência de dois requisitos, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Ainda, é necessário que não haja perigo de irreversibilidade da decisão.
Os documentos juntados pela parte autora demonstram que de fato existe o empréstimo em seu nome e as parcelas não estão sendo descontadas em razão de tutela de urgência recebida em seu favor, nos autos 7001000-80.8.22.0004, que tramitaram no Juizado Especial Cível desta comarca.
Considerando a extinção, sem resolução do mérito, dos autos supramencionados, a parte requerida tornará a efetuar os descontos, restando demonstrada a probabilidade do direito pelo fato de alegar que não celebrou o contrato e, portanto, não ter condições de fazer a prova negativa.
O perigo de dano, por sua vez, consiste no fato de que o benefício previdenciário se trata de uma verba alimentar, de modo que os descontos, sem se ter certeza quanto à validade do empréstimo, poderá causar danos irreparáveis ou de difícil reparação à parte autora. Ademais, a discussão do débito em Juízo autoriza a suspensão dos descontos em benefício previdenciário, especialmente porque a medida evitará grandes danos à parte requerente e por outro lado não trará prejuízo substancial à parte requerida, que poderá retomar a cobrança em caso de improcedência do pedido.
Nesse sentido, colaciono os seguintes julgados:
Agravo de Instrumento. Concessão de tutela de urgência antecipada. Preenchimento dos requisitos do art. 300, caput, CPC/15. Multa diária. Valor proporcional à obrigação. A tutela de urgência será concedida nas hipóteses em que houver elementos que evidenciem, cumulativamente, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Em sendo a natureza da ação declaratória negativa, a concessão da tutela antecipada se dá de forma preventiva para que se evitem demais prejuízos àquele que afirma não ter contratado o serviço pelo qual está sendo cobrado. O valor arbitrado a título de multa diária por descumprimento da ordem deve coadunar com a sua finalidade, sendo razoável e proporcional ante a obrigação imposta. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0802442-19.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 08/01/2021

Agravo de instrumento. Repetição de indébito e indenização. Assistência judiciária gratuita. Hipossuficiência financeira comprovada. Antecipação de tutela. Suspensão dos descontos. Recurso provido. Havendo elementos aptos a comprovar a alegada hipossuficiência financeira, o pedido de assistência judiciária gratuita deve ser deferido. Demonstrado o preenchimento dos requisitos ensejadores da tutela provisória de urgência, sobretudo diante da discussão da dívida, impõe-se sua concessão a fim de que os descontos na conta bancária de titularidade da parte autora sejam suspensos. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0806625-33.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 09/11/2020

Vale consignar que não há perigo de irreversibilidade da presente decisão, podendo ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

Assim, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, nos termos do art. 294 e s.s c/c art. 300 do CPC, a fim de determinar a suspensão dos descontos a serem realizados no benefício da parte autora (NB 188.299.714-7), referente ao contrato nº 625555948 e supostamente firmado entre MARIA ISABEL MUNIZ CONSTANCIO e BANCO ITAU CONSIGNADO S.A.

DEFIRO, ainda, o pedido de antecipação de tutela para retirada do nome da autora dos cadastros de proteção ao crédito referentes ao contrato acima citado.

INDEFIRO o pedido de tutela de evidência para determinação de juntada do contrato pela parte requerida, vez que o referido contrato já foi apresentado nos autos 7001000-80.2021.8.22.0004, sendo a necessidade de perícia com o contrato apresentado a razão da extinção dos autos naquele Juízo, de modo que a juntada do referido documento pode ser realizada pela própria autora.

Cópia da presente servirá de OFÍCIO ao Instituto Nacional do Seguro Social sito a R. Duque de Caxias, 1378 - Nova Ouro Preto, Ouro Preto do Oeste - RO, 78950-000, email aps26001050@inss.gov.br c/c p/ anildy.pereira@inss.gov.br para que suspenda os descontos, bem como envie a este juízo extrato do benefício que constem os dados e informações dos referidos contratos, no prazo de 10 (dez) dias.

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

A autora demonstrou que houve o depósito da quantia de R$ 12.502,23 em sua conta bancária, deste modo, deverá depositar nos autos a quantia referente ao empréstimo contestado, bem como apresentar o contrato, no prazo de 15 dias.

Defiro a inversão do ônus da prova, em face da verossimilhança das alegações da parte autora e de sua hipossuficiência probatória em relação à parte requerida.

Com a entrada em vigor do novo diploma processual civil faz-se necessária, em regra, a designação de audiência preliminar conciliatória. No entanto, a prática forense revela que as partes não costumam realizar acordos em demandas como a presente, de modo que a designação de audiência de conciliação apenas retardaria a marcha processual.

Registro que não haverá prejuízo às partes, haja vista que, querendo, elas podem transigir a qualquer tempo.

Assim, cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar defesa, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da juntada do mandado aos autos, ou se via postal, da juntada do AR.

Havendo contestação com assertivas preliminares ou apresentação de documentos, abra-se vistas à parte requerente para réplica.

Não ocorrendo a hipótese anterior, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.

Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.

Intime-se. Expeça-se o necessário.

SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.

Ouro Preto do Oeste, 5 de janeiro de 2023.

Simone de Melo

Juíza de Direito

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes

76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>

Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 7005303-06.2022.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Cível Assunto Empréstimo consignado, Análise de Crédito Requerente MARIA IZABEL MUNIZ CONSTANCIO, CPF nº 04156745902, LH 210 DA LINHA 62 km 08 ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA Advogado(a) ALEANDRA DE ALMEIDA SILVA RAMOS, OAB nº RO11405, JULIO CESAR RIBEIRO RAMOS, OAB nº RO5518A, LETICIA NASCIMENTO MONARI, OAB nº RO11327 Requerido(a) BANCO C6 CONSIGNADO S.A., AVENIDA JABAQUARA 2819, - DE 2263 AO FIM - LADO ÍMPAR MIRANDÓPOLIS - 04045-004 - SÃO PAULO - SÃO PAULO Advogado(a) PROCURADORIA DO BANCO C6 CONSIGNADO S/A

DECISÃO

Recebo a emenda ofertada.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídica c/c indenização por danos morais e materiais, com pedido de tutela de urgência, na qual a parte requerente busca a declaração de inexistência de débito e a condenação da parte requerida ao pagamento de danos morais e materiais.

Segundo a parte autora foi contratado empréstimo em seu nome, no valor de R$ 2.295,61, com parcelas a serem descontadas de seu benefício previdenciário, sendo o valor do empréstimo depositado em sua conta bancária.
Afirma que o empréstimo não foi contratado por ela e que os descontos, caso mantidos, lhe causariam prejuízos, razão pela qual requereu a concessão de tutela de urgência para que os descontos sejam suspensos desde logo. Juntou documentos.
É o breve relatório. Fundamento e decido.
Nos termos do artigo 300 do CPC, para que seja concedida a tutela de urgência pleiteada pela parte, que possui natureza de tutela antecipada, devem ser comprovadas a existência de dois requisitos, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Ainda, é necessário que não haja perigo de irreversibilidade da decisão.
Os documentos juntados pela parte autora demonstram que de fato existe o empréstimo em seu nome e as parcelas não estão sendo descontadas em razão de tutela de urgência recebida em seu favor, nos autos 7001199-05.2021.8.22.0004, que tramitaram no Juizado Especial Cível desta comarca.
Considerando a extinção sem resolução do mérito dos autos supramencionados, a parte requerida tornará a efetuar os descontos, restando demonstrada a probabilidade do direito pelo fato de alegar que não celebrou o contrato e, portanto, não ter condições de fazer a prova negativa.
O perigo de dano, por sua vez, consiste no fato de que o benefício previdenciário se trata de uma verba alimentar, de modo que a efetuação dos descontos, sem se ter certeza quanto à validade do empréstimo, poderá causar danos irreparáveis ou de difícil reparação à parte autora.
Ademais, a mera discussão do débito em Juízo autoriza a suspensão dos descontos em benefício previdenciário, especialmente porque a medida evitará grandes danos à parte requerente e por outro lado não trará prejuízo substancial à parte requerida, que poderá retomar a cobrança em caso de improcedência do pedido.
Nesse sentido, colaciono os seguintes julgados:
Agravo de Instrumento. Concessão de tutela de urgência antecipada. Preenchimento dos requisitos do art. 300, caput, CPC/15. Multa diária. Valor proporcional à obrigação. A tutela de urgência será concedida nas hipóteses em que houver elementos que evidenciem, cumulativamente, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Em sendo a natureza da ação declaratória negativa, a concessão da tutela antecipada se dá de forma preventiva para que se evitem demais prejuízos àquele que afirma não ter contratado o serviço pelo qual está sendo cobrado. O valor arbitrado a título de multa diária por descumprimento da ordem deve coadunar com a sua finalidade, sendo razoável e proporcional ante a obrigação imposta. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0802442-19.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 08/01/2021
Agravo de instrumento. Repetição de indébito e indenização. Assistência judiciária gratuita. Hipossuficiência financeira comprovada. Antecipação de tutela. Suspensão dos descontos. Recurso provido. Havendo elementos aptos a comprovar a alegada hipossuficiência financeira, o pedido de assistência judiciária gratuita deve ser deferido. Demonstrado o preenchimento dos requisitos ensejadores da tutela provisória de urgência, sobretudo diante da discussão da dívida, impõe-se sua concessão a fim de que os descontos na conta bancária de titularidade da parte autora sejam suspensos. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0806625-33.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 09/11/2020
Vale consignar que não há perigo de irreversibilidade da presente decisão, podendo ser revogada ou modificada a qualquer tempo.
Assim, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, nos termos do art. 294 e s.s c/c art. 300 do CPC, a fim de determinar a suspensão dos descontos a serem realizados no benefício da parte autora (NB 188.299.714-7), referente ao contrato nº 010014081233 e supostamente firmado entre MARIA ISABEL MUNIZ CONSTANCIO e BANCO C6 CONSIGNADO S.A.
INDEFIRO o pedido de tutela de evidência para determinação de juntada do contrato pela parte requerida, vez que o referido contrato já foi apresentado nos autos 7001199-05.2021.8.22.0004, sendo a necessidade de perícia com o contrato apresentado a razão da extinção dos autos naquele Juízo, de modo que a juntada do referido documento pode ser realizada pela própria autora.
Cópia da presente servirá de OFÍCIO ao Instituto Nacional do Seguro Social sito a R. Duque de Caxias, 1378 - Nova Ouro Preto, Ouro Preto do Oeste - RO, 78950-000, email aps26001050@inss.gov.br c/c p/ anildy.pereira@inss.gov.br para que suspenda os descontos, bem como envie a este juízo extrato do benefício que constem os dados e informações dos referidos contratos, no prazo de 10 (dez) dias.
Verifico a existência de conexão entre o presente feito e os autos 7005302-21.2022.8.22.0004, que tramitam nesta vara, face a identidade de pedido e causa de pedir.
Deste modo, determino a reunião dos processos, para tramitação e julgamento conjunto.
Defiro os benefícios da justiça gratuita.
A autora demonstrou que houve o depósito da quantia de R$ 2.295,61 em sua conta bancária, deste modo, deverá depositar nos autos a quantia referente ao empréstimo contestado, bem como apresentar o contrato, no prazo de 15 dias.
Defiro a inversão do ônus da prova, em face da verossimilhança das alegações da parte autora e de sua hipossuficiência probatória em relação à parte requerida.
Com a entrada em vigor do novo diploma processual civil faz-se necessária, em regra, a designação de audiência preliminar conciliatória. No entanto, a prática forense revela que as partes não costumam realizar acordos em demandas como a presente, de modo que a designação de audiência de conciliação apenas retardaria a marcha processual.
Registro que não haverá prejuízo às partes, haja vista que, querendo, elas podem transigir a qualquer tempo.
Assim, cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar defesa, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da juntada do mandado aos autos, ou se via postal, da juntada do AR.

Havendo contestação com assertivas preliminares ou apresentação de documentos, abra-se vistas à parte requerente para réplica.
Não ocorrendo a hipótese anterior, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Intime-se. Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Ouro Preto do Oeste, 5 de janeiro de 2023.
Simone de Melo
Juíza de Direito

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
2ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes. 76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO.
Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: central_opo@tjro.jus.br. Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwfProcesso 7000030-12.2023.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Cível Assunto Urgência Deprecante SUZE SANTOS FONSECA SILVA, CPF nº 52456307291, LINHA 32, LOTE 14, GB 12F, KM 8.7 s/n RURAL - 76928-000 - TEIXEIRÓPOLIS - RONDÔNIA
GABRIEL FONSECA DA SILVA, CPF nº 06331463232, LINHA 32, LOTE 14, GB 12F, KM 8.7 s/n RURAL - 76928-000 - TEIXEIRÓPOLIS - RONDÔNIA Advogado(a) PAULO OTAVIO CATARDO SILVA, OAB nº RO9457 Deprecado(a) P. G. D. E. D. R. -. P., AC CENTRAL DE PORTO VELHO 2701, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2701 CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Trata-se de ação de obrigação de fazer promovida por Gabriel Fonseca da Silva, representado por sua genitora, contra o Estado de Rondônia almejando a realização de cirurgia para implante valvar aórtico em caráter de emergência – CID 135.1.
É o breve relatório. Decido.
Analisando os documentos juntados pela parte requerente, verifica-se que o requerente realizou a consulta ensejadora do diagnóstico de Valvopatia Aórtica (insuficiência valvar aórtica de grau importante e estenose aórtica de grau discreto) na rede particular de saúde, sendo o laudo médico datado de 11 de outubro de 2022.
Além disso, o autor juntou cópia do agendamento de avaliação cirúrgica cardíaca junto ao Hospital de Base Ary Pinheiro, e informou que passou por avaliação cirúrgica, contudo, deixou de juntar aos autos cópia da conclusão dos profissionais vinculados ao SUS acerca do seu atual quadro clínico.
A fim de comprovar a negativa do Estado de Rondônia, o requerido juntou aos autos cópia de e-mail encaminhado ao Secretário de Saúde do Estado de Rondônia, entretanto, não acostou aos autos provas indicando a solicitação do tratamento perante a central de regulação do SUS, bem como a sua posição na fila de espera ou eventual negativa.
É o relatório. Decido.
É cediço que a Constituição Federal estabelece a saúde como direito indisponível a ser concedido ao cidadão, sendo dever do Estado zelar pela vida destes, prestando assistência aos que dele necessitem, de forma universal e igualitária (art. 196, CF).
Além disso, o autor é adolescente e por isso goza de absoluta prioridade no atendimento nos serviços públicos e de relevância pública (art. 4º, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente).
Contudo, no caso em tela, não há nos autos provas de que o autor pleiteou junto a rede de regulação do SUS a realização do procedimento cirúrgico em questão, bem como eventual negativa do tratamento ou a sua posição na fila de espera, o que é indispensável, a fim evitar privilégios dos que procuram o Poder Judiciário em detrimento dos que aguardam o mesmo tratamento.
Além disso, é essencial a apresentação de laudo médico atualizado informando a atual condição clínica do paciente.
Deste modo, em observância ao princípio da isonomia, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 dias, emende a inicial sob pena de indeferimento independentemente de nova intimação a fim de comprovar que pleiteou perante a rede pública de saúde a realização do tratamento em questão junto à central de regulação do SUS, bem como eventual negativa do SUS ou a sua posição na fila de espera.
Além disso, o autor deverá juntar aos autos cópia dos documentos referentes à avaliação realizada pelo médico do Hospital de Base Ary Pinheiro em 20/09/2022, bem como laudo médico atualizado.
Após, retornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Ouro Preto do Oeste, 5 de janeiro de 2023.
Simone de Melo
Juiz de Direito

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000018-77.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material
R$ 10.668,00
AUTOR: LARIANE SALVI MENDES ANTONIO SCARPATI, CPF nº 97542989200, RUA PARANA 5432 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: FLAVIO LOOSE TIMM, OAB nº RO12148, AV 25 DE AGOSTO 4608 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, WASHINGTON FELIPE NOGUEIRA, OAB nº RO10776
REQUERIDO: SUMUP SOLUCOES DE PAGAMENTO BRASIL LTDA, CNPJ nº 16668076000120, AVENIDA AMAZONAS 3025, - DE 2456 A 3046 - LADO PAR NOVA PORTO VELHO - 76820-164 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Cite-se o réu e intimem-se as partes à audiência preliminar telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet) a ser realizada em 26/05/2023, às 10:30 horas, pelo CEJUSC (agende-se no sistema), frisando-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995.
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 08:44
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000019-62.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo
R$ 11.133,00
AUTOR: ROBERVAL DE SOUZA CORREIA, CPF nº 39029964200, RUA TOCANTINS 4615, CASA PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS ROBERTO BURATTO OLIVEIRA, OAB nº RO12729
REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Intime-se o autor para juntada de comprovante de residência.
Com a juntada, cite-se o réu e intimem-se as partes à audiência preliminar telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet) a ser realizada em 26/05/2023, às 11:00 horas, pelo CEJUSC (agende-se no sistema), frisando-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995.
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 08:44
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7009111-98.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica
R$ 20.818,20
REQUERENTE: MARIA SALETE FREITAS, CPF nº 58169644291, RUA TERESINA 5316 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: KELLY CRISTINE BENEVIDES DE BARROS, OAB nº RO3843
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, RUA CORUMBIARA 4220 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, RUA ANTÔNIO MARIA COELHO 5401, - DE 3807/3808 A 5298/5299 CAMPO GRANDE - 79021-170 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, ENERGISA RONDÔNIA
1. Dos Embargos de Declaração
Por meio dos embargos e conforme estabelece o art. 48 da Lei nº 9.099/95, procuraria a parte fazer com que fosse esclarecida, no julgado, alguma contradição, obscuridade, omissão ou dúvida.
No caso em tela, alega Energisa Rondônia, in verbis, resta evidente que as provas acostadas não foram analisada em sede de defesa, assim, houve omissão na r. Sentença (trecho da petição - id nº 84777733 - Pág. 3).
Não haveria que se falar em omissão, mesmo porque a partir da análise delas é que se concluiu pela legitimidade da cobrança, sendo necessária apenas a correção acerca da fórmula utilizada para o cálculo do valor, o que foi determinado por este juízo.
Assim, verifica-se que o que pretende mesmo, haja vista não se conformar com os fundamentos dela, é simplesmente a reforma da sentença, efeito processual esse que se obtém, em princípio, tão só mediante recurso próprio; na espécie, o de que trata o art. 41 da norma acima.
Assim, conheço dos embargos, mas lhes nego provimento.
2. Do pedido Liminar
Apresente Maria Salete o comprovante de pagamento das faturas de novembro (R$ 80,66) e dezembro (R$ 101,00) últimos.
Serve esta de mandado/carta/notificação.
Rolim de Moura, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 10:48
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7009061-72.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Urgência
R$ 9.600,00
REQUERENTE: MARCOS DOMINGO ALVES DA SILVA, CPF nº 09489847402, RUA JATOBÁ, N° 1066 1066 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA, OAB nº RO10215
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA, , - ATÉ 4366 - LADO PAR - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Haja vista a informação segundo a qual o valor bloqueado por meio do sistema Sisbajud não foi transferido para a conta do autor, defiro o requerimento (id nº 85586696) e, por conseguinte, revogo a decisão que determinava a transferência dos valores (id nº 85506681), autorizando MARCOS DOMINGO ALVES DA SILVA, CPF nº 094.898.474-02 e/ou sua advogada FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA (OAB/ RO – 10.215), CPF nº 060.848.794-54, pelo prazo de 30 dias (art. 28, § 2º, das DGJ) a LEVANTAR perante a Caixa Econômica – CEF, agência 2755, a quantia depositada na conta judicial ID 072022000029452340 (principal e cominações legais).
Feito o saque, deverá prestar contas em até 10 dias.
Após, ao Estado de Rondônia.
Serve esta decisão de alvará, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 12:06
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE VILHENA

2ª VARA CRIMINAL

Comarca de Vilhena
Av. Luis Maziero, 4432, Jardim América, cep 76980-702, telefone (69) 3316-3626, e-mail: vha2criminal@tjro.jus.br2ª VARA CRIMINAL
Processo n.: 7010904-60.2022.8.22.0014
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Estupro de vulnerável
Autor: M. P. D. E. D. R.
Advogado da parte autora: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Réu(s): W. M. B.
Advogado da parte ré: MARCEL DE OLIVEIRA AMORIM, OAB nº RO7009
Vistos.
Considerando a informação apresentada pela Defesa (ID n. . 85454435), de que a informante G. B. B. reside nesta Comarca e se trata de criança, oficie-se ao NUPS local para realização de depoimento especial, nos termos do Provimento Conjunto n. 001/2021-PR-CGJ.
Ciência às partes. Cumpra-se, com urgência.
quarta-feira, 4 de janeiro de 2023 às 19:49 .
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Comarca de Vilhena
Av. Luis Maziero, 4432, Jardim América, cep 76980-702, telefone (69) 3316-3626, e-mail: vha2criminal@tjro.jus.br, e-mail: vha2criminal@tjro.jus.br2ª VARA CRIMINAL
Processo n.: 7000071-46.2023.8.22.0014
Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Assunto: Medidas Protetivas
Autor: J. A. T., RUA 1813 1569, CEL. (69) 9.9601-3343 BELA VISTA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
Réu(s): J. M. F., RUA 1813 1569, CEL. (69) 9.9601-3343 BELA VISTA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
DECISÃO
Recebi no plantão.
Trata-se de requerimento feito por JUDITE ARRUDA TRINDADE em face de JOÃO MARIA FERREIRA, asseverando que convive com o infrator por 21 anos, e dessa relação tiveram dois filhos, um com 21 anos e o outro com 15 anos. Disse que desde ontem o infrator está lhe agredindo com xingamentos. Hoje passaram a discutir, momento em que o infrator lhe agrediu com empurrões, jogando-a no sofá, na cama, além de agredi-la com xingamentos, e como João pegou uma faca, também se apossou de uma faca temendo por sua vida e para se defender, porém, o filho do casal chegou na residência e conseguiu convencer seus pais a pararem com a discussão, tendo acionado a polícia. Representou o infrator e requereu medida protetiva.
Pois bem.
O relato dos autos caracteriza, em tese, a prática de violência doméstica contra mulher no âmbito familiar nos moldes do artigo 7º da Lei n. 11.340/2006.
Não se pretende com isso afirmar que os fatos são verdadeiros, antes da persecução penal, com a observância do contraditório e ampla defesa, mas, a justificativa da aplicação das medidas previstas na Lei n.º 11.340/2006, pode ser feita apenas com abstração das possibilidades, à luz dos elementos de convicção contidos nos autos.
As medidas protetivas elencadas na Lei n.° 11.340/06 tem natureza cautelar e, como tal, devem preencher os dois pressupostos tradicionalmente apontados pela doutrina, periculum in mora (perigo da demora) e fumus bonis juris (aparência do bom direito). Não há necessidade de certeza da alegação (materialidade e autoria), pois, estes serão apurados no curso do processo.
No caso dos autos, o perigo se evidencia pela possibilidade de que o alegado ato criminoso possa ser novamente praticado.
A plausibilidade se evidencia pelo relato coerente dos fatos notadamente no Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia e no teor do relato da suposta vítima, sendo que, apesar de ser possível vislumbrar ofensa a direito do indiciado, o fato é que, tendo em vista a ponderação dos direitos em questão, há elementos suficientes à excepcionalidade que se busca.
Assim, nos termos da Lei n.º 11.340 de 07 de agosto de 2006, DEFIRO os requerimentos formulados e determino as seguintes medidas protetivas:
1 - O infrator JOÃO MARIA FERREIRA fica PROIBIDO de se aproximar da vítima, fixando o limite mínimo de 300 (trezentos) metros;
2 - O infrator JOÃO MARIA FERREIRA, fica proibido de frequentar o local de convivência da ofendida, ou manter com ela qualquer contato;
3 – Afastamento do lar do infrator JOÃO MARIA FERREIRA.

Com suporte no artigo 461, caput, §§5º e 6º do CPC c.c. art. 22, §4º da Lei n. 11.340/2006, fixo multa diária de R$ 500,00 pelo descumprimento das proibições, podendo a prejudicada procurar a autoridade policial local e, mediante prova, comunicar a desobediência devendo, neste caso, o Delegado(a) adotar, de imediato, as providências legais cabíveis (art. 10, parágrafo único c.c. §3º do artigo 23 da Lei n. 11.340/2006), dentre elas aquelas previstas no artigo 11 e incisos, sem prejuízo de outras.
A execução das medidas e eventual ação principal, se for o caso, deverão ser propostas no juízo cível até que se instale o Juizado de Violência Doméstica e Familiar.
As medidas ora concedidas terão validade inicial por 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado o referido prazo a pedido da requerente, se houver necessidade.
Intime-se a requerente, inclusive de que qualquer violação deverá ser comunicada a autoridade policial, que se valerá dos poderes legalmente investidos para reprimir a violação, e o requerido desta decisão, advertindo este de que o descumprimento das medidas acima ensejará a decretação de sua prisão preventiva a fim de garantir a aplicação da lei penal e ainda incorrerá em crime de desobediência.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO para intimação das partes, a ser cumprido no PLANTÃO FORENSE.
Encaminhe-se cópia à Patrulha Maria da Penha, para a devida fiscalização.
Dê-se ciência ao MP e à autoridade policial, inclusive para anotar no IPL.
Após, arquive-se.
quarta-feira, 4 de janeiro de 2023 às 19:40 .
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 2ª Vara Criminal
2ª VARA CRIMINAL
Processo n.: 7000072-31.2023.8.22.0014
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Assunto: Furto
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu(s): CAUA ROSA DA ROCHA, RUA 8003 8152 RESIDENCIAL ALVORADA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
Vistos. (URGENTE - PRESO)
DECISÃO
Recebi no plantão.
Trata-se de auto de comunicação de prisão em flagrante delito, em que é imputada a CAUÃ ROSA DA ROCHA a prática do delito previsto no artigo 155, caput c/c art. 14, II, do CP.
A teor do que preceitua o art. 302 do Código de Processo Penal (CPP), “considera-se em flagrante delito quem: I – está cometendo a infração penal; II- acaba de cometê-la; III- é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV- é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração”.
No caso em análise, observa-se que a prisão se deu em estado de flagrância, nos termos do mencionado dispositivo, havendo notícia da suposta prática de ilícitos penais, bem como dos indícios de autoria do flagranteado.
Cumpre gizar, que esta modalidade de prisão é medida cautelar de constrição da liberdade que exige apenas aparência de tipicidade, de modo a não se exigir valoração mais profunda sobre a ilicitude e culpabilidade, ou mesmo outros requisitos para configuração do delito.
Ademais, verifica-se que o respectivo auto preenche os requisitos formais, vez que observadas as disposições dos artigos 304 e 306 do CPP, bem como artigo 5º, incisos LXI, LXII, LXIII e LXIV.
Isso posto, HOMOLOGO o auto de prisão em flagrante.
Passo à análise da possibilidade de conversão da prisão em flagrante para preventiva.
Conforme prevê o art. 312 do CPP, “a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”.
Em cumprimento ao disposto no art. 310 do CPP, verifica-se que é imputada a ele a prática de delito afiançável, tal como se observa da redação dos artigos 321 e seguintes, do mesmo diploma legal, além de tratar-se de um delito punido com pena de detenção.
A fiança, inclusive, já fora arbitrada pela autoridade policial no patamar de R$ 1.320,00 (mil e trezentos e vinte reais).
Contudo, a Terceira Seção do c. STJ firmou o entendimento de que é incabível a manutenção da prisão quando aguarda o pagamento da fiança arbitrada, estendendo os efeitos dessa decisão a todo território nacional, conforme trecho que segue:
[…]
16. Nos termos em que preconiza o Conselho Nacional de Justiça em sua Resolução, não se mostra proporcional a manutenção dos investigados na prisão, tão somente em razão do não pagamento da fiança, visto que os casos - notoriamente de menor gravidade – não revelam a excepcionalidade imprescindível para o decreto preventivo.

17. Ademais, o Judiciário não pode se portar como um Poder alheio aos anseios da sociedade, sabe-se do grande impacto financeiro que a pandemia já tem gerado no cenário econômico brasileiro, aumentando a taxa de desemprego e diminuindo ou, até mesmo, extirpando a renda do cidadão brasileiro, o que torna a decisão de condicionar a liberdade provisória ao pagamento de fiança ainda mais irrazoável.
18. Por fim, entendo que o quadro fático apresentado pelo estado do Espírito Santo é idêntico aos dos demais estados brasileiros: o risco de contágio pela pandemia do coronavírus (Covid-19) é semelhante em todo o país, assim como o é o quadro de superlotação e de insalubridade dos presídios brasileiros, razão pela qual os efeitos desta decisão devem ser estendidos a todo o território nacional.
19. Ordem concedida para determinar a soltura, independentemente do pagamento da fiança, em favor de todos aqueles a quem foi concedida liberdade provisória condicionada ao pagamento de fiança no estado do Espírito Santo e ainda se encontram submetidos à privação cautelar de liberdade em razão do não pagamento do valor, com determinação de extensão dos efeitos desta decisão aos presos a quem foi concedida liberdade provisória condicionada ao pagamento de fiança, em todo o território nacional. Nos casos em que impostas outras medidas cautelares diversas e a fiança, fica afastada apenas a fiança, mantendo as demais medidas. Por sua vez, nos processos em que não foram determinadas outras medidas cautelares, sendo a fiança a única cautela imposta, é necessário que os Tribunais de Justiça estaduais e os Tribunais Regionais Federais determinem aos juízes de primeira instância que verifiquem, com urgência, a conveniência de se impor outras cautelares em substituição à fiança ora afastada. Oficiem-se os Presidentes dos Tribunais de todos os estados da Federação e os Presidentes de todos os Tribunais Regionais Federais para imediato cumprimento. (STJ – HC 568693/ES, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, j. 14.10.2020) – destaques não originais
Ademais, inexistentes, na hipótese, os requisitos autorizadores da prisão preventiva (CPP, art. 312).
Sabe-se que a prisão preventiva é medida extrema, excepcional, devendo ser aplicada de forma subsidiária, quando inadequadas quaisquer das demais medidas cautelares do artigo 319.
Assim, com fulcro no art. 319, I, II, III, IV e IX, do CPP, deixo de converter a prisão em flagrante para preventiva, concedendo ao flagranteado CAUÃ ROSA DA ROCHA a liberdade provisória mediante o cumprimento das seguintes condições, que aplico de ofício:
1) Comparecimento em Juízo sempre que intimado, devendo
manter endereço atualizado nos autos e comunicar qualquer
alteração, apresentando comprovante;
2) Proibição de ausentar-se desta Comarca sem prévia
autorização do Juízo;
3) Recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos
dias de folga.
Diante desta decisão que concede liberdade mediante cumprimento de medias cautelares diversas da prisão, desnecessária se faz a designação de audiência de custódia.
Cópia da presente decisão serve como alvará de soltura e termo de compromisso, salvo se por outro motivo estiver preso o flagranteado.
Ciência ao órgão do Ministério Público e à defesa.
Intimem-se.
Após, aguarde-se a conclusão do IPL.
Cumpra-se com urgência, NO PLANTÃO FORENSE.
quarta-feira, 4 de janeiro de 2023 às 19:58
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito no Plantão Judicial

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Comarca de Vilhena
Av. Luis Maziero, 4432, Jardim América, cep 76980-702, telefone (69) 3316-3626, e-mail: vha2criminal@tjro.jus.br2ª VARA CRIMINAL
Processo n.: 7000070-61.2023.8.22.0014
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Assunto: Ameaça , Violência Doméstica Contra a Mulher
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu(s): JOAO MARIA FERREIRA, RUA 1813 1569, CEL. (69) 9.9601-3343 BELA VISTA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
Vistos. (URGENTE - PRESO)
Recebi no plantão.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante de JOAO MARIA FERREIRA, qualificado nos autos, o qual foi recolhido à prisão por supostamente ter praticado o delito tipificado no art.147, caput, do CP e art.21, caput, do Decreto-Lei nº 3688/41, na forma do art.69, caput, do CP c/c art. 5º, III, 7º, I e II, da Lei 11.340/06.
O auto de prisão em flagrante delito está em ordem, razão pela qual passo à análise quanto à possibilidade de concessão de liberdade provisória desde logo ou eventual necessidade de designação de audiência de custódia.
Como se sabe, a prisão cautelar é medida de exceção e, como tal, somente pode ser mantida em casos excepcionais, onde se mostre indispensável a necessidade da ordem, nos estritos termos do art. 312 do CPP e desde que as medidas cautelares autorizadas pelos arts. 282 e 319, ambos do CPP, não sejam suficientes ou adequadas.
Analisando as circunstâncias e particularidades do presente caso, entendo que é hipótese de se conceder liberdade provisória ao autuado, independentemente do pagamento de fiança.

Com efeito, por força do artigo 321 do CPP, o Juiz deverá conceder liberdade provisória quando ausentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva.
Apura-se que o presente caso não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no art. 313 do CPP para admissão da prisão preventiva.
Ao menos no presente momento, a dinâmica dos fatos está a demonstrar a possibilidade do autuado responder a investigação e possível ação penal em liberdade, por não representar risco ou periculosidade a ponto de recomendar sua prisão cautelar.
Não há relatos de que se dedique à prática de crimes e não registra histórico de condenações anteriores ou de que tenha respondido a processos criminais.
Outrossim, por ser tecnicamente primário, em hipotética condenação, poderia, em tese, ser aplicado regime mais brando, inclusive com possibilidade de substituição de pena corporal por penas alternativas.
Ademais, não há elementos indicando que a liberdade do autuado represente risco à ordem pública ou econômica, nem prejuízo à instrução criminal ou aplicação da lei penal, inexistindo evidência de perigo que possa ser gerado pelo estado de sua liberdade.
O autuado foi regularmente identificado, sendo fornecido o endereço de seu domicílio.
Portanto, diante da ausência de elementos de convicção de que a liberdade do autuado possa implicar em reiteração da conduta ou representar algum perigo para a ordem pública ou econômica, ou, ainda, risco à instrução processual e aplicação da lei penal, inevitável reconhecer que é o caso de concessão de liberdade provisória, já que ausente qualquer dos fundamentos do art. 312 do CPP.
Destarte, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA a JOAO MARIA FERREIRA independentemente do pagamento de fiança, mediante o compromisso de comparecer a todos os atos processuais a que for chamado e manter seu endereço e telefone atualizados junto à autoridade policial e ao juízo, até final decisão do presente procedimento criminal, bem como cumprir as medidas protetivas fixadas em favor de Judite Arruda Trindade, nos autos nº 7000071-46.2023.8.22.0014, sob pena de ser decreta sua prisão preventiva.
SERVE A PRESENTE DE ALVARÁ DE SOLTURA EM FAVOR DE JOAO MARIA FERREIRA, RUA 1813 1569, CEL. (69) 9.9601-3343 BELA VISTA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, para que seja colocado imediatamente em liberdade, desde que não esteja preso por outro motivo ou por outro processo, BEM COMO DE TERMO DE COMPROMISSO acerca das condições acima impostas, sob pena de prisão.
Ciência ao MP e à Defensoria Pública, bem como à autoridade policial.
Após, aguarde-se a conclusão do IPL.
Cumpra-se com urgência, NO PLANTÃO FORENSE.
quarta-feira, 4 de janeiro de 2023 às 19:48 .
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7001796-41.2021.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTORES: NELI MARIA DE MOURA, IVO GARCIA DE MOURA
ADVOGADO DOS AUTORES: SERGIO ABRAHAO ELIAS, OAB nº RO1223
REQUERIDO: F. P. D. M. D. V.
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
R$ 15.382,32
DESPACHO
Antes de analisar o pedido de constatação e produção de prova oral, considerando a manifestação do requerido e a legislação vigente acerca do tema, que os requerentes esclareçam e comprovem se efetuaram requerimento administrativo para obtenção da suspensão de lançamento e cobrança de IPTU. Prazo: 10 dias.
Vilhena, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7007044-85.2021.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: GERSON RUFINO DE SOUZA

ADVOGADOS DO REQUERENTE: LINA PEDOT FARIS, OAB nº RO10920, WILLIAN FROES PEREIRA NASCIMENTO, OAB nº RO6618
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
R$ 10.816,20
DESPACHO
Converto o julgamento em diligência.
Considerando que cabe ao réu fazer prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora (CPC, art. 373, II), que no caso concreto se revelaria inclusive pela juntada de documentos e estudo técnico do local em que exercida a atividade desempenhada pela parte requerente, e considerando que ela revela ter maior dificuldade de juntar aos autos documentos que comprovariam suas alegações, do que o requerido que detém a ficha funcional e estudo dos locais de trabalho de seus servidores. Com fundamento no art. 373 do CPC, determino que o requerido anexe aos autos documentos e estudo técnico (laudo) realizado em seus setores e que sabidamente, em processos paradigmas, já fora anexado. Prazo: 15 dias.
Após, em igual prazo manifeste-se a parte requerente.
Por derradeiro, tornem-se conclusos para julgamento.
Vilhena, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7010333-26.2021.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: VERA LUCIA GONCALVES DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: TULIO MAGNUS DE MELLO LEONARDO, OAB nº RO5284
REU: ESTADO DE RONDONIA, MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADOS DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
R$ 47.374,50
DESPACHO
Antes de analisar o pedido de prova oral e pericial, considerando que em outros casos análogos os requeridos juntaram estudo técnico setorizado e que cabe a eles fazer prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora (CPC, art. 373, II), que no caso concreto se revelaria inclusive pela juntada de documentos e estudo técnico do local em que exercida a atividade desempenhada pela parte requerente e que ela revela ter maior dificuldade de juntar aos autos documentos que comprovariam suas alegações, do que os requeridos que detém a ficha funcional e estudo dos locais de trabalho de seus servidores. Com fundamento no art. 373 do CPC, determino que os requeridos anexem aos autos documentos e estudo técnico (laudo) realizado em seus setores e que sabidamente, em processos paradigmas, já fora anexado. Prazo: 15 dias.
Após, em igual prazo manifeste-se a parte requerente.
Por derradeiro, tornem-se conclusos.
Vilhena, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7001386-90.2015.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ROSALINDA RAMOS PESSOA, AV. 15 DE NOVEMBRO 2666 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A
ESTADO DE RONDONIA, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
valor da causa: R$ 20.692,08
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO
1- Expeça-se RPV, nos termos do despacho de id 85053083.

2- Oficie-se à COGESP, informando a respeito da renúncia ao precatório para recebimento através de RPV.
Após o pagamento dos valores, voltem os autos conclusos.
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Vilhena, 5 de janeiro de 2022.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7002032-90.2021.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: REINALDO RODRIGUES DA COSTA, LINHA RIO CLARO, LOTE 166, ST. TENENTE MARQUES, PODE SER ENCONTRADO NA R. 1807,1778, BELA VISTA. CHÁCARA MÃE HEROÍNA - ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: RANIER BORGES
ADVOGADO DO REQUERIDO: RUBENS DEVET GENERO, OAB nº RO3543
Valor da causa: R$ 16.666,67
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE SANEAMENTO
1 - Não foram detectadas nulidades. Foram atendidos os pressupostos processuais e estão presentes as condições da ação. Não há preliminares a serem analisadas.
2 - Defiro a produção prova oral consistente na oitiva de testemunhas indicadas (ids: 67375054 e 67432430), bem como determino o depoimento pessoal de ambas as partes que poderão esclarecer os fatos na oportunidade da audiência. Para tanto, designo audiência de conciliação, instrução e julgamento, POR VÍDEOCONFERÊNCIA, para o dia 22/03/2023, às 08:00h.
Informo que a audiência será realizada pelo sistema/aplicativo GOOGLE MEET e que os participantes poderão utilizar o celular ou computador como assim preferir, bem como será enviado um link ao e-mail às partes no dia da solenidade, cabendo a cada uma delas encaminhar às respectivas testemunhas. A sala de audiência também poderá ser acessada clicando no link a seguir: https://meet.google.com/ggd-rogz-jro.
Deve, portanto, no prazo de 03 (três) dias da intimação as partes deverão indicar nos autos e-mail e/ou telefone. Se a parte não for assistida por advogado a comunicação ao Juízo deve se dar por meio da Central de Atendimento, pelo e-mail central_vha@tjro.jus.br ou por telefone (69) 3316-3610, das 07 horas às 14 horas em dias úteis.
Informações importantes para participar da audiência:
1) Participando pelo computador: Necessário câmera e microfone instalados; Basta clicar no link enviado ao endereço de e-mail fornecido à secretaria do Juízo, não será necessário instalar nenhum aplicativo.
2) Participando pelo celular: Necessário instalação prévia do aplicativo Google Meet, disponível na Play Store ou App Store; Após, basta clicar no link enviado ao endereço de e-mail fornecido à secretaria do Juízo.
O link da audiência será encaminhado para e-mails e telefones informados, sendo de responsabilidade dos informantes, observando que devem também serem fornecidos os e-mails e números de telefones das testemunhas arroladas se as partes não forem assistidas por advogados.
No horário da audiência por videoconferência, as partes devem estar disponíveis através do e-mail e número de celular indicados para que a audiência possa ter início, e, tanto as partes como os advogados acessarão e participarão após serem autorizados a entrarem na sala virtual, observando que as testemunhas somente serão autorizadas a entrarem na sessão no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha pedido de depoimento pessoal, em tudo observando a incomunicabilidade entre elas, sob pena de ser(em) processada(s) criminalmente.
Os advogados, as partes e a testemunha deverão comprovar suas respectivas identidades no início da audiência ou de suas oitivas, mostrando documento oficial com foto, para conferência e registro.
Caso a parte não possua meios para participar remotamente da audiência por videoconferência, poderá EXCEPCIONALMENTE acompanhar a audiência fisicamente nas dependências do fórum localizado na Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena, na sala de audiências conforme previsto no ATO CONJUNTO N. 018/2021-PR-CGJ, devendo as demais partes permanecerem virtualmente.
Aos que de modo EXCEPCIONAL participarem presencialmente serão observados os protocolos sanitários, tais como o distanciamento dos participantes, guardada a distância de, no mínimo, 2 metros e o oferecimento de álcool em gel para assepsia.
Saliento que a intimação das testemunhas caberá à parte que as arrolou.
Caso a parte pretenda a intimação das testemunhas, deverá informar nos autos no prazo de 03 (três) dias a partir da intimação desta decisão.
Intimem-se as partes especificamente quanto ao depoimento pessoal determinado.
SERVIRÁ ESTA DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/COMUNICAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Vilhena, 5 de janeiro de 2023.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621 e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 0011590-26.2012.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado do(a) EXEQUENTE: DANIELE GURGEL DO AMARAL - RO1221
EXECUTADO: CARLOS SILVA AUGUSTO e outros (2)
Advogado do(a) EXECUTADO: ERIC JOSE GOMES JARDINA - RO3375
INTIMAÇÃO/EXEQUENTE DESPACHO ID 83111211: "Vistos. O levantamento dos valores por meio do alvará de ID 80678693 não foi feito. Assim, DEFIRO o pedido de ID 82277337. Após, intime-se a parte exequente para impulsionar o feito, sob pena de suspensão. Pratique-se o necessário. Vilhena/RO, 17 de outubro de 2022. Andresson Cavalcante Fecury. Juiz de Direito"

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621 e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 0005760-45.2013.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: Simonetto Comércio e Transportes Ltda
Advogados do(a) EXEQUENTE: MIGUEL EROTILDES DA ROCHA - RO0005394A, VALDIR ANTONIAZZI - RO0000375A-B
EXECUTADO: MAURO CEZAR MARQUES SOLEY e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: JOSE CARLOS LINO COSTA - RO1163
Intimação AUTOR(A)/EXEQUENTE
Fica a parte AUTORA/EXEQUENTE intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Vilhena, 5 de janeiro de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621 e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 7005959-98.2020.8.22.0014
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LEONIDES FATIMA MARCHI FACHI e outros (2)
Advogados do(a) AUTOR: HELEN KAROLINE ZAN SANTANA - RO9769, ROBERTO CARLOS MAILHO - RO3047, HULGO MOURA MARTINS - RO4042
REU: ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A
Advogado do(a) REU: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289
INTIMAÇÃO/AUTOR INTIMAR o(a) AUTOR(A) da juntada do Ofício nº 2810/2022/IPERON-GEFPAP no ID 85584875, devendo apresentar manifestação no prazo de 05 (cinco) dias
Vilhena(RO), 5 de janeiro de 2023
JUNIOR MIRANDA LOPES
Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621 e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 0010560-48.2015.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: Canopus Administradora de Consórcios S.c. Ltda
Advogados do(a) EXEQUENTE: LEANDRO CESAR DE JORGE - SP200651, LUDOVICO ANTONIO MERIGHI - SP24821, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, MARCELO BRASIL SALIBA - RO5258-A, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - RO4658-O
EXECUTADO: JANICE DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXECUTADO: WILLIAN FROES PEREIRA NASCIMENTO - RO6618
INTIMAÇÃO/EXEQUENTE DESPACHO ID 85103822: "Vistos. Com relação ao pedido do Id 83734661, já ficou consignado no despacho do Id 83416724 a ordem para expedir a Transferência em favor do exequente, portanto, prossiga-se. Após, o exequente deverá dar impulso ao feito, em 05 dias, sob pena de suspensão e arquivamento. Vilhena/RO, 9 de dezembro de 2022. Andresson Cavalcante Fecury. Juiz de Direito"

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621
e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 7008803-50.2022.8.22.0014
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: BRUNO HENRIQUE LOUZADA DE SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: JULIO AUGUSTO TIBURCIO - SP407300, ANDERSON BALLIN - RO5568, JOSEMARIO SECCO - RO724
REU: NIVALDO ALVES CORDEIRO
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo ID 85184391. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.
Vilhena(RO), 5 de janeiro de 2023
JUNIOR MIRANDA LOPES
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621
e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 7010348-58.2022.8.22.0014
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: B. S. M.
Advogados do(a) AUTOR: MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO5836, EDUARDO MEZZOMO CRISOSTOMO - RO3404
REU: RICHARDSON LACERDA DIAS e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo ID 85212467. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.
Vilhena(RO), 5 de janeiro de 2023
JUNIOR MIRANDA LOPES
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621
e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 7008773-15.2022.8.22.0014
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: BRUNO GABRIEL DE OLIVEIRA TALEVI
Advogado do(a) AUTOR: BARBARA BARBOSA LIMA - RO3387
REU: EDINALDO LOPES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REU: MARIA CELIA DE SOUZA - RO12309
INTIMAÇÃO AUTOR(A)
Fica(m) o(s) AUTOR(ES), por intermédio de seu(s) advogado(s), INTIMADOS(s) para querendo apresentar impugnação à contestação no prazo legal, como proceder o recolhimento das custas iniciais adiadas (Código 1001.2), caso não tenha sido recolhida.
Vilhena(RO), 5 de janeiro de 2023
JUNIOR MIRANDA LOPES
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621
e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 7008273-46.2022.8.22.0014
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: NELSON JOSE PIEROSAN
Advogados do(a) AUTOR: ANDRE COELHO JUNQUEIRA - RO6485, MARIA CAROLINA DE FREITAS ROSA FUZARO - RO6125, RAFAELA CAVALCANTE CASTILHO - RO12156

REU: AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e outros
Advogado do(a) REU: BRUNO LANZA DE ABREU - SP434370
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo ID 83244835. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.
Vilhena(RO), 5 de janeiro de 2023
JUNIOR MIRANDA LOPES
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621 e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 7010629-14.2022.8.22.0014
Classe: DIVÓRCIO LITIGIOSO (12541)
REQUERENTE: THAIS CRISTINA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: KELEN CRISTINA DE BRITO DA SILVA - RO12147
REQUERIDO: WILLIAM ANACLETO BRUGNAGO CORDEIRO
Intimação AUTOR(A)
Fica a parte AUTORA/EXEQUENTE intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Vilhena, 5 de janeiro de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621 e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 7003621-25.2018.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
EXECUTADO: WELINGTON VEIGA GOMES e outros (2)
Advogado do(a) EXECUTADO: JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A
INTIMAÇÃO EXECUTADO
Fica o(a) EXECUTADOS INTIMADOS(AS) acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido ID 85584890, devendo proceder a retirada do expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Vilhena(RO), 5 de janeiro de 2023
JUNIOR MIRANDA LOPES
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

2ª VARA CÍVEL

Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
PROCESSO: 7011319-43.2022.8.22.0014
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTE: I. S. D. N.
ADVOGADO DO ADOLESCENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 0,00
DESPACHO
Trata-se de execução de medida socioeducativa aplicada à adolescente INÁCIO SILVA DO NASCIMENTO, consistente em INTERNAÇÃO SEM ATIVIDADES EXTERNAS.

O órgão gestor do atendimento socioeducativo apresentou o PIA da adolescente.
Instado a se manifestar, a Defesa e o Ministério Público não impugnaram o PIA apresentado.
Diante disso, homologo o plano individual apresentado.
No mais, aguarde-se o cumprimento total da medida.
Após, ao MP e por fim, conclusos.
Vilhena/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz (a) de Direito

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
7000059-32.2023.8.22.0014
Alienação Fiduciária
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
R$ 27.406,37
AUTOR: Banco Bradesco S.A, BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO AUTOR: EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, BRADESCO
REU: FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA FILHO, CPF nº 01020686316, RUA ANTÔNIO CARLOS JOBIM 01 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Intime-se o autor para, no prazo de 15 dias, recolher as custas iniciais, sob pena de indeferimento da petição inicial, não sendo atendida venham os autos conclusos. Devidamente atendida a determinação, prossiga-se da seguinte forma:
Diante das informações prestadas, DEFIRO liminarmente a medida com fundamento no art. 3° do Dec. Lei 911/69, uma vez que ficou comprovado documentalmente o vínculo contratual e a mora do devedor. Proceda-se com a Busca e Apreensão, depositando-se o bem com a pessoa indicada pelo autor, devendo o ato ser cumprido pelo oficial de justiça com as prerrogativas do art. 212, § 2º, do CPC.
Executada a liminar, terá o réu o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para pagar a integralidade da dívida, hipótese na qual o bem ser-lhe-á restituído livre de ônus (D.L 911/69, art.3º, §§ 2º e 3º, com redação da lei 10.931/04), sob pena de consolidação da posse e propriedade do bem em poder do credor fiduciário. Esta advertência deverá constar expressamente no mandado.
No ato da execução da liminar, o réu deverá ser citado para, em 15 (quinze) dias, caso queira, apresentar resposta, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegado pelo autor na petição inicial e, consequente decretação da revelia (D.L 911/69, art. 3º, § 3º, com redação da lei 10.931/04).
Deverá o autor no prazo de 05 dias informar o nome do depositante para cumprimento da liminar.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO PARA OS DEVIDOS FINS, OBSERVANDO-SE OS SEGUINTES DADOS:
RÉU: FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA FILHO, brasileiro, solteiro, assistente, inscrito no CPF n. 010.206.863-16, residente e domiciliado na Rua Antônio Carlos Jobim, n. 01, Bairro Centro, CEP 76.990-000, Chupinguaia/RO e JOÃO GAION JÚNIOR, brasileiro, inscrito no CPF n. 220.447.952-72, residente e domiciliado na Rua Manoel Laurentino de Souza, n. 537, Bairro Nova Porto Velho, CEP 76.820-146, Porto Velho/RO.
BEM A SER APREENDIDO: MARCA MODELO: CHEVROLET AGILE LTZ 1.4 8V EASYTRONIC 40, COR VERDE ANO FAB/MODE: 2012/2013, CHASSI 8AGCN48X0DR119401, RENAVAM 00486295060, PLACA NDN2I18, UF/RO.

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
Processo: 7000074-98.2023.8.22.0014
Classe: Inventário
REQUERENTES: JONATAN RAFAEL VEIGA DOS SANTOS MINOTTO, MARLON MINOTTO, MAIKON MINOTTO, WILSON MINOTO, SUELY MINOTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: RENILDA OLIVEIRA FERREIRA, OAB nº RO7559
INVENTARIADO: APARECIDA MARIA MINOTO
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Defiro a gratuidade judiciária.
Retifique-se o polo passivo passando a constar ESPÓLIO DE APARECIDA MARIA MINOTO.
Tendo vista se tratar de partilha amigável, processe-se como arrolamento sumário nos termos do art.655 do CPC.
Nomeio inventariante a requerente SUELI MINOTO, brasileira, divorciada, beneficiário do INSS, inscrita no CPF n. 288.135.882-91, portadora do RG n. 20.147.871, residente e domiciliada na Rua 739, n. 600, Bairro Bodanese, Vilhena-RO, CEP 76980-000, fone (69) 9 9944-4865, SERVINDO O PRESENTE COMO TERMO DE INVENTARIANTE.
Intime-se a inventariante para apresentar no prazo de 30 dias:

a) certidão negativa de débito fiscal municipal.
B) apresentar a certidão negativa testamentária que deverá ser retirada perante o cartório de registro de pessoas naturais.
Após, citem-se os interessados as Fazendas para se manifestarem, ocasião em que a Fazenda Estadual deverá ter ciência do lançamento do ITCMD, observando o que dispõe o art. 662 do CPC.
Após o cumprimento da providência supra retornem os autos conclusos para homologação porquanto, não havendo menores nem incapazes, não há necessidade de avaliação de bens e/ou vistas ao Ministério Público (artigos 661 e 178 do NCPC).
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/ MANDADO/INTIMAÇÃO/TERMO DE COMPROMISSO DE INVENTARIANTE.
quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito

Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
PROCESSO: 7004077-43.2016.8.22.0014
EXEQUENTE: FLAVIO TAVARES, CPF nº 07876128718
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCIO DE PAULA HOLANDA, OAB nº RO6357
EXECUTADO: FLAVIO L ALVES CONSTRUTORA EIRELLI EPP, CNPJ nº 00953493000184
ADVOGADOS DO EXECUTADO: LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022, VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883
VALOR DA CAUSA: R$ 303.500,00
DESPACHO
Intime-se a parte exequente pessoalmente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e levantamento da restrição que recaiu sobre veículo de propriedade do executado.
SERVE O PRESENTE COMO EXPEDIENTE.
Vilhena/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz (a) de Direito

Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
PROCESSO: 7000045-48.2023.8.22.0014
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: SUERLEY DO NASCIMENTO, CPF nº 73636177249
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 16.274,36
DESPACHO
Defiro a expedição de certidão para fins de protesto.
SERVE O PRESENTE COMO EXPEDIENTE.
Vilhena/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 0026895-26.2007.8.22.0014
Atos executórios
Execução Fiscal
R$ 2.933,69
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: ALDENIR RODRIGUES DA SILVA, RUA SÃO JOSÉ 2514, NÃO CONSTA VILA LOBÃO - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA, FERNANDO LIMA SILVA, ZENILTON LUIZ KURTZ, NUTRIVIL PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Cuida-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, ajuizada pelo ESTADO DE RONDÔNIA em face de NUTRIVIL PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA E OUTROS.

Conforme manifestação juntada pela parte exequente, esta informou que o executado quitou o débito executado nesta ação.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos, nos termos do art. 924, II do novo Código de Processo Civil.
CONDENO o executado ao pagamento de custas e despesas judiciais, em 15 dias após o trânsito em julgado da sentença, sob pena de expedição de certidão de débito para fins de protesto extrajudicial e inscrição automática em dívida ativa fiscal estadual.
CONDENO o executado ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, que fixo em 10% do valor dado à causa.
Sentença publicada automaticamente.
Intime-se. Considerando a preclusão lógica, arquivem-se.
SERVE O PRESENTE COMO EXPEDIENTE.

Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
PROCESSO: 7012520-70.2022.8.22.0014
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REQUERIDO: J. S. S.
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 0,00
DESPACHO
Trata-se de execução de medida socioeducativa aplicada à adolescente JHENIFER OLIVEIRA SILVA, consistente em INTERNAÇÃO SEM ATIVIDADES EXTERNAS.
O órgão gestor do atendimento socioeducativo apresentou o PIA da adolescente.
Instado a se manifestar, a Defesa e o Ministério Público não impugnaram o PIA apresentado.
Diante disso, homologo o plano individual apresentado.
No mais, aguarde-se o cumprimento total da medida.
Após, ao MP e por fim, conclusos.
Vilhena/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz (a) de Direito

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
Autos n. 7000069-76.2023.8.22.0014 -
Classe:Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 04/01/2023
AUTOR: KAROLAYNE RIBEIRO DA SILVA, AVENIDA ARACAJU 3635 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-157 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RAPHAEL TAVARES COUTINHO, OAB nº RO9566
REU: SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA SA, QUADRA SIG QUADRA 6 2080, SALA 104 ZONA INDUSTRIAL - 70610-460 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
REU SEM ADVOGADO(S)
R$ 19.523,73
D E S P A C H O
Defiro a Justiça Gratuita.
O Ato Conjunto n. 009/2020 PR-CGJ previu a possibilidade de realização de audiências por videoconferência, as audiências de conciliação deste juízo realizar-se-ão por meio da rede mundial de computadores - internet, através do aplicativo “WhatsApp”, podendo ser utilizado pela parte interessada algum aparelho eletrônico, tais como celular, notebook ou computador, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando, podendo receber auxílio do respectivo patrono/advogado.
DESIGNO audiência de conciliação/mediação para quinta-feira, dia 22 de Março de 2023, às 09h, a ser realizada por videoconferência (WhatsApp), nos termos do Provimento n. 019/2021-CGJ, pelo Núcleo de Conciliação e Mediação - NUCOMED.
No horário da audiência por videoconferência, as partes deverão estar disponíveis através do e-mail e/ou número de celular indicados em local apropriado, para que a audiência possa ter início, e tanto as partes como os advogados acessarão e participarão do ato após serem autorizados a ingressarem na sala virtual.
Os participantes deverão comprovar as respectivas identidades ao início da audiência, exibindo documento oficial com foto para conferência e registro.
Cite-se e intime-se a parte requerida e intime-se a parte autora.
Não havendo acordo o(s) réu(s) poderá(ão), no prazo de 15 dias contados a partir da audiência (CPC, art. 335, I), apresentar(em) resposta, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Com a contestação dê-se vista à parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar impugnação (CPC, art. 350 e 351).

Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para decisão saneadora.
Ciência ao CEJUSC, às partes e respectivos advogados.
Para as diligências nesta comarca, autoriza-se o uso das prerrogativas do art. 212 do NCPC e respectivos parágrafos.
Pratique-se o necessário.
O Oficial de Justiça deverá colher o número do celular/whatsapp e e-mail da parte requerida, para os quais serão encaminhadas as informações da audiência. No cumprimento da ordem, o Oficial de justiça deverá certificar proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/MANDADO/ E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTE PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO,5 de janeiro de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito
Informações de participação do Google Meet
Link da videochamada: https://meet.google.com/aui-zsuu-mtc
Ou disque: (BR) +55 19 4560-9622 PIN: 777 776 629#
Outros números de telefone: https://tel.meet/aui-zsuu-mtc?pin=1137255140835

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
Processo: 7010693-24.2022.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO (10980)
EXEQUENTE: C. B. S. C.
Advogados do(a) EXEQUENTE: CASTRO LIMA DE SOUZA - RO0003048A, FABIANA TIBURCIO - RO10894
EXECUTADO: C. D. S. C.
Advogado do(a) EXECUTADO: JAQUELINE FERNANDA MOREIRA MATTOS - RO8917
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA
Fica a parte autora intimada para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção nos termos do Art. 485, III do CPC.

3ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002125-87.2020.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Penhora / Depósito/ Avaliação
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ nº 04902979004301, BANCO DA AMAZÔNIA 800, AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 800 CAMPINA - 66017-901 - BELÉM - PARÁ
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LUIZ GUSTAVO FLEURY CURADO BROM, OAB nº TO2939, KEYLA MARCIA GOMES ROSAL, OAB nº TO2412
EXECUTADO: TEREZINHA DOS SANTOS, NA CHÁCARA 07, SETOR 115, GRIPA 0 ZONA RURAL - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
DESPACHO
Trata-se de execução de título extrajudicial proposta por BANCO DA AMAZÔNIA S/A em face de TEREZINHA DOS SANTOS.
O executado noticiou nos autos renegociação das operações, informando que a próxima parcela do acordo vence em 10/11/2023 e requer a suspensão do feito até esta data.
Defiro o pedido e determino a suspensão do processo até o dia 10 de novembro de 2023.
Decorrido o prazo, intime o exequente a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.
Cumpra-se.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7012837-68.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Dever de Informação

AUTOR: HEITOR HENRIQUE MUNIZ COATI, CPF nº 58984011215, RUA SANTA LUZIA 490 SÃO JOSÉ - 76980-308 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALCIR LUIZ DE LIMA, OAB nº RO6770
REU: HERBERT RODRIGUES, AVENIDA FRANCISCO DE PAULA LEITE 285, PAVIMENTO SUPERIOR JARDIM PEDROSO - 13343-040 - INDAIATUBA - SÃO PAULO, SMARTKEY CORRESPONDENTE FINANCEIRO LTDA, AVENIDA FRANCISCO DE PAULA LEITE 285, PAVMTO SUPERIOR JARDIM PEDROSO - 13343-040 - INDAIATUBA - SÃO PAULO
DESPACHO
Antes de analisar o pedido de gratuidade da justiça formulado pela parte requerente, determino sua intimação para comprovar, documentalmente, a suposta hipossuficiência alegada ou momentânea incapacidade financeira.
Ademais, em que pese as argumentações expostas pela parte autora de que é hipossuficiente e a juntada de alguns documentos de seus gastos com financiamento e cartão de crédito, estas não são suficientes para comprovar a alegada miserabilidade.
O atual entendimento da jurisprudência, inclusive do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, é o de que não basta o pedido de assistência judiciária gratuita.
Neste sentido, entendimento pacificado no Tribunal de Justiça de Rondônia:
Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Ausência de comprovação. Recurso improvido. O diferimento do pagamento das custas ao final do processo não é medida descabida, mas razoável e proporcional à problemática autoral trazida ao Judiciário, sobretudo porque é entendimento já consolidado por esta Egrégia Corte que, conquanto a simples declaração de pobreza aliada à situação fática apresentada pode ser o suficiente para o deferimento do benefício, é possível que o magistrado investigue a real situação do requerente, exigindo a respectiva prova, quando os fatos levantarem dúvidas acerca da hipossuficiência alegada. Ausente a comprovação da situação de hipossuficiência, não há como ser deferido o pedido da gratuidade, impondo-se a manutenção da decisão agravada nesse ponto. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800075-56.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 16/12/2020).
Salienta-se que deve o juízo agir com máxima cautela para não conceder a justiça gratuita a pessoas que, aos olhos da lei, não possam ser consideradas hipossuficientes. Seria irregular a concessão de benefício de assistência judiciária gratuita àqueles que não demonstram cabalmente a insuficiência financeira para o exercício do direito, embora com dificuldades (e dificuldade não é sinônimo de impossibilidade).
Ademais, nos termos do art. 99, § 2º, parte final, do Código de Processo Civil deverá apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho legível e, sendo empregado (a), cópia do último comprovante de salário e, ainda, outros documentos comprobatórios.
Dessa forma, intime-se o autor a emendar a inicial, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, extinção ou arquivamento, trazendo aos autos elementos comprobatórios da situação de insuficiência econômica e/ou proceder o recolhimento das custas.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003505-77.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: JINEIDI ANGELICA WRUBEL, CPF nº 97724955115, AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO 1950 SÃO JOSÉ - 76980-300 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDUARDO MEZZOMO CRISOSTOMO, OAB nº RO3404, MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO, OAB nº RO5836
REU: CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA., AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 14401, ANDAR 27 VILA GERTRUDES - 04794-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: VALERIA CRISTINA BAGGIO DE CARVALHO RICHTER, OAB nº MT4676
DESPACHO
Modifique-se a autuação para “Cumprimento de Sentença”.
Intime-se o executado, por seu advogado constituído, para pagar o débito em 15 dias, ficando advertido que não procedendo ao pagamento voluntário o débito será acrescido de honorários advocatícios de 10% e também de multa de 10% (CPC, art. 523).
Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos próprios autos sua impugnação (art. 525).
Servirá esta decisão como carta/mandado de intimação, a ser cumprido no endereço declinado na inicial.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
Endereço eletrônico: vha3civel@tjro.jus.br
Link balcão virtual: https://meet.google.com/ogm-vsjw-xtm
PROCESSO: 7001491-91.2020.8.22.0014
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
POLO ATIVO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Advogados do(a) EXEQUENTE: SILVIA SIMONE TESSARO - PR26750, CRISTIANE TESSARO - RO1562-A
Advogado(s) do reclamante: CRISTIANE TESSARO, SILVIA SIMONE TESSARO
POLO PASSIVO: E. RODRIGUES FILHO TRANSPORTE EIRELI - ME e outros
CERTIDÃO
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 33 das Diretrizes Judiciais, independentemente de despacho, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) Intimar as partes para, em 05 dias, manifestar-se acerca da devolução da Carta Precatória.
Quinta-feira, 05 de Janeiro de 2023
PATRICIA DE SANTI
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001646-60.2021.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Alienação Fiduciária
REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S.A, BANCO BRADESCO S.A. SN, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ANTONIO BRAZ DA SILVA, OAB nº AL6557, BRADESCO
REQUERIDO: JOSE PAULO LEME SOUZA, RUA MAMEDE ABRAÃO 3443 JARDIM SOCIAL - 76981-296 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: GUILHERME SCHUMANN ANSELMO, OAB nº RO9427
DESPACHO
Intme-se o exequente a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao prosseguimento do feito.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos.
Vilhena, data e hora certificadas pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7007299-14.2019.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: DISAGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJA LTDA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANDERSON BALLIN, OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724
Polo Passivo: NELSON RODRIGUES DA COSTA, CPF nº 39021572249, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 9153 S-12 - 76987-608 - VILHENA - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 4.411,61
DESPACHO
Defiro o pedido formulado pela parte autora, considerando o desconhecimento acerca do atual do endereço do réu.
Assim, determino a expedição de edital de citação e intimação.
Transcorrido o prazo sem manifestação da parte promovida, desde já, nomeio a Defensoria Pública Estadual como sua curadora especial.
Desta forma, remetam-se os autos ao curador especial, que possui legitimidade para apresentar defesa, na forma do art. 72, II, do Código de Processo Civil.
Apresentada a contestação, intime-se o autor a se manifestar, em 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá especificar as provas que pretende produzir.

Por fim, venham-me conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.
PRAZO: 30 dias
FINALIDADE:
01 - CITAR: a(s) parte(s) requerida(s) acima qualificada(s) dos termos da presente ação contra ela(s) imposta.
02 - INTIMAR: o(s) réu(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, bem como especificar as provas que pretende produzir, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7012891-34.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Eletiva
AUTOR: RIVALDO DIAS DOS SANTOS, CPF nº 83278559720, AVENIDA SABINO BEZERRA DE QUEIROZ 3526 JARDIM AMÉRICA - 76980-794 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702, GILSON ELY CHAVES DE MATOS, OAB nº RO1733
REU: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO, AV. CAPITAO CASTRO 4376 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 90.757,40
DECISÃO
Trata-se de Ação declaratória c/c obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência c/c danos morais ajuizada por RIVALDO DIAS DOS SANTOS contra UNIMED VILHENA – COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO.
Em síntese, narra o autor que possui plano de saúde com a ré e que em janeiro de 2022, apresentou no olho esquerdo diagnóstico de edema de córnea apical, bolhoso, com leucoma (CID: H18.1), tendo o profissional que o acompanha indicado o tratamento de transplante de córnea com técnica DMEK.
Sustenta que em janeiro de 2022 submeteu à ré o laudo e prescrição médicas e teve a cobertura do procedimento negada diante da justificativa que o procedimento solicitado não encontra cobertura obrigatória.
Afirma que precisou, por conta própria, e sem cobertura do plano de saúde, arcar com as despesas do tratamento, que totalizou a importância de R$35.998,70 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos). Aduz que a em resposta à solicitação de reembolso, a ré ofereceu valor aquém do custo do tratamento realizado.
Narra ainda que após o procedimento cirúrgico do olho esquerdo, apresentou ceratopatia bolhosa no olho direito, também sendo indicado o tratamento de transplante de córnea com técnica DMEK para tentativa de reabilitação visual. E também teve a cobertura deste procedimento negada pelo plano de saúde.
Por essa razão, requereu a concessão do pedido de tutela provisória de urgência para que a ré promova a cobertura do tratamento indicado no olho direito com custeio integral do tratamento, no total de R$35.378,70 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta centavos). No mérito a confirmação da tutela provisória de urgência e o ressarcimento a título de danos materiais do tratamento do olho esquerdo e direito, além de condenação de danos morais no valor de R$20.000,00 (cinte mil reais). Junta documentos.
Vieram os autos conclusos, decido.
De plano, saliento que trata-se de relação jurídica que envolve a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, nos moldes do Enunciado 469 da súmula do Superior Tribunal de Justiça, cujo texto estabelece que “Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde”.
Para concessão da antecipação da tutela pretendida, deve restar demonstrada a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme determina o artigo 300 do CPC.
Ao examinar os autos, verifico que o autor foi diagnosticado com distrofia de Fuchs em olho esquerdo, levando a baixa acuidade visual e Ceratopatia Bolhosa no olho direito, levando a baixa acuidade visual no olho direito.
Os documentos jungidos ao feito, indicam que há expressa indicação médica para o procedimento de Transplante de córnea com técnica DMEK no olho direito e esquerdo e a recusa da ré funda-se, em essência, na falta de previsão no rol de procedimentos obrigatórios da ANS.
Ocorre que é pacífico o entendimento nos tribunais de que a operadora pode limitar as doenças cobertas pelo contrato, mas não o tratamento, a utilização de materiais ou procedimento escolhido pelo médico como o mais adequado à preservação da integridade física do segurado/usuário.
Anote-se que não cabe à operadora do plano de saúde, mas ao médico que assiste o paciente, decidir qual é o procedimento mais indicado em face de seu estado de saúde, sendo que no caso do autor tudo o que a medicina fornecer como tentativa de conter a trágica doença deve ser custeada pelo seguro saúde.
No mesmo sentido, o posicionamento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual “o plano de saúde pode estabelecer quais doenças estão sendo cobertas, mas não que tipo de tratamento está alcançado para a respectiva cura” (Resp. 668.216/SP - relator ministro Carlos Alberto Menezes Direito - j. em 15.3.2007).

Assim, o fato de eventual tratamento médico não constar do rol de procedimentos da ANS não significa, por si só, que a sua prestação não possa ser exigida pelo conveniado, pois, tratando-se de rol exemplificativo, a negativa de cobertura do procedimento médico cuja doença é prevista no contrato firmado implicaria a adoção de interpretação menos favorável ao consumidor (AgInt no AREsp 1471762/ DF - relator ministro Marco Aurélio Bellizze - j. em 23.3.2020).
Portanto, em juízo de cognição sumária, patente a verossimilhança das alegações e o perigo de dano, de modo que CONCEDO A TUTELA PROVISORIA DE URGÊNCIA e DETERMINO à requerida UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MEDICO que autorize e custeie as despesas para o procedimento de Transplante de córnea com técnica DMEK no olho direito, por meio do custeio integral do tratamento do requerente RIVALDO DIAS DOS SANTOS, no valor de R$35.378,70 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta centavos), sob pena de aplicação de multa diária em caso de não cumprimento.
Custas recolhidas no percentual de 2%, portanto, deixo de designar audiência de conciliação.
Cite-se e intime-se a requerida para, querendo, contestar a ação, sob pena de revelia e confissão, no prazo de quinze dias.
Após, intime-se o autor para impugnar, no mesmo prazo, e tornem conclusos para saneamento.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/CARTA PRECATORIA/OFICIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTE
Cumpra-se por oficial de justiça plantonista.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
Endereço eletrônico: vha3civel@tjro.jus.br
Link balcão virtual: https://meet.google.com/ogm-vsjw-xtm
PROCESSO: 7006276-96.2020.8.22.0014
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
POLO ATIVO: SILVIA MAYRA ARARUNA DE ALMEIDA
Advogados do(a) AUTOR: BRUNA NOEMI BRUNEL RODRIGUES - RO10600, RENILDA OLIVEIRA FERREIRA - RO7559
Advogado(s) do reclamante: RENILDA OLIVEIRA FERREIRA, BRUNA NOEMI BRUNEL RODRIGUES
POLO PASSIVO: GENILSON GOMES DE MOURA
Advogado do(a) REU: ELIAS MALEK HANNA - RO356-B
Advogado(s) do reclamado: ELIAS MALEK HANNA
CERTIDÃO
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 33 das Diretrizes Judiciais, independentemente de despacho, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(X) Intimar as partes para se manifestarem, em 05 dias, acerca dos novos documentos juntados (proposta de honorários periciais e currículo da perita Id n. 85587012).
Quinta-feira, 05 de Janeiro de 2023
PATRICIA DE SANTI
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005138-26.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MARIA DE JESUS AIRES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: CASTRO LIMA DE SOUZA, OAB nº RO3048A, INGRID SILVA BARBOZA, OAB nº RO12248
Polo Passivo: MARIA DE JESUS AIRES DE OLIVEIRA, CPF nº 51510537287, RUA SÃO MANOEL 16 NAZARÉ - 65215-000 - VIANA - MARANHÃO
ADVOGADO DO REU: VALDINEY DE ARAUJO CAMPOS, OAB nº RO10734
DECISÃO
Ante a notícia de interposição de recurso de Agravo de Instrumento pelo exequente, com fundamento no art. 1.018, §1º, do CPC, faço uso do juízo de retratação e REVOGO A DECISÃO DE ID 83599414.
Compulsando detidamente os autos, verifico que, de fato, a contestação foi tempestiva, sendo protocolada no dia 16/09/2022 (ID-81893374).
Encaminhe-se o presente via ofício ao TJRO para instrução do agravo de instrumento de n. 0811330-06.2022.8.22.0000.
Após encaminhamento do ofício e ciência das partes, voltem os autos conclusos para decisão saneadora.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO DE COMUNICAÇÃO AO RELATOR do agravo de instrumento de n. 0811330-06.2022.8.22.0000. TRIBUNAL DE JUSTIÇA ACERCA DA RETRATAÇÃO DESTE JUÍZO, PARA FINS DO ART. 1.018, §1º, DO CPC.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001626-06.2020.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Inadimplemento
EXEQUENTE: DISAGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJA LTDA, CNPJ nº 63622856000119, AVENIDA MARECHAL RONDON 3800 CENTRO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANDERSON BALLIN, OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724
ALVARÁ DE SOLTURA: WANDERLEI DOS SANTOS SANTANA, RUA CINCO MIL CENTO E UM 2887 SETOR 03 - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ALVARÁ DE SOLTURA: EDNA APARECIDA CAMPOIO, OAB nº RO3132
DESPACHO
Como a exequente não logrou êxito em encontrar bens penhoráveis em nome do executado, suspendo o feito, nos termos do artigo 921, III do Código de Processo Civil, pelo prazo de 1 (um) ano.
Decorrido o prazo, intime-se a exequente a impulsionar o feito em 05 (cinco) dias.
Caso não se manifeste ou, manifestando, requeira o arquivamento, arquivem-se os autos, oportunidade em que fluirá a contagem do prazo de prescrição intercorrente (5 anos), nos termos dos §§2º e 4º do art. 921 do CPC.
Intime-se. Cumpra-se.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7013085-34.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso
AUTOR: MARCIA RODRIGUES GIMENES, CPF nº 60661151204, RUA JOSÉ TRAVALON 3392 JARDIM SOCIAL - 76981-283 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: DIANDRIA APARECIDA FANTUCI ARAUJO PEREIRA, OAB nº RO5910, JACQUES WILTON DE ARAUJO PEREIRA, OAB nº RO12144
REU: MUNICIPIO DE VILHENA, - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
DESCISÃO
Defiro o pedido de gratuidade judiciária.
Trata-se de ação AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO PARCIAL DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DAS DIFERENÇAS SALARIAIS RETROATIVA ÚLTIMOS 5 (CINCO) ANOS, DIREITO DO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA A RECEBER O PISO NACIONAL UNIFICADO DE ACORDO COM A LEI 11.738/2008 e, COM AS DIRETRIZES DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO – LEI 9.394/1996, C/C A LEI DO FUNDEB, VIOLAÇÃO INCONTESTE AO DIREITO AO PISO E DE 1/3 DA JORNADA DE TRABALHO PARA ATIVIDADE EXTRACLASSE – FIXAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA PARA O ADMINISTRADOR COMO PESSOA FÍSICA E PARA O MUNICÍPIO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO que alega fazer jus por decorrência legal da função.
A antecipação dos efeitos da tutela serve para adiantar, no todo ou em parte, os efeitos pretendidos com a sentença a ser proferida no final.
Dispõe o art. 300 do CPC: A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Consoante se depreende da singela leitura do regramento acima transcrito, revela-se indispensável à entrega de provimento antecipatório, não só a verossimilhança, mas também a existência de fundado receio de dano irreparável, aos quais se deverá buscar, na medida do possível, a maior aproximação ao juízo de segurança consignado na norma, sob pena de se subverter a finalidade do instituto da tutela antecipatória, tal como concebido pelo legislador ordinário.
Todavia, a Lei n.9.494/97, que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, dispõe que:
Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei n. 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei n. 8.437, de 30 de junho de 1992.
(...)
Art. 2º - B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. (Grifado).

Assim, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, não é possível a antecipação de tutela contra a Fazenda Pública nos casos de reclassificação ou concessão de aumento ou extensão de vantagens, nos termos da vedação contida no art. 1.º e art. 2º-B da Lei n. 9.494/97. Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. VEDAÇÃO LEGAL. ARTS. 1º E 2º B DA LEI Nº 9.494/97 e no art. 1º § 4º. I A Lei nº 9.494/97 veda, em sede de liminar, a antecipação dos efeitos da sentença para concessão de vantagens remuneratórias aos servidores públicos que enseje com a liberação de recursos contra a Fazenda Pública. II- Agravo Provido. Unanimidade. (TJ/MA, AI 0100702013 MA 0002209-35.2013.8.10.0000, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Publicação 05/06/2013, Relator RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA).

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - ADMINISTRATIVO - HONORÁRIOS DE CURADOR ESPECIAL NOMEADO - ADVOGADO DATIVO - TUTELA ANTECIPADA - IMPOSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 2º-B DA LEI N.º 9.494/97 - IMPOSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO DE MEMBRO DA DEFENSORIA PÚBLICA - CONDENAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CONVÊNIO ENTRE A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O ESTADO DE MINAS GERAIS – INAPLICABILIDADE. 1. É incabível a antecipação de tutela concedida em sentença de mérito que determina a liberação de recursos por parte da Fazenda Pública, conforme dispõe o art. 2º-B, da Lei n.º 9.494/97, em consonância com o art. 100, § 3º, da Constituição da República. 2. Como o ônus da assistência judiciária é do Estado, se a defensoria pública é inexistente ou insuficiente na localidade, é indispensável a nomeação de curador “ad hoc” para atuar em defesa do réu revel, o qual tem o direito de ser remunerado pelo próprio Estado. 3. O convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Minas Gerais e o Estado de Minas Gerais, o qual estipulou parâmetros para a fixação de honorários advocatícios, só se aplica aos honorários arbitrados durante a sua vigência e não vincula o magistrado da causa. (TJ/MG, AC 10378120016316001 MG, 8ª CÂMARA CÍVEL, Publicação 27/07/2015, Relator Edgard Penna Amorim).

Deste modo, a tutela de urgência pleiteada se confunde com o próprio mérito da ação de conhecimento, na medida em que é dotada de caráter eminentemente satisfativo em relação ao pedido principal, deve ser indeferida, pois o art. 1º, § 3º, da Lei n. 8.437/92, dispõe que não cabe medida liminar contra atos do Poder Público.

Além disso, não está configurado o dano irreparável ou de difícil reparação, haja vista que o alegado prejuízo admite reparação futura, pois, acaso julgado procedente o pedido da parte autora, esta receberá o pagamento dos danos materiais e morais eventualmente suportados.

Posto isso, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada pleiteado pela parte autora.

Por ora deixo de designar audiência de conciliação, considerando que a Requerente se manifestou expressamente nesse sentido.

Cite-se o réu para, no prazo de 30 dias (art. 183, CPC), apresentar defesa, sob pena de revelia.

Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou qualquer das matérias elencadas no art. 337 do CPC, dê-se vista à parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar impugnação com direito a produção de provas (CPC, art. 350 e 351).

Após, intimem-se as partes para querendo apresentarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e a pertinência, no prazo de cinco dias.

Intimem-se.

Defiro ao Sr. Oficial de Justiça proceder as diligências na forma do artigo 212 § 2.º do NCPC.

VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.

Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.

Eli da Costa Junior

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Vilhena - 3ª Vara Cível

Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena

Número do processo: 0001662-46.2015.8.22.0014

Classe: Cumprimento de sentença

Assunto: Dano ao Erário, Enriquecimento ilícito

EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA, AV. RONI DE CASTRO PEREIRA 4177, PAÇO MUNICIPAL DE VILHENA JARDIM AMÉRICA - 76980-736 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA

EXECUTADO: MAGNA SANDRA FERNANDES FRAGA, RUA: CARLOS STAHL 4901 JARDIM ELDORADO - 76987-050 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXECUTADO: ANTONIO AZEVEDO DE LIRA, OAB nº AM5474

DESPACHO

Defiro o pedido.

A pesquisa de valores via sistema SISBAJUD restou parcialmente frutífera.

Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca de seus ativos financeiros tornados indisponíveis, ocasião em que também poderá alegar as matérias elencadas no art. 854, § 2º e 3º, do Código de Processo Civil.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos.

Pratique-se o necessário.

Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.

Eli da Costa Junior

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002316-40.2017.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Perdas e Danos
EXEQUENTE: GILVAN RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 61698512287, AVENIDA SABINO BEZERRA DE QUEIROZ 3437 JARDIM AMÉRICA - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA, OAB nº RO6835, WILSON LUIZ NEGRI, OAB nº RO3757, LUCIANE BRANDALISE, OAB nº RO6073, HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA, OAB nº RO4513A
EXECUTADO: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A, RUA TANCREDO NEVES 3129, - DE 3007/3008 A 3187/3188 CALADINHO - 76808-112 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença proposto por GILVAN RODRIGUES DA SILVA contra YARA BRASIL FERTILIZANTES S.A.
A impugnação ao cumprimento de sentença foi acolhida em parte, os cálculos apresentados pela contadoria judicial foram homologados e determinado que a executada comprovasse o pagamento do valor remanescente.
A exequente comprovou o pagamento do valor remanescente (ID-84926563).
Face do exposto, com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, DECLARO EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ante o pagamento do débito.
Encaminhe ofício a Caixa Econômica Federal para que realize a transferência do valor para a conta do exequente.
Comprovada a transferência, sem pendências, arquive-se com as cautelas do estilo
Publicação e registros automáticos.
Intime-se. Cumpra-se.
Observadas as formalidades legais, arquivem-se.
Serve a presente de OFÍCIO.
Destinatário: Caixa Econômica Federal, agência local.
Finalidade: Senhor (a) gerente, proceda com a transferência de valores depositados junto a essa instituição financeira, agência local 1825, operação 040, conta judicial 01536452-3, o valor de R$ 535,12 (quinhentos e trinta e cinco reais e doze centavos) e seus acréscimos legais, zerando e inutilizando a conta após a transferência, para a seguinte conta: Banco: Caixa Econômica Federal – CEF Agência: 1825 Op.: 001 Conta corrente: 14.386-0, Titular: Wilson Luiz Negri CPF: 644.152.792-87.
Observação: Encaminhar comprovante de transferência para ao cartório deste juízo, por meio do e-mail: vha3civel@tjro.jus.br.
Processo: 7002316-40.2017.8.22.0014, vinculado a conta judicial.
Vilhena, data e hora certificadas pelo PJE .
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7013095-78.2022.8.22.0014
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Polo Ativo: A. C. F. E. I. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA, OAB nº SP115665, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Polo Ativo: H. B. G.
DECISÃO
Deixo de aplicar a disposição do parágrafo 9º, do art. 3º, do Decreto n.º 911/69, pois a inserção de restrição quando do recebimento da ação tem demonstrado ineficaz, haja vista tão logo se faça a restrição no sistema é formulado requerimento solicitando a retirada, e, considerando que a efetivação da medida pode ocorrer no curso da ação, sem qualquer prejuízo.
Trata-se de Ação de Busca e Apreensão fundada no Decreto n.º 911/69 (alterado pela Lei nº 10.931/2004), na qual estão comprovados o vínculo obrigacional e, em princípio, a mora do devedor. Assim, CONCEDO A LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO DO VEÍCULO DESCRITO NA PETIÇÃO INICIAL.
Considerando os reiterados casos neste juízo dando conta de que as partes requerentes retardam as diligências dos Oficiais de justiça, por conta da não indicação e da não apresentação da pessoa nomeada depositário fiel do bem, deverá a parte autora, via de seus advogados, indicar a pessoa, a fim de que seja executada a busca e apreensão, até 5 (cinco) dias após a distribuição do mandado.
Cumprida a liminar, CITE-SE, a parte requerida para, caso queira, com os benefícios do art. 212, § 2º, do CPC, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia e confissão ficta quanto a matéria de fato, não podendo realizar a purgação da mora, vez que o contrato é posterior à Lei n.º 10.931/2004. A resposta poderá ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do pagamento integral da dívida, caso entender havido pagamento a maior e desejar restituição.

INTIME-SE, ainda, a parte requerida, para caso queira, no prazo de 5 (cinco) dias corridos (REsp. 1770863/PR), após executada a liminar poderá pagar a integralidade da dívida pendente, valores estes apresentados pelo autor, sendo-lhe restituído o bem livre de ônus.
Na hipótese de alteração de endereço de onde o objeto de busca se encontre e indicado pelo requerente, desde já fica autorizado a expedição de novo mandado, para ser cumprido no novo local declinado. Caso o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, ora requerido, fica desde já facultado ao requerente a pleitear a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II, do Código de Processo Civil, conforme estabelece a nova redação do art. 4°, do Decreto n.º 911/69 (alterada pela Lei n.º 13.043/2014).
Lembre-se o cartório de que sempre deverá atualizar os cadastros do PJE, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.
Defiro o reforço policial, caso seja necessário, se a parte requerida opor obstáculo ao cumprimento do mandado.
Autorizo o uso das prerrogativas do artigo 212 e §§ do Código de Processo Civil.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Serve a presente de DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO, devendo ser instruída com cópia da peça inicial, onde está indicado os dados do veículo objeto da busca e apreensão e endereço da parte requerida.
REQUERIDO: HELDER BARBOSA GUIMARAES, CPF 605.250.106-53. Endereço: R NATAL 485, 5 BEC, Vilhena, CEP: 76980000.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000035-04.2023.8.22.0014
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Polo Ativo: Banco Bradesco Financiamentos S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398, BRADESCO
Polo Passivo: VERA LUCIA ESCHIONATO DA PENHA LIMA
DECISÃO
Fica a parte requerente intimada para comprovar o recolhimento das custas judiciais iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias, em 2% (dois por cento) sobre o valor atribuído à causa, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito com o cancelamento da distribuição (CPC, art. 290).
Saliento que, em consulta ao Sistema de Controle de Custas Processuais, não foi constatado o referido recolhimento.
Não havendo comprovação do pagamento, conclusos para extinção.
Do contrário, cumpra-se conforme abaixo:
Deixo de aplicar a disposição do parágrafo 9º, do art. 3º, do Decreto n.º 911/69, pois a inserção de restrição quando do recebimento da ação tem demonstrado ineficaz, haja vista tão logo se faça a restrição no sistema é formulado requerimento solicitando a retirada, e, considerando que a efetivação da medida pode ocorrer no curso da ação, sem qualquer prejuízo.
Trata-se de Ação de Busca e Apreensão fundada no Decreto n.º 911/69 (alterado pela Lei nº 10.931/2004), na qual estão comprovados o vínculo obrigacional e, em princípio, a mora do devedor. Assim, CONCEDO A LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO DO VEÍCULO DESCRITO NA PETIÇÃO INICIAL.
Considerando os reiterados casos neste juízo dando conta de que as partes requerentes retardam as diligências dos Oficiais de justiça, por conta da não indicação e da não apresentação da pessoa nomeada depositário fiel do bem, deverá a parte autora, via de seus advogados, indicar a pessoa, a fim de que seja executada a busca e apreensão, até 5 (cinco) dias após a distribuição do mandado.
Cumprida a liminar, CITE-SE, a parte requerida para, caso queira, com os benefícios do art. 212, § 2º, do CPC, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia e confissão ficta quanto a matéria de fato, não podendo realizar a purgação da mora, vez que o contrato é posterior à Lei n.º 10.931/2004. A resposta poderá ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do pagamento integral da dívida, caso entender havido pagamento a maior e desejar restituição.
INTIME-SE, ainda, a parte requerida, para caso queira, no prazo de 5 (cinco) dias corridos (REsp. 1770863/PR), após executada a liminar poderá pagar a integralidade da dívida pendente, valores estes apresentados pelo autor, sendo-lhe restituído o bem livre de ônus.
Na hipótese de alteração de endereço de onde o objeto de busca se encontre e indicado pelo requerente, desde já fica autorizado a expedição de novo mandado, para ser cumprido no novo local declinado. Caso o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, ora requerido, fica desde já facultado ao requerente a pleitear a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II, do Código de Processo Civil, conforme estabelece a nova redação do art. 4°, do Decreto n.º 911/69 (alterada pela Lei n.º 13.043/2014).
Lembre-se o cartório de que sempre deverá atualizar os cadastros do PJE, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.

Defiro o reforço policial, caso seja necessário, se a parte requerida opor obstáculo ao cumprimento do mandado.
Autorizo o uso das prerrogativas do artigo 212 e §§ do Código de Processo Civil.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Serve a presente de DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO, devendo ser instruída com cópia da peça inicial, onde está indicado os dados do veículo objeto da busca e apreensão e endereço da parte requerida.
REU: VERA LUCIA ESCHIONATO DA PENHA LIMA, CPF nº 38555131200, ÁREA RURAL 1 ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000034-19.2023.8.22.0014
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Polo Ativo: C. C. S. A. D. C.
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551
Polo Passivo: O. C. D. A. -. M.
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Fica a parte requerente intimada para comprovar o recolhimento das custas judiciais iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias, em 2% (dois por cento) sobre o valor atribuído à causa, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito com o cancelamento da distribuição (CPC, art. 290).
Saliento que, em consulta ao Sistema de Controle de Custas Processuais, não foi constatado o referido recolhimento.
Não havendo comprovação do pagamento, conclusos para extinção.
Do contrário, cumpra-se conforme abaixo:
Deixo de aplicar a disposição do parágrafo 9º, do art. 3º, do Decreto n.º 911/69, pois a inserção de restrição quando do recebimento da ação tem demonstrado ineficaz, haja vista tão logo se faça a restrição no sistema é formulado requerimento solicitando a retirada, e, considerando que a efetivação da medida pode ocorrer no curso da ação, sem qualquer prejuízo.
Trata-se de Ação de Busca e Apreensão fundada no Decreto n.º 911/69 (alterado pela Lei nº 10.931/2004), na qual estão comprovados o vínculo obrigacional e, em princípio, a mora do devedor. Assim, CONCEDO A LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO DO VEÍCULO DESCRITO NA PETIÇÃO INICIAL.
Considerando os reiterados casos neste juízo dando conta de que as partes requerentes retardam as diligências dos Oficiais de justiça, por conta da não indicação e da não apresentação da pessoa nomeada depositário fiel do bem, deverá a parte autora, via de seus advogados, indicar a pessoa, a fim de que seja executada a busca e apreensão, até 5 (cinco) dias após a distribuição do mandado.
Cumprida a liminar, CITE-SE, a parte requerida para, caso queira, com os benefícios do art. 212, § 2º, do CPC, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia e confissão ficta quanto a matéria de fato, não podendo realizar a purgação da mora, vez que o contrato é posterior à Lei n.º 10.931/2004. A resposta poderá ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do pagamento integral da dívida, caso entender havido pagamento a maior e desejar restituição.
INTIME-SE, ainda, a parte requerida, para caso queira, no prazo de 5 (cinco) dias corridos (REsp. 1770863/PR), após executada a liminar poderá pagar a integralidade da dívida pendente, valores estes apresentados pelo autor, sendo-lhe restituído o bem livre de ônus.
Na hipótese de alteração de endereço de onde o objeto de busca se encontre e indicado pelo requerente, desde já fica autorizado a expedição de novo mandado, para ser cumprido no novo local declinado. Caso o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, ora requerido, fica desde já facultado ao requerente a pleitear a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II, do Código de Processo Civil, conforme estabelece a nova redação do art. 4°, do Decreto n.º 911/69 (alterada pela Lei n.º 13.043/2014).
Lembre-se o cartório de que sempre deverá atualizar os cadastros do PJE, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.
Defiro o reforço policial, caso seja necessário, se a parte requerida opor obstáculo ao cumprimento do mandado.
Autorizo o uso das prerrogativas do artigo 212 e §§ do Código de Processo Civil.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Serve a presente de DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO, devendo ser instruída com cópia da peça inicial, onde está indicado os dados do veículo objeto da busca e apreensão e endereço da parte requerida.
REQUERIDO: O. C. DE AZAMBUJA - ME, CNPJ 27.968.085/0001-52. Endereço: Rua Domingues Linhares, nº 141, Bairro Centro (S-01), Vilhena/RO, CEP 76980-07.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7012781-35.2022.8.22.0014
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Polo Ativo: J. S. D. M.
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE COUTINHO ALBUQUERQUE GOMES, OAB nº MT12947
Polo Passivo: EDUARDO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS
DECISÃO
Acolho a emenda a inicial.
Processe-se com prioridade de tramitação e gratuidade de justiça.
Regularize o polo passivo para que conte o nome de EDUARDO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS - CPF: 041.943.501-89 como requerido e não como terceiro interessado.
Trata-se de ação com pedido de alimentos gravídicos proposta por JAQUELINE SUELY DE MOURA em desfavor de EDUARDO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS.
Em síntese, a parte autora afirma que manteve um breve relacionamento com o requerido e que do relacionamento adveio a concepção de um bebê. Aduz que está com trinta semanas de gestação e o requerido se nega a ajudar financeiramente. Alega que não possui condições de arcar com as despesas da gestação sozinha.
Determinada a emenda da inicial, juntou capturas de tela de conversas com o requerido.
Ao final, pugna pela concessão de tutela de urgência para fixar alimentos provisórios
É o relato necessário. DECIDO.
Pois bem.
O art. 2° da Lei n. 11.804/08 dispõe que os alimentos gravídicos compreenderão os valores para cobrir as despesas adicionais ao período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclusive as referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a juízo do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes.
Porém, a concessão de alimentos provisionais em sede de alimentos gravídicos demanda a existência de indícios de paternidade (art. 6° da Lei).
A respeito deste requisito, a parte autora apresentou capturas de telas de aplicativo em que há um diálogo com o réu que demonstra de forma clara que eles de fato tiveram um relacionamento. Inclusive, no diálogo é tratada exatamente a questão da paternidade do réu, uma vez que ao que consta, a requerente mostra a ele ultrassom.
Assim, em consonância com os requisitos do art. 300, do Código de Processo Civil, reputo presentes os requisitos da tutela de urgência, pois há indícios sumários de paternidade, na forma do art. 6º, da Lei n. 11.804\08.
A autora, não informou nos autos a profissão do requerido, tampouco elencou as suas necessidades de forma específica, requerendo apenas que este juízo arbitrasse o valor dos alimentos.
Portanto, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela ante os indícios de paternidade a fim de fixar alimentos provisórios em favor da autora na proporção de 50% do salário mínimo, correspondente a R$ 606,00 (seiscentos e seis reais) devidos a partir da concepção do nascituro.
Intime-se o requerido para que, inicie o pagamento dos alimentos gravídicos nos termos determinados acima a partir da citação.
Como é sabido, nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o(a) magistrado(a) dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação (CPC, art. 694), entretanto, considerando o período da gestação que se encontra a requerente e a disponibilidade na agenda para audiência de conciliação, deixo de designar audiência de conciliação neste momento.
Cite-se e intime-se o requerido e, intime-se a parte requerente
O requerido poderá, no prazo de 15 (quinze) dias da citação, apresentar resposta, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo requerente e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Se o requerido alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do(a) requerente, ou qualquer das matérias elencadas no art. 337 do CPC, dê-se vista a(s) parte(s) requerente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação (CPC, art. 350 e 351).
Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para decisão saneadora.
Para as diligências nesta comarca, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos.
Dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Serve a presente como CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO e demais atos de expediente para os devidos fins.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002532-59.2021.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
EXEQUENTE: DISAGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJA LTDA, CNPJ nº 63622856000119, AVENIDA MARECHAL RONDON 3800 CENTRO (S-01) - 76980-080 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANDERSON BALLIN, OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724
EXECUTADO: MAURO JOSE DOS SANTOS, AVENIDA BOA VISTA 7699 S-26 - 76986-598 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido.
Procedi pesquisa pelo sistema SISBAJUD (extrato em anexo) em nome da parte executada, a qual restou infrutífera, pois os valores localizados nas contas bancárias são ínfimos e serão absorvidos pelas despesas processuais para o seu levantamento, motivo o qual deixo de efetivar a penhora, nos termos do art. 836, do Código de Processo Civil.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomar ciência e requerer o que de direito, objetivando o prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento do processo, nos termos do art. 921, III, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos.
Intime-se. Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
Endereço eletrônico: vha3civel@tjro.jus.br
Link balcão virtual: https://meet.google.com/ogm-vsjw-xtm
PROCESSO: 7008692-66.2022.8.22.0014
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
POLO ATIVO: M. R. M.
Advogado do(a) AUTOR: JOSE DA CRUZ DEL PINO - RO6277
Advogado(s) do reclamante: JOSE DA CRUZ DEL PINO
POLO PASSIVO: EF VIAGENS E TURISMO LTDA
Advogado do(a) REU: ANDREIA CHRISTINA RISSON OLIVEIRA - SP257302
Advogado(s) do reclamado: ANDREIA CHRISTINA RISSON OLIVEIRA
CERTIDÃO
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 33 das Diretrizes Judiciais, independentemente de despacho, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(X) Intimar a parte autora para, em 15 dias, impugnar a contestação.
Quinta-feira, 05 de Janeiro de 2023
PATRICIA DE SANTI
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000192-45.2021.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Acidente Aéreo
AUTORES: FERNANDA MICHELE BOCK, CPF nº 02632102944, AVENIDA PORTO ALEGRE 3685, SETOR 20, QUADRA 03, LOTE 25 JARDIM OLIVEIRAS - 76980-636 - VILHENA - RONDÔNIA, EDIVAN EDIR JERKE, CPF nº 03273995971, AVENIDA PORTO ALEGRE 3685, SETOR 20, QUADRA 03, LOTE 25 JARDIM OLIVEIRAS - 76980-636 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: SAMUEL RIBEIRO MAZURECHEN, OAB nº RO4461
REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., RUA RONY DE CASTRO PEREIRA 3930 JARDIM AMÉRICA - 76980-736 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO REU: NICOLE BERGAMIN FURTADO, OAB nº RO9331, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
EDIVAN EDIR JARKE e FERNANDA MICHELE BOCK maneja o presente cumprimento de sentença contra AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S/A.
O requerido comprovou o pagamento e requereu arquivamento do feito.
A parte autora requereu a expedição de alvará dos valores.
Face do exposto, com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, DECLARO EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ante o pagamento do débito.
Ante a preclusão lógica (art. 1.000, do CPC), a presente decisão transita em julgado nesta data.
Expeça-se alvará em favor do requerente.
Aguarde-se o prazo para pagamento das custas processuais pela requerida, conforme determinado na intimação de id 85525719.
Com o pagamento, arquive-se.
Publicação e registros automáticos.
Intime-se. Cumpra-se.
Serve a presente de ALVARÁ JUDICIAL.
Destinatário: Caixa Econômica Federal, agência local.
Finalidade: Autorizar o senhor (a) EDIVAN EDIR JERKE - CPF: 032.739.959-71 e FERNANDA MICHELE BOCK - CPF: 026.321.029-44 , por meio de seu advogado (procuração id 53110547), senhor SAMUEL RIBEIRO MAZURECHEN - OAB RO4461 - CPF: 039.115.599-76, a levantar os valores depositados junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência local 1825, operação 040, conta judicial 01544016-5, o valor de R$ 15.370,82 (quinze mil, trezentos e setenta reais e oitenta e dois centavos) e seus acréscimos legais, zerando e inutilizando a conta após o levantamento.
Processo: 7000192-45.2021.8.22.0014, vinculado a conta judicial.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
VARA CRIMINAL
Processo n.: 7002619-69.2022.8.22.0017
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Citação
Valor da causa: R$ 3.264,34 ()
Parte autora: J. D. 2. V. F. D. S. J. D. J., RUA PRESIDENTE VARGAS 925, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
Parte requerida: J. D. D. D. C. D. A. F. D. O., AV. MATO GROSSO s/n CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
CUMPRA-SE o ato deprecado, praticando-se o necessário.
Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
Ainda, consigno que, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica, desde já, determinada, independente de nova deliberação, a remessa da presente ao juízo da comarca que se referir o novo endereço, dado o caráter itinerante das cartas precatórias, devendo ser observada pela escrivania a comunicação ao juízo deprecante quanto a essa remessa.

Desde já, fica também determinada a devolução da carta precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não foi possível encontrar a pessoa em questão, não declinando o novo endereço.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 09:36.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br
Processo n.: 7002620-54.2022.8.22.0017
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Citação
Valor da causa: R$ 3.264,34 ()
Parte autora: J. D. 2. V. F. D. S. J. D. J., RUA PRESIDENTE VARGAS 925, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
Parte requerida: J. D. D. D. C. D. A. F. D. O., AV. MATO GROSSO s/n CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se carta precatória oriundo da 2ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Ji-Paraná-RO, tendo por finalidade citar e intimar o executado Lourivaldo Krause, referente aos autos de origem n. 1002174-78.2021.4.01.4101.
Entrementes, verifico que os presentes autos foram distribuídos em duplicidade aos autos de nº 7002619-69.2022.822.0017, bem como que aqueles autos já foram recebimentos.
Desta feita, julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da litispendência, nos termos do artigo 267, inciso V, do CPC.
Dê-se ciência ao juízo deprecante.
Após, ARQUIVE-SE.
Alta Floresta D'Oeste quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 09:36 .
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br
VARA CÍVEL
Processo n.: 7002643-97.2022.8.22.0017
Classe: Carta Precatória Infância e Juventude
Assunto: Citação
Valor da causa: R$ 0,00 ()
Parte autora: V. Ú. D. C. D. A., ANTÔNIO BUZANELO 792 CIDADE ALTA - 78335-000 - COLNIZA - MATO GROSSO
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
Parte requerida: J. D. D. D. C. D. A. F. D. O., AV. MATO GROSSO 4281 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de carta precatória com a finalidade de Citação do requerida e intimação acerca da decisão que deferiu os alimentos provisórios.
CUMPRA-SE com urgência, praticando-se o necessário.
Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
Ainda, consigno que, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica, desde já, determinada, independente de nova deliberação, a remessa da presente ao juízo da comarca que se referir o novo endereço, dado o caráter itinerante das Cartas Precatórias, devendo ser observada pela escrivania a comunicação ao juízo deprecante quanto a essa remessa.
Desde já, fica também determinada a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não foi possível encontrar a pessoa em questão, não declinando o novo endereço.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 09:36.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Processo n.: 7000005-57.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Auxílio-Reclusão (Art. 80)
Valor da causa: R$ 33.556,75 (trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos)
Parte autora: JULIA KAROLINE VIEIRA VENTURA, AVENIDA RIO DE JANEIRO 3751 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, KAMILLY VITORIA VIEIRA VENTURA, AVENIDA RIO DE JANEIRO 3751 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, GILVANI ROSA VIEIRA VENTURA, AVENIDA RIO DE JANEIRO 3751 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: CLEBER HENRIQUE DE OLIVEIRA, OAB nº RO12319, AV NILO PEÇANHA 3328 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, WILMA PEREIRA MARIANO, OAB nº RO10731, AVENIDA RIO DE JANEIRO 4171, SALA 02 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, SHEINE MARCELA SANTOS TEOTONIO, OAB nº RO11604
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76801-097 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Compulsando os autos, verifico que a parte autora juntou comprovante de endereço em nome de DANIEL HILARIO DOS SANTOS.
Assim, concedo à parte autora o prazo de 15 dias para apresentar emenda à inicial, devendo juntar comprovante de endereço atual (últimos 3 meses) em seu nome. Caso o comprovante esteja em nome de terceiro, deverá comprovar relação familiar ou jurídica com o titular do comprovante, sob pena de indeferimento da inicial, conforme art. 320 c/c 321, parágrafo único do CPC.
Intime-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 09:36.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br 7002720-09.2022.8.22.0017
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: INES SARTOROADVOGADO DO REQUERENTE: THIAGO FUZARI BORGES, OAB nº RO5091
REQUERIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTEADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DO OESTE
DESPACHO
Em atenção aos princípios basilares do procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da L.12.153/09 c/c art. 2º da L.9.099/95), abstenho em designar audiência de conciliação, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação especifica que regulamente a L.12.153/09, para fins de transação.
Considerando, ainda, que a matéria tratada nos autos é preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 7º e 9º da L.12.153/09.
Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Com a juntada da defesa pelo requerido, intime-se a parte contrária para que se manifeste no prazo de 15 dias.
Caso a alegação do autor se baseie em Lei Estadual e/ou Municipal deverá trazer certidão comprovando a vigência da norma em que lastreia seu pleito.
Indefiro a gratuidade processual, uma vez que a parte autora tem condições de arcar com as custas. Entretanto, tal há de se sujeitar ao rito dos juizados especiais.
Expeça-se o necessário.
Liberem-se a pauta de audiência.
Serve o presente despacho como citação/intimação da Fazenda Pública.
Alta Floresta D'Oeste5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br 7002721-91.2022.8.22.0017
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: ALINE FABIANA VIVANADVOGADO DO REQUERENTE: THIAGO FUZARI BORGES, OAB nº RO5091

REQUERIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTEADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DO OESTE
DESPACHO
Em atenção aos princípios basilares do procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da L.12.153/09 c/c art. 2º da L.9.099/95), abstenho em designar audiência de conciliação, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação especifica que regulamente a L.12.153/09, para fins de transação.
Considerando, ainda, que a matéria tratada nos autos é preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 7º e 9º da L.12.153/09.
Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Com a juntada da defesa pelo requerido, intime-se a parte contrária para que se manifeste no prazo de 15 dias.
Caso a alegação do autor se baseie em Lei Estadual e/ou Municipal deverá trazer certidão comprovando a vigência da norma em que lastreia seu pleito.
Indefiro a gratuidade processual, uma vez que a parte autora tem condições de arcar com as custas. Entretanto, tal há de se sujeitar ao rito dos juizados especiais.
Expeça-se o necessário.
Liberem-se a pauta de audiência.
Serve o presente despacho como citação/intimação da Fazenda Pública.
Alta Floresta D'Oeste5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br Processo n.: 7002722-76.2022.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Direito de Imagem, Indenização por Dano Material
AUTOR: CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, AVENIDA MINAS GERAIS 4797 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440
REQUERIDO: B2W COMPANHIA DIGITAL, RUA HENRY FORD 643, - DE 601/602 AO FIM PRESIDENTE ALTINO - 06210-108 - OSASCO - SÃO PAULO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Recebo a inicial.
Cite-se a requerida no endereço indicado na inicial.
Designe a CEJUSC audiencia de conciliação
Conste que o não comparecimento da parte requerida importará em revelia, nos termos do art. 20 da Lei 9099/95, bem como o prazo para apresentar contestação é até a data da audiência de conciliação.
Conste ainda que o não comparecimento da parte autora importará em arquivamento do processo, nos termos do art. 51, I, da Lei n. 9099/95.
Serve a presente como carta de citação e intimação/mandado/precatória.
AUTOR: CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, CPF nº 76753620206, AVENIDA MINAS GERAIS 4797 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO: B2W COMPANHIA DIGITAL, CNPJ nº 00776574000156, RUA HENRY FORD 643, - DE 601/602 AO FIM PRESIDENTE ALTINO - 06210-108 - OSASCO - SÃO PAULO
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br 7002717-54.2022.8.22.0017
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: LUCIANA GILMARA VIVANADVOGADO DO REQUERENTE: THIAGO FUZARI BORGES, OAB nº RO5091
REQUERIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTEADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DO OESTE

DESPACHO
Em atenção aos princípios basilares do procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da L.12.153/09 c/c art. 2º da L.9.099/95), abstenho em designar audiência de conciliação, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação especifica que regulamente a L.12.153/09, para fins de transação.
Considerando, ainda, que a matéria tratada nos autos é preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 7º e 9º da L.12.153/09.
Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Com a juntada da defesa pelo requerido, intime-se a parte contrária para que se manifeste no prazo de 15 dias.
Caso a alegação do autor se baseie em Lei Estadual e/ou Municipal deverá trazer certidão comprovando a vigência da norma em que lastreia seu pleito.
Indefiro a gratuidade processual, uma vez que a parte autora tem condições de arcar com as custas. Entretanto, tal há de se sujeitar ao rito dos juizados especiais.
Expeça-se o necessário.
Liberem-se a pauta de audiência.
Serve o presente despacho como citação/intimação da Fazenda Pública.
Alta Floresta D'Oeste5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br
Processo nº:7002699-33.2022.8.22.0017
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO REQUERENTE: BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REQUERIDO: JOSE VALDIR CORDEIRO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Vistos
Promova a autors o recolhimento das custas.
Appos, cumpra-se os itens abaixo
I - Cite-se o requerido para querendo apresentar resposta
II – Apresentada a contestação, se forem arguidas preliminares, vistas ao autor para impugnação.
III – Em caso negativo, ficam as partes intimadas para especificarem as provas que desejam produzir,justificando a pertinência das mesmas, sob pena de preclusão. Poderão, ainda, se assim o entenderem, pugnarem pelo julgamento antecipado dos pedidos.
IV – Se houver interesse de pessoa incapaz ou idoso ou qualquer das causas de intervenção obrigatória do MPE, vistas ao mesmo;
V – Somente após o cumprimento de todos os itens acima apontados, tornem-me conclusos.
1Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado
A PRESENTE SERVE COMO CARTA PRDCATÓRIA/CARTA DE CITAÇÃO/MANDADO
ENDEREÇO DO REQUERIDO: REQUERIDO: JOSE VALDIR CORDEIRO, RUA RIO NEGRO 1144,, - DE 1080/1081 A 1284/1285 FLORESTA - 76965-746 - CACOAL - RONDÔNIAREQUERIDO: JOSE VALDIR CORDEIRO, RUA RIO NEGRO 1144,, - DE 1080/1081 A 1284/1285 FLORESTA - 76965-746 - CACOAL - RONDÔNIAREQUERIDO: JOSE VALDIR CORDEIRO, RUA RIO NEGRO 1144,, - DE 1080/1081 A 1284/1285 FLORESTA - 76965-746 - CACOAL - RONDÔNIAREQUERIDO: JOSE VALDIR CORDEIRO, RUA RIO NEGRO 1144,, - DE 1080/1081 A 1284/1285 FLORESTA - 76965-746 - CACOAL - RONDÔNIAREQUERIDO: JOSE VALDIR CORDEIRO, RUA RIO NEGRO 1144,, - DE 1080/1081 A 1284/1285 FLORESTA - 76965-746 - CACOAL - RONDÔNIAREQUERIDO: JOSE VALDIR CORDEIRO, RUA RIO NEGRO 1144,, - DE 1080/1081 A 1284/1285 FLORESTA - 76965-746 - CACOAL - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7002700-18.2022.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível

Assunto: Limitação de Juros, Prestação de Serviços
Requerente/Exequente: A. C. CONSTRUCOES E TERRAPLANAGEM EIRELI - EPP
Advogado do requerente: VALDELISE MARTINS DOS SANTOS FERREIRA, OAB nº RO6151
Requerido/Executado: CONSTRUTORA LV LTDA EPP - EPP
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
1- A parte autora não juntou as custas processuais e requereu o benefício da justiça gratuita.
Contudo, o mero requerimento não é suficiente para concessão do benefício.
A jurisprudência do TJ-RO, a luz do entendimento consolidado do STJ, tem afirmado o seguinte:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. PESSOA JURÍDICA. SINDICATO. INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS NÃO COMPROVADA. 1. Na dicção da Súmula 481 do STJ, pessoa jurídica, para fazer jus ao benefício da gratuidade da justiça, deve evidenciar a impossibilidade de arcar com os encargos processuais 2. Agravo não provido. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0802372-65.2021.822.0000, Rel. Des. Gilberto Barbosa, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Especial, julgado em 07/10/2021.)
Logo, é imperiosa a demonstração da ausência de condições.
Diante disto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar os comprovantes de rendimentos mensais da empresa requerente e/ou balanço financeiro, a fim de demonstrar a hipossuficiência alegada, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade.
1.1- Neste prazo, poderá a parte autora recolher as custas processuais, nos termos do art. 12, inciso I da Lei Estadual n. 3.896/2016.
2- Sem prejuízo dessa providência, por ocasião da emenda à inicial a parte autora deverá também se adequar ao disposto na Resolução n. 345/2020 do CNJ.
A referida norma autorizou a implementação dos "Juízos 100% Digitais" e estabeleceu suas diretrizes. Segundo dispõe a aludida norma, em seu art. 1º, §1º, "No âmbito do "Juízo 100% Digital", todos os atos processuais serão exclusivamente praticados por meio eletrônico e remoto por intermédio da rede mundial de computadores."
O art. 2º, parágrafo único da referida Resolução prevê que:
Art. 2º As unidades jurisdicionais de que tratam este ato normativo não terão a sua competência alterada em razão da adoção do "Juízo 100% Digital".
Parágrafo único. No ato do ajuizamento do feito, a parte e seu advogado deverão fornecer endereço eletrônico e linha telefônica móvel celular, sendo admitida a citação, a notificação e a intimação por qualquer meio eletrônico, nos termos dos arts. 193 e 246, V, do Código de Processo Civil.
Desta feita, deverá a parte autora emendar a sua peça vestibular, também no prazo de 15 dias, com o escopo de atender os critérios da Resolução n. 345/2020 do CNJ, para o fim de informar:
a) o seu endereço de e-mail e número de telefone, bem como o de seu advogado;
b) endereço de e-mail e número de telefone da parte requerida;
c) se a parte requerida possui convênio com o TJ-RO para fins de citação/intimação eletrônica;
2.1- Diante da impossibilidade de informar tais dados, a parte autora poderá retratar-se da escolha.
3- Atendidas as providências, retorne o processo concluso para análise do recebimento da inicial, devendo a escrivania selecionar corretamente o movimento de conclusão para análise de emenda à inicial.
Cumpra-se.
Jaru - RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br
Processo nº:7002684-64.2022.8.22.0017
AUTOR: GLEICON CARMINATTI
ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE LUIS GONCALVES, OAB nº RO1991A
REU: SANDRO DZIOMBRA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
I – A CEJUSC para designação de audiência de conciliação com antecedência mínima de 30(trinta) dias, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 dias de antecedência. II – Alerto as partes que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório a dignidade da justiça, sancionado com multa d 2% sobre o valo da causa. III – Não ocorrida a conciliação, o autor deverá em até cinco dias complementar as custas, a teor do que dispõe o inciso I do artigo 12 da Lei Estadual n. 3.896, de 24 de agosto de 2016 1 .(o autor não estará obrigado a fazê-lo caso se trate de beneficiário da gratuidade processual) IV – Ainda, não obtida a conciliação, o réu O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: a) da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; b) - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4o, inciso I, CPC; c) prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. d) No

caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6o, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. e) Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4o, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. V – Apresentada a contestação, se forem arguidas preliminares, vistas ao autor para impugnação. VI – Em caso negativo, ficam as partes intimadas para especificarem as provas que desejam produzir,justificando a pertinência das mesmas, sob pena de preclusão. Poderão, ainda, se assim o entenderem, pugnarem pelo julgamento antecipado dos pedidos. VI – Se houver interesse de pessoa incapaz ou idoso ou qualquer das causas de intervenção obrigatória do MPE, vistas ao mesmo; VII – Somente após o cumprimento de todos os itens acima apontados, tornem-me conclusos.
A PRESENTE SERVE COMO CARTA PRDCATÓRIA/CARTA DE CITAÇÃO/MANDADO
ENDEREÇO DO REQUERIDO: REU SEM ADVOGADO(S)
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito
Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma: I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Alta Floresta do Oeste - Vara Única Processo nº: 7002674-20.2022.8.22.0017
Classe: Carta Precatória Cível
DEPRECANTE: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS DO DEPRECANTE: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
DEPRECADO: ELIAS MONTEIRO GARCIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
1.Recolha o autos as custas referentes ao ato deprecado
Cumpra-se, servindo esta como mandado, observando-se os poderes expressos do art. 212, § 2º, do CPC/2015.
2. Após, devolva-se à origem com as nossas homenagens.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023 .
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br
Número do processo: 7000007-27.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ELIZANGELA ALVES DA COSTA LOURENCO
ADVOGADO DO AUTOR: MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513
Polo Passivo: BANCO BMG S.A.
ADVOGADO DO REQUERIDO: Procuradoria do BANCO BMG S.A
Vistos
Analisando os autos verifica-se que a ação de n. 7003112-80.2021.8.22.0017 fora julgada improcedente, cuja decisão transitou em julgado na data de 01/12/2022.
Desse modo, pelo princípio da não surpresa, esclareça a autora a respeito do interesse de agir

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Processo n.: 7002427-39.2022.8.22.0017
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Furto Qualificado
Valor da causa: R$ 0,00 ()
Parte autora: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: REGINALDO NEVES, LINHA P50, KM 02 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de ação penal ajuizada em face de REGINALDO NEVES pela prática do delito previsto no artigo 155, §1º e §4º, incisos I do Código Penal (ID 84564406).

Em resposta à acusação, a defesa apresentou pedido de reconhecimento da atipicidade material, por entender que a conduta se enquadra nas hipóteses de aplicação do princípio da insignificância. Apresentou ainda pedido de revogação da prisão preventiva argumentando que não estão presentes os fundamentos necessários para manutenção da prisão preventiva, que como se sabe é medida excepcional. Asseverando ainda que o réu é e pessoa primária, que não possui condenação transitada em julgado em seu desfavor, sendo, por consequência favorável os aspectos pessoais.

Instado, o Ministério Público apresentou parecer pelo não reconhecimento do princípio da insignificância e ainda pela manutenção da prisão preventiva, conforma ID 85546157.

Relatado o necessário. Decido.

I- DA NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.

Quanto ao pedido de aplicação do princípio da insignificância, verifico que no presente não há o que se falar em ausência de lesão ao bem jurídico (tipicidade material). Isto porque, o laudo de avaliação mercadológica indireta concluiu que os bens alcançam o valor de R$502,20 (quinhentos e dois reais e vinte centavos), logo, o mencionado valor encontra-se acima do parâmetro objetivo estipulado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, posto que superior a dez por centro do salário-mínimo vigente, vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 568 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA STJ. ENTENDIMENTO DOMINANTE ACERCA DO TEMA. POSSIBILIDADE. REITERAÇÃO DE DELITOS E REINCIDÊNCIA. VALOR DA RES FURTIVA SUPERIOR À DEZ POR CENTO DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. NÃO INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Consoante dispõe a Súmula n. 568/STJ, a prolação de decisão monocrática, pelo ministro relator, é possível, quando houver entendimento dominante acerca do tema, hipótese ocorrida nos autos. 2. "(...) a possibilidade de interposição de agravo regimental contra a respectiva decisão, como ocorre na espécie, permite que a matéria seja apreciada pela Turma, afastando eventual vício" (AgRg no HC 632.467/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 18/12/2020). 3. A jurisprudência desta Corte Superior está firmada no sentido da não incidência do princípio da insignificância nas hipóteses de reiteração de delitos e reincidência, como é o caso dos autos (AgRg no AREsp 896.863/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 13/6/2016). 4. In casu, o valor da res furtiva, R$ 110,00 (cento e dez reais), superior à 10 % (dez por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos, R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), evidencia a efetiva lesão ao bem jurídico tutelado pela norma penal incriminadora, o que torna inaplicável o princípio da insignificância.. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AgRg no AREsp: 1754450 TO 2020/0231211-4, Relator: Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Data de Julgamento: 23/02/2021, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/03/2021). (grifei).

No que pertine aos critérios subjetivos, analisando a vida pregressa do acusado, constato que o acusado o praticou ainda outro delito patrimonial nesta comarca, em apuração na Delegacia de Polícia de Alta Floresta D'Oeste/RO (Inquérito Policial nº 176/2022, distribuído no PJE sob o nº 7010199-74.2022.8.22.0010), conforme consulta no Sistema Pje.

Assim, verifica-se que a reiteração delitiva é uma conduta social inadequada e, portanto, impede a aplicação do privilégio do §2º do art. 155, do CP.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO CONTINUADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO. RECONHECIMENTO DA MODALIDADE PRIVILEGIADA. INVIABILIDADE. 1. Para a incidência do princípio da insignificância, são necessários a mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Precedentes do STF. 2. Na hipótese, a conduta perpetrada não pode ser considerada irrelevante para o Direito Penal. A ação revela lesividade suficiente para justificar a persecução penal, havendo que se reconhecer a ofensividade do comportamento. 3. Pelas mesmas razões, não há como se reconhecer a figura privilegiada do delito, porquanto o furto praticado indica reprovabilidade do comportamento da ré. Ao lado de outras pessoas, contando, inclusive, com a participação de um menor de idade, a paciente praticou não menos que quatro crimes da mesma espécie contra vítimas diferentes. 4. Ordem denegada. (STJ - HC: 144193 MG 2009/0153225-1, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 29/05/2012, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/06/2012) (grifei).

Portanto, não reconheço o privilégio, tampouco aplico o princípio da insignificância.

II- DA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA

Quanto ao pedido de revogação da prisão preventiva do custodiado, entendo que a manutenção é medida que se impõe.

Verifico que a pena imputada ao delito, ultrapassa a pena máxima de 04 (quatro) anos, conforme determina o art. 313, I do Código de Processo Penal, bem como não se trata de prisão para imposição antecipada de pena, já que ante a existência de diversos antecedentes criminais e a pena mínima fixada, a prisão se justifica de acordo com o princípio da homogeneidade (art. 313, §2° do CPP). Em relação aos pressupostos da prisão preventiva (art. 312, CPP), verifico que o fummus comissi delicti resta demonstrado pelos elementos de informação coletados nos autos.

O perigo gerado pelo estado de liberdade se demonstra diante da sua reiteração delitiva, fundamentando-se a prisão na necessidade de garantia da ordem pública (art. 312, caput, do CPP), pois, verifica-se que o custodiado responde à ação penal n. 7010199-74.2022.8.22.0010 .

Portanto, verifica-se que a prisão do acusado encontra-se plenamente fundamentada nos autos, de acordo com o que determina o art. 313, I e II do Código de Processo Penal, fundada na necessidade de garantia da ordem pública, e ainda, de acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, motivo pelo qual a MANTENHO.

III- DO PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
Nos termos dos artigos 399 e 400 do CPP, designo audiência deinstrução e julgamento para 14 de fevereiro de 2023, às 08h00min, oportunidade em que o réu será interrogado, após a oitiva das testemunhas.
A audiência será realizada por videoconferência conforme Ato Conjunto n. 003/2022-PR-CGJ.As testemunhas (ou informantes) que puderem ser ouvidas mediante o sistema de vídeo ficam cientes de que será utilizado o sistema Google Meets que deverá ser baixado no computador, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual.
Já fica disponibilizado o link https://meet.google.com/ahh-fedz-gix que será utilizado para ingressarem na sala virtual de audiência.
A testemunha que no ato de intimação verificar sua impossibilidade de ser ouvida por vídeo, deverá no dia e hora da audiência se dirigir ao Fórum da Comarca de Alta Floresta D'Oeste\RO (Av. Mato Grosso, esq. c/ Rua Ceará – Centro), ocasião em que será ouvida perante a Secretária do Juízo na Sala do Tribunal do Júri.
As testemunhas ficam cientes de que em caso de não comparecimento à sala virtual ou perante o Fórum poderá ser aplicada multa, sem prejuízo da configuração do crime previsto no art. 330, do Código Penal.
Caso existam testemunhas residentes em outra Comarca, já serve a presente como carta precatória, caso a intimação não puder ser realizada de maneira mais célere.
Na hipótese de alguma testemunha não ser localizada, abra-se vista à parte que arrolou para se manifestar, ficando desde já homologada eventual desistência.
Expeça-se o necessário.
Pratique-se o necessário para cumprimento.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 às 10:23.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Morães, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001255-80.2022.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral
AUTOR: MIGUEL BARBOSA PINTO NETO, AVENIDA CINCO DE SETEMBRO 4948, CASA CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NILTON PINTO DE ALMEIDA, OAB nº RO4031A
REU: BANCO C6 CONSIGNADO S.A., AVENIDA NOVE DE JULHO 3148, - DE 2302 A 3698 - LADO PAR JARDIM PAULISTA - 01406-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: FELICIANO LYRA MOURA, OAB nº AC3905, PROCURADORIA DO BANCO C6 CONSIGNADO S/A
SENTENÇA
Vistos.
I- RELATORIO
Trata-se de ação declaratória por danos morais e materiais c/c tutela de urgência, ajuizada por MIGUEL BARBOSA PINTO NETO em desfavor de BANCO C6 CONSIGNADO S.A.
Aduz a parte autora, em síntese, que foi surpreendido via Whatsapp, em que uma correspondente bancária infomou que teria liberado um empréstimo de natureza consignada em seu nome, e que o dinheiro já estava disponível em sua conta bancária, vinculado ao valor de sua aposentadoria. Informou também, que antes de liberar o empréstimo, uma pessoa que se apresentou como sendo sobrinho do autor, teria ido ao banco e tentado sacar ou transferir o respectivo valor do empréstimo para sua conta pessoal, o que não foi autorizado pela atendente.
Afirma que no dia seguinte ao receber a mensagem, se encaminhou até o Banco Bradesco, e confirmou a veracidade do empréstimo no valor total de R$9.275,00 (nove mil, duzentos e setenta e cinco reais), o qual seria pago em 84 (oitenta e quatro) meses, com parcelas mensais no importe de R$254,40 (duzentoss e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), descontados diretamente em sua aposentadoria. Alega que jamais contratou qualquer empréstimo consignado junto ao banco, razão a qual pugna pela condenação do banco requerido.

O réu apresentou contestação, arguiu preliminar de ausência do interesse de agir, e no mérito, sustentou que as cobranças são legítimas, tendo em vista que a contratação se deu por iniciativa da parte autora, tendo lhe enviado fotos dos seus documentos pessoais e de seu rosto, bem como a modalidade de contratação detém todos meios de segurança, com uso de biometria, o que descaracteriza a alegação de fraude (ID 82267894).

Instada, a parte autora apresentou réplica a impugnação (ID 83464623).

II- FUNDAMENTAÇÃO

TUTELA ANTECIPADA

Nos termos do artigo 300 do CPC, para que esta seja concedida, uma vez que possui natureza de tutela antecipada, devem ser comprovadas a existência de dois requisitos, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Tratamos dos chamados fumus boni iuris e periculum in mora. Conforme a própria tradução indica, o fumus boni iuris (fumaça do bom direito) consiste na existência de elementos que comprovem que a parte é titular do direito pleiteado. Não há necessidade de se comprovar justeza absoluta, mas deve-se demonstrar indícios que calquem a pretensão.

O periculum in mora (perigo na demora), no que lhe concerne, compõe-se de verdadeiro risco de dano irreparável, caso o Juízo não antecipe os efeitos da decisão final de mérito, ou eventual perda do objeto da ação.

Em análise sumária aos documentos apresentados e aos fatos alegados, verifico a presença dos requisitos legais exigidos para a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada.

A probabilidade do direito está devidamente evidenciado no processo, tendo em vista que o autor traz elementos suficientes a demonstrar que os descontos estão ocorrendo. Outrossim, não pode o consumidor continuar sendo privado de verbas alimentares, fato que caracteriza o perigo na demora.

A medida concedida não trará danos irreparáveis à parte requerida, que poderá retomar às cobranças contratuais caso reste comprovado a sua legalidade, não havendo, dessa forma, que se falar em irreversibilidade da medida imposta que ora se defere.

Posto isso, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, nos termos do art. 294 e s.s c/c art. 300 do CPC, e DETERMINO à requerida que suspenda aos descontos sobre a reserva de margem consignável, decorrente do contrato nº 010114839073, constante em nome do autor MIGUEL BARBOSA PINTO NETO portador do CPF nº 409.108.909-78, em seu benefício de aposentadoria.

JULGAMENTO ANTECIPADO

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, não havendo a necessidade de produção de outras provas além daquelas já existentes nos autos.

Longe de configurar qualquer cerceamento de defesa ou de ação, o julgamento antecipado da lide revela o cumprimento do mandamento constitucional insculpido no art. 5º, inciso LXXVIII, que garante a todos a razoável duração do processo.

PRELIMINARES

A requerida apresentou preliminarmente a ausência do interesse de agir, sob o argumento de que a parte requerente não pleiteou o requerimento administrativo prévio. COntudo, entendo que a preliminar deve ser afastada, visto que não é necessário que o consumidor busque solução extrajudicialmente antes de socorrer ao Judiciário, na forma do art. 5º, XXXV da CF.

Assim, REJEITO a preliminar suscitada.

MÉRITO

Inicialmente, cumpre destacar a caracterização da relação havida entre as partes como sendo de consumo.

Dessa forma, a responsabilidade da ré é objetiva e independe de existência de culpa, de forma que somente restará eximida do dever de indenizar nas hipóteses de comprovação de inexistência de defeito ou inexistência do serviço ou seu fornecimento, ou ainda, quando houver exclusiva culpa do consumidor, nos termos dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor.

Destaco, ainda, que estão presentes os requisitos autorizadores da inversão do ônus probatório, uma vez que são verossímeis os fatos narrados na inicial, além da condição de hipossuficiência da parte autora.

As partes são legítimas e estão bem representadas. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, o mérito pode ser analisado.

A parte autora alega que recebeu mensagens da requerida, que teria informado a liberação dos valores de empréstimo consignado em conta vinculada a aposentadoria, a qual estaria disponível para a parte autora. Sustenta que jamais efetuou qualquer contratação de empréstimo junto ao requerido, sendo induzido a erro, enviando sua foto e documentos pessoais à requerida após ter solicitado a devolução do empréstimo, via Whatsapp, como forma de confirmar sua identificação para formalizar o estorno do valor do empréstimo.

A requerida apresentou contestação e argumentou que as cobranças são legítimas, tendo em vista que a contratação se deu por iniciativa da parte autora, bem como a modalidade de contratação detém todos meios de segurança, com uso de biometria, o que descaracteriza a alegação de fraude.

Pois bem. Compulsando o estofo probatório angariado nos autos pelas partes, entendo que a requerida não se desincumbiu de seu ônus probante (art. 14, § 3º do CDC), em especial, comprovando a efetiva contratação dos serviços pelo consumidor.

Melhor elucidando, não logrou êxito a instituição financeira ré em comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da parte autora (art. 373, inciso II, do CPC), ou seja, deixou de demonstrar a adesão verídica do consumidor aos serviços narrados na exordial, prova perfeitamente possível.

Enfatizo que o leque probatório ao alcance da requerida é demasiadamente vasto a ponto de, se fosse de seu interesse, para refutar os argumentos constantes na exordial, bastaria ter promovido a simples juntada nos autos da gravação em áudio via SAC (serviço de atendimento do consumidor - protocolo) da contratação dos serviços ou do contrato questionado.

Logo, a conclusão da parte requerente torna-se insofismável, uma vez que inexiste prova nos autos de que efetivamente os empréstimos objetos dos autos tenham sido contratados.

A par disso, cumpre registrar a necessidade de alinhamento dos valores e princípios organizacionais das empresas com a política de oferta de produtos e de serviços no mercado, a preocupação em relação à forma como a oferta é dirigida ao consumidor apresenta-se como indicativo sensível e revelador dos padrões éticos das relações de consumo. O CDC proíbe práticas baseadas em abusos na oferta e concessão de empréstimos consignados realizadas mediante exposição e fornecimentos indevidos de dados e por intermédio de persistente número de ligações telefônicas.

Tanto é assim, que o Código, em seu argo 6º, traz o rol dos direitos básicos do consumidor, dentre os quais figuram, a liberdade de escolha e os direitos à informação adequada e clara. O Codex, seguindo essa linha, defere proteção contra métodos comerciais coercitivos ou desleais e práticas comerciais abusivas impostas no fornecimento de produtos e serviços, bem como à efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais (art. 6º, inciso IV).

Dispõe o CDC, nos termos do inciso IV, do seu artigo 39 que:

"É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

[...]

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços".

Percebe-se que o Código consumerista é cristalino quanto à vedação do fornecedor se prevalecer da idade do consumidor, para impor à contratação de seus produtos ou serviços.

Outrossim, o artigo 52 do CDC estabelece que:

"No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;

II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;

III - acréscimos legalmente previstos;

IV - número e periodicidade das prestações; e

V - soma total a pagar, com e sem financiamento".

Disposições que são aparentemente não cumpridas quando o modo de contratação se consuma por intermédio de ligações telefônicas.

Note-se que a estruturação do CDC conduz, a partir dos direitos nele estatuídos, a um amplo espaço de respeito à pessoa humana, não sendo minimamente aceitável que a privacidade do consumidor seja violada mediante o mau uso dos seus dados pessoais (art. 43), com vistas à prática de condutas que lhe sejam lesivas, a princípios, ainda mais quando extremamente questionável se lhe foram devidamente cientificadas as condições de contratações que rotineiramente conduzem a situação de superendividamento.

Neste sentido, valiosas as lições doutrinárias acerca do tema, ao destacar que contratações por meio de ligações telefônicas infringem os princípios norteadores do CDC, bem como o Estatuto do Idoso, pois "muitos contratam sem a plena capacidade de conhecimento do que se está contratando e a consequência é o grande acúmulo de processos no Poder Judiciário, bem como o sofrimento do contratante em estar vinculado a prejuízos financeiros, que geram muito estresse e comprometem a sua saúde". Até porque, "nas contratações de empréstimos consignados feitas por telefone é impossível à instituição financeira cumprir todos os requisitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, o que gera a vantagem, em favor da instituição, em função da idade e saúde do consumidor e consequentemente a invalidade dos contratos firmados por meio telefônico". (BARBOSA, Ricardo. Justificava ao Projeto de Lei nº 25/2019, que proíbe as instituições financeiras, no âmbito do Estado da Paraíba, de ofertar e celebrar contrato de empréstimo financeiro com aposentados e pensionistas por meio de ligação telefônica. Disponível em: hp://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/materia/59451_texto_integral.)

Não bastasse isso, verifico que a Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, veda que contratos de empréstimo consignado em benefícios previdenciários sejam realizados por telefone. Veja-se art. 3º, II, dessa instrução:

Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que: (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

I - o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado convênio com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, para esse fim; (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

II - mediante contrato firmado e assinado com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, junto com a autorização de consignação assinada, prevista no convênio; e (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

III - a autorização seja dada de forma expressa, por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável, não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência. (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009). (g.n.)

Em casos análogos, colhe-se da jurisprudência:

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO POR TELEFONE. ENGANO. INFORMAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CRÉDITO DISPONÍVEL QUE NÃO FOI COMPREENDIDA PELO IDOSO. CONSUMIDOR COM VULNERABILIDADE AGRAVADA. INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 28/2008. ILEGALIDADE. 1. É irregular a contratação de empréstimo consignado a aposentados (desconto no benefício previdenciário) por telefone. Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, art. 3º, III. 2. Além dessa irregularidade, o idoso, pessoa com vulnerabilidade agravada, sequer entendeu que se tratava de um empréstimo. Embora seja cediço que bancos não doam

dinheiro, não é incomum que idosos sejam ludibriados pelas palavras dos funcionários do banco. 3. Adira-se que, além da ilegalidade da forma de contratação, o idoso tinha direito de arrependimento que não foi observado. Mesmo que o prazo de sete dias da data da assinatura tenha sido ultrapassado, no caso, tal prazo deveria ser computado a partir do momento em que o autor soube da natureza da contratação. 4. A devolução dos valores deve ser em dobro. Presume-se a má-fé de um contrato firmado de maneira ilegal, contrário às normas vigentes. 5. Com a devolução de valores, o dano material resta ressarcido. O dano moral, no entanto, não fica configurado, tendo o autor apenas vivenciado um grande aborrecimento. 6. Recurso parcialmente provido. (TJSP; Apelação Cível 1009969-31.2014.8.26.0002; Relator (a): Melo Colombi; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II - Santo Amaro - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 10/04/2018; Data de Registro: 10/04/2018)

CONTRATO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. IDOSO INTERDITADO. ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. CONTRATAÇÃO IRREGULAR, VIA TELEFONE. DANO MORAL. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. 1. O banco agiu com desídia ao contratar vários empréstimos consignados, que superavam a margem consignável do aposentado. 2. É irregular a contratação de empréstimo consignado a aposentados (desconto no benefício previdenciário) por telefone. Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, art. 3º, III. 3. O banco agiu de forma irregular ao manipular idoso a contratar empréstimos consignados via telefone. Além disso, esse idoso já havia sido interditado, sendo absolutamente incapaz para atos da vida civil. Contratos anulados. 4. A contratação irregular culminou em inclusão do nome do idoso em cadastros de inadimplentes. Dano moral "in re ipsa", mesmo em se tratando de absolutamente incapaz. 5. Cabimento da devolução em dobro dos valores descontados indevidamente. O réu agiu de forma abusiva ao contratar por telefone, manipulando idoso incapaz, não uma, mas cinco vezes, superando sua margem consignável. 6. Recurso provido. (TJ-SP - APL: 09001524320128260506 SP 0900152-43.2012.8.26.0506, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 29/03/2017, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/03/2017)

Assim, não restam dúvidas quanto as infrações aos ditames do Código de Defesa do Consumidor, praticadas em razão das odiosas abordagens telefônicas efetuadas aos consumidores idosos, para contratação de empréstimos consignados.

Insta consignar que as medidas necessárias para se evitar que tais falhas ocorram são de exclusiva responsabilidade da parte requerida, a qual deve adotar cautelas para realizar o serviço a contento, garantindo segurança jurídica ao consumidor, nos termos do artigo 5º, caput, da Constituição Federal e artigo 8º da Lei 8.078/90.

No caso em liça, a culpa da instituição bancária restou comprovada nos autos. Ainda que assim não fosse, neste particular o direito da parte autora à reparação pelo dano moral e o dever da parte ré de ressarcir em dobro o valor descontado, independe da comprovação de culpa, considerando a responsabilidade objetiva da instituição financeira.

Provado que a parte requerente não solicitou referido empréstimo, mas por ele pagou durante meses, consubstanciado está o nexo causal, acarretando, consequentemente, a obrigação do banco em indenizar, uma vez que presumida a ocorrência do dano, notadamente em face do manifesto abalo à honra da parte autora, que viu ser descontado durante meses de seu benefício previdenciário dívida por empréstimo que jamais contraiu, bem como de que teve o seu nome inserido em órgão de proteção de crédito por débito indevido.

Pelo evidente dano moral provocado pelo banco, é de impor-se a devida e necessária condenação, pois a parte requerente experimentou o amargo sabor de ter suprimido injustamente durante meses parcelas de empréstimos fraudulentos.

Nesta toada, considerando que o prestador de serviço responde de forma objetiva, despicienda a existência de culpa, tampouco, da demonstração do prejuízo para a efetiva reparação do dano causado à parte autora.

DANOS MORAIS

No tocante ao dano moral, é notório que o quantum da indenização não compensa os danos sofridos, pois estes são intangíveis, entretanto tem por finalidade abrandar os sofrimentos causados. Inexistindo critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, é recomendável que o arbitramento seja feito com moderação e atendendo às peculiaridades do caso concreto, a exemplo da capacidade econômica do ofensor, a condição financeira do ofendido e a extensão do dano.

Com base nestes critérios, hei por bem quantificar o dano moral em R$5.000,00 (cinco mil reais), por entender suficiente para amenizar o sofrimento da parte autora e representar uma penalidade com efeito pedagógico ao banco réu, que se diga, tem sido condenado em outras demandas da mesma natureza.

Cumpre ressaltar, ainda, que segundo dispõe o artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, aquele que for cobrado em quantia indevida tem direito a repetição de indébito por valor igual ao dobro do que pagou em excesso.

É sabido que para o reconhecimento do benefício mencionado acima, basta a configuração da culpa da parte requerida quanto a cobrança indevida, circunstância que se verifica no caso em comento, uma vez que mesmo sabedor que o crédito jamais foi solicitado e levantado pela parte autora, ainda assim, durante meses, descontou valores de seu benefício previdenciário, montante correspondente à parcela de dívida ilegítima. Eis a jurisprudência do TJRO:

DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO. FRAUDE. NEGLIGÊNCIA. AGENTE FINANCEIRO. DESCONTO INDEVIDO. CONSTRANGIMENTOS. DEVER DE INDENIZAR. Constatada a negligência de agente financeiro em conceder empréstimo consignado em folha de pagamento para terceira pessoa portando documentos falsos, situação que acarretou comprometimento da renda de pensionista de idade avançada, configura dano moral, sendo necessária sua reparação." (Apelação cível n. 0001061-52.2010.8.22.0002, rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 02/09/2010)

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.
III - DISPOSITIVO
Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado na inicial e:
a) DECLARO nula a relação contratual entre autor e requerido referente ao contrato discutido nos autos e, por consequência, a dívida discutida nestes autos em relação à autora;
b) CONDENO a requerida a pagar em favor da parte autora, em dobro, os valores que foram descontados de seus vencimentos, cujos valores devem ser apurados pela parte em cumprimento de sentença, devendo aplicar-se a correção monetária desde a data do efetivo desembolso (desconto) e os juros moratórios desde a data da citação;
c) CONDENO a requerida a pagar em favor da parte requerente a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros legais 1% ao mês (art. 406 do Código Civil c/c art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional), contados a partir da citação e acrescido de correção monetária de acordo com a tabela adotada pelo TJRO, a partir desta data, conforme Súmula 362 do STJ.
Fica autorizada desde logo, a compensação dos valores transferidos pelo requerido para a conta da parte autora.
EXTINGO o feito com resolução de mérito, o que faço com fundamento no inciso I do art. 487 do Código de Processo Civil.
Confirmo a tutela antecipada.
Condeno a parte requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em no importe de 10% no valor da condenação, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Alvorada do Oeste/RO, quarta-feira, 4 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000022-14.2023.8.22.0011
Classe: Pedido de Prisão Preventiva
Assunto: Estupro de vulnerável
AUTOR: D. D. P. C. A. D. O., AVENIDA JK 5338, DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL - UNISP CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: A. A.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Diante o teor da representação policial, dê-se vistas ao Ministério Público do Estado de Rondônia, com urgência.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Alvorada do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000024-81.2023.8.22.0011
Classe: Pedido de Prisão Preventiva
Assunto: Estupro de vulnerável
AUTOR: D. D. P. C. A. D. O., AVENIDA JK 5338, DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL - UNISP CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: A. A.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Diante o teor da representação policial, dê-se vistas ao Ministério Público do Estado de Rondônia, com urgência.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Alvorada do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE COSTA MARQUES

1ª VARA CÍVEL

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001144-86.2019.8.22.0016
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: LIQUI MOVEIS ELETRO EIRELI - ME, AV CHIANCA 1523 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS ROGERIO GARCIA FRANCO, OAB nº RO4081A
REU: CMV SOLUCOES EM COBRANCAS EMPRESARIAIS EIRELI, RUA GOTHARD KAESEMODEL 641 ANITA GARIBALDI - 89203-400 - JOINVILLE - SANTA CATARINA, Star Box Industria e Comercio de Moveis Ltda - EPP, RUA JURUTAU 1500, - ATÉ 1185/1186 JARDIM BANDEIRANTES - 86703-067 - ARAPONGAS - PARANÁ
ADVOGADO DOS REU: JONIS PEIXOTO FARIAS, OAB nº SC48701
SENTENÇA
Vistos.
A parte exequente foi intimada para promover o andamento do feito (Ids 81099902, 82160855 e 84551597), contudo, deixou transcorrer in albis.
Ocorre que, o artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil prevê a possibilidade de extinção do processo, sem resolução do mérito, quando o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.
Isso posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, por abandono da causa.
Sem custas.
Sentença publicada e registrada automaticamente. Intime-se.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: LIQUI MOVEIS ELETRO EIRELI - ME, AV CHIANCA 1523 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REU: CMV SOLUCOES EM COBRANCAS EMPRESARIAIS EIRELI, RUA GOTHARD KAESEMODEL 641 ANITA GARIBALDI - 89203-400 - JOINVILLE - SANTA CATARINA, Star Box Industria e Comercio de Moveis Ltda - EPP, RUA JURUTAU 1500, - ATÉ 1185/1186 JARDIM BANDEIRANTES - 86703-067 - ARAPONGAS - PARANÁ
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001048-37.2020.8.22.0016
CLASSE: Execução Fiscal
EXEQUENTES: ESTADO DE RONDONIA, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: PRE-MOLDADOS POLITA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, CHICO MENDES 2340 ALTO ALEGRE - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, MOISES SOUZA SILVA, RUA CHICO MENDES 2340 ALTO ALEGRE - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido da parte exequente (Id 84882123) e, por consequência, determino que a CPE certifique existência de inventário/arrolamento em nome do falecido MOISES SOUZA SILVA - CPF: 405.851.231-87.
Após, dê-se vista dos autos ao exequente, para que apresente manifestação. em termos de prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos.
Em seguida, tornem os autos conclusos.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTES: ESTADO DE RONDONIA, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

EXECUTADOS: PRE-MOLDADOS POLITA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, CHICO MENDES 2340 ALTO ALEGRE - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, MOISES SOUZA SILVA, RUA CHICO MENDES 2340 ALTO ALEGRE - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000514-25.2022.8.22.0016
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARCOS SOARES DO NASCIMENTO, AVENIDA SANTOS DUMONT 486, CASA ZONA RURAL - 76939-000 - PRÍNCIPE DA BEIRA (COSTA MARQUES) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS VINICIUS MACIEL DUARTE, OAB nº RO6370
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença. ALTERE-SE A CLASSE PROCESSUAL.
1. Considerando a apresentação dos cálculos pelo(a) exequente, intime-se o executado para se manifestar, podendo IMPUGNAR a execução, no prazo de 30 (trinta) dias (artigo 1-B, da Lei n. 9.494/97 c/c o artigo 535 do CPC).
2. Desde já, como se trata de execução com valor inferior a sessenta salários mínimos, são devidos honorários advocatícios, independente de impugnação, os quais fixo nesta fase de cumprimento de sentença em 10%, (cabendo ao patrono apresentar planilha incluindo os honorários) (CPC, art. 85, §1º / Recurso Extraordinário n.º 420.816/RS).
2.1 Não havendo impugnação, CERTIFIQUE-SE, a escrivania a devida intimação da parte executada, ficando desde já autorizada a expedição de da requisição de pagamento adequada (RPV/Precatório), ao órgão competente, referente aos valores apresentados.
3. Em caso de impugnação, intime-se o(a) exequente para se manifestar no prazo legal.
3.1 CONCORDANDO com os cálculos apresentados pela parte executada, expeça-se o necessário para o pagamento (RPV/Precatório), sem necessidade de retorno dos autos à conclusão.
4. Após a expedição da requisição de pagamento, tornem os autos conclusos para extinção.
4.1 Com a informação de pagamento, desde já autorizo a expedição de alvará para levantamento do valor a ser depositado nos autos, devendo ser expedido em nome do(a) exequente e de seu(ua) patrono(a), respectivamente, quanto ao saldo devedor e honorários advocatícios.
5. NÃO concordando a parte exequente com os cálculos apresentados, remetam-se os autos à contadoria do Juízo para apuração do valor devido.
5.1 Na sequência, às partes para manifestação.
Em seguida, tornem-me conclusos.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: MARCOS SOARES DO NASCIMENTO, AVENIDA SANTOS DUMONT 486, CASA ZONA RURAL - 76939-000 - PRÍNCIPE DA BEIRA (COSTA MARQUES) - RONDÔNIA
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000870-20.2022.8.22.0016
CLASSE: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTES: JEZIEL MACHADO, RUA T-9 1679, CASA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV.: CHIANCA SETOR 3 2005 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Versam os presentes autos de Ação de Retificação de Registro Civil, em que o autor, JEZIEL MACHADO, alega, em síntese, que o nome de sua genitora foi registrado de modo errado em sua certidão de nascimento, sendo que no referido documento consta como nome da mãe o nome “CARMITA ROSA MACHADO” e na realidade o nome da mãe do autor é “CANUTA MACHADO”.

Instada a dar prosseguimento ao feito, a Defensoria Pública informou que não conseguiu contato com o demandante e requereu que ele fosse intimado pessoalmente (Id 81425836).
Foi realizada a intimação pessoal da parte requerente para dar andamento ao feito, no prazo de 10 dia, sob pena de extinção, contudo, deixou o prazo transcorrer sem manifestação.
Assim, verifica-se que a parte autora não deu prosseguimento ao feito, caracterizando o abandono da causa.
Pelo exposto, JULGO EXTINTO o presente processo, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil, sem resolução de mérito.
Sem custas e honorários.
P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquive-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTES: JEZIEL MACHADO, RUA T-9 1679, CASA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV.: CHIANCA SETOR 3 2005 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001840-20.2022.8.22.0016
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: JUSSAM DA SILVA SOLINO
ADVOGADOS DO AUTOR: JOAQUIM JOSE DA SILVA FILHO, OAB nº SP139081, JEFFERSON WILLIAN DALLA COSTA, OAB nº RO6074
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Intime-se o perito para apresentar o laudo pericial, no prazo de 10 (dez) dias.
Vindo o laudo, cumpra-se a decisão de Id 83699078, itens 09 a 15.
Decorrido o prazo sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: JUSSAM DA SILVA SOLINO
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000874-67.2016.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: ROGERIO PAVANI , BR 429, KM 58, CENTRO COMERCIAL (PRÉDIO DA LOJA RODRIGO CONFECÇÕES), DISTRITO DE SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ/RO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, JOELMIR DE SOUZA , RUA DA AEROMOÇA, GLEBA RIO PRETO DISTRITO CALAMA - 76822-490 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JUAREZ RODRIGUES DE MIRANDA, BR 429, KM 100, LADO NORTE, SÍTIO JWL 02 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, GLAUTER COELHO NIZA, 05 DE AGOSTO 8161, CASA SAO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: MARCOS ROGERIO GARCIA FRANCO, OAB nº RO4081A, ELAINE CRISTINA SANTOS, OAB nº RO8790, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Defiro a cota do Ministério Público (Id 82918734).
Suspenda-se o feito pelo prazo de 90 (noventa) dias, devendo os autos aguardar em cartório (arquivo provisório).
Decorrido o prazo, intime-se JUAREZ RODRIGUES DE MIRANDA, para que comprove a homologação do PRAD.

Após, vista ao Parquet para manifestação.
Cumpridas as determinações acima, voltem os autos conclusos.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
EXECUTADOS: ROGERIO PAVANI , BR 429, KM 58, CENTRO COMERCIAL (PRÉDIO DA LOJA RODRIGO CONFECÇÕES), DISTRITO DE SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ/RO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, JOELMIR DE SOUZA , RUA DA AEROMOÇA, GLEBA RIO PRETO DISTRITO CALAMA - 76822-490 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JUAREZ RODRIGUES DE MIRANDA, BR 429, KM 100, LADO NORTE, SÍTIO JWL 02 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, GLAUTER COELHO NIZA, 05 DE AGOSTO 8161, CASA SAO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001800-72.2021.8.22.0016
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MIRIAN DE SOUZA, BR 429, KM 58, LINHA 05 S/N, RAMAL PORTO VITORIA ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NELSON VIEIRA DA ROCHA JUNIOR, OAB nº RO3765
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença. ALTERE-SE A CLASSE PROCESSUAL.
1. Considerando a apresentação dos cálculos pelo(a) exequente, intime-se o executado para se manifestar, podendo IMPUGNAR a execução, no prazo de 30 (trinta) dias (artigo 1-B, da Lei n. 9.494/97 c/c o artigo 535 do CPC).
2. Desde já, como se trata de execução com valor inferior a sessenta salários mínimos, são devidos honorários advocatícios, independente de impugnação, os quais fixo nesta fase de cumprimento de sentença em 10%, (cabendo ao patrono apresentar planilha incluindo os honorários) (CPC, art. 85, §1º / Recurso Extraordinário n.º 420.816/RS).
2.1 Não havendo impugnação, CERTIFIQUE-SE, a escrivania a devida intimação da parte executada, ficando desde já autorizada a expedição de da requisição de pagamento adequada (RPV/Precatório), ao órgão competente, referente aos valores apresentados.
3. Em caso de impugnação, intime-se o(a) exequente para se manifestar no prazo legal.
3.1 CONCORDANDO com os cálculos apresentados pela parte executada, expeça-se o necessário para o pagamento (RPV/Precatório), sem necessidade de retorno dos autos à conclusão.
4. Após a expedição da requisição de pagamento, tornem os autos conclusos para extinção.
4.1 Com a informação de pagamento, desde já autorizo a expedição de alvará para levantamento do valor a ser depositado nos autos, devendo ser expedido em nome do(a) exequente e de seu(ua) patrono(a), respectivamente, quanto ao saldo devedor e honorários advocatícios.
5. NÃO concordando a parte exequente com os cálculos apresentados, remetam-se os autos à contadoria do Juízo para apuração do valor devido.
5.1 Na sequência, às partes para manifestação.
Em seguida, tornem-me conclusos.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: MIRIAN DE SOUZA, BR 429, KM 58, LINHA 05 S/N, RAMAL PORTO VITORIA ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 0001378-71.2011.8.22.0016
CLASSE: Execução Fiscal
EXEQUENTES: F. N., F. N., AVENIDA CASTELO BRANCO 18423, - DE 18151 A 18265 - LADO ÍMPAR SANTO ANTÔNIO - 76967-385 - CACOAL - RONDÔNIA

ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: THEODORICO GOMES PORTELA NETO, OAB nº PB11499, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
EXECUTADO: ASSOCIACAO DOS SERINGUEIROS DO VALE DO GUAPORE, AVENIDA SANTA CRUZ - SETOR 1 963, AO LADO DO HOSPITAL CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: FABIO PEREIRA MESQUITA MUNIZ, OAB nº RO5904, AROLDO BUENO DE OLIVEIRA, OAB nº PR54249
DECISÃO
Vistos.
Considerando que a parte executada informou que encontra-se bloqueados valores em sua conta corrente, os quais alega lhe pertencer (Id 84630669), por cautela, determino a intimação da parte exequente, para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste acerca dos valores depositados no Banco do Brasil.
Havendo divergência, venham-me os autos conclusos para deliberação.
Sobrevindo concordância das partes, expeça-se ofício ao Banco do Brasil, para que proceda a liberação dos valores em favor do executado.
Em caso de eventual pedido de alvará, desde já fica autorizado a expedição do documento.
Em caso de inércia, transfira-se para a conta centralizadora do TJ/RO.
Após, nada mais havendo, arquive-se os autos.
Cumpra-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTES: F. N., F. N., AVENIDA CASTELO BRANCO 18423, - DE 18151 A 18265 - LADO ÍMPAR SANTO ANTÔNIO - 76967-385 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO: ASSOCIACAO DOS SERINGUEIROS DO VALE DO GUAPORE, AVENIDA SANTA CRUZ - SETOR 1 963, AO LADO DO HOSPITAL CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000518-67.2019.8.22.0016
CLASSE: Carta Precatória Cível
DEPRECANTE: C. R. D. E. E. A. D. R. -. C., CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA DE RONDÔNIA 2596, RUA ELIAS GORAYEB 2596 LIBERDADE - 76803-903 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
DEPRECADO: RUBENS FRANCISCO DA SILVA NEVES, BR 429, KM 58 7818 DISTRITO DE SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Considerando que o presente feito atingiu sua finalidade, devolva-se a carta precatória ao juízo deprecante com nossas homenagens.
Providencie-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
DEPRECANTE: C. R. D. E. E. A. D. R. -. C., CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA DE RONDÔNIA 2596, RUA ELIAS GORAYEB 2596 LIBERDADE - 76803-903 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DEPRECADO: RUBENS FRANCISCO DA SILVA NEVES, BR 429, KM 58 7818 DISTRITO DE SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001854-04.2022.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ORLANDO LEIGUE EGUES, LINHA SANTA ISABEL KM 5,6 s/n. ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO DA SILVA MIRANDA, OAB nº RO10582

EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , - ATÉ 2797/2798 - 76820-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento provisório de sentença, que impôs obrigação de fazer ao INSS, consoante sentença/acórdão que ainda não transitou em julgado.
Considerando a manifestação da exequente, e forma dos artigos 498, 513, caput, e 520, ambos do Código de Processo Civil, determino a intimação da parte executada para que, em 15 (quinze) dias, a contar da intimação, demonstre o cumprimento da obrigação de fazer, consistente implementação do benefício em favor de ORLANDO LEIGUE EGUES.
Decorrido o prazo assinalado, intime-se a parte exequente para dizer quanto ao adimplemento, no prazo de 10 dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento.
Intimem-se e cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: ORLANDO LEIGUE EGUES, LINHA SANTA ISABEL KM 5,6 s/n. ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , - ATÉ 2797/2798 - 76820-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000657-48.2021.8.22.0016
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: JORANDI MENDES, BR 429, KM 33, SITIO DO AR DO SERTAO S/N ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: MARCOS ROGERIO GARCIA FRANCO, OAB nº RO4081A
DECISÃO
Vistos.
Expeça-se guia de execução de pena, conforme determinado na sentença.
Certifique-se a serventia acerca de eventual recolhimento de fiança pelo condenado, sendo que na ocasião deverá atualizar os valores recolhidos e proceder ao eventual abatimento da quantia aplicada a título de pena de multa e custas processuais, nos termos do artigo 336, do Código de Processo Penal.
Após, intime-se o condenado para que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa.
Cumpra-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: JORANDI MENDES, BR 429, KM 33, SITIO DO AR DO SERTAO S/N ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000534-84.2020.8.22.0016
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA, AV AYRTON SENNA 1109, SICOOB SETOR 01 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA, OAB nº RO9541
EXECUTADO: JOSE MENDES LEITE, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 824, CASA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido da parte exequente (Id 84023612), expeça-se ofício ao empregador do executado, por meio do Departamento de Recursos Humanos (rhnucleoro@saude.gov), para que diminua do total das parcelas penhoradas na folha do devedor, 09 parcelas JÁ PAGAS, passando PARA 27 PARCELAS a serem descontadas diretamente da folha de pagamento do executado.

Cumpra-se e expeça-se o necessário.
Nada mais havendo, retorne os autos ao arquivo provisório, aguardando-se o cumprimento do acordo pela parte executada.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA, AV AYRTON SENNA 1109, SICOOB SETOR 01 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
EXECUTADO: JOSE MENDES LEITE, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 824, CASA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000076-33.2021.8.22.0016
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
APELANTE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
APELADO: GUIDO HURTADO GUACAMA SILVA, AV. DOM XAVIER REIS 2144 SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO APELADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
A Defensoria Pública, representando os interesses do réu, pugnou pela substituição da prestação pecuniária em prestação de serviços à comunidade (Id 84910226), o que indefiro por ora o pedido de Id 84910226, eis que eventual pedido de alteração da modalidade da pena restritiva deve ser direcionado ao juiz da execução penal.
Distribua-se a Guia de Execução de pena (Id 84282148) no sistema SEEU.
Após, nada mais havendo, arquive-se os autos.
Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
APELANTE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
APELADO: GUIDO HURTADO GUACAMA SILVA, AV. DOM XAVIER REIS 2144 SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000570-72.2019.8.22.0013
CLASSE: Interdição/Curatela
REQUERENTES: JAIRO PAES DE LIMA, CASA 1868, RUA T 21 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, AUDECI BRITO NERES, CASA 937, AV. BOLÍVIA CENTRO - 76999-000 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ELTON DAVID DE SOUZA, OAB nº RO6301L
REQUERIDO: ELIZETH PAES DE AZEVEDO, CASA 937, AV. BOLÍVIA CENTRO - 76999-000 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Homologo a desistência do recurso (Id 83730624), em razão da manifestação da manifestação da parte autora/apelante (Id 83730645).
Certifique-se o trânsito em julgado e cumpra-se as determinações da sentença.
Nada mais havendo, arquive-se os autos.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTES: JAIRO PAES DE LIMA, CASA 1868, RUA T 21 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, AUDECI BRITO NERES, CASA 937, AV. BOLÍVIA CENTRO - 76999-000 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO: ELIZETH PAES DE AZEVEDO, CASA 937, AV. BOLÍVIA CENTRO - 76999-000 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000124-89.2021.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: DERCILIO MARIA DO SACRAMENTO, LINHA 01 KM 16 SN, DISTRITO DE SÃO DOMINGOS ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO, OAB nº RO5335A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Antes de proceder o julgamento da exceção de pré-executividade, apresentada pela parte executada, verifico que existe divergência entre os cálculos apresentados pelas partes, necessário se faz a remessa dos autos a contadoria do juízo para apuração da quantia realmente devida.
Consigno que o contador deverá observar os parâmetros estabelecido na sentença (Id 63409374), devendo abater os valores recebidos pela parte exequente de forma administrativa.
1- Encaminhe-se o feito à contadoria do juízo.
2- Apresentado os cálculos, intimem-se as partes, no prazo de 10 dias.
3 - Por fim, conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário, servindo a presente como carta/mandado/ofício e demais comunicações necessárias, caso conveniente à escrivania.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTE: DERCILIO MARIA DO SACRAMENTO, LINHA 01 KM 16 SN, DISTRITO DE SÃO DOMINGOS ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001314-53.2022.8.22.0016
CLASSE: Execução Fiscal
REPRESENTANTES PROCESSUAIS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ESTADO DE RONDONIA, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: SAO BENEDITO INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA - ME, RUA ANTONIO LACERDA - N:4162 INDUSTRIAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Em atenção a petição de Id 85167655, determino o cumprimento integral da decisão de Id 82133251.
Após, tornem os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REPRESENTANTES PROCESSUAIS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ESTADO DE RONDONIA, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: SAO BENEDITO INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA - ME, RUA ANTONIO LACERDA - N:4162 INDUSTRIAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001634-06.2022.8.22.0016
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MAYCON HENRIQUE DA SILVA, LINHA 16 S/N, KM-18, PT 25 ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CAIQUE VINICIUS CASTRO SOUZA, OAB nº RJ233392
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , - DE 523 A 615 - LADO ÍMPAR - 76900-261 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de AÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA CONCESSÃO DE AUXILÍO ACIDENTE OU RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA , proposta por MAYCON HENRIQUE DA SILVA, em desfavor do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
A parte autora, ajuizou ação, alegando demora para a realização da perícia médica, agendada para 07/07/2023 (id 82749948). Porém, o segurado somente terá o interesse de agir judicialmente, após esgotada a via administrativa. Cabe dizer, que o interesse de agir é uma das condições necessárias para o ajuizamento da ação judicial, isso porque, antes da negativa da autarquia, não se caracteriza ameaça ou lesão ao direito do segurado.
No caso, com requerimento prévio deferido e a perícia médica agendada em âmbito administrativo, não há de se falar de pretensão resistida do INSS, condição de existência da lide. A exigência de requerimento administrativo não é mera formalidade, mas sim requisito necessário para que a lide seja instaurada e seus limites estabelecidos.
Especificamente, nas ações em que o pedido é de concessão/restabelecimento de benefício previdenciário, este Juízo vem a se posicionar no sentido da necessidade do requerente instruir sua petição inicial, com o comprovante de prévio requerimento administrativo, a fim de demonstrar a omissão ou a mora da autarquia em avaliar a pretensão do segurado.
O Supremo Tribunal Federal tornou clara a questão ao julgar o Recurso Extraordinário (RE) 631240, com repercussão geral reconhecida, ao definir, por maioria de votos que acompanharam o relator Ministro Luís Roberto Barroso, que a exigência não fere a garantia de livre acesso ao Judiciário, previsto no artigo 5°, inciso XXXV, da Constituição Federal, pois sem pedido administrativo, não fica caracteriza lesão ou ameaça de direito: “não há como como caracterizar lesão ou ameaça de direito sem que tenha havido um prévio requerimento do segurado. O INSS não tem o dever de conceder o benefício de ofício. Para que a parte possa alegar que seu direito foi desrespeitado é preciso que o segurado vá ao INSS e apresente seu pedido”.
Também no julgamento do Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, tendo como Relator o Ministro Marco Aurélio, afirmou-se que “a garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explicito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta da República.”
Inclusive, é importante ressaltar que, em recente decisão do Eg. TRF 1ª Região manteve a exigência de comprovação do requerimento administrativo, fundamentando que:
“[...] ao Poder Judiciário não compete, em primeira mão, sem que se tenha configurado uma lide, sem que haja pretensão resistida, substituir-se ao Poder Executivo, praticando atos de natureza administrativa afetos à seara de atuação da Administração Pública. Equivocado, portanto, com todas as vênias, tem sido o caminho percorrido pela jurisprudência, que tem feito com que o Poder Judiciário tenha se transformado em” balcão “do INSS, fazendo as vezes da autarquia previdenciária, em prejuízo da eficiência da sua função própria, que é a de dizer o direito em caso de controvérsia [...] pode o Juízo exigir a comprovação do requerimento administrativo a ser formulado em prazo razoável, não sendo exigido o exaurimento da via administrativa, mas apenas a decisão ou eventual omissão do INSS em analisá-lo no tempo legal”.
O que se pretende é apenas a comprovação do prévio requerimento administrativo – e sua negativa ou mora – e não o exaurimento de eventual procedimento administrativo.
No caso em apreço, o agendamento da perícia médica pelo INSS comprova que não existe lide, no sentido de pretensão resistida.
Ademais, observo que a parte autora solicitou o benefício em 03.10.2022 (Id 82749948), ou seja, em momento posterior ao ingresso da presente ação, o que demonstra a inexistência de urgência na apreciação do pedido de forma judicial, a fim de burlar a fase administrativa do requerimento junto a o INSS.
Ante o exposto, JULGO EXTINTA a ação ajuizada por MAYCON HENRIQUE DA SILVA, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, incisos I e VI, ambos do Código de Processo Civil.
Custas processuais e honorários advocatícios suspensos de cobrança, nos termos do art. 98, § 3°, do CPC.
Após, o trânsito em julgado, se nada for requerido no prazo de 05 (cinco) dias, arquivem-se os autos, procedendo-se as baixas e anotações de estilo.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: MAYCON HENRIQUE DA SILVA, LINHA 16 S/N, KM-18, PT 25 ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , - DE 523 A 615 - LADO ÍMPAR - 76900-261 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7004750-11.2022.8.22.0019
Classe: Mandado de Segurança Cível
Polo Ativo: MEDICANDO SERVICOS MEDICOS LTDA - ME
ADVOGADO DO IMPETRANTE: LUCIANA FONSECA AZEVEDO, OAB nº RO5726
Polo Ativo: P. M. D.
IMPETRADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos, etc.
1. Relatório
Cuida-se de mandado de segurança c/c pedido liminar interposto por MEDICANDO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME em face do ato praticado por Samara Raquel Kuss de Souza (Pregoeira do Pregão Eletrônico n° 94/SEMUSA/2022), vinculado ao MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE/RO, todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Aduz o impetrante, em breve síntese, que é empresa interessada em concorrer na licitação do Pregão Eletrônico n° 94/SEMUSA/2022, no qual será realizada a contratação para gerenciamento técnico e administrativo das ações e serviços de saúde do Hospital Municipal de Machadinho D'Oeste/RO, mas que o edital apresenta exigências de habilitação que não condizem com a legislação vigente, bem como que não foi anexado a minuta de contrato ao edital acima mencionado. Em sede liminar, pugnou pela suspensão da realização do Pregão Eletrônico, anteriormente agendado para o dia 27/12/2022, até que houvesse o deslinde do feito. No mérito, pugna pela condenação do impetrado na obrigação consubstanciada em excluir os itens 13.4 alíneas "g e "h do Pregão Eletrônico n° 94/SEMUSA/2022, incluindo, ainda, a minuta do contrato como anexo obrigatório do edital, bem como promover sua republicação.
A inicial veio instruída com os documentos de praxe.
O pedido liminar foi deferido (ID. 85503361).
Notificado, a autoridade impetrada apresentou informações (ID. 85526214), impugnando pela denegação da segurança ante a ausência de direito líquido e certo.
Instado, o Ministério Público manifestou-se pela concessão da segurança (ID. 85565887).
Nessas condições, vieram-me conclusos.
É o relatório do necessário. DECIDO.
2. Fundamentação
Presentes as condições da ação mandamental e os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processos e sem nulidades a serem sanadas, conclui-se que o feito está maduro para julgamento.
Visa o impetrante, através do presente mandamus, a suspensão do certame e a exclusão dos itens 13.4, alínea "g e "h" do Pregão Eletrônico n° 94/SEMUSA/2022, bem como a inclusão da minuta do contrato como anexo obrigatório ao edital.
Após cognição exauriente, verifico ser o caso de degenar a ordem - o que, por evidente, prejudica os efeitos da liminar previamente concedida, pois não reconhecida a probabilidade do direito.
A concessão do mandamus encontra previsão legal inserida no art. 1° da Lei 12.016/2009, que assim dispõe: "Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou hover justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e seja quais forem as funções que exerça."
Extrai-se, portanto, que a concessão da segurança condiciona-se à existência e cumulação de dois pressupostos, quais sejam, a existência de direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, e, ainda, a existência de ato praticado de forma ilegal ou mediante abuso de poder.
Ao caso concreto, vislumbro que o cerne da questão resume-se às exigências contidas no capítulo 13.4, alínea "g" e "h" do Edital do Pregão Eletrônico n° 94/SEMUSA/2022, que preveem: (...) g) Alvará de Vigilância Sanitária Municipal, expedida pelo órgão competente da sede licitante, nos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso no próprio documento; h) Certidão ou Certificado de Conformidade, expedida pelo Departamento do Corpo de Bombeiro, sede da licitante, nos últimos".
Malgrado as razões do impetrante no sentido de que as exigências se configurariam ilegais, certamente não lhe assiste a razão, pelas razões expostas a seguir.
A necessidade de licença/alvará do órgão sanitário competente constitui-se requisito essencial para o funcionamento de instituições de saúde, de modo que sua ausência é considerada infração sanitária passível de pena de advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa, nos termos do art. 10, inc. II, da Lei 6.437/1997:
Art . 10 - São infrações sanitárias:

II - construir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa.

A necessidade da Certidão ou Certificado de Conformidade expedido pelo Departamento do Corpo de Bombeiros se justifica para garantir a segurança contra incêndio e pânico, bem como a evacuação de pessoas, e constitui-se exigência para o funcionamento da empresa no Estado de Rondônia, nos termos do art. 2°, caput e §1° da Lei Estadual 3.924/2016:

Art. 2º Qualquer licença para funcionamento de empresas a ser expedida no Estado, bem como para ocupação de edificações públicas ou privadas, dependerão da emissão do Auto de Vistoria Contra Incêndio e Pânico - AVCIP, dos sistemas de preventivos contra incêndio e evacuação de pessoas e de seus bens, de acordo com as ITs pertinentes, a serem expedidas pelo CBMRO.

§ 1º Para efeito de cumprimento do disposto nesta Lei, o CBMRO deverá vistoriar as edificações já existentes e todos os demais estabelecimentos em funcionamento, público ou privado, para verificação de sistemas de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à expedição do AVCIP a que se refere o caput do artigo.

Isto posto, tenho que os elementos coligidos nos autos apontam a inexistência de comprovação, pela então licitante, de ato ilícito, evidenciando tão somente que a autoridade impetrada agiu em estrito cumprimento das disposições contidas nas Legislações em âmbito Estadual e Federal, e, ainda, em observância ao Edital publicado, atentando-se, pois, ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório/Edital previsto nos arts. 3° da Lei 8.666/93 e 5° da Lei 14.133/21.

Não obstante, o impasse inerente à ausência da minuta do contrato já se encontra resolvido, porquanto devidamente comprovado pela autoridade coatora a inserção do documento por meio do sistema Licitanet (vide ID. 85526215, pg. 03), evidenciando-se desnecessária a intervenção jurisdicional neste âmbito.

Ora, não há que se falar em excesso de formalismo pela Administração Pública ao impor o cumprimento às exigências editalícias, pois, ordenar aos licitantes que preencham todos os itens estabelecidos resguarda os princípios da legalidade e da isonomia e permite a prevalência do Interesse Público. Portanto, no caso, não restou demonstrada eventual ilegalidade na conduta da Administração Pública Municipal.

Neste sentido, colaciona-se os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello: “O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua, lei interna. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar (art. 41, Lei 8.666/93). (in, Curso de Direito Administrativo. 29ª edição. Malheiros. 2012, p. 594-595)”

Sendo assim, considerando que o direito líquido e certo e/ou a prática de ato ilegal ou perpetrado mediante abuso de poder não restaram demonstrado por provas pré-constituídas, e, ainda, que a via do writ não admite dilação probatória, deve a ordem ser denegada, e por consequência retomado o regular trâmite do Pregão Eletrônico n° 94/SEMUSA/2022, sem prejuízo, evidentemente, de oportunizar, em prazo razoável, a participação de todos os interessados princípios da publicidade e da igualdade).

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do art. 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1°, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos”. (STJ - 1ª Turma, AI 169.076 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 04.06.98, DJU 17.08.98, p.44).

3. Dispositivo

Ante o exposto, extingo o feito com enfrentamento de mérito (art. 487, I, CPC) e DENEGO A SEGURANÇA pretendida ante a ausência de comprovação do direito líquido e certo e, ainda, de ato ilegal ou praticado mediante abuso de poder pela autoridade coautora e, por consequência, TORNO SEM EFEITO a decisão liminar concedida ao ID. 85503361.

Por força do princípio da causalidade, CONDENO o impetrante ao pagamento das custas e despesas processuais, todavia, deixo de condenar ao pagamento de honorários advocatícios, porquanto incabíveis na presente espécie. (Súmula n. 512 do STF e Súmula n. 105 do STJ).

Cientifique à autoridade coautora e à pessoa jurídica jurídica interessada do resultado do feito por meio do sistema PJE e, ainda, encaminhando-lhes cópia desta por ofício, nos termos do art. 13 da Lei 12.016/2009.

Ciência ao Ministério Público.

Caso nada mais seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se com as anotações de estilo.

P.R.I.

Machadinho D’Oeste/RO, 4 de janeiro de 2023

José de Oliveira Barros Filho

Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Processo: 7003466-02.2021.8.22.0019
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: SEBASTIAO SOARES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: VIVIANE MATOS TRICHES - RO4695
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Apresente a parte autora, no prazo de 5 dias úteis, o valor referente aos 90% do valor total, conforme acordo proposto/aceito/homologado uma vez que o valor apresentado, ID 83326510, compreende ao valor total e não ao valor acordado, a fim de possibilitar a expedição da RPV.
Machadinho D'Oeste, 5 de janeiro de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Processo: 7002165-20.2021.8.22.0019
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: EVERSON DA SILVA SANTOS
Advogados do(a) REQUERENTE: LORENI HOFFMANN ZEITZ - RO7333, IRINEU SEIDEL - RO9933
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 15 dias úteis, sobre a petição de ID 85063238.
Machadinho D'Oeste, 5 de janeiro de 2023

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7001221-52.2020.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:
EXEQUENTE: ANTONIO LOPES DA SILVA, LINHA LJ7, LT 316 PAT 30547 GL 01 S/N ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695
SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
ALVARÁ DE SOLTURA: CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, QUADRA SMPW QUADRA 1 CONJUNTO 2 s/n SETOR DE MANSÕES PARK WAY - 71735-102 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO ALVARÁ DE SOLTURA: MILSON LUIZ NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO8707, ADRIANA PEREIRA DE SOUZA, OAB nº DF36484
Valor da causa:R$ 13.930,24
DESPACHO
Vistos, etc.
Defiro o pedido de ID. 81809437.
Nesta data, procedi com a inserção da ordem de desbloqueio do valor de R$ 10.913,54 (dez mil, novecentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos) no sistema SISBAJUD, conforme comprovante em anexo.
Consigne-se que o processamento da ordem poderá levar até 48 (quarenta e oito) horas.
Ciência ao executado.
Ato contínuo, arquivem-se definitivamente os autos.
Cumpra-se. Pratique o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 4 de janeiro de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7001100-53.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível

Polo Ativo: SILVIA CRISTINA DA SILVA, CARLOS MAGNO DA SILVA, PATRICIA CRISTINA KOCHEM
ADVOGADO DOS AUTORES: MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO, OAB nº RO10830
Polo Passivo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
DESPACHO
Vistos.
A parte autora atribuiu o valor da causa em R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Todavia, o pedido é de condenação da parte requerida ao enquadramento e/ou equiparação salarial, e pagamento das diferenças mensais e reflexos (salário base, gratificações, adicionais, férias com adicional de 1/3, licenças prêmio e décimo terceiro salário), mas em consulta à petição inicial, não foi apresentado o valor pretendido.
O art. 292, I, do CPC, dispõe que o valor da causa será, na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação. Ademais, os §§ 1º e 2º do referido artigo preveem qu, havendo parcelas vencidas e vincendas, ambas deverão ser incluídas no valor da causa, sendo incluído o valor de uma prestação anual.
Assim, fica a parte autora intimada, por meio de seu representante judicial, via DJE (art. 272, CPC), a, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, devendo adequar o valor da causa com a pretensão econômica desejada (art. 292, I, c/c §§ 1º e 2º, CPC), qual seja, os valores de diferenças salariais e reflexos, acrescidos de uma prestação anual a título de parcelas vincendas, corrigidos e acrescidos de juros, sob pena de correção de ofício e por arbitramento do valor da causa (art. 292, § 3º, CPC).
Cumprida a determinação, corrija-se o valor da causa no sistema, intimando-se novamente a parte autora para a complementação de custas, no prazo de 15 dias, sob pena de remessa dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.
Machadinho D'Oeste/RO, 4 de janeiro de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 0037658-37.2008.8.22.0019
Classe: Inventário
Polo Ativo: E. M. D. P., E. M. D. P., S. A. D. P., E. J. D. P., S. C. D. P., M. A. M. D. P., A. D. D. P.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: RODRIGO REIS RIBEIRO, OAB nº RO1659, CASSIA FRANCIELE DOS SANTOS, OAB nº RO9503A, ROBSON ANTONIO DOS SANTOS MACHADO, OAB nº RO7353, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: D. M. D. P.
ADVOGADO DO REU: RODRIGO REIS RIBEIRO, OAB nº RO1659
DECISÃO
Vistos.
Chamo o feito à ordem.
Cuida-se de ação de inventário e partilha dos bens deixados por DECICERO MELQUIDES DE PINA em virtude de seu falecimento, promovida por MARIA APARECIDA MENDES DE PINA e outros, todos devidamente qualificados. Consta da inicial que os bens a serem inventariados seriam: (i) imóvel rural Lote 303, Gleba 02, Linha MA-21, zona rural do município de Machadinho D'Oeste/RO, com área aproximada de 34 hectares, avaliado, à época, em R$ 30.000,00 (trinta mil reais); (ii) imóvel rural Lote 112, Gleba 03, Linha MP-129, zona rural do município de Machadinho D'Oeste/RO, com área aproximada de 69 hectares, avaliado, à época, em R$ 20.000,00 (vinte mil reais); (ii) imóvel rural Lote 113, Gleba 03, Linha MP-129, zona rural do município de Machadinho D'Oeste/RO, com área aproximada de 69 hectares, avaliado, à época, em R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Despacho inicial ao ID 26562243, p. 1, indeferindo a gratuidade e nomeando a viúva meeira como inventariante.
Primeiras declarações ao ID 26562243, p. 11-15.
A Fazenda Estadual manifestou-se espontaneamente ao ID 26562243, p. 22, apresentando relatório fiscal com valor atualizado do imóvel e requerendo a aplicação de multa pelo retardamento do início ou ultimação do inventário.
Certidão da contadoria com valor atualizado do ITCD, multa e custas processuais ao ID 26562243, p. 32.
Requerida a expedição de alvará judicial para venda dos imóveis (ii) ou (iii) para o pagamento das custas (ID 26562243, p. 38), os herdeiros Eliandro, Adriana e Eliane manifestaram discordância (ID 26562243, p. 47 e 54).
Após, a inventariante informou nos autos que a herdeira Eliane teria vendido parte do espólio sem seu consentimento (ID 26562244, p. 10-11).
As Fazendas Federal e Municipal se manifestaram (ID 26562244, p. 35, 51-52).
A herdeira Eliane manifestou-se nos autos confirmando que teria vendido parte do espólio, porém juntou contrato estranho aos autos (ID 26562246, p. 28-30).
A inventariante e o herdeiro Eliandro apresentaram proposta de acordo ao ID 59156684, rejeitada pelas herdeiras Sandra, Elizandra e Eliane (ID 59374505 e 59992786).
Em audiência realizada no dia 23/01/2022 (ID 70742156), a herdeira Eliane confirmou que teria vendido parte do espólio, juntamente com as herdeiras Adriana e Silvia mas que se tratava apenas de parte do Lote 112. Foi requerida a expedição de Auto de Constatação.

O auto de constatação (ID 78337025) informou que o lote 112 teria como proprietário o sr. Irno Paulo Palaoro, e o lote 113, o sr. Antonio Guedes. Foram juntados contratos referentes às transações relativas aos lotes 112 e 113.

Por fim, as herdeiras Sandra e Elizandra requereram tutela cautelar em caráter antecedente de urgência para determinar o bloqueio dos bens ainda não vendidos e a anulação/cancelamento das vendas já realizadas (ID 81726697).

É o relatório. Decido.

Apesar dos quase 15 anos de tramitação do presente feito, verifico que há irregularidades que necessitam ser saneadas antes do julgamento do mérito.

I. Das custas

De início, verifico que não houve o pagamento das custas. A gratuidade foi indeferida no despacho inicial (ID 26562243, p. 1), de modo que incumbe à requerente o levantamento das custas processuais para o prosseguimento do feito. Verifico, no entanto, que há o pedido de diferimento das custas. Nos termos do art. 34 da Lei n. 3.896/2016, o recolhimento das custas judiciais pode ser diferido para final quando comprovada, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira do seu recolhimento, ainda que parcial.

Deste modo, intime-se a inventariante para que comprove nos autos a impossibilidade financeira do recolhimento das custas.

II. Do objeto da partilha

Constam da inicial e das primeiras declarações os seguintes bens a serem partilhados: (i) imóvel rural Lote 303, Gleba 02, Linha MA-21, zona rural do município de Machadinho D'Oeste/RO, com área aproximada de 34 hectares, avaliado, à época, em R$ 30.000,00 (trinta mil reais); (ii) imóvel rural Lote 112, Gleba 03, Linha MP-129, zona rural do município de Machadinho D'Oeste/RO, com área aproximada de 69 hectares, avaliado, à época, em R$ 20.000,00 (vinte mil reais); (ii) imóvel rural Lote 113, Gleba 03, Linha MP-129, zona rural do município de Machadinho D'Oeste/RO, com área aproximada de 69 hectares, avaliado, à época, em R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Entretanto, em análise minuciosa, verifico que apenas o lote 303 efetivamente pertencia ao de cujus no momento de seu falecimento. Explico:

Constam nos autos Título de Propriedade sob condição resolutiva outorgado pelo INCRA ao de cujus em 24/04/1992 (ID 26562242, p. 18), confirmando sua propriedade sobre o imóvel.

Entretanto, quanto aos Lotes 112 e 113, não há nos autos elemenos indicando o de cujus como proprietário, possuidor ou titular de quaisquer direitos referentes aos apontados imóveis.

Quanto ao Lote 112, consta nos autos Autorização de Ocupação outorgada pelo INCRA em favor Nercio Machado de Almeida em 12/03/1987 (ID 26562242, p. 14-15). O sr. Nercio somente teria vendido o imóvel para a inventariante em 07/08/2009, exatos dois anos após o falecimento do de cujus. Ainda, não consta nos autos nenhuma evidência de propriedade ou eventual direito real do de cujus sobre o imóvel. Ora, o Direito das Sucessões objetiva a partilha dos bens adquiridos pelo de cujus ainda em vida, de modo que o referido imóvel, por não ser de propriedade do falecido no momento da abertura da sucessão, não deve ser objeto da presente ação. Não apenas isto, mas todas as eventuais vendas de partes do imóvel promovidas por herdeiros (ID 78337757, p. 1-6) não são objeto da ação de inventário.

Quanto ao Lote 113, consta dos autos Título de Propriedade sob condição resolutiva em nome de José Carlos Paiva, datado de 20/09/1996 (ID 8385255, p. 3-4). Consta ainda Certidão de Inteiro Teor do Imóvel (ID 78337757, p. 7-8) que detalha a cadeia dominial do imóvel, constando ainda condição resolutiva que veda a alienação do imóvel, exceto causa mortis. Por fim, consta contrato de compra e venda celebrado pelos herdeiros do sr. José Carlos Paiva e o sr. Adjair Miguel de Souza, vendendo o imóvel em 22/03/2018. Assim, o referido imóvel também constitui objeto da partilha.

III. Da tutela cautelar

As herdeiras Sandra e Elizandra requereram tutela cautelar em caráter antecedente de urgência, pugnando pelo bloqueio dos bens e a anulação das vendas já realizadas, visando evitar eventual prejuízo aos demais herdeiros.

No entanto, não vislumbro cabimento do pedido.

Primeiro, porque a anulação/cancelamento dos negócios jurídicos pleiteada caracteriza objeto alheio ao escopo da ação de inventário e partilha. Nesse sentido, o art. 612 do CPC determina que questões que dependam de outras provas devem ser remetidas para as vias ordinárias.

Segundo, porque, conforme já discorrido acima, os lotes objetos dos negócios jurídicos que se buscam anular não fazem parte do espólio do de cujus, de modo que se trata de questão estranha aos autos.

Por fim, qualquer eventual tentativa de venda do lote 303 por parte dos demais herdeiros ou de qualquer outro sem a autorização deste juízo é nula de pleno direito, por se tratar de alienação de coisa alheia como própria. Nesse sentido:

CIVIL. NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. ALIENAÇÃO DE COISA ALHEIA IMÓVEL. É NULO DE PLENO DIREITO O NEGÓCIO JURÍDICO CELEBRADO POR QUEM ALIENA COISA ALHEIA COMO SENDO PRÓPRIA SEM PODERES PARA TANTO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TJ-DF - AC: 989045220018070001 DF 0098904-52.2001.807.0001, Relator: MARIO MACHADO, Data de Julgamento: 18/10/2004, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: 25/11/2004, DJU Pág. 56 Seção: 3)

Ademais, verifico que os documento particulares apresentados nos autos não têm o condão de surtir os efeitos pretendidos para fins de adjudicação em favor do terceiro, visto que a cessão de direitos hereditários exige forma especial (escritura pública) nos termos do art. 1.793 do Código Civil.

Neste sentido, já se decidiu:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO JUDICIAL. INSURGÊNCIA EM FACE DA DECISÃO QUE INDEFERIU A CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS POR INSTRUMENTO DE CONTRATO PARTICULAR. PRETENSÃO DA AGRAVANTE DE QUE SEJA

DECLARADA VÁLIDA A CESSÃO DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS QUE DEVE SE DAR POR ESCRITURA PÚBLICA. ART. 1.793, CC. “A cessão de direitos hereditários deve ser formalizada por escritura pública”. (AgInt nos EDcl no AREsp 947.708/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018). DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 11ª C.Cível - 0056112-36.2021.8.16.0000 - Arapoti - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU LUCIANE DO ROCIO CUSTÓDIO LUDOVICO - J. 14.03.2022) (TJ-PR - AI: 00561123620218160000 Arapoti 0056112-36.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Luciane do Rocio Custódio Ludovico, Data de Julgamento: 14/03/2022, 11ª Câmara Cível, Data de Publicação: 15/03/2022).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO. CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS. TERMO JUDICIAL. DESCABIMENTO. FORMALIZAÇÃO POR ESCRITURA PÚBLICA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. A cessão de direitos hereditários reclama observância da forma prevista no art. 1.793 do CCB (escritura pública), não consagrando esta disposição a hipótese de renúncia abdicativa à herança de que trata o art. 1.810 do CC e que pode ser formalizada por instrumento público ou termo judicial (art. 1.806, CC). AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (TJ-RS - AI: 70082005448 RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Data de Julgamento: 26/09/2019, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: 27/09/2019).

Assim, indefiro o pedido de tutela cautelar.

Ante o exposto, DETERMINO as seguintes providências.

1) Intime-se a inventariante para que retifique as primeiras alegações, fazendo constar apenas os bens cuja de propriedade do de cujus até a data de seu falecimento, com valores atualizados, acostando aos autos prova da sua condição de proprietário do referido bem, no prazo de 30 (trinta) dias;

2) Em igual prazo, deverá a inventariante efetuar o pagamento das custas processuais, ou comprovar, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira do seu recolhimento, ainda que parcial, que justifique o diferimento das custas, nos termos do art. 34 do Regimento de Custas, sob pena de extinção e arquivamento.

3) Após, conclusos para a deliberação.

Expeça-se o necessário.

Machadinho D’Oeste/RO, 4 de janeiro de 2023

José de Oliveira Barros Filho

Juiz de Direito

Machadinho do Oeste - 1º Juízo

Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste

Processo n.: 7001811-58.2022.8.22.0019

Classe: Procedimento Comum Cível

Assunto:

AUTORES: MARIA DE NAZARE VIANA BORGES, LINHA MA 28 KM 18 LOTE 182 Gleba 06 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA, INES APARECIDA BATISTA MACHADO, AVENIDA RIVELINO CAMPOS AMOEDO 2348 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA, HELIANIS APARECIDA DE MIRANDA, RUA PARANÁ 3128 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA, CAMILA PAMELA DA COSTA, RUA LEONEL BRIZOLA 3921 UNIÃO - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA

ADVOGADOS DOS AUTORES: HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO770

THALES ANTUNES BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO11724

REU: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE

ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE

Valor da causa:R$ 20.000,00

DESPACHO

A parte autora atribuiu o valor da causa em R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Todavia, o pedido é de condenação da parte requerida ao enquadramento e/ou equiparação salarial, e pagamento das diferenças mensais e reflexos (salário base, gratificações, adicionais, férias com adicional de 1/3, licenças prêmio e décimo terceiro salário), mas em consulta à petição inicial, não foi apresentado o valor pretendido. O art. 292, I, do CPC, dispõe que o valor da causa será, na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação. Ademais, os §§ 1º e 2º do referido artigo preveem qu, havendo parcelas vencidas e vincendas, ambas deverão ser incluídas no valor da causa, sendo incluído o valor de uma prestação anual.

Assim, fica a parte autora intimada, por meio de seu representante judicial, via DJE (art. 272, CPC), a, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, devendo adequar o valor da causa com a pretensão econômica desejada (art. 292, I, c/c §§ 1º e 2º, CPC), qual seja, os valores de diferenças salariais e reflexos, acrescidos de uma prestação anual a título de parcelas vincendas, corrigidos e acrescidos de juros, sob pena de correção de ofício e por arbitramento do valor da causa (art. 292, § 3º, CPC).

Cumprida a determinação, corrija-se o valor da causa no sistema, intimando-se novamente a parte autora para a complementação de custas, no prazo de 15 dias, sob pena de remessa dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.

Machadinho D´Oeste/RO, 22 de fevereiro de 2022.

José de Oliveira Barros Filho

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7004683-46.2022.8.22.0019
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Polo Ativo: BANCO VOTORANTIM S/A
ADVOGADOS DO AUTOR: MOISES BATISTA DE SOUZA, OAB nº SP149225, PROCURADORIA BANCO VOTORANTIM S.A
Polo Ativo: JOSIANE MARIN
ADVOGADO DO REU: REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS, OAB nº RO5947
SENTENÇA
Vistos, etc.
Cuida-se de ação de busca e apreensão c/c pedido de medida liminar proposta por BANCO VOTORANTIM S.A em face de JOSIANE MARIN, com vistas à apreensão do veículo "CHEVROLET - CAMARO SS 6.2 V8 AT 2P (GG) Basico - 2011/2011 - PRETA - ISG9H29 - 2G1F91EJ1B9202838 - 347307132", atribuindo o valor de R$ 56.818,35 (cinquenta e seis mil, oitocentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos) para fins de purgação integral da mora.
Concedida a medida liminar (ID. 85453378), o bem objeto da lide foi apreendido (ID. 85548408), tendo a requerida purgado a mora mediante depósito judicial que totaliza o valor de R$ 56.872,32 (cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos), nos termos da certidão de ID. 85586395.
Nessas condições, vieram-me conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Nos termos do §2° do art. 3° do Decreto-Lei 911/69, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da execução da liminar, o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus.
É a hipótese que se verifica ao caso em apreço, tendo em vista que a execução da liminar ocorreu tão somente no dia 28 de dezembro de 2022 (vide ID. 85548408) e, dentro do prazo estabelecido, houve o depósito integral do valor da dívida pendente (vide ID. 85586395). Conforme entendimento jurisprudencial já sedimentado no âmbito dos Tribunais, ao depositar o valor integral do contrato o devedor fiduciário reconhece o pedido autoral. Vejamos:
EMENTA. APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA. PURGAÇÃO DA MORA. HIPÓTESE DE RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DEVIDOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. A purgação da mora pelo devedor implica em reconhecimento da procedência do pedido, ensejando a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Em relação aos honorários, há de ser o aplicado o art. 90 do CPC, consoante o qual, proferida "sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu", observando-se que o § 4.º determina que, diante do reconhecimento e cumprimento integral da prestação, os honorários serão reduzidos pela metade. APELO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. (TJ-BA - APL: 05001587120198050113, Relator: ROSITA FALCAO DE ALMEIDA MAIA, TERCEIRA CAMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/11/2020).
CONSUMIDOR E PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. PAGAMENTO DE BOLETO NÃO COMPENSADO. PURGAÇÃO DA MORA NO CURSO DO PROCESSO. RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA. RECURSO PROVIDO. 1. A purgação da mora pelo réu configura anuência com a pretensão autoral de cobrança, que tem como consequência contratual a restituição do bem que foi legitimamente apreendido (art. 3º, § 2º, do Decreto nº 911/1969) e como consequência processual a homologação do reconhecimento do pedido por sentença (art. 487, III, a, CPC). 2. Como o ajuizamento da ação decorre de mora do Apelado e a extinção do litígio é resultado de reconhecimento do pedido inicial, a causa da propositura da demanda deve ser a ele atribuída, em atenção ao princípio da causalidade e ao art. 90 do CPC. 3. Recurso provido. (TJ-AM - AC: 06509617520188040001 AM 0650961-75.2018.8.04.0001, Relator: Paulo César Caminha e Lima, Data de Julgamento: 19/10/2021, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 19/10/2021).
Ante o exposto, extingo o feito com enfrentamento de mérito (art. 487, inc. III, alínea "a" do CPC), o que faço para HOMOLOGAR O RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO e, por consequência, DECLARAR PURGADA A MORA ante o adimplemento integral dos valores pendentes.
Por força do princípio da causalidade, CONDENO a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2° c/c art. 90, §4°, ambos do Código de Processo Civil.
Desde já, DETERMINO ao credor fiduciário que proceda com a devolução do veículo em até 05 (cinco) dias, no estado em que se encontrava ao tempo da apreensão.
Certifique-se acerca de eventuais pendências e, em ato contínuo, expeça-se alvará para levantamento dos valores depositados em juízo em favor do credor fiduciário, intimando-o para retirada no prazo de 05 (cinco) dias.
Transitada em julgada, nada sendo requerido e adotadas as providências de praxe, arquive-se.
P.R.I.
Machadinho D'Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste/RO, CEP: 76.958-000
Fone: (69) 3309-8671 E-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Número do processo: 7000009-85.2023.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum Cível
Autor: NEUSA PAZETO DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS, OAB nº RO5822
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO

Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação do art. 98, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.

Isto porquê a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 98 do CPC).

A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.

Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.

O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.

A leitura do aludido dispositivo, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.

Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.

A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.

Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.

Assim, pela nova leitura dos dispositivos constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência. Nesse sentido:

TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar decisão que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)

STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)

CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).

Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99 §2º determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.

Isso posto, intime-se a parte autora, via advogado, para emendar a inicial a fim:

a) Juntar cópia da declaração de imposto de renda, ITR ou outro documento hábil a indicar a hipossuficiência, mediante a apresentação de comprovante de renda hábil para atestar suas alegações, ou comprove o pagamento das custas iniciais, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.

b) juntar declaração junto ao IDARON, tanto em nome da autora como de seu cônjuge.

c)juntar comprovante de endereço atualizado e em seu nome, a fim de comprovar domicílio nessa comarca.

d) juntar instrumento de procuração atualizado.

Após, conclusos para despacho inicial.

Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023.

Denise Pipino Figueiredo

Juíza de Direito

Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única

Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br

PROCESSO: 7000010-70.2023.8.22.0020

AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A

ADVOGADOS DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA, OAB nº AL6557, BRADESCO

REU: KAYK GOMES SILVA CORREA, CPF nº 04935302232

REU SEM ADVOGADO(S)

VALOR DA CAUSA: R$ 13.060,80

DECISÃO INICIAL

Vistos.

1. Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, a fim de comprovar o recolhimento das custas iniciais, no montante equivalente a 2% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 12, I da Lei n. 3.896/2016 (Lei de Custas), eis que nesse tipo de ação não será designada audiência de conciliação.

1.1 Decorrido o prazo do item 1 sem a comprovação do pagamento das custas, venham conclusos para extinção.

1.2 Comprovado o recolhimento das custas, cumpram-se os itens 2 e seguintes da presente decisão.

2. Defiro o pedido de tramitação do feito em segredo de justiça.

2.1 Sobre o tema, oportuno citar o seguinte julgado:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - TRAMITAÇÃO EM SEGREDO DE JUSTIÇA - POSSIBILIDADE. 1. O deferimento de liminar de busca e apreensão de veículo, determinada em ação que tramita em segredo de justiça, não caracteriza cerceamento de defesa. 2. A ação de busca e apreensão fundada em contrato garantido por alienação fiduciária segue o rito disciplinado pelo Decreto-Lei 911/69, que prevê, inclusive, que o devedor fiduciante somente apresentará resposta, após a execução da liminar. (TJ-MG - MS: 10000180769036000 MG, Relator: Carlos Henrique Perpétuo Braga, Data de Julgamento: 28/05/0019, Data de Publicação: 05/06/2019).

3. Trata-se de ação de busca e apreensão, ajuizada por Banco Bradesco Financiamentos S.A em face de KAYK GOMES SILVA CORREA. Aduz a parte autora que concedeu à requerida um financiamento no valor de R$12.263,66 por meio da alienação fiduciária do automóvel, Marca: FIAT, Modelo: UNO MILLE FIRE FLEX, Ano: 2008/2008, Cor: VERDE, Placa: NDS5165, RENAVAM: 00986232289, CHASSI: 9BD15822786173565

O valor financiado deveria ser restituído por meio de 34 prestações mensais, no valor de R$ 494,23 , com início dos pagamentos em 20/08/2021 e término 20/08/2024, por meio da Cédula de Crédito Bancária nº 0244278934 . Entretanto, afirma que a parte requerida se tornou inadimplente desde 20/07/2022, estando em mora no valor correspondente a R$ 13.060,80.

Por fim, informa que promoveu a notificação extrajudicial da parte ré, sendo que, decorrido o prazo não houve pagamento espontâneo, razão pela qual protesta pela busca e apreensão do bem alienado.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

4. Nos termos do art. 3º do Decreto-lei 911/1969: "O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário".

Já a mora é comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, na qual é dispensável que a assinatura seja do próprio destinatário, conforme estabelece o §2º do art. 2º do referido Decreto, com redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014.

Também satisfaz a comprovação da mora exigida o protesto do título emitido pelo devedor.

Nesse sentido:

RECURSO DE APELAÇÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BUSCA E APREENSÃO - MORA - PROTESTO – COMPROVAÇÃO. A comprovação da mora, exigida no § 2º do art. 2º do Decreto-lei 911, de 1.969, pode ser feita através do protesto do título emitido pelo devedor. (TJ-MG – AC: 10290100095659001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 03/12/2015, Câmaras Cíveis/15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 15/12/2015).

Em análise aos autos, observo que consta o ajuste contratual (ID 85575867), bem como a notificação extrajudicial (ID 85575873).

Desta forma, preenchidos os requisitos que autorizam a concessão da medida, não há razões para o indeferimento. Há que se ressaltar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso a requerida efetue o pagamento da dívida integralmente no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo livre de ônus (§2º do art. 3º do DL 911/69).

5. Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo Marca: FIAT, Modelo: UNO MILLE FIRE FLEX, Ano: 2008/2008, Cor: VERDE, Placa: NDS5165, RENAVAM: 00986232289, CHASSI: 9BD15822786173565, objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato, depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.

Ressalte-se que o devedor, por ocasião do cumprimento do mandado de busca e apreensão, deverá entregar os respectivos documentos do veículo apreendido (art.3º, §14º, Decreto-lei 911/1969).

Executada a liminar, cite-se a parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar o débito descrito, que deverá ser acrescido da verba honorária de dez por cento sobre o débito em aberto, além das custas processuais recolhidas pelo credor ou, caso queira, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que o pagamento implicará consolidação da propriedade do bem nas mãos do credor, que poderá vendê-lo a terceiros.

De outro turno, com a finalidade de preservar o devido processo legal, fica a parte autora advertida de que deverá abster-se de alienar, transferir ou retirar o bem desta Comarca sem autorização do Juízo.

Autorizo o Senhor Oficial de Justiça o cumprimento do mandado, caso necessário, na forma do artigo 212, §§ 1º e 2º e artigo 536, §2º, ambos do CPC.

OBS: No decorrer da diligência, sendo o caso, servirá esta também como requisição de reforço policial. Autorizo as faculdades do artigo 172 do Código de Processo Civil.

CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO, INTIMAÇÃO E CITAÇÃO.

Nova Brasilândia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023

Denise Pipino Figueiredo

Juiz (a) de Direito

AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A, 4088, AV.: RIO NEGRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA

REU: KAYK GOMES SILVA CORREA, CPF nº 04935302232, LINHA 13 KM 1 LADO NORTE S/N ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA

Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única

Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br

PROCESSO: 7000013-25.2023.8.22.0020

AUTOR: B. B. F. S.

ADVOGADOS DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA, OAB nº AL6557, BRADESCO

REU: F. B., CPF nº 73632244200

REU SEM ADVOGADO(S)

VALOR DA CAUSA: R$ 39.747,78

DECISÃO INICIAL

Vistos.

1. Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, a fim de comprovar o recolhimento das custas iniciais, no montante equivalente a 2% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 12, I da Lei n. 3.896/2016 (Lei de Custas), eis que nesse tipo de ação não será designada audiência de conciliação.

1.1 Decorrido o prazo do item 1 sem a comprovação do pagamento das custas, venham conclusos para extinção.

1.2 Comprovado o recolhimento das custas, cumpram-se os itens 2 e seguintes da presente decisão.

2. Defiro o pedido de tramitação do feito em segredo de justiça.

2.1 Sobre o tema, oportuno citar o seguinte julgado:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - TRAMITAÇÃO EM SEGREDO DE JUSTIÇA - POSSIBILIDADE. 1. O deferimento de liminar de busca e apreensão de veículo, determinada em ação que tramita em segredo de justiça, não caracteriza cerceamento de defesa. 2. A ação de busca e apreensão fundada em contrato garantido por alienação fiduciária segue o rito disciplinado pelo Decreto-Lei 911/69, que prevê, inclusive, que o devedor fiduciante somente apresentará resposta, após a execução da liminar. (TJ-MG - MS: 10000180769036000 MG, Relator: Carlos Henrique Perpétuo Braga, Data de Julgamento: 28/05/0019, Data de Publicação: 05/06/2019).

3. Trata-se de ação de busca e apreensão, ajuizada por B. B. F. S. em face de F. B..

Aduz a parte autora que concedeu à requerida um financiamento no valor de R$ 76.486,56 por meio da alienação fiduciária do automóvel, Marca: MMC, Modelo: L200 TRITON SPT GL , Ano: 2018/2019, Cor: PRATA, Placa: QCX4A94 , RENAVAM:01153124723 , CHASSI: 93XLJKL1TKCJ10210

O valor financiado deveria ser restituído por meio de 48 prestações mensais, no valor de R$ 1.593,47, com início dos pagamentos em 07/02/2022 e término 07/01/2026, por meio da Cédula de Crédito Bancária nº 3624021148 . Entretanto, afirma que a parte requerida se tornou inadimplente desde 07/09/2022, estando em mora no valor correspondente a R$ 39.747,78.

Por fim, informa que promoveu a notificação extrajudicial da parte ré, sendo que, decorrido o prazo não houve pagamento espontâneo, razão pela qual protesta pela busca e apreensão do bem alienado.
É O RELATÓRIO. DECIDO.
4. Nos termos do art. 3º do Decreto-lei 911/1969: "O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário".
Já a mora é comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, na qual é dispensável que a assinatura seja do próprio destinatário, conforme estabelece o §2º do art. 2º do referido Decreto, com redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014.
Também satisfaz a comprovação da mora exigida o protesto do título emitido pelo devedor.
Nesse sentido:
RECURSO DE APELAÇÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BUSCA E APREENSÃO - MORA - PROTESTO – COMPROVAÇÃO. A comprovação da mora, exigida no § 2º do art. 2º do Decreto-lei 911, de 1.969, pode ser feita através do protesto do título emitido pelo devedor. (TJ-MG – AC: 10290100095659001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 03/12/2015, Câmaras Cíveis/15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 15/12/2015).
Em análise aos autos, observo que consta o ajuste contratual (ID 85580987, p. 1-10), bem como a notificação extrajudicial (ID 85580987, p. 15).
Desta forma, preenchidos os requisitos que autorizam a concessão da medida, não há razões para o indeferimento. Há que se ressaltar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso a requerida efetue o pagamento da dívida integralmente no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo livre de ônus (§2º do art. 3º do DL 911/69).
5. Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo Marca: MMC, Modelo: L200 TRITON SPT GL , Ano: 2018/2019, Cor: PRATA, Placa: QCX4A94 , RENAVAM: 01153124723 , CHASSI: 93XLJKL1TKCJ10210, objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato, depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.
Ressalte-se que o devedor, por ocasião do cumprimento do mandado de busca e apreensão, deverá entregar os respectivos documentos do veículo apreendido (art.3º, §14º, Decreto-lei 911/1969).
Executada a liminar, cite-se a parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar o débito descrito, que deverá ser acrescido da verba honorária de dez por cento sobre o débito em aberto, além das custas processuais recolhidas pelo credor ou, caso queira, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que o pagamento implicará consolidação da propriedade do bem nas mãos do credor, que poderá vendê-lo a terceiros.
De outro turno, com a finalidade de preservar o devido processo legal, fica a parte autora advertida de que deverá abster-se de alienar, transferir ou retirar o bem desta Comarca sem autorização do Juízo.
Autorizo o Senhor Oficial de Justiça o cumprimento do mandado, caso necessário, na forma do artigo 212, §§ 1º e 2º e artigo 536, §2º, ambos do CPC.
OBS: No decorrer da diligência, sendo o caso, servirá esta também como requisição de reforço policial. Autorizo as faculdades do artigo 172 do Código de Processo Civil.
CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO, INTIMAÇÃO E CITAÇÃO.
Nova Brasilândia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de Direito
AUTOR: B. B. F. S., CIDADE DE DEUS s/n, PRÉDIO NOVÍSSIMO 4º ANDAR VILA YARA - 06029-902 - OSASCO - SÃO PAULO
REU: F. B., CPF nº 73632244200, LH 25 KM 33 00 ZONA RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste/RO, CEP: 76.958-000
Fone: (69) 3309-8671 E-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7000006-33.2023.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Salário-Maternidade (Art. 71/73)
Valor da causa: R$ 4.134,00 ()
Parte autora: JESSICA VELMER DE MIRANDA, LINHA 25, KM 3,5 S/N ZONA RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS, OAB nº RO5822
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Despacho

Vistos.

Trata-se de ação movida pela parte descrita em epígrafe em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS, para fins de recebimento de benefício previdenciário, contudo a parte ajuizante não anexou o respectivo requerimento administrativo e \ ou comprovante de indeferimento do pedido.

Verifica-se no caso ausência de interesse de agir, tendo em vista a inexistência de prévio requerimento.

O Supremo Tribunal Federal decidiu a necessidade de prévio requerimento nos casos de benefício previdenciário. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE. REPERCUSSÃO GERAL. STF RE 631240. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. OPORTUNIDADE DE EMENDA À INICIAL. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS. 1. O juiz a quo extinguiu o processo por falta de interesse de agir, depois de ter concedido oportunidade de emenda da inicial, por considerar imprescindível a existência de postulação anterior ao ajuizamento de ação intentada contra o INSS voltada à concessão de benefício previdenciário. 2. O Supremo Tribunal Federal, em julgado submetido à repercussão geral, firmou o entendimento no sentido de que o segurado, antes de ingressar em juízo, deve requerer o benefício previdenciário administrativamente (RE 631240, Seção do dia 27/08/2014). 3. Assentou-se que nas ações em que o INSS ainda não foi citado, ou naquelas em que não foi discutido o mérito pela autarquia, devem os processos ficar sobrestados para que a parte autora seja intimada pelo juízo para requerer o benefício ao INSS, no prazo de 30 dias, sob cominação de extinção do feito. 4. A sentença deve ser anulada para que a condição da ação, consistente na demonstração do interesse de agir, seja atendida pela parte autora, uma vez que até então lavrava dissenso quanto à exigência ou não de prévio requerimento administrativo, a fim de que não seja o direito postulado alcançado pela prescrição. 5. Apelação da parte autora parcialmente provida, para anular a sentença, determinando o retorno dos autos à vara de origem para adequada instrução (formalização e prova da postulação administrativa, no prazo de 30 trinta dias). Tribunal Regional Federal da 1ª Região TRF-1 - APELAÇÃO CIVEL: AC 0073137-44.2013.4.01.9199.

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE. REPERCUSSÃO GERAL. STF RE 631240. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. OPORTUNIDADE DE EMENDA À INICIAL. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS. 1. O juiz a quo extinguiu o processo por falta de interesse de agir, depois de ter concedido oportunidade de emenda da inicial, por considerar imprescindível a existência de postulação anterior ao ajuizamento de ação intentada contra o INSS voltada à concessão de benefício previdenciário. 2. O Supremo Tribunal Federal, em julgado submetido à repercussão geral, firmou o entendimento no sentido de que o segurado, antes de ingressar em juízo, deve requerer o benefício previdenciário administrativamente (RE 631240, Seção do dia 27/08/2014). 3. Assentou-se que nas ações em que o INSS ainda não foi citado, ou naquelas em que não foi discutido o mérito pela autarquia, devem os processos ficar sobrestados para que a parte autora seja intimada pelo juízo para requerer o benefício ao INSS, no prazo de 30 dias, sob cominação de extinção do feito. 4. A sentença deve ser anulada para que a condição da ação, consistente na demonstração do interesse de agir, seja atendida pela parte autora, uma vez que até então lavrava dissenso quanto à exigência ou não de prévio requerimento administrativo, a fim de que não seja o direito postulado alcançado pela prescrição. 5. Apelação da parte autora parcialmente provida, para determinar o retorno dos autos à vara de origem para adequada instrução (formalização e prova da postulação administrativa, no prazo de 30 trinta dias). (TRF-1 - AC: 00513935620144019199, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, Data de Julgamento: 26/08/2015, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: 08/09/2015).

Com efeito, a falta de requerimento administrativo e \ ou cópia de seu indeferimento demonstra, em tese, a ausência do interesse jurídico em agir.

A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS.

A exigência de requerimento administrativo como requisito para o ajuizamento de ação não afronta o princípio constitucional de acesso ao Judiciário, conforme previsto no artigo 5º, XXXV, pois o interesse de agir, um dos requisitos condições da ação, pressupõe a necessidade de provocar o Poder Judiciário, o que somente ocorre quando instalada a lide ou o conflito de interesse, o que não aconteceu no presente feito, pois inexiste prévio requerimento administrativo.

No presente caso, não há pretensão resistida pela autarquia. Pode ser que a requerida conceda o benefício administrativamente, em caso de pedido.

Não é exigido o esgotamento da via administrativa para a postulação judicial do pedido, mas tão somente necessidade de comprovação da existência de requerimento administrativo anterior, a fim de comprovar a existência de ameaça ou lesão ao direito pleiteado, seja pelo não recebimento do pedido administrativo, seja por sua negativa, o que a toda evidência não existe nos autos.

Intime-se a parte autora, para impreterivelmente, no prazo de 15 (quinze) dias emende à inicial, a fim apresentar prévio requerimento administrativo junto a autarquia, sob pena de indeferimento e consequente extinção do feito, nos termos dos artigos 321, 330, inciso I e 485, inciso I, todos do Novo Código de Processo Civil.

Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.

SERVE DE MANDADO - OFÍCIO - CARTA PRECATÓRIA

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023

Denise Pipino Figueiredo

Juiz (a) de Direito

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

1ª VARA CÍVEL

Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br
Fone: (069) 3341-7721
AUTOS: 7002019-91.2016.8.22.0006
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, BANCO DO BRASIL (SEDE III), SBS QUADRA 1 BLOCO G LOTE 32 ASA SUL - 70073-901 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541
EXECUTADOS: JOSE ANTONIO VIEIRA, DURCELENE MARQUES VIEIRA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Tratam os autos de execução de título extrajudicial distribuída em 22/11/2016 ajuizada pelo Banco do Brasil S/A.
A parte exequente requer a intimação do executado para juntar no feito a certidão de matrícula atualizada do imóvel diante do pedido de substituição de bem penhorado pelo imóvel Lote 01, Gleba 01, D'Jaru Ouro Uaru do PF/ Jaru Ouro Preto, denominado Nossa Senhora Aparecida, em Presidente Médici/RO, com área de 3,025 há.
Vieram os autos conclusos.
Considerando o tempo transcorrido entre a distribuição deste feito e a presente data, nos termos do art. 10 do CPC, INTIME-SE a exequente para que se manifeste sobre a ocorrência do instituto da prescrição intercorrente, no prazo de 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos para análise da prescrição e se for o caso do pedido de intimação do executado para apresentação de certidão de matrícula atualizada do bem indicado.
Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 5 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de direito

Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br
Fone: (069) 3341-7721
AUTOS: 7001389-98.2017.8.22.0006
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: GUILHERME HENRIQUE PROCHNOW MOURAO, AV SÃO JOÃO BATISTA 1221 CENTRO - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LEISE PROCHNOW MOURAO, OAB nº RO8445
EXECUTADO: ALDIR LEANDRO DE FARIA, LINHA 132, PROXIMO AO TRAVESSÃO DA RAINHA ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial.
Instada a se manifestar para indicar endereço do bem localizado por meio do sistema RENAJUD, a parte autora indiciou que o veículo encontra-se em Vilhena, sem indicar endereço certo, pugnando pela manutenção da restrição.
Vieram os autos conclusos.
Procedo nesta data com a juntada do resultado da pesquisa SISBAJUD, na modalidade "teimosinha", a qual restou infrutífera, conforme espelho anexo.
Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias indicar a localização do veículo, a fim de possibilitar a expedição de mandado e penhora e avaliação, sob pena de liberação do bem.
Com a informação, recolhidas eventuais custas, expeça-se mandado de penhora e avaliação do bem restringido.
Deverá ainda requerer o que entender de direito, com indicação de medidas eficazes para o adimplemento do débito.
Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 5 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de direito

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Execução de Título Extrajudicial
7000640-06.2021.8.22.0018
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PATRICIA PEREIRA DE ANDRADE, OAB nº RO10592, AVENIDA BRASIL 1204, CASA SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, AVENIDA DOS IMIGRANTES 723 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586
EXECUTADOS: JACKSON HENRIQUE DA CONCEICAO SANTOS, CPF nº 02837363219, AVENIDA TANCREDO NEVES 2299 SETOR 01 - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, J H DA CONCEICAO SANTOS - ME, CNPJ nº 20711332000191, RUA JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA 2699 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
cite-se o requerido por edital no prazo legal.
Proceda-se conforme o disposto no inciso II do art. 257 do CPC, que dispõe da publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos.
Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para que no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das taxas de publicação do edital de citação, bem como a publicação do edital no jornal local de ampla circulação, considerando as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias (art. 257, parágrafo único do CPC).
Deve a parte autora após a retirada do edital, comprovar a publicação em 15 (quinze) dias, sob pena de presumir-se sua desistência pela diligência e consequências de estilo.
Decorrido o prazo sem manifestação, desde já nomeio um dos defensores públicos atuantes nesta Comarca para promover a defesa da parte executada/requerida. (Art. 72, II do CPC). Dê-se vista oportunamente.
SIRVA A PRESENTE DE MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Execução de Título Extrajudicial
7002446-76.2021.8.22.0018
EXEQUENTE: M. D. P., RUA JAIR DIAS 150 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RENATO ANTONIO PEREIRA, OAB nº RO5806A, AVENIDA CORUMBIARA 4353 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADOS: MARCONDES DE CARVALHO, AV. CARLOS GOMES 110 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA, MARCILEY DE CARVALHO, RUA ORLANDINO JESUS OLIVEIRA 0326 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA, RENIVALDO RAASCH, RUA CANINDÉ 020 JARDIM KEILA - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: IGOR HABIB RAMOS FERNANDES, OAB nº RO5193, RUA JACY PARANÁ 2742, AP 101 ROQUE - 76801-235 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Vistos.
Considerando a decisão de Id. 76420479, lanço o movimento de suspensão dos autos.
Santa Luzia D'Oeste,5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Embargos à Execução
7002240-28.2022.8.22.0018
EMBARGANTE: INEIS DE FATIMA TREVISAN
ADVOGADO DO EMBARGANTE: GEOVANI SILVA DA CRUZ, OAB nº AM9355
EMBARGADO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, A AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775, - CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE

Vistos.

A parte autora requer a gratuidade da justiça e para tanto, juntou declaração afirmando ser hipossuficiente. No entanto não há prova de que o pagamento das custas e despesas processuais possa trazer dificuldades financeiras para sua sobrevivência ou de sua família, bem como não há provas da renda mensal da parte autora.

A Lei 1.060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, trazia em seu art. 4º que a parte seria beneficiada com a assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não estaria em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família e ainda, que presumia-se pobre, até prova em contrário, quem afirmasse essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

No entanto, tal dispositivo foi revogado pela Lei n º 13.105 de 2015, novo Código de Processo Civil, o qual assim dispõe:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Art. 99. (...)

§ 2º. O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos. Destaquei.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Em que pese o art. 99, § 3º estabelecer a presunção de insuficiência quando alegada em favor de pessoa natural, a parte final do § 2º, permite ao julgador determinar à parte interessada a comprovação dos requisitos para a concessão da gratuidade, sendo que somente poderá indeferir o pedido após esta oportunidade.

Tal regra coaduna-se à jurisprudência do STJ e de alguns tribunais pátrios, que já possibilitava ao magistrado verificar, no caso concreto, a condição de hipossuficiência econômica da parte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. É relativa a presunção de hipossuficiência, oriunda da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita, podendo o magistrado indeferir o pedido, caso encontre elementos que infirmem sua miserabilidade. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ. 3. No caso, o Tribunal de origem, com base nas provas coligidas aos autos, concluiu pela inexistência dos requisitos necessários à concessão da assistência judiciária gratuita. Alterar tal conclusão demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na mencionada súmula. 4. Agravo interno a que se nega provimento. AGINT NO AGRG NO ARESP 781985 / RS AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2015/0232235-6 DJe 09/06/2016.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDATOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE RENDA E PATRIMÔNIO COMPATÍVEIS COM O BENEFÍCIO. MATÉRIA DE FATO. CASO CONCRETO. Para a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita, mostra-se necessária prova da hipossuficiência econômica da parte, não bastando, para tanto, a mera declaração de pobreza. No caso, mesmo sendo os rendimentos do agravante inferiores ao patamar considerado por este Tribunal de Justiça para a concessão do benefício, deve ser mantida a decisão agravada, uma vez que o patrimônio da recorrente é incompatível com a concessão do benefício. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL Nº 70070272596 (Nº CNJ: 0237453-79.2016.8.21.7000).COMARCA DE PORTO ALEGRE JOAO ANTONIO GHISLENI, AGRAVANTE, MAURICIO DAL AGNOL, AGRAVADO.

Não bastasse isso, é possível determinar a comprovação da necessidade do pretenso beneficiário, tendo em vista o dever de cooperação de todos sujeitos do processo (art. 6º do CPC) e ainda, a própria Constituição Federal estabelece, no artigo 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita será concedida para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

Saliente-se que não basta somente a Declaração de Hipossuficiência.

Assim, a título de emenda da inicial, intime-se a parte autora para juntar documentos que comprovem sua renda (ex. declaração de imposto de renda, extrato conta, carteira de trabalho) afim de comprovar sua hipossuficiência, ou o pagamento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.

Cumpra-se.

SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.

Santa Luzia D'Oeste, 5 de janeiro de 2023.

Denise Pipino Figueiredo

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Santa Luzia do Oeste - Vara Única

Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

Processo n. 7002339-95.2022.8.22.0018

DEPRECANTE: 3. V. C. D. L. -. P., FÓRUM ESTADUAL DE LONDRINA 1575, AVENIDA DUQUE DE CAXIAS 689 CAIÇARAS - 86015-902 - LONDRINA - PARANÁ

DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
PRISÃO TEMPORÁRIA - 5 DIAS: MARCOS VINICIOS DA PENHA, CPF nº 07002487906, AVENIDA GENERAL OSORIO 3346 . - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO PRISÃO TEMPORÁRIA - 5 DIAS: RUAN BOLESLAU JUSCINSKI DA SILVA, OAB nº PR103023, RUA AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA 246 JARDIM TARUMÃ - 86038-672 - LONDRINA - PARANÁ
Valor da causa: R$ 0,00
DESPACHO
Vistos.
Considerando o termo da carta precatória, intime-se o requerido para comparecer em Juízo (Cartório Criminal), no prazo de 5 (cinco) dias, para que seja cientificado do local para cumprimento do acordo.
2. Não sendo localizado o reeducando no endereço informado, devolva-se os autos de execução à origem.
Ciência ao Ministério Público e à Defesa.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7000606-31.2021.8.22.0018
REQUERENTES: ESPOLIO DE MOACIR LOPES DE FARIA, CPF nº DESCONHECIDO, LUCAS BATISTA DE FARIA, CPF nº 00936945206, CASA 10 - PARECIS 10, INEXISTENTE COHAB 1 - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: LAURO PAULO KLINGELFUS JUNIOR, OAB nº RO2389, - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 1035, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 16.885,00
DESPACHO
Vistos.
Arquiva-se os autos e aguarde-se a requisição de pagamento.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Execução de Título Extrajudicial
7002444-09.2021.8.22.0018
EXEQUENTE: M. D. P., RUA JAIR DIAS 150 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RENATO ANTONIO PEREIRA, OAB nº RO5806A, AVENIDA CORUMBIARA 4353 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADOS: MARCONDES DE CARVALHO, AV. CARLOS GOMES 110 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA, CARLOS EDUARDO BARRETO ACCIOLY, AV. DAS LARANJEIRAS 040 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA, RENIVALDO BEZERRA, RUA DAS MANGUEIRAS 196 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: IGOR HABIB RAMOS FERNANDES, OAB nº RO5193, RUA JACY PARANÁ 2742, AP 101 ROQUE - 76801-235 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Vistos.
Considerando a decisão ID.76420807, realizo o movimento de suspensão dos autos.
Santa Luzia D'Oeste,5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível 7000146-64.2022.8.22.0000
AUTOR: G1 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PET EIRELI, CNPJ nº 31805592000142, GUILHERME VESCHI 745, SALA A JAARDIM TOPAZIO - 15300-000 - GENERAL SALGADO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO AUTOR: CLAUDIO HENRIQUE JUNQUEIRA VITORIO, OAB nº SP122045
REU: JOSIAS FERNANDES DA SILVA, LINHA P40 km 07 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
INTIME-SE a parte exequente para emendar a inicial, comprovando o pagamento das custas, observando-se que, por ser execução de titulo extrajudicial, o procedimento não exige audiência de conciliação. Portanto, o recolhimento dos 2% das custas iniciais deve ser comprovado na propositura da ação. Prazo 15 dias sob pena de indeferimento da inicial.
Não cumprida a determinação acima, renove-se a conclusão para extinção.
Comprovado o pagamento das custas, CITE-SE a parte executada para que tome conhecimento da presente execução e, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, pague o valor da dívida atualizada acrescida de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o débito atualizado, salvo em caso de embargos, os quais poderão ser elevados (art. 829 do Código de Processo Civil/2015).
Havendo o pagamento voluntário e total no prazo mencionado no parágrafo anterior, a parte devedora terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que ora é arbitrada.
Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado de citação (artigo 231 CPC/2015). No prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá a parte executada requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês , na forma do artigo 916 CPC/2015.
Fica o executado advertido que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Todavia, decorrido o prazo sem pagamento e sem embargos, certifique a escrivania o decurso do prazo e intime-se a parte exequente para atualizar o cálculo e requerer o que de direito.
Caso a parte exequente requeira a busca por ativos financeiros via SISBAJUD, de veículos via RENAJUD, em nome da parte executada, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas. Se necessário, a serventia judicial poderá intimar a parte para comprovar tal recolhimento (Art. 33 das Diretrizes). Comprovado o pagamento das custas, desde já defiro a buscas via SISBAJUD e RENAJUD, providencie o necessário para tanto.
Não recolhidas as custas para as diligências (se cabíveis), o processo deverá vir concluso para suspensão por 1 ano, sendo que o termo inicial da prescrição intercorrente será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, conforme disposição expressa do art. 921, §1º, §2º e §4º do CPC.
Restando infrutíferas as diligências acima, EXPEÇA-SE MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios e, sendo o caso, deverá o Oficial de Justiça efetuar a penhora sobre os bens indicados pelo credor na inicial, ou outros, caso aqueles não sejam encontrados, INTIMANDO-SE A PARTE EXECUTADA do prazo de 15 dias para impugnar a penhora, a contar da ciência do ato, sendo que a impugnação à penhora pode ser manejado por simples petição, dentro dos autos da execução (art. 917, §1º, CPCP/2015).
Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, INTIME-SE O CÔNJUGE.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC/2015 e seguintes.
Caso a parte executada não seja encontrada para citação, ARRESTE-SE tantos bens quantos bastem para garantir a execução (Art. 830 do CPC).
Ainda, caso o bem penhorado seja imóvel, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE para que junte em cinco dias a Certidão de Inteiro Teor atualizada do referido imóvel.
Se penhorado/arrestado bem imóvel, PROVIDENCIE A ESCRIVANIA o registro da penhora/arresto junto à respectiva matrícula, observando o disposto nos Provimentos da Corregedoria Geral de Justiça deste tribunal, 021/2015-CG e 011/2016-CG, que regulamentam a utilização da Central de Registro de Imóveis Eletrônica.
Se penhorado/arrestado veículo, PROVIDENCIE A ESCRIVANIA o registro da penhora/arresto junto ao RENAJUD.
Se penhorado/arrestado semovente, providencie o Oficial de Justiça, junto à agencia do IDARON competente, o registro na respectiva Ficha a penhora/arresto realizada certificando-se o necessário.
Havendo penhora/arresto, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, através do patrono constituído, para no prazo de 05 (cinco) dias informar se pretende a hasta pública, adjudicação ou a liberação do bem. Decorrido tal prazo, sem manifestação da exequente, renove-se a conclusão.
Caso o exequente requeira a hasta pública, esta ocorrerá por meio eletrônico.
Desde já fica consignado que não sendo encontrados bens penhoráveis, o processo será suspenso por 1 ano, sendo que o termo inicial da prescrição intercorrente será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, conforme disposição expressa do art 921, §1º, §2º e §4º do CPC.

Se requerido pelo exequente, EXPEÇA-SE certidão de que a execução foi admitida pelo juízo observando-se o disposto no art. 828 do CPC, sendo que eventuais averbações em registros competentes deverão ser realizadas às suas expensas, bem como, que deverá informar o Juízo em 10 dias (art. 828, §1º do CPC). Da mesma forma, fica advertida quanto aos parágrafos subsequentes do mencionado artigo.
Consigno, por fim, que NÃO SERÃO DEFERIDOS PEDIDOS DE SERASAJUD, suspensão/apreensão de CNH, suspensão de CPF, bloqueios de cartões de crédito e apreensão de passaporte, seja porque tais medidas não se revertem ao fim precípuo da execução, revelando-se desproporcionais e desarrazoadas, seja pela ausência de servidores e de sistema de controle eficiente para garantir a celeridade necessária ao procedimento.
Indefiro a quebra de sigilo fiscal (INFOJUD), vez que após o advento da Constituição Federal, o dever de informar dos órgãos fiscais ficou bastante limitado, visando resguardar o direito individual do cidadão, e, principalmente, a intimidade e a segurança jurídica, justificando-se apenas no interesse público, o que não é o caso dos autos.
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA/ARRESTO E AVALIAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste,5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7000930-26.2018.8.22.0018
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, GEISIELI DA SILVA ALVES, OAB nº RO9343, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930
EXECUTADOS: ADAO BALHEIRO DOS SANTOS & CIA LTDA - EPP, SIDINEIA ALVES BENLHZ, ADAO BALHEIRO DOS SANTOS
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 6.470,65
DESPACHO
Vistos.
A parte autora requer sisbajud para bloqueio de valores, ocorre que nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016 (Lei de Custas) que prevê: "o requerimento de buscas de endereços, bloqueio de bens ou quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, deverá ser instruído com comprovante do pagamento da diligência.
Desta feita, Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar o pagamento das custas de diligência, sob pena de indeferimento do pedido.
Cumpra-se.
Santa Luzia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 0001904-61.2013.8.22.0018
EXEQUENTE: BRITAMAR EXTRACAO DE PEDRAS E AREIA LTDA, CNPJ nº 09355594000128, LH 184, KM 05 LOTE 54-B, GLEBA 14 s/n, BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS E AREIA ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: KETLLEN KEITY GOIS PETTENON, OAB nº RO6028, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MANUELLE FREITAS DE ALMEIDA, OAB nº SC49572, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JOSE NONATO DE ARAUJO NETO, OAB nº RO6471A, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: CONSTRUTORA COPARO EIRELI - EPP, CNPJ nº 13698871000172, LINHA 605 2282 SETOR 05 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: GUSTAVO GEROLA MARSOLA, OAB nº RO4164A, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JOSE MANOEL ALBERTO MATIAS PIRES, OAB nº RO3718, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 261.886,52

DESPACHO
Vistos.
Considerando o fim do prazo de suspensão, intime-se a parte exequente para manifestar o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos.
Prazo 10 (dez) dias.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7002848-60.2021.8.22.0018
AUTOR: R. T. R., CPF nº 65313607200, ÁREA RURAL GLEBA TRIÂNGULO - 78307-899 - TANGARÁ DA SERRA - MATO GROSSO
ADVOGADO DO AUTOR: ANGELICA ALVES DA SILVA, OAB nº RO6061A
REU: R. E. R., CPF nº 04860122208, RUA B02 056 DA SAÚDE - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 3.300,00
DESPACHO
Vistos.
intime-se a parte autora para ciência do despacho anterior, bem como apresente manifestação.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Embargos à Execução
7002308-75.2022.8.22.0018
EMBARGANTES: ERIETA MENDES DE BRITO FRANCESCONI, VANDERMIR FRANCESCONI
ADVOGADO DOS EMBARGANTES: GUILHERME SACOMANO NASSER, OAB nº SP216191
EMBARGADO: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Vistos.
Recebo a ação para processamento.
Associe-se estes autos aos principais, n. 7001623-68.2022.8.22.0018 , caso ainda não tenham sido associados.
Inicialmente, quanto ao pedido de atribuição e efeito suspensivo aos presentes embargos.
Nos termos do art. 919 do CPC:
Art. 919. Os embargos à execução não terão efeito suspensivo.
§ 1o O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.
No caso dos autos, além do arresto de imóveis, que é medida de constrição cautelar e não ato expropriatório propriamente dito, o executado/embargante apresentou bens como caução suficientes.
Pontua-se que, ante a necessidade de instrução dos embargos e, considerando que o rumo da execução poderá ser alterado, a depender do que restar provado nestes autos, o perigo de dano se caracteriza pela conversão do arresto em penhora e eventual alienação dos bens então penhorados. Portanto, caso a execução prossiga simultaneamente aos embargos, o resultado útil deste processo poderá ser prejudicado.
Assim, tenho como razoável o deferimento do efeito suspensivo aos embargos, já que presente o perigo de dano ao resultado útil do processo e garantida a execução motivos pelos quais, revejo o entendimento deste Juízo e SUSPENDO A EXECUÇÃO (autos 7001623-68.2022.8.22.0018).

No mais, quanto ao pedido de gratuidade da justiça, ante os documentos juntados aos autos, CONCEDO OS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, mas caso fique comprovado durante a instrução processual que a parte autora possui condições financeiras para arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento próprio, arcará com o pagamento do décuplo das custas e ainda ficará sujeita a multa por litigar de má-fé, sem olvidar-se da responsabilidade criminal por falsear a verdade.
Intime(m)-se o(s) embargado(s), na pessoa de seu advogado, para, querendo, apresente impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 920 do NCPC).
Decorrido o prazo de resposta, com ou sem ela, tornem os autos conclusos para juízo nos termos do art. 920, inc. II, do CPC.
Junte-se cópia desta decisão nos autos principais n. 7001623-68.2022.8.22.0018 , devendo os autos permanecerem associados até o deslinde da presente ação.
Certifique a escrivania quanto a tempestividade dos presentes embargos.
SIRVA A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO
Santa Luzia D'Oeste, 5 de janeiro de 2023.
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Número do processo: 7000723-85.2022.8.22.0018
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ROBSON DOS SANTOS SALVIANO
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos.
Trata-se da ação penal promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em face de ROBSON DOS SANTOS SALVIANO.
Foi constatado o falecimento do denunciado, sendo juntada a Certidão de Óbito atestando o falecimento ID. 85545075
O Ministério Público manifestou pela extinção da punibilidade (ID 85558479).
Posto Isso, julgo extinta a punibilidade de ROBSON DOS SANTOS SALVIANO nos termos do art. 107, I, do Código Penal.
Ciência ao Ministério Público e à Defesa.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste- RO, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de sentença
7001454-86.2019.8.22.0018
REQUERENTE: ARLINDO TIMM, CPF nº 39059871200, LINHA 184, KM 01, LADO NORTE, SETOR CHACAREIRO, SENTIDO ROLIM DE MOURA ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: THAIS CRISTINA DE SOUZA GUIMARAES, OAB nº RO8485
REQUERIDOS: ISMAEL BATISTA DIAS, RUA LUZIA TOCHIO CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, EDIVALDO FORTUNATO DIAS, RUA LUZIA TOCHIO 2261 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, RAFAEL JUNIO DIAS MAGALHAES, RUA SEBASTIÃO QUERUBIM 020 COAHAB 3 - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Indefiro o pedido de consulta e bloqueio via sistema RENAJUD e/ou SISBAJUD, requerido pelo exequente, ante a ausência do pagamento da diligência prevista nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016 (Lei de Custas).
Intime-se o exequente para, no prazo de 05(cinco) dias, indicar bens passiveis de penhora ou requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão da execução nos termos do art. 921 do CPC.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste,5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Procedimento Comum Cível
7000680-51.2022.8.22.0018
AUTOR: DEUZENI QUIRINO FELIPPE, CPF nº 78614716249, EZEQUIEL ALVES sn DISTRITO DE FLOR DA SERRA - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
I – RELATÓRIO.
AUTOR: DEUZENI QUIRINO FELIPPE já qualificada nos autos, ajuizou esta demanda em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, pleiteando o recebimento de aposentadoria por idade rural. Para tanto, alega que, há muito tempo trabalha em atividades rurais, o que perdurou pelo tempo necessário à implementação do benefício ora reivindicado.
A ação foi recebida, sendo determinada a citação do requerido.
Citada, a autarquia apresentou contestação, alegando que não há início de prova documental razoável nos autos.
Intimado, o autor impugnou a contestação.
Designada audiência de instrução e julgamento.
Em audiência de instrução e julgamento foram ouvidas testemunhas arroladas pelo autor. O INSS não compareceu à audiência, ainda que intimado. O autor apresentou alegações finais em audiências remissivas ao exposto na fase postulatória, reiterando o pedido de procedência.
É o relatório. DECIDO.
Preliminar de Coisa Julgada.
Verifico que o processo citado pela autarquia não da ensejo a coisa julgada pois o objeto desse processo é o pedido administrativo que autora ingressou na via administrativa em 25/11/2021, quando que nos autos 7000680-51.2022.8.22.0018 a sentença foi proferida em 14/06/2021, assim não há que se falar coisa julgada.
II – FUNDAMENTAÇÃO.
O feito em questão abrange todas as provas necessárias ao deslinde da controvérsia, sendo as partes capazes e representadas, não havendo nenhum procedimento passível de nulidade, passo ao julgamento do mérito.
Alega a parte autora ser segurada especial da previdência e dado o fechamento do requisito temporal requer a sua aposentadoria por idade. A lei 8.213/91 impõe os seguintes requisitos à sua concessão:
Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)
1º Os limites fixados no caput são reduzidos para sessenta e cinquenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea a do inciso I, na alínea g do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999)
2º Para os efeitos do disposto no 1º deste artigo, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, computado o período a que se referem os incisos III a VIII do § 9o do art. 11 desta Lei.
Ainda segundo o mesmo dispositivo legal é necessário os seguintes meses de exercício de atividade rural, ainda que por período descontínuo:
Art. 39. Para os segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, fica garantida a concessão:
I - de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário-mínimo, e de auxílio-acidente, conforme disposto no art. 86, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido; (destaquei).
O artigo 25 da Lei 8.213/91 dispõe sobre os períodos de carência necessários:
Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:
II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais.
Entendo que no caso sub judice as provas carreadas pelo autor(a) comprovam o seu exercício rural, dentro do prazo delimitado por lei, pois ficou devidamente comprovado labor rural do autor por 180 meses antes do requerimento do benefício.
Juntou aos autos contratos, notas fiscais comprovante de filiação em sindicato rural, entre outros.
Tais documentos em consonância com a idade do requerente dão ensejo a início razoável de provas, sacramentado pela jurisprudência majoritária, que somado a prova testemunhal atestam a qualidade de rurícola do beneficiário.

Quanto à prova testemunhal, as testemunhas ouvidas em juízo corroboram com os atos apresentados documentalmente, segundo os depoimentos das testemunhas, disseram que conhecem a autora há muitos anos(uma a mais de 15 e outra a mais de 20 anos) e que ele sempre residiu na zona rural, seu sustento vem de alimentos (agricultura), uma das testemunhas disse ter conhecimento de que a mesma trabalhou de doméstica por um curto período.

Sendo assim, como é cediço na doutrina e na jurisprudência atual, havendo início de prova material, o que neste caso entendo ser farta, com a confirmação por prova testemunhal, há de ser reconhecida a qualidade de rurícola e especialmente seu labor rural pelo período necessário, mesmo de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo do benefício ou ajuizamento de ação, como no caso em tela, neste sentido:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SEGURADA ESPECIAL. ATIVIDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA TESTEMUNHAL. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1 - Apelação de sentença que julgou improcedente o pedido da parte autora de concessão de benefício de aposentadoria por idade, na qualidade de segurada especial, por ausência de comprovação da condição de rurícola. 2 - É entendimento jurisprudencial de que o rol de documentos hábeis à comprovação do exercício de atividade rural, inscrito no art. 106, parágrafo único, da Lei 8.213/91, é meramente exemplificativo, e não taxativo, sendo admissíveis, portanto, outros documentos além dos previstos no mencionado dispositivo, além de que não se exige que a prova material do labor se estenda por todo o período de carência, desde que haja prova testemunhal capaz de ampliar a eficácia probatória dos documentos. 3 - Na hipótese, para fazer prova do exercício de atividade rural a autora colacionou os seguintes documentos: - a ficha de cadastro de atendimento ambulatorial do SUS relativo ao ano de 2010, as fichas de cadastros de saúde da família, referente aos anos de 2002, 2003, 2013, 2014 e 2015, nota fiscal de compra de produto agrícola efetuada no ano de 2014, certidão do imóvel rural, ITR do mencionado imóvel, e a declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. 4 - Caso em que os documentos apresentados corroborado com a prova oral produzida em Juízo, perfazem meio idôneo e hábil para demonstrar o exercício da atividade rural da parte autora no período de carência exigido. 5 - Apelação provida.(TRF-5 - AC: 08109968120194050000, Relator: Desembargador Federal Carlos Vinicius Calheiros Nobre (Convocado), Data de Julgamento: 11/10/2019, 4ª Turma)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ATIVIDADE RURAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO PELA PROVA TESTEMUNHAL. REQUISITOS PREENCHIDOS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. O tempo de serviço rural para fins previdenciários pode ser demonstrado mediante início de prova material suficiente, desde que complementado por prova testemunhal idônea. 2. Comprovado nos autos o requisito etário e o exercício de atividade rural, no período de carência é de ser mantida a sentença que concedeu a Aposentadoria por Idade Rural à parte autora, a contar do requerimento administrativo, a teor do disposto no art. 49, II, da Lei 8.213/91.(TRF-4 - APL: 50337950620184049999 5033795-06.2018.4.04.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Data de Julgamento: 18/12/2019, SEXTA TURMA)

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURAL COMPROVADA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. IDADE MÍNIMA. CARÊNCIA MÍNIMA. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito da parte autora à percepção do benefício. 2. Analisando os autos verifico que os documentos trazidos com a inicial, em especial a certidão de casamento à fl. 22, que indica a profissão de “lavrador” do cônjuge da parte autora, além da certidão de sua filha, com igual informação (fl. 76v.) são válidos como início de prova material da atividade rural alegada, vez que apontam o desempenho do trabalho campesino, conforme entendimento jurisprudencial pacificado nesta eg. Corte. . 4. No caso presente, a prova testemunhal colhida pelo Juízo a quo, conforme consta das fls. 109/110, foi uníssona no sentido de que a parte autora desempenhou labor rural, por período superior ao da carência exigida. 5. Apelação do INSS não provida. (TRF-1 - AC: 00233593220184019199002335932201840191 99, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL WILSON ALVES DE SOUZA, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: 10/07/2019)

Quanto à idade da parte autora, ficou devidamente comprovada com a juntada dos documentos que instruíram a inicial, no qual todos atestam o seu nascimento em 21/05/1964, ou seja, 59 anos na data de hoje.

Quanto ao CNIS juntado que demonstra que por um ano e oito meses o mesmo teve carteira assinada, entendo que apenas comprova o quanto a vida no campo é difícil tendo o autor tentado algum complemento para si e sua família. Sendo esse entendimento do TRF1, vejamos:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. APOSENTADORIA RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA ORAL FAVORÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. 1. A decisão recorrida foi proferida sob a vigência do CPC de 1973, de modo que não se lhe aplicam as regras do CPC atual. 2. A concessão do benefício de aposentadoria por idade (trabalhador rural), conforme disposto nos arts. 48, §§1º e 2º, e 143 da Lei 8.213/91, condiciona-se à verificação do requisito etário, 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, associado à demonstração do efetivo exercício da atividade rural por tempo equivalente ao da carência do benefício pretendido (180 contribuições mensais), observada a regra de transição prevista no art.142 do mencionado diploma legal, desde que o período seja imediatamente anterior à data do requerimento, ainda que o serviço tenha sido prestado de forma descontínua. 3. Tratando-se de trabalhador rural, a concessão do benefício está subordinada à comprovação da atividade rural exercida pelo período de carência, mediante início razoável de prova material, coadjuvada de prova testemunhal coerente e robusta, ou prova documental plena, não sendo admissível a prova exclusivamente testemunhal. 4. Não se pode olvidar ainda que deve ser considerado o aspecto social subjacente aos benefícios previdenciários destinados aos segurados especiais, no sentido de se evitar rigor excessivo

na análise dos documentos comprobatórios da atividade rural, sob pena de inviabilizar a própria proteção social prevista na norma, em razão das limitações próprias do meio e formação daqueles trabalhadores. 5. Forçoso convir, portanto, que é a análise global do conjunto probatório, cotejado com as impressões colhidas pelo juiz sentenciante em audiência (que identifica a postura, fala e características próprias de segurado especial, bem como o próprio conhecimento do labor rural), que permite entrever o verdadeiro valor do início de prova material acostado aos autos. Por outro modo de dizer, a extensão da eficácia probatória do documento depende de seu exame conjunto com a prova testemunhal complementar convincente e harmônica, bem como com as impressões pessoais colhidas pelo juiz em audiência. 6. No caso dos autos, a parte autora completou 60 anos em 2007, correspondendo ao período de carência, portanto, há 180 meses. 7. A parte autora colacionou aos autos, de relevante, os seguintes documentos: Certidão de Casamento ocorrido em 1975 em que o autor foi qualificado como lavrador (fl. 14); Certidão de Aviso Prévio do Empregador em que o autor foi qualificado como trabalhador rural com admissão em 2009 (fl.16); Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (fl. 17) e CTPS com vários vínculos com qualificação de trabalhador rural (fls. 20/22). 8. Importante anotar ainda que eventuais contribuições recolhidas não afastam a qualidade de segurado especial, uma vez os vínculos urbanos encontrados no CNIS do autor são curtos e esporádicos. Há, portanto, evidente início de prova material idônea a respaldar o cumprimento da carência e a concessão do benefício. 9. Assim, é de se prestigiar a apreciação da prova colhida em audiência, pelo magistrado sentenciante, que se presume sensível e atento às nuances das declarações, como entonação de voz e linguagem corporal, além de, no que toca o depoimento pessoal, características físicas em geral, a exemplo dos estigmas laborais tão próprias da exposição a intempéries e extenuante labor braçal. Nesse sentido, ressalta-se que as testemunhas foram categóricas ao afirmar que o autor trabalha na área rural, que era responsável pelos serviços braçais, cuidava dos animais e que prestava serviços, mas sempre trabalhou e morou em zona rural. 10. Tenho por prequestionados todos os dispositivos legais e constitucionais mencionados no feito, uma vez que a Câmara Previdenciária não fica obrigada à sua indicação exaustiva, na medida em que já expôs fundamentação para a decisão proferida. 11. Sobre as parcelas pretéritas deve incidir correção monetária de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal, além de juros moratórios, estes desde a citação quanto às diferenças a ela anteriores, e, em relação às vencidas posteriormente, a partir de cada mês de referência, conforme o referido manual, cujos parâmetros se harmonizam com a orientação que se extrai do julgamento do RE 870.947/SE (Tema 810 da repercussão geral) e do REsp Rep. 1.495.146-MG (Tema 905). 12. Apelação do INSS desprovida.

Logo, assiste razão o interesse aqui formulado pelo autor(a), uma vez que foram totalmente preenchidos os requisitos para a concessão.

DOS RETROATIVOS

Estes lhes são devidos desde a data da entrada do requerimento administrativo ocorrido em 25/11/2021 (id. 75712033).

DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA.

Considerando-se o reconhecimento dos requisitos necessários para a concessão do benefício e o pedido de antecipação da tutela, bem como, atentando que a dita antecipação visa a fornecer à parte autora a satisfação de sua pretensão antes ou no momento da fase decisória, a despeito de recurso voluntário com efeito suspensivo ou reexame necessário, desde que, obviamente, estejam preenchidos os requisitos do artigo 300 do CPC.

Sob essa perspectiva, encontram-se presentes os requisitos da tutela antecipatória, pois não seria razoável obrigar o autor, que já preenche as condições para a percepção do benefício, consoante acima exposto, a aguardar o trânsito em julgado da sentença.

Outrossim, o benefício previdenciário requerido neste procedimento possui natureza eminentemente alimentar, cuja falta de pagamento, por si só, constitui prejuízo que se renova a cada dia, pois aquilo que faz falta hoje não haverá como ser suprido amanhã.

Assim, concedo a ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA a fim de determinar que o requerido estabeleça ao autor(a) o benefício de aposentadoria por idade rural, a contar da data da sentença.

O réu deverá informar este Juízo do cumprimento desta decisão em até 30 dias após o recebimento da intimação.

III - DISPOSITIVO.

Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por AUTOR: DEUZENI QUIRINO FELIPPE em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, para CONDENAR a autarquia a conceder-lhe o benefício de aposentadoria por idade rural, no valor de um salário-mínimo, desde a data do requerimento administrativo ocorrido em 25/11/2021 (id. 75712033), inclusive 13º salário proporcional.

Concedo ainda, a ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA a fim de determinar que o requerido implemente ao autor(a) o benefício de aposentadoria por idade rural, a contar da data da sentença.

O valor das parcelas vencidas deverá ser corrigido pelo IPCA-e e os juros segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma do disposto no art. 1º-F da Lei no 9.494/97, modificado pelo art. 5º da Lei n. 11.960/2009.

Por consequência, declaro extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do artigo 487, I do CPC.

Diante da singeleza da causa, arbitro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor das prestações vencidas até a data desta decisão, observando a data da concessão dos efeitos da tutela, consoante os critérios constantes do art. 85, § 3º, § 2º, I do CPC, e em conformidade com o enunciado da Súmula n. 111 do STJ.

Esta sentença não está sujeita ao reexame necessário, dado que a condenação é de valor certo não excedente a 1.000(mil) salários-mínimos (art. 496, § 3º, I do CPC).

Intime-se, com urgência, INSS por meio de sua Procuradoria Federal no estado de Rondônia para, no prazo de 30 (trinta) dias, implantar o benefício concedido, sob pena de incorrer em sanções legais.

Transitado em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se com as baixas devidas.
Havendo apelação antes do trânsito em julgado, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo legal.
Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para julgamento do recurso.
Em caso de cumprimento de sentença determino o uso do programa/planilha do Jusprev e/ou Projef Web.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia d Oeste, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível
7000966-29.2022.8.22.0018
AUTOR: IZAURA ARRUDA DE LIMA, CPF nº 03608396900, LINHA 42 s/n, ESQUINA DA LINHA 42 COM A LINHA 100 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROBERTO ARAUJO JUNIOR, OAB nº RJ137438
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA MARECHAL RONDON 228 a 570, INSS CENTRO - 76900-036 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I – RELATÓRIO.
AUTOR: IZAURA ARRUDA DE LIMA, já qualificada nos autos, ajuizou esta demanda em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, pleiteando o recebimento de aposentadoria por idade na condição de segurada especial do regime geral de previdência social. Para tanto, alega que, há muito trabalha em atividades rurais, o que perdurou pelo tempo necessário à implementação do benefício ora reivindicado.
A parte autora aduz que realizou o seu pedido administrativo de aposentadoria por idade, porém a autarquia não reconheceu seu direito sob argumento de que não foi constatado o efetivo exercício de atividade rural.
A ação foi recebida, concedido o benefício da justiça gratuita, indeferida a tutela de urgência, sendo determinada a citação do requerido.
A autarquia apresentou contestação, do mérito, apresentou os seguintes requisitos para a concessão benefício: completado a idade de 60 (sessenta) anos se homem e 55 (cinquenta e cinco) se mulher, estar demonstrado o cumprimento da carência de 180 meses de contribuições. No caso concreto a Autarquia alega que não há início de prova documental razoável de que a parte autora efetivamente laborou no campo durante o período de carência.
A parte autora apresentou impugnação à contestação, alegando que preenche os requisitos para a concessão do benéfico reivindicado, bem como as dificuldades dos trabalhadores rurais em fazer provas materiais, sendo contudo tais documentos complementados por meio dos depoimentos testemunhais.
Proferida decisão designando audiência de instrução e julgamento.
Em audiência de instrução e julgamento foram ouvidas testemunhas arroladas pela autora. O INSS não compareceu à audiência, ainda que intimado. A autora apresentou alegações finais em audiência, remissivas ao exposto na fase postulatória, reiterando o pedido de procedência.
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO.
MÉRITO.
O feito em questão abrange todas as provas necessárias ao deslinde da controvérsia, sendo as partes capazes e representadas, não havendo nenhum procedimento passível de nulidade, passo ao julgamento do mérito.
Pois bem.
Alega a autora ser segurada especial da previdência e dado o fechamento do requisito temporal requer a sua aposentadoria por idade.
A lei 8.213/91 impõe os seguintes requisitos à sua concessão:
Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)
1º Os limites fixados no caput são reduzidos para sessenta e cinquenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea a do inciso I, na alínea g do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999)

2º Para os efeitos do disposto no 1º deste artigo, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, computado o período a que se referem os incisos III a VIII do 9º do art. 11 desta Lei.
Ainda segundo o mesmo dispositivo legal é necessário os seguintes meses de contribuições:
Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:
II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais.
Entendo que no caso sub judice as provas carreadas pela autora comprovam o seu exercício rural, dentro do prazo delimitado por lei, pois ficou devidamente comprovado labor rural da autora por 180 meses antes do requerimento do benefício.
A parte autora juntou aos autos contrato de arrendamento datado em 2013, contrato de compra e venda de imóvel rural datado em 2002, notas fiscais nos anos de 2020/2019/2016/2018/2017/2016/2015/2014/2013/2012/2011/2010.
Tais documentos dão ensejo a início razoável de provas, sacramentado pela jurisprudência majoritária, que somado a prova testemunhal atestam a qualidade de rurícola da beneficiária.
A autora informou que veio do Paraná direto para Alto Alegre, na linha P-42 com a linha 100, que tem gado de leite e que cultiva horta e que vivem da terra.
Ouvidas as testemunhas informaram que conhecem a autora a cerca de 20 anos, que o filho dela mexe com umas vacas de leite e que ela tem um café, que nunca tiveram conhecimento que autora trabalhasse na cidade.
Sendo assim, como é cediço na doutrina e na jurisprudência atual, havendo início de prova material, o que neste caso entendo ser farta, com a confirmação por prova testemunhal, há de ser reconhecida a qualidade de rurícola e especialmente seu labor rural pelo período necessário. Nesta linha:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE DE TRABALHADOR RURAL. PROVA DOCUMENTAL. PROVA TESTEMUNHAL. CORROBORAÇÃO. IDADE E CARÊNCIA. IMEDIATIDADE. TRABALHO RURAL QUANDO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. IMPLEMENTAÇÃO. IMPROVIMENTO DO RECURSO DO INSS. 1.A parte autora completou o requisito idade mínima e tempo comprovado de trabalho rural, conforme previsto no artigo 142 da Lei nº 8.213/91. 2.Como início de prova material de seu trabalho no campo, apresentou documentos trazidos aos autos que consubstanciam prova material razoável da atividade rurícola, dispensada a comprovação de efetivo recolhimento de contribuições previdenciárias, porquanto a documentação juntada comprova que a parte autora laborou como lavradora no tempo reconhecido, inclusive quando perfez os requisitos, possuindo a idade necessária à aposentadoria, comprovação corroborada pela prova testemunhal que atesta o labor rural exercido, a exemplo das declarações prestadas por testemunhas. 3.Preenchidos os requisitos legais, é devido o benefício de aposentadoria por idade pleiteado, razão pela qual deve ser mantida a r. sentença. 4.Apelação do INSS improvida.(TRF-3 - Ap: 00430778820154039999 SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ STEFANINI, Data de Julgamento: 25/02/2019, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:13/03/2019).
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE DE TRABALHADOR RURAL. PROVA DOCUMENTAL. PROVA TESTEMUNHAL. CORROBORAÇÃO. IDADE E CARÊNCIA. REQUISITOS IMPLEMENTADOS. IMPROVIMENTO DO RECURSO. 1.A parte autora completou o requisito idade mínima e tempo comprovado de trabalho rural, conforme previsto no artigo 142 da Lei nº 8.213/91. 2.Como início de prova material de seu trabalho no campo, apresentou vários documentos. Os documentos trazidos aos autos consubstanciam prova material razoável da atividade rurícola, dispensada a comprovação de efetivo recolhimento de contribuições previdenciárias, porquanto a documentação juntada comprova que a parte autora laborou como lavrador no tempo reconhecido, possuindo a idade necessária à aposentadoria, comprovação corroborada pela prova testemunhal que atesta o labor rural exercido, a exemplo das declarações prestadas por testemunhas. 3.Dessa forma, preenchidos os requisitos legais, é devido o benefício de aposentadoria por idade pleiteado, razão pela qual deve ser mantida a r. sentença. 4.Apelação improvida.(TRF-3 - Ap: 00307305220174039999 SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ STEFANINI, Data de Julgamento: 19/02/2018, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:05/03/2018).
Quanto à idade da autora, ficou devidamente comprovada com a juntada dos documentos que instruíram a inicial, no qual todos atestam o seu nascimento em 27/08/1963 ou seja 60 anos(hoje).
Logo, assiste razão o interesse aqui formulado pela autora, uma vez que foram totalmente preenchidos os requisitos para a concessão.
III - DOS RETROATIVOS.
Diante das provas produzidas concedo aposentadoria retroativa desde a data da entrada do pedido administrativo, que foi em 03/12/2021(ID 77324161).
IV - DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA.
Considerando-se o reconhecimento dos requisitos necessários para a concessão do benefício e o pedido de antecipação da tutela, bem como, atentando que a dita antecipação visa a fornecer à parte autora a satisfação de sua pretensão antes ou no momento da fase decisória, a despeito de recurso voluntário com efeito suspensivo ou reexame necessário, desde que, obviamente, estejam preenchidos os requisitos do artigo 300 do CPC.
Sob essa perspectiva, encontram-se presentes os requisitos da tutela antecipatória, pois não seria razoável obrigar a autora, que já preenche as condições para a percepção do benefício, consoante acima exposto, a aguardar o trânsito em julgado da sentença.
Outrossim, o benefício previdenciário requerido neste procedimento possui natureza eminentemente alimentar, cuja falta de pagamento, por si só, constitui prejuízo que se renova a cada dia, pois aquilo que faz falta hoje não haverá como ser suprido amanhã.
Assim, concedo a ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA a fim de determinar que o requerido estabeleça à autora o benefício de aposentadoria por idade rural, a contar da data da sentença.

O réu deverá informar este Juízo do cumprimento desta decisão em até 30 dias após o recebimento da intimação.
V - DISPOSITIVO.
Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por AUTOR: IZAURA ARRUDA DE LIMA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, para CONDENAR a autarquia a fornecer-lhe o benefício de aposentadoria por idade rural, no valor de um salário-mínimo, desde a data da entrada do pedido administrativo, que foi em 03/12/2021(ID 77324161) inclusive 13º salário proporcional.
Concedo ainda, a ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA a fim de determinar que o requerido implemente à autora o benefício de aposentadoria por idade rural, a contar da data da sentença.
O valor das parcelas vencidas deverá ser corrigido pelo IPCA-e e os juros segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma do disposto no art. 1º-F da Lei no 9.494/97, modificado pelo art. 5º da Lei n. 11.960/2009.
Por consequência, declaro extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do artigo 487, I do CPC.
Diante da singeleza da causa, arbitro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor das prestações vencidas até a data desta decisão, observando a data da concessão dos efeitos da tutela, consoante os critérios constantes do art. 85, § 3º, § 2º, I do CPC, e em conformidade com o enunciado da Súmula n. 111 do STJ.
Esta sentença não está sujeita ao reexame necessário, dado que a condenação é de valor certo não excedente a 1.000(mil) salários-mínimos (art. 496, § 3º, I do CPC).
Intime-se, com urgência, INSS por meio de sua Procuradoria Federal no estado de Rondônia para, no prazo de 30 (trinta) dias, implantar o benefício concedido, sob pena de incorrer em sanções legais.
Transitado em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se com as baixas devidas.
Havendo apelação antes do trânsito em julgado, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo legal.
Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para julgamento do recurso.
Em caso de cumprimento de sentença determino o uso do programa/planilha do Jusprev e/ou Profej Web.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia d' Oeste, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br VARA CRIMINAL
Processo n.: 7000011-61.2023.8.22.0018
Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Assunto: Ameaça
Valor da causa: R$ 0,00 ()
Parte autora: REQUERENTE: E. C.
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Parte requerida: C. C., RUA CANINDÉ 2285 JARDIM KEILA - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Vistos.
Cuida-se de medida protetiva requerida por ELIANE CANUTO em face de CARLOS CANUTO.
Relata a requerente, em síntese, que é irmã do requerido e o mesmo faz uso de entorpecentes. Informa a requerente que reside com a genitora e outros familiares e no dia 02/01/2023 o requerido foi até a sua casa pedir dinheiro. Em dado memento, em discussão o requerido começou a gritar e agrediu sua genitora, e depois em posse de um canivete ameaçou a requerente e seu companheiro. A vítima requereu medidas protetivas.
Pois bem, o procedimento escolhido é de cognição estreitíssima, baseado quase que exclusivamente na palavra da ofendida, o que não oportuniza o contraditório. Assim, há que se ter extrema cautela ao deferir as medidas protetivas liminarmente, sem a produção de qualquer prova pela outra parte.
Porém, mesmo que numa análise não exauriente, entendo que o comportamento do agressor indica a necessidade de se conceder medidas protetivas em favor da vítima.
Posto isso, considerando que o fato foi praticado contra mulher em virtude das relações de âmbito familiar e objetivando resguardar a incolumidade física e psíquica da requerente, com fulcro no art. 22, II, e III, da Lei 11.343/2006, DEFIRO, sem a oitiva das partes e manifestação do Ministério Público, as seguintes medidas protetivas de urgência:
a) Proibição do requerido de se aproximar da requerente e de seus familiares, devendo manter a distância mínima de 100 (cem) metros dos mesmos;

b) Proibição de manter qualquer tipo de contato com a ofendida, por qualquer meio de comunicação;
Ressalto que o descumprimento das presentes medidas poderá implicar na decretação da prisão preventiva do requerido, nos termos do art. 313, III, do CPP.
Após cumprida a finalidade da medida, em sendo o caso, cabe aos interessados buscarem, em juízo próprio, a tutela jurisdicional específica.
Fica a requerente cientificada de que qualquer descumprimento da presente medida deverá ser comunicado à autoridade policial, que se valerá dos poderes legalmente investidos para reprimir a violação.
Registro, ainda, que o descumprimento das medidas protetivas ora impostas poderá implicar em crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, nos termos do art. 24-A da Lei 11.340/06, podendo, ainda, ensejar a prisão preventiva do requerido.
Ponderando os aspectos jurídicos e sociais a fim de que as medidas não se prolonguem indefinidamente restringindo em demasiado os direitos do requerido, mas ao mesmo tempo contemplem prazo suficiente para resguardar os direitos da vítima, fixo o prazo de duração em 01 (um) ano. Findo o prazo poderá a vítima, caso demonstre a necessidade, requerer sua prorrogação.
Intimem-se pessoalmente as partes.
Remeta-se cópia da decisão à autoridade policial para conhecimento, providências e anexar na ocorrência ou IPL.
Ciência ao Ministério Público.
Cumpra-se, com urgência.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO\OFÍCIO\PRECATÓRIA.
quinta-feira, 5 de janeiro de 2023Santa Luzia D'Oeste
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Inventário
7000120-85.2017.8.22.0018
REQUERENTES: AUREA PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 44496087553, LINHA 180 KM 18 s/n, LADO SUL RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, ILZETE PEREIRA DE OLIVEIRA MARTINS, CPF nº DESCONHECIDO, DELSON PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 41865456500, LINHA 180, KM s/n, LADO NORTE ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, DAILSON PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 58602372272, 25 AGOSTO 4698 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, GILBETE PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 44496044587, ALAMEDA LICURIS 127, COND QUINTAS DE CASA CASA BRANCA - 35460-000 - BRUMADINHO - MINAS GERAIS, EUNILDE PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 02746890658, ZABELLE 0 CORREGO DE ALMAS - 35460-000 - BRUMADINHO - MINAS GERAIS, NILSON PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 39266710504, RUA DO ALVINO BRAGA 353 CASA BRANCA - 35460-000 - BRUMADINHO - MINAS GERAIS, ZELIA PEREIRA DE OLIVEIRA GONCALVES, CPF nº 03458977732, RUA SÃO PEDRO 283, CASA SÃO DOMINGOS - 29177-540 - SERRA - ESPÍRITO SANTO, ILZETE PEREIRA DE OLIVEIRA MARTINS, CPF nº 49921444204, LH 138 KM 8 E MEIO, LADO SUL ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: JURACI MARQUES JUNIOR, OAB nº RO2056, - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA, ANGELICA ALVES DA SILVA, OAB nº RO6061A, - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
INVENTARIADOS: VALDIR GOMES DE OLIVEIRA, RUA ALVINO BRAGA 353 CASA BRANCA - 35460-000 - BRUMADINHO - MINAS GERAIS, ZEZITO PEREIRA DE OLIVEIRA, LINHA 180 KM 4,5 s/n, LADO ESQUERDO RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS INVENTARIADOS: ANGELICA ALVES DA SILVA, OAB nº RO6061A, RUA DOM PEDRO I 2430 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
1. Defiro o pedido de dilação de 20 (vinte) dias de prazo requerido ao ID. 64162664.
2. Decorrido o prazo, se necessário intime-se a inventariante para dar andamento ao feito, apresentando as últimas declarações e plano de partilha, bem assim prova de recolhimento do ITCMD (se necessário), tudo na forma do Decreto 15.474/2010, Lei Estadual n. 959/2000 e Ofício Circular n. 002/2011/DIVAD/DECOR/CG (13/1/2011).
Consoante disposição contida no art. 20, caput, da Lei Estadual 3.896/2016, "nos processos em que haja partilha de bens ou direitos, as custas judiciais finais serão recolhidas antes da adjudicação ou da homologação da partilha, de acordo com o valor total dos bens que integram o monte mor, inclusive a meação do cônjuge supérstite, nos inventários e arrolamentos".
Somente então venham-me os autos conclusos para julgamento.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se. Intime-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFICIO.
Santa Luzia D'Oeste, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7000916-71.2020.8.22.0018
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541
EXECUTADOS: MILTON FLORENCIO, JOSE CARLOS GUTIERREZ, EDILEUZA NOVAIS DE LIMA GUTIERREZ
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 125.215,91
DESPACHO
Vistos.
A parte autora requer sisbajud para bloqueio de valores, ocorre que nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016 (Lei de Custas) que prevê: "o requerimento de buscas de endereços, bloqueio de bens ou quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, deverá ser instruído com comprovante do pagamento da diligência.
Desta feita, Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar o pagamento das custas de diligência, sob pena de indeferimento do pedido.
Cumpra-se.
Santa Luzia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7000684-49.2021.8.22.0010
EXEQUENTE: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ nº 05662861000663, AV 25 DE AGOSTO 5059 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA, OAB nº RO2027A
EXECUTADO: ADRIELI SCHROEDER SCHMIDT, CPF nº 86781383272, LINHA CAPA 08, KM 05 0 ZONA RURAL - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 3.761,00
DESPACHO
Vistos.
Considerando a resposta ao ofício (Id84517648), abra-se vistas a parte exequente para ciência, bem como apresentar requerimentos, sob pena de extinção e arquivamento.
Prazo de 10 (dez) dias.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 0000625-35.2016.8.22.0018
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

REU: JOSIEL VALENTE DE DEUS, LINHA 95 COM A KAPA 32 Lote 95 ZONA RURAL - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 0,00
DESPACHO
Vistos.
1. Decreto a perda dos objetos apreendidos ao ID. 56810437 fls. 9 e determino o encaminhamento para a destruição, caso não seja possível a destruição pelo exército, promova-se por outros meios, posto que o objeto trata-se de arma branca (facão e machado) utilizado para prática de crime.
2. Certificado o envio, arquivem-se os autos.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível 7001114-74.2021.8.22.0018
VALOR DA CAUSA: R$ 8.230,12R$ 8.230,12
AUTOR: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ nº 04906558000191, RUA ALMIRANTE BARROSO 976, - DE 961 A 1371 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-091 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: FREDSON AGUIAR RODRIGUES, OAB nº RO7368, ALEX MOTA CORDEIRO, OAB nº RO2258A, JEFERSON DE SOUZA RODRIGUES, OAB nº RO7544
REU: JURANDIR DE OLIVEIRA ARAUJO, CPF nº 31566219272, AV. NOVO ESTADO 3260 SAÚDE - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ROGER ANDRE FERNANDES, OAB nº RO1192E
Vistos.
Jurandir Oliveira Araújo manejou os presentes embargos declaratórios, pugnando seja suprida a omissão verificada em decisão proferida nos autos.
Pugna seja declarada a sentença/decisão para ver sanada possível contradição.
É o sucinto relatório.
Decido.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença, obscuridade, contradição ou omissão.
No presente caso concreto, não há a ocorrência de nenhuma das hipóteses legais mencionadas.
A decisão proferida apresentou os motivos que levaram à procedência do pedido do(a) autor(a). Assim, não há falar em nulidade na decisão pendente de saneamento, pois facilmente se constata a insurgência do(a) embargante contra o mérito do decisum, pretendendo, por via inadequada, rediscussão da matéria.
Portanto, havendo irresignação com a decisão proferida, cabe a parte insurgente deduzir sua insatisfação perante a instância superior e pela via adequada.
Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração apresentados, mantendo a decisão exarada em todos os seus termos por seus próprios fundamentos.
Saliento que novos embargos rediscutindo a mesma situação serão tidos como protelatórios sujeitando-se à imposição das penalidades processuais do art. 1026, §2º e § 3º do Código de Processo civil.
Com o trânsito em julgado da sentença, certifique-se.
Nada sendo requerido, arquivem-se.
Havendo apelação antes do trânsito em julgado, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo legal.
Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para julgamento do recurso.
Intimem-se.
SIRVA A PRESENTE DE MANDADO/CARTA.
Santa Luzia D'OesteSanta Luzia D'Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Execução de Título Extrajudicial
7000894-42.2022.8.22.0018
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADOS: G. A. LOURENCO, GUSTAVO ALVES LOURENCO
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Defiro o pedido de ID. 82594058 e realizo a busca do atual endereço do(s) demandado(s).
CITE(M)-SE o(s) requerido(s) nos endereços localizados, termos do despacho inicial.
Cite-se. Intime-se.Cumpra-se
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 5 de janeiro de 2023.
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7001504-10.2022.8.22.0018
REQUERENTE: CLAUDINA BRATLIERE DA SILVA, CPF nº 40879836253, LINHA 180 km 4,5, LADO NORTE ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIELTON CARVALHO, OAB nº RO10889
SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 302,00
DESPACHO
Vistos.
Expeça-se ofício ao Banco do Brasil para informar eventual conta e saldo em nome de Djalma Fernandes, CPF. 467.560.009-34, no prazo de 15 (quinze) dias.
Com a resposta, abra-se vistas a parte autora para ciência e manifestação.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Cumprimento de sentença
7001236-87.2021.8.22.0018
REQUERENTE: GISELI ZANGRANDE DA SILVA, CPF nº 29595584215, AVENIDA JUSCELINO KUBISTCHEK 2.222 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RENATO PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO6953
REQUERIDOS: Banco Bradesco Financiamentos S.A, NUC CIDADE DE DEUS, PRÉDIO PRATA, ANDAR 4 VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ, BP PROMOTORA DE VENDAS LTDA., NUC CIDADE DE DEUS, PRÉDIO PRATA, ANDAR 4 VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BRADESCO, BRADESCO
Vistos.
Intime-se a parte exequente para apresentar manifestação, prazo de 10 (dez) dias.
Nada requerido, ou não havendo oposição ao valor depositado, Expeça-se alvará para levantamento da importância constante nos autos e atualizações em favor do autor ou de seu advogado, desde que este possua poderes específicos para tanto, estando desde já autorizada a transferência, acaso seja informada conta bancária.

Após, sendo o caso, intime-se o patrono da parte autora para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet.
Caso necessário, intime-se o executado para comprovar o recolhimento das custas no prazo de 05 (cinco) dias sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, o que desde já fica deferido.
Intime-se a parte exequente para ciência.
Oportunamente, arquivem-se os autos com baixa.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se
Santa Luzia d'Oeste, 05/01/202310:31
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível 7001038-16.2022.8.22.0018
AUTOR: MARIA DA PENHA DOS SANTOS RAFAEL, CPF nº 63047632200, LINHA P12, KM 25, LOTE 36 S/N, VILA DOM BOSCO ZONA RURAL - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JANIO TEODORO VILELA, OAB nº RO6051, AV PRESIDENTE DUTRA 918, SALA 02 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, THALES CEDRIK CATAFESTA, OAB nº RO8136
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I – RELATÓRIO.
AUTOR: MARIA DA PENHA DOS SANTOS RAFAEL, já qualificado nos autos, ajuizou esta demanda em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, pleiteando o recebimento de aposentadoria por idade na condição de segurada especial do regime geral de previdência social. Para tanto, alega que, há muito tempo trabalha em atividades rurais, o que perdurou pelo tempo necessário à implementação do benefício ora reivindicado.
A ação foi recebida, sendo determinada a citação do requerido.
A autarquia apresentou contestação, alegando que nos autos não há início de prova documental razoável capaz de comprovar o período de carência exigido em lei.
Intimada, a parte autora apresentou impugnação à contestação, na qual alega que comprovou na inicial o exercício de atividade rural superior a 180 meses.
Proferida decisão designando audiência de instrução e julgamento.
Em audiência de instrução e julgamento foram ouvidas testemunhas arroladas pelo autor. O INSS não compareceu à audiência, ainda que intimado. O autor apresentou alegações finais em audiência, remissivas ao exposto na fase postulatória, reiterando o pedido de procedência.
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO.
O feito em questão abrange todas as provas necessárias ao deslinde da controvérsia, sendo as partes capazes e representadas, não havendo nenhum procedimento passível de nulidade, passo ao julgamento do mérito.
Pois bem.
Alega o autor ser segurado especial da previdência e dado o fechamento do requisito temporal requer a sua aposentadoria por idade.
A lei 8.213/91 impõe os seguintes requisitos à sua concessão:
Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)
1º Os limites fixados no caput são reduzidos para sessenta e cinquenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea a do inciso I, na alínea g do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999)
2º Para os efeitos do disposto no 1º deste artigo, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, computado o período a que se referem os incisos III a VIII do 9º do art. 11 desta Lei.
Ainda segundo o mesmo dispositivo legal é necessário os seguintes meses de contribuições:
Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais.

Entendo que no caso sub judice as provas carreadas pelo autor não demonstram que exerceu atividade rural como segurado especial pelo prazo de 180 meses antes do requerimento do benefício.

A parte autora juntou aos autos juntou titulo definitivo, datado em 1994, contrato de compra e venda de imóveis datado em 2000, ficha de cadastro IDARON, notas fiscais nos anos de 2011/2012/2013/2014/2015/2016/1999/, ficha de aptidão Pronaf, nenhum documento contemporâneo.

O CNIS do autor demonstra que contribuiu para o RGPS na condição de contribuinte individual entre 2015/2016.

As testemunha ouvidos em juízo declararam que a autora sempre residiu na área rural, e que vive da terra.

Diante disso, dos documentos juntados extraí-se que autora teria direito a aposentadoria híbrida pois tem contribuição individual contemporânea e documentos rurais antigos assim e possível a soma de ambos para sua aposentadoria híbrida.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. Caso o trabalhador rural, ao atingir a idade prevista para a concessão da aposentadoria por idade rural (60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher), ainda não tenha alcançado o tempo mínimo de atividade rural exigido na tabela de transição prevista no art. 142 da Lei 8.213/1991, poderá, quando completar 65 anos, se homem, e 60 anos, se mulher, somar, para efeito de carência, o tempo de atividade rural aos períodos de contribuição sob outras categorias de segurado, para fins de concessão de aposentadoria por idade "híbrida", ainda que inexistam contribuições previdenciárias no período em que exerceu suas atividades como trabalhador rural. A modalidade "híbrida" foi introduzida pela Lei 11.718/2008 para permitir uma adequação da norma para as categorias de trabalhadores urbanos e rurais, possibilitando ao segurado especial a soma do tempo de atividade rural sem contribuições previdenciárias ao tempo de contribuição em outra classificação de segurado, com a finalidade de implementar o tempo necessário de carência. Com isso, o legislador permitiu ao rurícola o cômputo de tempo rural como período contributivo, para efeito de cálculo e pagamento do benefício etário. Assim, sob o enfoque da atuária, não se mostra razoável exigir do segurado especial contribuição para obtenção da aposentadoria por idade híbrida, relativamente ao tempo rural. Por isso, não se deve inviabilizar a contagem do trabalho rural como período de carência. REsp 1.367.479-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 4/9/2014.

Destaco que apesar de apresentar documentos que demonstram alguma ligação com o meio rural, verifico que tais provas materiais juntadas são insuficientes e não comprovam o período necessário de trabalho rural (180 meses). Ademais, os documento juntados pela autora são até 2016.

Ainda, quanto à prova testemunhal, o art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/91 dispõe que a comprovação do tempo de serviço só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na hipótese de ocorrência de força maior ou caso fortuito. Portanto, o principal objeto de análise são as provas materiais e conforme o que se encontra nos autos não foi suficiente para comprovar o alegado pela parte autora.

Aliás, nesse sentido, a súmula n. 149 do STJ, segundo a qual a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.

Oportuno destacar que o legislador, ao prever tratamento diferenciado às concessões de benefícios aos segurados especiais (artigo 39, da Lei n. 8.213/91), pretendeu proteger aqueles trabalhadores que efetivamente exercem atividades rurais, e não que fosse aplicado, lato sensu, a qualquer trabalhador estabelecido em área rural.

Comprovação do efetivo labor como ruralista, se comprova nos termos do artigo 106, da Lei n. 8.213/91 e, na esteira de precedentes do STJ, por meio de início razoável de prova material, complementado por prova testemunhal, conforme anteriormente explicitado.

Portanto, apesar de as testemunhas terem afirmado a condição do autor como trabalhador rural, o conjunto probatório apresentado não comprova claramente e satisfatoriamente o efetivo labor em atividades rurais de economia familiar ou individual pelo autor durante o período de 180 meses, estando ausente a comprovação do período de carência.

Diante disso, as provas produzidas nos autos não comprovam a condição de segurado especial da autora pelo período de 180 meses, imediatamente anterior ao requerimento administrativo do benefício pretendido ou ajuizamento da ação.

III – DISPOSITIVO.

Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por Maria Aparecida dos Santos Rafael em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, o que faço com lastro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte autora às custas processuais e honorários advocatícios, suspendendo a sua exigibilidade, com base na Lei 1.060/50.

Intimem-se.

Transitado em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se com as baixas devidas.

Havendo apelação antes do trânsito em julgado, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para julgamento do recurso.

Cumpra-se.

SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO.

Santa Luzia D' Oeste/RO, 5 de janeiro de 2023.

Denise Pipino Figueiredo

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7001790-90.2019.8.22.0018
AUTOR: ANA PAULA DOS SANTOS GOMES, CPF nº 64507475287, LINHA P 34 KM 07 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018
REU: Banco Bradesco S.A, BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ, ACE SEGURADORA S.A., CNPJ nº 03502099000118, CONDOMÍNIO EDIFÍCIO ELDORADO BUSINESS TOWER, AVENIDA REBOUÇAS 3970 PINHEIROS - 05402-920 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, Sabemi Seguradora SA, RUA SETE DE SETEMBRO N 515,, - ATÉ 998/999 PRÉDIO 513, TÉRREO ANDAR 5 E 9, CENTRO HISTÓRICO - 90010-190 - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS DOS REU: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, AV. MARGINAL PINHEIROS 5.200, CONDOMINIO AMERICA BUSINESS PARK JDIM MORUMBI - 05703-010 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº AM4881, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JULIANO MARTINS MANSUR, OAB nº RJ113786, RUA PRIMEIRO DE MARÇO 23, PAV 21 CENTRO - 20010-904 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, BRADESCO, PROCURADORIA DA SABEMI SEGURADORA S/A
Valor da causa: R$ 51.625,07
DESPACHO
Vistos.
Considerando a impugnação aos honorários periciais, oficie-se o expet para apresentar justificativa no prazo de 15 (quinze) dias.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Alvará Judicial - Lei 6858/80
7001394-11.2022.8.22.0018
REQUERENTE: MARLENE HULLE GRONER, LINHA P. 34 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018
SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Expeça-se ofício a Agência de SICOOB desta comarca para que informe eventuais valores existentes em conta em nome de Valdir Groner CPF. 881.112.107-87, comprovando-o com documentos o cumprimento da ordem judicial, ou o motivo da impossibilidade de não fazê-la, devendo juntar extratos, documentos que esclareçam as providências adotadas, no prazo de 15 (quinze) dias.
Com a resposta ao ofício, intime-se a parte autora para ciência e apresentar requerimentos.
Cumpra-se.
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFICIO n___/GAB/2020
Santa Luzia D'Oeste, data certificada.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível
7001576-94.2022.8.22.0018
AUTOR: EARLE VERLY DE SALES, CPF nº 04425542738, RUA ALBINO SARTORELLI 3514 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I – RELATÓRIO.
AUTOR: EARLE VERLY DE SALES, já qualificada nos autos, ajuizou esta demanda em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, pleiteando o recebimento de aposentadoria por idade na condição de segurada especial do regime geral de previdência social. Para tanto, alega que, há muito trabalha em atividades rurais, o que perdurou pelo tempo necessário à implementação do benefício ora reivindicado.
A parte autora aduz que realizou o seu pedido administrativo de aposentadoria por idade, porém a autarquia não reconheceu seu direito sob argumento de que não foi constatado o efetivo exercício de atividade rural.
A ação foi recebida, concedido o benefício da justiça gratuita, indeferida a tutela de urgência, sendo determinada a citação do requerido.
A autarquia apresentou contestação, do mérito, apresentou os seguintes requisitos para a concessão benefício: completado a idade de 60 (sessenta) anos se homem e 55 (cinquenta e cinco) se mulher, estar demonstrado o cumprimento da carência de 180 meses de contribuições. No caso concreto a Autarquia alega que não há início de prova documental razoável de que a parte autora efetivamente laborou no campo durante o período de carência.
A parte autora apresentou impugnação à contestação, alegando que preenche os requisitos para a concessão do benéfico reivindicado, bem como as dificuldades dos trabalhadores rurais em fazer provas materiais, sendo contudo tais documentos complementados por meio dos depoimentos testemunhais.
Proferida decisão designando audiência de instrução e julgamento.
Em audiência de instrução e julgamento foram ouvidas testemunhas arroladas pela autora. O INSS não compareceu à audiência, ainda que intimado. A autora apresentou alegações finais em audiência, remissivas ao exposto na fase postulatória, reiterando o pedido de procedência.
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO.
MÉRITO.
O feito em questão abrange todas as provas necessárias ao deslinde da controvérsia, sendo as partes capazes e representadas, não havendo nenhum procedimento passível de nulidade, passo ao julgamento do mérito.
Pois bem.
Alega a autora ser segurada especial da previdência e dado o fechamento do requisito temporal requer a sua aposentadoria por idade.
A lei 8.213/91 impõe os seguintes requisitos à sua concessão:
Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)
1º Os limites fixados no caput são reduzidos para sessenta e cinquenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea a do inciso I, na alínea g do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999)
2º Para os efeitos do disposto no 1º deste artigo, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, computado o período a que se referem os incisos III a VIII do 9º do art. 11 desta Lei.
Ainda segundo o mesmo dispositivo legal é necessário os seguintes meses de contribuições:
Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:
II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais.
Entendo que no caso sub judice as provas carreadas pela autora comprovam o seu exercício rural, dentro do prazo delimitado por lei, pois ficou devidamente comprovado labor rural da autora por 180 meses antes do requerimento do benefício.
A parte autora juntou aos autos contrato de comodato datado em 2007, contrato de arrendamento datado em 2007, contrato de arrendamento datado em 2021, contrato de compra e venda datado e reconhecido firma em 2012, ficha de atendimento do SUS, notas fiscais nos anos de 2022/2021/2008/2007/2006/2003/2011, declaração emitida por Associação de Trabalhadores Rurais, aliada documentação a autora recebe pensão por morte de seu esposa com inicio de recebimento a partir de 23/11/2011.
Tais documentos dão ensejo a início razoável de provas, sacramentado pela jurisprudência majoritária, que somado a prova testemunhal atestam a qualidade de rurícola da beneficiária.
Quanto à prova testemunhal, a testemunha Luciano Scarpati informou que ela foi arrendatária de seu pai e também consigo, sempre trabalhando como rural, plantando feijão, milho, café, criavam porcos e galinhas, que o trabalho sempre foi como meeira, nunca como

empregados, que viviam apenas da terra, que eles tocavam 1 alqueire ou 1 e meio no máximo, apenas para sobrevivência, a segunda testemunha informou que conhece a autora a muito tempo, que a mesma é rural que vive da terra, sempre como arrendatária, cultivando lavoura branca, a testemunha Valter informou conhecer a autora há mais 20 anos, que ela sempre trabalhou na roça, cultivando lavoura branca.

Sendo assim, como é cediço na doutrina e na jurisprudência atual, havendo início de prova material, o que neste caso entendo ser farta, com a confirmação por prova testemunhal, há de ser reconhecida a qualidade de rurícola e especialmente seu labor rural pelo período necessário. Nesta linha:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE DE TRABALHADOR RURAL. PROVA DOCUMENTAL. PROVA TESTEMUNHAL. CORROBORAÇÃO. IDADE E CARÊNCIA. IMEDIATIDADE. TRABALHO RURAL QUANDO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. IMPLEMENTAÇÃO. IMPROVIMENTO DO RECURSO DO INSS. 1.A parte autora completou o requisito idade mínima e tempo comprovado de trabalho rural, conforme previsto no artigo 142 da Lei nº 8.213/91. 2.Como início de prova material de seu trabalho no campo, apresentou documentos trazidos aos autos que consubstanciam prova material razoável da atividade rurícola, dispensada a comprovação de efetivo recolhimento de contribuições previdenciárias, porquanto a documentação juntada comprova que a parte autora laborou como lavradora no tempo reconhecido, inclusive quando perfez os requisitos, possuindo a idade necessária à aposentadoria, comprovação corroborada pela prova testemunhal que atesta o labor rural exercido, a exemplo das declarações prestadas por testemunhas. 3.Preenchidos os requisitos legais, é devido o benefício de aposentadoria por idade pleiteado, razão pela qual deve ser mantida a r. sentença. 4.Apelação do INSS improvida.(TRF-3 - Ap: 00430778820154039999 SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ STEFANINI, Data de Julgamento: 25/02/2019, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:13/03/2019).

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE DE TRABALHADOR RURAL. PROVA DOCUMENTAL. PROVA TESTEMUNHAL. CORROBORAÇÃO. IDADE E CARÊNCIA. REQUISITOS IMPLEMENTADOS. IMPROVIMENTO DO RECURSO. 1.A parte autora completou o requisito idade mínima e tempo comprovado de trabalho rural, conforme previsto no artigo 142 da Lei nº 8.213/91. 2.Como início de prova material de seu trabalho no campo, apresentou vários documentos. Os documentos trazidos aos autos consubstanciam prova material razoável da atividade rurícola, dispensada a comprovação de efetivo recolhimento de contribuições previdenciárias, porquanto a documentação juntada comprova que a parte autora laborou como lavrador no tempo reconhecido, possuindo a idade necessária à aposentadoria, comprovação corroborada pela prova testemunhal que atesta o labor rural exercido, a exemplo das declarações prestadas por testemunhas. 3.Dessa forma, preenchidos os requisitos legais, é devido o benefício de aposentadoria por idade pleiteado, razão pela qual deve ser mantida a r. sentença. 4.Apelação improvida.(TRF-3 - Ap: 00307305220174039999 SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ STEFANINI, Data de Julgamento: 19/02/2018, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:05/03/2018).

Quanto à idade da autora, ficou devidamente comprovada com a juntada dos documentos que instruíram a inicial, no qual todos atestam o seu nascimento em 07/04/1967 ou seja 56 anos.

Logo, assiste razão o interesse aqui formulado pela autora, uma vez que foram totalmente preenchidos os requisitos para a concessão.

III - DOS RETROATIVOS.

Concedo a autora retroativos da data da entrada do requerimento administrativo em 30/05/2022(ID 81322782).

IV - DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA.

Considerando-se o reconhecimento dos requisitos necessários para a concessão do benefício e o pedido de antecipação da tutela, bem como, atentando que a dita antecipação visa a fornecer à parte autora a satisfação de sua pretensão antes ou no momento da fase decisória, a despeito de recurso voluntário com efeito suspensivo ou reexame necessário, desde que, obviamente, estejam preenchidos os requisitos do artigo 300 do CPC.

Sob essa perspectiva, encontram-se presentes os requisitos da tutela antecipatória, pois não seria razoável obrigar a autora, que já preenche as condições para a percepção do benefício, consoante acima exposto, a aguardar o trânsito em julgado da sentença.

Outrossim, o benefício previdenciário requerido neste procedimento possui natureza eminentemente alimentar, cuja falta de pagamento, por si só, constitui prejuízo que se renova a cada dia, pois aquilo que faz falta hoje não haverá como ser suprido amanhã.

Assim, concedo a ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA a fim de determinar que o requerido estabeleça à autora o benefício de aposentadoria por idade rural, a contar da data da sentença.

O réu deverá informar este Juízo do cumprimento desta decisão em até 30 dias após o recebimento da intimação.

V - DISPOSITIVO.

Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por AUTOR: EARLE VERLY DE SALES em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, para CONDENAR a autarquia a fornecer-lhe o benefício de aposentadoria por idade rural, no valor de um salário-mínimo, desde a data da entrada do requerimento administrativo em 30/05/2022(ID 81322782) inclusive 13º salário proporcional.

Concedo ainda, a ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA a fim de determinar que o requerido implemente à autora o benefício de aposentadoria por idade rural, a contar da data da sentença.

O valor das parcelas vencidas deverá ser corrigido pelo IPCA-e e os juros segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma do disposto no art. 1º-F da Lei no 9.494/97, modificado pelo art. 5º da Lei n. 11.960/2009.

Por consequência, declaro extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do artigo 487, I do CPC.

Diante da singeleza da causa, arbitro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor das prestações vencidas até a data desta decisão, observando a data da concessão dos efeitos da tutela, consoante os critérios constantes do art. 85, § 3º, § 2º, I do CPC, e em conformidade com o enunciado da Súmula n. 111 do STJ.

Esta sentença não está sujeita ao reexame necessário, dado que a condenação é de valor certo não excedente a 1.000(mil) salários-mínimos (art. 496, § 3º, I do CPC).
Intime-se, com urgência, INSS por meio de sua Procuradoria Federal no estado de Rondônia para, no prazo de 30 (trinta) dias, implantar o benefício concedido, sob pena de incorrer em sanções legais.
Transitado em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se com as baixas devidas.
Havendo apelação antes do trânsito em julgado, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo legal.
Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para julgamento do recurso.
Em caso de cumprimento de sentença determino o uso do programa/planilha do Jusprev e/ou Profej Web.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia d' Oeste, 5 de janeiro de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

1ª VARA CÍVEL

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000010-61.2023.8.22.0023
AUTOR: POSTO DE MOLAS J LAZAROTTO LTDA - ME, CNPJ nº 04765259000184
ADVOGADO DO AUTOR: CATIANE DARTIBALE, OAB nº RO6447
REU: GENARO ROBERTO DA SILVA, CPF nº 80581110234
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o pagamento das custas processuais, uma vez que o art. 12, inciso I da Lei n. 3.896/2016 estabeleceu que as custas judiciais serão fixadas em 2% sobre o valor da causa.
Friso ainda que o art. 12, § 1º da Lei n. 3.896/2016, fixou em R$ 100,00 (cem reais) a quantia mínima a ser recolhida
Outrossim, em se tratando de ação monitória, não há que se falar em recolhimento de 1%, após o transcurso de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, caso esta reste infrutífera, haja vista que a audiência prévia de conciliação só ocorrerá quando se tratar de procedimento comum, o que não é o caso.
Transcorrido o prazo, determino que a escrivania/CPE certifique se houve o recolhimento das custas processuais conforme determinado.
Em sendo constatado que não houve o recolhimento ou que este foi feito de forma parcial, tornem conclusos.
Sendo certificado que houve o devido pagamento das custas processuais, desde já, diante da prova escrita, defiro de plano a expedição de mandado, com prazo de 15 (quinze) dias para pagamento, nos termos da inicial, anotando-se que, caso a parte requerida satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficará isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida a título de honorários advocatícios (art. 701, do CPC)
Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
Fica a parte requerida ciente, ainda, que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, poderá oferecer embargos que suspenderá a eficácia do mandado inicial, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, independentemente de qualquer formalidade, "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial", convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo (art. 701 § 2º, CPC).
Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéquinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
AUTOR: POSTO DE MOLAS J LAZAROTTO LTDA - ME, CNPJ nº 04765259000184, AV. 25 DE AGOSTO 7260, KAKA POSTO DE MOLAS CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU: GENARO ROBERTO DA SILVA, CPF nº 80581110234, AV. GETULIO VARGAS 725 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000013-16.2023.8.22.0023
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: STENIO RODRIGO ARAUJO, CPF nº 05798047989
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
STENIO RODRIGO ARAUJO, brasileiro, solteiro, mestre de obras, portador da CNH n. 05093103318 DETRAN/PR, inscrito no CPF n. 057.980.479-89, telefone n. (69) 9 9385-2883 ou (41) 9 9866-6682, domiciliado na Rua Maria Julia Mathias Nhan, n. 4312, Bairro Cidade Baixa, cidade de São Francisco do Guaporé – RO, CEP 76.935-000, para que, no prazo de 03 (três) dias, efetue(m) o pagamento da dívida no valor de e R$ 9.350,02 (conforme planilha de cálculos apresentada pelo exequente), contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, oponham embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §§ 1º e 2º do CPC.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Fica(m) ciente(s) o(s) executado(s) que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o(s) executado(s).
Consigno que a penhora deverá recair sobre os bens indicados pelo exequente, e, na falta destes, a penhora recairá sobre tantos bens quantos bastem à satisfação do débito em execução.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas dos arts. 212 e §§ e art. 252 do CPC.
O(s) executado(s) pode(rão) requerer a substituição da penhora, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do CPC.
Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar.
Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito.
Desde já, DEFIRO o pedido de parcelamento, caso seja depositado o valor de 30% da dívida exequenda acrescido de custas e honorários com projeção do pagamento do restante em 6 parcelas (com correção monetária e juros), sendo desnecessária nova conclusão para tanto.
Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas SISBAJUD e RENAJUD, desde que recolha as taxas respectivas, nos termos do artigo 17, da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser intimada para se manifestar em termos de prosseguimento, no prazo de 5 dias.
Silenciando-se quanto ao impulsionamento do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso III e §1º do CPC.
Não promovendo a citação da parte executada, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso IV do CPC.
Int.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéquinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, A AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO: STENIO RODRIGO ARAUJO, CPF nº 05798047989, RUA MARIA JULIA MATHIAS NHAN 4312 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000011-46.2023.8.22.0023
AUTOR: POSTO DE MOLAS J LAZAROTTO LTDA - ME, CNPJ nº 04765259000184
ADVOGADO DO AUTOR: CATIANE DARTIBALE, OAB nº RO6447
REU: GENARO ROBERTO DA SILVA, CPF nº 80581110234, J DA S OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 22279500000147
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
À parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, promovendo o recolhimento das custas iniciais, consoante artigo 12, inciso I, da Lei 3.896/2016.
Decorrido o prazo sem a emenda ou com emenda parcial, voltem conclusos para extinção.
Com a emenda, ou seja, restando comprovado o pagamento das custas iniciais, desde já passo a determinar os atos processuais e serem praticados.
Trata-se de ação de cobrança proposta por POSTO DE MOLAS J. LAZAROTTO LTDA EPP em face de J DA S OLIVEIRA – ME.
Designo audiência de conciliação para o dia 07 de fevereiro de 2023, às 13h00min, a ser realizada pela CEJUSC.
Cite-se a parte ré no endereço declinado na inicial, para que compareça à audiência designada, sob pena de imposição de multa, porquanto a ausência importa em ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do art. 334, § 8º do Código de Processo Civil, salvo se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência do ato da audiência, desinteresse em autocomposição, acordo prévio.
Resta, desde logo, advertida a parte autora de que sua ausência desmotivada à audiência de conciliação acarretar-lhe à, igualmente, a pena de multa.
Após a resposta de parte requerida, providencie o Cartório a abertura de vista à parte autora, para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350/352 do CPC.
Em seguida, providencie o Cartório a intimação das partes para que apresentem as provas que pretendem produzir, no prazo comum de 15 (quinze) dias, nos temos dos artigos 357, §4º e 450 do CPC.
SERVE A PRESENTE COMO:
a) MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE RÉ: J DA S OLIVEIRA – ME , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n° 22.279.500/0001-47, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, n. 725, cidade e comarca de São Francisco do Guaporé/RO, CEP 76.935-000;
b) MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Estando a parte autora assistida por advogado, desnecessária a sua intimação pessoal.
Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional, e afim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autoriza-se o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) apresentada a contestação ou depois da réplica, providencie o Cartório a intimação das partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir – e caso queiram, sugiram os pontos controvertidos da demanda – no prazo comum de 05 (cinco) dias, transcorrido o referido prazo, venham conclusos para as finalidades dos artigos 354/357 do CPC.
Realizada a audiência, havendo acordo, retornem-me conclusos imediatamente para homologação.
Caso contrário, cumpra-se na íntegra o presente decisório.
Quando da intimação, advirta-se as partes, desde logo, acerca da necessidade de manter atualizado, nos autos do processo e junto à Defensoria Pública Estadual – caso por ela esteja representada -, o seu endereço, número de telefone e whatsapp, e endereço eletrônico (e-mail), se houver, a fim de viabilizar o cumprimento das determinações impostas pelo juízo, inclusive por intermédio da Defensoria Pública, evitando, assim, diligências desnecessárias e/ou repetitivas, sob pena de pagamento das respectivas custas, nos termos do art. 19 c.c art. 2º, §2º, ambos da Lei Estadual n. 3.896/16.
Pratique o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéquinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
AUTOR: POSTO DE MOLAS J LAZAROTTO LTDA - ME, CNPJ nº 04765259000184, AV. 25 DE AGOSTO 7260, KAKA POSTO DE MOLAS CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU: GENARO ROBERTO DA SILVA, CPF nº 80581110234, AV. GETULIO VARGAS 725 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, J DA S OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 22279500000147, AV GETULIO VARGAS 725 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000014-98.2023.8.22.0023
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REU: STENIO RODRIGO ARAUJO, CPF nº 05798047989
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Diante da prova escrita, defiro de plano a expedição de mandado, com prazo de 15 (quinze) dias para pagamento, nos termos da inicial, anotando-se que, caso o réu satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficará isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida à título de honorários advocatícios (art. 701, do NCPC)
Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
Fica o réu ciente, ainda, que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, poderá oferecer embargos que suspenderá a eficácia do mandado inicial, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, independentemente de qualquer formalidade, “constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial”, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo (art. 701 § 2º NCPC).
Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência.
Sendo apresentado embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias úteis, (art. 702 § 5º do NCPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do § 6º do mesmo artigo. Após, os autos virão conclusos para sentença, nos termos do art. 702 § 8º e seguintes do NCPC.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéquinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, A AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU: STENIO RODRIGO ARAUJO, CPF nº 05798047989, RUA MARIA JULIA MATHIAS NHAN 4312 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000006-24.2023.8.22.0023
AUTOR: MARIA CRISTINA THOMAS - EPP, CNPJ nº 02027440000168
ADVOGADOS DO AUTOR: VIRGILIA MARIA BARBOSA MENDONCA, OAB nº RO2292A, MARTA FRANCISCO DE OLIVEIRA, OAB nº RO5900A, CARLA ALEXANDRE RIBEIRO, OAB nº RO6345A
REU: MARCIO APARECIDO DO ESPIRITO SANTO, CPF nº 41897390220
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
MARIA CRISTINA THOMAS – EPP, (Ed Rios Lingerie), devidamente qualificado nos autos, opôs ação monitória em face de MARCIO APARECIDO DO ESPIRITO SANTO.
A parte autora pugnou pela extinção dos autos, eis que protocolou na Comarca errada (id. n. 85582209 - Pág. 1).
Vieram os autos conclusos.
É o breve relatório. DECIDO.
Pois bem.
Em consulta ao sistema processual PJE, este Juízo constatou a existência do processo n. 7000023-63.2023.8.22.0022, o qual também trata de ação de monitória promovido pela parte autora em face da parte requerida, com a mesma causa de pedir e pedidos.
Nesse contexto, considerando a existência de dois processos que tramitam com as mesmas partes, pedido e causa de pedir, resta caracterizada a ocorrência de litispendência, nos termos do art. 337, §3º, do CPC.

Ante o exposto, com fundamento no art. 485, V do Código de Processo Civil, julgo EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, diante da litispendência configurada.
Sem custas e honorários advocatícios.
P.R.I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se.
São Francisco do Guaporé;quinta-feira, 5 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
AUTOR: MARIA CRISTINA THOMAS - EPP, CNPJ nº 02027440000168, NEREU RAMOS 1103, - DE 974/975 AO FIM RIACHUELO - 76913-770 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU: MARCIO APARECIDO DO ESPIRITO SANTO, CPF nº 41897390220, RUA ITAUBA 1676 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14h): 69 3309-8771 Fone: (069) 3341-3021/3022 e-mail: colcivel@tjro.jus.br.
AUTOS: 7004606-28.2022.8.22.0022
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ANTONIO DOS SANTOS SOARES, RUA FLOR DE LIS 3730 CIDADE JARDIM - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROSA GRAZIELE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO11401
REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, RUA DOUTOR JOSÉ ADELINO 4477, - DE 4411/4412 AO FIM COSTA E SILVA - 76803-592 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão
1 – Recebo a ação;
2 - Em relação ao pedido de tutela de urgência, é sabido que, para concessão da antecipação da tutela pretendida, deve restar demonstrada a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Nesse sentido, consubstanciada nas alegações prestadas na inicial e nos documentos juntados aos autos, não se verifica o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Isto porque, embora a parte autora alegue possível vício de legalidade no processo administrativo que culminou na suspensão do direito de dirigir, via de regra, os atos administrativos possuem presunção de legitimidade, e em uma análise sumária, tenho por ausente os requisitos que possam sustentar o deferimento da tutela de urgência pretendida neste momento.
Nessa seara e pelas razões acima expostas, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela (art. 300 do CPC).
3 - Outrossim, diante da ausência de realização de acordo nos processos que envolvem a Fazenda Pública em outras demandas desta jaez, deixo de designar audiência de conciliação.
Assim e considerando as advertências do procedimento da Lei n. 12.153/2009, cite-se o réu bem como intime-o, por seus representantes, para que, no prazo 15 (quinze) dias, apresente toda a defesa e eventual documentação de que disponha para esclarecimento dos fatos, especificando as provas que pretende produzir, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Cientifique-a que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas de direito público (art. 7º).
Com a apresentação de resposta, intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, sua impugnação, indicando provas que pretenda produzir e justificando sua necessidade e pertinência, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, sob pena de preclusão ou indeferimento.
A presente decisão, assinada digitalmente e devidamente instruída, servirá como carta de intimação ou mandado. Expeça-se o necessário.
São Miguel do Guaporé- , 4 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

SERVENTIAS DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

EDITAIS DE PROCLAMAS E PROTESTO

LIVRO D-123 FOLHA 123 TERMO 001234
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.234
000123 01 55 2008 1 00035 060 0000567 12
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JOÃO DE DEUS, de nacionalidade brasileira, de profissão pedreiro, de estado civil solteiro, natural de Curitiba-PR, onde nasceu no dia 18 de maio de 1998, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, 123 em Curitiba-PR DOCUMENTOS_NOIVO, filho de MARCOS MANOEL e de MARIA CÉLIA; e MARIA CLARA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Curitiba-PR, onde nasceu no dia 18 de maio de 1998, residente e domiciliada na Rua XV de Novembro, 123 em Curitiba-PR DOCUMENTOS_NOIVA, filha de ANTONIO CARLOS e de FÁTIMA MARIA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente passará a adotar o nome de JOÃO DE DEUS DOS SANTOS e a contraente passará a adotar o nome de MARIA CLARA DOS SANTOS
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Envio cópia ao Ofício competente.
Curitiba-PR, 14 de julho de 1998.
Assinaturas da Certidão

COMARCA DE PORTO VELHO

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 053767 - Livro nº D-145 - Folha nº 74
Faço saber que pretendem se casar: LUCAS DA SILVA GOMES, solteiro, brasileiro, analista de requisitos, nascido em Porto Velho-RO, em 7 de Dezembro de 1994, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Josivaldo Gomes - corretista - naturalidade: Guajará-Mirim - e Maria Luzineiry da Silva Gomes - gerente de lojas - naturalidade: Manicoré - Amazonas -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e HELEN RUTH RIBEIRO DE ARAÚJO, solteira, brasileira, advogada, nascida em Porto Velho-RO, em 24 de Outubro de 1996, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Elenilson Araújo Nascimento - marceneiro - naturalidade: Cruzeiro do Sul - Acre e Valmisa Ribeiro de Lima - professora - nascida em 19/05/1968 - naturalidade: Boa Vista - -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de Comunhão Parcial de Bens. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 4 de Janeiro de 2023
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

1º TABELIONATO DE PROTESTO

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabelião: Albino Lopes do Nascimento
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1189173
Devedor: EMPRESA RONDONIENSE DE REFRIGE
CPF/CNPJ: 84.627.751/0001-22

Protocolo: 1189195
Devedor: R OLIVEIRA VIEIRA
CPF/CNPJ: 30.271.882/0001-90

Protocolo: 1189196
Devedor: FRANCIS BUSTAMANTE PEREIRA
CPF/CNPJ: 053.821.027-32

Protocolo: 1189197
Devedor: R OLIVEIRA VIEIRA
CPF/CNPJ: 30.271.882/0001-90

Protocolo: 1189217
Devedor: MARIA PENHA ALVES DA SILVA
CPF/CNPJ: 192.021.562-04

Protocolo: 1189244
Devedor: SIMONE SANTOS DA SILVA
CPF/CNPJ: 021.539.322-89

Protocolo: 1189247
Devedor: F R GONCALVES LTDA
CPF/CNPJ: 17.297.064/0001-07

(7 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 09/01/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 10/01/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 05/01/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Substituta1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabelião: Albino Lopes do Nascimento
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1188750
Devedor: CLEITON CAMELLO DE ALMEIDA
CPF/CNPJ: 008.457.342-29

Protocolo: 1188751
Devedor: CLEITON CAMELLO DE ALMEIDA
CPF/CNPJ: 008.457.342-29

Protocolo: 1188997
Devedor: ANA CAROLINE AYRES MATOS
CPF/CNPJ: 781.474.842-91

Protocolo: 1189012
Devedor: ALEX SANDRO AMARAL
CPF/CNPJ: 015.148.272-12

Protocolo: 1189062
Devedor: JI ENGENHARIA LTDA
CPF/CNPJ: 28.903.646/0001-06

Protocolo: 1189068
Devedor: PVH FERRAGENS E FERRAMENTAS LT
CPF/CNPJ: 25.141.379/0002-61

Protocolo: 1189069
Devedor: PVH FERRAGENS E FERRAMENTAS LT
CPF/CNPJ: 25.141.379/0002-61

Protocolo: 1189133
Devedor: ANDREA CARLA ARUAJO NUNES FERR
CPF/CNPJ: 009.415.044-33

(8 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 09/01/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 10/01/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 05/01/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Substituta

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo: 32.699
Requerente: WALMIR NEUMANN DA SILVA
Requerido: AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA
FINALIDADE: Notificação da Empresa AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA, CNPJ 03.214.XXX/0001-52, sediada atualmente em local ignorado, na pessoa dos seus representantes legais, consoante o disposto no art. 11, do Provimento nº 65/2017-CNJ e art. 14, § 4º, do Provimento Corregedoria nº 21/2017-CG, para manifestar consentimento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pessoalmente ou por meio eletrônico no e-mail 3registrodeimoveisportovelho@gmail.com, interpretando o silêncio do(s) notificando(s) como concordância. IMÓVEL: Lote de terras rural nº 05, parte do Seringal Alegria e Alto Rio Preto". Situado no município de Itapuã do Oeste-RO. Área: 136,2812ha (cento e trinta e seis hectares, vinte e oito ares e doze centiares). Perímetro: 6.439,44m. Georreferenciamento: Parcela Certificada pelo SIGEF sob o nº f0504a34-c65e-4125-889b-fbbf92895afb. SITUAÇÃO REGISTRAL: Número de Ordem 3006, Livro 3-F, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho-RO. TITULAR: AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA, CNPJ 03.214.XXX/0001-52, sediada atualmente em local ignorado. TIPO DE USUCAPIÃO: EXTRAORDINÁRIA, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 1.238 do CCB. TEMPO DE POSSE: Superior a 16 (quatorze) anos. DADO E PASSADO nesta cidade de Porto Velho-RO, aos 04 de janeiro de 2022. O Oficial Registrador Substituto, Adriano da Costa Lima – ATO Nº 001/2018.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo: 32.702
Requerente: SALETE PAULEK DOS SANTOS
Requerido: AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA
FINALIDADE: Notificação da Empresa AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA, CNPJ 03.214.XXX/0001-52, sediada atualmente em local ignorado, na pessoa dos seus representantes legais, consoante o disposto no art. 11, do Provimento nº 65/2017-CNJ e art. 14, § 4º, do Provimento Corregedoria nº 21/2017-CG, para manifestar consentimento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pessoalmente ou por meio eletrônico no e-mail 3registrodeimoveisportovelho@gmail.com, interpretando o silêncio do(s) notificando(s) como concordância. IMÓVEL: Lote de terras rural nº 02, parte do Seringal Alegria e Alto Rio Preto". Situado no município de Itapuã do Oeste-RO. Área: 207,8617ha (duzentos e sete hectares, oitenta e seis ares e dezessete centiares). Perímetro: 6.389,97m. Georreferenciamento: Parcela Certificada pelo SIGEF sob o nº 0592baf7-5eb5-450e-8b49-3608b97eba97. SITUAÇÃO REGISTRAL: Número de Ordem 3006, Livro 3-F, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho-RO. TITULAR: AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA, CNPJ 03.214.XXX/0001-52, sediada atualmente em local ignorado. TIPO DE USUCAPIÃO: EXTRAORDINÁRIA, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 1.238 do CCB. TEMPO DE POSSE: Superior a 16 (quatorze) anos. DADO E PASSADO nesta cidade de Porto Velho-RO, aos 04 de janeiro de 2022. O Oficial Registrador Substituto, Adriano da Costa Lima – ATO Nº 001/2018.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo: 32.703
Requerente: GRAZIELA GIONGO DA SILVA
Requerido: AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA
FINALIDADE: Notificação da Empresa AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA, CNPJ 03.214.XXX/0001-52, sediada atualmente em local ignorado, na pessoa dos seus representantes legais, consoante o disposto no art. 11, do Provimento nº 65/2017-CNJ e art. 14, § 4º, do Provimento Corregedoria nº 21/2017-CG, para manifestar consentimento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pessoalmente ou por meio eletrônico no e-mail 3registrodeimoveisportovelho@gmail.com, interpretando o silêncio do(s) notificando(s) como concordância. IMÓVEL: Lote de terras rural nº 03, parte do Seringal Alegria e Alto Rio Preto". Situado no município de Itapuã do Oeste-RO. Área: 212,19ha (duzentos e doze hectares, dezenove ares). Perímetro: 5.916,48m. Georreferenciamento: Parcela Certificada pelo SIGEF sob o nº 5ad68452-cf37-4d51-a2ef-290264fa2a3f. SITUAÇÃO REGISTRAL: Número de Ordem 3006, Livro 3-F, do 1º Ofício de

Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho-RO. TITULAR: AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA, CNPJ 03.214. XXX/0001-52, sediada atualmente em local ignorado. TIPO DE USUCAPIÃO: EXTRAORDINÁRIA, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 1.238 do CCB. TEMPO DE POSSE: Superior a 16 (quatorze) anos. DADO E PASSADO nesta cidade de Porto Velho-RO, aos 04 de janeiro de 2022. O Oficial Registrador Substituto, Adriano da Costa Lima – ATO Nº 001/2018.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo: 32.701
Requerente: ADRIANA DOS SANTOS GIONGO
Requerido: AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA
FINALIDADE: Notificação da Empresa AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA, CNPJ 03.214.XXX/0001-52, sediada atualmente em local ignorado, na pessoa dos seus representantes legais, consoante o disposto no art. 11, do Provimento nº 65/2017-CNJ e art. 14, § 4º, do Provimento Corregedoria nº 21/2017-CG, para manifestar consentimento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pessoalmente ou por meio eletrônico no e-mail 3registrodeimoveisportovelho@gmail.com, interpretando o silêncio do(s) notificando(s) como concordância. IMÓVEL: Lote de terras rural nº 01, parte do Seringal Alegria e Alto Rio Preto". Situado no município de Itapuã do Oeste-RO. Área: 203,8939ha (duzentos e três hectares, oitenta e nove ares e trinta e nove centiares). Perímetro: 6.503,53m. Georreferenciamento: Parcela Certificada pelo SIGEF sob o nº f8fedf3a-a053-461b-99c1-f3d856892c5c. SITUAÇÃO REGISTRAL: Número de Ordem 3006, Livro 3-F, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho-RO. TITULAR: AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA, CNPJ 03.214.XXX/0001-52, sediada atualmente em local ignorado. TIPO DE USUCAPIÃO: EXTRAORDINÁRIA, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 1.238 do CCB. TEMPO DE POSSE: Superior a 16 (quatorze) anos. DADO E PASSADO nesta cidade de Porto Velho-RO, aos 04 de janeiro de 2022. O Oficial Registrador Substituto, Adriano da Costa Lima – ATO Nº 001/2018.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo: 32.700
Requerente: ADAIR GIONGO
Requerido: AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA
Finalidade: Notificação da Empresa AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA, CNPJ 03.214.XXX/0001-52, sediada atualmente em local ignorado, na pessoa dos seus representantes legais, consoante o disposto no art. 11, do Provimento nº 65/2017-CNJ e art. 14, § 4º, do Provimento Corregedoria nº 21/2017-CG, para manifestar consentimento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pessoalmente ou por meio eletrônico no e-mail 3registrodeimoveisportovelho@gmail.com, interpretando o silêncio do(s) notificando(s) como concordância. IMÓVEL: Lote de terras rural nº 04, parte do Seringal Alegria e Alto Rio Preto". Situado no município de Itapuã do Oeste-RO. Área: 149,5082ha (cento e quarenta e nove hectares, cinquenta ares e oitenta e dois centiares). Perímetro: 7.542,93m. Georreferenciamento: Parcela Certificada pelo SIGEF sob o nº cf7e5baf-6130-438f-a3a2-23cfb08b6ff6. SITUAÇÃO REGISTRAL: Número de Ordem 3006, Livro 3-F, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho-RO. TITULAR: AGRO – PECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA, CNPJ 03.214.XXX/0001-52, sediada atualmente em local ignorado. TIPO DE USUCAPIÃO: EXTRAORDINÁRIA, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 1.238 do CCB. TEMPO DE POSSE: Superior a 16 (quatorze) anos. DADO E PASSADO nesta cidade de Porto Velho-RO, aos 04 de janeiro de 2022. O Oficial Registrador Substituto, Adriano da Costa Lima – ATO Nº 001/2018.

2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 60-D FOLHA: 116 TERMO: 11946
Faz saber que pretendem casar-se, sob o COMUNHÃO PARCIAL DE BENS os noivos: DOUGLAS TAIGORO DE ARAÚJO TALAMAS e PAULA GABRIELE GOMES DE BRITO. Ele, brasileiro, divorciado, com a profissão de corretor de imóveis, natural de Porto Velho-RO, nascido em 02 de maio de 1987, residente na Rua João Paulo I, 2700, Novo Horizonte, Porto Velho, RO, filho de DOUGLAS JORDAM TALAMAS, residente e domiciliado na cidade de Santa Cruz de La Sierra, Bolívia e MARIA IRACEMA ARAÚJO DE OLIVEIRA, residente e domiciliada na cidade de , Porto Velho-RO. Ela, brasileira, solteira, com a profissão de tosadora, natural de Porto Velho-RO, nascida em 27 de janeiro de 2000, residente na Rua João Paulo I, 2700, Novo Horizonte, Porto Velho, RO, filha de JOSÉ JUNHO TORRES DE BRITO, residente e domiciliado na cidade de Porto Velho-RO e ROSEMARI APARECIDA GOMES, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho-RO. E que após o casamento pretendemos chamar-se: DOUGLAS TAIGORO DE ARAÚJO TALAMAS BRITO e PAULA GABRIELE GOMES DE BRITO TALAMAS. Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho/RO, 04 de janeiro de 2023.
Letícia Pimentel Ferreira
Escrevente Autorizada

HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 60-D FOLHA: 117 TERMO: 11947
Faz saber que pretendem casar-se, sob o comunhão parcial de bens os noivos: PEDRO BRITO DOS SANTOS JÚNIOR e ELIANE FERREIRA REIS. Ele, brasileiro, solteiro, com a profissão de analista de rede, natural de Porto Velho-RO, nascido em 28 de agosto de 1993, residente na Rua Miguel de Cervantes, 261, Aeroclube, Porto Velho, RO, filho de PEDRO BRITO DOS SANTOS, residente e domiciliado na cidade de Caruaru-PE e GEANE OLIVEIRA CAMPOS, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho-RO. Ela, brasileira, solteira, com a profissão de encarregada admistrativo, natural de Alta Floresta D´oeste-RO, nascida em 09 de março de 1987, residente na Rua

Miguel de Cervantes, 261, Aeroclube, Porto Velho, RO, filho de ASSIS REIS, residente e domiciliado na cidade de Porto Velho-RO e GUIOMAR FERREIRA REIS, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho-RO. E que após o casamento pretendemos chamar-se: PEDRO BRITO DOS SANTOS JÚNIOR (SEM ALTERAÇÃO) e ELIANE FERREIRA REIS BRITO. Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho/RO, 05 de janeiro de 2023.
Letícia Pimentel Ferreira
Escrevente Autorizada

2º TABELIONATO DE PROTESTO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO, localizado à Rua Dom Pedro II, 637, salas 905 e 907, 9º Andar Edifício Centro Empresarial Porto Velho - Centro, CEP. 76.801-151, em Porto Velho-RO, Fone 69 3224-4402 / 98446-3440, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 608981
Devedor: O M MARCELINO , CPF/CNPJ: 15.384.299/0001-00

Protocolo: 609092
Devedor: KAROLYNE AFONSO RODRIGUES , CPF/CNPJ: 052.238.522-22

Protocolo: 609093
Devedor: KAROLYNE AFONSO RODRIGUES , CPF/CNPJ: 052.238.522-22

Protocolo: 609094
Devedor: KAROLYNE AFONSO RODRIGUES , CPF/CNPJ: 052.238.522-22

Protocolo: 609095
Devedor: KAROLYNE AFONSO RODRIGUES , CPF/CNPJ: 052.238.522-22

Protocolo: 609096
Devedor: KAROLYNE AFONSO RODRIGUES , CPF/CNPJ: 052.238.522-22

Protocolo: 609118
Devedor: ALEXANDRE MARTINS DE OLIVEIRA , CPF/CNPJ: 005.066.839-07

Protocolo: 609145
Devedor: QUERO BIS INDUSTRIA E COMERCIO, CPF/CNPJ: 22.498.847/0001-80

Protocolo: 609264
Devedor: RODRIGO TOSTA GIROLDO , CPF/CNPJ: 026.441.139-03

Protocolo: 609270
Devedor: VLADEMIR VALOIS DE CARVALHO , CPF/CNPJ: 710.205.002-04

Protocolo: 609271
Devedor: SOUZA COMERCIO E REPRESENTA O , CPF/CNPJ: 44.540.133/0001-26

Protocolo: 609273
Devedor: C G LIMA COMERCIO E SERVICOS L, CPF/CNPJ: 36.567.789/0001-04

Protocolo: 609280
Devedor: OSMIDIO MARTINS DA SILVA 38940, CPF/CNPJ: 35.450.222/0001-90

Protocolo: 609295
Devedor: VANESSA BARBOZA , CPF/CNPJ: 644.725.402-82

Protocolo: 609297
Devedor: FRANCISCO ALBUQUERQUE , CPF/CNPJ: 950.973.682-15

Protocolo: 609330
Devedor: TUBARAO DISTRIBUIDORA DE PRODU, CPF/CNPJ: 39.856.479/0001-06

Protocolo: 609331
Devedor: TUBARAO DISTRIBUIDORA DE PRODU, CPF/CNPJ: 39.856.479/0001-06

Protocolo: 609332
Devedor: TUBARAO DISTRIBUIDORA DE PRODU, CPF/CNPJ: 39.856.479/0001-06

Protocolo: 609333
Devedor: TUBARAO DISTRIBUIDORA DE PRODU, CPF/CNPJ: 39.856.479/0001-06

Protocolo: 609334
Devedor: TUBARAO DISTRIBUIDORA DE PRODU, CPF/CNPJ: 39.856.479/0001-06

(20 Apontamentos).
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 09/01/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 10/01/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

Porto Velho 05/01/2023
JOSILEIDE PASSOS DE MELLO LEITE - Tabeliã Interina

3º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

LIVRO D-046 FOLHA 116 TERMO 012458
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 12.458
095703 01 55 2023 6 00046 116 0012458 58
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ALEXANDRE FRANÇA EINHARDT, de nacionalidade brasileiro, de profissão engenheiro civil, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 10 de setembro de 1981, residente e domiciliado à Av. Engº Anysio da Rocha Compasso, 6850, Condomínio Verana, Aponiã, em Porto Velho-RO, CEP: 76.824-052, filho de LUIZ CARLOS MORALES EINHARDT e de CLEUSA FRANÇA EINHARDT; e TATIANE RAGNINI PICORELI de nacionalidade brasileira, de profissão estatística, de estado civil solteira, natural de Paranavaí-PR, onde nasceu no dia 03 de novembro de 1980, residente e domiciliada à Av. Engº Anysio da Rocha Compasso, 6850, Condomínio Verana, Aponiã, em Porto Velho-RO, CEP: 76.824-052, filha de HELIO PICORELI e de ROSA SALETE RAGNINI PICORELI. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de ALEXANDRE FRANÇA EINHARDT e a contraente passou a adotar o nome de TATIANE RAGNINI PICORELI EINHARDT
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 04 de janeiro de 2023.
José Gentil da Silva
Tabelião

5º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-010 FOLHA 246 TERMO 002946
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.946
157586 01 55 2023 6 00010 246 0002946 45
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: FRANCIEL DOS SANTOS BATISTA, de nacionalidade brasileiro, de profissão Técnico de Operação, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 01 de dezembro de 1982, residente e domiciliado à Rua União, 2429, Socialista, em Porto Velho-RO, CEP: 76.829-252, , filho de ANTÔNIO FRANÇA BATISTA e de DALVINA DOS SANTOS BATISTA; e SAORI CAROLINE COSTA MARINHO de nacionalidade brasileira, de profissão técnica em enfermagem, de estado civil solteira, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 12 de dezembro de 1991, residente e domiciliada à Rua Capão Bonito, 7095, Nacional, em Porto Velho-RO, CEP: 76.802-390, , filha de PAULO MARINHO DE SOUZA FILHO e de CATARINA COSTA MARINHO. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de FRANCIEL DOS SANTOS BATISTA e a contraente passou a adotar o nome de SAORI CAROLINE COSTA MARINHO BATISTA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 04 de janeiro de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficia

COMARCA DE JI-PARANÁ

2° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

2° OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho, 1529 - (T6) - NOVA BRASILIA - CEP 76.908-414 - Fone: (69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia
Rodrigo Marcolino Bozelhe - OFICIAL e TABELIÃO
LIVRO D-012 FOLHA 114 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.828
MATRÍCULA
095810 01 55 2023 6 00012 114 0006828 26
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: EDBRENDOL MAXIMILIANO BIAVA CARDOSO, de nacionalidade brasileiro, psicólogo, solteiro, residente e domiciliado em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de EDBRENDOL MAXIMILIANO BIAVA CARDOSO, , filho de EDIMAR CARDOSO DA SILVA e de JOSIANE APARECIDA BIAVA; e EMANUELY UGULINO CARDOSO de nacionalidade brasileira, engenheira civil, solteira, residente e domiciliada em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de EMANUELY UGULINO CARDOSO, , filha de EUDEZIO CARDOSO MONTEIRO e de SAYONARA UGULINO DE MEDEIROS CARDOSO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 03 de janeiro de 2023.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2° OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho, 1529 - (T6) - NOVA BRASILIA - CEP 76.908-414 - Fone: (69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia
Rodrigo Marcolino Bozelhe - OFICIAL e TABELIÃO
LIVRO D-012 FOLHA 115
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.829
MATRÍCULA
095810 01 55 2023 6 00012 115 0006829 24
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JONAS NEVES MAGALHÃES, de nacionalidade brasileira, servente de pedreiro, solteiro, natural de Rio Branco-AC, residente e domiciliado, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de JONAS NEVES MAGALHÃES , filho de CLAUDIA NEVES MAGALHÃES; e MARIA JOSÉ SOARES de nacionalidade brasileira, do lar, divorciada, residente e domiciliada, em Ji-Paraná-RO, passou a adotar no nome de MARIA JOSÉ SOARES MAGALHÃES, , filha de JOÃO RODRIGUES SOARES e de MARIA NAZARÉ SOARES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 04 de janeiro de 2023.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA DE JI-PARANÁ - ESTADO DE RONDÔNIA
Av. Mal. Rondon, 870, Centro, CEP: 76900-082 - Telefone: (69) 99208-7602

Horário de atendimento: De Segunda a Sexta-Feira das 9:00 às 15:00 horas
E D I T A L D E P R O T E S T O Nº 5142
Pelo presente EDITAL, o Tabelionato de protesto desta comarca de , Estado de localizado à , nos termos do art. 15 da Lei 9.492 de 10/09/97, faz saber as pessoas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Protocolo	Devedor	Documento
00.467.732	JUVEL ESTACIONAMENTOS LTDA	CNPJ 02.175.761/0001-00
00.467.740	SONIVAL CARLOS DOS SANTOS	CPF 685.612.702-25
00.467.744	JENNIFER LOPES	CPF 986.430.962-53
00.467.745	SABRINA DONOSO MENDES DOS SANTOS	CPF 000.093.192-63

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi lavrado o presente EDITAL, afixado na sede deste Tabelionato, ficando os responsáveis pelos documentos intimados a comparecerem neste Tabelionato, até o dia 10/01/2023, impreterivelmente até às 15:00 horas, para efetuarem os pagamentos ou manifestarem suas recusas, sob pena de lavratura de prostesto.

/, 05 de janeiro de 2023

2º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: JI-PARANÁ
ÓRGÃO EMITENTE: 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE JI-PARANÁ
2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE JI-PARANÁ ESTADO DE RONDÔNIA FELLIPE VILAS BÔAS FRAGA AV. MARECHAL RONDON, Nº 870, SALA 12, TÉRREO, CENTRO, CEP 76900-082 FONE: (69) 3421-4953
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 3065/2022 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ji-Paraná/RO, localizado na Av. Marechal Rondon, Nº 870, Sala 12, Térreo, Centro, nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ALESSANDRA NUBIA SOARES DE BARROS CPF/CNPJ: 16.739.461/0001-10 Protocolo: 97347 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: ANGELICA CONEJO PEREIRA DE LIMA CPF/CNPJ: 37.228.548/0001-01 Protocolo: 97392 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: COMERCIAL CASTRO VERAS COMERCIO VAREJIST CPF/CNPJ: 36.257.779/0001-72 Protocolo: 97371 - para fins falimentares Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: GELCILENE BISPO DA SILVA RUFINO CPF/CNPJ: 853.831.802-06 Protocolo: 97391 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: J H T DUDU TRANSPORTE DE CARGA EIRELI CPF/CNPJ: 09.024.618/0001-66 Protocolo: 97381 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: JOAO DE ARAUJO SILVA CPF/CNPJ: 204.568.912-34 Protocolo: 97343 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: JOAO DE ARAUJO SILVA CPF/CNPJ: 204.568.912-34 Protocolo: 97342 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: MARTA VIEIRA WILLE CPF/CNPJ: 325.657.202-20 Protocolo: 97373 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Ji-paraná-RO, 05 de Janeiro de 2023 FELLIPE VILAS BÔAS FRAGA TABELIÃO DE PROTESTO

COMARCA DE ARIQUEMES

2º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

2º OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS E
TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE VILHENA – RONDÔNIA
Tabeliã e Registradora: Marcilene Faccin
Avenida Marechal Rondon - 4014 - Centro, Vilhena – RO - CEP: 76980-080
Telefone: (69) 3322-4663 – (69) 98418-0548
E-mail: civilnotas2@hotmail.com
LIVRO D-009 FOLHA 019
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.419
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WILIAN VITORIANO LIMA, de nacionalidade brasileira, motorista, divorciado, natural de Jaru, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 19 de abril de 1993, residente e domiciliado na Rua Campina da Lagoa, n° 10590, bairro Setor 13, em Vilhena, Estado de Rondônia, continuará a adotar o nome de WILIAN VITORIANO LIMA, filho de RAUL VITORIANO SOBRINHO e de MARIA PAZ VIEIRA LIMA e CAMILA MARIANO PINTO, de nacionalidade brasileira, do lar, divorciada, natural de Cacoal, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 16 de agosto de 1993, residente e domiciliada na Rua Capina da Lagoa, n° 10590, bairro Setor 13, em Vilhena, Estado de Rondônia, continuará a adotar o nome de CAMILA MARIANO PINTO, filha de DURVAL LUIZ PINTO e de CELIA MARIANO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
[SD]
Vilhena-RO, 04 de janeiro de 2023.
Marcilene Faccin
Tabeliã e Registradora

2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE ARIQUEMES/RO
LIVRO D-015 FOLHA 098 TERMO 002934
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.934
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: HENRIQUE DOS SANTOS ANDRADE, de nacionalidade brasileira, de profissão Design gráfico, de estado civil divorciado, natural de Ariquemes, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 08 de junho de 1995, residente e domiciliado na Alameda Juriti, 1115, Setor 02, em Ariquemes, Estado de Rondônia, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.707.782-09, filho de JAYNE JÚLIO ANDRADE FILHO e de FRANCILENE INÁCIO SANTOS MATIAS; e FABÍOLA MARTINS NEPONUCENO de nacionalidade Brasileira, de profissão

Design de Sobrancelha, de estado civil divorciada, natural de Ariquemes, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 16 de março de 1997, residente e domiciliada na Alameda Juriti, 1115, Setor 02, em Ariquemes, Estado de Rondônia, inscrita no CPF/MF sob o nº 984.285.862-68, filha de AILTON NEPONUCENO DOS SANTOS e de VILMA MARTINS COSTA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuará a adotar o nome de HENRIQUE DOS SANTOS ANDRADE e a contraente continuará a adotar o nome de FABÍOLA MARTINS NEPONUCENO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Ariquemes-RO, 04 de janeiro de 2023.
Jose Guilherme Duarte Costa
Escrevente Autorizado

LIVRO D-015 FOLHA 099 TERMO 002935
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.935
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: PEDRO LISBOA LOPES FILHO, de nacionalidade brasileiro, de profissão Pedreiro, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 27 de dezembro de 1983, residente e domiciliado à Rua B, 503, Monte Cristo II, em Ariquemes, Estado de Rondônia, inscrito no CPF/MF sob o nº 774.916.372-72, filho de PEDRO LISBOA LOPES e de MARIA MADALENA DO NASCIMENTO LOPES; e ROSANA DOS SANTOS PEREIRA de nacionalidade Brasileira, de profissão copeira, de estado civil solteira, natural de Jaru, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 21 de outubro de 1984, residente e domiciliada à Rua B, 503, Monte Cristo II, em Ariquemes, Estado de Rondônia, inscrita no CPF/MF sob o nº 002.688.492-50, filha de CLAÚDIO PEREIRA e de ELIZABETI DOS SANTOS.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuará a adotar o nome de PEDRO LISBOA LOPES FILHO e a contraente continuará a adotar o nome de ROSANA DOS SANTOS PEREIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Ariquemes-RO, 04 de janeiro de 2023.
Jose Guilherme Duarte Costa
Escrevente Autorizado

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: ARIQUEMES
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE ARIQUEMES
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE ARIQUEMES ESTADO DE RONDÔNIA DR MARCELO LESSA DA SILVA - TABELIÃO DE PROTESTO RUA FORTALEZA, N 2178 - SETOR 03 - CEP 76870-505, FONE: (69) 3535-4155
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ariquemes/RO, localizado na Rua: Fortaleza, 2178 - Setor 03, nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ADALTO BIELINKI CPF/CNPJ: 755.470.152-53 Protocolo: 213764 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: ALEX ALMEIDA LOPES CPF/CNPJ: 666.986.002-10 Protocolo: 214039 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: ANDRESSA SOUZA LIMA CPF/CNPJ: 552.580.342-91 Protocolo: 213985 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: DIEGO APARECIDO SANTOS LIMA CPF/CNPJ: 012.182.012-23 Protocolo: 214105 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: DIVINO ALVES DE SOUZA CPF/CNPJ: 080.744.101-53 Protocolo: 214082 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: DIVINO ALVES DE SOUZA CPF/CNPJ: 080.744.101-53 Protocolo: 214079 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: EVANILDO FLORIANO DA SILVA CPF/CNPJ: 421.229.612-87 Protocolo: 214095 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: F G SALINAS COMERCIO VAREJISTA DE PRO CPF/CNPJ: 40.413.253/0001-01 Protocolo: 214004 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: FIORE COMERCIO DO VESTUARIO EIRELI CPF/CNPJ: 32.135.989/0001-37 Protocolo: 214029 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: GETULIO DOS REIS ALMEIDA CPF/CNPJ: 014.994.342-35 Protocolo: 213668 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: HELOISA NOVAIS DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 509.144.992-20 Protocolo: 214102 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: J S FILGUEIRAS DOS ANJOS EIRELI ME CPF/CNPJ: 20.665.233/0001-10 Protocolo: 214008 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: JAMEX INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE CPF/CNPJ: 33.073.549/0001-65 Protocolo: 214092 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: JOSE CARLOS SANTOS CPF/CNPJ: 420.846.792-49 Protocolo: 213995 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: JOSE MARIA MIRANDA NAZARETH CPF/CNPJ: 062.257.802-20 Protocolo: 213990 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: KATIA DIAS DE AZEVEDO SOARES CPF/CNPJ: 033.324.212-20 Protocolo: 213980 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: LISLIE DE CASSIA CORREA VIELMO CPF/CNPJ: 967.037.920-20 Protocolo: 213928 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: LUIZ MACHADO DE LIMA CPF/CNPJ: 293.871.592-72 Protocolo: 213724 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: LUIZA DE MORAIS CPF/CNPJ: 674.788.672-00 Protocolo: 214110A Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023

Devedor: MADEIREIRA SELVA NORTE LTDA CPF/CNPJ: 12.594.296/0001-03 Protocolo: 213533 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: MCC MONTE CRISTO CONSTRUCOES LTDA CPF/CNPJ: 05.646.969/0001-58 Protocolo: 213811 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: MICHELE SOUZA LIMA CPF/CNPJ: 029.400.472-60 Protocolo: 213983 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: MICHELE SOUZA LIMA CPF/CNPJ: 029.400.472-60 Protocolo: 213981 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: MICHELE SOUZA LIMA CPF/CNPJ: 029.400.472-60 Protocolo: 213984 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: MICHELE SOUZA LIMA CPF/CNPJ: 029.400.472-60 Protocolo: 213982 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: MONICA DE SOUZA ALBUQUERQUE CPF/CNPJ: 516.348.302-10 Protocolo: 213685 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: ROSELY LIMA GOMES CPF/CNPJ: 590.238.722-15 Protocolo: 213986 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: RUBENS BARBOZA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 546.537.629-53 Protocolo: 214081 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: VINICIUS SOUZA LIMA CPF/CNPJ: 036.002.572-26 Protocolo: 213987 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: YOLANDA DO ROSARIO SERRA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 990.206.459-00 Protocolo: 214110 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 09:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Ariquemes-RO, 05 de Janeiro de 2023 KAWAN JEFERSON PEREIRA SAMPAIO TABELIÃO SUBSTITUTO

COMARCA DE CACOAL

1° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
DA COMARCA DE CACOAL - ESTADO DE RONDÔNIA
Shelley Mieko Romio Borges – Registradora Interina
Avenida Dois de Junho, 2640, Centro – Cacoal - RO
CEP. 76.963-854 – Fone (69) 3180-0722
E-mail: notas_cacoal@tjro.jus.br
Livro D-061 Folhas: 015 Termo: 022145
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 22.145
Matrícula
096313 01 55 2023 6 00061 015 0022145 96
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: *.*
MARCIANO INHANCE, de nacionalidade brasileira, diarista, solteiro, natural de Cacoal, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 11 de março de 1999, residente e domiciliado na Linha 12, Gleba 12, Lote 32, PT 46, S/N, Zona Rural, neste Município de Cacoal, Estado de Rondônia, CEP: 76.968-899, filho de SAMUEL INHANCE e de ELVIRA HAESE INHANCE, continuará a adotar o nome de MARCIANO INHANCE; e .*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.
ROBERTA FERREIRA FURTADO, de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Ariquemes, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 17 de abril de 2006, residente e domiciliada na Rua Pastor Heleno Jose de Oliveira, 1625, Bairro Vila Verde, nesta Cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, CEP: 76.960-368, filha de JOSÉ RIBAMAR FURTADO e de CLAUDIANE FERREIRA DA SILVA FURTADO, continuará a adotar no nome de ROBERTA FERREIRA FURTADO. *.*
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta Serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br). *.*
Cacoal-RO, 04 de janeiro de 2023.
Kadiel Cavalcante Martins
Registrador Substituto

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
DA COMARCA DE CACOAL - ESTADO DE RONDÔNIA
Shelley Mieko Romio Borges – Registradora Interina
Avenida Dois de Junho, 2640, Centro – Cacoal - RO
CEP. 76.963-854 – Fone (69) 3180-0722
E-mail: notas_cacoal@tjro.jus.br
Livro D-061 Folhas: 014 Termo: 022144
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 22.144
Matrícula
096313 01 55 2023 6 00061 014 0022144 98
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: *.

EDSON GOMES ALVES, de nacionalidade brasileira, autônomo, divorciado, natural de Ataléia, Estado de Minas Gerais, onde nasceu no dia 08 de setembro de 1970, residente e domiciliado na Avenida Nações Unidas, 2283, Fundos, Bairro Princesa Isabel, nesta Cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, CEP: 76.964-019, filho de JOÃO GOMES ALVES e de GENI GOMES PAIXÃO, continuará a adotar o nome de EDSON GOMES ALVES; e.*.
LUCINEIA FERREIRA DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, do lar, divorciada, natural de Mirassol d'Oeste, Estado do Mato Grosso, onde nasceu no dia 20 de abril de 1972, residente e domiciliada na Rua Capitão Rui Teixeira, 1920, Bairro Jardim Bandeirantes, nesta Cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, CEP: 76.961-842, filha de FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA e de TEREZA FERREIRA DE SOUZA, continuará a adotar no nome de LUCINEIA FERREIRA DE SOUZA. *.....*.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta Serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br). *.....*
Cacoal-RO, 04 de janeiro de 2023.
Kadiel Cavalcante Martins
Registrador Substituto

2° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

Estado de Rondônia
Município e Comarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2289 - Bairro Centro - (69)-3441-4269 -
cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula 095794 01 55 2022 6 00027 079 0002279 62
Faço saber que pretendem casar-se os contraentes: WESLEY JUNIO ROCHA DOS SANTOS, de nacionalidade brasileiro, fisioterapeuta, solteiro, natural de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia 17 de outubro de 1994, residente e domiciliado Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de WESLEY JUNIO ROCHA DOS SANTOS, filho de Julio Cesar Gonçalves dos Santos e de Maria Laerce Rocha; e BETÂNIA MOREIRA VALERIANO, de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 09 de agosto de 2002, residente e domiciliada em Cacoal-RO, continuou a adotar no nome de BETÂNIA MOREIRA VALERIANO, filha de João Antão Valeriano e de Vera Lucia Tavares Moreira Valeriano. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: CACOAL
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE CACOAL
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE CACOAL ESTADO DE RONDÔNIA MARIA JULIETA RAGNINI - TABELIÃ DE PROTESTO RUA SÃO LUIZ, nº 1064, CENTRO, CEP 76963-884, FONE: (69) 3441-4985 ou (69) 98449-4985
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o 1º Tabelionato de Protesto de Cacoal/RO, localizado na Rua São Luiz, nº 1064 Centro, Cacoal-RO, CEP 76963-884, Tel (69) 3441-4985 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: HERCULES SILVA DE MELO CPF/CNPJ: 063.131.032-03
Protocolo: 54088
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

Devedor: PABLO ALVES DE CASTRO CPF/CNPJ: 017.219.262-59
Protocolo: 54149
Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023

Devedor: ANDREIA GREGIANINI CPF/CNPJ: 007.934.622-74
Protocolo: 54155
Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023

Devedor: GIOVANA PRETTI GIOVANI CPF/CNPJ: 860.217.022-04
Protocolo: 54156
Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023

Devedor: LUIZ CARLOS ARTIGAS CPF/CNPJ: 569.946.302-00
Protocolo: 54161
Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023

Devedor: LUIZ CARLOS ARTIGAS CPF/CNPJ: 569.946.302-00
Protocolo: 54162
Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato de segunda a sexta feira 9:00 às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Cacoal-RO, 09 de Janeiro de 2023 NAYARA RAGNINI BERNARDO TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA DE CEREJEIRA

CEREJEIRAS

COMARCA: CEREJEIRAS
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE CEREJEIRAS
ÚNICO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS, REGISTRO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE CEREJEIRAS ESTADO DE RONDÔNIA CARLOS ROBERTO SOARES MELO - TABELIÃO DE PROTESTO RUA PORTUGAL, 2.229, CENTRO - FONE: (69)3342-2440 E-MAIL: CRSMCEREJEIRAS@GMAIL.COM
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 230/2022 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Cerejeiras-RO, localizado na Rua Portugal, 2.229, Centro - Fone: (69)3342-2440 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: CEREJEIRAS TINTAS LTDA CPF/CNPJ: 30.297.457/0001-70 Protocolo: 79362 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: CEREJEIRAS TINTAS LTDA CPF/CNPJ: 30.297.457/0001-70 Protocolo: 79361 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: CEREJEIRAS TINTAS LTDA CPF/CNPJ: 30.297.457/0001-70 Protocolo: 79356 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: CLEYTON M. DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 33.507.210/0001-20 Protocolo: 79354 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: D S LASCOLA CPF/CNPJ: 43.631.534/0001-29 Protocolo: 79357 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: J. M. DA SILVA COMERCIO E SERVICOS CPF/CNPJ: 26.853.296/0001-87 Protocolo: 79353 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: JUNIOR CEZAR SECUNDO LIMA CPF/CNPJ: 29.691.824/0001-37 Protocolo: 79360 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: LUCIA BOIKO CPF/CNPJ: 929.606.939-49 Protocolo: 79359 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: MARILAINE SILVA MOREIRA CPF/CNPJ: 878.104.682-00 Protocolo: 79355 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: MUSTACHE CROCE LTDA CPF/CNPJ: 63.775.076/0001-09 Protocolo: 79363 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: VESKCAR FUNILARIA E PINTURA LTDA CPF/CNPJ: 36.932.914/0001-38 Protocolo: 79358 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 08:00 hs às 16:00 hs, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Cerejeiras-RO, 05 de Janeiro de 2023 JOSYANNE DE OLIVEIRA SILVA ESCREVENTE AUTORIZADA

CORUMBIARA

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.536
095752 01 55 2023 6 00003 298 0001536 28
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
EIDIMAR FELIPE BATISTA DE OLIVEIRA e NICOLE BIANCA SARMENTO PEGO,
Ele, de nacionalidade brasileira, operador da máquinas agrícolas, solteiro, natural de Cerejeiras-RO, onde nasceu no dia 15 de abril de 2001, residente e domiciliado à Rua Pedro Alvares Cabral, 2110, Distrito de Vitória da União, em Corumbiara-RO, CEP: 76.995-000, filho de APARECIDO JOSÉ DE OLIVEIRA e de ISABEL BATISTA FERREIRA DE OLIVEIRA;
Ela, de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia 05 de novembro de 2005, residente e domiciliada à Rua Pedro Alvares Cabral, 2110, Distrito de Vitória da União, em Corumbiara-RO, CEP: 76.995-000, filha de VANI LUIZ PEGO SARMENTO e de VALQUÍRIA DE CARVALHO SARMENTO PEGO.
Faço saber ainda que o regime adotado é o de Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Corumbiara-RO, 05 de janeiro de 2023.

PIMENTEIRAS

LIVRO D-001 FOLHA 105 TERMO 000105
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 105
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
VERGILIO THEREZA DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, de profissão aposentado, de estado civil viúvo, natural de Afonso Claudio-ES, onde nasceu no dia 24 de junho de 1940, residente e domiciliado na Localidade Linha 11, km 4, s/n, zona rural, em Pimenteiras do Oeste-RO, CEP: 76.999-000, , filho de AUGUSTO THEREZA DA SILVA e de RICARDA MARIA DA SILVA; e ODETE FELICIO DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão aposentada, de estado civil viúva, natural de Nova Venécia-ES, onde nasceu no dia 07 de junho de 1948, residente e domiciliada na Localidade Linha 11, km 4, s/n, zona rural, em Pimenteiras do Oeste-RO, CEP: 76.999-000, , filha de PEDRO CLAUDIO FELICIO e de MARIA DORCELINA FELICIO.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, inciso II do Código Civil Brasileiro. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de VERGILIO THEREZA DA SILVA e a contraente continuou a adotar o nome de ODETE FELICIO DOS SANTOS
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Pimenteiras do Oeste- RO, 04 de janeiro de 2023.
Hêmily Rocha Zeferino
Oficial Substituta
Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de Pimenteiras do Oeste-RO
Contato: (069) 9 9222-6177 / 9 8117-6092

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

COLORADO DO OESTE

LIVRO D-003 FOLHA 142 TERMO 001172
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.172
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: LÉO QUERUBIM DE JESUS, de nacionalidade brasileiro, auxiliar de serviços gerais, solteiro, natural de Cabixi-RO, onde nasceu no dia 10 de abril de 2002, residente e domiciliado na Localidade Linha Eixo 01, Km 4, Rumo Colorado, Zona Rural, em Cabixi-RO, CEP: 76.994-000, filho de Romildo Alves de Jesus e de Ivanete da Silva Querubim; e LAURA KAUANY PENGA DA SILVA de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Cabixi-RO, onde nasceu no dia 04 de junho de 2006, residente e domiciliada na Localidade Linha 08, Km 8, Rumo Escondido, Zona Rural, em Cabixi-RO, CEP: 76.994-000, filha de José Santana da Silva e de Elidiane Aparecida Penga da Silva. E passando ela assinar LAURA KAUANY PENGA DA SILVA QUERUBIM, e passando ele assinar LÉO QUERUBIM DE JESUS PENGA. Foi adotado o regime de Comunhão Parcial de Bens. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Cabixi-RO, 04 de janeiro de 2023.
Rodrigo Piola Schoffer
Tabelião Interino

COMARCA: COLORADO DO OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE COLORADO DO OESTE
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DE COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA NAFÉ DE JESUS DE OLIVEIRA - TABELIÃO DE PROTESTO AV. RIO NEGRO, Nº 4072, CENTRO, LOJA 2, FONE: (69) 3341-1177/98494-9790 E-MAIL: protestocolorado@hotmail.com
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Colorado Do Oeste-RO, localizado na Av. Rio negro, nº 4072, Centro, loja 2, Fone: (69) 3341-1177 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: FRANCINETE SANTOS DE JESUS CPF/CNPJ: 066.897.632-26 Protocolo: 80255 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
Devedor: JOAO VICTOR AMORIM CPF/CNPJ: 008.954.002-60 Protocolo: 80247 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
Devedor: JOYCEQUEDES PEREIRA ALVES CPF/CNPJ: 002.937.292-55 Protocolo: 80248 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
Devedor: THIAGO RODRIGUES RECO CPF/CNPJ: 031.226.762-22 Protocolo: 80245 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
Devedor: THIAGO RODRIGUES RECO CPF/CNPJ: 031.226.762-22 Protocolo: 80246 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
Devedor: VALDIR RAMOS DE SOUZA CPF/CNPJ: 088.880.208-02 Protocolo: 80239 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
Devedor: VANUZA FELIX DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 37.058.223/0001-10 Protocolo: 80256 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Colorado Do Oeste-RO, 04 de Janeiro de 2023
ZEQUIEL GONCALVES DE OLIVEIRA ESCREVENTE AUTORIZADO

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

ESPIGÃO D´OESTE

COMARCA: ESPIGÃO D'OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE ESPIGÃO D'OESTE
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE ESPIGÃO D`OESTE ESTADO DE RONDÔNIA HÉLIO KOBAYASHI - TABELIÃO DE PROTESTO RUA INDEPENDÊNCIA, ESQ CEARÁ, Nº 2169, CENTRO TELEFONE: (69) 3481-2539 (WhatsApp)
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Espigão D'Oeste-RO, localizado na Rua Independência, Esq. Ceará, Nº 2169, Espigão D`Oeste-RO, CEP 76974000 Tel. (69) 3481-2539 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: JUVELINO MUNIZ PROCHNOW CPF/CNPJ: 986.829.542-49
Protocolo: 20902
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

Devedor: ELESANDRA SILVA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 895.219.432-20
Protocolo: 20927
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

Devedor: WAGNER CIPRIANO DE LIMA CPF/CNPJ: 039.710.892-32
Protocolo: 20931
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

Devedor: EDIVAGNER JANUARIO DA SILVA ME CPF/CNPJ: 04.296.799/0001-66
Protocolo: 20935
Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato de segunda a sexta feira 08:00 às 16:00 horas, para efetuar(em) o pagamento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Espigão D'Oeste-RO, 05 de Janeiro de 2023 HÉLIO KOBAYASHI TABELIÃO DE PROTESTO

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

LIVRO D-016 FOLHA 174 TERMO 008424
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 8.424
095844 01 55 2022 6 00016 174 0008424 54
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: RANSÉS PEREIRA MERCADO e MÁRCIA MORAES SANTIAGO DA SILVA. Ele, de nacionalidade brasileiro, construtor civil, divorciado, portador do RG n° 1214106/SESDEC/RO - Expedido em 03/09/2010, CPF/MF n° 017.329.982-21, natural de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia 18 de janeiro de 1995, residente e domiciliado à Av. Balbino Maciel, 2830, Santa Luzia, em Guajará-Mirim-RO, CEP: 76.850-000, filho de RIVALDO NORONHA MERCADO e de SILVANA PEREIRA DA COSTA. Ela, de nacionalidade brasileira, vendedora, viúva, portador do RG n° 761262/SESDEC/RO - Expedido em 29/09/2000, CPF/MF n° 723.274.992-91, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 10 de fevereiro de 1982, residente e domiciliada à Av. Balbino Maciel, 2630, Santa Luzia, em Guajará-Mirim-RO, CEP: 76.850-000, filha de JOSÉ SALACIÉ SANTIAGO e de MARINA MORAES SANTIAGO. O regime de bens do casamento dos pretendentes será o de Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, inciso I do Código Civil Brasileiro. Que após o casamento, o declarante, continuará a adotar o nome de RANSÉS PEREIRA MERCADO. Que após o casamento, a declarante, passará a adotar o nome de MÁRCIA MORAES SANTIAGO DA SILVA PEREIRA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume. Guajará-Mirim-RO, 29 de dezembro de 2022.

COMARCA DE JARU

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

EDITAL DE PROCLAMAS
MATRíCULA 095935 01 55 2023 6 00011 123 0003249 81
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Art 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ADRIANO JOSÉ MONTALVÃO DE LARA e CLEDIOVALDA INÁCIO DA SILVA. ELE, o contraente, é solteiro, com trinta e nove (39) anos de idade, nacionalidade brasileiro, profissão vendedor, natural de Cáceres-MT, nascido aos vinte e três dias do mês de março do ano de um mil e novecentos e oitenta e três (23/03/1983), residente e domiciliado na nRua 15 de Novembro, n° 1576, bairro Alto Alegre, em Urupá-RO, endereço eletrônico: declarou não possuir endereço eletrônico, filho de ALCY SEBASTIÃO DE LARA e de FRANCELINA MONTALVÃO, brasileiros, casados, ele natural de Cáceres /MT, nascido no dia 15/07/1962, assessor parlamentar, ela natural de Paranapuã /SP, nascida no dia 02/09/1960, aposentada, residentes e domiciliados na Rua Guimarães Rosa, n° 4560, bairro Centro, em Alvorada D'Oeste/RO. ELA, a contraente, é divorciada, com trinta e um (31) anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão agente de serviço escolar, natural de de Ji Paraná-RO, nascida aos oito dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e noventa e um (08/07/1991), residente e domiciliada na na Rua 15 de Novembro, nº 1576, Bairro Alto alegre, em Urupá-RO, endereço eletrônico: declarou não possuir endereço eletrônico, filha de SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA e de LEOPOLDINA INÁCIO DA SILVA, ele falecido em Alvorada D'Oeste/RO em 18/01/2008, era natural de São José do Divino/MG, ela brasileira, casada, natural de Aranha /MG, nascida no dia 08/11/1957, aposentada, residente e domiciliada na Rua 15 de Novembro, s/n, bairro Alto Alegre, em Urupá /RO. Eles, após o casamento, passaram a usar os nomes: ADRIANO JOSÉ MONTALVÃO DE LARA e CLEDIOVALDA INÁCIO DA SILVA. Pretendem adotar o regime da Comunhão Parcial de Bens. SE ALGUÉM SOUBER DE ALGUM IMPEDIMENTO, OPONHA-O NA FORMA DA LEI. LAVRO O PRESENTE PARA SER FIXADO NESTA SERVENTIA NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (www.tjro.jus.br).
Urupá-RO, 04 de janeiro de 2023.
Nayara Vieira Januth
Escrevente Autorizada

LIVRO D-058 FOLHA 137 TERMO 019420
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 19.420
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JHONATHAN DOS ANJOS PEREIRA, de nacionalidade brasileiro, Auxiliar de Garantia, solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 19 de junho de 1997, residente e domiciliado à Rua Afonso José, 2103, Setor 04, em Jaru-RO, CEP: 76.890-000, , filho de EDEÍLTO FRANCISCO PEREIRA e de SINÉIA DOS ANJOS; e TIFFANYR ZACARIAS SILVA de nacionalidade brasileira, Do Lar, solteira, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 05 de julho de 1999, residente e domiciliada à Rua Afonso José, 2103, Setor 04, em Jaru-RO, CEP: 76.890-000, , filha de DEJAIR FERREIRA DA SILVA e de ELISANGELA ZACARIAS, determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens.
Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de JHONATHAN DOS ANJOS PEREIRA.
Que após o casamento, a declarante, continuou a adotar o nome de TIFFANYR ZACARIAS SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume deste Ofício e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br - Provimento 007/2011-CG).
Jaru-RO, 04 de janeiro de 2023.
Elza dos Santos Lacerda
Oficiala e Tabeliã

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: JARU
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE JARU
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE JARU ESTADO DE RONDÔNIA ANA ANGÉLICA DOS SANTOS MELQUISEDEC - TABELIÃ DE PROTESTO Rua Rio de Janeiro, 3135, Sala 1, Galeria Florata, Setor 2, Jaru-RO, CEP 7689000 Tel. (69)3521-6495
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Jaru-RO, localizado na Rua Rio de Janeiro, 3135, Sala 1, Galeria Florata, Setor 2, Jaru-RO, CEP 7689000 Tel. (69)3521-6495 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: ELTEC AUTOMACAO LTDA CPF/CNPJ: 35.542.789/0001-97
Protocolo: 204264
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

Devedor: E DA SILVA MARTINS CPF/CNPJ: 32.724.342/0001-40
Protocolo: 204268
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato de segunda a sexta feira das 9 às 15 horas, para efetuar(em) o pagamento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Jaru-RO, 05 de Janeiro de 2023 ANA ANGÉLICA DOS SANTOS MELQUISEDEC TABELIÃ DE PROTESTO

TARILÂNDIA

LIVRO D-006
FOLHA 002
TERMO 001978
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.978
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GILBERTO CLÁUDIO DE OLIVEIRA e ANA GONÇALVES DA SILVA.
ELE, natural de Ibicaba-ES, nascido em 21 de julho de 1969, profissão agricultor, estado civil divorciado, residente e domiciliado na linha 625, km 60, lt 102, gl 74, neste Distrito de Tarilândia, em Jaru-RO, CEP: 76.897-890, filho de JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA e de TEREZINHA HELENA DE OLIVEIRA.
ELA, natural de Teófilo Otoni-MG, nascida em 02 de maio de 1952, profissão agricultora, estado civil solteira, residente e domiciliada na linha 625, km 60, lt 102, gl 74, neste Distrito de Tarilândia, em Jaru-RO, CEP: 76.897-890, filha de JOSÉ GONÇALVES PEREIRA e de ROSA PACHECO DA SILVA. O regime de bens adotado pelos pretendentes é o de Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, inciso II do Código Civil Brasileiro. O contraente, continuou a adotar o nome de GILBERTO CLÁUDIO DE OLIVEIRA e a contraente, continuou a adotar o nome de ANA GONÇALVES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Tarilândia - Jaru-RO, 04 de janeiro de 2023.
Daiane Aparecida Domingos Vieira Minella
Tabeliã Substituta

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

OURO PRETO DO OESTE

COMARCA: OURO PRETO DO OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE OURO PRETO DO OESTE
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE OURO PRETO DO OESTE ESTADO DE RONDÔNIA MARIA ELIZABETH DIAS FERREIRA - TABELIÃ DE PROTESTO Av. Daniel Comboni, 1338 B, União, Ouro Preto do Oeste-RO, CEP 76920000 Tel. (69)3461-3866
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ouro Preto Do Oeste-RO, localizado na Av. Daniel Comboni, 1338 B, União, Ouro Preto do Oeste-RO, CEP 76920000 Tel. (69)3461-3866 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: ALICE HERLLEN SILVEIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 016.054.392-40
Protocolo: 165551
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

Devedor: MARCIA CARVALHO GIL CPF/CNPJ: 716.518.882-72
Protocolo: 165552
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato de segunda a sexta feira 09:00 às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Ouro Preto Do Oeste-RO, 05 de Janeiro de 2023 ANA PAULA ALVES DA SILVA ESCREVENTE AUTORIZADA

COMARCA DE PIMENTA BUENO

PIMENTA BUENO

COMARCA: PIMENTA BUENO
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE PIMENTA BUENO
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE PIMENTA BUENO ESTADO DE RONDÔNIA ARACI MENDES DE BRITO LIMA - TABELIÃ DE PROTESTO Avenida Rotary Clube, 581 - Pioneiros - Pimenta Bueno, CEP 76970000 TEL. (69)3451-2869 EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Tabelionato de Protesto de Pimenta Bueno/RO, localizado na Av. Presidente Dutra, 582, Sala E, Pioneiro, Pimenta Bueno, CEP 76970000 Tel. (69)3451-2869 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: PANTANO & PANTANO LTDA ME CPF/CNPJ: 07.422.872/0001-97
Protocolo: 262314
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato de segunda a sexta feira 09:00 às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Pimenta Bueno-RO, 05 de Janeiro de 2023 DEBORA PEREIRA DA ROCHA TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA: PIMENTA BUENO
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE PIMENTA BUENO
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE PIMENTA BUENO ESTADO DE RONDÔNIA ARACI MENDES DE BRITO LIMA - TABELIÃ DE PROTESTO Avenida Rotary Clube, 581 - Pioneiros - Pimenta Bueno, CEP 76970000 TEL. (69)3451-2869 EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Tabelionato de Protesto de Pimenta Bueno/RO, localizado na Av. Presidente Dutra, 582, Sala E, Pioneiro, Pimenta Bueno, CEP 76970000 Tel. (69)3451-2869 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: M.J.DA SIVA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI CPF/CNPJ: 34.399.814/0001-62
Protocolo: 262285
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

Devedor: JOSIEL FREITAS DE SOUZA CPF/CNPJ: 709.862.312-15
Protocolo: 262290
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

Devedor: MARCOS VINICIUS TAVARES ROLIM CPF/CNPJ: 786.332.142-53
Protocolo: 262316
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

Devedor: ADEMIR PEREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 638.658.822-34
Protocolo: 262317
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

Devedor: ADEMIR PEREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 638.658.822-34
Protocolo: 262318
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

Devedor: ZIG ZAG AVIAMENTOS EIRELI CPF/CNPJ: 28.032.733/0001-27
Protocolo: 262319
Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato de segunda a sexta feira 09:00 às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Pimenta Bueno-RO, 05 de Janeiro de 2023 DEBORA PEREIRA DA ROCHA TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA: PIMENTA BUENO
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE PIMENTA BUENO
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE PIMENTA BUENO ESTADO DE RONDÔNIA ARACI MENDES DE BRITO LIMA - TABELIÃ DE PROTESTO Avenida Rotary Clube, 581 - Pioneiros - Pimenta Bueno, CEP 76970000 TEL. (69)3451-2869 EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Tabelionato de Protesto de Pimenta Bueno/RO, localizado na Av. Presidente Dutra, 582, Sala E, Pioneiro, Pimenta Bueno, CEP 76970000 Tel. (69)3451-2869 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: WENDERSON SCHARRA CPF/CNPJ: 310.457.878-84
Protocolo: 262321
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: WELLINGTON KRAMER DA SILVA CPF/CNPJ: 043.061.972-39
Protocolo: 262322
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: VISUAL PALACE HOTEL LTDA CPF/CNPJ: 19.250.714/0001-86
Protocolo: 262323
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: VALMOR INACIO DANTAS CPF/CNPJ: 053.205.094-05
Protocolo: 262324
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: VALERIA RIOS MUNIZ CPF/CNPJ: 005.823.832-85
Protocolo: 262325
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: VAGNER JOSE DE QUEIROZ CPF/CNPJ: 626.315.512-49
Protocolo: 262326
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: TRISSIA CAROLINE RAMOS TOME DE QUEIROZ CPF/CNPJ: 21.929.487/0001-61
Protocolo: 262327
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: SELMO RODRIGUES GUIMARAES CPF/CNPJ: 31.876.313/0001-31
Protocolo: 262328
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: SARA ALMEIDA ALBUQUERQUE CPF/CNPJ: 086.684.432-59
Protocolo: 262329
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ROSEMILDO GUEDES MACHADO CPF/CNPJ: 011.381.522-00
Protocolo: 262330
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ROSEMILDO GUEDES MACHADO CPF/CNPJ: 011.381.522-00
Protocolo: 262331
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: RAFAELA ROSA MARTINS CPF/CNPJ: 037.326.822-00
Protocolo: 262332
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: NATHALIA BORGES FEITOSA CPF/CNPJ: 046.740.912-92
Protocolo: 262333
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARTA FAGUNDES DA SILVA CPF/CNPJ: 031.297.602-02
Protocolo: 262334
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARLON OLIVEIRA DE SOUZA CPF/CNPJ: 014.564.862-17
Protocolo: 262335
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARIA MARTHA DA CONCEICAO CPF/CNPJ: 242.116.992-53
Protocolo: 262336
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARIA DA PENHA NUNES PEREIRA CPF/CNPJ: 313.005.962-87
Protocolo: 262337
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARIA APARECIDA BARRETO DA SILVA CPF/CNPJ: 060.311.851-80
Protocolo: 262338
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARIA APARECIDA BARRETO DA SILVA CPF/CNPJ: 060.311.851-80
Protocolo: 262339
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARIA APARECIDA AUGUSTO SATHLER CPF/CNPJ: 794.127.266-00
Protocolo: 262340
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARCOS LUIZ DOS SANTOS CPF/CNPJ: 602.044.432-53
Protocolo: 262341
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARCIO NECKEL CPF/CNPJ: 013.051.322-97
Protocolo: 262342
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARCELO CALAURO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 026.478.332-81
Protocolo: 262343
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MAIDSON GONCALVES FERREIRA CPF/CNPJ: 037.787.562-73
Protocolo: 262344
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MAGNO DOS PASSOS SILVA CPF/CNPJ: 732.989.992-53
Protocolo: 262345
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MAGNO DOS PASSOS SILVA CPF/CNPJ: 732.989.992-53
Protocolo: 262346
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: LUCIMAR BRISOLA DA SILVA CPF/CNPJ: 008.403.082-80
Protocolo: 262347
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: LUCIANA MORAIS BATISTA CPF/CNPJ: 829.794.132-91
Protocolo: 262348
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: LUCAS SOARES PAZ FILHO CPF/CNPJ: 001.083.352-83
Protocolo: 262349
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: LIANA AGUIAR DA SILVA CPF/CNPJ: 043.312.742-25
Protocolo: 262350
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: LIANA AGUIAR DA SILVA CPF/CNPJ: 043.312.742-25
Protocolo: 262351
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: KATIA REGINA SILVA GUERCON CPF/CNPJ: 040.470.072-18
Protocolo: 262352
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: JOSIAS FERNANDES DA SILVA CPF/CNPJ: 004.755.862-80
Protocolo: 262353
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: JEFFERSON EDUARDO RUDEK JUNIOR CPF/CNPJ: 057.898.942-59
Protocolo: 262354
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: JOEL BISPO DA SILVA CPF/CNPJ: 563.871.802-87
Protocolo: 262355
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: GLEICIANE COSTA DOS SANTOS RIBEIRO CPF/CNPJ: 21.304.379/0001-01
Protocolo: 262356
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: FERNANDA CORREA DE ARAUJO SILVA CPF/CNPJ: 879.646.862-91
Protocolo: 262357
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: JOHNI ROBERTO DA SILVA AVILA CPF/CNPJ: 854.911.362-04
Protocolo: 262358
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ENOAN LUCAS MALIKOUSKI DA SILVA CPF/CNPJ: 039.548.442-14
Protocolo: 262359
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: JOEL BISPO DA SILVA CPF/CNPJ: 563.871.802-87
Protocolo: 262360
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ENOAN LUCAS MALIKOUSKI DA SILVA CPF/CNPJ: 039.548.442-14
Protocolo: 262361
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: JHEIME ROBERTO CAMILLO SILVA CPF/CNPJ: 059.178.312-62
Protocolo: 262362
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ABEL PADILHA DE LIMA CPF/CNPJ: 29.427.740/0001-90
Protocolo: 262363
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: CLAUDINEI CERQUEIRA BATISTA CPF/CNPJ: 035.516.901-03
Protocolo: 262364
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ENOAN LUCAS MALIKOUSKI DA SILVA CPF/CNPJ: 039.548.442-14
Protocolo: 262365
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ENOAN LUCAS MALIKOUSKI DA SILVA CPF/CNPJ: 039.548.442-14
Protocolo: 262366
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: AURI MARIA GRZEGOZEWSKI DE LIMA CPF/CNPJ: 000.793.992-23
Protocolo: 262367
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ELIAS SOUZA CPF/CNPJ: 835.093.052-72
Protocolo: 262368
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: EDIONI EIDANS FARIAS CPF/CNPJ: 014.410.732-56
Protocolo: 262369
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ANTONIO CESAR AMORIM DE LIMA CPF/CNPJ: 580.958.532-91
Protocolo: 262370
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ANTONIO ALEXANDRE SILVA ALVES CPF/CNPJ: 542.044.452-68
Protocolo: 262371
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ANDERSON VITORINO FERREIRA CPF/CNPJ: 756.409.022-72
Protocolo: 262372
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: DULCINEIA SMARSARO CPF/CNPJ: 989.720.732-53
Protocolo: 262373
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: DULCINEIA SMARSARO CPF/CNPJ: 989.720.732-53
Protocolo: 262374
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ABEL PADILHA DE LIMA CPF/CNPJ: 29.427.740/0001-90
Protocolo: 262375
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: DAIANE RAFAEL SALTON CPF/CNPJ: 035.765.192-89
Protocolo: 262376
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: BRUNA DA CRUZ FERREIRA CPF/CNPJ: 010.165.182-18
Protocolo: 262377
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ARTEMISA MESQUITA SOARES CPF/CNPJ: 019.481.191-37
Protocolo: 262378
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ALLAN OLIVEIRA PINTO CIRINO CPF/CNPJ: 061.777.971-64
Protocolo: 262379
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: VALDIRENE SEZE CPF/CNPJ: 894.967.361-49
Protocolo: 262380
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: VALDIRENE SEZE CPF/CNPJ: 894.967.361-49
Protocolo: 262381
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: BEATRIZ BORGES MELO CARDOSO CPF/CNPJ: 958.006.382-68
Protocolo: 262382
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ROSEMEIRE DE BITTENCOURT DOS SANTOS CPF/CNPJ: 037.863.241-82
Protocolo: 262383
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ITALO DA SILVA LEAL CPF/CNPJ: 066.575.151-62
Protocolo: 262384
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: FELIPE PEREIRA DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 038.244.871-52
Protocolo: 262385
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: P DE SOUZA SERVICOS CPF/CNPJ: 20.798.613/0001-23
Protocolo: 262386
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: FABIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 044.966.401-55
Protocolo: 262387
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MICHEL DE ANDRADE CPF/CNPJ: 34.510.885/0001-90
Protocolo: 262388
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MICHEL DE ANDRADE CPF/CNPJ: 34.510.885/0001-90
Protocolo: 262389
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: EDUARDA RODRIGUES VARGAS CPF/CNPJ: 034.393.582-16
Protocolo: 262390
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: DANIEL DOS SANTOS SOARES CPF/CNPJ: 754.946.631-91
Protocolo: 262391
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARIA JESSICA SOUZA BORBA GARTNER CPF/CNPJ: 024.047.281-05
Protocolo: 262392
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: LEO KENNEDY BARRETO SOUZA CPF/CNPJ: 129.700.444-20
Protocolo: 262393
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: SELMA SANTOS SOUZA CPF/CNPJ: 781.852.892-04
Protocolo: 262394
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: CRISTIANE BERALDO LUCAS CPF/CNPJ: 722.141.392-49
Protocolo: 262395
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: CICERO MARTINS DA SILVA CPF/CNPJ: 412.506.219-68
Protocolo: 262396
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ALESSANDRO GODOY DA SILVA CPF/CNPJ: 003.514.102-60
Protocolo: 262397
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: ADENILSON DA SILVA CARREIRO CPF/CNPJ: 007.972.872-30
Protocolo: 262398
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: MARIA AUXILIADORA CARDOSO MOTA CPF/CNPJ: 622.843.042-49
Protocolo: 262399
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: LUCAS DA SILVA MARINHO CPF/CNPJ: 042.431.252-28
Protocolo: 262400
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

Devedor: JOSE RODRIGUES BATISTA CPF/CNPJ: 542.916.402-00
Protocolo: 262401
Data Limite Para Comparecimento: 19/01/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato de segunda a sexta feira 09:00 às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Pimenta Bueno-RO, 05 de Janeiro de 2023 DEBORA PEREIRA DA ROCHA TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

ROLIM DE MOURA

COMARCA: ROLIM DE MOURA
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE ROLIM DE MOURA
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE ROLIM DE MOURA ESTADO DE RONDÔNIA SAMUEL LOPES DE CARVALHO JÚNIOR - TABELIÃO DE PROTESTO AV. NORTE SUL, Nº 5963, SALA B, PLANALTO, CEP 76940-000, FONE: (69) 3442-3273
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 3/2023 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Rolim De Moura-RO, localizado na Av. Norte Sul, Nº 5963, Sala B, Planalto, Fone: (69) 3442-3273 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: MUDERNO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS CPF/CNPJ: 38.544.985/0001-99 Protocolo: 45437 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: MATEUS DOS SANTOS SILVA CPF/CNPJ: 012.066.822-05 Protocolo: 45452 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: MARY ROSE COMERCIO DE BIJUTERIAS LTDA CPF/CNPJ: 38.352.678/0001-06 Protocolo: 45490 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: ROCHA PISOS E REVESTIMENTOS LTDA CPF/CNPJ: 43.905.490/0001-88 Protocolo: 45465 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Rolim De Moura-RO, 05 de Janeiro de 2023 SAMUEL LOPES DE CARVALHO JÚNIOR TABELIÃO DE PROTESTO

COMARCA DE VILHENA

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
VILHENA – RONDÔNIA
LIVRO D-049 FOLHA 078 TERMO 016178
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.178
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: ISAQUE ABILIO DE SOUZA SPERANDIO, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de ALBIMAR SPERANDIO e de ENEDINA CANDIDA DE SOUZA; Ela: SUELEN DE MOURA MARCIANO, solteira, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de JOSÉ CARLOS BEZERRA MARCIANO e de APARECIDA DE MOURA SANTOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 28 de dezembro de 2022.
Stephani Raiany de Paula Ramos
Escrevente Autorizada

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
VILHENA – RONDÔNIA
LIVRO D-049 FOLHA 079 TERMO 016179
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.179
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: RONNY KLEY SABINO ZONOECÊ, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de ÉLCIO RODRIGUES ZONOECÊ e de VERADETE SABINO ZONOECÊ; Ela: ELISANGELA MIRANDA FERREIRA, solteira, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de JOÃO MARIA VIEIRA FERREIRA e de CÉLIA DE MIRANDA FERREIRA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 05 de janeiro de 2023.
Stephani Raiany de Paula Ramos
Escrevente Autorizada

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
VILHENA – RONDÔNIA
LIVRO D-049 FOLHA 080 TERMO 016180
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.180
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: GARATI BORGHI, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de AILTON BORGHI e de MARIA LUZIA PEREIRA BORGHI; Ela: THALIA CONSTANTE TESSARO, solteira, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de NILTON CARLOS TESSARO e de MARINEIS CONSTANTE. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 05 de janeiro de 2023.
Stephani Raiany de Paula Ramos
Escrevente Autorizada

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
VILHENA – RONDÔNIA
LIVRO D-049 FOLHA 081 TERMO 016181
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.181
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: ROGÉRIO LINHARES FERREIRA, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de VALDIR MOREIRA FERREIRA e de DERMINDA LINHARES FERREIRA; Ela: REGIANE FERREIRA GOMES, divorciada, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de VALTER GOMES e de REGINA FERREIRA DE LIMA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 05 de janeiro de 2023.
Stephani Raiany de Paula Ramos
Escrevente Autorizada

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
VILHENA – RONDÔNIA
LIVRO D-049 FOLHA 082 TERMO 016182
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.182
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: RONILDO JOSE DOS SANTOS, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS e de ROSELY ESTEVES SANTOS; Ela: QUEROLAINE RIBEIRO, solteira, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de MARIA APARECIDA RIBEIRO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 05 de janeiro de 2023.
Stephani Raiany de Paula Ramos
Escrevente Autorizada

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: VILHENA
ÓRGÃO EMITENTE: 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE VILHENA
VILHENA - ESTADO DE RONDÔNIA 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS GERALDO FLÁVIO MATTER - Tabelião de Protesto Av. Major Amarante, 3191, Centro - fone (69) 3321-3992 cel 98473-5252 - Oi protestovilhena@gmail.com
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Vilhena-RO, localizado na Av. Major Amarante, 3191, Centro - fone(69)3321-3992 cel 98473-5252 - Oi nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ADRIANA LUCIANO NUNES CPF/CNPJ: 672.083.982-91 Protocolo: 514211 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: ANDRE VILELA DA SILVA LIMA CPF/CNPJ: 985.237.832-53 Protocolo: 514248 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: ANDRE VILELA DA SILVA LIMA CPF/CNPJ: 985.237.832-53 Protocolo: 514249 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: CSR TREINAMENTOS SERVICOS E ENGENHARIA L CPF/CNPJ: 20.856.627/0001-56 Protocolo: 514241 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: DEPOSITO DE AREIA SAO JOSE LTDA ME CPF/CNPJ: 11.490.274/0001-22 Protocolo: 514264 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: EFFERSON DA SILVA GALONI CPF/CNPJ: 43.812.822/0001-80 Protocolo: 514236 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: ELIAS DIAS DE SOUZA CPF/CNPJ: 806.151.202-53 Protocolo: 514213 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: GABRIELE BARROS CARRIJO CPF/CNPJ: 352.319.388-58 Protocolo: 514227 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: H GALINA ME CPF/CNPJ: 04.498.575/0001-37 Protocolo: 514245 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: IND. E COM. DE ARGAMASSA ARGAMAZON LT CPF/CNPJ: 04.822.307/0001-29 Protocolo: 514250 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: IND. E COMERCIO ARGAMASSA ARGA CPF/CNPJ: 04.822.307/0001-29 Protocolo: 514221 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: KLINGER NOGUEIRA DA ROCHA CPF/CNPJ: 695.353.022-72 Protocolo: 514262 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: L F ALBACETTE TRANSPORTES CPF/CNPJ: 24.446.447/0001-57 Protocolo: 514259 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: L R BARON E CIA LTDA ME CPF/CNPJ: 13.769.966/0001-30 Protocolo: 514258 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: LEODIR LUIZ HORBACH DE ANDRADE CPF/CNPJ: 928.600.361-72 Protocolo: 514230 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: MERCADO PARECIS COM VAR DE MER DE GEN AL CPF/CNPJ: 21.229.772/0001-70 Protocolo: 514231 - para fins falimentares Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: N S L REPRESENTACOES CPF/CNPJ: 34.961.922/0001-87 Protocolo: 514255 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: N. ZUMAS ME CPF/CNPJ: 10.491.432/0001-04 Protocolo: 514219 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: RAMAR COM.E TRANS LTDA ME CPF/CNPJ: 10.583.791/0001-83 Protocolo: 514265 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: RENATO ZORDAN CPF/CNPJ: 902.359.400-20 Protocolo: 514212 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: RESENHA DISTRIBUIDORA EIRELI CPF/CNPJ: 40.712.157/0001-64 Protocolo: 514243 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: ROGERIO SIDINEI GOLFETTO CPF/CNPJ: 561.097.092-04 Protocolo: 514214 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: SIDNEY ABREU EDUARDO CPF/CNPJ: 715.909.002-00 Protocolo: 514224 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: UANDERSON CARLOS DA SILVA POLLO CPF/CNPJ: 673.232.782-87 Protocolo: 514234 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: V M PINHEIRO TRANSPORTES CPF/CNPJ: 33.427.046/0001-40 Protocolo: 514232 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: V M PINHEIRO TRANSPORTES CPF/CNPJ: 33.427.046/0001-40 Protocolo: 514233 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: VEIGA TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARG CPF/CNPJ: 35.783.845/0001-85 Protocolo: 514252 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 9:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s)
Devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Vilhena-RO, 05 de Janeiro de 2023 GERALDO FLÁVIO MATTER TABELIÃO DE PROTESTO

2º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: VILHENA
ÓRGÃO EMITENTE: 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE VILHENA
2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS MUNCÍPIO DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA DIRLEI HORN - TABELIÃO DE PROTESTO AV. MAJOR AMARANTE, Nº 4119, SALA 204, CENTRO EMP. CAPRA, CENTRO, CEP 76980-075, FONE: (69) 3322-9985 EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Vilhena-RO, localizado na Av. Major Amarante, 4119, Sala 204, Emp. CAPRA Centro - fone(69)3322-9985 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: CARIELI DE CAMPO ORACIO CPF/CNPJ: 009.507.962-98 Protocolo: 87061 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: CLAUDIOMAR SORRILHA SANTOS CPF/CNPJ: 808.456.492-72 Protocolo: 87050 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: CLAUDIVAN GONCALVES DA SILVA CPF/CNPJ: 027.361.451-78 Protocolo: 87067 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: IND COM ARGAM ARGAMAZON LTDA EPP CPF/CNPJ: 04.822.307/0001-29 Protocolo: 87045 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: IND COM ARGAM ARGAMAZON LTDA EPP CPF/CNPJ: 04.822.307/0001-29 Protocolo: 87046 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: IND. E COMERCIO ARGAMASSA ARGA CPF/CNPJ: 04.822.307/0001-29 Protocolo: 87057 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: JAIR NICOLA CPF/CNPJ: 349.532.212-49 Protocolo: 87009 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: JAQUELINE CICHOSKI ASSUMPCAO CPF/CNPJ: 022.308.022-59 Protocolo: 87048 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: LUANA CAROLINE GON ALVES CPF/CNPJ: 015.599.332-16 Protocolo: 87051 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: MACHADO CONSTRUTORA E FERRAMENTAS EIRELI CPF/CNPJ: 40.853.125/0001-89 Protocolo: 87075 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
Devedor: MERCADO PARECIS COM VAR DE MER DE GEN AL CPF/CNPJ: 21.229.772/0001-70 Protocolo: 87012 - para fins falimentares Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: N PEREIRA TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CPF/CNPJ: 12.556.507/0001-05 Protocolo: 87042 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: R DA S OLIVEIRA EIRELI CPF/CNPJ: 30.196.359/0001-47 Protocolo: 87014 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: TERRAPLANAGEM OTTONI LTDA CPF/CNPJ: 06.307.042/0001-56 Protocolo: 87080 Data Limite Para Comparecimento: 10/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato 9:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s)
Devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Vilhena-RO, 05 de Janeiro de 2023 DIRLEI HORN TABELIÃO DE PROTESTO

COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

ALTA FLORESTA D´ OESTE

LIVRO D-024 FOLHA 036 TERMO 006724
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.724
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: BRUNO CESAR DOS SANTOS APOLINÁRIO, de nacionalidade brasileiro, de profissão AGRICULTOR, de estado civil solteiro, natural de Alta Floresta d Oeste-RO, onde nasceu no dia 19 de outubro de 1996, residente e domiciliado na Localidade Linha 47,5 Km 11, s/n, Zona Rural, em Alta Floresta d Oeste-RO, CEP: 76.954-000, , filho de JOÃO CARLOS APOLINÁRIO e de MARIA DA PENHA DOS SANTOS; e FLAVIA DE ABREU TEIXEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão AGENTE ADMINISTRATIVA, de estado civil solteira, natural de Santa Luzia d Oeste-RO, onde nasceu no dia 26 de abril de 2002, residente e domiciliada na Localidade Linha 184 Km 07, s/n, Lado Sul, em Santa Luzia d Oeste-RO, CEP: 76.950-000, , filha de PAULO ROBERTO TEIXEIRA e de AURINHA TEIXEIRA DE

ABREU. Pretendendo-se casar em regime de Comunhão Parcial de Bens. A noiva continuou a assinar FLAVIA DE ABREU TEIXEIRA e o noivo continuou a assinar BRUNO CESAR DOS SANTOS APOLINÁRIO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Recebi o Edital de Proclamas do Oficial do COMARCA DE SANTA LUZIA D OESTE - RO, que foi afixado no Ofício do domicílio e residência da contraente, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.Alta Floresta d Oeste -RO, 04 de janeiro de 2023.
Soraya Maria de Souza
Registradora

LIVRO D-024 FOLHA 035 TERMO 006723
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.723
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: AURELIO ALEXANDRE MENDES, de nacionalidade brasileiro, de profissão pedreiro, de estado civil solteiro, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 31 de dezembro de 1988, residente e domiciliado à Av. Bahia, 4979, Cidade Alta, em Alta Floresta d Oeste-RO, CEP: 76.954-000, , filho de NELSON BASILIO MENDES e de MARIA DA CONCEIÇÃO ALEXANDRE; e ALICE DE SOUZA OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão do Lar, de estado civil solteira, natural de Alta Floresta d Oeste-RO, onde nasceu no dia 28 de outubro de 2002, residente e domiciliada à Av. Rio de Janeiro, 4994, Cidade Alta, em Alta Floresta d Oeste-RO, CEP: 76.954-000, , filha de FLÁVIO JUNIO DIAS DE OLIVEIRA e de MARILZA LOPES DE SOUZA. Pretendendo-se casar em regime de Comunhão Parcial de Bens. A noiva continuou a assinar ALICE DE SOUZA OLIVEIRA e o noivo continuou a assinar AURELIO ALEXANDRE MENDES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Alta Floresta d Oeste -RO, 04 de janeiro de 2023.
Soraya Maria de Souza
Registradora

COMARCA COSTA MARQUES

TABELIONATO DE PROTESTO DE COSTA MARQUES

ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE COSTA MARQUES
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE COSTA MARQUES ESTADO DE RONDÔNIA JONHATAN MELO DE BRITO - TABELIÃO DE PROTESTO INTERINO AV. CHIANCA, Nº 1900, CENTRO, CEP 76937-000, FONE: (69) 3651-3712
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 494/2022 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Costa Marques-RO, localizado na Av. Chianca, nº 1900, Centro, Fone: (69) 3651-3712 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: VALDINEIA DE SOUZA DJALMA CPF/CNPJ: 867.445.852-15 Protocolo: 10302 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: WELITON PEREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 033.082.982-36 Protocolo: 10303 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: WELITON PEREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 033.082.982-36 Protocolo: 10304 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: WELITON PEREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 033.082.982-36 Protocolo: 10305 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 8:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Costa Marques-RO, 05 de Janeiro de 2023 MARTA MARIA MIRANDA DE ALMEIDA ESCREVENTE AUTORIZADA

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

MACHADINHO D´OESTE

COMARCA: MACHADINHO D'OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE MACHADINHO D'OESTE
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE MACHADINHO D' OESTE ESTADO DE RONDÔNIA LILIAN MARIZA PUERTA LULA MACIEL - TABELIÃ DE PROTESTO RODOVIA RO 133 N 2682 - CEP 78.868-000, FONE: (69) 3581-3227
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Machadinho D'oeste-RO, localizado na Rodovia RO 133 nº 2682, 78868-000 MACHADINHO D'OESTE - RO [69] 3581.3227 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo

277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: JADHER GOMES DE PAULA CPF/CNPJ: 989.042.722-20 Protocolo: 24174 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: LUCK DE MEDEIROS RAMOS CPF/CNPJ: 913.490.102-78 Protocolo: 24207 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: RALF RAND NUNES RUBIM CPF/CNPJ: 674.348.512-87 Protocolo: 24173 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
Devedor: TIAGO SOARES MAGALHAES CPF/CNPJ: 37.527.179/0001-40 Protocolo: 24204 Data Limite Para Comparecimento: 09/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato 08:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Machadinho D'oeste-RO, 05 de Janeiro de 2023 AMANDA DOS SANTOS PEREIRA ESCREVENTE AUTORIZADA

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

LIVRO D-016 FOLHA 089 TERMO 004090
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.090
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GERSON FERREIRA PALMA, de nacionalidade brasileiro, de profissão boracheiro, de estado civil divorciado, natural de Japurá-PR, onde nasceu no dia 17 de agosto de 1971, residente e domiciliado à Rua José Carlos Bueno, 2670, Setor 14, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, CEP: 76.958-000, , filho de GENTIL FERREIRA PALMA e de IZABEL FERREIRA PALMA; e APARECIDA PENHA PEREIRA DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão agricultora, de estado civil divorciada, natural de Vicentina-MS, onde nasceu no dia 28 de fevereiro de 1966, residente e domiciliada à Rua José Carlos Bueno, 2670, Setor 14, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, CEP: 76.958-000, , filha de LEVINO DIOGO PEREIRA e de SEBASTIANA MARIA DE JESUS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Nova Brasilândia D' Oeste-RO, 04 de janeiro de 2023.
Kariny Oliveira dos Santos
Escrevente Autorizada.

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Rua Sete de Setembro, n. 4178, Cidade Alta, Cep: 76935-000, Fone: (69) 3621 2537, E-mail: cartorio.arijoel@hotmail.com
ARIJOEL CAVALCANTE DOS SANTOS
TABELIÃO
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO D-007 FOLHA 155 TERMO 001657
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: AGILMAR PASITTO, de nacionalidade brasileiro, empresário, divorciado, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 10 de fevereiro de 1989, residente e domiciliado na Linha 04, Km 02, Zona Rural, em São Francisco do Guaporé-RO, filho de AGILMAR PASITTO e de MARILDA DA SILVA PASITTO; e LEIDIANE ANATIELLE CRISTINA DA SILVA ALVES de nacionalidade brasileira, empresária, solteira, natural de Pedro Gomes-MS, onde nasceu no dia 03 de fevereiro de 1997, residente e domiciliada na Linha 04, Km 02, Zona Rural, em São Francisco do Guaporé-RO, filha de ENEUCLAIR ALVES PEREIRA e de NEIDE DA SILVA ALVES. Regime de bens: Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
São Francisco do Guaporé-RO, 04 de janeiro de 2023.
Arijoel Cavalcante dos Santos
Oficial Registrador